

# PLANO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – PMAS

**Período:** 2026–2029

**Município:** Capão da Canoa



## LISTA DE SIGLAS

BPC	Benefício de Prestação Continuada
CadÚnico	Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal
CAPS	Centro de Atenção Psicossocial
CEAS/RS	Conselho Estadual de Assistência Social do Rio Grande do Sul
CIB	Comissão Intergestores Bipartite
CMAS	Conselho Municipal de Assistência Social
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializada em Assistência Social
CRM	Centro de Referência da Mulher
CT	Conselho Tutelar
CTG	Centro de Tradições Gaúchas
CVLI	Crimes Violentos Letais Intencionais
ESF	Estratégia Saúde da Família
FICAI	Ficha de Comunicação do Aluno Infrequente
FMAS	Fundo Municipal de Assistência Social
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IGDSUAS	Índice de Gestão Descentralizada do Sistema Único de Assistência Social
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias
LOA	Lei Orçamentária Anual
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
NOB/SUAS	Norma Operacional Básica do SUAS

PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PAEFI	Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos
PAIF	Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família
PAIF	Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família
PCD	Pessoa com Deficiência
PES	Planejamento Estratégico Situacional
PIB	Produto Interno Bruto
PMAS	Plano Municipal de Assistência Social
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
PPA	Plano Plurianual
PSEMC	Proteção Social Especial de Média Complexidade
RMA	Registro Mensal de Atendimentos
SCFV	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
SMAS	Secretaria de Assistência e Inclusão Social
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
TNSS	Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais
UPA	Unidade de Pronto Atendimento

**LISTA DE QUADROS**

Quadro 1 – Síntese comparativa indicadores mortalidade infantil .....41

Quadro 2 – Representantes governamentais no CMAS.....84

Quadro 3 – Representantes Sociedade civil no CMAS .....84

Quadro 4 – Meta 01 Garantir na Lei Municipal do SUAS o repasse mínimo de 5% do orçamento municipal anual para a assistência social .....92

Quadro 5 – Meta 1.2: Fomentar a gestão do trabalho, educação permanente .....93

Quadro 6 – Meta 1.2.1. Fomentar a gestão do trabalho- concurso público Concurso público para compor equipes de referência dos serviços socioassistenciais.....94

Quadro 7 – Meta 1.2.2 - plano de educação permanente junto aos trabalhadores SUAS Capão Canoa.....95

Quadro 8 – Meta 1.3 – Implementação de Serviços socioassistenciais.....96

Quadro 9 – Meta 2.1 - Implementar e qualificar os serviços da Proteção Social Básica .....97

Quadro 10 – Meta 2.2 - Fortalecimento do PAIF (Proteção Social Básica).....98

Quadro 11 – Meta 2.3 - Estruturar o Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio .....99

Quadro 12 – Meta 2.4.1 - Ampliar cobertura SCFV..... 102

Quadro 13 – Meta 2.4.2: Ampliar o período de funcionamento do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)..... 103

Quadro 14 – Meta 2.5: Implantação de Centro de Convivência para Idosos..... 105

Quadro 15 – Meta 2.6.1- Oferta contínua dos benefícios eventuais ..... 107

Quadro 16 – Meta 2.6.2 Faixas diferenciadas para a oferta de benefícios eventuais ..... 107

Quadro 17 – Meta 2.7.1 - Busca ativa Famílias com BPC ..... 110

Quadro 18 – Meta 2.7.2: atualização cadastral e o público prioritário..... 112

Quadro 19 – Meta 3.1-Atualização do Fluxo PAEFI - Protocolo situação de violência criança e adolescente..... 113

Quadro 20 – Meta 3.2: Implantar e consolidar o Serviço de Atenção no Centro-Dia – IDOSOS..... 115

Quadro 21 – Meta 3.3 - Ampliar a rede de serviços população em situação de rua 116

Quadro 22 – Meta 3.4 Implantar o Serviço Família Acolhedora ..... 117

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa de Capão da Canoa, conforme sua Densidade Demográfica Preliminar Habitantes/Km <sup>2</sup> ), em 2010.....	21
Figura 2 – Mapa de Capão da Canoa, conforme sua Densidade Demográfica - Censo Demográfico 2022.....	22
Figura 3 – Mapa de Capão da Canoa, com a identificação das favelas e comunidades urbanas identificadas pelo Censo Demográfico 2022.....	29
Figura 4 – Mapa do Rio Grande do Sul, conforme a porcentagem da população que reside em favelas – Censo Demográfico 2022.....	30
Figura 5 – Mapa de Capão da Canoa, com a identificação de domicílios sem abastecimento de água da rede geral, por setor censitário - Censo Demográfico 2022 .....	42
Figura 6 – Mapa de Capão da Canoa, com a identificação da localização de cada CRAS e sua respectiva região de abrangência .....	48
Figura 7 – Mapa Falado SCFV .....	52
Figura 8 – Mapa Falado SCFV .....	59
Figura 9 – Mapa Falado SCFV .....	65
Figura 10 – Trabalhadores da Gestão .....	81
Figura 11 – Trabalhadores Gestão SAIS.....	81
Figura 12 – Trabalhadores Padaria.....	82
Figura 13 – Trabalhadora em Permuta Torres .....	82
Figura 14 –Trabalhadora Projetos de Inclusão .....	82
Figura 15 – Trabalhadores Cadastro Único .....	85
Figura 16 – Trabalhadores PSB - CRAS Arco Iris .....	87
Figura 17 – Trabalhadores PSB CRAS Santa Luzia .....	87
Figura 18 – Trabalhadores PSB CRAS Santa Zona Norte.....	88
Figura 19 – Trabalhadores PSB SCFV Idosos.....	88
Figura 20 –Trabalhadores PSEMC - CREAS .....	89
Figura 21 – Trabalhadores CRM .....	89

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Evolução do crescimento da população de Capão da Canoa, nos anos 2000, 2010, 2021, 2022 e 2025 .....	20
Gráfico 2 – Pirâmide etária da população de Capão da Canoa - Censo Demográfico 2022 .....	23
Gráfico 3 – Deficiência, por tipo de deficiência - Censo Demográfico 2022.....	24
Gráfico 4 – Porcentagem de pessoas com deficiência, por grupo de idade - Censo Demográfico 2022.....	25
Gráfico 5 – Pessoas com deficiência, por cor ou raça - Censo Demográfico 2022 ....	26
Gráfico 6 – Porcentagem de pessoas, por grandes grupos de religião .....	26
Gráfico 7 – Porcentagem dos domicílios, por número de moradores(as) - Censo 2022 .....	27
Gráfico 8 – Famílias de Capão da Canoa, por tipo de composição familiar - Censo 2022 .....	28
Gráfico 9 – Número médio de anos de estudo de pessoas de 11 anos ou mais de idade, por sexo - Censo Demográfico 2022 .....	33
Gráfico 10 – Taxa de alfabetização de pessoas de 15 anos ou mais, por sexo e cor ou raça - Censo Demográfico 2022.....	33
Gráfico 11 – Número médio de anos de estudo de pessoas de 11 anos ou mais de idade, por cor ou raça - Censo Demográfico 2022.....	34
Gráfico 12 – Taxa bruta de frequência escolar, por grupo de idade - Censo Demográfico 2022.....	35
Gráfico 13 – Pessoas com nível superior completo, por área de formação - Censo Demográfico 2022.....	35
Gráfico 14 – Comparativo da porcentagem do nível de escolaridade entre pessoas com deficiência e sem deficiência - Censo Demográfico 2022 .....	38
Gráfico 15 – Evolução da taxa de mortalidade infantil, de 2006 a 2023.....	38
Gráfico 16 – Evolução de nascidos vivos, de 2020 a 2025.....	39
Gráfico 17 – Evolução de óbitos de pessoas com idade menor que um ano, de 2006 a 2023 .....	39
Gráfico 18 – Evolução do total de óbitos, de 2006 a 2022.....	40
Gráfico 19 – Produto Interno Bruto – Capão da Canoa - período 2010-2023.....	46

Gráfico 20 – Porcentagem de pessoas de 10 anos ou mais de idade ocupadas, segundo a categoria do emprego no trabalho principal - Censo Demográfico 2022 .47	
Gráfico 21 – Famílias inscritas no Cadastro Único aproximadamente, por região de abrangência dos CRAS.....55	55
Gráfico 22 – Famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, residentes na região de abrangência do CRAS Santa Luzia, por bairro.....56	56
Gráfico 23 – Famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, conforme bairro de residência .....63	63
Gráfico 24 – Famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, residentes na região de abrangência do CRAS Zona Norte, por bairro.....68	68
Gráfico 25 – Porcentagem de pessoas com deficiência, por grupo de idade – Censo Demográfico 2022.....75	75
Gráfico 26 – Principais motivos situação de rua – Cadúnico.....77	77
Gráfico 27 – Volume de pessoas em situação de Rua que ingressaram no PAEFI 78	78

**LISTA DE TABELAS**

Tabela 1 – População de Capão da Canoa, por cor ou raça - Censo Demográfico 2022 .....23

Tabela 2 – Estimativa da população de Capão da Canoa, por cor ou raça, conforme região de abrangência dos CRAS - malha preliminar do Censo Demográfico 2022 .24

Tabela 3 – Aspectos educacionais - Censo Demográfico 2022.....32

2.1.4 Tabela 4 – Características dos domicílios - Censo Demográfico 2022 .....42

Tabela 5 – Comparativo das principais características do entorno dos domicílios entre todo Município e fora e dentro de favelas e comunidades urbanas - Censo Demográfico 2022 .....43

Tabela 6 – Ocorrência de crimes consumados, em Capão da Canoa, por tipo, de 2015 a 2025 .....45

Tabela 7 – Bairros que compõem a região de cada Centro de Referência de Assistência Social .....50

Tabela 8 – Estimativa da distribuição da população, por região de abrangência dos CRAS - malha preliminar do Censo Demográfico 2022.....54

Tabela 9 – População por faixa etária CRAS Santa Luzia .....54

Tabela 10 – População por faixa etária CRAS Arco Iris.....62

Tabela 11 – População por faixa etária CRAS Zona Norte .....67

Tabela 12 – Orçamento período 2026-2029 ..... 119

## SUMÁRIO

<b>1. IDENTIFICAÇÃO DO PLANO</b> .....	11
1.1    Dados do município .....	13
1.2    Dados do Órgão Gestor da Assistência Social: Secretaria de Assistência e Inclusão Social – SAIS .....	13
1.3    Dados do Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS).....	13
1.4    Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS).....	13
<b>2. INTRODUÇÃO</b> .....	14
2.1    Características da população de Capão da Canoa .....	19
2.2    Indicadores sociais .....	29
<b>3. DIAGNÓSTICO SOCIOTERRITORIAL</b> .....	48
3.1    Caracterização dos territórios de referência .....	48
3.2    Análise por públicos prioritários .....	70
<b>4. GESTÃO DO SUAS NO MUNICÍPIO</b> .....	80
4.1    Estrutura administrativa.....	80
4.2    Controle social.....	82
4.3    Gestão da informação, monitoramento e vigilância socioassistencial .....	84
4.4    CAD Único.....	85
<b>5. REDE SOCIOASSISTENCIAL</b> .....	85
5.1    Proteção Social Básica .....	86
5.2    Proteção Social Especial .....	88
5.3    Rede Socioassistencial Privada.....	90
<b>6. OBJETIVOS DO PMAS</b> .....	90
6.1    Objetivo geral.....	90
6.2    Objetivos específicos por níveis de proteção .....	90
6.3    Gestão do SUAS e Vigilância Socioassistencial .....	92

<b>7. DIRETRIZES, METAS E AÇÕES .....</b>	<b>92</b>
7.1 Eixo 1: Gestão do SUAS.....	92
7.2 Eixo 2: Proteção Social Básica .....	97
7.3 Eixo 3.1: Proteção Social Especial de Média Complexidade.....	113
7.4 Eixo 3.3: Proteção Social Especial Alta Complexidade) .....	116
<b>8. FINANCIAMENTO.....</b>	<b>118</b>
<b>9. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO.....</b>	<b>121</b>
<b>10. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>123</b>
<b>BIBLIOGRAFIA.....</b>	<b>125</b>
<b>11. ANEXOS .....</b>	<b>126</b>
A – Lista de presença e registro fotográficos .....	126
B – Diagnóstico Socioterritorial da Política de Assistência Social de Capão da Canoa .....	145

## 1. IDENTIFICAÇÃO DO PLANO

O presente documento, denominado **Plano Municipal de Assistência Social de Capão da Canoa – PMAS 2026–2029**, constitui-se em instrumento fundamental de planejamento da Política de Assistência Social no âmbito municipal. Conforme estabelece a Política Nacional de Assistência Social – PNAS (2004), o Plano de Assistência Social é um instrumento de planejamento estratégico que organiza, regula e orienta a execução da política pública, sendo de responsabilidade do órgão gestor municipal e submetido à apreciação e aprovação do Conselho Municipal de Assistência Social.

Elaborado com periodicidade quadrienal, em consonância com os instrumentos de planejamento governamental, especialmente o Plano Plurianual (PPA), o PMAS organiza o planejamento de médio prazo da política de Assistência Social no marco do Sistema Único de Assistência Social – SUAS. O Plano orienta a gestão, a oferta de serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, considerando as especificidades territoriais, sociais e populacionais do município, bem como as dinâmicas locais que incidem sobre as condições de vida da população.

A elaboração do Plano Municipal de Assistência Social (PMAS) de Capão da Canoa, com vigência de 2026 a 2029, foi conduzida a partir de uma metodologia participativa, territorializada e processual, com ampla participação da equipe de Gestão, Vigilância e trabalhadores do SUAS do Município. As profissionais Cláudia Deitos Giongo e Marlene Fiorotti, da empresa Salto Consultoria, foram as responsáveis técnicas pela construção do Plano.

A empresa Salto Editora e Consultoria LTDA, de CNPJ 45.407.581/0001-19, fundada em 22/02/2022, está localizada na cidade de Porto Alegre, no estado do Rio Grande do Sul e tem como foco prioritário a promoção de espaços de capacitação, a construção de conhecimento e a produção e difusão de conteúdos literários. Um dos produtos institucionais da empresa é o Salto/SUAS que vem prestando extensos serviços a diversos municípios do interior do Estado e de Porto Alegre, através de assessorias nas áreas de gestão estratégica, de diagnósticos sociais, reordenamento institucional e vem capacitando inúmeras equipes em temas como gestão, matricialidade sociofamiliar, territorialidade, serviços como o PAIF, PAEFI, SCFV, monitoramento e avaliação,

conselho de assistência social, entre outros. Foram muitos anos de estudos, aprofundamentos teóricos e vivências in loco que viabilizaram o desenvolvimento de expertise específica que faz com que as profissionais, que hoje compõem a equipe, sejam demandadas para diferentes trabalhos, conforme a necessidade dos municípios e Estados.

A atuação no campo da Política Nacional de Assistência Social orientou as consultoras pela adoção de metodologias participativas como eixo estruturante do processo de elaboração do Plano Municipal de Assistência Social de Capão da Canoa. Essa escolha fundamenta-se nos princípios da gestão democrática, da participação social e do controle social, reconhecendo que o planejamento da política pública deve ser construído a partir da realidade vivida nos territórios e dos saberes produzidos pelos sujeitos que operam e acessam o Sistema Único de Assistência Social. A elaboração participativa do PMAS contribui para o fortalecimento da democracia, assegura maior aderência às dinâmicas territoriais, qualifica metas e decisões, favorece a intersetorialidade e amplia o compromisso coletivo com a implementação das ações, resultando em políticas mais justas, efetivas e socialmente transformadoras para famílias e indivíduos usuários do SUAS.

Nesse sentido, o processo de elaboração do Plano priorizou estratégias metodológicas voltadas à escuta qualificada, ao diálogo e à construção coletiva das análises, buscando superar abordagens exclusivamente normativas, centralizadas ou descoladas da realidade local. Essa opção metodológica permitiu incorporar diferentes perspectivas e experiências, fortalecendo o PMAS como instrumento vivo de planejamento e gestão da Política de Assistência Social no município.

A elaboração do Plano iniciou em novembro de 2025 e finalizou em fevereiro de 2026, respeitando o tempo de análise, reflexão e tomada de decisões dos envolvidos direta ou indiretamente na construção deste Plano. A equipe da Empresa Salto propôs metodologia participativa para construção do plano, também para sinalizar que a construção do plano é de responsabilidade do município que precisa se apropriar da realidade socioassistencial e se envolver na construção das respostas às necessidades elencadas no Plano, uma vez que o Plano é vivo e estão em movimento os processos de monitoramento e avaliação periódicos a serem vivenciados com a equipes e gestão da Secretaria. A Empresa Salto fica em contato para qualquer informação adicional que

possa se fazer necessária, através do diretor da empresa Sr. Mario Augusto Pires Pool, fone 51 991936015, e-mail: [mapool@gmail.com](mailto:mapool@gmail.com).

### 1.1 Dados do município

**Nome:** Município de Capão da Canoa

**Nível de gestão do SUAS:** Gestão Básica

**Porte municipal:** Médio

**Nome do Prefeito Municipal:** Valdomiro de Matos Novaski.

**Mandato:** 1º de janeiro de 2025 até 31 de dezembro de 2028 (mandato municipal padrão no Brasil de 4 anos, iniciado em 2025). Eleito nas eleições municipais de 2024.

**Endereço da Prefeitura:** Prefeitura Municipal de Capão da Canoa. Avenida Paraguassú, 1881 – Bairro Centro. CEP: 94690-060. Capão da Canoa, RS – Brasil

### 1.2 Dados do Órgão Gestor da Assistência Social: Secretaria de Assistência e Inclusão Social – SAIS

**Endereço** Avenida Paraguassú 1132 zona nova, Capão da Canoa – RS – Brasil

**Nome do gestor(a):** Cerli Novaski.

### 1.3 Dados do Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS)

**Lei de Criação do FMAS:** Lei Municipal nº 2538/2008 (Capão da Canoa – RS)

**Decreto de Regulamentação:** Decreto nº 31/2017 - institui gestores financeiros do FMAS

**Fontes de Recursos:** Municipal, estadual e federal + outras receitas legais (doações, convênios, etc.)

### 1.4 Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS)

**Lei de Criação do CMAS:** Lei Municipal nº 2.538, de 08 de julho de 2008. Endereço: Av. Paraguassú, 1135 – Zona Nova. Capão da Canoa – RS – CEP: 95.555-000. Telefone: 0800 115 1551 – Ramal 5040. E-mail: [cmas@capaodacanoa.rs.gov.br](mailto:cmas@capaodacanoa.rs.gov.br)

**Nome da Presidente:** Marina Alves dos Reis

**Período de Mandato:** 2 anos (regimental)

**Número de Conselheiros:** 10 conselheiros (5 representantes governamentais e 5 representantes da sociedade civil).

## 2. INTRODUÇÃO

A construção do Plano Municipal de Assistência Social constituiu-se como um processo técnico e político de caráter participativo, coordenado pela gestão municipal da Assistência Social, com a participação de trabalhadores do SUAS, usuários da política, entidades socioassistenciais, Conselho Municipal de Assistência Social e demais atores institucionais e comunitários com atuação nos territórios. Esse processo envolve a realização de diagnóstico socioterritorial<sup>1</sup>, a análise das vulnerabilidades e demandas sociais, a definição de prioridades, diretrizes e ações estratégicas, bem como a pactuação de responsabilidades, assegurando transparência, legitimidade e corresponsabilização na formulação, execução e acompanhamento do Plano.

Os objetivos, diretrizes e ações previstos no Plano fundamentam-se na Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS (Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993), na Política Nacional de Assistência Social – PNAS (2004), na Norma Operacional Básica do SUAS – NOB-SUAS e na Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (Resolução CNAS nº 109/2009), além das demais normativas que orientam a gestão da política. O PMAS articula-se, ainda, aos instrumentos de planejamento e orçamento do município — Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA) —, garantindo coerência entre o planejamento da política de Assistência Social e a previsão e execução dos recursos necessários à sua implementação. O Plano Municipal de Assistência Social (PMAS) de Capão da Canoa, com vigência de 2026 a 2029, expressa o compromisso do município com a consolidação da Política de Assistência Social como política pública de proteção social, orientada pela garantia de direitos, pela prevenção de situações de vulnerabilidade e risco social e pela organização de respostas socioassistenciais adequadas às necessidades do território.

O Plano estrutura diretrizes, objetivos e prioridades para o período, reafirmando o fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), a gestão descentralizada e participativa e o controle social como elementos centrais do planejamento e da gestão da política no âmbito municipal.

---

<sup>1</sup> A Vigilância Socioassistencial de Capão da Canoa está elaborando o Diagnóstico socioterritorial do município, sendo assim, para construir o plano municipal foi utilizados dados disponíveis no diagnóstico em construção, bem como dados do Registro Mensal de Atendimento (RMA) sistematizados e analisados pela vigilância socioassistencial. O Diagnóstico Socioterritorial em construção (com dados até fevereiro de 2026) está em anexo deste Plano Municipal de Assistência Social.

A Política de Assistência Social está assegurada na Constituição Federal de 1988, especialmente nos artigos 203 e 204, que definem a assistência social como direito do cidadão e dever do Estado, integrante da seguridade social e prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição. O artigo 203 estabelece os objetivos da assistência social, voltados à proteção da família, da infância, da adolescência, da juventude, da pessoa idosa e da pessoa com deficiência, bem como à promoção da inclusão social e da autonomia. O artigo 204 orienta a organização das ações governamentais por meio da descentralização político-administrativa e da participação da população na formulação e no controle das políticas públicas.

O PMAS está alinhado à Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS (Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993), que regulamenta os dispositivos constitucionais e estabelece os princípios, diretrizes e objetivos da Política de Assistência Social, além de definir as responsabilidades dos entes federados e a organização do SUAS, orientando a estruturação da proteção social básica e especial no território municipal.

O Plano observa as diretrizes da Política Nacional de Assistência Social – PNAS (2004), que institui o SUAS como modelo de gestão da política, fundamentado na matricialidade sociofamiliar, na territorialização, na proteção social por níveis de complexidade e na vigilância socioassistencial. Considera, ainda, a Norma Operacional Básica do SUAS – NOB-SUAS, que define parâmetros para a gestão, o financiamento e a pactuação interfederativa, e a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS – NOB-RH/SUAS, que orienta a organização das equipes, a gestão do trabalho e a valorização dos trabalhadores do SUAS.

A organização da oferta socioassistencial no município está em conformidade com a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (Resolução CNAS nº 109/2009), que define os serviços da Proteção Social Básica e da Proteção Social Especial, seus objetivos, usuários, provisões e aquisições, assegurando padronização, qualidade e reconhecimento nacional da oferta no âmbito do SUAS.

O PMAS também considera as Resoluções do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) pertinentes, que orientam o planejamento, o monitoramento e a avaliação da política, o cofinanciamento, a vigilância socioassistencial, a organização dos serviços,

programas, projetos e benefícios, bem como o fortalecimento do controle social e da participação da sociedade civil na gestão da política de assistência social.

No âmbito estadual, o Plano observa as deliberações do Conselho Estadual de Assistência Social do Rio Grande do Sul (CEAS/RS) e as pactuações estabelecidas na Comissão Intergestores Bipartite (CIB/RS), especialmente aquelas relacionadas ao cofinanciamento estadual, à organização regionalizada dos serviços e às diretrizes para o aprimoramento da gestão municipal do SUAS.

No plano municipal, o PMAS está fundamentado na Lei Municipal nº 3.199, de 22 de dezembro de 2016, que institui o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) em Capão da Canoa, definindo princípios, diretrizes, estrutura e organização da política municipal de assistência social. Integram ainda este marco as normas municipais que dispõem sobre a criação e o funcionamento do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), do Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS) e da estrutura administrativa do órgão gestor da política, bem como as Resoluções do CMAS de Capão da Canoa, especialmente aquelas relacionadas à realização das Conferências Municipais de Assistência Social e à aprovação do presente Plano.

Dessa forma, o Marco Legal e Normativo orienta a implementação da Política de Assistência Social no município, assegurando que o planejamento, a execução, o monitoramento e a avaliação das ações estejam alinhados aos princípios do SUAS, às normativas vigentes e às necessidades da população de Capão da Canoa ao longo do período de vigência do PMAS.

O Município de Capão da Canoa adota, na elaboração do presente Plano Municipal de Assistência Social, a metodologia do Planejamento Estratégico Situacional (PES), formulada por Carlos Matus, como referência teórico-metodológica para a organização, definição de prioridades e acompanhamento da Política de Assistência Social no território. Tal concepção compreende o planejamento como processo dinâmico, político e participativo, orientado à análise concreta da realidade e à superação de problemas prioritários, considerando os diferentes atores envolvidos, as condições de governabilidade e a viabilidade técnica, institucional e orçamentária das ações propostas. Estruturado nos momentos explicativo, normativo, estratégico e tático-operacional, o

PES articula diagnóstico, definição de metas, pactuação de estratégias e monitoramento contínuo, assegurando coerência entre planejamento, execução e avaliação.

No âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), essa perspectiva metodológica orienta a elaboração dos Planos Municipais de Assistência Social, reafirmando a centralidade do diagnóstico socioterritorial, da definição de metas e indicadores, da atribuição de responsabilidades e do acompanhamento sistemático das ações. Ao adotar essa abordagem, o Município fortalece o planejamento como instrumento de gestão qualificada, alinhado às normativas vigentes e aos instrumentos de planejamento e orçamento públicos.

A etapa inicial do processo foi dedicada à sensibilização da equipe gestora, com vistas à instauração de um percurso de elaboração colaborativo e reflexivo. O Plano foi concebido como processo permanente de construção de conhecimento, envolvendo a apropriação crítica dos dados existentes, a análise das informações produzidas pela Vigilância Socioassistencial, a problematização de “estranhamentos” identificados na leitura da realidade e a ressignificação de compreensões previamente consolidadas que demandavam revisão frente às transformações socioterritoriais do município. Concomitantemente, realizou-se a análise do diagnóstico socioterritorial, das deliberações da Conferência Municipal e a apropriação do Plano Plurianual (PPA) em discussão, assegurando a integração entre planejamento técnico e previsão orçamentária.

Entre as etapas centrais do processo de construção deste Plano, destaca-se a realização do exercício de World Café, metodologia participativa que possibilitou escuta ampliada e diálogo qualificado entre gestores e trabalhadores do SUAS. Nesse espaço, foram analisadas metas atingidas parcialmente e metas não atingidas do Plano Municipal anterior, bem como consideradas as deliberações da Conferência Municipal de Assistência Social. A atividade conferiu visibilidade às vulnerabilidades e riscos sociais presentes no território, aos limites e desafios da oferta socioassistencial e às proposições para o fortalecimento da gestão e das proteções sociais básica e especial. Os dados produzidos constituíram insumos estratégicos para a qualificação do diagnóstico e para a definição de prioridades.

Na sequência, em etapa de devolutiva e qualificação técnica, os resultados sistematizados a partir do World Café foram apresentados aos trabalhadores da gestão, dos CRAS e do CREAS, com o objetivo de validar as análises, aprofundar a leitura das metas parcialmente cumpridas ou não alcançadas e subsidiar a formulação de novas metas, a partir da experiência cotidiana das equipes executoras dos serviços. Esse movimento permitiu o refinamento das proposições, respeitando as especificidades de cada nível de proteção social e as capacidades institucionais do município.

De forma complementar, foi empregada a metodologia do Mapa Falado como estratégia de coleta de informações territorializadas. A atividade foi desenvolvida nos três CRAS do município, envolvendo usuários dos grupos do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) para pessoas idosas e, em um dos territórios, também com crianças, adolescentes e participantes do PAIF. A metodologia possibilitou que os usuários expressassem, a partir de seus próprios referenciais, a leitura dos territórios, evidenciando dinâmicas locais, redes de proteção, situações de desproteção, fluxos de acesso aos serviços e desigualdades intraurbanas. Essa etapa aprofundou a compreensão das especificidades territoriais e qualificou a análise das expressões da questão social em Capão da Canoa.

Em movimento subsequente de aprofundamento e validação, os dados produzidos nas atividades participativas foram sistematizados e apresentados em Seminário de Análise, reunindo trabalhadores, gestores e usuários. Tal etapa possibilitou o refinamento das análises, o reconhecimento de nuances territoriais e a adequação das proposições às capacidades institucionais e operacionais da rede socioassistencial.

Dando sequência ao processo, a equipe consultora elaborou painéis analíticos com informações detalhadas sobre a realidade dos territórios de abrangência dos CRAS, com base nos dados da Vigilância Socioassistencial e nas contribuições sistematizadas nos encontros participativos. Esses painéis foram apresentados à equipe gestora e aos coordenadores dos equipamentos socioassistenciais, em uma dinâmica que favoreceu a leitura crítica dos dados, o aprofundamento de “estranhamentos” e a identificação de novas perspectivas de análise. Nesse momento, as metas previamente construídas foram novamente examinadas, refletidas e ajustadas, buscando garantir que representassem as contribuições coletivas e fossem mobilizadoras para sua efetiva implementação.

Na etapa seguinte, o PMAS foi apresentado aos membros do Conselho Municipal, junto aos representantes da SAIS, antes de sua entrega final. Durante a apresentação, as metas foram revisadas, com atenção especial à definição de prazos para a realização das ações. Os participantes foram convidados a considerar as possibilidades de execução das ações, levando em conta as especificidades e desafios do município, promovendo assim um alinhamento entre o planejamento estratégico e a realidade local.

Desse modo, o Plano Municipal de Assistência Social consolida-se como instrumento vivo de gestão, resultante de processo metodológico rigoroso, participativo e territorializado, reafirmando o compromisso do Município com a qualificação contínua da Política de Assistência Social e com a garantia de direitos à população de Capão da Canoa.

## 2.1 Características da população de Capão da Canoa

A gênese territorial de Capão da Canoa remonta a um período anterior à colonização europeia, sendo caracterizada pela presença de grupos indígenas Carijós, Minuanos e Arachanes. Segundo registros históricos do município essa herança nativa é evidenciada tanto pela existência de sambaquis — sítios arqueológicos que comprovam ocupações milenares — quanto pela própria etimologia do nome da cidade. O termo "Capão", de origem tupi (*caá-puan*), traduz-se como "mato redondo", uma referência direta à geografia botânica da região. Atualmente, esse legado permanece vivo na memória urbana, manifestando-se na nomenclatura de importantes vias públicas, como as avenidas<sup>1</sup> Paraguassu e Ubirajara, que preservam a identidade dos povos que originalmente dominavam o litoral gaúcho como exímios pescadores e coletores.

*Por volta de 1900, na localidade de Arroio da Pescaria, os primeiros ranchos começaram a se agrupar à beira-mar. O local abrigava, além de pescadores, alguns aventureiros; por ali também passavam tropeiros, fazendeiros e viajantes.*

*Mais tarde, por volta de 1920, começaram a chegar os primeiros veranistas, oriundos da Serra Gaúcha e de Porto Alegre; os maiores frequentadores eram os descendentes das colônias alemãs e italianas e, por volta de 1940 a colônia israelita também começou a se fazer presente em bom número.*

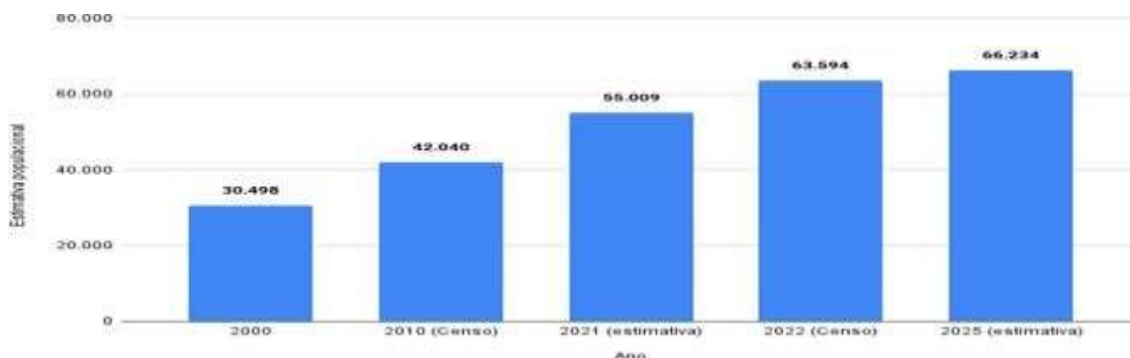
Na década de 1940, o nome Arroio da Pescaria começou a dar lugar à denominação Capão da Canoa. Esse nome já existia no interior de uma fazenda de propriedade da família Nunes, na extensão da praia de Xangri-lá (hoje município de Xangri-lá), com fundos para a Lagoa das Malvas. O lugar passou a ser conhecido por dar apoio aos visitantes que passavam ou vinham veranejar, e assim popularizou-se o nome.

Pelo Ato Número 073 de 1º de fevereiro de 1933, Cornélios surgiu como 6º Distrito de Osório, onde estava incluída também a Vila de Capão da Canoa. Em 1952 o 6º Distrito de Osório, Cornélios foi transferido para Capão da Canoa. A emancipação do município caponense, veio trinta anos depois pela Lei 7.638, de 12 de abril de 1982. A posse do primeiro prefeito, foi em 31 de janeiro de 1983. Inicialmente o município contava com 23 balneários, possuindo 30 km de orla marítima.

Atualmente o município possui 11 balneários, com 19,1 km de extensão norte - sul, divididos em quatro distritos: 1º Sede - Capão da Canoa, 2º Capão Novo, 3º Arroio Teixeira e 4º Curumim. Limitando-se ao leste com o Oceano Atlântico, ao sul com Xangri-lá, ao norte com Terra de Areia e a oeste com Maquiné e Terra de Areia. (<https://www.capaodacanoa.rs.gov.br/pagina/view/1>)

- População (Censo 2022): 63.594 pessoas.
- Crescimento: Aumento de 51,27% em relação ao Censo 2010.
- Localização: Litoral Norte do Rio Grande do Sul.
- Distritos: Sede, Capão Novo, Arroio Teixeira e Curumim.

Gráfico 1 – Evolução do crescimento da população de Capão da Canoa, nos anos 2000, 2010, 2021, 2022 e 2025

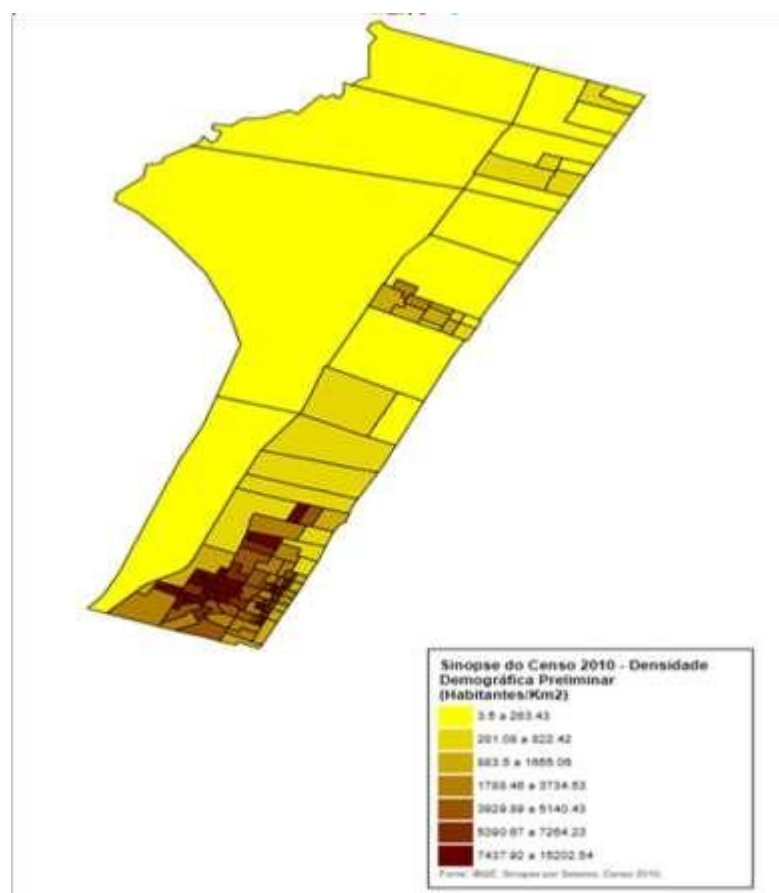


Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base em Censos Demográficos e estimativas do IBGE (2025).

Se em 2010 houve um aumento populacional de 37,84% em relação ao Censo de 2000, em 2022 o crescimento foi de 51,27% em comparação com o Censo de 2010. Capão da Canoa foi o segundo município em que a população mais cresceu no Litoral Norte do Rio Grande do Sul desde o Censo de 2010, ficando atrás apenas de Imbé, que ampliou 51,83%. Igualmente, possui a segunda maior taxa de crescimento anual da população do Litoral Norte, de 3,51%, considerando o ranking de população dos municípios (IBGE, 2022). Capão da Canoa está na 34ª colocação no Estado, na 88ª colocação na Região Sul e na 513ª colocação no Brasil, em termos populacionais (G1, 2023). Além disso, 98,85% da população do município é urbana.

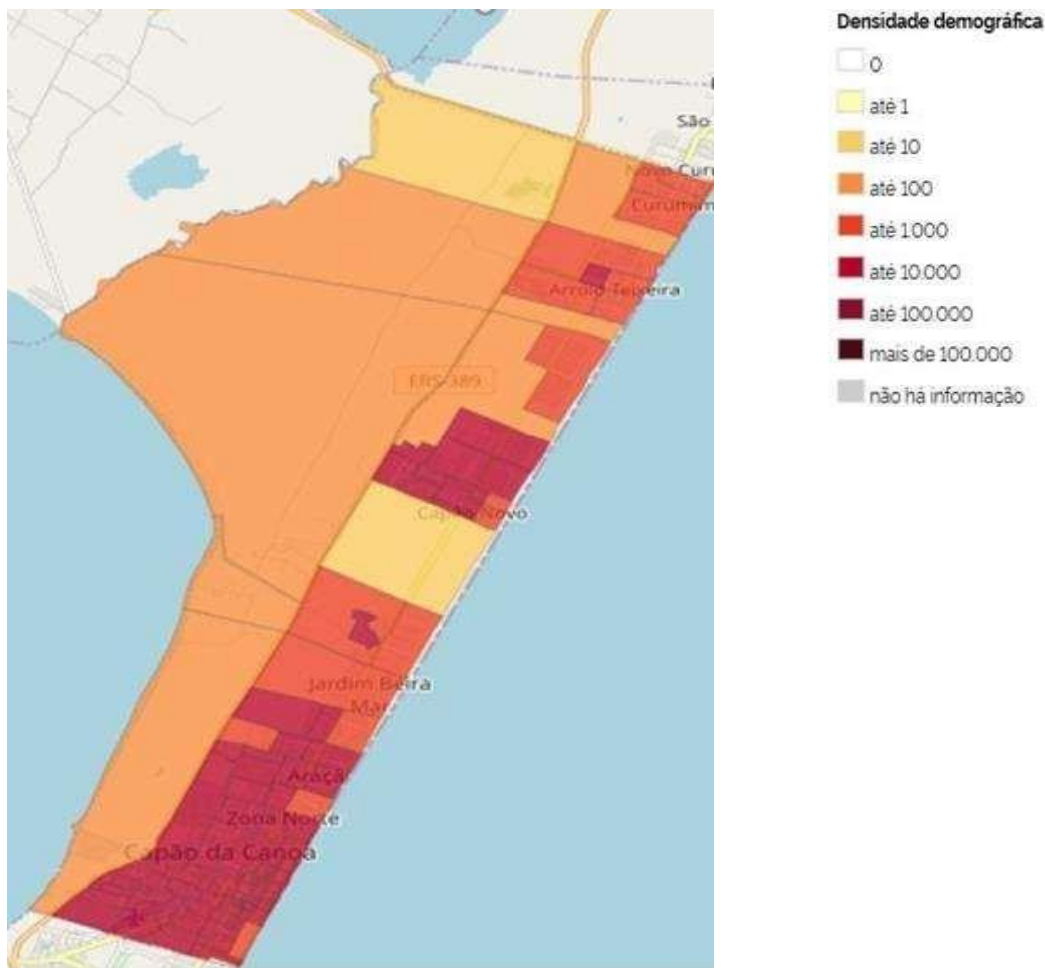
É importante destacar que, enquanto o Estado ampliou o número de habitantes em 1,77% entre o Censo de 2010 e o de 2022, o Litoral Norte teve um salto 14,6 vezes maior, aumentando sua população em 25,87%, sendo que, das 21 cidades da região, apenas três perderam residentes (Jornal do Comércio, 2025).

Figura 1 – Mapa de Capão da Canoa, conforme sua Densidade Demográfica Preliminar Habitantes/Km<sup>2</sup>, em 2010



Fonte: Censo 2010, Sinopse por setores (IBGE, 2021).

Figura 2 – Mapa de Capão da Canoa, conforme sua Densidade Demográfica - Censo Demográfico 2022

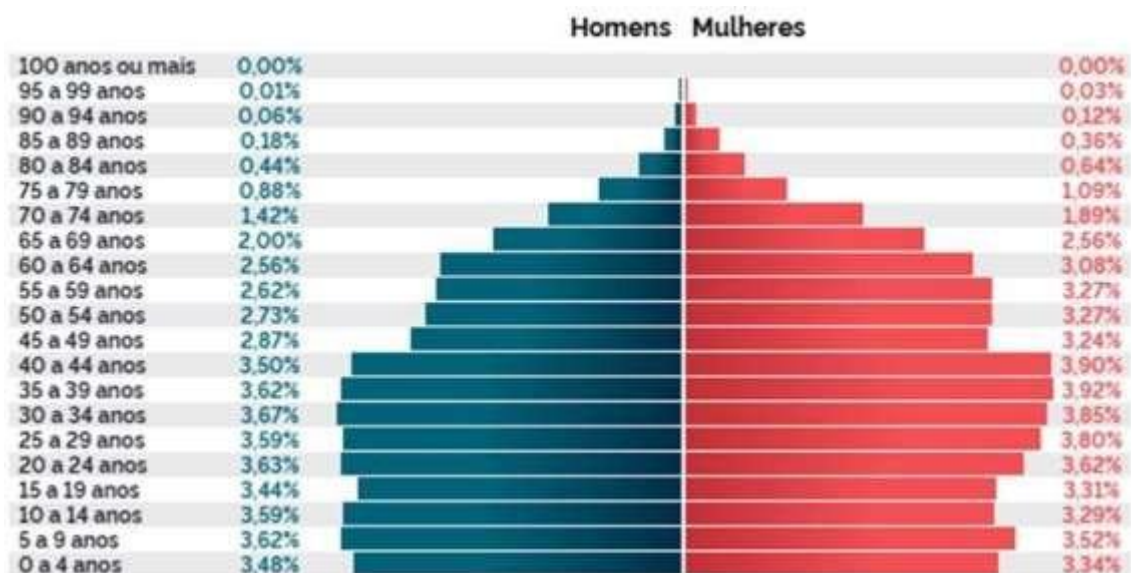


Fonte: IBGE (2022).

As duas imagens acima evidenciam que a densidade demográfica municipal vem se tornando mais uniforme ao longo do território, bem como que os distritos, sobretudo o de Capão Novo, ampliaram significativamente a população em suas áreas.

Neste item, são apresentadas informações sobre faixa etária, sexo, cor ou raça, deficiência e religião. Sempre que possível, buscou-se realizar a análise em termos de território de abrangência dos CRAS e de territórios de favelas ou comunidades urbanas.

Gráfico 2 – Pirâmide etária da população de Capão da Canoa - Censo Demográfico 2022



Fonte: IBGE (2022).

No que tange à cor ou raça, de acordo com a tabela abaixo, 81,84% da população é branca e 18,16% é não branca (pretas, pardas, indígenas ou amarelas). Contudo, ao se verificar a cor ou raça apenas da população residente em favelas ou comunidades urbanas, observa-se que 72,99% é branca e 27,01% é não branca, sendo 18,72% parda, 8,12% preta, 0,15% indígena e 0,02% amarela. O Censo não identificou pessoas quilombolas no município.

Tabela 1 – População de Capão da Canoa, por cor ou raça - Censo Demográfico 2022

Cor ou raça	Pessoas	Porcentagem
Branca	52.051	81,84%
Preta	3.870	6,08%
Amarela	46	0,07%
Parda	7.572	11,90%
Indígena	55	0,08%

Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base IBGE (2022).

Tabela 2 – Estimativa da população de Capão da Canoa, por cor ou raça, conforme região de abrangência dos CRAS - malha preliminar do Censo Demográfico 2022

Raça/cor	CRAS Arco-Íris	CRAS Santa Luzia	CRAS Zona Norte	Total
Branca	16.868	26.266	15.292	58.426
Preta	1.273	1.896	1.102	4.271
Amarela	de 1 a 20	de 1 a 20	de 1 a 20	-
Parda	2.905	3.158	2.457	8.520
Indígena	de 1 a 20	de 1 a 20	32	-

Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base em Mapa Social (BRASIL, 2025).

### Nacionalidade

Em relação à nacionalidade, 99,52% são brasileiros(as) nativos(as), 0,04% naturalizados(as) brasileiros(as) e 0,44% estrangeiros(as). Os principais países de residência anterior das pessoas que não residiam nos cinco anos antes da data de referência do Censo foram, em ordem decrescente, conforme o quantitativo de pessoas: (86), (49), (31), (21), (9) e (1).

### Pessoa com deficiência

O Censo identificou que 8,2% da população é pessoa com deficiência (PCD) e que 1,2% das pessoas são diagnosticadas com autismo. O gráfico a seguir apresenta a deficiência por tipo de dificuldade:

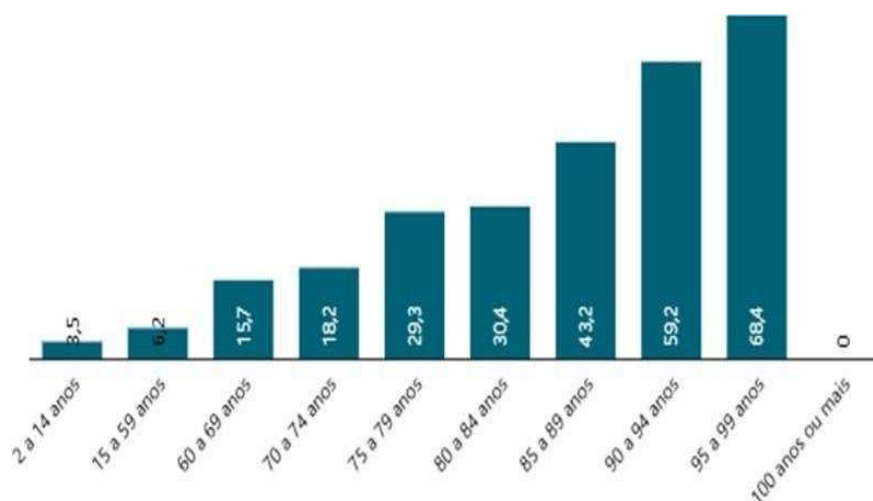
Gráfico 3 – Deficiência, por tipo de deficiência - Censo Demográfico 2022



Fonte: IBGE (2022).

O gráfico 4 evidencia que o grupo de idade que possui mais pessoas com deficiência é o de pessoas idosas. Já o gráfico abaixo, aponta que as PCDs são, majoritariamente, pessoas não brancas.

Gráfico 4 – Porcentagem de pessoas com deficiência, por grupo de idade - Censo Demográfico 2022

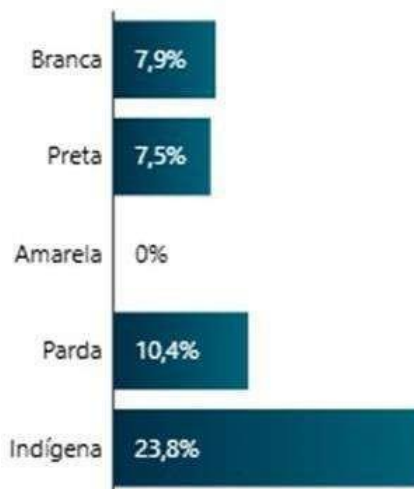


Fonte: IBGE (2022).

O gráfico 5 revela uma disparidade acentuada na categoria Indígena, quanto o tema é a deficiência, que lidera isoladamente com 23,8%. Em um patamar intermediário, encontram-se as populações Parda (10,4%), Branca (7,9%) e Preta (7,5%), que apresentam valores relativamente próximos entre si. O dado mais contrastante, no

entanto, refere-se ao grupo Amarela, que registra 0% de participação ou incidência no recorte analisado, evidenciando a ausência total de registros para essa categoria específica neste conjunto de dados.

Gráfico 5 – Pessoas com deficiência, por cor ou raça - Censo Demográfico 2022

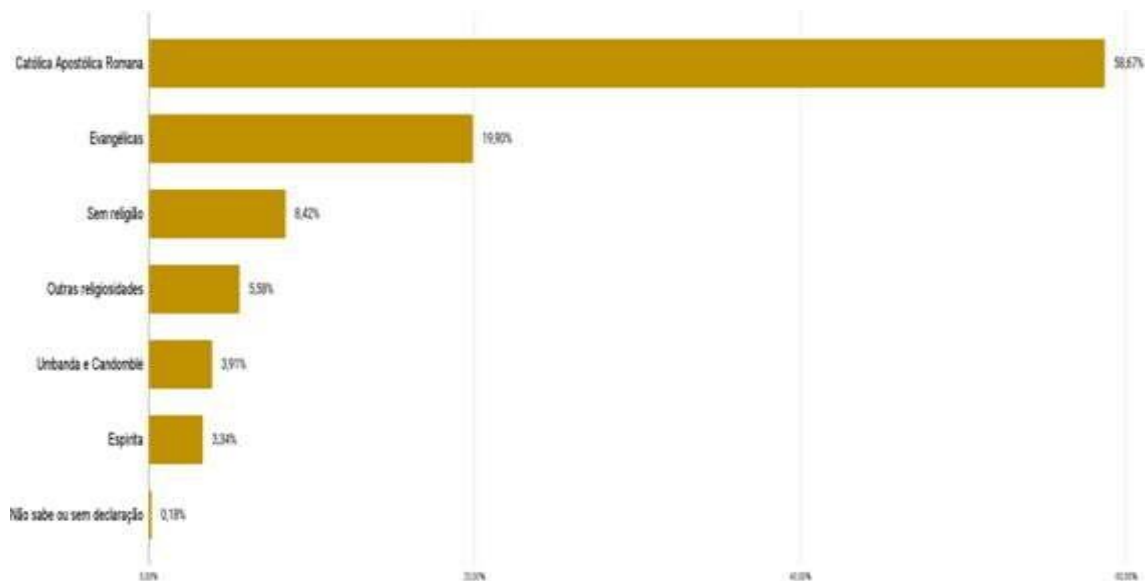


Fonte: IBGE (2022).

### Diversidade religiosa

O gráfico 6 ilustra a diversidade religiosa, revelando uma hegemonia expressiva da religião Católica Apostólica Romana, que abrange 58,67% da amostra. O segmento das religiões Evangélicas aparece em segundo lugar, com 19,90%, seguido pelas pessoas que declararam não possuir religião (8,42%). As demais crenças e filosofias apresentam menor representatividade, com outras religiosidades (5,58%), Umbanda e Candomblé (3,91%) e o Espiritismo (3,34%) compondo as parcelas minoritárias, enquanto o grupo sem declaração é quase inexistente (0,18%).

Gráfico 6 – Porcentagem de pessoas, por grandes grupos de religião



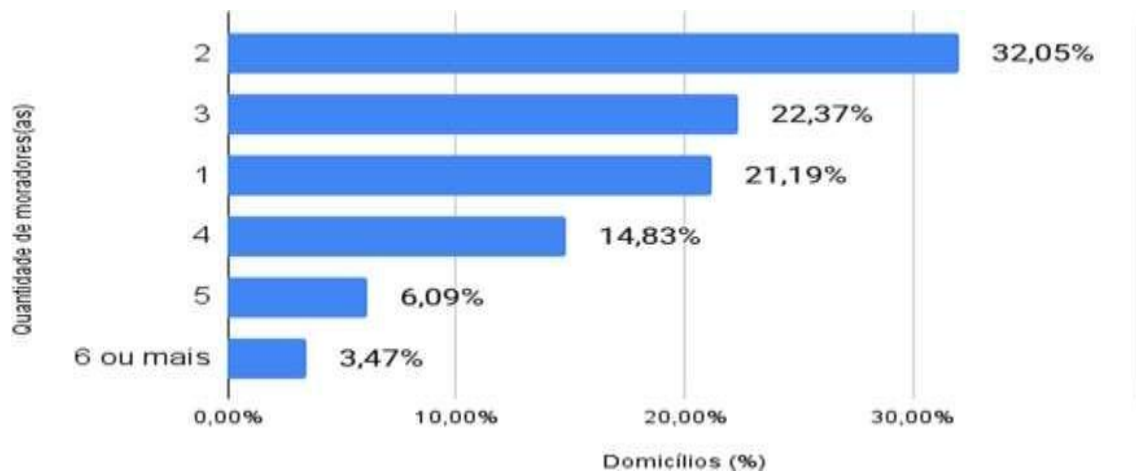
Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base no IBGE (2022).

### Famílias e composição familiar

A média de moradores(as) por domicílio é 2,65. O gráfico a seguir demonstra a porcentagem de moradores(as) por domicílio.

O gráfico 7 apresenta a distribuição percentual de domicílios de acordo com a quantidade de moradores, revelando uma predominância de núcleos familiares pequenos. Os domicílios com 2 moradores são os mais comuns, representando 32,05% do total, seguidos por aqueles com 3 (22,37%) e 1 habitante (21,19%). Nota-se uma tendência decrescente conforme o número de residentes aumenta, visto que apenas 14,83% das residências possuem 4 pessoas e menos de 10% do total (soma das duas últimas categorias) abrigam 5 moradores ou mais. Em suma, a grande maioria dos domicílios analisados (mais de 75%) é composta por até três pessoas.

Gráfico 7 – Porcentagem dos domicílios, por número de moradores(as) - Censo 2022

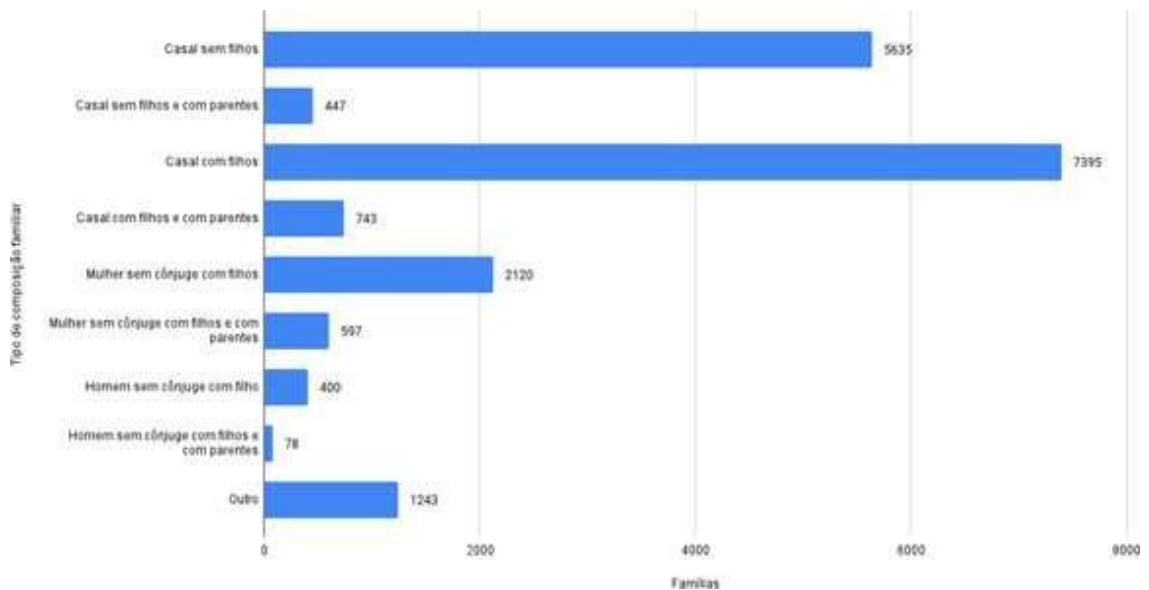


Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base em IBGE (2022).

A composição familiar pode ser classificada em quatro categorias: unipessoais (apenas um morador), nucleares (casais com ou sem filhos ou um dos pais com filhos), estendidas (com presença de outros parentes, como avós ou netos) e compostas (presença de membros sem laços de parentesco). Conforme evidenciado pelo gráfico abaixo, os domicílios unipessoais ocupam o terceiro lugar, representando 21,19% do total.

Este gráfico detalha a composição familiar de um grupo de famílias, evidenciando que o modelo de casal com filhos é o mais frequente, totalizando 7.395 unidades. Em seguida, destacam-se os casais sem filhos (5.635) e as mulheres sem cônjuge com filhos (2.120), o que aponta para uma diversidade de arranjos domésticos, em que a presença de parentes adicionais ainda é minoritária em todas as categorias. Um dado notável é a disparidade de gênero na monoparentalidade: enquanto há 2.120 mulheres chefiando famílias sozinhas com filhos, o número de homens na mesma situação é significativamente menor, com apenas 400 registros do total. Observa-se, ainda, uma tendência de redução no tamanho das famílias, visto que o quantitativo de arranjos numerosos é significativamente inferior ao de famílias com até quatro integrantes.

Gráfico 8 – Famílias de Capão da Canoa, por tipo de composição familiar - Censo 2022



Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base em IBGE (2022).

Em relação ao gráfico acima, destaca-se que 14,56% das famílias são compostas por mulheres sem cônjuge com filhos(as). Os domicílios com cônjuges sem filhos(as) representam 24,38%. Cônjuges do mesmo sexo perfazem 0,64%.

## 2.2 Indicadores sociais

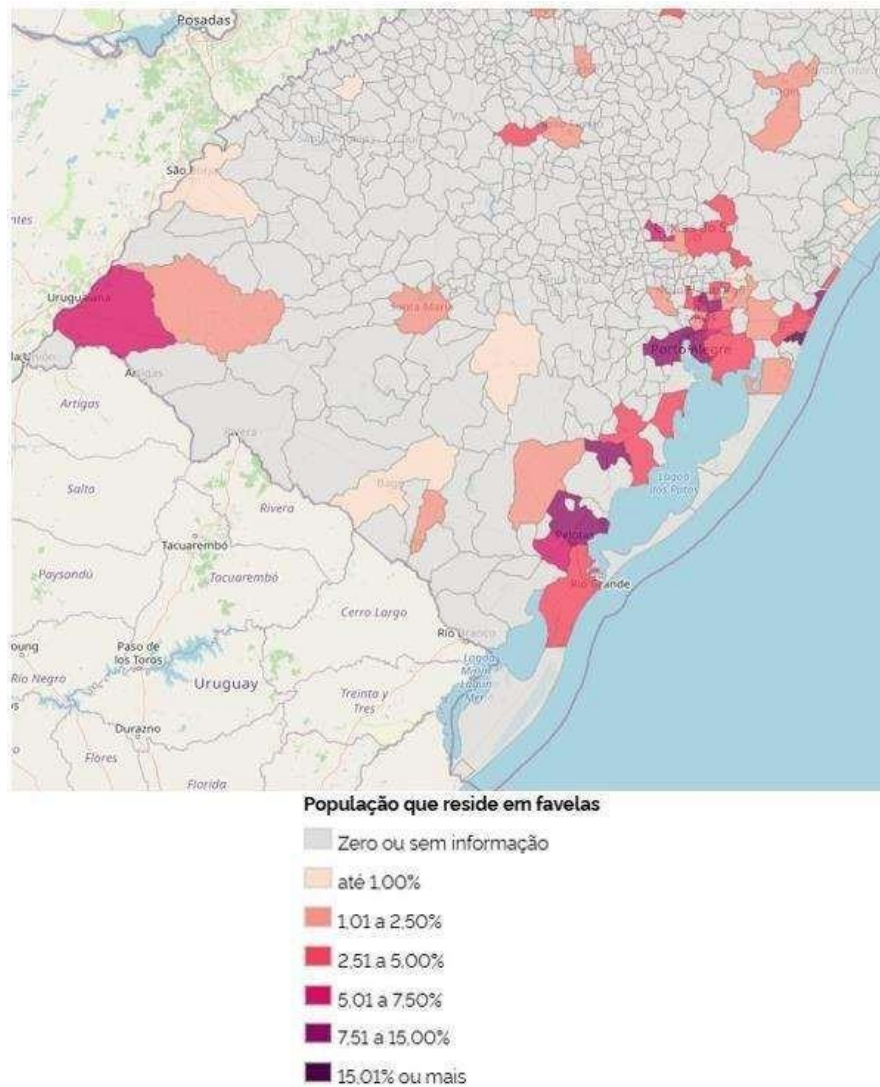
Figura 3 – Mapa de Capão da Canoa, com a identificação das favelas e comunidades urbanas identificadas pelo Censo Demográfico 2022



Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, a partir de GeoReDUS [2026].

Segundo o Censo Demográfico 2022 (IBGE, 2022), Capão da Canoa é o quarto município do RS com maior quantitativo da população residente em favelas, com 8.163 pessoas, representando 12,84%. Os locais municipais identificados como favelas são Arco-Íris 2, Fundos da Praia do Barco, Posto 5 e Posto 6. À frente de Capão da Canoa estão Tramandaí, Guaíba e Porto Alegre, com 15,32%, 14,87% e 13,17% da população, respectivamente, residentes em favelas.

Figura 4 – Mapa do Rio Grande do Sul, conforme a porcentagem da população que reside em favelas – Censo Demográfico 2022



Fonte: IBGE (2022).

---

<sup>2</sup> Gestão municipal de assistência social, afirma pela experiência e conhecimento do território, que há equívoco na classificação do IBGE ao indicar o território Arco Iris como território de favela.

### 1.1.1 Educação

Tabela 3 – Aspectos educacionais - Censo Demográfico 2022

Característica	Total ou porcentagem
Taxa de alfabetização de pessoas de 15 anos ou mais, considerando a população total	97,74%
Taxa de alfabetização de pessoas de 15 anos ou mais, considerando a população residente em favelas ou comunidades urbanas	95,94%
Número médio de anos de estudo	10,1 anos
Taxa bruta de frequência escolar	96,65%
Pessoas de 18 anos ou mais de idade sem instrução ou com nível fundamental incompleto	13.575 (28,42%)
Pessoas de 18 anos ou mais de idade com nível fundamental completo e nível médio incompleto	8.991 (18,82%)
Pessoas de 18 anos ou mais de idade com nível médio completo e nível superior incompleto	16.994 (35,58%)
Pessoas de 18 anos ou mais de idade com nível superior completo	8.203 (17,17%)

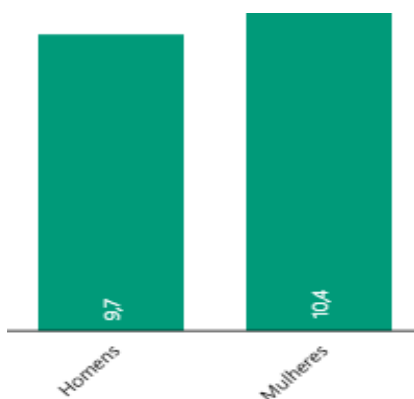
Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base em IBGE (2022).

Em 2022, a taxa de escolarização de seis a 14 anos de idade era de 96,65%, enquanto, em 2010, era de 95,20%. A taxa de escolarização diz respeito ao total das matrículas em uma etapa específica, em comparação com o total da população na faixa etária oficial correspondente. Na comparação com outros municípios do estado, Capão da Canoa ficou na posição 466 de 497. Já na comparação com municípios de todo o país, ficou na posição 5.238 de 5.570.

Em relação ao Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), no ano de 2023, o IDEB para os anos iniciais do ensino fundamental na rede pública era de 5,3 e, para os anos finais, de 4,2. Na comparação com outros municípios do estado, ficava nas posições 408 e 420 de 497. Já na comparação com municípios de todo o país, ficava nas posições 3.751 e 4.071 de 5.570.

Em 2024, foram 9.789 matrículas no ensino fundamental e 2.251 matrículas no ensino médio.

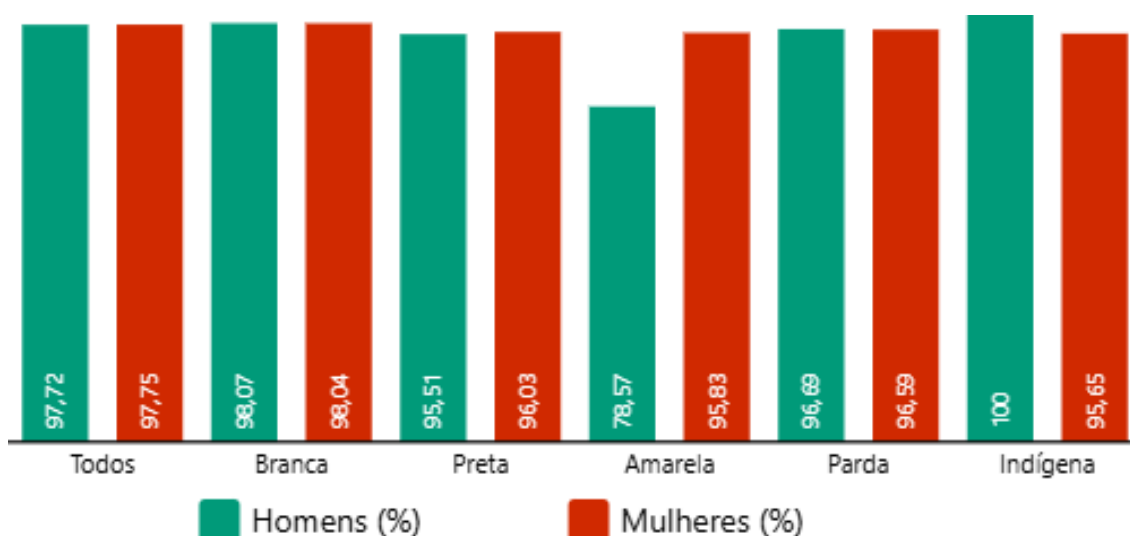
Gráfico 9 – Número médio de anos de estudo de pessoas de 11 anos ou mais de idade, por sexo - Censo Demográfico 2022



Fonte: IBGE (2022).

O gráfico 9 apresenta uma comparação quantitativa entre homens e mulheres, indicando uma ligeira predominância feminina no contexto analisado. Enquanto o grupo de homens registra o valor de 9,7, o grupo de mulheres atinge 10,4, estabelecendo uma diferença de 0,7 unidades entre os dois gêneros. Essa representação visual destaca que, embora os valores sejam próximos, as mulheres possuem uma participação ou índice superior ao dos homens nos dados coletados.

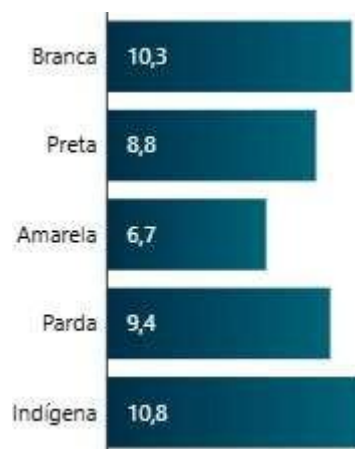
Gráfico 10 – Taxa de alfabetização de pessoas de 15 anos ou mais, por sexo e cor ou raça - Censo Demográfico 2022



Fonte: IBGE (2022).

O gráfico 10 compara a distribuição percentual de homens e mulheres entre diferentes grupos étnico-raciais, revelando uma participação equilibrada na maioria das categorias, com índices que superam 95% para quase todos os recortes. No panorama geral (“Todos”), a diferença entre os gêneros é mínima, com 97,72% para homens e 97,75% para mulheres. Entretanto, as maiores disparidades aparecem nos extremos: no grupo Amarela, há uma predominância feminina marcante (95,83% contra 78,57%), enquanto, no grupo Indígena, ocorre o inverso, com os homens atingindo a marca de 100%, frente a 95,65% das mulheres.

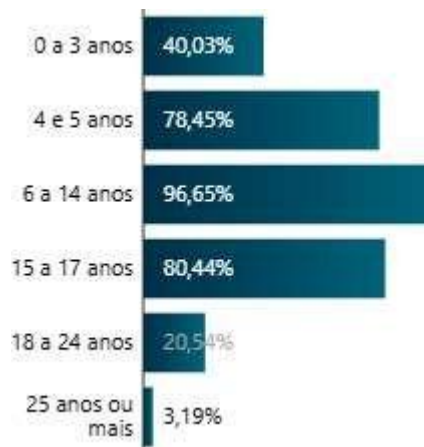
Gráfico 11 – Número médio de anos de estudo de pessoas de 11 anos ou mais de idade, por cor ou raça - Censo Demográfico 2022



Fonte: IBGE (2022).

O gráfico 11 apresenta uma comparação entre diferentes grupos étnico-raciais, revelando que as populações Indígena e Branca possuem os maiores índices, com 10,8 e 10,3, respectivamente. Em uma posição intermediária, encontram-se os grupos Parda (9,4) e Preta (8,8). Já o grupo Amarela apresenta o menor valor registrado no conjunto de dados, com um índice de 6,7, o que evidencia uma disparidade significativa de 4,1 unidades em relação ao topo da lista, representado pelos indígenas.

Gráfico 12 – Taxa bruta de frequência escolar, por grupo de idade - Censo Demográfico 2022



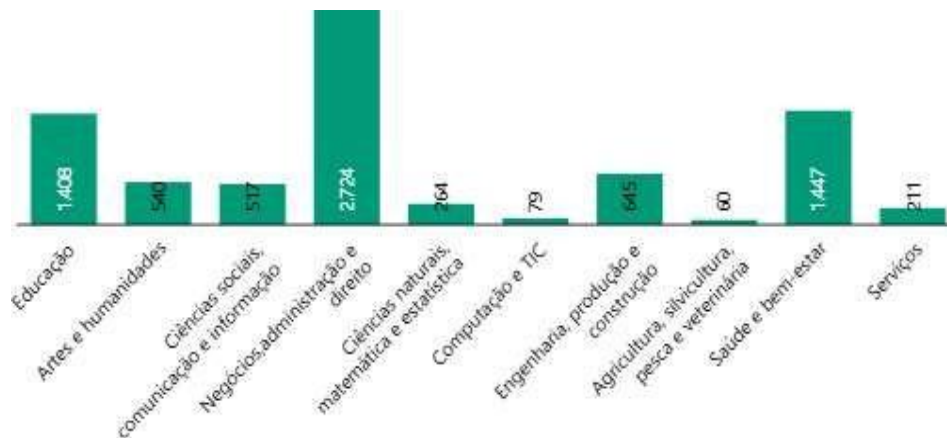
Fonte: IBGE (2022).

### Frequência Escolar por Faixa Etária

Este indicador reflete o acesso à educação básica e a permanência dos jovens no sistema de ensino.

- **Pico de Frequência:** Ocorre entre os 6 e 14 anos (96,65%), o que coincide com o Ensino Fundamental obrigatório.
- **Educação Infantil:** A taxa para crianças de 4 e 5 anos é alta (78,45%), mas o grupo de 0 a 3 anos cai para 40,03%, refletindo a demanda comum por vagas em creches.
- **Evasão Escolar:** Há uma queda significativa após os 17 anos. Apenas 20,54% dos jovens entre 18 e 24 anos frequentam a escola, sugerindo que muitos deixam os estudos para ingressar no mercado de trabalho ou enfrentam dificuldades de acesso ao Ensino Superior.

Gráfico 13 – Pessoas com nível superior completo, por área de formação - Censo Demográfico 2022



Fonte: IBGE (2022).

### Nível Superior por Área de Formação

O gráfico de barras mostra quais carreiras os graduados de Capão da Canoa estão escolhendo:

- **A área de Negócios, Administração e Direito** (2.724 pessoas) é, de longe, a mais procurada.
- **Setores Essenciais:** Saúde e Bem-estar (1.447) e Educação (1.408) aparecem em seguida, sendo pilares fundamentais para o funcionamento da cidade.
- **Baixa Formação Tecnológica:** Áreas como Computação e TIC (79) e Ciências Naturais e Matemática (264) possuem números muito baixos. Isso pode indicar uma carência de profissionais para a “nova economia” digital ou falta de cursos nessas áreas na região.

### Escolaridade Média (Anos de Estudo)

Os dados mostram a média de anos de estudo completados, revelando disparidades demográficas.

- **Por Gênero:** As mulheres (10,4 anos) possuem, em média, mais tempo de estudo do que os homens (9,7 anos). Essa é uma tendência observada em diversas regiões do Brasil, onde o público feminino busca maior qualificação.
- **Por Cor ou Raça:** As populações Indígena (10,8) e Branca (10,3) apresentam as maiores médias. A população Amarela (6,7) apresenta o menor índice de anos de estudo na cidade. Há uma disparidade entre Brancos (10,3) e Pretos (8,8) e Pardos (9,4), o que indica que fatores socioeconômicos ainda influenciam a trajetória escolar.

Ao comparar os dados de Capão da Canoa com as estatísticas recentes do Rio Grande do Sul (2024–2025), percebe-se que a cidade reflete muitas tendências estaduais, mas com particularidades interessantes:

### 1. Frequência Escolar: Capão da Canoa vs. RS

Enquanto o estado do Rio Grande do Sul tem buscado elevar suas taxas, Capão da Canoa apresenta números competitivos, mas com gargalos específicos:

- **0 a 3 anos (Creche):** Capão da Canoa tem 40,03%, um índice ligeiramente inferior à média estadual, que fechou 2024 em cerca de 43,7%. Ambas as esferas ainda lutam para atingir a meta de 50% do Plano Nacional de Educação.
- **4 e 5 anos (Pré-escola):** A cidade está em 78,45%, o que é preocupante quando comparado à média do RS, que subiu para 88% recentemente. Isso sugere que a cidade precisa de políticas mais agressivas para universalizar a pré-escola.
- **6 a 14 anos:** Com 96,65%, Capão da Canoa está alinhada à quase universalização observada em todo o estado.

### 2. Anos de Estudo: Desigualdades Demográficas

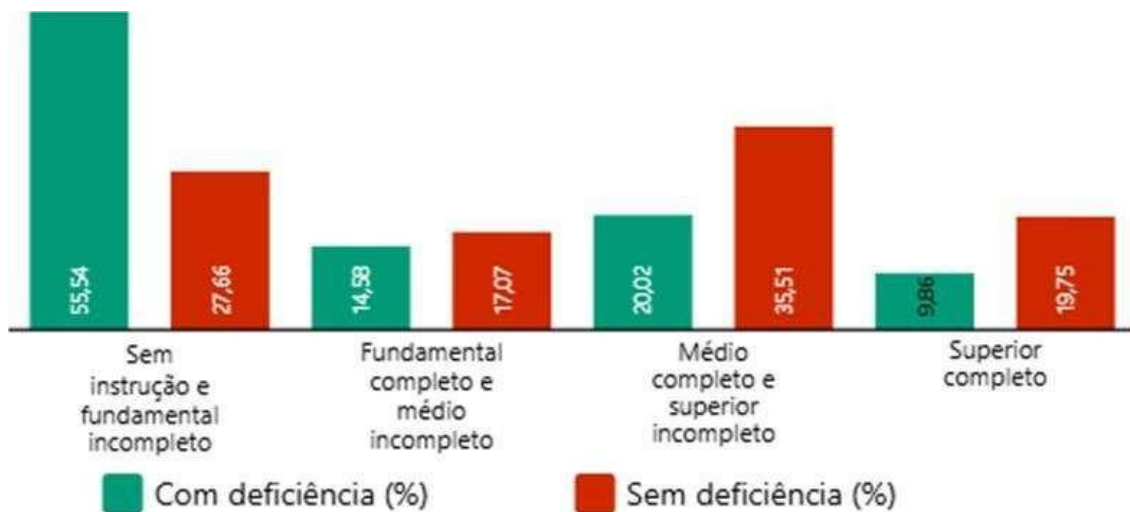
A média de anos de estudo em Capão da Canoa revela um padrão de desigualdade muito similar ao cenário gaúcho:

- **Gênero:** Assim como no RS (onde as mulheres têm, em média, 9,5 a 10,1 anos, contra 8,9 a 9,7 dos homens), em Capão as mulheres lideram, com 10,4 anos, contra 9,7 dos homens.
- **Raça/Cor:** No estado, a diferença entre brancos e negros na média de anos de estudo é de cerca de 0,7 a 1,1 ano. Em Capão, essa lacuna é visível: a população branca tem 10,3 anos, enquanto a preta tem 8,8 e a parda, 9,4.
- **Destaque Indígena:** Curiosamente, o gráfico de Capão mostra a população indígena com a maior média (10,8 anos), o que foge da tendência média estadual e nacional, sugerindo a presença de um grupo indígena local com alto nível de escolarização ou políticas específicas de permanência.

No que tange ao nível de instrução, disposto no gráfico abaixo, verifica-se que há o dobro de PCDs sem instrução e com nível fundamental incompleto, em relação às pessoas sem

deficiência. A porcentagem de PCDs e de pessoas sem deficiência fica mais próxima apenas em relação ao nível fundamental completo e médio incompleto, 14,58% e 17,07%, respectivamente. A partir do nível médio completo em diante, há muito mais pessoas sem deficiência do que pessoas com deficiência.

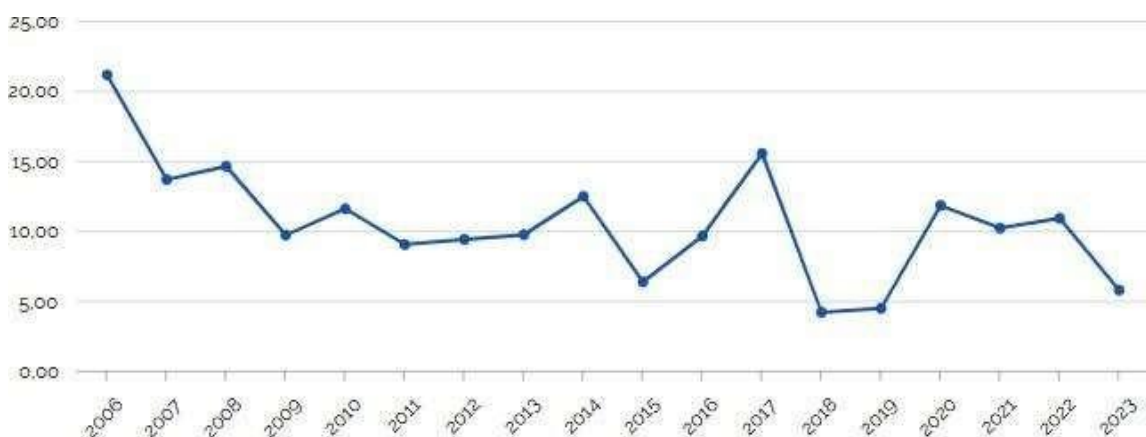
Gráfico 14 – Comparativo da porcentagem do nível de escolaridade entre pessoas com deficiência e sem deficiência - Censo Demográfico 2022



Fonte: IBGE (2022).

### 2.1.2 Saúde

Gráfico 15 – Evolução da taxa de mortalidade infantil, de 2006 a 2023

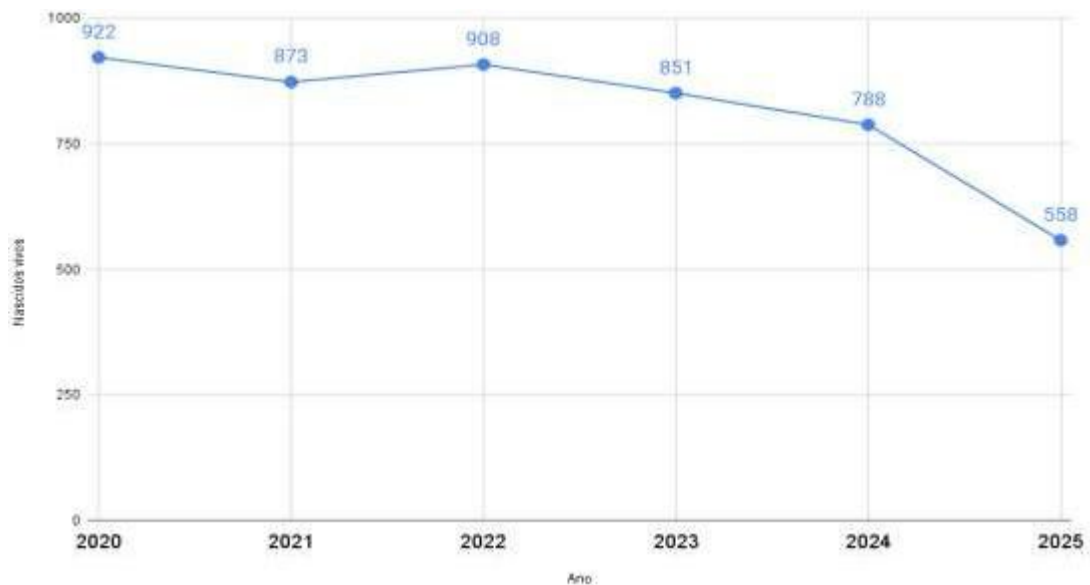


Fonte: IBGE (2025).

No período disposto no gráfico acima, o ano em que a taxa de mortalidade foi mais alta, 21,25 por mil nascidos vivos, foi 2006, e o ano em que foi mais baixa, 4,3, foi 2018. No último ano disponível, 2023, a taxa foi de 5,88.

Já o gráfico a seguir evidencia a evolução de nascidos vivos. No ano de 2023, Capão da Canoa foi o 29º município com mais nascidos vivos do estado (IBGE, 2025).

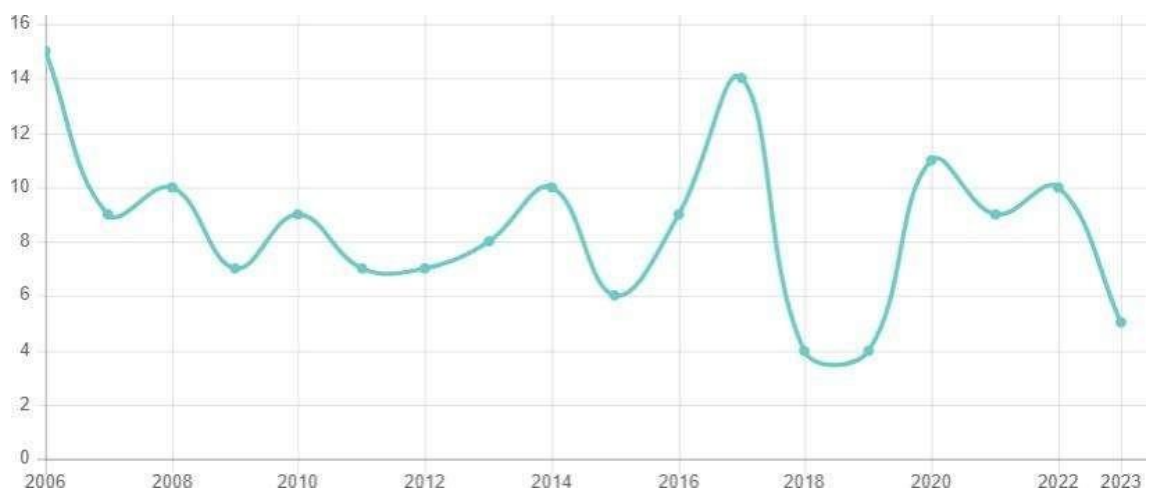
Gráfico 16 – Evolução de nascidos vivos, de 2020 a 2025



Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base em Brasil (2025).

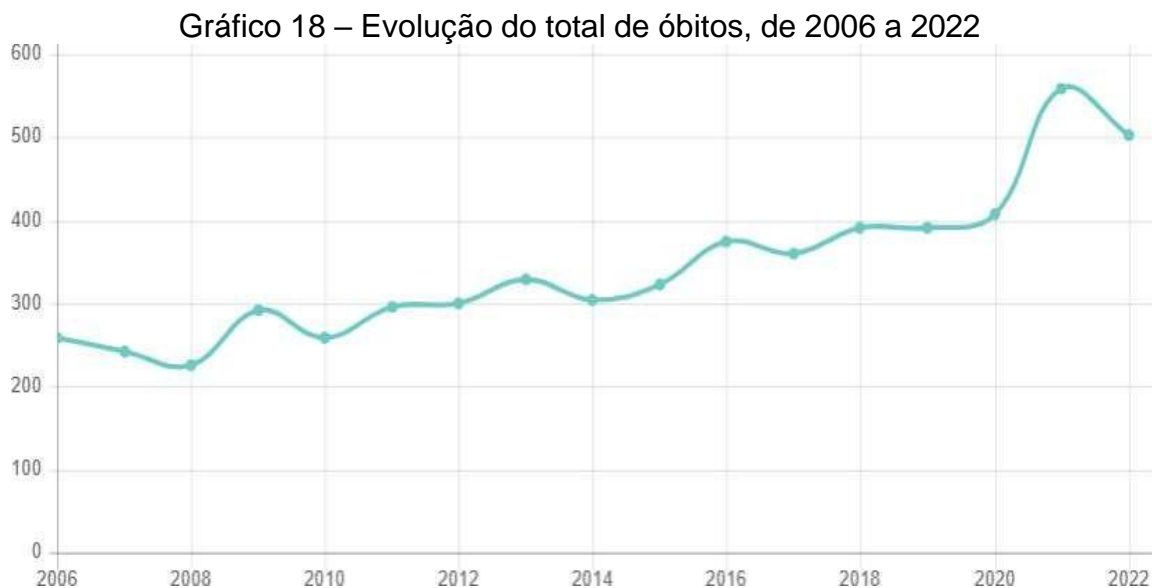
Os gráficos 17 e 18 apresentam os dados sobre os óbitos.

Gráfico 17 – Evolução de óbitos de pessoas com idade menor que um ano, de 2006 a 2023



Fonte: IBGE (2025).

Os óbitos de pessoas com menos de um ano de idade variam ao longo da série histórica, sendo que o último ano disponível, 2023, foi um dos que registrou menos óbitos: 5. Em relação ao total de óbitos, percebe-se uma tendência de crescimento, tendo o ano de 2022, fechado com 502 registros, o que fez com que Capão da Canoa ficasse em 45º entre os municípios gaúchos (IBGE, 2025).



Fonte: IBGE (2025).

Alguns destaques do período de 2006 a 2025 permitem identificar três movimentos principais no perfil epidemiológico do município:

- a) O dado mais positivo é a redução drástica da taxa de mortalidade infantil: queda acentuada na mortalidade infantil;
- b) O índice caiu de 21,25 (em 2006) para 5,88 (em 2023): redução histórica;
- c) O ano de 2018 registrou a mínima histórica (4,3), indicando que, embora tenha havido uma leve oscilação para cima em 2023, o patamar atual ainda é muito superior ao do início da série: ponto de inflexão;
- d) O registro de apenas 5 óbitos de menores de um ano em 2023 reforça o sucesso de políticas de pré-natal e assistência ao recém-nascido: eficiência clínica.

#### Dinâmica de Natalidade

- a) Capão da Canoa ocupa uma posição de destaque no Rio Grande do Sul, sendo o 29º município em número de nascidos vivos em 2023.

- b) Esse dado é relevante, pois coloca a cidade como um polo de crescimento demográfico no estado, exigindo atenção constante à rede de pediatria e à atenção básica.

Tendência de Alta na Mortalidade Geral

- a) Diferentemente da mortalidade infantil, o total de óbitos apresenta uma trajetória crescente, atingindo 502 mortes em 2022. O município é o 45º no ranking de óbitos do estado. Esse aumento costuma estar atrelado ao envelhecimento da população local ou ao rápido crescimento populacional da cidade, que atrai novos moradores e, conseqüentemente, altera o volume absoluto de registros.

Quadro 1 – Síntese comparativa indicadores mortalidade infantil

Indicador	Tendência	Observação principal
<b>Mortalidade Infantil</b>	Queda Livre	Redução de quase 73% desde 2006.
<b>Nascidos Vivos</b>	Estabilidade/Alta	Cidade é um polo regional (29º no RS).
<b>Mortalidade Geral</b>	Crescente	Reflexo direto do aumento populacional e longevidade.

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados IBGE (2025).

**Nota:** É importante observar que a taxa de mortalidade infantil (5,88), em 2023, está abaixo de muitas médias nacionais, o que sugere uma rede de proteção à primeira infância consolidada.

Característica	Total ou porcentagem
Quantidade de domicílios	59.251
Quantidade de domicílios em favelas e comunidades urbanas	3.642 (6,15%)
Domicílios particulares permanentes ocupados	23.879 (40,37)
Domicílios particulares permanentes não-ocupados de uso ocasional	31.495 (53,24%)
Domicílios particulares permanentes não-ocupados vagos	3.780 (6,39%)
Paredes externas de alvenaria ou taipa com revestimento	18.374 (76,96%)
Paredes externas de madeira para construção	3.254 (13,63%)
Paredes externas de alvenaria sem revestimento	1.557 (6,52%)

Paredes externas de taipa sem revestimento	417 (1,75%)
Paredes externas de madeira reaproveitada	203 (0,85%)
Casas	18.015 (75,44%)
Apartamentos	5.337 (22,35%)
Média de moradores(as) por domicílio	2,65
Conexão à rede de esgoto	30,76%
Abastecimento de água pela rede geral	90,64%
Banheiro de uso exclusivo	99,55%
Domicílios sem banheiro	107 (0,45%)
Coleta de lixo	99,37%
Domicílios próprios pagos	57,58%
Domicílios alugados	24,43%
Domicílios próprios, sendo pagos	10,19%
Domicílios cedidos ou emprestados	7,38%

### 2.1.3 Habitação, condições de moradia e infraestrutura urbana

#### 2.1.4 Tabela 4 – Características dos domicílios - Censo Demográfico 2022

---

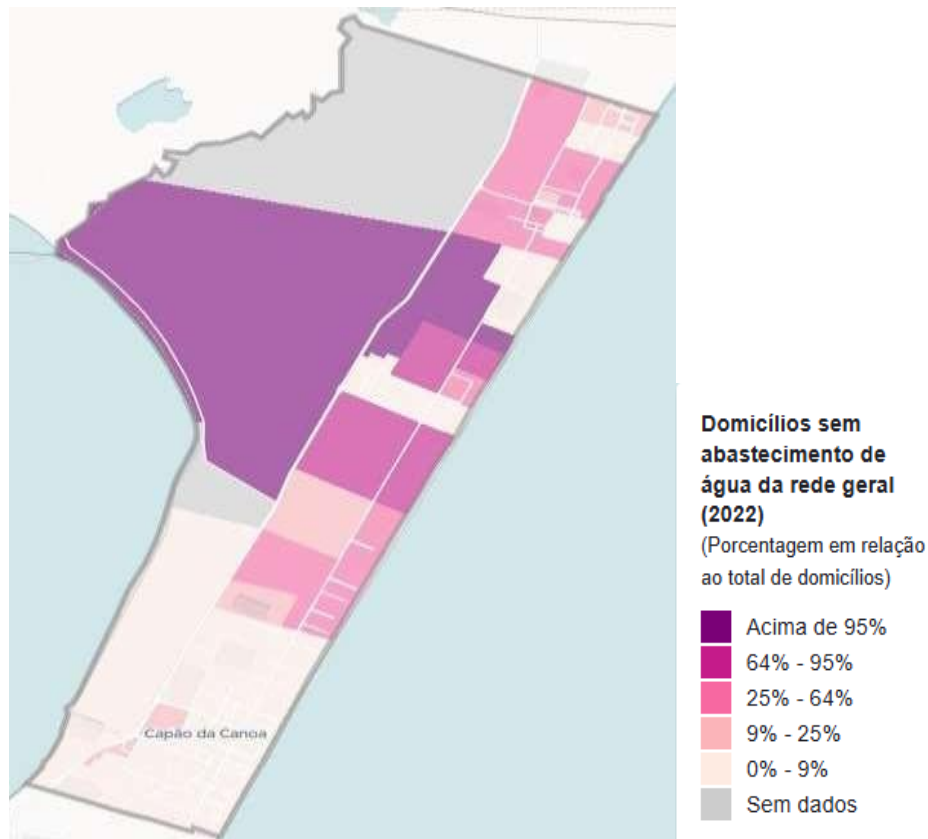
Presença de máquina de lavar roupas	88,75%
-------------------------------------	--------

---

Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base em IBGE (2022).

A tabela 4 apresenta o panorama geral municipal. Contudo, se verificadas especificamente as condições dos domicílios situados em favelas ou comunidades urbanas, a conexão à rede de esgoto é de 1,55%, e o abastecimento de água pela rede geral é de 65,53%.

Figura 5 – Mapa de Capão da Canoa, com a identificação de domicílios sem abastecimento de água da rede geral, por setor censitário - Censo Demográfico 2022



Fonte: GeoReDUS (2026).

O território de abrangência dos CRAS Santa Luzia e Arco-Íris tem, de forma geral, apresentam baixa porcentagem de domicílios sem abastecimento de água pela rede geral, sendo predominante a faixa de 0% a 9% de domicílios que não dispõem desse serviço. Contudo, na maior parte do território do CRAS Zona Norte, há setores em que, no mínimo, de 25% a 64% dos domicílios não têm abastecimento de água pela rede geral.

Em relação ao entorno dos domicílios, a tabela abaixo apresenta as principais características:

Tabela 5 – Comparativo das principais características do entorno dos domicílios entre todo Município e fora e dentro de favelas e comunidades urbanas - Censo Demográfico 2022

Característica	Total	Fora de favelas/comunidades urbanas	Em favelas/comunidades urbanas
Arborização	64,84%	66,93%	48,66%
Via pavimentada	90,64%	97,11%	39,45%
Bueiro ou boca de lobo	9,93%	10,94%	1,89%
Iluminação pública	93,99%	98,85%	55,53%
Ponto de ônibus ou van	2,05%	2,2%	0,87%
Via sinalizada para bicicletas	0,71%	0,8%	0%
Rampa para pessoas que fazem uso de cadeira de rodas	34,35%	38,57%	0,98%
Obstáculo na calçada	59,25%	60,34%	50,59%

Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base em IBGE (2022).

A tabela 5 dá visibilidade à desigualdade no aspecto da infraestrutura urbana, evidenciando a presença de serviços e infraestrutura em domicílios localizados dentro e fora de favelas/comunidades urbanas, com os seguintes destaques:

#### a) O Abismo da Pavimentação e Acessibilidade

O contraste mais gritante aparece na infraestrutura básica de mobilidade:

- **Vias Pavimentadas:** Enquanto 97,11% das áreas fora de comunidades possuem pavimentação, esse número despenca para apenas 39,45% dentro das favelas.
- **Rampas para Cadeirantes:** A desigualdade é extrema nesse aspecto. Fora das comunidades, 38,57% das áreas possuem rampas; dentro das favelas, a taxa é de apenas 0,98%, indicando uma quase inexistência de acessibilidade formal.

#### b) Iluminação e Saneamento Básico

- **Iluminação Pública:** É o serviço mais universalizado, mas ainda apresenta um "gap" significativo. Quase todas as áreas formais (98,85%) são iluminadas, contra 55,53% nas comunidades.
- **Drenagem (Bueiros):** A presença de bueiros ou bocas de lobo é muito baixa em comunidades (1,89%), o que sugere uma vulnerabilidade muito maior a alagamentos e problemas de escoamento em comparação aos 10,94% das áreas formais.

**c) Meio Ambiente e Urbanismo**

- **Arborização:** Há um déficit de “verde”. Enquanto cerca de 67% das áreas formais têm arborização, nas comunidades esse índice é de 48,66%.

2.1.5 Segurança pública

A tabela 6 apresenta as ocorrências relacionadas a crimes consumados em Capão da Canoa, de 2015 a 2025. É preciso levar em conta o seguinte sobre os dados: a) Vítimas de Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI) contêm os registros das vítimas de homicídio doloso de trânsito, aborto, induzimento/auxílio ao suicídio, infanticídio, homicídio decorrente de oposição à intervenção policial, lesão corporal seguida de morte, feminicídio, homicídio doloso e latrocínio; b) as ocorrências de abigeato também estão contidas no somatório das ocorrências de furto; c) os dados representam um recorte temporal, retratando os fatos registrados na data da extração da base de dados, sujeitos ainda a alterações provenientes da revisão de ocorrências duplicadas, da apuração de informações oriundas de investigações, diligências, perícias ou da correção do fato ao final da investigação policial (Estado do Rio Grande do Sul, 2026)].<sup>3</sup>

Tabela 6 – Ocorrência de crimes consumados, em Capão da Canoa, por tipo, de 2015 a 2025

Ano	Homicídio Doloso	Total de vítimas de Homicídio Doloso	Latrocínio	Furtos	Abigeato*	Furto de Veículo	Roubos	Roubo de Veículo	Estelionato	Delitos Relacionados a Armas e Munições	Entorpecentes Posse	Entorpecentes Tráfico	Vítimas de Latrocínio	Vítimas de Lesão Corp. Seg. Morte	Total de Vítimas de CVLI**
2025	4	5	0	1039	4	62	80	12	689	26	70	202	0	0	9
2024	20	21	0	1066	10	62	126	13	719	22	59	114	0	0	21
2023	14	15	0	1086	3	51	155	16	796	30	87	143	0	0	17
2022	10	11	0	1012	10	81	167	15	835	33	94	157	0	0	12
2021	5	6	0	1026	11	70	128	20	712	23	77	113	0	1	12
2020	3	3	0	923	6	80	203	19	488	17	59	98	0	0	4
2019	11	11	0	1205	6	88	233	19	272	36	64	125	0	0	11
2018	19	20	0	1227	14	119	254	29	254	30	58	109	0	0	20
2017	22	25	0	1199	21	101	422	38	221	27	77	97	0	0	
2016	25	26	2	1279	31	148	297	20	188	37	92	87	2	1	
2015	9	9	1	1548	18	124	253	18	167	23	139	98	1	0	

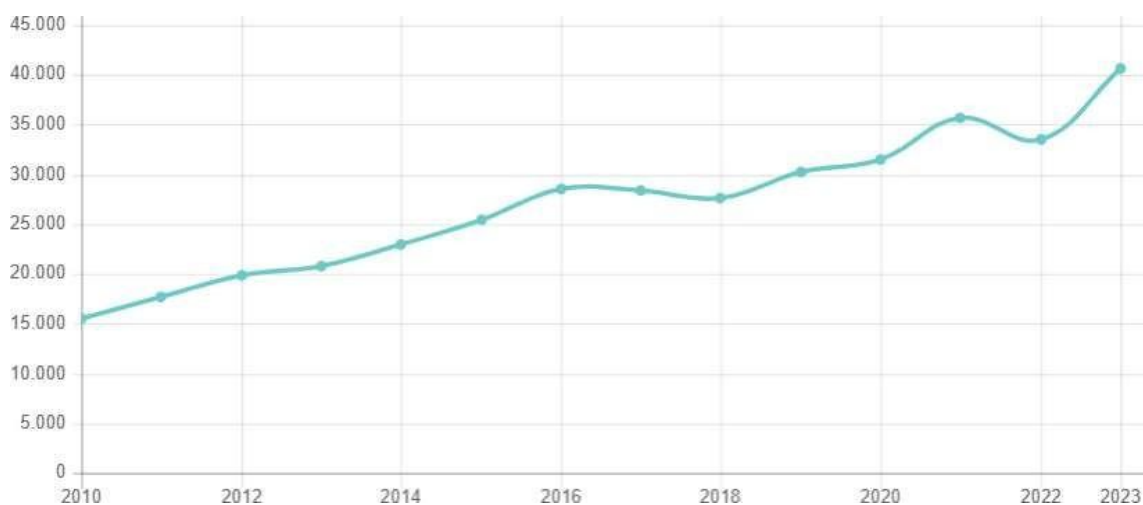
Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base em PROCERGS/OESP, GESEG (ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL [2026a]), 2026.

Em 2025, em relação às ocorrências relacionadas ao tráfico, chama a atenção que praticamente duplicaram em relação ao ano de 2024, bem como é o ano com mais registros desde 2015. Ainda em 2025, Capão da Canoa foi o 23º Município do Rio

Grande do Sul com mais ocorrência de tráfico, sendo que, no Litoral Norte, ficou atrás de Tramandaí e Osório, que tiveram 213 e 212 ocorrências, respectivamente.

### 2.1.6 Renda

Gráfico 19 – Produto Interno Bruto – Capão da Canoa - período 2010-2023



Fonte: IBGE (2022).

Este gráfico apresenta a evolução do **Produto Interno Bruto (PIB)** de Capão da Canoa entre os anos de **2010 e 2023**.

O cenário geral é de crescimento expressivo e consistente, com o valor saltando de aproximadamente 15.000 (em unidade monetária, provavelmente milhões de reais) para mais de 40.000 ao final do período, destacando-se:

**Crescimento sustentado (2010–2016):** Nesta fase inicial, a cidade apresentou uma subida constante. O PIB praticamente dobrou em seis anos, refletindo um período de forte expansão econômica, possivelmente impulsionada pelo setor imobiliário e pelo fortalecimento do turismo regional.

**Estagnação e leve queda (2016–2018):** O gráfico mostra um “platô”, seguido de uma pequena retração entre 2016 e 2018. Isso coincide com o período de recessão econômica enfrentado pelo Brasil naqueles anos, que afetou o consumo das famílias e os investimentos na construção civil.

**Recuperação e aceleração (2019–2021):** A economia retomou o fôlego em 2019. Curiosamente, mesmo com a pandemia iniciada em 2020, o gráfico mostra que Capão da Canoa manteve uma tendência de alta até 2021. Isso pode ser explicado pelo fenômeno de pessoas que migraram para o litoral para realizar teletrabalho, injetando recursos na economia local.

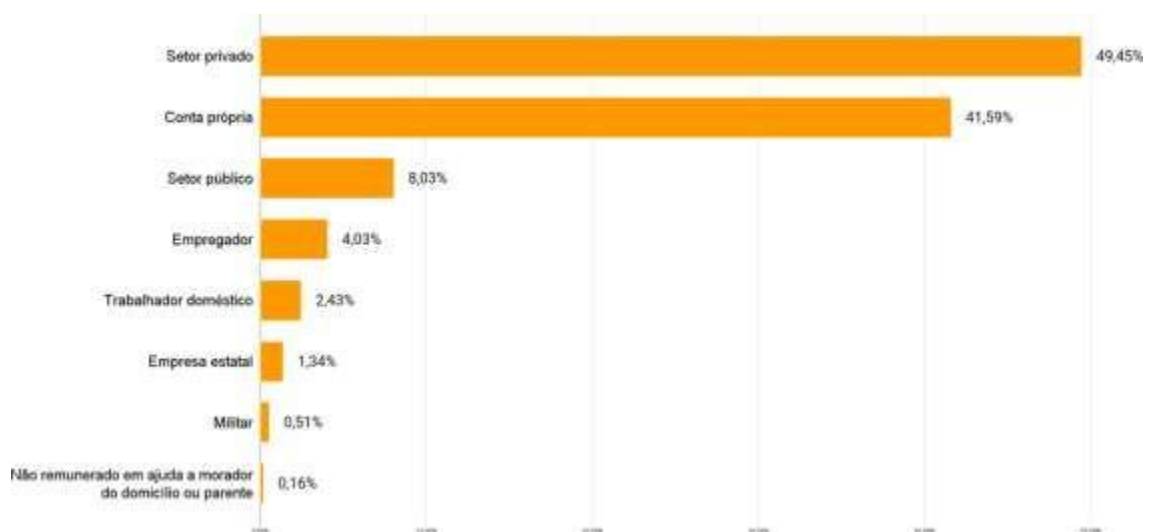
**Volatilidade recente (2021–2023):**

- **2021–2022:** Há uma queda visível. Isso pode representar um ajuste pós-boom da pandemia ou o impacto da inflação elevada no período.
- **2022–2023:** O gráfico encerra com uma subida vertical bastante acentuada, atingindo seu ponto mais alto da série histórica (acima de 40.000). Esse salto final indica um aquecimento extraordinário da economia local no último ano registrado.

O rendimento médio domiciliar mensal per capita é de R\$ 1.932,27 (IBGE, 2022), representando uma renda pouco superior ao salário-mínimo, que em 2022 correspondia a R\$ 1.212,00. Dados de 2023 do IBGE Cidades e Estados indicam que havia 20.146 pessoas ocupadas em postos de trabalho formais, as quais recebiam salário médio mensal de 2,2 salários-mínimos (aproximadamente R\$ 2.640,00).

**População ocupada, conforme a categoria do emprego no trabalho principal**

Gráfico 20 – Porcentagem de pessoas de 10 anos ou mais de idade ocupadas, segundo a categoria do emprego no trabalho principal - Censo Demográfico 2022



Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base em IBGE (2022).

### 3. DIAGNÓSTICO SOCIOTERRITORIAL

#### 3.1 Caracterização dos territórios de referência

Figura 6 – Mapa de Capão da Canoa, com a identificação da localização de cada CRAS e sua respectiva região de abrangência



Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, a partir do Google Maps, 2021.

A figura 6 demonstra que o município divide em três grandes áreas de responsabilidade da Proteção social Básica - pontos físicos (os CRAS), revelando que estão altamente concentrados no sul do território:

- **CRAS Santa Luzia (Ponto Azul):** Localizado na extremidade sul, atendendo a região mais densamente povoada e urbana.
- **CRAS Arco-Íris (Ponto Ciano):** Localizado logo acima do Santa Luzia, em uma área central-sul.
- **CRAS Zona Norte (Ponto Vermelho):** Apesar do nome, ele está localizado geograficamente no "meio" do município, próximo à divisa com o território do Arco-Íris.

- **Território do CRAS Zona Norte (Linha Vermelha):** Esta é a área mais alarmante. Ela compreende quase **70% da extensão territorial do município**, estendendo-se por muitos quilômetros em direção ao norte.

### **População sem Acesso Direto (Vazios Assistenciais)**

O mapa revela, ainda, que as localidades mais prejudicadas são aquelas situadas no extremo norte do Território Vermelho:

- **Curumim e Arroio Teixeira:** No mapa, percebe-se que essas áreas urbanas ao norte estão a uma distância significativa do ponto vermelho (CRAS Zona Norte).
- **Capão Novo e Praia do Barco:** Embora estejam um pouco mais próximas que Curumim, ainda exigem um deslocamento considerável, que não pode ser feito a pé.
- **Zonas rurais e margens da laguna:** Toda a vasta área a oeste da rodovia principal parece estar dentro de um “vazio” de equipamentos públicos.

### **Impactos na Vida do Território e das Famílias**

A distância entre onde a pessoa vive e onde o CRAS está localizado gera impactos profundos, pois:

- **Barreira econômica e física:** Famílias em situação de vulnerabilidade muitas vezes não têm recursos para custear a passagem de ônibus. Se o CRAS está a 10 km ou 15 km de distância, o serviço torna-se inacessível, fazendo com que essas famílias busquem ajuda apenas em casos de extrema emergência.
- **Desconhecimento de direitos:** O CRAS deveria ser a “porta de entrada” para direitos. Quando está distante, a comunidade perde o contato cotidiano com os serviços de proteção socioassistencial, resultando em desproteção socioassistencial.
- **Dificuldade de busca ativa:** Para as equipes do CRAS Zona Norte, realizar visitas domiciliares no extremo norte (como em Curumim) exige logística de transporte e tempo, o que pode tornar o acompanhamento dessas famílias mais raro e menos eficiente do que nos bairros do sul.
- **Sobrecarga da Unidade:** Como o CRAS Zona Norte é responsável por uma área geográfica gigantesca em comparação aos outros dois, há um risco real de

desigualdade no atendimento, onde a equipe não consegue dar conta de toda a demanda territorial.

Diante do exposto, observa-se o esforço da gestão em descentralizar os serviços. No entanto, há o desafio de ampliar a presença do Sistema Único de Assistência Social em territórios de extrema vulnerabilidade, evidenciando a necessidade de respostas mais efetivas junto às famílias dos distritos ao norte, que se encontram em situação de significativa desvantagem socioassistencial. As áreas conhecidas como Posto 5 e Posto 6 representam um dos casos mais emblemáticos de vulnerabilidade e “vazio institucional” em Capão da Canoa.

Esses territórios estão localizados no distrito de Capão Novo. Diferentemente do Centro, que possui infraestrutura consolidada, essas localidades caracterizam-se por:

- **Ocupação e regularização fundiária:** São áreas de ocupação que estão atualmente em processo de regularização fundiária pelo Tribunal de Justiça (TJRS) e pela Prefeitura. Isso indica que, historicamente, não houve planejamento para esse território, o que gera carência de serviços básicos.
- **Alta concentração de famílias:** Estima-se que cerca de 2.000 famílias vivam apenas nessa região, totalizando mais de 4.200 lotes que necessitam de intervenção.
- **Vulnerabilidade:** Essas áreas são, provavelmente, os pontos de maior pressão social dentro do “Território Vermelho”.

Tabela 7 – Bairros que compõem a região de cada Centro de Referência de Assistência Social

Bairros que compõem a abrangência	
<b>CRAS Arco - Íris</b>	Araçá
	Arco-Íris
	Guarani
	Novo Horizonte
	Zona Nova (a partir da Avenida Central em direção ao Cemitério Municipal)
	Centro
	Dom Luiz Guanella
	Girassol
	Morada do Sol

<p><b>Santa Luzia</b></p>	<p>Novo Louro                  Quero-Quero                  Navegantes                  Parque Antártica                  Santa Luzia                  Santo Antônio                  São Jorge                  São Manoel                  Zona Nova (até a Avenida Central)</p>
<p><b>Zona Norte</b></p>	<p>Arroio Teixeira                  Capão Novo                  Curumim                  Jardim Beira-Mar                  Praia do Barco                  Zona Norte</p>

Fonte: SAIS (2025).

Mapas, tabelas e dados estatísticos oferecem uma ordem informacional fundamental para o reconhecimento de um território, na medida em que organizam e evidenciam aspectos objetivos da realidade social. No entanto, conforme contribuições de Milton Santos (1996; 2000) e Dirce Koga (2011; 2013), esses dados ganham materialidade quando colocados em diálogo com os tempos históricos, as relações sociais e as experiências vividas nos territórios. Nessa perspectiva, a informação técnica, quando articulada à leitura social e relacional do espaço, deixa de ser apenas um registro quantitativo e passa a expressar dinâmicas concretas da vida cotidiana, marcadas por desigualdades, vínculos e formas de uso e apropriação do território.

Foi a partir desse entendimento que se estruturou o processo de elaboração do Plano Municipal de Assistência Social de Capão da Canoa, ao criar espaços coletivos em que trabalhadores e usuários da política puderam olhar para os dados, interpretá-los e falar sobre eles a partir de suas vivências. Esse movimento possibilitou a construção de um diagnóstico socioterritorial que articula informações quantitativas e qualitativas, reconhecendo o território como espaço vivido e relacional, conforme apontam Santos e Koga, e fortalecendo um planejamento mais sensível às realidades locais e às múltiplas dimensões que atravessam a vida social no município.

Os dados apresentados a seguir, organizados conforme os territórios de abrangência dos CRAS, são resultantes do Diagnóstico Socioterritorial elaborado pela equipe da Vigilância Socioassistencial, articulado a informações provenientes de outras bases institucionais e fontes oficiais. Sua construção decorreu de processo metodológico participativo, que envolveu a realização de atividades de Mapa Falado nos territórios, a apresentação e problematização das informações em seminário específico, a sistematização técnica dos dados pelas consultoras responsáveis e, posteriormente, a devolutiva e validação junto aos trabalhadores do SUAS, incluindo as equipes gestoras da Secretaria Municipal de Assistência Social, dos CRAS e do CREAS, assegurando consistência técnica e legitimidade coletiva ao presente PMAS.

### 3.1.1 CRAS Santa Luzia

Figura 7 – Mapa Falado SCFV



Fonte: Elaboração do grupo de SCFV idosos na oficina do Mapa Falado.

O território de referência do CRAS Santa Luzia, segundo os participantes da Oficina, abrange os bairros Santa Luzia, São Jorge, Parque Antártica, Quero-Quero, Girassol, Morada do Sol, Santo Antônio, Zona Nova, Novo Loro e São Manoel. Trata-se de um território urbano consolidado, com trajetória histórica significativa, marcada por processos de ocupação antigos e pela constituição de vínculos comunitários duradouros. O bairro Santa Luzia possui aproximadamente 50 anos de formação, enquanto o Parque Antártica tem cerca de 30 anos, refletindo diferentes momentos de

expansão urbana do município.

A formação histórica do território está fortemente vinculada à ocupação de antigas propriedades rurais e à presença de referências religiosas, culturais e comunitárias que contribuíram para a construção da identidade local. A memória coletiva dos moradores evidencia forte sentimento de pertencimento e reconhecimento do território como espaço de convivência, solidariedade e relações de proximidade, especialmente entre famílias e vizinhos.

O território conta com uma diversidade de equipamentos, serviços e espaços comunitários que ampliam as oportunidades de convivência, participação social e acesso a políticas públicas, destacando-se o CRAS, o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), a Casa da Cultura, a Casa da Cidadania, serviços de saúde e fisioterapia, praças públicas, academias ao ar livre, ginásio de esportes, associações comunitárias e grupos organizados, além de instituições religiosas e educacionais. Esses recursos são amplamente reconhecidos pela população como importantes fatores de proteção social e fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários.

As redes de apoio no território são compostas por relações comunitárias solidárias, vínculos familiares, lideranças locais e serviços públicos, com destaque para o CRAS, os grupos de convivência, os serviços de saúde mental (CAPS), a igreja e a presença da segurança pública. Ao mesmo tempo, a dinâmica territorial revela complexidades e contradições, como a percepção de formas informais de controle social associadas à presença do tráfico de drogas, evidenciando situações de risco e vulnerabilidade social.

Território do CRAS Santa Luzia -Potencialidades, Vulnerabilidades e riscos.

O território de referência do CRAS Santa Luzia concentra a maior densidade populacional do município, reunindo características históricas, urbanas e sociais que impactam diretamente a demanda pelos serviços da Proteção Social Básica. A leitura socioterritorial evidencia a coexistência de importantes potencialidades comunitárias com vulnerabilidades estruturais e riscos sociais que exigem respostas territorializadas, contínuas e articuladas.

Tabela 8 – Estimativa da distribuição da população, por região de abrangência dos CRAS - malha preliminar do Censo Demográfico 2022

CRAS	Total de pessoas	Percentual
CRAS Arco-Íris	21.076	29,52%
<b>CRAS Santa Luzia</b>	<b>31.387</b>	<b>43,97%</b>
CRAS Zona Norte	18.918	26,50%

Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base em Mapa Social (BRASIL, 2025).

A Tabela 08 apresenta a distribuição da população por região de abrangência dos CRAS, permitindo situar o território do CRAS Santa Luzia no contexto municipal e subsidiar o planejamento das ações, a organização da oferta e a definição de prioridades no âmbito do PAIF e demais serviços socioassistenciais.

Tabela 9 – População por faixa etária CRAS Santa Luzia

Faixa etária	CRAS Santa Luzia		Total
Entre 0 a 4 anos	1.730	39%	4.415
Entre 5 a 9 anos	1.883	41%	4.642
Entre 10 a 14 anos	1.965	44%	4.511
Entre 15 a 19 anos	1.998	45%	4.444
Entre 20 a 24 anos	2.208	47%	4.712
Entre 25 a 29 anos	2.253	47%	4.789
Entre 30 a 39 anos	4.581	47%	9.818
Entre 40 a 49 anos	4.316	49%	8.843
Entre 50 a 59 anos	4.028	51%	7.823
Entre 60 a 69 anos	3.690	55%	6.671
Entre 70 anos ou mais	2.705	58%	4.629

Fonte: SAIS (2025).

Os dados populacionais e territoriais de Capão da Canoa revelam um cenário de grande pressão social sobre o CRAS Santa Luzia, que possui um perfil demográfico distinto e

desafiador. Vale destacar como esses números impactam a região e as famílias, com foco especial na comparação entre a estrutura e a demanda real:

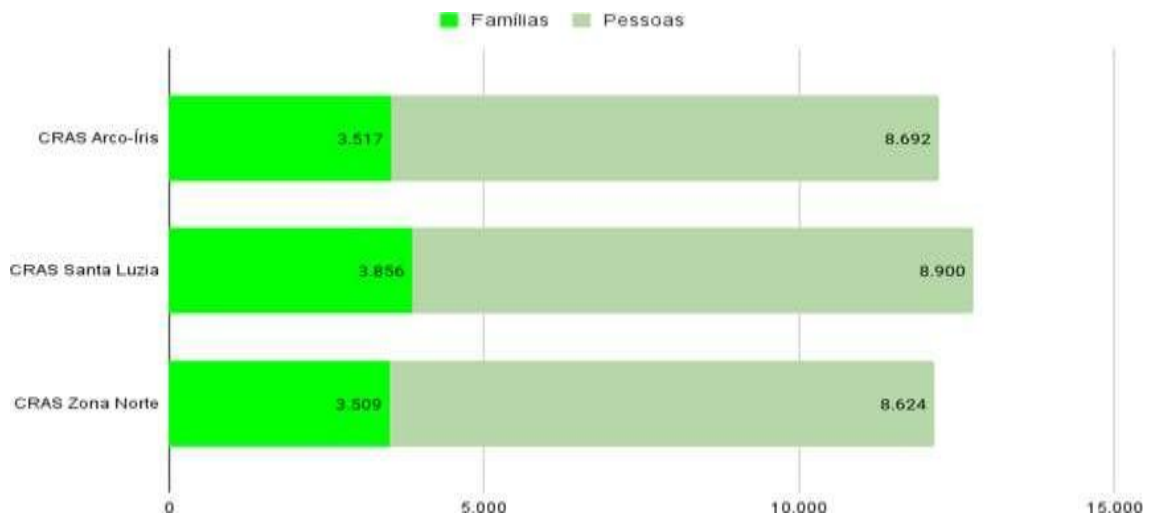
#### Concentração Populacional Desproporcional

O CRAS Santa Luzia é, de longe, a unidade mais sobrecarregada do município. Enquanto o CRAS Zona Norte atende uma vasta área geográfica com menos pessoas, o Santa Luzia concentra a maior densidade demográfica, sendo o total de população **31.387 pessoas**, o que representa 43,97% de toda a população coberta pelos CRAS no município. Ao observarmos por faixa etária — o perfil da vulnerabilidade — os dados da Tabela 9 mostram que o CRAS Santa Luzia não apenas atende mais gente, mas atende uma população com alto índice de dependência:

- **Infância e Juventude:** Aproximadamente 40% das crianças e adolescentes do município (de 0 a 14 anos) estão nesta região. São quase 5.600 jovens que dependem de políticas de proteção básica e serviços de convivência apenas nesta unidade.
- **Envelhecimento:** Há uma concentração notável de idosos. Cinquenta e cinco por cento das pessoas entre 60 e 69 anos e 58% das pessoas com 70 anos ou mais de todo o município residem no território do CRAS Santa Luzia.
- **População em Idade Ativa:** Quase metade (47% a 49%) dos adultos em idade produtiva (20 a 49 anos) está concentrada aqui, o que indica uma alta demanda por serviços de qualificação profissional e intermediação de mão de obra.

Neste território, segundo o IBGE (2022), 54% das pessoas responsáveis pelo domicílio são do sexo feminino e aproximadamente 12% da população está inscrita no CadÚnico, como demonstra o gráfico 21 a seguir.

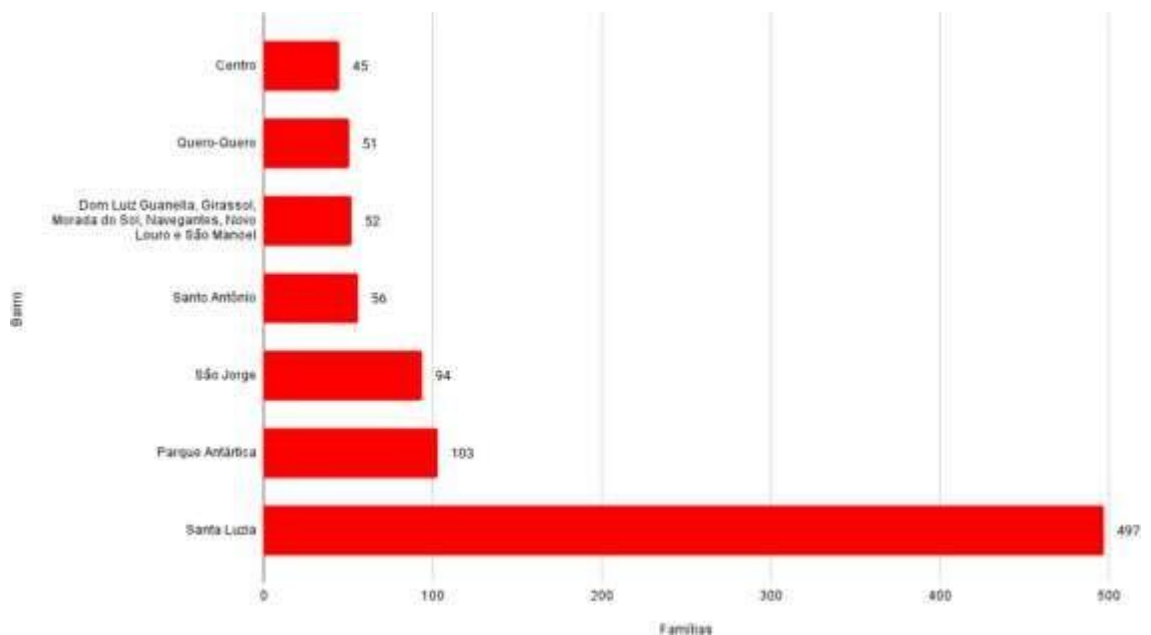
Gráfico 21 – Famílias inscritas no Cadastro Único aproximadamente, por região de abrangência dos CRAS



Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base em Mapa Social (Brasil, 2025), março de 2025.

Em março de 2025, conforme diagnóstico socioterritorial baseado em dados do **VIS DATA Explorer**, havia 3.956 famílias e 11.014 pessoas beneficiárias do PBF, sendo que 39,53% das famílias estavam na área de abrangência do CRAS Arco-Íris, 37,76% no CRAS Zona Norte e 22,69% no CRAS Santa Luzia. Das 8.900 pessoas beneficiárias do Programa Bolsa Família, 74 eram idosas, conforme **CECAD (2025)**.

Gráfico 22 – Famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, residentes na região de abrangência do CRAS Santa Luzia, por bairro



Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base em Cadastro Único para Programas Sociais, CECAD (Brasil, 2025), março de 2025.

Este gráfico apresenta a distribuição de famílias cadastradas por bairro dentro do território de abrangência do **CRAS Santa Luzia**, revelando onde se concentram os maiores focos de vulnerabilidade social nesta região específica, com os seguintes destaques:

O bairro **Santa Luzia** destaca-se isoladamente com o maior número de famílias inscritas, totalizando 497 famílias. **Impacto social:** este dado confirma que o bairro é o epicentro da demanda assistencial do território. Como vimos anteriormente, essa unidade atende o maior volume de idosos e crianças do município, tornando o bairro Santa Luzia a área em que a carência de praças e equipamentos públicos de lazer gera o maior impacto negativo na qualidade de vida. No bairro Santa Luzia, a densidade de famílias vulneráveis é quase cinco vezes maior do que nos demais bairros do mesmo território.

Outros bairros apresentam números significativos, indicando zonas de pressão social constante:

- **Parque Antártica:** 103 famílias;
- **São Jorge:** 94 famílias cadastradas;
- **Santo Antônio:** 56 famílias;
- **Núcleos urbanos diversos:** o grupo que reúne bairros como Dom Luiz Guanella, Girassol, Morada do Sol, Navegantes, Novo Louro e São Manoel soma 52 famílias, indicando uma vulnerabilidade mais dispersa nessas localidades;
- **Quero-Quero:** 51 famílias;
- **Centro:** apresenta o menor número, com 45 famílias, o que é esperado por ser a área com maior renda e infraestrutura consolidada da cidade.

Segundo os participantes da Oficina do **Mapa Falado**, o território apresenta importantes potencialidades, mas também vulnerabilidades estruturais e riscos sociais que impactam diretamente as condições de vida da população.

Entre as potencialidades do território, destacam-se o forte sentimento de pertencimento e orgulho dos moradores, a presença de vínculos comunitários solidários, o reconhecimento do **CRAS** e do **SCFV** como espaços de acolhimento, proteção e fortalecimento de vínculos, bem como a existência de equipamentos públicos, espaços de lazer, cultura, esporte e convivência. Soma-se a isso a presença de referências

comunitárias historicamente comprometidas com o cuidado e a proteção social, além de oportunidades sazonais de trabalho, especialmente no período de verão, que ampliam, ainda que temporariamente, as estratégias de geração de renda das famílias.

No entanto, o território apresenta vulnerabilidades sociais significativas, relacionadas à precariedade da infraestrutura urbana, com ocorrência recorrente de alagamentos, deficiência na iluminação pública, problemas de saneamento básico e dificuldades no transporte público. Este território abrange quase 40% da população da cidade. Observam-se também fragilidades no acesso às políticas de saúde e educação, expressas pela demora no atendimento nos serviços de saúde, limitações no funcionamento do **ESF** e da **UPA**, bem como pela insuficiência de vagas na rede escolar, especialmente para crianças e adolescentes.

Essas vulnerabilidades se articulam a riscos sociais relevantes, entre os quais se destacam a insegurança pública, a presença do tráfico de drogas, de facções e de episódios de violência armada, furtos e roubos, que afetam de forma direta o cotidiano das famílias e a circulação no território. A percepção de redução do patrulhamento em determinados períodos do ano intensifica a sensação de insegurança, sobretudo entre crianças, adolescentes e idosos. Soma-se a isso a exposição de crianças e adolescentes a situações de violência, conflitos interpessoais e restrição ao direito de brincar em espaços públicos, bem como a vivência de práticas institucionais percebidas como invasivas.

Outro risco social identificado pelos participantes da oficina refere-se à insegurança alimentar e à insuficiência de benefícios e programas de apoio à renda, como a oferta limitada de cestas básicas e a descontinuidade de iniciativas como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o que agrava a situação de famílias em condição de pobreza. A presença de pessoas em situação de rua no território, associada à insuficiência de serviços de acolhimento institucional e de estratégias de inclusão social, configura risco adicional, tanto para essa população quanto para a convivência comunitária.

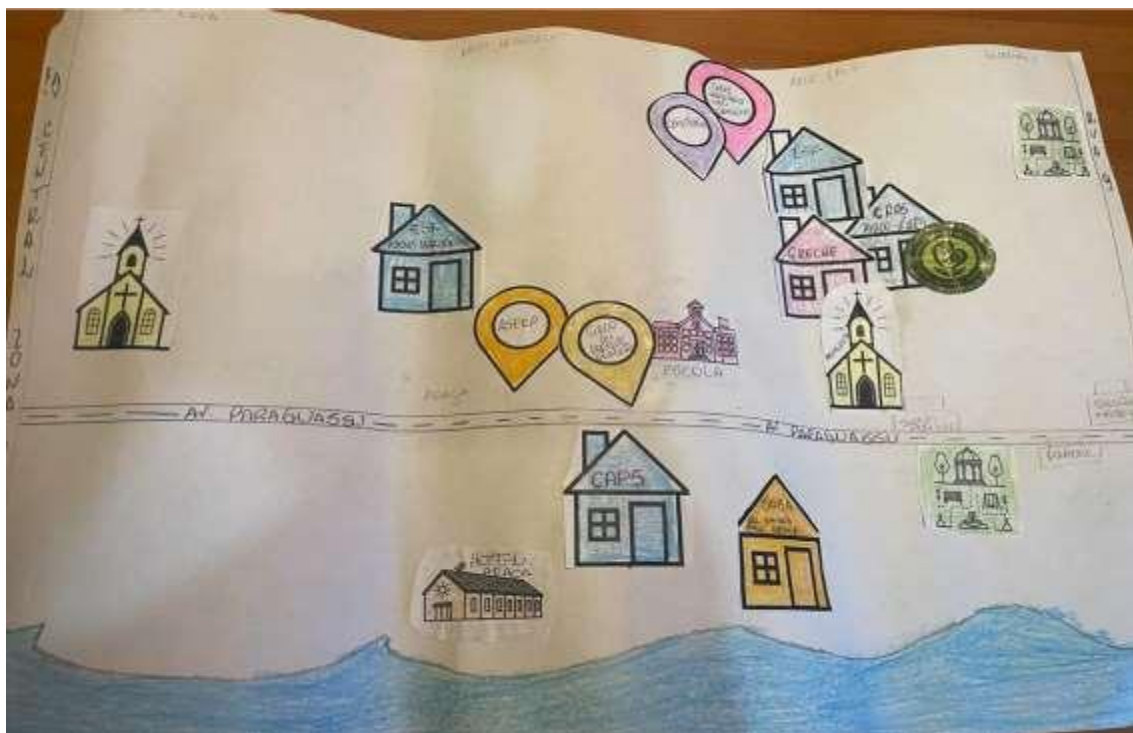
Apesar desse cenário, as falas dos usuários evidenciam fatores de proteção importantes, como o papel central da família, especialmente das figuras parentais, o vínculo estabelecido com o **CRAS**, o acesso aos serviços de saúde e a atuação de lideranças e

cuidadores informais no território. Crianças, adolescentes e famílias demonstram valorização dos espaços de convivência, das atividades do **SCFV**, das festas comunitárias, dos equipamentos culturais, esportivos e dos espaços naturais, como a praia e a lagoa, reforçando o potencial do território para ações de prevenção de riscos, fortalecimento de vínculos e promoção de direitos.

De forma geral, o diagnóstico aponta que as vulnerabilidades e os riscos sociais identificados exigem o fortalecimento das ações da Proteção Social Básica, com ampliação e qualificação do **PAIF** e do **SCFV**, intensificação da busca ativa, fortalecimento da articulação intersetorial e investimentos em infraestrutura urbana e serviços públicos, de modo a reduzir os riscos sociais, prevenir agravamentos e potencializar as capacidades protetivas já existentes no território.

### 3.1.2 CRAS Arco Iris

Figura 8 – Mapa Falado SCFV



Fonte: Elaboração grupo SCFV idosos- Oficina Mapa Falado.

O território de abrangência do CRAS Arco-Iris é percebido por seus moradores como um local agradável, tranquilo e adequado para se viver, marcado por relações de vizinhança positivas e forte sentimento de pertencimento comunitário. A proximidade

com o centro da cidade é apontada como um aspecto estratégico do território, associada à maior sensação de segurança e à ampliação das oportunidades de acesso ao trabalho, especialmente no período de verão, quando há incremento da atividade econômica local.

O território, segundo eles, é composto pelos bairros Zona Nova, Araçá, Novo Horizonte, Arco-Íris, Guarani e Vila dos Coelhoos, apresentando características predominantemente urbanas e uma ocupação consolidada. Este território possui quase 30% da população de Capão da Canoas (21.076 pessoas) , como demonstra a tabela 8. A história dos bairros reflete processos singulares de formação e uso do solo. A Vila dos Coelhoos teve sua origem vinculada a uma antiga granja pertencente a um cidadão norte-americano, dedicada à criação de coelhos e à exportação de peles para os Estados Unidos, fato que marcou a denominação do local. Já o bairro Araçá recebeu esse nome em razão do plantio de diversas árvores dessa espécie por um antigo morador, elemento que permanece na memória coletiva da comunidade.

Os participantes, moradores do território, expressam orgulho em residir no território e destacam como principais potencialidades a convivência comunitária, a boa relação entre vizinhos e a presença do CRAS, especialmente por meio da oferta do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), reconhecido como espaço de acolhimento, socialização e fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários. Destaca-se ainda o fato de o território concentrar o único conjunto habitacional popular do município, ampliando o acesso à moradia para famílias de baixa renda e configurando-se como importante estratégia de inclusão social.

No que se refere aos equipamentos, serviços e oportunidades, o território conta com escolas, unidade de saúde, praça pública com pista de skate e espaços de lazer que, no período de verão, são ampliados com a presença de circo e parque de diversões, contribuindo para a convivência comunitária e o lazer das famílias. Esses recursos, ainda que insuficientes frente às demandas, são reconhecidos como elementos importantes na dinâmica territorial.

As redes de proteção e apoio no território são constituídas tanto por profissionais das políticas públicas quanto pela rede informal formada por familiares e vizinhos, que desempenham papel relevante no cuidado cotidiano e no apoio mútuo entre os

moradores. Entre as referências comunitárias, é citado o Sr. Ivo, reconhecido pela comunidade como figura conhecida e respeitada no território, em função de sua atuação e presença histórica na localidade.

Apesar das potencialidades, o território apresenta situações de desproteção social associadas à percepção de descuido e abandono, atribuídas tanto ao poder público quanto à própria comunidade. Os moradores relatam fragilidades na segurança pública, especialmente no período de inverno, quando há redução do patrulhamento, aumentando a sensação de insegurança relacionada à presença de facções, tráfico de drogas, episódios de violência armada e circulação de pessoas estranhas no território. Também é recorrente a problemática do abandono e maus-tratos de animais, apontada como fator de preocupação comunitária.

Entre as principais fragilidades e vulnerabilidades identificadas destacam-se a existência de valão a céu aberto, favorecendo a proliferação de mosquitos, o descarte irregular de lixo, o acúmulo de água nas vias públicas, a precariedade do transporte coletivo e a falta de informações claras sobre os serviços públicos disponíveis. Soma-se a isso a insuficiência de praças públicas adequadas, dificuldades no acesso à educação, como a falta de vagas escolares e entraves em processos de transferência, bem como a escassez de cursos profissionalizantes, atividades esportivas, culturais e artísticas, especialmente voltadas a adolescentes e jovens.

As demandas e necessidades prioritárias apontadas pela comunidade indicam a necessidade de ampliação e qualificação das políticas públicas no território, com destaque para o fortalecimento da segurança pública, melhorias na infraestrutura urbana e no saneamento básico, maior agilidade e humanização no atendimento dos serviços de saúde, incluindo o ESF e a UPA, ampliação da oferta de serviços essenciais e adoção de medidas efetivas para o enfrentamento do abandono de animais. De forma geral, as falas evidenciam a expectativa de maior presença do poder público e de respostas mais efetivas às demandas históricas do território

A análise socioterritorial do território de abrangência do CRAS Arco-Íris evidencia um contexto marcado por importantes potencialidades comunitárias, que coexistem com vulnerabilidades estruturais e riscos sociais que impactam diretamente as condições de vida da população. A percepção dos moradores revela um território reconhecido como

agradável e tranquilo para se viver, com forte sentimento de pertencimento e relações de vizinhança solidárias, elementos que configuram um capital social relevante e favorecem ações de proteção e prevenção no âmbito da Proteção Social Básica.

A proximidade com o centro urbano se apresenta como um fator estratégico, contribuindo para maior acesso a serviços, oportunidades de trabalho e circulação de pessoas, especialmente no período de verão, quando se ampliam as possibilidades de inserção laboral. A presença do único conjunto habitacional popular do município no território amplia o acesso à moradia para famílias de baixa renda, ao mesmo tempo em que reforça a centralidade do território nas estratégias de inclusão social. Soma-se a isso a atuação do CRAS, especialmente por meio do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, reconhecido pela população como espaço de acolhimento, convivência e fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários.

Tabela 10 – População por faixa etária CRAS Arco Íris

Faixa etária	CRAS Arco-Íris		Total
Entre 0 a 4 anos	1.702	39%	4.415
Entre 5 a 9 anos	1.727	37%	4.642
Entre 10 a 14 anos	1.612	36%	4.511
Entre 15 a 19 anos	1.609	36%	4.444
Entre 20 a 24 anos	1.587	34%	4.712
Entre 25 a 29 anos	1.657	35%	4.789
Entre 30 a 39 anos	3.405	35%	9.818
Entre 40 a 49 anos	2.850	32%	8.843
Entre 50 a 59 anos	2.294	29%	7.823
Entre 60 a 69 anos	1.664	25%	6.671
Entre 70 anos ou mais	967	21%	4.629

Fonte: SAIS (2025).

A região do Arco-Íris possui uma concentração significativa de crianças, o que exige políticas públicas voltadas à educação, assistência social e lazer, entre outras:

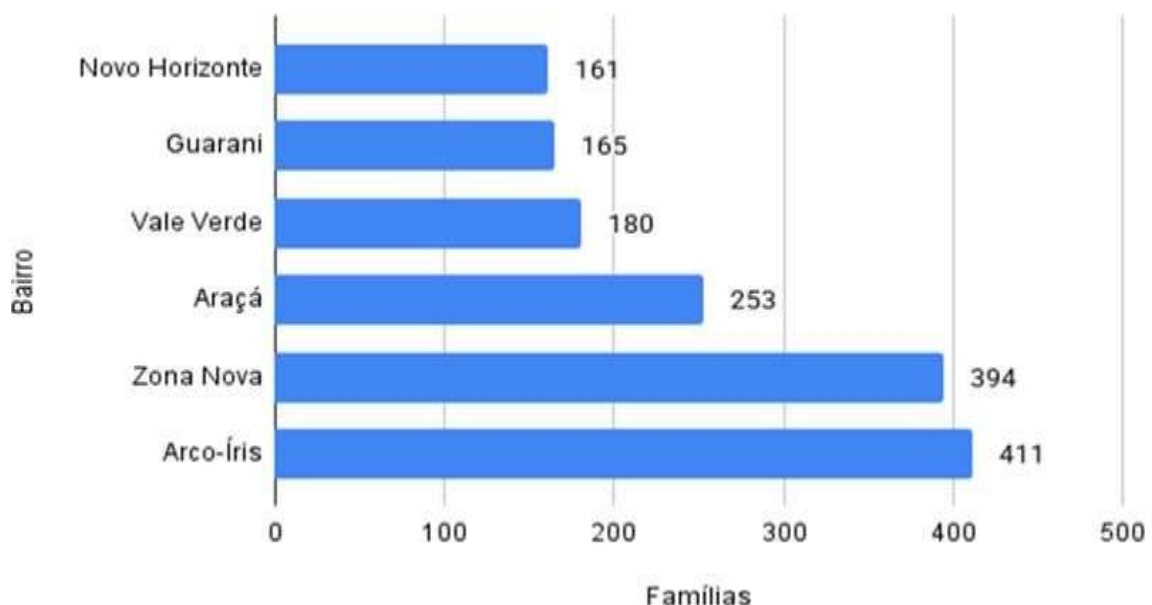
- 0 a 9 anos: O território abriga 3.429 crianças nessa faixa, representando entre 37% e 39% do total de crianças do município nessa idade.

- 10 a 19 anos: São 3.221 adolescentes, o que reforça a necessidade de praças com equipamentos esportivos e programas de contraturno escolar para evitar situações de risco social.

O maior volume populacional da unidade está concentrado nos adultos, que são os principais responsáveis pela renda familiar:

- **30 a 49 anos:** Esta é a maior fatia demográfica, totalizando 6.255 pessoas. Comparado ao CRAS Santa Luzia, o Arco-Íris possui uma proporção menor da população idosa do município:
- **60 anos ou mais:** A unidade atende 2.631 idosos. Enquanto o Santa Luzia atende 58% dos idosos com mais de 70 anos de Capão da Canoa, o Arco-Íris atende 21% desse público. Isso sugere que a rede de proteção no Arco-Íris deve ser mais focada em famílias com crianças do que em instituições de longa permanência para idosos.

Gráfico 23 – Famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, conforme bairro de residência



Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base em Cadastro Único para Programas Sociais, CECAD (Brasil, 2025), março de 2025.

O gráfico 23, que demonstra o quantitativo de famílias por bairro no território do CRAS Arco-Íris, revela onde a vulnerabilidade social está mais concentrada dentro desta área específica de Capão da Canoa, destacando-se:

**Concentração Crítica no Bairro Arco-Íris:** O bairro que dá nome ao CRAS é o que possui a maior demanda assistencial da região, com 411 famílias inscritas. A Zona Nova aparece como o segundo bairro com mais famílias cadastradas, totalizando 394 famílias. A vulnerabilidade se distribui de forma decrescente por outros setores importantes do território: Araçá, com 253 famílias, é um ponto de atenção significativo para a rede de proteção; Vale Verde (180), Guarani (165) e Novo Horizonte (161) apresentam números mais equilibrados, mas que, somados, representam mais de 500 famílias no Programa Bolsa Família.

O território possui potencialidades e vulnerabilidades significativas, relacionadas à precariedade da infraestrutura urbana e ao acesso desigual às políticas públicas. A existência de valão a céu aberto, o descarte irregular de lixo, o acúmulo de água nas vias públicas e as limitações no saneamento básico configuram fragilidades que impactam a saúde ambiental e a qualidade de vida das famílias. Tais condições ampliam os riscos sanitários e afetam de forma mais intensa os segmentos em situação de maior vulnerabilidade social.

As fragilidades no acesso às políticas de saúde e educação também se expressam como fatores relevantes de desproteção. Os moradores relatam dificuldades no atendimento da unidade de saúde, do ESF e da UPA, bem como insuficiência de vagas escolares e entraves nos processos de transferência, o que compromete o direito à educação e à atenção integral à saúde. A precariedade do transporte público e a falta de informações claras sobre os serviços disponíveis no território agravam essas situações, limitando o acesso efetivo a direitos.

No campo da segurança pública, os dados apontam a presença de riscos sociais importantes, especialmente associados à redução do patrulhamento no período de inverno, à circulação de pessoas estranhas, à atuação de facções e ao tráfico de drogas, com registros de episódios de violência armada. Esses elementos produzem sensação de insegurança, impactam o cotidiano das famílias e ampliam a exposição de crianças e adolescentes a contextos de risco, sobretudo em um território que dispõe de poucas opções de lazer, esporte, cultura e convivência protegida para esse público.

Outro aspecto relevante refere-se às situações de abandono e maus-tratos de animais, apontadas pela comunidade como problema recorrente, evidenciando fragilidades na

responsabilidade coletiva e nas ações de proteção ambiental e sanitária. Esse fenômeno também se articula à percepção de descuido e abandono institucional, atribuída tanto ao poder público quanto à própria comunidade, reforçando sentimentos de desproteção social.

De forma geral, a análise indica que o território do CRAS Arco-Íris possui condições favoráveis para o fortalecimento das ações da Proteção Social Básica, em função do capital social existente, da proximidade com o centro urbano e do reconhecimento do CRAS como referência de cuidado e apoio. No entanto, as vulnerabilidades estruturais e os riscos sociais identificados exigem a ampliação e qualificação das ações do PAIF e do SCFV, o fortalecimento da busca ativa e da articulação intersetorial, bem como investimentos em infraestrutura urbana, segurança, saúde, educação e políticas voltadas à juventude, de modo a reduzir riscos, prevenir agravamentos e potencializar as capacidades protetivas já presentes no território.

### 3.1.3 CRAS Zona Norte

Figura 9 – Mapa Falado SCFV



Fonte: Elaboração SCFV idosos – Oficina Mapa Falado de Capão Novo - território CRAS Zona Norte.

O território de referência do CRAS Zona Norte, segundo os participantes dos diferentes grupos da Oficina do Mapa Falado, é composto pelos bairros Posto 4, Posto 5, Posto 6 e Capão Novo Village, possuindo aproximadamente 45 anos de existência. Trata-se de um território predominantemente residencial, fortemente associado à qualidade de vida, ao contato com a natureza e à tranquilidade, sendo frequentemente descrito pelos moradores como um local de bem-estar, saúde e equilíbrio, com forte presença de valores espirituais e vínculos relacionados à fé.

O bairro Capão Novo Village, anteriormente denominado Capão Novo Praia Clube, teve origem como um loteamento planejado, idealizado pelo Sr. Wagner, seu fundador. O projeto urbanístico foi inspirado em modelos da Flórida, configurando-se como um bairro organizado desde sua concepção, o que contribuiu para uma ocupação mais estruturada e para a constituição de uma identidade territorial marcada pela organização espacial e pela valorização do ambiente natural.

Os moradores relatam forte vínculo com o território, destacando a convivência comunitária, as relações de amizade e vizinhança e o fato de o território ser o espaço onde muitas famílias construíram suas histórias de vida. A presença da praia, das áreas naturais e de espaços comunitários reforça a percepção de tranquilidade e pertencimento, consolidando o território como referência de qualidade de vida para seus residentes.

O território dispõe de diversos espaços, serviços e atividades comunitárias, como ginásio, praças, ciclovia, CTG, clube de mães, academia da saúde, sociedade de bocha e atividades esportivas, além da oferta do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) para idosos. Também são reconhecidos equipamentos e serviços das políticas públicas, como o posto de saúde, o Programa Primeira Infância Melhor (PIM) e o acompanhamento profissional vinculado ao SCFV, que contribuem para a proteção social e o fortalecimento dos vínculos comunitários.

As redes de proteção e apoio no território são constituídas pela atuação da Brigada Militar, das instituições religiosas, da vizinhança e dos serviços de saúde e assistência social. Destacam-se como referências comunitárias pessoas ligadas à Pastoral da Criança, catequistas e lideranças solidárias, reconhecidas pela comunidade por sua atuação no cuidado e apoio a pessoas em situação de vulnerabilidade. De forma

ambígua, os moradores também mencionam a presença do tráfico de drogas como elemento que, informalmente, impõe determinadas regras de controle no território, revelando a complexidade das dinâmicas locais.

### **Principais Vulnerabilidades, Riscos e Potencialidades – Território do CRAS Zona Norte**

A análise socioterritorial do território do CRAS Zona Norte evidencia a coexistência de importantes potencialidades comunitárias com vulnerabilidades estruturais e riscos sociais que impactam o cotidiano da população. Entre as principais potencialidades, destaca-se o forte sentimento de pertencimento dos moradores, a valorização do território como espaço de tranquilidade e qualidade de vida, a presença de vínculos comunitários sólidos e a atuação de equipamentos e serviços que favorecem a convivência, especialmente o SCFV para idosos. A presença de atividades culturais, esportivas e comunitárias, aliada à identidade territorial construída em torno da natureza, da praia e da fé, configura um capital social relevante para ações de prevenção de riscos e fortalecimento da Proteção Social Básica.

Tabela 11 – População por faixa etária CRAS Zona Norte

Faixa etária	CRAS Zona Norte		Total
Entre 0 a 4 anos	983	22%	4.415
Entre 5 a 9 anos	1032	22%	4.642
Entre 10 a 14 anos	934	21%	4.511
Entre 15 a 19 anos	837	19%	4.444
Entre 20 a 24 anos	917	19%	4.712
Entre 25 a 29 anos	879	18%	4.789
Entre 30 a 39 anos	1.832	19%	9.818
Entre 40 a 49 anos	1.677	19%	8.843
Entre 50 a 59 anos	1.501	19%	7.823
Entre 60 a 69 anos	1.317	20%	6.671
Entre 70 anos ou mais	957	21%	4.629

Fonte: SAIS (2025).

A tabela 11 apresenta a distribuição da população por faixa etária dentro do território de abrangência do CRAS Zona Norte, revelando o perfil demográfico de uma região que, geograficamente, é a mais extensa do município. Observam-se alguns destaques: diferente do CRAS Santa Luzia, que concentra mais de metade dos idosos do município,

a Zona Norte apresenta uma distribuição muito regular em quase todas as faixas etárias. Em praticamente todas as idades, de crianças a idosos, a Zona Norte abriga cerca de 18% a 22% do total da população de Capão da Canoa. Há um leve destaque para a primeira infância, com 2.015 crianças entre 0 e 9 anos vivendo nesta região.

### **O Desafio da Extensão Territorial**

Embora a Zona Norte tenha o menor contingente populacional total entre os três CRAS (18.918 pessoas), ela enfrenta o maior desafio logístico:

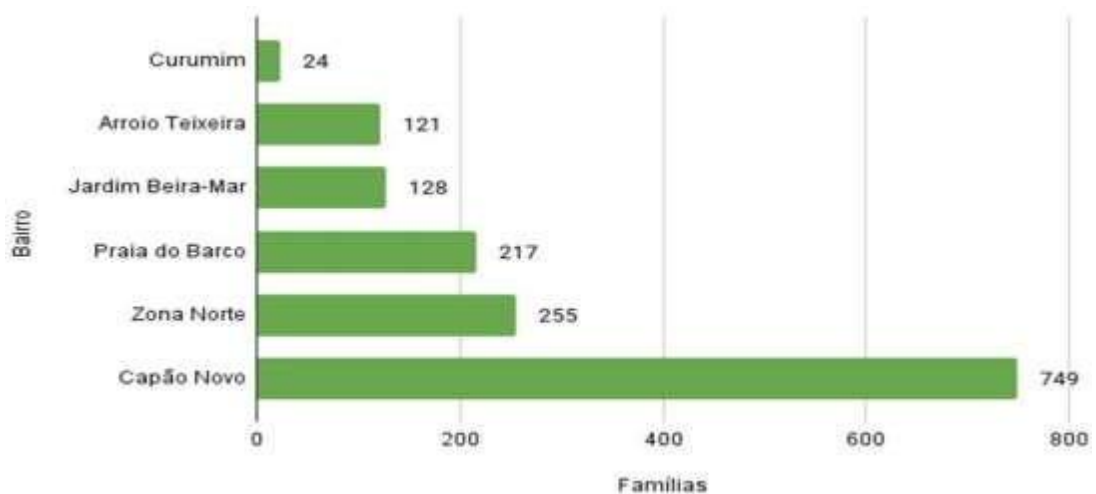
- **Dispersão Geográfica:** Este território engloba desde a região central até os distritos mais distantes, como Curumim e Arroio Teixeira. Para os 957 idosos com mais de 70 anos e as 983 crianças de 0 a 4 anos desta região, o acesso físico ao CRAS ou a praças centrais é dificultado pela distância, tornando as famílias mais isoladas da rede de proteção.

A Zona Norte atende proporcionalmente menos crianças do que o Arco-Íris e o Santa Luzia, mas ainda assim possui um volume significativo de jovens:

- **Jovens (0 a 19 anos):** São 3.686 indivíduos.
- **Adultos (30 a 49 anos):** Somam 3.509 pessoas, coincidindo quase exatamente com o número de famílias cadastradas (3.509), indicando que a maioria das famílias nessa região é composta por adultos em idade produtiva com filhos.

A tabela confirma que a Zona Norte não possui uma “explosão” demográfica em uma faixa específica, mas sim uma população constante, espalhada por um território imenso.

Gráfico 24 – Famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, residentes na região de abrangência do CRAS Zona Norte, por bairro



Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base em Cadastro Único para Programas Sociais, CECAD (Brasil, 2025), março de 2025.

O gráfico 24 apresenta a distribuição de famílias cadastradas por bairro no território de abrangência do CRAS Zona Norte, destacando onde se concentram os principais núcleos de demanda assistencial nessa vasta região, com os seguintes destaques:

O bairro Capão Novo aparece com o maior destaque absoluto, concentrando 749 famílias inscritas. Este dado é crucial, pois confirma que Capão Novo é o maior polo de vulnerabilidade da Zona Norte. É nesta região que se localizam as áreas do Posto 5 e do Posto 6, onde residem cerca de 2.000 famílias em processo de regularização fundiária.

A vulnerabilidade segue um fluxo significativo por outros bairros da região: Zona Norte (bairro) registra 255 famílias; Praia do Barco apresenta 217 famílias; Jardim Beira-Mar e Arroio Teixeira somam, juntos, 249 famílias (128 e 121, respectivamente); Curumim possui o menor registro oficial, com 24 famílias. No entanto, por ser o ponto mais distante do CRAS físico, esse número pode indicar subnotificação devido à dificuldade de acesso das famílias ao centro de atendimento.

Salienta-se ainda outro desafio, cruzando o gráfico com o mapa territorial: **a barreira da distância**. As 749 famílias de Capão Novo e as de Arroio Teixeira e Curumim estão localizadas a quilômetros de distância do ponto vermelho no mapa (sede do CRAS), sabendo-se que, para famílias em situação de pobreza, o custo do deslocamento inviabiliza o acesso ao atendimento.

Este território apresenta vulnerabilidades relacionadas à fragilidade da segurança pública, evidenciada pela ausência de posto policial, pela percepção de insuficiência do patrulhamento e pela presença do tráfico de drogas, fatores que ampliam a sensação de insegurança e configuram riscos sociais relevantes. Situações de conflitos entre vizinhos, depredação do patrimônio público e barulho excessivo de motocicletas também são apontadas como elementos que afetam a convivência comunitária.

Os riscos socioambientais também se fazem presentes, especialmente em função da ocorrência de ventos fortes e ciclones, da insuficiência de estrutura para atendimento de emergências e da ausência de Corpo de Bombeiros no território, o que amplia a vulnerabilidade da população frente a eventos climáticos extremos. Problemas relacionados a esgoto, dengue e manutenção urbana reforçam fragilidades na infraestrutura básica e impactam diretamente a saúde coletiva.

No acesso às políticas públicas, os moradores apontam dificuldades relacionadas ao transporte público, à acessibilidade, à ausência de equipamentos como banco ou casa lotérica e à limitação de serviços essenciais no território. A insegurança quanto à continuidade e ao local de funcionamento do SCFV para idosos também emerge como fator de preocupação, especialmente considerando o envelhecimento da população local.

De modo geral, a análise indica que o território do CRAS Zona Norte apresenta expressivo potencial comunitário, sustentado por vínculos sociais, identidade territorial e oferta de atividades de convivência, mas enfrenta riscos sociais e vulnerabilidades estruturais que demandam o fortalecimento das ações da Proteção Social Básica, a ampliação da articulação intersetorial e investimentos em segurança pública, infraestrutura urbana, mobilidade, atenção a emergências e políticas voltadas à juventude e à população idosa.

### 3.2 Análise por públicos prioritários

#### 3.2.1 Crianças e adolescente

A situação das crianças e adolescentes em Capão da Canoa evidencia a centralidade desse público no conjunto das vulnerabilidades sociais do município. Dados do Cadastro

Único indicam que, em abril de 2025, crianças e adolescentes de zero a 17 anos somavam 9.652 pessoas, representando cerca de 37% do total de pessoas cadastradas no município. Observa-se crescimento expressivo desse público a partir de 2021, especialmente nas faixas etárias entre 7 e 15 anos e entre 16 e 17 anos, evidenciando o agravamento das condições socioeconômicas das famílias e a ampliação da demanda por proteção social. Esse crescimento está diretamente associado à pobreza, à instabilidade da renda familiar e à inserção precária ou ausência de trabalho dos responsáveis, cenário intensificado pela sazonalidade econômica característica do município.

As condições de vulnerabilidade vivenciadas por crianças e adolescentes repercutem diretamente no acesso a direitos básicos, como alimentação adequada, transporte, lazer, cultura e esporte, além de impactarem a permanência e o desempenho escolar. Dados do Sistema FICAI demonstram a presença de situações de infrequência e evasão escolar relacionadas ao trabalho precoce, com registros em 2024 e 2025 motivados por trabalho infantil, o que reforça a relação entre pobreza, inserção precoce no trabalho e dificuldades de permanência na escola, configurando riscos ao desenvolvimento integral desse público.

Embora os dados do Cadastro Único indiquem quantitativos reduzidos de crianças e adolescentes formalmente identificados em situação de trabalho infantil, a análise integrada das informações da rede socioassistencial aponta para um cenário mais complexo. No Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, parcela significativa das crianças e adolescentes participantes foi identificada em situação de trabalho infantil. No âmbito do PAEFI, entre 2022 e março de 2025, essas situações corresponderam a aproximadamente 18% das violações de direitos identificadas entre crianças e adolescentes cujas famílias ingressaram em acompanhamento especializado. Esses dados indicam que o trabalho infantil permanece presente no território, ainda que subnotificado em determinados sistemas administrativos, e frequentemente associado a outras formas de violação de direitos.

A atuação do Conselho Tutelar de Capão da Canoa constitui importante fonte de identificação das situações de violação de direitos que atingem crianças e adolescentes no município. Conforme registros do próprio órgão, no ano de 2023, o trabalho infantil foi

identificado em 50 atendimentos realizados, figurando entre as violações de direitos acompanhadas no período. No primeiro trimestre de 2024, das 180 denúncias recebidas pelo Conselho Tutelar, 15 estavam relacionadas a situações de trabalho infantil, evidenciando a permanência e a recorrência desse tipo de violação no território municipal. A discrepância entre os dados do Conselho Tutelar e aqueles registrados no Cadastro Único reforça a complexidade do fenômeno e indica possíveis lacunas nos processos de identificação e registro, demandando leitura integrada das diferentes bases de informação.

No âmbito do Sistema Único de Assistência Social, Capão da Canoa dispõe de uma rede de serviços que se configura como referência para a proteção de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade. Os CRAS, por meio do PAIF e do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, atuam na prevenção de riscos sociais, no fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários e na identificação precoce de situações de violação de direitos. O CREAS, por meio do PAEFI, do Serviço Especializado em Abordagem Social e da articulação com o Conselho Tutelar, responde às situações que demandam proteção especializada, incluindo casos de trabalho infantil, violências e outras violações. O município também conta com o Serviço de Acolhimento Institucional para crianças e adolescentes, acionado em situações de rompimento ou grave fragilização da função protetiva familiar.

Apesar dessas ofertas, a análise dos dados evidencia desafios persistentes para a política de assistência social no atendimento a esse público, como a subnotificação de situações de trabalho infantil em alguns sistemas, a recorrência das violações de direitos, a complexidade das trajetórias familiares acompanhadas e a influência da sazonalidade econômica sobre as condições de vida das famílias. Soma-se a isso a insuficiência de ofertas continuadas de esporte, cultura e atividades no turno inverso, especialmente para adolescentes, o que limita estratégias preventivas e amplia a exposição a riscos sociais.

De forma geral, a realidade das crianças e adolescentes em Capão da Canoa evidencia a sobreposição de vulnerabilidades sociais, educacionais e familiares, reafirmando a centralidade da Política de Assistência Social na garantia de direitos, na prevenção de riscos e no fortalecimento das famílias. A articulação entre a Proteção Social Básica, a Proteção Social Especial e o Sistema de Garantia de Direitos mostram-se fundamental

para responder às demandas desse público de forma contínua, territorializada e integrada.

### 3.2.2 Pessoas idosas

A população idosa de Capão da Canoa ocupa posição central no diagnóstico socioterritorial do município, considerando o perfil demográfico marcado pelo envelhecimento populacional e pela atratividade do território para pessoas idosas, seja para residência permanente, seja para períodos prolongados ao longo do ano. Esse cenário impõe desafios específicos à Política de Assistência Social, exigindo respostas estruturadas, territorializadas e articuladas com as demais políticas públicas.

Observa-se que parte significativa da população idosa vive em contextos de vulnerabilidade social associados à baixa renda, à dependência de benefícios previdenciários ou assistenciais, especialmente aposentadorias de valor reduzido e o Benefício de Prestação Continuada (BPC). A instabilidade econômica familiar, agravada nos períodos de baixa temporada, repercute na capacidade de custear despesas básicas, como alimentação, medicamentos, transporte e cuidados em saúde, aumentando o risco de insegurança social e material.

O isolamento social configura-se como uma das principais vulnerabilidades enfrentadas pela população idosa no município. Muitos idosos residem sozinhos ou com redes familiares fragilizadas, seja pela distância física dos familiares, seja por relações familiares conflituosas ou sobrecarregadas. Essa condição amplia o risco de negligência, violência intrafamiliar, depressão, agravamento de condições de saúde e perda progressiva da autonomia, especialmente entre idosos com limitações funcionais.

As dificuldades de mobilidade urbana, acessibilidade e transporte público impactam de forma significativa o cotidiano da população idosa, limitando o acesso a serviços, equipamentos públicos, atividades comunitárias e espaços de convivência. Barreiras arquitetônicas, ausência de equipamentos urbanos adaptados e falhas na oferta de transporte agravam situações de dependência e exclusão social, sobretudo para idosos com deficiência ou mobilidade reduzida.

No campo da proteção social, destacam-se situações de violência contra a pessoa idosa, incluindo negligência, violência psicológica, patrimonial e, em menor escala,

violência física, frequentemente associadas a contextos de dependência econômica, fragilidade dos vínculos familiares e ausência de suporte adequado às famílias cuidadoras. Essas situações demandam atuação articulada entre a Proteção Social Básica, a Proteção Social Especial e o Sistema de Garantia de Direitos.

A sazonalidade do município também impacta a população idosa de forma relevante. No período de verão, há aumento da circulação de pessoas e da pressão sobre os serviços públicos, o que pode ampliar riscos de acidentes, exploração econômica e insegurança. Já no inverno, a retração das atividades econômicas intensifica a vulnerabilidade financeira e o isolamento social, sobretudo para idosos que dependem exclusivamente de benefícios sociais.

Apesar das vulnerabilidades identificadas, Capão da Canoa apresenta potencialidades importantes para o fortalecimento da proteção social da população idosa. Destaca-se a presença dos CRAS e da oferta do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) para idosos, reconhecido como espaço estratégico para o fortalecimento de vínculos sociais, a promoção do envelhecimento ativo e a prevenção de situações de isolamento e risco social. A atuação de grupos comunitários, instituições religiosas e iniciativas de apoio informal também contribui para a construção de redes de solidariedade no território.

As unidades de saúde, programas de atenção básica e ações intersetoriais voltadas ao envelhecimento saudável constituem recursos relevantes, ainda que demandem ampliação e maior integração com a política de assistência social. A presença de idosos com trajetória de participação comunitária ativa representa um capital social importante, que pode ser potencializado por meio de ações de protagonismo, voluntariado e participação em espaços de controle social.

Diante desse cenário, a análise indica que a população idosa de Capão da Canoa demanda estratégias integradas de proteção social, com ênfase na prevenção do isolamento social, no fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, na ampliação do acesso a serviços de convivência, no acompanhamento sistemático de idosos em situação de vulnerabilidade e na articulação intersetorial para o enfrentamento das situações de violência e violação de direitos. O fortalecimento da Proteção Social Básica, aliado à atuação da Proteção Social Especial e ao diálogo

permanente com as políticas de saúde, habitação, mobilidade urbana e direitos humanos, é fundamental para assegurar a dignidade, a autonomia e a qualidade de vida da população idosa no município.

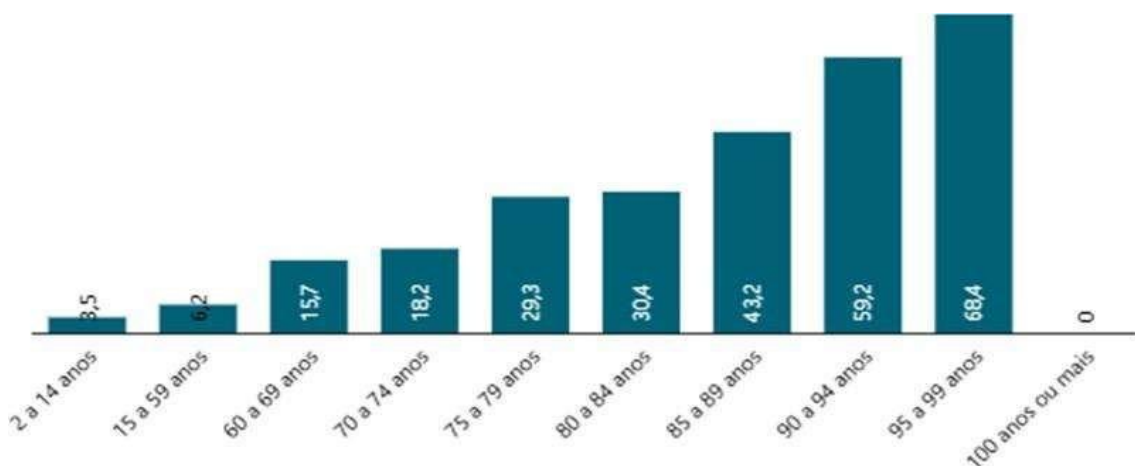
### 3.2.3 Pessoas com deficiência

A deficiência em Capão da Canoa está fortemente ligada ao envelhecimento da população. Entre os idosos de 60 a 74 anos, a prevalência salta de 15,7% para 18,2%. Nos idosos longevos (+85 anos), os índices tornam-se críticos, atingindo 43,2% na faixa de 85 a 89 anos, 59,2% entre 90 e 94 anos e alcançando o pico de 68,4% na faixa de 95 a 99 anos.

Vale destacar o impacto no CRAS Santa Luzia, uma vez que este território concentra 58% dos idosos com mais de 70 anos do município. É nesta unidade que a demanda por acessibilidade e atendimento especializado para pessoas com deficiência (PcD) é mais urgente.

Enquanto nas fases iniciais da vida o índice de pessoas com deficiência registradas é consideravelmente menor, entre crianças e adolescentes (2 a 14 anos) apenas 3,5% dessa população possui alguma deficiência registrada, e entre adultos (15 a 59 anos), o índice permanece baixo, em 6,2%

Gráfico 25 – Porcentagem de pessoas com deficiência, por grupo de idade – Censo Demográfico 2022



Fonte: IBGE (2022).

Vale destacar que, ao observar-se a situação educacional (conforme gráfico 14), verifica-se que a baixa instrução é a marca da maioria das pessoas com deficiência (PcD), pois 55,54% não possuem instrução ou têm apenas o ensino fundamental incompleto. Esse número é o dobro do registrado entre pessoas sem deficiência (27,66%). Apenas 9,86% das PcD conseguem completar o ensino superior, enquanto o índice para o restante da população é de quase 20%. Isso indica que a deficiência, somada à falta de acessibilidade escolar histórica, limita as oportunidades de geração de renda dessas pessoas, mantendo-as no ciclo de desigualdade e desproteção social.

#### 3.2.4 Pessoas em situação de rua

A população em situação de rua em Capão da Canoa configura-se como um grupo social marcado por múltiplas vulnerabilidades e desproteções, expressando de forma intensa as desigualdades sociais presentes no território. Conforme o Diagnóstico da Situação de Rua, atualizado em 2025, o município apresenta uma proporção significativa de pessoas em situação de rua em relação à população total, situando-se entre os municípios do Rio Grande do Sul com maior percentual desse público, o que evidencia a relevância e a complexidade do fenômeno no contexto local.

Os dados do Cadastro Único indicam a presença de 171 pessoas em situação de rua cadastradas até maio de 2025, sendo a ampla maioria composta por famílias unipessoais. Observa-se predominância de homens adultos, em idade economicamente ativa, com maior concentração nas faixas etárias entre 18 e 49 anos. A população apresenta diversidade quanto à origem, com parcela significativa oriunda de outros municípios do Rio Grande do Sul e de outros estados, o que aponta para trajetórias marcadas por deslocamentos, rupturas de vínculos e fragilização das redes de apoio social e familiar (Diagnóstico\_Situação\_de\_Rua\_2025).

No que se refere às condições de vida, a situação de rua no município está fortemente associada à pobreza extrema, à insegurança alimentar, à ausência de moradia regular e à precariedade no acesso a direitos sociais básicos. A maioria das pessoas declara dormir na rua, ainda que parte tenha acessado, em diferentes momentos, serviços de acolhimento provisório. Os registros evidenciam que o tempo de permanência na rua, para grande parte desse público, não é episódico, com significativa parcela vivendo

nessa condição por até dois anos, caracterizando a situação de rua como uma condição social persistente e não apenas transitória (Diagnóstico\_Situação\_de\_Rua\_2025).

Gráfico 26 – Principais motivos situação de rua – Cadúnico

Gráfico - Principais motivos para a situação de rua das pessoas cadastradas no Cadastro Único, em Capão da Canoa



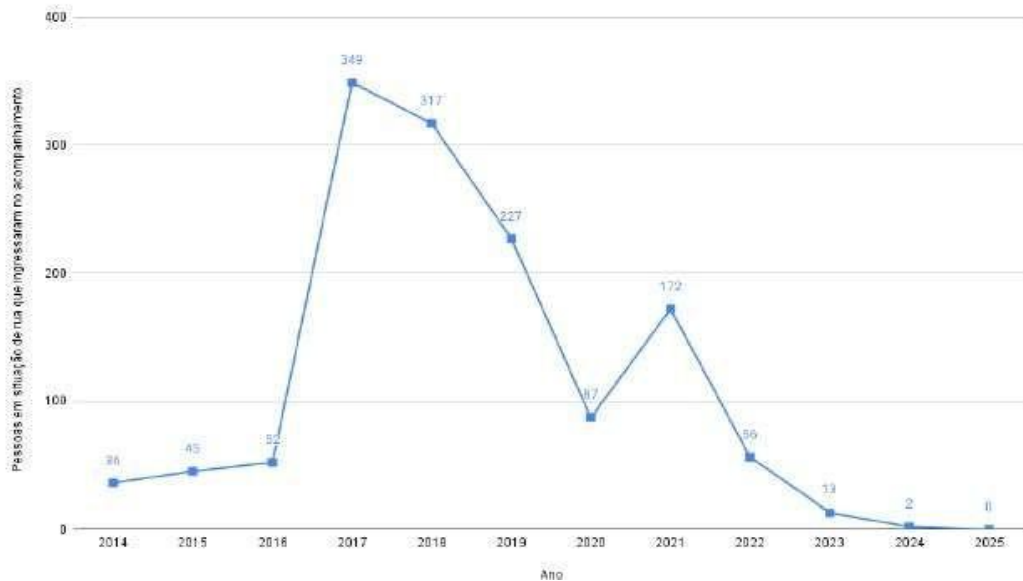
Fonte: Diagnóstico situação de rua (2025). Elaborado por Mariana Marques Sebastiany com base no Cadastro Único, 2025.

A inserção produtiva ocorre majoritariamente de forma informal, por meio de atividades como bicos, serviços gerais, coleta de materiais recicláveis e outras ocupações precárias, sem garantia de renda estável ou proteção trabalhista. Apesar das representações sociais frequentemente associadas à mendicância, os dados demonstram que apenas uma minoria obtém renda por meio de pedidos em espaços públicos, evidenciando que se trata, majoritariamente, de trabalhadores em situação de extrema vulnerabilidade social (Diagnóstico\_Situação\_de\_Rua\_2025).

Os atendimentos realizados pelo CREAS e pelo Serviço Especializado de Abordagem Social revelam elevada demanda por benefícios eventuais, especialmente passagens intermunicipais, alimentação, itens de higiene e apoio para deslocamentos. Os registros históricos apontam aumento expressivo no número de famílias em situação de rua cadastradas no município a partir de 2020, com crescimento superior a 100% até 2025, acompanhando, ainda que de forma mais intensa, a tendência observada em âmbito estadual e nacional.

Gráfico 27 – Volume de pessoas em situação de Rua que ingressaram no PAEFI

Gráfico – Volume total de pessoas em situação de rua que ingressaram no acompanhamento do PAEFI, por ano, de 2014 a 2025\*



Fonte: Diagnóstico situação de rua (2025). Elaborado por Mariana Marques Sebastiany com base em Registro Mensal de Atendimentos (RMA), 2025. – \*2025 contempla até o mês de junho.

Os dados de abordagens sociais indicam maior incidência nos meses de alta temporada, especialmente entre janeiro e março, período em que há intensificação do fluxo populacional no município. Ainda assim, os registros ao longo de todo o ano demonstram que a presença da população em situação de rua não se restringe a um fenômeno sazonal, mantendo-se de forma contínua no território, com recorrência de atendimentos e acessos repetidos aos serviços socioassistenciais.

A análise do diagnóstico também evidencia a presença de outras situações agravantes, como deficiência, adoecimento físico e sofrimento psíquico, além da exposição cotidiana a violências, discriminações e violações de direitos. Essas condições ampliam a complexidade do atendimento e demandam respostas articuladas entre as políticas públicas. Os registros apontam que a Política de Assistência Social tem se constituído como principal referência de proteção para esse público no município, concentrando grande parte das ofertas de atendimento, acompanhamento e provisões básicas (Diagnóstico\_Situação\_de\_Rua\_2025).

De forma geral, o conjunto das informações analisadas demonstra que a população em situação de rua em Capão da Canoa vivencia condições de extrema vulnerabilidade social, com trajetórias marcadas por exclusão, precariedade de vínculos e acesso limitado a direitos. O fenômeno apresenta caráter estrutural, contínuo e multifacetado, exigindo leitura atenta da realidade local e reconhecimento da centralidade dessa população no planejamento da política de assistência social municipal.

### 3.2.5 Famílias em situação de pobreza

A análise das famílias em situação de pobreza em Capão da Canoa evidencia uma realidade fortemente territorializada, marcada por desigualdades socioeconômicas persistentes e intensificadas pela sazonalidade característica do município. Os dados produzidos no âmbito do diagnóstico socioterritorial e da Vigilância Socioassistencial, em diálogo com informações do Cadastro Único e com os registros do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), indicam que a pobreza se expressa de forma mais concentrada nos territórios de abrangência dos CRAS Zona Norte, Arco-Íris e Santa Luzia, revelando padrões recorrentes de insegurança alimentar, dependência de benefícios socioassistenciais e fragilização das condições de reprodução social das famílias.

Os dados do PAA, que registraram a inserção de 712 novas famílias entre 2023 e 2024, demonstram um crescimento significativo da demanda por acesso regular a alimentos, elemento central na caracterização da pobreza. Em 2023, a maior parte das famílias inseridas estava vinculada aos territórios do CRAS Zona Norte e do CRAS Arco-Íris, enquanto em 2024 observa-se a ampliação dessa demanda também no território do CRAS Santa Luzia, indicando o alargamento espacial da pobreza extrema no município (material produzido pela Vigilância relativo ao público beneficiário do PAA 2023).

A predominância de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família e inscritas no Cadastro Único entre os usuários do PAA reforça a centralidade desses territórios na incidência da pobreza monetária e da vulnerabilidade socioeconômica. A leitura territorial dos dados aponta que, no território do CRAS Zona Norte, a pobreza se associa a um volume expressivo de famílias em acompanhamento, com elevada dependência de benefícios eventuais e alimentares, além de situações recorrentes de desemprego, informalidade e baixa renda per capita. No território do CRAS Arco-Íris, ainda que o

número absoluto de famílias acompanhadas seja menor, os dados evidenciam alta vulnerabilidade socioeconômica, com forte presença de insegurança alimentar e permanência prolongada das famílias nos serviços, indicando dificuldades estruturais para a superação da pobreza. Já no território do CRAS Santa Luzia, observa-se um crescimento recente e significativo da demanda, com famílias que permanecem em acompanhamento por longos períodos, revelando situações de pobreza persistente e baixa mobilidade social.

A aplicação da Triagem para Risco de Insegurança Alimentar (TRIA) junto às famílias inseridas no PAA reforça esse cenário, ao indicar percentuais elevados de insegurança alimentar moderada ou grave, especialmente entre famílias residentes nos territórios mais vulnerabilizados. Esses dados conferem materialidade à pobreza vivenciada cotidianamente, expressa não apenas pela insuficiência de renda, mas também pelo comprometimento da quantidade e da qualidade da alimentação, afetando de forma direta crianças, gestantes, idosos e pessoas com deficiência (público beneficiário PAA 2023).

De modo geral, os diagnósticos apontam que a pobreza em Capão da Canoa não se distribui de forma homogênea, mas se concentra em territórios historicamente marcados por menor acesso a oportunidades, serviços e políticas públicas, exigindo respostas territorializadas, continuadas e articuladas. A centralidade dos CRAS como porta de entrada da Proteção Social Básica se reafirma nesse contexto, tanto no acompanhamento das famílias quanto na articulação de benefícios, serviços e ações intersetoriais, fundamentais para a mitigação das situações de pobreza extrema e de insegurança alimentar no município.

## **4. GESTÃO DO SUAS NO MUNICÍPIO**

### **4.1 Estrutura administrativa**

#### **Órgão gestor da Assistência Social**

O órgão gestor da Assistência Social no município é responsável pela coordenação, planejamento, organização e execução da Política Municipal de Assistência Social, em conformidade com as diretrizes da Política Nacional de Assistência Social e do SUAS.

Compete-lhe a gestão administrativa, financeira e técnica da rede socioassistencial, a articulação intersetorial, o acompanhamento e o monitoramento das ações, bem como a garantia da oferta continuada de serviços, programas, projetos e benefícios, assegurando a proteção social e a efetivação de direitos da população em situação de vulnerabilidade e risco social.

No município de Capão da Canoa, o órgão gestor da Política de Assistência Social é a Secretaria de Assistência e Inclusão Social (SAIS). Também compõe o sistema de gestão o Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS).

Figura 10 – Trabalhadores da Gestão

GESTÃO					
SERVIDOR	MATRIC	FUNÇÃO	SETOR	VÍNCULO	ADMISSÃO
CERLI RIBEIRO NOVASKI	229229	Secretária	GESTÃO	CC	01/01/2025
IDA MARCELITA CORREA ALVES	229367	Chefe Geral de Gabinete	GESTÃO	CC	01/01/2025
MARINA ALVES DOS REIS	206339	Assistente Social II	GESTÃO	FG	05/03/2020
TAMARA GUINCHESKI GERMANO ROTH	229338	Secretária Adjunta	GESTÃO	CC	01/01/2025
TATIANA ANDREOTTI DE AZAMBUJA	229337	Chefe Geral de Gabinete	GESTÃO	CC	01/01/2025

Fonte: SAIS (2026).

Figura 11 – Trabalhadores Gestão SAIS

Gestão SAIS					
SERVIDOR	MATRIC	FUNÇÃO	SETOR	VÍNCULO	ADMISSÃO
ANA KAROLINA BARROS CABRERA	225820	Agente Administrativo	GESTÃO SAIS	estatutário	25/07/2023
ANDREIA ALECSANDRA SEMIRUCHA	206439	Assistente Social II	GESTÃO SAIS	estatutário	02/03/2020
JOEL CARDOSO ALVES	219862	Assessor de Departamento	GESTÃO SAIS	FG	23/08/2022
KAILAINY DE CARVALHO NUNES	230481	Agente de apoio Administrativo	GESTÃO SAIS	contrato	15/07/2025
SUSAN VERONICA POUZADA MOREIRA DE AZEVEDO	207198	Agente Administrativo	GESTÃO SAIS	estatutário	15/05/2020
THIAGO RIBEIRO FAGUNDES	229008	Assessor de Departamento	GESTÃO SAIS	FG	16/04/2024
VALERIA DE OLIVEIRA SILVEIRA	216820	Assessor de Departamento	GESTÃO SAIS	FG	26/04/2022

Fonte: SAIS (2026).

Figura 12 – Trabalhadores Padaria

PADARIA					
SERVIDOR	MATRIC	FUNÇÃO	SETOR	VÍNCULO	ADMISSÃO
ANA PAULA DELAM DA SILVA	223754	Padeiro	PADARIA	estatutário	22/03/2023
JOSEANE DA SILVA JARDIM	230314	Coordenador da Padaria	PADARIA	FG	16/04/2025
KEILA DOS SANTOS CABREIRA	206687	Padeiro	PADARIA	estatutário	06/03/2020

Fonte: SAIS (2026).

Figura 13 – Trabalhadora em Permuta Torres

PERMUTA TORRES					
SERVIDOR	MATRIC	FUNÇÃO	SETOR	VÍNCULO	ADMISSÃO
MARIANA FRANCISCO DA SILVA ALVES	161998	Psicólogo	PERMUTA/TORRES	estatutário - permutada	15/12/2015

Fonte: SAIS (2026).

Figura 14 –Trabalhadora Projetos de Inclusão

PROJETOS DE INCLUSÃO					
SERVIDOR	MATRIC	FUNÇÃO	SETOR	VÍNCULO	ADMISSÃO
VIVIANE DE LARA	216203	Chefe do PAP TEA	Projetos de Inclusão	FG	04/04/2022

Fonte: SAIS (2026).

A Gestão do Trabalho e de Recursos Humanos do SUAS é fundamental para a organização e qualificação da política de assistência social, garantindo equipes adequadas, vínculos regulares e processos de educação permanente. Ao valorizar os trabalhadores e estruturar a força de trabalho de forma planejada, fortalece-se a oferta continuada e qualificada dos serviços socioassistenciais, contribuindo para a consolidação do SUAS como política pública de direito.

#### 4.2 Controle social

O Conselho Municipal de Assistência Social de Capão da Canoa (CMAS) constitui-se como instância deliberativa, normativa e de controle social da Política de Assistência Social no âmbito do município, exercendo papel estratégico na consolidação do SUAS. De composição paritária, é integrado atualmente por 10 membros titulares e seus respectivos suplentes, representantes do poder público e da sociedade civil, assegurando a participação democrática na formulação, acompanhamento e fiscalização

das ações socioassistenciais. Criado por legislação municipal em 1995, com alterações posteriores nos anos de 2008 e 2016, encontra-se regulamentado atualmente pela Lei Municipal nº 3.199, de 22 de dezembro de 2016.

A Diretoria do CMAS é composta por Presidente, Vice-Presidente, 1º e 2º Secretários, eleitos entre seus membros por voto secreto, para mandato de dois anos. O exercício da função de conselheiro é considerado de relevante interesse público, não sendo remunerado.

No processo de consolidação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) no município, destaca-se o fortalecimento institucional do CMAS como elemento fundamental para a qualificação do controle social e da gestão democrática do SUAS. Após 22 anos de sua criação, o Conselho passou, em outubro de 2012, a contar com espaço físico próprio, além de equipamentos e mobiliário adequados, o que possibilitou maior organização administrativa, sistematização de documentos, estruturação de fluxos internos e aprimoramento do exercício de suas competências legais.

No mesmo período, o CMAS conquistou a designação de servidores para compor sua Secretaria Executiva, assegurando suporte técnico e administrativo às atividades deliberativas, fiscalizatórias e normativas. Inicialmente, passou a contar com um assistente social exclusivo, com carga horária de 20 horas semanais, e apoio administrativo com carga horária de 40 horas semanais. Atualmente, a Secretaria Executiva é composta por assistente social, com carga horária de 30 horas semanais, e auxiliar administrativo, garantindo suporte permanente às demandas do colegiado.

Essa estruturação representa um avanço significativo na institucionalização do controle social no município, fortalecendo a capacidade do Conselho de acompanhar a execução do PMAS, deliberar sobre o financiamento da política, monitorar a rede socioassistencial e assegurar a participação da sociedade civil. O fortalecimento do CMAS constitui, portanto, condição estratégica para a efetivação da PNAS em Capão da Canoa, reafirmando a assistência social como política pública de direito, com gestão participativa, transparência e compromisso com a garantia de proteção social.

Desde sua criação, o CMAS coordena e delibera sobre a realização das Conferências Municipais de Assistência Social, espaços fundamentais de participação e avaliação da

política pública. A última Conferência Municipal de Assistência Social em Capão da Canoa foi a 12ª Conferência Municipal, realizada no dia 27 de junho de 2025, com o tema: “20 anos do SUAS: construção, proteção social e resistência”.

Quadro 2 – Representantes governamentais no CMAS

<b>Representação</b>	<b>Titular</b>	<b>Suplente</b>
Secretaria de Assistência e Inclusão Social	Jordana Soraia Dalsotto	Ida Marcelita Correa Alves
Secretaria de Educação	Wladinéia Gomes Freitas	Sônia Silveira Vieira
Secretaria da Saúde	Sissi Beatriz e Silva	Sabrina Budó Lara
Secretaria de Orçamento e Finanças	Michelle Santos da Silveira Bothomé	Larissa Vitória Silveira da Silva
Secretaria da Cidadania, Trabalho e Ação Comunitária	Flavia Vanessa de Matos Silveira Valente	Jorge Luis Freitas da Silva

Fonte: SAIS (2026).

Quadro 3 – Representantes Sociedade civil no CMAS

<b>Representação</b>	<b>Titular</b>	<b>Suplente</b>
Representante dos usuários	Luciane Ismael de Oliveira	Alexandre Christo Aurich
APAE - Associação dos Pais e Amigos do Excepcionais	Josieli da Silva Novasck	Kenia Witeckoski
ASCAR - Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural	Dalva Catarina Pugen	Carlos Atilio Todeschini
Conselho Regional de Serviço Social - CRESS 10ª Região/RS	Marina Alves dos Reis	Tatiana Pereira Gomes
Associação Beneficente Projeto Restaurar - Lar Restaurar	Lisia Ferreira	Clarissa Kocznykowski

Fonte: Elaboração própria.

#### 4.3 Gestão da informação, monitoramento e vigilância socioassistencial

A Vigilância Socioassistencial constitui função estratégica da gestão da SAIS, sendo responsável pela produção, sistematização e análise de informações sobre vulnerabilidades, riscos sociais e oferta de serviços. Está sob responsabilidade de Mariana Marques Sebastiany, que realiza a coleta, organização e análise de dados sobre famílias e serviços, acompanha indicadores do SUAS e produz informações que orientam o planejamento, a gestão e o controle social da política de Assistência Social. Ao transformar dados em informações qualificadas, a Vigilância fortalece o diagnóstico socioterritorial e subsidia o planejamento, o monitoramento e a avaliação das ações, contribuindo para a definição de prioridades e para a efetividade das intervenções nos territórios.

Destaca-se que o Diagnóstico Socioterritorial, que fundamenta a construção deste Plano, foi elaborado pela referida servidora, consolidando informações essenciais para a definição das diretrizes, objetivos e metas estabelecidos para o período.

Servidora SAIS - responsável pela Vigilância socioassistencial					
SERVIDOR	MATRIC	FUNÇÃO	SETOR	VÍNCULO	ADMISSÃO
MARIANA MARQUES SEBASTIANY	207203	Assistente Social II	GESTÃO SAIS	estatutário	15/05/2020

#### 4.4 CAD Único

##### O Cadastro

Único é feito pela SAIS, normalmente no posto chamado Casa do Cadastro Único ou nos CRAS da cidade. Ele registra informações detalhadas sobre famílias de baixa renda (como composição familiar, renda, educação e situação de trabalho), permitindo que o governo conheça a realidade socioeconômica dessas famílias e as selecione para programas sociais federais.

Figura 15 – Trabalhadores Cadastro Único

CAD ÚNICO PBF					
SERVIDOR	MATRIC	FUNÇÃO	SETOR	VÍNCULO	ADMISSÃO
ELIZETE CARVALHO JARDIM	228086	Motorista de Veic. Leves	CADÚNICO-PBF	estatutário	02/10/2023
PRISCILA PEREIRA FEIJÓ	229329	Assessor de Gabinete	CADÚNICO-PBF	CC	01/01/2025

Fonte: SAIS (2026).

## 5. REDE SOCIOASSISTENCIAL

A rede socioassistencial do município constitui o conjunto articulado de serviços, programas, projetos e benefícios da Política de Assistência Social, organizados conforme as diretrizes do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), com a finalidade de assegurar proteção social às famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade e risco social. Estruturada a partir dos níveis de Proteção Social Básica e Proteção Social Especial (média e alta complexidade), é composta por unidades públicas estatais e por entidades e organizações da sociedade civil regularmente inscritas no Conselho Municipal de Assistência Social.

No âmbito municipal, a organização da rede observa os princípios da territorialização, da matricialidade sociofamiliar, da intersetorialidade e da complementaridade das ofertas, com fluxos de atendimento e acompanhamento que vêm sendo permanentemente qualificados. Essa estrutura é fundamental para assegurar a oferta continuada e qualificada das ações socioassistenciais, contribuindo para a efetivação do direito à assistência social e para o fortalecimento da proteção social no território.

Em Capão da Canoa, os trabalhadores do SUAS executam suas funções em diferentes unidades da rede socioassistencial, organizadas conforme os níveis de proteção social — Básica e Especial — que estruturam a oferta de serviços, programas, projetos e benefícios. Essa organização garante a distribuição adequada das equipes nos territórios, respeitando as especificidades das demandas e assegurando a oferta continuada e qualificada das ações de proteção social no município.

## 5.1 Proteção Social Básica

A Proteção Social Básica é ofertada por meio de três unidades de CRAS, constituindo-se como porta de entrada do SUAS no território. São executados o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), com foco no acompanhamento familiar, fortalecimento da função protetiva e prevenção de situações de risco social, e o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), desenvolvido por meio de atividades coletivas voltadas à promoção da convivência comunitária e ao fortalecimento de vínculos familiares e sociais.

Nos CRAS também são realizadas as inscrições, atualizações e orientações das famílias no Cadastro Único, instrumento necessário para acesso a programas e benefícios sociais, como benefícios eventuais, Benefício de Prestação Continuada (BPC), Bolsa Família/Auxílio Brasil, Tarifa Social de Energia Elétrica e outros programas federais, estaduais e municipais.

Abaixo listagem dos trabalhadores da Proteção básica, por CRAS de atuação:

## CRAS Arco Iris

Figura 16 – Trabalhadores PSB - CRAS Arco Iris

CRAS ARCO IRIS					
SERVIDOR	MATRIC	FUNÇÃO	SETOR	VÍNCULO	ADMISSÃO
CAROLINE ALBRECHT LUDWIG	122687	Assistente Social	CRAS ARCO IRIS	estatutário	28/05/2012
KELLY RODRIGUES MARIA	229332	Assessor Especial de Gabinete	CRAS ARCO IRIS	CC	01/01/2025
LEONARDO BORNHOLDT	223187	Motorista de Veic. Leves	CRAS ARCO IRIS	estatutário	23/02/2023
MARCELO MATOS MICHILES	223603	Assistente Social II	CRAS ARCO IRIS	estatutário	17/03/2023
MARIA KLEIN SILVA	207011	Orientador/ Educ. Social	CRAS ARCO IRIS	estatutário	04/05/2020
ODILIA RIBEIRO DA SILVA	230481	Orientador/ Educ. Social	CRAS ARCO IRIS	contrato	15/07/2025
RAFAELLA GHIDINI STANGERLIN	223434	Psicólogo II	CRAS ARCO IRIS	estatutário	10/03/2023
ROSILEIA DA SILVA FORTE	230734	Orientador/ Educ. Social	CRAS ARCO IRIS	contrato	03/11/2025
VALKIRIA TEREZINHA PUREZA DE SENA	230233	Orientador/ Educ. Social	CRAS ARCO IRIS	contrato	15/07/2025

Fonte: SAIS (2026).

Figura 17 – Trabalhadores PSB CRAS Santa Luzia

CRAS SANTA LUZIA					
SERVIDOR	MATRIC	FUNÇÃO	SETOR	VÍNCULO	ADMISSÃO
ALICE MARJORIE SILVEIRA RODRIGUES DOS SANTOS	225820	Orientador/ Educ. Social	CRAS SANTA LUZIA	contrato	03/11/2025
ANA KETLIN RIBEIRO PRUDENCIO GERALDI	206446	Orientador/ Educ. Social	CRAS SANTA LUZIA	estatutário	02/03/2020
ANA LUISA COLOMBO HILARIO FRAGA	141695	Assistente Social	CRAS SANTA LUZIA	estatutário	18/09/2014
BYANCA MAGNUS COSTA	230465	Orientador/ Educ. Social	CRAS SANTA LUZIA	contrato	15/07/2025
DANIEL DE FREITAS SILVA	230421	Assessor de Departamento	CRAS SANTA LUZIA	CC	02/06/2025
EDILSON ALVES DA SILVA	230189	Motorista de Veic. Pesados	CRAS SANTA LUZIA	estatutário	17/03/2025
EMILI MARTINS DA SILVEIRA	206311	Psicólogo II	CRAS SANTA LUZIA	estatutário	02/03/2020
IARA ROSANE SOUZA DA ROSA ALVES	122038	Auxil de serviços gerais	CRAS SANTA LUZIA	estatutário	03/05/2012
KELEN CARDOSO FERNANDES	228845	Orientador/ Educ. Social	CRAS SANTA LUZIA	contrato	15/07/2025
LIS ANTONIA DE FREITAS	229081	Coordenadora	CRAS SANTA LUZIA	estatutário	03/07/2024
LUCIANE DA SILVA ALVES	210620	Orientador/ Educ. Social	CRAS SANTA LUZIA	estatutário	15/07/2021
MARISA MOREIRA GOMES	124746	Assistente Social	CRAS SANTA LUZIA	estatutário	11/07/2012
QUELI JOSIANE DE SENA SOUZA	230463	Orientador/ Educ. Social	CRAS SANTA LUZIA	contrato	15/07/2025
RODRIGO DE SOUZA POMPEU	228294	Ag. De obras e manutenção	CRAS SANTA LUZIA	contrato	15/07/2025
ROSIMERI CONCEIÇÃO DA SILVA	229327	Assessor de Departamento	CRAS SANTA LUZIA	CC	01/01/2025
SILVANO BUHLER	216303	Motorista de Veic. Pesados	CRAS SANTA LUZIA	estatutário	07/04/2022

Fonte: SAIS (2026).

Figura 18 – Trabalhadores PSB CRAS Santa Zona Norte

CRAS ZONA NORTE					
SERVIDOR	MATRIC.	FUNÇÃO	SETOR	VÍNCULO	ADMISSÃO
GABRIEL GARBRECHT	216339	Motorista de Veic. Leves	CRAS ZONA NORTE	estatutário	07/04/2022
MAIARA DOS SANTOS ENNES	223346	Assistente Social II	CRAS ZONA NORTE	estatutário	06/03/2023
MARISTELA STIEHL	227972	Assistente Social II	CRAS ZONA NORTE	estatutário	25/07/2023
PATRICIA DE CASTILHO SOARES	230725	Psicólogo	CRAS ZONA NORTE	cedida	
ROSA PEREIRA ALVES	229336	ASSESSOR ESPECIAL DE GABINETE	CRAS ZONA NORTE	CC	01/01/2025
VINICIUS OLIVEIRA DOS SANTOS	122662	Psicólogo	CRAS ZONA NORTE	estatutário	25/05/2012

Fonte: SAIS (2026).

Figura 19 – Trabalhadores PSB SCFV Idosos

SCFV - IDOSOS					
SERVIDOR	MATRIC.	FUNÇÃO	SETOR	VÍNCULO	ADMISSÃO
ANA PAULA DA CONCEIÇÃO	229330	Assessor de Departamento	SCFV - IDOSOS	CC	01/01/2025
FABIANE MOHR RAFFLER	212120	Psicólogo II	SCFV - IDOSOS	estatutário	18/10/2021
MAURICIO LOPES	219911	Orientador/ Educ. Social	SCFV - IDOSOS	estatutário	31/08/2022
MURILO CARDOSO OLIVEIRA	215911	Orientador/ Educ. Social	SCFV - IDOSOS	estatutário	29/03/2022
ROSVITA SANTOS DA ROSA	229335	Assessor de Gabinete	SCFV - IDOSOS	CC	01/01/2025
TALITA BARELA KOETZ	161479	Prof de Educação Física	SCFV - IDOSOS	estatutário	16/11/2015

Fonte: SAIS (2026).

## 5.2 Proteção Social Especial

### Média Complexidade (CREAS, serviços especializados)

A Proteção Social Especial no município organiza-se a partir da oferta de serviços de média e alta complexidade, com centralidade no CREAS, responsável pela execução do PAEFI, do Serviço de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto (LA e PSC) e pelo atendimento às situações de violação de direitos.

Destaca-se que o atendimento à população em situação de rua é realizado no próprio prédio do CREAS, por equipe de referência que desenvolve trabalho técnico continuado, com atendimentos individuais e grupais, orientações, encaminhamentos à rede socioassistencial e às demais políticas públicas, além da oferta de provisões como alimentação e higiene pessoal

Figura 20 –Trabalhadores PSEMC - CREAS

CREAS					
SERVIDOR	MATRIC	FUNÇÃO	SETOR	VÍNCULO	ADMISSÃO
BRUNA FLORENCIO DA SILVA	229328	Assessor de Departamento	CREAS	CC	01/01/2025
CAMILA FERNANDES BARBOSA	207220	Orientador/ Educ. Social	CREAS	estatutário	15/05/2020
DÉBORA CRISTINE MACHADO	125395	Assistente Social	CREAS	estatutário	26/09/2012
ELISABETH M. DO NASCIMENTO BANDEIRA DOS SANTOS	33604	Faxineira	CREAS	estatutário	15/08/1995
FÁBIO WURLITZER	230651	Orientador/ Educ. Social	CREAS	contrato	01/09/2025
JENIFER DA SILVA	230483	Orientador/ Educ. Social	CREAS	contrato	15/07/2025
LEONARDO DOUGLAS SILVA DA SILVA	216046	Psicólogo II	CREAS	estatutário	08/04/2022
MARIA DE FATIMA NOBREGA LISBOA	122095	Assistente Social	CREAS	estatutário	03/05/2012
MARIA EDUARDA SOUZA TEIXEIRA	230486	Orientador/ Educ. Social	CREAS	contrato	15/07/2025
MARIA ELENA FAMER	124754	Assistente Social	CREAS	estatutário	13/07/2012
MORGANA DOMINGA ZONTA	229334	Assessor de Gabinete	CREAS	CC	01/01/2025
RAFAEL VIEIRA BOFF	125346	Psicólogo	CREAS	estatutário	04/09/2012
THAIS BEATRIZ DA SILVEIRA VARGAS RODRIGUES	230487	Orientador/ Educ. Social	CREAS	contrato	15/07/2025

Fonte: SAIS (2026).

### Centro de Referência da Mulher (CRM)

O CRM do município de Capão da Canoa constitui-se como equipamento estratégico de apoio e proteção às mulheres em situação de violência, integrando a rede de atendimento e o Sistema de Garantia de Direitos. Atua na oferta de acolhimento, escuta qualificada, orientação e acompanhamento técnico, com encaminhamentos articulados às políticas de assistência social, saúde, segurança pública e justiça, visando à superação das situações de violação de direitos.

O CRM desenvolve ações preventivas e educativas, promove o fortalecimento da autonomia das mulheres e contribui para a construção de fluxos intersetoriais de atendimento, reafirmando o compromisso municipal com o enfrentamento à violência de gênero e com a garantia de direitos.

Listagem dos trabalhadores do CRM:

Figura 21 – Trabalhadores CRM

CRM					
SERVIDOR	MATRIC	FUNÇÃO	SETOR	VÍNCULO	ADMISSÃO
GABRIELA ROSA DE ANDRADE BATISTA	223246	Psicólogo II	CRM	estatutário	01/03/2023
JORDANA SORAIA DALSOTO	122703	Coordenadora	CRM	FG	28/05/2012
JUSSANA DA VEIGA DOS SANTOS	206454	Orientador/ Educ. Social	CRM	estatutário	02/03/2020
LEA PEREIRA CHAGAS	229254	Assessor de Departamento	CRM	CC	01/01/2025
MARCIANI DA SILVA PERES	206487	Assistente Social II	CRM	estatutário	04/03/2020

Fonte: SAIS (2026).

## Alta Complexidade

No campo da alta complexidade, o município assegura acolhimento institucional por meio de parcerias, incluindo o serviço de casa lar para crianças e adolescentes em situação de risco pessoal ou social, bem como prevê estratégias para garantir alojamento provisório e ampliar as possibilidades de acolhimento para pessoas em situação de rua, reforçando o compromisso com a integralidade da proteção social especial.

### 5.3 Rede Socioassistencial Privada

A Rede Socioassistencial Privada de Capão da Canoa é composta por entidades e organizações da sociedade civil que atuam de forma complementar à rede pública do SUAS, mediante inscrição no Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) e celebração de parcerias com o poder público, quando for o caso. Essas organizações desenvolvem serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, observando as normativas da Política Nacional de Assistência Social e a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais.

## 6. OBJETIVOS DO PMAS

### 6.1 Objetivo geral

Consolidar a Política de Assistência Social em Capão da Canoa no campo do direito, mediante o fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), garantindo a qualificação da oferta de serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais territorializados e adequados, na condição de respostas às vulnerabilidades, necessidades e especificidades de cada região, assegurando a proteção social com ampliação da convivência e fortalecimento de vínculos familiares, comunitários e societários, na perspectiva da autonomia.

### 6.2 Objetivos específicos por níveis de proteção

#### 6.2.1 Proteção Social Básica (PSB)

Ampliar a capilaridade da Proteção Social Básica, garantindo que os serviços do CRAS cheguem efetivamente às famílias residentes em áreas de vazio institucional ou barreira geográfica, como os distritos de Curumim e Arroio Teixeira e áreas em regularização, como o Posto 5 e 6 - Territorialização e Acesso;

- Qualificar e expandir a oferta do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, com foco prioritário nas 5.578 crianças e adolescentes do território Santa Luzia e nos idosos com deficiência - Fortalecimento de Vínculos (SCFV);
- Intensificar a busca ativa para atualização do CadÚnico, especialmente no território onde há maior concentração de pobreza e onde há maior volume populacional, visando garantir o acesso aos serviços e aos benefícios monetários e tarifas sociais - Prevenção e Cadastro;
- Fortalecer o acompanhamento integral às famílias (PAIF), desenvolvendo ações que promovam ampliação de convivência, fortalecimento de vínculo na perspectiva da autonomia, sendo uma das prioridades desta implementação o território da Zona Norte, frequentemente isolado dos centros de serviços.

#### 6.2.2 Proteção Social Especial (PSE)

- Fortalecer o acompanhamento especializado PAEFI na perspectiva de proteção a crianças e adolescentes em situação de risco, negligência ou violências, assegurando a articulação com o Conselho Tutelar e a rede de saúde - Enfrentamento a Violências;
- Implementar estratégias de atendimento e inclusão (Centro Dia...) para pessoas com deficiência e idosos com dependência, considerando a alta prevalência de deficiências associada ao envelhecimento na região - Apoio a Grupos Prioritários;
- Ampliar a rede de serviços voltada à população em situação de rua (Centro Pop) e de acolhimento institucional, suprimindo as lacunas identificadas no diagnóstico municipal - Serviços da Proteção Social Especial de Média Complexidade e de Alta Complexidade - Acolhimento e População de Rua.

### 6.3 Gestão do SUAS e Vigilância Socioassistencial

- Valorizar e capacitar as equipes técnicas do SUAS, adequando as estruturas de atendimento à densidade populacional de cada território, com atenção especial à sobrecarga em determinados territórios - Gestão do Trabalho;
- Estruturar o monitoramento contínuo das metas do plano, utilizando dados da Vigilância Socioassistencial para orientar a tomada de decisão baseada em evidências territoriais - Vigilância e Monitoramento;
- Garantir o apoio técnico e financeiro ao Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) para o acompanhamento e fiscalização efetiva da política - Fortalecimento do Controle Social.

## 7. DIRETRIZES, METAS E AÇÕES

### 7.1 Eixo 1: Gestão do SUAS

Fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social a partir da gestão do trabalho, educação permanente e expansão da rede socioassistencial com financiamento

**Diretriz:** Garantia de recursos orçamentários e financeiros para a execução das ofertas socioassistenciais.

**Meta 1:** Garantir na Lei Municipal do SUAS o repasse mínimo de 5% do orçamento municipal anual para a assistência social.

Quadro 4 – Meta 01 Garantir na Lei Municipal do SUAS o repasse mínimo de 5% do orçamento municipal anual para a assistência social

Ações	Indicadores	Responsáveis	Prazo
1. Elaborar estudo técnico de impacto orçamentário demonstrando o déficit atual e a necessidade de expansão (com base dados da Vigilância Socioassistencial- (diagnóstico socioterritorial com dados do RMA, entre outros indicadores).	Estudo elaborado	Gestão secretaria de assistência social Nome responsável pela coord. e monitoramento deste processo: _____	2026
2. Revisar e redigir o projeto de alteração da Lei Municipal do SUAS inserindo a cláusula de vinculação orçamentária.	Projeto de lei revisado e aprovado pelo CMAS	Nome	2026

3. Realizar audiência pública com o CMAS e a comunidade para validar a proposta	Ata audiência Fotos da audiência	Nome	2026
4. Articular com prefeitos e possíveis apoiadores da proposta, sensibilizando com dados que justificam esta necessidade, sob pena de ter que investir muito mais recurso na execução da Proteção Social Especial por não ter investido na Proteção Social Básica	Reuniões com atores sociais Estudo apresentado para estas pessoas Ata das reuniões	Nome	2026
5. Articular politicamente junto à Câmara de Vereadores e Secretaria da Fazenda para inclusão da meta na LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e na LOA (Lei Orçamentária Anual).	Projeto de Lei protocolado na Câmara. Lei Municipal do SUAS sancionada com o percentual fixado. Percentual de execução orçamentária anual da Assistência Social vs. Receita Corrente Líquida do Município	Nome	2026 2026 Abril 2027

Fonte: Elaboração própria.

**Meta 1.2:** Fomentar a gestão do trabalho, educação permanente a partir da Implementação de rotina sistemática de reuniões técnicas e institucionais nos equipamentos da política de assistência social, assegurando encontros semanais, de cada unidade, das equipes técnicas de nível superior e médio, reuniões mensais com todos os trabalhadores de cada unidade e reuniões gerais entre os profissionais de nível superior, com vistas ao alinhamento, ao planejamento e ao aprimoramento das práticas profissionais.

Quadro 5 – Meta 1.2: Fomentar a gestão do trabalho, educação permanente

Ações	Indicadores	Responsáveis	Prazo
1. Definir o dia da semana que sistematicamente acontecerá a reunião em cada equipamento	Agenda da reunião conhecida por todos na equipe  Cronograma (calendários das reuniões) anual das reuniões com a organização definida no coletivo do planejamento: todos da equipe e reunião com equipe nível superior	Coord. e equipe  Nome coord.	2026

2. Construir em equipe agenda de estudos/reflexão	Lista de presença Memória da reunião Encaminhamentos	Coord. equipe _____	2026
3. Efetivar as reuniões conforme calendário e temáticas definidas, além dos encaminhamentos administrativos de cada reunião de equipe	Número de reuniões realizadas  Lista de presença com a totalidade da equipe conforme respectiva equipe Memória da reunião Encaminhamentos	Coord. equipe _____	2026 2027 2028 2029
4. Avaliação em equipe com a coordenação quanto ao uso deste espaço de equipe para estudo e reflexão da prática e encaminhamentos coletivos que forem pertinentes	Lista de presença  Memória da reunião  Encaminhamentos	Coord.	Semestral  01 x por semestre até 2029

Fonte: Elaboração própria.

**Meta 1.2.1:** Fomentar a gestão do trabalho, educação permanente, a partir da realização de novo concurso público com fortalecimento da política de valorização salarial e profissional dos trabalhadores do SUAS.

Quadro 6 – Meta 1.2.1. Fomentar a gestão do trabalho- concurso público Concurso público para compor equipes de referência dos serviços socioassistenciais.

Ações	Indicadores	Responsáveis	Prazo
Fazer um levantamento das necessidades de trabalhadores SUAS conforme necessidade de serviços nos territórios considerando as metas e manutenção e expansão dos serviços definidos no plano plurianual da assistência social	Levantamento realizado	Gestão	2026
Hierarquizar as prioridades de novas contratações	Documento com a definição das prioridades para concurso	Gestão	2026
Gestar junto ao gestor do executivo as possibilidades de concurso, com justificativa e argumentos na perspectiva de acolhimento do executivo em relação à necessidade apontada pela gestão e pelos usuários, de ampliação da equipe SUAS.	Documento com a definição de prioridades  Memória da reunião com Conselho Municipal de assistência social e os possíveis encaminhamentos  Memória da reunião com o executivo e os possíveis encaminhamentos	Gestão e CMAS	2027

Elaboração do edital concurso	Edital do concurso	Gestão e secretaria de administração	
Realização do concurso	Edital do concurso publicado	Gestão e secretaria de administração	2027
Nomeação dos servidores(as)	Edital de chamamento dos classificados  Posse dos classificados nominata das equipes de referência de cada serviço completa	Gestão e secretaria de administração	

Fonte: Elaboração própria.

**Meta 1.2.2:** Definir e implementar um plano de estudos permanente, voltado ao fortalecimento dos conhecimentos teóricos e ao desenvolvimento de habilidades técnicas e metodológicas de todos os trabalhadores, com vistas a qualificar a atuação das equipes e subsidiar a implementação de ações de discussão, formação e reflexão junto à população em atendimento e acompanhamento no SUAS

Plano de educação permanente junto aos trabalhadores SUAS Capão Canoa.

Quadro 7 – Meta 1.2.2 - plano de educação permanente junto aos trabalhadores SUAS Capão Canoa

Ações	Indicadores	Responsáveis	Prazo
1. Levantamento de necessidades de formação junto as equipes de gestão e execução do SUAS Capão da Canoa, bem como junto ao CMAS (Controle Social do SUAS).	Questionário padrão para levantamento de necessidades	Gestão e coord. equipamento Nomes:	Julho 2026
	Cronograma anual (calendário das reuniões), com organização definida coletivamente no planejamento: reuniões com toda a equipe e reuniões com a equipe de nível superior		
	Questionário preenchido por todas as equipes e CMAS	Coord. equipamentos e equipes	
	Sistematização do levantamento e hierarquização das necessidades	Gestão	2026
2. Apresentar plano de educação permanente no CMAS	Ata e resolução do CMAS	Gestão	2026

3. Execução do Plano de educação permanente	<p>Memória dos eventos de formação (reunião de equipe, palestras, cursos, rodas de conversas, pertinentes temáticas definidas no plano</p> <p>Fotos Instrumento de avaliação Encaminhamentos</p>	Gestão	2026 2027 2028 2029
	<p>Formalização de contratos para oferta de formação (temáticas específicas), assessoria, consultorias e supervisão às equipes de gestão e de execução do SUAS.</p> <p>Avaliação dos momentos de formação, bem como relatórios que demonstram o impacto da formação no cotidiano do serviço e ou da gestão.</p> <p>Fotos Lista de Presença Alteração no ID Cras ID CMAS ID CREAS</p>	Gestão	2026 2027 2028 2029

Fonte: Elaboração própria.

**Meta 1.3:** Implementar SUAS a partir da Expansão dos serviços socioassistenciais

Quadro 8 – Meta 1.3 – Implementação de Serviços socioassistenciais

Ações	Indicadores	Responsáveis	Prazo
Implementar o Serviço de Fortalecimento de Vínculos crianças e população idosa	<p>SCFV com 5 dias de atendimento nos territórios</p> <p>SCFV acontecendo nos territórios de CRAS onde ainda não tem</p>	Gestão nome_____	Dez. 2027
Implantar o Serviço de Atendimento no Domicílio	Crianças 0-6 anos e gestantes acompanhada no domicílio		2027
Implementar o PAIF nos territórios mais vulneráveis que estão com equipes incompletas	CRAS com equipe PAIF completa em todos os territórios	Gestão	Dez. 2026
	PAIF executando, no mínimo, as 05 ações PAIF	Gestão CRAS	Dez. 2026

Implementar serviços socioassistenciais para população em situação de rua	Serviço de referência para população em situação de rua (CREAS com equipe para esta atividade ou um CENTRO POP) Serviço de acolhimento	Gestão	Março 2027  2027-28
Rever - retomar execução Serviço de Acolhimento institucional para criança e adolescente	Serviço de acolhimento com execução direta da Secretaria	Gestão	2026

Fonte: Elaboração própria.

## 7.2 Eixo 2: Proteção Social Básica

Implementar e qualificar os serviços da Proteção Social Básica por meio da elaboração e adoção de protocolos de gestão dos CRAS, contemplando a organização dos serviços e benefícios ofertados, a definição dos processos de trabalho das equipes e das ações a serem desenvolvidas, tais como acolhida técnica coletiva, oficinas, ações comunitárias, atendimentos e acompanhamentos familiares, bem como os fluxos de encaminhamento, com a organização de grades de horários fixas para atendimentos individuais e atividades coletivas, considerando as especificidades e demandas de cada território.

**Diretriz:** Organização e qualificação das ofertas de serviços e benefícios nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS)

**2.1 Meta:** Implementar e qualificar os serviços da Proteção Social Básica em todos os territórios, por meio da padronização da gestão e do processo de trabalho- Organização das ofertas em cada CRAS

Quadro 9 – Meta 2.1 - Implementar e qualificar os serviços da Proteção Social Básica

<b>Ações</b>	<b>Indicadores</b>	<b>Responsáveis</b>	<b>Prazo</b>
1. Elaborar e adotar protocolos de gestão específicos para os CRAS.	Lista de presença das reuniões de planejamento e construção do documento Memória das reuniões Protocolo	Gestão secretaria Coord. PSB Vigilância socioassistencial	Out. 2026
2. Definir processos de trabalho com as equipes de referência.	Lista de presença memória da reunião desenho do fluxo dos processos de trabalho	Gestão e coord. serviços	2026/ 2027
3. Organizar as ofertas de acolhida técnica coletiva, oficinas, ações comunitárias, atendimentos e acompanhamentos familiares	Plano operacional das atividades	Gestão e coord. dos serviços	2026/ 2027
4. Estabelecer fluxos de encaminhamento claros.	Documento com o Fluxo definido	Gestão, coord. CRAS e equipe CRAS.	2026/ 2027
5. Instituir grades de horários fixas para atendimentos individuais e atividades coletivas, respeitando as especificidades locais.	Calendário com o cronograma	Gestão, coord. CRAS e equipe CRAS.	2026/ 2027

Fonte: Elaboração própria.

## 2.2 Fortalecimento do PAIF (Proteção Social Básica)

Trabalho social com famílias e territórios - Acompanhamento Familiar: Ampliar o escopo metodológico no trabalho social com famílias e territórios no PAIF, destacando-se a necessidade de implementação do planejamento operacional deste serviço, bem como a necessidade do trabalho coletivo no processo de acompanhamento das famílias e territórios, reduzindo gradualmente atendimentos isolados e particularizados.

Quadro 10 – Meta 2.2 - Fortalecimento do PAIF (Proteção Social Básica)

Ações	Indicadores	Responsáveis	Prazo
Estudo das trilhas 01, 02 e 03	Memória das reuniões de equipe com estudo dos referidos documentos  Encaminhamentos  Lista de presença com no mínimo 90% dos envolvidos no serviço PAIF	Gestão Coord.  CRAS Equipes	abril /maio 2026
Formação técnica metodológica para subsidiar a construção do plano operacional do PAIF que abarque as 05 ações com metodologias participativas	Lista de presença registro fotográfico contrato	Gestão	2026
Definição do processo de trabalho no CRAS contemplando as 05 ações do PAIF	Plano operacional do PAIF de cada CRAS	Coord. CRAS e equipe	20 26
Apresentação do Plano operacional do PAIF no CMAS	Documento encaminhado ao CMAS Resolução CMAS	Gestão e coord. CRAS	2026
Implementação do PAIF em todos os CRAS	RMA de cada CRAS	Gestão e coord. CRAS	2026

Fonte: Elaboração própria.

### 2.3 Serviço de Proteção Social no domicílio

Estruturar o Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio com foco em pessoas idosas e pessoas com deficiência beneficiárias do BPC, articulado ao PAIF, com definição de equipe de referência, fluxo de acesso e critérios de priorização territorial.

Quadro 11 – Meta 2.3 - Estruturar o Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio

Ações	Indicadores	Responsáveis	Prazo
Justificativa para contratação/ concurso	Documento com o estudo e justificativa de implantação do serviço	Gestão e Vigilância	março 2027
Edital	Edital divulgado	Gestão	
Concurso	Ata de homologação dos classificados	Gestão	
Definir e formalizar equipe de referência para o Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio, integrada às equipes do PAIF.	<p>Equipe de referência formalizada por ato administrativo (sim/não)</p> <p>Número de profissionais designados para o serviço</p> <p>Percentual de CRAS com equipe de referência definida para o atendimento domiciliar</p>	Gestão	2027
Elaborar e instituir fluxo de acesso ao Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio, articulado ao PAIF, contemplando encaminhamentos, acompanhamento e desligamento.	<p>Fluxo de acesso elaborado e institucionalizado (sim/não)</p> <p>Percentual de CRAS que utilizam o fluxo pactuado</p> <p>Número de atendimentos deste novo serviço a partir fluxo definido</p>	<p>Gestão, Vigilância e serviços PSB</p> <p>Vigilância</p> <p>Vigilância</p>	2027
Definir critérios de priorização territorial e de público para o atendimento domiciliar, considerando vulnerabilidades sociais, dependência funcional e inserção no PAIF	<p>Critérios de priorização definidos e documentados</p> <p>Percentual de atendimentos domiciliares realizados com base nos critérios estabelecidos</p> <p>Número de beneficiários do BPC acompanhados por território de abrangência do CRAS</p>	Vigilância	2027
Realizar busca ativa e identificação de pessoas idosas e pessoas com deficiência beneficiárias do BPC com	Número de ações de busca ativa realizadas por território	Vigilância e equipe do referido Serviço	2027

<p>Necessidade de acompanhamento domiciliar, em articulação com o PAIF e a Vigilância Socioassistencial.</p>	<p>Número de beneficiários do BPC identificados e incluídos no acompanhamento domiciliar</p> <p>Percentual de beneficiários do BPC acompanhados em relação ao total identificado como prioritário</p>	<p>Vigilância</p> <p>Vigilância</p>	<p>2028</p>
<p>Implantar rotina de monitoramento e avaliação do Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio, integrada aos registros do PAIF e aos sistemas do SUAS</p>	<p>Rotina de monitoramento instituída</p> <p>Percentual de acompanhamentos domiciliares registrados nos sistemas do SUAS</p> <p>Número de reuniões de avaliação do serviço realizadas no período</p>	<p>Vigilância e coord. serviço</p>	<p>2027-2028</p>

Fonte: Elaboração própria.

## 2.4 Expansão do SCFV

A expansão e qualificação do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) visam à ampliação do acesso, à equidade territorial e à prevenção de situações de risco social. A ampliação precisa contemplar a oferta do serviço em territórios sem cobertura e o aumento do número de vagas e do período de funcionamento, com prioridade para crianças, adolescentes e pessoas idosas, especialmente no território do CRAS Zona Norte, considerando os diagnósticos socioterritoriais. A execução ocorrerá por meio da implantação de novos espaços públicos e/ou de parcerias com Organizações da Sociedade Civil, com garantia de equipe de referência, técnico exclusivo para o SCFV de crianças e adolescentes e fortalecimento do Espaço de Referência do Adolescente (ERA), em articulação com o PAIF. Para o público idoso, prevê-se a implantação de Centro de Convivência, com garantia de transporte e revisão dos critérios de rotatividade das vagas, assegurando a continuidade do vínculo.

Diretriz: Ampliar e qualificar o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, enquanto serviço da Proteção Social Básica, assegurando acesso equitativo, continuidade da oferta e articulação com o PAIF, em conformidade com a Política

Nacional de Assistência Social e a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais

**Meta 2.4.1:** Ampliar a cobertura territorial do SCFV, garantindo a oferta do serviço em territórios com maior vulnerabilidade social, especialmente no território do CRAS Zona Norte, por meio da ampliação de vagas e da implantação de novos espaços e/ou parcerias com Organizações da Sociedade Civil.

Quadro 12 – Meta 2.4.1 - Ampliar cobertura SCFV

Ações	Indicadores	Responsáveis	Prazo
<p>Mapear territórios sem cobertura ou com cobertura insuficiente do SCFV, com base nos diagnósticos socioterritoriais e dados da Vigilância Socioassistencial.</p>	<p>Diagnóstico socioterritorial atualizado com identificação dos territórios sem cobertura ou com cobertura insuficiente do SCFV.</p> <p>Número de territórios mapeados quanto à oferta e demanda do SCFV.</p> <p>Relatório técnico de mapeamento elaborado e validado pela gestão da Proteção Social Básica.</p>	<p>Vigilância</p> <p>Coord. da Proteção Social Básica.</p> <p>Coord. do(s) CRAS.</p>	<p>2026</p>
<p>Implantar novos espaços de SCFV para crianças e adolescentes no território do CRAS Zona Norte.</p>	<p>Número de novos espaços de SCFV implantados no território do CRAS Zona Norte.</p> <p>Número de vagas ofertadas para crianças e adolescentes nos novos espaços de SCFV.</p> <p>Percentual de ampliação da cobertura do SCFV no território do CRAS Zona Norte.</p> <p>Espaços implantados em conformidade com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais.</p>	<p>Secretaria Municipal de Assistência Social.</p> <p>Coord. Proteção Social Básica.</p> <p>Coord. CRAS Zona Norte.</p>	<p>2027</p>
<p>Ampliar o número de vagas e o período de funcionamento do SCFV nos serviços já existentes.</p>	<p>Número de vagas ampliadas no SCFV em relação ao ano anterior.</p> <p>Percentual de aumento do período de funcionamento dos serviços de SCFV.</p> <p>Número de serviços de SCFV com ampliação comprovada</p>	<p>Secretaria Municipal de Assistência Social.</p> <p>Coord. Proteção Social Básica.</p> <p>Coord. do(s) CRAS</p>	<p>2027</p>

	de vagas e/ou carga horária.  Taxa de ocupação das vagas ofertadas no SCFV.		
Formalizar parcerias com Organizações da Sociedade Civil (OSC) para ampliação da oferta do SCFV, conforme normativas do SUAS.	Número de parcerias formalizadas com OSC para execução do SCFV. Número de vagas de SCFV ofertadas por meio das parcerias com OSC. Parcerias formalizadas em conformidade com o Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC) e com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Relatórios de monitoramento e avaliação das parcerias realizados.	Secretaria Municipal de Assistência Social.  Coord. Proteção Social Básica. Setor de Gestão de Parcerias/Convênios do Município. CMASI (no acompanhamento e controle social).	2027

Fonte: Elaboração própria.

Quadro 13 – Meta 2.4.2: Ampliar o período de funcionamento do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)

Ações	Indicadores	Responsáveis	Prazo
Reordenar a organização do SCFV, adequando a carga horária, os turnos e o calendário de funcionamento dos grupos, conforme a Orientação Técnica de Reordenamento do SCFV.	Percentual de grupos do SCFV com carga horária, turnos e calendário adequados às Orientações Técnicas do SCFV.  Número de serviços/unidades com calendário anual do SCFV revisado e formalizado.  Existência de documento normativo ou orientador municipal que regulamente a organização do SCFV (sim/não).  Percentual de equipes do SCFV orientadas/capacitadas sobre o reordenamento do serviço.	Órgão gestor da Política de Assistência Social (SMAS)  Coord. Proteção Social Básica  Coord. do SCFV  CRAS de referência (na execução e adequação territorial)	2027
Revisar a distribuição de vagas, grupos e equipes, de modo a assegurar continuidade da oferta e evitar interrupções prolongadas do serviço	Percentual de unidades/grupos do SCFV com oferta contínua, sem interrupções superiores ao período definido pelo órgão gestor.  Número de revisões anuais realizadas na distribuição de	Vigilância e coord. do serviço e coord.PSB	2027

	<p>vagas, grupos e equipes do SCFV.</p> <p>Percentual de vagas do SCFV efetivamente ocupadas em relação às vagas ofertadas.</p> <p>Registro sistematizado de interrupções do serviço, com justificativa e plano de recomposição</p>		
<p>Adequar a estrutura física, recursos humanos e materiais para viabilizar a ampliação do período de funcionamento</p>	<p>Percentual de unidades socioassistenciais com estrutura física adequada (iluminação, acessibilidade, segurança e mobiliário) para funcionamento em período ampliado.</p> <p>Número de profissionais contratados, remanejados ou com carga horária ampliada, conforme a necessidade para o novo horário de funcionamento.</p> <p>Existência de escala de trabalho formalizada e validada, garantindo cobertura técnica e administrativa durante todo o período ampliado.</p> <p>Percentual de unidades com recursos materiais e tecnológicos suficientes (equipamentos, internet, sistemas, insumos) para atendimento no horário estendido.</p> <p>Número de unidades com período de funcionamento ampliado efetivamente implantado, conforme normativas do SUAS e planejamento municipal.</p>	<p>Órgão Gestor da Política de Assistência Social</p> <p>Gestão Administrativa e de Recursos Humanos do Município</p> <p>Coordenação da Proteção Social</p> <p>Básica Setor de Planejamento e Finanças</p>	<p>2027 a 2028</p>

Fonte: Elaboração própria.

### Meta 2.5

Implantar Centro de Convivência para o público idoso, com garantia de transporte e revisão dos critérios de rotatividade das vagas, assegurando a continuidade do vínculo.

### Diretriz

Fortalecimento da Proteção Social Básica, com ampliação e qualificação das ofertas voltadas à pessoa idosa, promovendo convivência, prevenção de situações de risco e garantia de direitos no território

Quadro 14 – Meta 2.5: Implantação de Centro de Convivência para Idosos

Ações	Indicadores	Responsáveis	Prazo
Implantação e estruturação do Centro de Convivência para Pessoas Idosas	<p>Existência de espaço físico adequado, equipado e com funcionamento regular do serviço.</p> <p>Percentual de profissionais designados conforme planejamento do serviço (coordenação, técnicos e apoio).</p> <p>Número de atividades coletivas realizadas mensalmente no Centro de Convivência.</p> <p>Pessoas idosas atendidas regularmente no serviço</p>	<p>Órgão gestor da Política de Assistência Social</p> <p>Equipe de gestão da Proteção Social Básica</p> <p>Equipe técnica do Centro de Convivência</p>	2028
Organização do transporte para acesso das pessoas idosas ao Centro de Convivência	<p>Existência de transporte regular destinado ao deslocamento das pessoas idosas até o Centro de Convivência.</p> <p>Número de pessoas idosas usuárias do Centro de Convivência que utilizam transporte ofertado pelo serviço.</p> <p>Percentual de dias de funcionamento do Centro em que o transporte foi disponibilizado conforme planejamento.</p> <p>Percentual de pessoas idosas com mobilidade reduzida e/ou residentes em territórios prioritários atendidas com transporte</p>	<p>Órgão gestor da Política de Assistência Social</p> <p>Gestão da Proteção Social Básica</p> <p>Coord. Centro de Convivência</p> <p>CRAS de referência / Rede socioassistencial</p>	2028
Revisão e pactuação dos critérios de acesso e rotatividade das vagas	<p>Critérios de acesso e permanência revisados e formalizados</p> <p>Processo de pactuação realizado com a rede socioassistencial</p> <p>Divulgação dos critérios para</p>	<p>Órgão gestor da Política de Assistência Social</p> <p>Gestão da Proteção Social Básica</p>	

	trabalhadores e usuários Adequação da ocupação das vagas conforme critérios definidos	Coord. Centro de Convivência  CRAS de referência /Rede socioassistencial	
--	--	--	--

Fonte: Elaboração própria.

## 2.6 Benefícios eventuais e Segurança alimentar

**Legislação e Acesso:** Garantir a oferta contínua de benefícios eventuais, auxílio-natalidade e cestas básicas, atualizando o Decreto Municipal conforme as normativas do SUAS e identificando a necessidade de implantação da política de segurança alimentar, conforme a Orientação Técnica *Trabalho Social com Famílias e Territórios – Trilha 02*; implantar faixas diferenciadas para a concessão de benefícios eventuais na modalidade pecúnia destinados à alimentação, com critérios previamente definidos e normatizados, considerando a composição e o número de pessoas do núcleo familiar; definir período, ou seja, até quando a Assistência fornecerá benefício eventual de alimentação nas situações não eventuais, e sim decorrentes do não acesso contínuo e severo ao direito básico à alimentação, cuja ação deve ser enfrentada pela política de segurança alimentar.

### Diretriz

Garantir a oferta contínua dos benefícios eventuais de auxílio-natalidade e alimentação, com atualização do Decreto Municipal conforme as normativas do SUAS, instituindo critérios e faixas diferenciadas de concessão, limites temporais e articulação com a política de segurança alimentar.

### Meta 2.6.1

Assegurar a oferta contínua dos benefícios eventuais de auxílio-natalidade e cestas básicas, mediante a atualização do Decreto Municipal conforme as normativas do SUAS, articulando sua concessão à identificação das necessidades de segurança alimentar das famílias nos territórios.

Quadro 15 – Meta 2.6.1- Oferta contínua dos benefícios eventuais

<b>Ações</b>	<b>Indicadores</b>	<b>Responsáveis</b>	<b>Prazo</b>
Revisar e atualizar o Decreto Municipal dos Benefícios Eventuais	Situação do decreto (Não iniciado / Em elaboração / Encaminhado para aprovação/ Publicado).  Data de publicação no Diário Oficial do Município.	Secretaria Municipal de Assistência Social (Gestão do SUAS / Coord. Proteção Social Básica e/ou Gestão de Benefícios)	Julho 2026
Definir e normatizar critérios territoriais e familiares para a concessão de auxílio-natalidade e benefícios eventuais de alimentação, identificando a necessidade a segurança alimentar	Normativa municipal publicada contendo critérios territoriais e familiares para concessão de auxílio-natalidade e benefícios eventuais de alimentação.	Secretaria Municipal de Assistência Social (Gestão do SUAS / Coord. Proteção Social Básica e Gestão de Benefícios Eventuais)	2026
Implantar fluxo integrado entre CRAS, gestão e rede socioassistencial	Fluxo integrado formalizado e implementado entre CRAS, gestão da Assistência Social e rede socioassistencial	Secretaria Municipal de Assistência Social (Gestão do SUAS)	2026
Qualificar o registro, monitoramento e avaliação da concessão dos benefícios eventuais,	Percentual de concessões de benefícios eventuais registradas em instrumento/sistema oficial padronizado.	Secretaria Municipal de Assistência Social (Gestão do SUAS / Gestão de Benefícios Eventuais)	2026
Articular a política de assistência social com iniciativas e políticas de segurança alimentar,	Número de ações intersetoriais realizadas entre a Assistência Social e a Política de Segurança Alimentar no ano.	Secretaria Municipal de Assistência Social (Gestão do SUAS)	2026/ 2027

Fonte: Elaboração própria.

### Meta 2.6.2

Implantar faixas diferenciadas para a concessão de benefícios eventuais na modalidade pecúnia destinados à alimentação, com critérios previamente definidos e normatizados, considerando a composição e o número de pessoas do núcleo familiar.

Quadro 16 – Meta 2.6.2 Faixas diferenciadas para a oferta de benefícios eventuais

Ações	Indicadores	Responsáveis	Prazo
<p>Instituir faixas de valores do benefício eventual pecuniário para alimentação, definidas conforme a composição e o número de pessoas do núcleo familiar.</p>	<p>Documento normativo elaborado, aprovado pelo CMAS e publicado (Sim/Não).</p> <p>Data de publicação da normativa.</p>	<p>Secretaria Municipal de Assistência Social (Gestão do SUAS / Gestão de Benefícios Eventuais)</p>	<p>Julho 2026</p>
<p>Normatizar os critérios de concessão do benefício, por meio de ato legal complementar ao Decreto Municipal dos Benefícios Eventuais.</p>	<p>Ato legal complementar ao Decreto dos Benefícios Eventuais elaborado, aprovado e publicado.</p>	<p>Secretaria Municipal de Assistência Social (Gestão do SUAS / Gestão de Benefícios Eventuais)</p>	<p>2026</p>
<p>Adequar os sistemas, formulários e fluxos de concessão para aplicação das faixas diferenciadas nos atendimentos realizados pelos CRAS.</p>	<p>Instrumentos revisados e disponibilizados às unidades (Sim/Não).</p> <p>Percentual de CRAS utilizando os formulários e fluxos atualizados.</p>	<p>Secretaria Municipal de Assistência Social (Gestão do SUAS / Gestão de Benefícios Eventuais)</p>	<p>2026</p>
<p>Orientar as equipes técnicas e administrativas quanto à aplicação dos novos critérios e faixas de valores</p>	<p>Percentual de equipes técnicas e administrativas capacitadas/orientadas sobre os novos critérios e faixas de valores</p>	<p>Secretaria Municipal de Assistência Social (Gestão do SUAS)</p> <p>Coord. Proteção Social Básica</p> <p>Coord. dos CRAS</p> <p>Vigilância (apoio técnico e análise de dados)</p>	<p>2026</p>
<p>Acompanhar e revisar periodicamente a aplicação das faixas, com base nos dados de concessão e no perfil das famílias atendidas.</p>	<p>Periodicidade das análises realizadas</p> <p>Percentual de concessões analisadas</p> <p>Percentual de adequação na aplicação das faixas</p> <p>Atualização normativa quando necessária</p> <p>Produção de relatório analítico anual</p>	<p>Secretaria Municipal de Assistência Social (Órgão Gestor Coord. Proteção Social Básica Coord. Cadastro Único / setor responsável pelos benefícios: Equipe técnica dos CRAS</p>	<p>2026</p> <p>2027</p> <p>2028</p> <p>2029</p>

<p>Normatizar prazo máximo para concessão de benefícios eventuais de alimentação, com encaminhamento à política de segurança alimentar.</p>	<p>Elaboração e publicação de ato normativo</p> <p>Definição formal do fluxo de encaminhamento intersetorial</p> <p>Tempo médio de concessão do benefício eventual</p> <p>Percentual de profissionais orientados sobre a nova normativa</p> <p>Monitoramento anual da demanda recorrente</p>	<p>Secretaria Municipal de Assistência Social (Órgão Gestor)</p> <p>Coord. Proteção Social Básica</p> <p>Coord. Benefícios Eventuais</p> <p>Política Municipal de Segurança Alimentar (ou setor equivalente)</p> <p>Equipes técnicas dos CRAS</p>	<p>2026-2027</p>
---	--	---	------------------

Fonte: Elaboração própria.

## 2.7 Busca ativa e Cadastro Único

Ação estratégica de busca ativa nos territórios. Realizar busca ativa sistemática de famílias em situação de pobreza extrema e de beneficiários do Benefício de Prestação Continuada (BPC), assegurando a oferta de acompanhamento e a possibilidade de inserção no PAIF e no SCFV, mediante concordância e adesão das famílias e dos usuários.

### Diretriz

Fortalecer a busca ativa territorializada de famílias em situação de pobreza extrema e de beneficiários do BPC, assegurando sua vinculação qualificada aos serviços da Proteção Social Básica, mediante adesão das famílias e usuários.

### Meta

Ampliar a identificação e o acompanhamento de famílias em situação de pobreza extrema e de beneficiários do BPC, por meio de busca ativa territorializada, assegurando sua inserção qualificada nos serviços da Proteção Social Básica, mediante adesão.

Quadro 17 – Meta 2.7.1 - Busca ativa Famílias com BPC

Ações	Indicadores	Responsáveis	Prazo
<p>Mapear e atualizar periodicamente o território, identificando famílias em situação de pobreza beneficiários do BPC não vinculados à PSB.</p>	<p>Número de famílias em situação de pobreza identificadas e incluídas no acompanhamento da PSB</p> <p>Percentual de beneficiários do BPC inseridos em serviços da PSB após identificação</p>	<p>Gestão Municipal da Assistência Social Coord. Vigilância Coord. CRAS Equipe Técnica do PAIF</p>	<p>2026-2029</p>
<p>Realizar busca ativa sistemática, com visitas domiciliares e articulação com a rede intersetorial.</p>	<p>Número de famílias inseridas no acompanhamento do PAIF após busca ativa</p> <p>Percentual de famílias identificadas na busca ativa que passaram a acessar serviços, programas ou benefícios socioassistenciais</p>	<p>Gestão Municipal de Assistência Social Coord. CRAS Equipe Técnica do PAIF e Vigilância</p>	<p>2026-2029</p>
<p>Ofertar acolhida e inserção no PAIF e/ou SCFV, mediante adesão das famílias e usuários.</p>	<p>Percentual de famílias que aderiram ao acompanhamento do PAIF após acolhida</p> <p>Percentual de usuários com frequência regular no SCFV após inserção</p>	<p>Gestão Municipal de Assistência Social Coord. CRAS Equipe Técnica do PAIF Coord. e Orientadores do SCFV</p>	<p>2026 2027 2028 2029</p>
<p>Registrar e monitorar as famílias inseridas, acompanhando a continuidade da vinculação aos serviços.</p>	<p>RMA - Percentual de famílias que permanecem vinculadas aos serviços após 6 meses de inserção</p> <p>Taxa de evasão dos serviços (PAIF e SCFV)</p>	<p>Gestão Municipal de Assistência Social Coord. CRAS Equipe Técnica do PAIF Coord. e Orientadores do SCFV Vigilância</p>	<p>2026-2029</p>

<p>Articular com Cadastro Único e demais políticas públicas, qualificando a identificação e o acompanhamento das situações de vulnerabilidade</p>	<p>Percentual de situações de vulnerabilidade identificadas via articulação intersetorial que resultaram em acompanhamento socioassistencial</p> <p>Redução do número de famílias com cadastro desatualizado entre aquelas acompanhadas pela PSB</p>	<p>Gestão Municipal de Assistência Social</p> <p>Coord. CRAS</p> <p>Coord. Cadastro Único</p> <p>Vigilância</p> <p>Equipe Técnica do PAIF</p>	<p>2026-2029</p>
---	--	---	------------------

Fonte: Elaboração própria.

### Atualização Cadastral

Promover campanhas permanentes de atualização no Cadastro Único em áreas de maior vulnerabilidade; verificar, no Cadastro Único, o público prioritário em cada território e constituir plano operacional, conforme a realidade de cada território/CRAS, definindo quem, quando e como serão atendidos/acompanhados.

### Diretriz

Qualificar a gestão territorial do Cadastro Único por meio de campanhas permanentes de atualização em áreas de maior vulnerabilidade e da elaboração de planos operacionais por território/CRAS, assegurando a identificação e o acompanhamento do público prioritário.

### Meta

Ampliar a atualização cadastral e a identificação do público prioritário no Cadastro Único, mediante campanhas permanentes em áreas de maior vulnerabilidade e elaboração de plano operacional por território/CRAS para organização do atendimento e acompanhamento.

Quadro 18 – Meta 2.7.2: atualização cadastral e o público prioritário

Ações	Indicadores	Responsáveis	Prazo
Elaborar Plano Operacional Territorializado por CRAS	<p>Percentual de metas executadas conforme cronograma estabelecido no Plano Operacional</p> <p>Melhoria na cobertura territorial dos serviços socioassistenciais após implantação do Plano</p>	<p>Gestão Municipal da Assistência Social</p> <p>Vigilância</p> <p>Coord. do CRAS</p> <p>Equipe Técnica do CRAS</p>	2026
Realizar Campanhas Permanentes de Atualização Cadastral	<p>Percentual de cadastros atualizados após as campanhas realizadas</p> <p>Redução do número de famílias com cadastro desatualizado nos territórios prioritários</p> <p>Aumento do número de famílias identificadas como público prioritário após as campanhas</p>	<p>Gestão Municipal de Assistência Social</p> <p>Coord. Cadastro Único</p> <p>Coord. CRAS</p> <p>Vigilância</p>	2026-2029
Intensificar Busca Ativa Territorializada	<p>Número de famílias identificadas em situação de vulnerabilidade por meio da busca ativa</p> <p>Percentual de famílias identificadas que passaram a acessar serviços, programas ou benefícios socioassistenciais</p> <p>Redução de cadastros desatualizados nas áreas priorizadas após ações de busca ativa</p>	<p>Equipe técnica do CRAS Coord. CRAS</p> <p>Coord. Cadastro Único</p> <p>Vigilância</p>	2026-2029
Qualificar Fluxos de Atendimento e Monitoramento	<p>Redução do tempo médio entre acolhida e inserção no serviço adequado</p> <p>Percentual de famílias acompanhadas com plano atualizado conforme periodicidade definida</p> <p>Redução de inconsistências nos registros administrativos e técnicos</p>	<p>Coord. CRAS</p> <p>Equipe técnica do PAIF</p> <p>Gestão Municipal</p> <p>Vigilância</p>	2026

<p>Capacitar Equipes para Identificação do Público Prioritário</p>	<p>Aumento do número de famílias do público prioritário identificadas e inseridas nos serviços socioassistenciais</p> <p>Redução de inconsistências na identificação do público prioritário nos registros técnicos</p>	<p>Coord. CRAS e Vigilância</p> <p>Gestão Municipal da Assistência Social</p> <p>Coord. CRAS</p>	<p>2026</p>
--	--	--	-------------

Fonte: Elaboração própria.

## Proteção Social Especial

### 7.3 Eixo 3.1: Proteção Social Especial de Média Complexidade

**Diretriz:** Fortalecimento da Rede de Enfrentamento às Violências e do Atendimento Especializado às Famílias e Indivíduos (PAEFI).

**Meta 1:** Qualificação do Fluxo PAEFI: Padronizar os protocolos de atendimento no CREAS para casos de negligência e violência, com foco na superação da situação de risco e no fortalecimento dos vínculos familiares.

Quadro 19 – Meta 3.1-Atualização do Fluxo PAEFI - Protocolo situação de violência criança e adolescente

Ações	Indicadores	Responsáveis	Prazo
<p>Rede mobilizada para atualização do protocolo</p>	<p>Cronograma /calendário das reuniões</p>	<p>Gestão, Repr. PAEFI e Vigilância</p>	<p>Junho 2026</p>
	<p>Memória das reuniões</p> <p>Lista de presença</p>	<p>Gestão, Repr. PAEFI e Vigilância</p>	<p>Junho 2026</p>
<p>Articulação Intersetorial com a Saúde: Instituir reuniões mensais de matriciamento entre a equipe do CREAS e a rede de saúde (CAPS, Atenção Básica) para casos que demandem acompanhamento psicossocial conjunto</p>	<p>Calendário de reuniões</p> <p>Memória das reuniões</p> <p>Mínimo de 80% das reuniões programadas, realizadas</p> <p>Mínimo de 90% dos encaminhamentos das</p>	<p>Coord. CREAS, Equipe PAEFI</p> <p>Vigilância</p>	<p>Janeiro 2027</p>

	<p>reuniões, sendo efetivados</p> <p>Número de crianças em acompanhamento no CREAS que necessitam do atendimento saúde mental e os em atendimento</p>		
<p>Fortalecimento da parceria com o Conselho Tutelar através do estabelecimento de fluxo de comunicação e contrarreferência imediata para monitoramento de medidas protetivas aplicadas a crianças e adolescentes.</p>	<p>Documento de contrarreferência em uso</p> <p>Memória das reuniões de construção do fluxo</p> <p>Lista de presença</p> <p>Fluxo definido</p>	<p>Gestão, Coord. CREAS e Vigilância</p>	<p>Junho 2026 a janeiro 2027</p>
<p>Educação Permanente: Definir processos de Educação permanente no PAEFI</p> <p>Definir processos de Educação permanente que envolva trabalhadores do PAEFI, Conselho Tutelar e demais envolvidos na rede de atendimento a crianças e adolescentes</p>	<p>Calendário dos encontros de educação permanente</p> <p>Lista de presença com participação de no mínimo 70% dos envolvidos</p> <p>Memória dos encontros e possíveis encaminhamentos</p> <p>Registro fotográfico</p> <p>Instrumentais definidos pelo conjunto da Rede</p> <p>Número de crianças e adolescentes em acompanhamento no CREAS</p>	<p>Gestão, Coord. CREAS e Vigilância</p>	<p>Junho 2026-dez. 2029</p>
<p>Campanhas de Enfrentamento: Executar ações anuais de sensibilização e combate ao abuso e exploração sexual e ao trabalho infantil nos territórios de maior vulnerabilidade.</p>	<p>Memória das reuniões de preparação com a rede</p> <p>Lista de presença Registro fotográfico</p> <p>Avaliação dos participantes quanto ao processo de organização bem como avaliação das ações executadas</p>	<p>Gestão, Coord. CREAS Conselho Tutelar CONDICA</p>	<p>2026( maio a junho) 2027</p> <p>2028</p> <p>2029</p>
	<p>Ação realizada nos respectivos meses referência da temática</p> <p>Registro fotográfico Lista de presença</p>	<p>Gestão, Coord. CREAS</p>	

	Avaliação feita pelos participantes  Envolvimento de no mínimo 90% da Rede de Proteção		
--	--	--	--

Fonte: Elaboração própria.

**Diretriz:** Fortalecimento da Proteção Social Especial e Apoio a Grupos Prioritários (Idosos e Pessoas com Deficiência).

**Meta 3.2:** Implantar e consolidar o Serviço de Atenção em Centro-Dia para idosos com dependência e pessoas com deficiência (PcD), garantindo oferta territorializada, equipe de referência e metodologia de atendimento voltada à promoção da autonomia, ao fortalecimento de vínculos familiares e comunitários e à prevenção da institucionalização, até 2029.

Quadro 20 – Meta 3.2: Implantar e consolidar o Serviço de Atenção no Centro-Dia – IDOSOS

Ações	Indicadores	Responsáveis	Prazo
Realizar estudo de viabilidade técnica e de localização territorial para a implantação do Centro-Dia.  Mapeamento territorial quanto a incidência de idosos com dependência, público-alvo do Centro dia	Elaboração de instrumentais  de pesquisa quanto ao fenômeno: CECAD  Instrumento de pesquisa junto a saúde  Instrumento de pesquisa junto aos serviços socioassistencial	Vigilância e equipe média complexidade	Junho 2027
Relatório com justificativa da implantação e estratégias de busca de recursos	Aprovação do CMAS-resolução  Solicitação aos co financiadores tipo MDS, ementas parlamentares, entre outros	Gestão Secretaria	Julho 2027
Implantação da Unidade: Estruturar espaço físico acessível e compor equipe multidisciplinar (conforme NOB-RH/SUAS) para o funcionamento do Centro-Dia.	Unidade em funcionamento atendendo diariamente seu público  Lista de presença quadro de trabalhadores	Coord. PSE e Vigilância	Março 2028

<p>Acolhida e acompanhamento ao público-alvo</p>	<p>Taxa de permanência dos usuários no convívio familiar (redução de acolhimentos em ILPI).</p> <p>Percentual de famílias/cuidadores que reportam redução na sobrecarga de cuidados.</p> <p>Número de novos usuários identificados pela busca ativa e inseridos no serviço</p>		
--	--	--	--

Fonte: Elaboração própria.

#### 7.4 Eixo 3.3: Proteção Social Especial Alta Complexidade)

**Diretriz:** Ampliação e Qualificação da Rede de Serviços para População em Situação de Rua e reordenamento do Acolhimento Institucional.

**Meta:** Ampliar a rede de serviços voltada à população em situação de rua, por meio do fortalecimento do Centro POP e da ampliação das vagas de acolhimento institucional, suprimindo as lacunas identificadas no diagnóstico municipal e garantindo atendimento integral até 2029.

Quadro 21 – Meta 3.3 - Ampliar a rede de serviços população em situação de rua

Ações	Indicadores	Responsáveis	Prazo
<p>Estudo sobre o fenômeno situação de rua em Capão da Canoa para reivindicar junto ao MDS o cofinanciamento do CENTRO POP</p>	<p>Sistematização dos estudos já realizados com análise</p>	<p>Vigilância</p>	<p>Março 2027</p>
<p>Apresentar ao Governo do Estado e agendar reunião com a Proteção Social Especial do MDS para encaminhamento de proposta de cofinanciamento</p>	<p>Estudo e solicitação enviada às respectivas instâncias</p>	<p>Estudo e solicitação enviada às respectivas instâncias</p>	<p>2027</p>
<p>Ampliação do Centro POP: Qualificar a estrutura física e a equipe técnica para ampliar a capacidade de atendimento diurno, oferta de higiene, alimentação,</p>	<p>Percentual de participação da População em situação de rua no equipamento</p>	<p>Coord. Proteção social, Vigilância</p>	<p>2027-2028</p>

atividades pertinentes ao Centro POP, tais como oficinas e encaminhamentos.			
Acolhimento institucional para população em situação de rua: Ampliar o número de vagas em Casa de Passagem ou Abrigos Institucionais, garantindo a retaguarda para pernoite e moradia transitória.	<p>Contrato de execução do serviço, caso seja realizado de forma parceirizada.</p> <p>Planos de acompanhamento dos acolhidos</p> <p>Avaliação periódica realizada pelos acolhidos, conforme instrumental organizado pela vigilância</p>	<p>Gestão</p> <p>Equipe PSE</p> <p>Equipe PSE e Vigilância</p>	
Intersetorialidade com a Saúde: Estabelecer fluxos de atendimento prioritário em saúde mental e consultório na rua para tratamento de dependência química e outras comorbidades.	Fluxo desenhado coletivamente em execução	<p>Gestão Secretaria</p> <p>Coord. PSE</p> <p>Equipe Centro POP e ou CREAS</p>	2027

Fonte: Elaboração própria.

Meta 3.4 Implementar o Serviço de Acolhimento Institucional, na modalidade Família Acolhedora, na perspectiva de garantir vínculos familiares e comunitários no período em que a criança ou o adolescente, em medida protetiva, estiver afastado de suas referências familiares.

Quadro 22 – Meta 3.4 Implantar o Serviço Família Acolhedora

Ações	Indicadores	Responsáveis	Prazo
Elaborar projeto de implantação com estudo técnico de RH e de financeiro para execução do serviço	Projeto elaborado	Gestão	Dez.
Apresentar ao CMAS o Projeto com definição de implantação	Resolução do CMAS	Coord. PSE e Vigilância	2026
Constituir equipe de trabalho	Nomeação dos trabalhadores	Gestão	Março 2027

Mapear famílias para comporem o serviço. Orientar quanto a documentação das mesmas	Nomeação do conjunto de famílias inscritas		2027
Formação com as famílias que irão compor o Serviço	Lista de Presença	Coord. PSE e equipe Família Acolhedora	Até dez. 2027
Constituir equipe intergestora	Nominata da equipe	Gestão	2027
Definição de fluxos e procedimentos deste serviço com a rede do SGD	Documento oficial assinados por todos da Rede SGD	Gestão, Coord. PSE e equipe Família Acolhedora Vigilância	Dez. 2027
Inicia o Serviço de Família Acolhedora	Plano de atendimento dos acolhidos	Gestão, Coord. PSE e equipe Família Acolhedora	Janeiro 2028

Fonte: Elaboração própria

**NOTA:** Esta meta foi integrada ao planejamento em 22/02/2026, por orientação da gestão, visando ao alinhamento com as prioridades do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS). A proposição fundamenta-se no relatório do Plano enviado ao Conselho em 17/02/2026.

## 8. FINANCIAMENTO

- **Fontes de financiamento (União, Estado e Município):** O financiamento da Política de Assistência Social em Capão da Canoa para o quadriênio 2026–2029 é regido pelos princípios da descentralização político-administrativa e do comando único em cada esfera de governo, conforme o modelo de cofinanciamento previsto no Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Vale destacar que o cofinanciamento federal, sistemático e continuado, no entanto, tem apresentado atraso nos repasses, sendo que os valores do IGD-SUAS estão há um período significativo sem repasse e sem previsão.

Enquanto isso, o governo estadual, apesar dos esforços, continua pontual e fragmentado no processo de cofinanciamento do SUAS, não contemplando todos os serviços da PSB, nem da PSE, tampouco a gestão do SUAS. Ou seja, não há repasse continuado para o conjunto dos serviços.

- Previsão orçamentária por nível de proteção:** A projeção para o período de 2026 a 2029 reflete o compromisso com a assistência social; no entanto, tem-se o desafio de ampliar o investimento, pois houve diminuição dos valores para este quadriênio e, ao mesmo tempo, há a necessidade de qualificar os serviços existentes, bem como de ampliá-los em territórios cuja ausência de políticas públicas está gerando desproteção social. O montante total previsto para o quadriênio é de R\$ 53.735.265,66 (anexo), distribuídos da seguinte forma:

Tabela 12 – Orçamento período 2026-2029

Nível de Proteção / Gestão	2026	2027	2028	2029	Total Quadriênio
<b>Gestão e Administração</b>	R\$ 3,36 mi	R\$ 3,57 mi	R\$ 3,80 mi	R\$ 4,04 mi	<b>R\$ 14,78 mi</b>
<b>Proteção Social Básica</b>	R\$ 4,88 mi	R\$ 5,14 mi	R\$ 5,41 mi	R\$ 5,70 mi	<b>R\$ 21,14 mi</b>
<b>Proteção Social Especial</b>	R\$ 4,13 mi	R\$ 4,33 mi	R\$ 4,55 mi	R\$ 4,78 mi	<b>R\$ 17,80 mi</b>
<b>Total Anual</b>	<b>R\$ 12,38 mi</b>	<b>R\$ 13,05 mi</b>	<b>R\$ 13,76 mi</b>	<b>R\$ 14,52 mi</b>	<b>R\$ 53,73 mi</b>

Fonte: Elaboração própria.

- FMAS como instrumento de gestão financeira**

O Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS) é um instrumento de gestão financeira que contribui para a organização e a transparência das informações financeiras do SUAS. O FMAS é a ferramenta que transforma a intenção política (o Plano) em realidade operacional (o pagamento de serviços e benefícios), garantindo que cada real planejado no PPA seja rastreável, fiscalizável e aplicado exclusivamente na rede de proteção social.

## **Fundo como Instrumento de Transparência e Controle Social**

A gestão financeira via FMAS é obrigatoriamente vinculada ao Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS). Isso implica que:

- Toda a movimentação financeira deve ser apresentada em relatórios de execução orçamentária (demonstrativos de contas).
- O Plano de Aplicação do Fundo deve ser aprovado pelo Conselho, garantindo que o dinheiro seja gasto conforme as prioridades do Plano Municipal (PMAS).
- A sociedade pode fiscalizar, via Conselho, se as metas de investimento em proteção social básica ou especial estão sendo cumpridas conforme o cronograma anual.

### O FMAS como Instrumento de Gestão Financeira

O FMAS não é apenas uma conta bancária, mas a unidade orçamentária central que viabiliza a execução da Política de Assistência Social. Ele funciona como o "pulmão financeiro" do plano, garantindo que os recursos cheguem à ponta (serviços e usuários) com transparência e legalidade.

Destaque: os quatro pilares dessa gestão:

#### 1. Unidade de Captação e Repasse (Cofinanciamento)

O FMAS é o mecanismo que permite o recebimento dos repasses fundo a fundo. Conforme o planejamento apresentado, ele organiza o fluxo de receitas provenientes de:

- Recursos Próprios (Tesouro Municipal): O montante majoritário que sustenta a folha de pagamento e a manutenção administrativa.
- Recursos Federais (FNAS) e estaduais (FEAS): Verbas carimbadas para blocos específicos (como PSB e PSE). O FMAS garante que o recurso enviado pela União para o CRAS não seja desviado para outras finalidades.

Como instrumento de gestão, o FMAS permite que o gestor organize o orçamento de R\$ 53,7 milhões (2026-2029) por níveis de complexidade. Isso significa que o Fundo consegue distinguir exatamente o que é investido com:

Proteção Social Básica: Manutenção preventiva.

Proteção Social Especial: Serviços de acolhimento e média complexidade.

Gestão: Custos operacionais e administrativos.

## 2. Agilidade e Autonomia Operacional

O Fundo confere à Secretaria de Assistência e Inclusão Social (SAIS) uma maior autonomia na execução orçamentária. Como instrumento de gestão, ele facilita o pagamento de Benefícios Eventuais (auxílio natalidade, funeral, vulnerabilidade temporária) e a aquisição de insumos para os SCFV, permitindo que a resposta à demanda social seja mais ágil do que se dependesse do fluxo central da prefeitura.

## 3. Instrumento de Transparência e Controle Social

A gestão financeira via FMAS é obrigatoriamente vinculada ao Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS). Isso implica que:

- Toda a movimentação financeira deve ser apresentada em relatórios de execução orçamentária (demonstrativos de contas);
- O Plano de Aplicação do Fundo deve ser aprovado pelo Conselho, garantindo que os recursos sejam aplicados conforme as prioridades do Plano Municipal (PMAS);
- A sociedade pode fiscalizar, via Conselho, se as metas de investimento em Proteção Social Básica ou Especial estão sendo cumpridas conforme o cronograma anual

## 9. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

O Monitoramento e a Avaliação do PMAS constituem-se como dimensões estruturantes da gestão do SUAS, assegurando a efetividade das diretrizes, metas e ações pactuadas. Fundamentam-se na Lei Orgânica da Assistência Social, na Política Nacional de Assistência Social, na Norma Operacional Básica do SUAS e nas normativas do Conselho Nacional de Assistência Social, que estabelecem o acompanhamento sistemático, a transparência e o controle social como princípios da gestão pública da assistência social.

Considerando que o Plano Municipal de Assistência Social preconiza o planejamento como um processo dinâmico e tático-operacional, exigindo uma análise contínua da realidade para superar desafios e garantir a proteção social no município, define-se o processo de monitoramento na condição de acompanhamento contínuo, na perspectiva de garantir o melhor alcance das metas, com reflexão e ação periódicas para dar conta de possíveis ajustes necessários no percurso de cada meta e de cada ação.

Sendo assim, o monitoramento e a avaliação do Plano Municipal de Assistência Social (PMAS) 2026–2029 de Capão da Canoa serão realizados de forma contínua e sistemática, utilizando instrumentos técnicos e processos participativos para garantir que as metas estabelecidas sejam alcançadas e cumpridas. Para tanto, propõe-se a seguinte estratégia de monitoramento do Plano Municipal de Assistência Social, período 2026–2029, Capão da Canoa:

- a) Periodicidade dos momentos de monitoramento: anual.
- b) Papel do órgão gestor e do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS): o órgão gestor é responsável pela execução e acompanhamento técnico, enquanto o CMAS atua na fiscalização, apreciação e aprovação dos relatórios de monitoramento, garantindo o controle social.
  - b.1) Coordenação do processo de monitoramento das metas: Vigilância Socioassistencial, um representante da gestão e a coordenação dos serviços. A cada semestre ou ano, organizam a apresentação do monitoramento das metas, bem como garantem, junto à gestão, a realização de encontro periódico de monitoramento. Asseguram, ainda, que os encaminhamentos e ajustes sejam efetivados, e que as possíveis dificuldades ou impossibilidades sejam registradas no instrumento de monitoramento.
  - b.2) Encontro de monitoramento: reunir com as equipes responsáveis pelas metas (Gestão, PSB e PSE) periodicamente, definir os possíveis ajustes e divulgar, seja por boletim, seja por e-mail, para todos, as metas alcançadas e os ajustes definidos.
  - b.3) Gestão: encaminhar documento ao CMAS para dar ciência ao processo de monitoramento e aos possíveis encaminhamentos/deliberações deste órgão de

controle social, que se configura como cogestor da política de assistência social de Capão da Canoa.

- c) Uso dos indicadores e instrumentos: O monitoramento utiliza indicadores específicos para medir o alcance das metas, a eficácia das ações, a cobertura dos serviços e o impacto social das intervenções nos territórios. Diante disso, é preciso organizar tais indicadores para além das listas de presença e das memórias de reuniões; é necessário dispor de dados coletados no RMA que respondam ao monitoramento. Ex.: Expansão do SCFV — em 2026, atingir 60% da carga horária do SCFV e, em 2027, alcançar 100% da carga horária (05 dias, 20h com cada grupo); em 2027, implantar SCFV no território X.

Obs.: Para cada meta definida no Plano, estabelecem-se indicadores específicos que permitem medir o sucesso das ações. Alguns exemplos de como esses indicadores serão aplicados incluem:

Registros e atas — verificação de listas de presença, memórias de reunião e protocolos técnicos para comprovar a realização de ações como o PAIF e o SCFV;

Sistemas oficiais — uso de dados do RMA (Registro Mensal de Atendimentos) e do Cadastro Único para monitorar a cobertura dos serviços e benefícios.

- **Indicadores de impacto:** avaliação do percentual de execução orçamentária e da taxa de ocupação de vagas em serviços especializados.

## 10. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Plano Municipal de Assistência Social de Capão da Canoa reafirma o compromisso do Município com a consolidação do Sistema Único de Assistência Social – SUAS como política pública de Estado, orientada pela garantia de direitos, pela equidade e pela proteção social às famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade e risco social. Sua elaboração fundamenta-se no Diagnóstico Socioterritorial produzido pela Vigilância Socioassistencial do Município, cujos dados foram sistematizados a partir de análises atualizadas, complexas e críticas da realidade local. Foi a consistência técnica dessas informações, aliada à leitura qualificada dos territórios e a participação dos

trabalhadores da gestão e da execução (encontros de definição, validação e sistematização das metas), bem como a participação dos usuários dos serviços socioassistenciais (oficinas Mapa Falado), que possibilitou a definição de prioridades, metas e estratégias coerentes com as demandas concretas da população. A construção deste PMAS somente foi possível mediante a atuação articulada da gestão municipal, das equipes técnicas dos serviços, dos trabalhadores do SUAS e do controle social, configurando um processo efetivamente participativo e coletivo. A participação ativa dos profissionais da rede pública e socioassistencial garantiu legitimidade, aderência territorial e compromisso institucional às diretrizes estabelecidas, reafirmando o caráter democrático do planejamento e a centralidade da construção compartilhada das decisões.

O Município assume, neste ciclo de planejamento, o compromisso de fortalecer a gestão do trabalho e a educação permanente, qualificar as ofertas da Proteção Social Básica e Especial, aprimorar os processos de vigilância socioassistencial, monitoramento e avaliação, e consolidar fluxos intersetoriais que assegurem respostas integradas às situações de vulnerabilidade e risco social. Enquanto instrumento técnico, político e estratégico, o PMAS constitui-se como ferramenta dinâmica de gestão, orientando a execução das ações e permanecendo aberto a revisões periódicas, conforme as avaliações realizadas e as transformações do contexto social. Assim, consolida-se como referência para o fortalecimento do SUAS no âmbito municipal, reafirmando o compromisso com a transparência, a efetividade e a garantia dos direitos socioassistenciais da população de Capão da Canoa.

O Referido Plano Plurianual parte da leitura coletiva do diagnóstico, percorre o caminho de construção coletiva das metas na perspectiva de responder às necessidades de cada microterritório, identificadas no diagnóstico, e neste processo, o plano apresenta um instrumental que pode contribuir com o planejamento estratégico da gestão e das equipes de serviços, cujas metas foram organizadas em Eixos, Diretrizes, Indicadores, Responsáveis e Prazo. Assim dando elementos que configuram o plano vivo, em movimento que precisará contar com monitoramento e avaliação garantindo o alcance das metas.

## BIBLIOGRAFIA

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. **Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS)**. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 8 dez. 1993.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004**. Brasília, DF: MDS, 2004.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social – NOB/SUAS 2012**. Brasília, DF: MDS, 2012.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**. Brasília, DF: MDS, 2009.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações Técnicas: Centro de Referência de Assistência Social – CRAS**. Brasília, DF: MDS, 2009.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações Técnicas sobre o PAIF – Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família**. Brasília, DF: MDS, 2012.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Plano Municipal de Assistência Social: passo a passo para o planejamento local**. Brasília, DF: MDS, 2025.

CAPÃO DA CANOA. Secretaria de Assistência e Inclusão Social. Vigilância Socioassistencial. **Diagnóstico socioterritorial**. Capão da Canoa: SAIS, 2025.

CAPÃO DA CANOA. Secretaria de Assistência e Inclusão Social. Vigilância Socioassistencial. **Análise RMA**. Capão da Canoa: SAIS, 2025.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demo1 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

KOGA, Dirce. **Medidas de cidades: entre territórios de vida e territórios vividos**. São Paulo: Cortez, 2003.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996

**ANEXOS**

**11. ANEXOS**

A – Lista de presença e registro fotográficos

Registro de participação no encontro de 25/11

Capão Bonito, 25 de Novembro de 2016  
 Reunião com gestores das unidades matris

Ptoto Municipal

Nome	Serviço
Kelly Rodrigues Maria	CRAS Arco Iris
Josiana Maria Rodrigues	CRM
Ida MC. ALVES	GESTÃO (COORD. TÉCNICA)
Maryana D. Zante	CREAS
Valéria de Oliveira Freitas	GESTÃO (COORD. ADM)
Floresia Santos da Rosa	SCFU (Ibipora)
REBECA PEREIRA ALVES	CRAS ZONA NORTE
Claudia E. COSTA	GESTÃO (ASSESSORIA)
TATIANA PERAMBURA	Cadastro Único (PBF)
Priscila Feijó	Conselho Municipal Assistência
Audrey Alexandra Semende	VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL
MARIANA MARQUES SEBASTIANY	
Ana Karolina B. Calzera	Coord. Técnica (ADM)
Leis Antônia de Freitas	CRAS Santa Luzia

Nome	Função Local de trabalho
TAMARA GERMANO	SECRETARIA ADJUNTO
CERLI NOVASKI	SECRETARIA MUNICIPAL
IDA ALVES	ASSISTÊNCIA SOCIAL
KAROLINA CABREIRA	COORDENAÇÃO TÉCNICA
	AGENTE ADMINISTRAT

**Registro de participação nos encontros de Mapa falado**

**Participação Arco íris**

Dalmira de Oliveira

Dolvina Chaves

Geneci Vaz

João Duarte

Maria de Fátima Escobar

Maria Terezinha da Silva

Marlene Lima

Nelson da Silva

Sueli Dos Santos

**Participação Beira Mar**

Participação Jardim Beira Mar

Alcino Moraes

Amélia Machado

Ana Butke

Eloi Becker

Esmenia Pereira

Irani Jaeger

Irani Nunes da Costa

Jaime Jaeger

Leoni Nohr

Luzia dos Santos

Mafalda Costa

Maria Conceição Padilha

Maria Doroti Linhar

Maria Edi de Andrade

Maria Nidia de Oliveira

Nilza Bosing

Romildo de Deus

Rosalina Message

**Participação Santa Luzia (terça)**

Cristina Novaski

Eudocia Rodrigues

Eva Batista dos Santos

Isaltina Rodrigues

Maria das Graças Gomes

Maria de Fátima Almeida

Maria Loni Oliveira

Marlene Grassmann

Norma Alves

Paulina de Souza

Rosa Maria Tristão

Selvia Machado

Terezinha Lima Pereira

### **Participação Jardim Beira Mar**

Alcino Moraes

Amélia Machado

Ana Butke

Eloi Becker

Esmenia Pereira

Irani Jaeger

Irani Nunes da Costa

Jaime Jaeger

Leoni Nohr

Luzia dos Santos

Mafalda Costa

Maria Conceição Padilha

Maria Doroti Linhar

Maria Edi de Andrade

Maria Nidia de Oliveira

Nilza Bosing

Romildo de Deus

Rosalina Message

### **Participação Curumim**

Alceu School

Anízio Camargo

Clori Gonçalves

Décio Eninger

Elizabeth da Rosa

Francisco Pavan

Geni Mattevi  
Ignêz Bellandi  
Iracilda Lovatel  
Ironi Camargo  
Ivan Manto  
Ivanete Tomazoni  
Ivete Dalzotto  
Janice dos Reis  
Joicele de Freitas  
José Herny dos Reis  
Lelma de Oliveira  
Luiz Carlos Teles  
Maria Aparecida Susin  
Marlene Ghesla  
Nelita Susin  
Noeli Eninger  
Osmilda Pavan  
Roseli Teles  
Sady Luiz Santini  
Selma Santini  
Senara do Amaral  
Suave Manto  
Vilma Barea

**Participação Arroio Teixeira**

Albertina dos Santos  
Ancelmo Mocelini  
Benta Magnus  
Darci Mineiro  
Adith Da Silva  
Enaide Dickson  
Felicidade Barbosa  
Ignês Dultra

Ilena Mineiro

Isolde Schimidt

Jandira Galimberti

Jane Ferreira

Jane da Cunha

José Luiz dos Santos

Maria Aparecida Tomasini

Maria das Graças Santos

Maria Elena Silveira

Maria Vânia Bacchi

Nelci Rocha

Noemi Ribeiro de Lima

Pedra Silveira

Pedro Tomasini

Plínio Prodorutti

Rosalina dos Santos

Sigmar Veck

Sueli da Rosa

Terezinha zonato

### **Participação Santa Luzia (Quinta)**

Alvanira Lorenço

Célia Engel

Cleonice Rommel

Cleza de Souza

Elena da Silva

Márcia da Silva

Maria de Lurdes Silveira

Maria Marli dos Santos

Maria Olívia Dultra

Marli Caetano

Nascimento da Silva

Noeli Silveira

**Participação Capão Novo**

Adelar da Silva

Agdo da Silva

Aida Borges

Ana Marisa Ribeiro

Áurea Dias

Carmen Lippert

Delci Moretto

Dileni Da Silva Pinto

Diomedes Afonso

Elisabeth Geambastiani

Elsa Arenhardt

Eneu de Matos

Eronilda da Silva

Geni hermani

Ivete Silva

Laura Candido

Lucia Frozi

Maria Bauer de Matos

Marisa Lourenço

Mariza De Mattos da Silva

Marta Ferreira

Milton Pinto

Odete Afonso

Susane Durão

Waldemar da Rosa

Izaida Guzzon

Fonte: SAIS, 2025



11.12.2025  
às 13h30

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPÃO DA CANOA  
CABINETE DO PREFEITO

LISTA DE PRESENÇA

ASSUNTO: GRUPO PAIF e Assessoramento da Tecnologia com Manutenção de SVAS

NOME	LEPO ATRIBUIÇÃO	REPRESENTATIVIDADE	TELEFONE	E-MAIL
Paula Figueiredo	SI/M	Manoelina	-	-
Joana Figueiredo	"	"	-	-
Luiz Henrique Figueiredo	"	"	-	-
Sandra Emmanuel	"	"	-	-
Marcelo Cavallari	"	"	-	-
Luiz Felipe	"	"	-	-
Letícia Figueiredo	"	"	-	-
Marcelo Mateus	"	Desarrolli Sival	-	-
Carla Regina	"	Caroline	-	-
Regina Mendes	"	Manoelina	-	-
Esther Mendes	"	"	-	-
Paulo Roberto	"	"	-	-
Andréia Mendes	"	"	-	-

\*Esta lista contém a lista de Presença de todos os membros do grupo, com o nome completo e o e-mail, e não pode ser editado por nenhum usuário, pois o sistema gerencia o histórico de presenças. Sua finalidade é registrar e acompanhar a frequência de trabalho dos membros do grupo.



11.12.2025  
às 13h30

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPÃO DA CANOA  
CABINETE DO PREFEITO

LISTA DE PRESENÇA

ASSUNTO: GRUPO PAIF e Assessoramento da Tecnologia com Manutenção de SVAS

NOME	LEPO ATRIBUIÇÃO	REPRESENTATIVIDADE	TELEFONE	E-MAIL
Luciene Cavallari	SI/M	Manoelina	-	-
Henrique Figueiredo	"	"	-	-
Cleusa Maria	"	"	-	-
Doni Henrique	"	"	-	-
Luiz André	"	"	-	-
Marina Sald	"	"	-	-
Thayra Silva	"	"	-	-
Marcos Vinícius	"	"	-	-
Ricardo Emanuel	"	"	-	-
Guilherme	"	"	-	-
Adriano	"	"	-	-
Luciana	"	"	-	-
Andréia	"	"	-	-

\*Esta lista contém a lista de Presença de todos os membros do grupo, com o nome completo e o e-mail, e não pode ser editado por nenhum usuário, pois o sistema gerencia o histórico de presenças. Sua finalidade é registrar e acompanhar a frequência de trabalho dos membros do grupo.

SCFV CRAS Arco Iris



LISTA DE PRESENÇA

Atividade Reconhecimento do Território realizada pelas crianças e adolescentes do SCFV do CRAS Arco Iris

Data: 10/12/2025 e 12/12/2025

NOME
ALEXSANDRA EDUARDA BITTENCOURT PIRES
NADIA JULIANA LIMA DA SILVA
MARIA EDUARDA DE SOUZA BRITTO
KALEL BITENCOURT MANCIO
VICTOR GABRIEL DE OLIVEIRA STENGER
ALEXSANDRO DA SILVA ROSA
YASMIM SARA MULLER BERNARECKI
JULIANO FAGUNDES ROEHNKOL
BERNARDO VARREIRA GONÇALVES
LAURA LIMA DA SILVA
SAMUEL FERREIRA MACHADO
KALLEBE CENI LOPES BORBA
JULIA FAGUNDES ROEHNKOL
THAILA RAILA OLIVEIRA RODRIGUES
JOÃO VICENTE DA SILVA
KAYQUE GABRIEL MACHADO PEREIRA
EMILLY FORQUINS DE LIMA
LORENZO FERREIRA VALES
YZABELLE FERNANDA MACHADO MARTINS
YURI LEANDRO VARREIRA GONÇALVES
KEVIN WILLIAN DE OLIVEIRA LOPES
DAVI VIEIRA GONÇALVES
ARTHUR JOSE LOPES BORBA

---

ARTHUR FELIPE FERREIRA VALESA
JULIA GABRIELA DE OLIVEIRA STENGER
PEDRO HENRIQUE FERREIRA VALES
ODÍLIA RIBEIRO DA SILVA – EDUCADORA SOCIAL
VALKIRIA TEREZINHA PUREZA DE SENA – EDUCADORA SOCIAL
ROSILEIA DA SILVA FORTE – EDUCADORA SOCIAL
MARIA KLEIN SILVA – EDUCADORA SOCIAL

Registro de participação 29/01/2026

Copaí Conect, 29 de Janeiro de 2026  
 Lançei com gosto nos seguintes membros

Ptoto Municipal

Nome	Serviço
Kelly Rodrigues Maria	CRAS Arco Irês
José Maria Araújo	CRM
Ida MC. ALVES	GESTÃO (COORD. TÉCNICA)
Margana d. Zonta	CRAS
Valéria de Oliveira Leites	GESTÃO (COORD. ADM)
Rosivete Simão da Rosa	SCFU (Idoso)
REIA PEREIRA ALVES	CRAS ZONA NORTE
Carli E. COELHO	GESTÃO (ASSESSORIA)
TATIANA AZAMBUJA	Coordenadora Técnica (PBF)
Priscilla Jerfó	Conselho Municipal Assis. de
Audreia Alexandra Semende	VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL
MARIANA MARQUES SEBASTIANY	
Ana Karolína B. Cabrera	Coord. Técnica (ADM)
Leis Antônio de Freitas	CRAS Santa Luzia

Registro de participação 25/02/2026

LISTA DE PRESENÇA – Reunião SAIS e CMAS para deliberar sobre as metas constituídas no Plano Plurianual

Nome	Serviço	Fone
Michelle S.S. Brothome		51-989135252
Dolva e. Pugn		51 996809015
Josiel NOVASINI		33-9 8480 2817
Jordana Jordia Daltro	Gestão SAIS	51. 93133 1266
Ara Karolina B. Cabrera		55-996489119
Andréis A. Semiracle	CMAS	51.999403001
Márcia A. Reis	CMAS	51.985318534
Flávia Vanessa Valente	Sec. Cidadania	51995690707
Ida MC. Alves	SAIS	(51) 999753244



## Registro de fotografias

### **1º encontro on-line com a equipe de Gestão – 17/11/2025**

Tela inicial do ppt que orientou a discussão (não temos registro fotográfico, nem listagem de presença) - presença da equipe da Gestão da SAIS



### Reunião presencial Gestão/ Oficina com gestão/trabalhadores 15/12/2025





**Primeira oficina com trabalhadores e usuários (Mapa falado)**  
Grupo Capão Novo





Santa Luzia



Grupo Curumin





Arroio Teixeira



Santa Luzia





Jardim Arco Iris



Arroio Teixeira





SCFV – CRAS Arco Iris



PAIF Arco Iris





Oficina Mapa Falado com Rede intersetorial e usuários – 15/12/2025





Encontro com gestão e definição de metas e prioridades a partir da coleta de dados  
29/01/2026



Editora&Consultoria



B – Diagnóstico Socioterritorial da Política de Assistência Social de Capão da Canoa



## DIAGNÓSTICO SOCIOTERRITORIAL DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CAPÃO DA CANOA

Capão da Canoa – RS  
Março de 2026.



**SETOR RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO:  
VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL**

Responsável: Mariana Marques Sebastiany  
Assistente Social - CRESS 10ª Região/RS 13516

Contato:

Telefone: 0800 115 1551 / ramal 5039

E-mail: [vigilanciasocioassistencial@capaodacanoa.rs.gov.br](mailto:vigilanciasocioassistencial@capaodacanoa.rs.gov.br)

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPÃO DA CANOA**

Prefeito: Valdomiro de Matos Novaski

Vice-Prefeito: Renato Silveira

**SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA E INCLUSÃO SOCIAL**

Secretária: Cerli Ribeiro Novaski

Secretária Adjunta: Tamara Guincheski Germano Roth

**CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

Presidenta: Marina Alves dos Reis

Vice-presidenta: Luciane Ismael de Oliveira



## LISTA DE SIGLAS E ABREVIações

**AMLINORTE** — Associação dos Municípios do Litoral Norte  
**APAE** — Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais  
**BCO** — Benefício Complementar  
**BEA** — Benefício Eventual Alimentação  
**BET** — Benefício Extraordinário de Transição  
**BPC** — Benefício de Prestação Continuada  
**BPI** — Benefício Primeira Infância  
**BRC** — Benefício de Renda de Cidadania  
**BV** — Benefício Variável Familiar Criança  
**BVA** — Benefício Variável Familiar Adolescente  
**BVF** — Benefício Variável Familiar  
**BVG** — Benefício Variável Familiar Gestante  
**BVN** — Benefício Variável Familiar Nutriz  
**CADSUAS** — Cadastro Nacional do Sistema Único de Assistência Social  
**CADÚNICO** — Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal  
**CEACRIA** — Centro de Apoio à Criança e ao Adolescente  
**CECAD** — Consulta, Seleção e Extração de Informações do Cadastro Único  
**CMAS** — Conselho Municipal de Assistência Social  
**COMUSAN** — Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional  
**CRAS** — Centro de Referência de Assistência Social  
**CREAS** — Centro de Referência Especializado de Assistência Social  
**CRM** — Centro de Referência da Mulher  
**ECA** — Estatuto da Criança e do Adolescente  
**EJA** — Educação de Jovens e Adultos  
**EMATER/RS - ASCAR** — Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio Grande do Sul e Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural  
**ESF** — Estratégia Saúde da Família  
**FICAI** — Ficha de Comunicação de Alunos Infrequentes  
**GPTE** — Grupos Populacionais Tradicionais e Específicos  
**IA** — Insegurança Alimentar  
**IBGE** — Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
**IDCRAS** — Indicador de Desenvolvimento do Centro de Referência de Assistência Social  
**IDCREAS** — Indicador de Desenvolvimento do Centro de Referência Especializado de Assistência Social  
**IDEB** — Índice de Desenvolvimento da Educação Básica  
**IDHM** — Índice de Desenvolvimento Humano Municipal  
**ILPI** — Instituição de Longa Permanência para Idosos  
**IPEA** — Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada  
**IVCAD** — Índice de Vulnerabilidade do Cadastro Único  
**LA** — Liberdade Assistida  
**LGBTQIA+** — Lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros, queer, intersexuais, assexuais e outras orientações sexuais e identidades de gênero  
**LOAS** — Lei Orgânica da Assistência Social  
**MDS** — Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome  
**MOSC** — Mapa das Organizações da Sociedade Civil  
**MSE** — Medida Socioeducativa  
**NIS** — Número de Identificação Social  
**NOB/SUAS** — Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social



**ONU** — Organização das Nações Unidas  
**OSC** — Organização da Sociedade Civil  
**PAA** — Programa de Aquisição de Alimentos  
**PAB** — Programa Auxílio Brasil  
**PAEFI** — Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos  
**PAIF** — Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família  
**PBF** — Programa Bolsa Família  
**PCD** — Pessoa com Deficiência  
**PETI** — Programa de Erradicação do Trabalho Infantil  
**PI** — Pessoa Idosa  
**PIB** — Produto Interno Bruto  
**PNAS** — Política Nacional de Assistência Social  
**PNAE** — Programa Nacional de Alimentação Escolar  
**PSB** — Proteção Social Básica  
**PSE** — Proteção Social Especial  
**PSR** — População em Situação de Rua  
**PSC** — Prestação de Serviços à Comunidade  
**REURB** — Regularização Fundiária Urbana  
**RS** — Rio Grande do Sul  
**SAIS** — Secretaria de Assistência e Inclusão Social  
**SCFV** — Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos  
**SGDCA** — Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente  
**SINAN** — Sistema de Informação de Agravos de Notificação  
**SISC** — Sistema de Informações do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos  
**SUS** — Sistema Único de Saúde  
**SUAS** — Sistema Único de Assistência Social  
**TAC** — Termo de Ajustamento de Conduta  
**TJRS** — Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul  
**TRIA** — Triagem para Risco de Insegurança Alimentar  
**UBS** — Unidade Básica de Saúde



## LISTA DE FIGURAS

- FIGURA 1** - Mapa de Capão da Canoa, com a identificação da localização de cada CRAS e sua respectiva região de abrangência - **Página 19**
- FIGURA 2** - Mapa de Capão da Canoa, conforme sua Densidade Demográfica Preliminar (Habitanes/Km<sup>2</sup>), em 2010 - **Página 25**
- FIGURA 3** - Mapa de Capão da Canoa, conforme sua Densidade Demográfica - Censo Demográfico 2022 - **Página 26**
- FIGURA 4** - Mapa do Rio Grande do Sul, conforme a porcentagem da população que reside em favelas - Censo Demográfico 2022 - **Página 27**
- FIGURA 5** - Mapa de Capão da Canoa, com a identificação das favelas e comunidade urbanas, conforme o Censo Demográfico 2022 - **Página 29**
- FIGURA 6** - Mapa de Capão da Canoa, com a identificação de domicílios sem abastecimento de água da rede geral, por setor censitário - Censo Demográfico 2022 - **Página 52**
- FIGURA 7** - Mapa de Capão da Canoa, conforme o total de famílias cadastradas no Cadastro Único e a localização dos CRAS municipais, em 2025 - **Página 122**
- FIGURA 8** - Mapa do Rio Grande do Sul, com o mapeamento da população em situação de rua inscrita no Cadastro Único, por municípios, em 2023 - **Página 152**
- FIGURA 9** - Alguns indicadores sobre o perfil da população em situação de rua inscrita no Cadastro Único - **Página 153**
- FIGURA 10** - Quantidade de benefícios do Programa Bolsa Família recebidos pelas famílias beneficiárias, por tipo, no mês de março de 2025 - **Página 179**
- FIGURA 11** - Mapa de Capão da Canoa, identificando a localização das unidades de saúde e dos CRAS- **Página 210**
- FIGURA 12** - Mapa de Capão da Canoa, identificando a localização das escolas públicas e privadas e dos CRAS- **Página 213**
- FIGURA 13** - Organizações da sociedade civil ativas nas áreas de atuação assistência social ou desenvolvimento e defesa de direitos - subárea saúde, assistência social e educação- **Página 222**
- FIGURA 14** - Mapa de Capão da Canoa, com a identificação da quantidade de OSCs na área de atuação desenvolvimento e defesa de direitos, por região- **Página 224**
- FIGURA 15** - Mapa de Capão da Canoa, com a identificação da quantidade de OSCs na área de atuação cultura e recreação, por região - **Página 225**
- FIGURA 16** - Mapa de Capão da Canoa, com a identificação da quantidade de OSCs na área de atuação outras atividades associativas, por região- **Página 226**
- FIGURA 17** - Mapa de Capão da Canoa, com a identificação da quantidade de OSCs na área de atuação organizações de religião, por região- **Página 227**



## LISTA DE GRÁFICOS

**GRÁFICO 1** - Evolução do crescimento da população de Capão da Canoa, nos anos 2000, 2010, 2021, 2022 e 2025 - **Página 24**

**GRÁFICO 2** - Pirâmide etária da população de Capão da Canoa, considerando a população por grupo de idade e sexo - Censo Demográfico 2022 - **Página 30**

**GRÁFICO 3** - Estimativa da população de Capão da Canoa, por faixa etária, conforme região de abrangência dos CRAS - Censo Demográfico 2022 - **Página 32**

**GRÁFICO 4** - Porcentagem de pessoas com deficiência de dois anos ou mais de idade, por tipo de dificuldade permanente - Censo Demográfico 2022 - **Página 34**

**GRÁFICO 5** - Porcentagem de pessoas com deficiência, por grupo de idade - Censo Demográfico 2022 - **Página 34**

**GRÁFICO 6** - Pessoas com deficiência, por cor ou raça - Censo Demográfico 2022 - **Página 35**

**GRÁFICO 7** - Comparativo da porcentagem do nível de escolaridade entre pessoas com deficiência e sem deficiência de 25 anos ou mais de idade - Censo Demográfico 2022 - **Página 35**

**GRÁFICO 8** - Porcentagem de pessoas, por grandes grupos de religião - Censo Demográfico 2022 - **Página 36**

**GRÁFICO 9** - Porcentagem dos domicílios, por número de moradores(as) - Censo Demográfico 2022 - **Página 36**

**GRÁFICO 10** - Espécies de unidade doméstica - Censo Demográfico 2022 - **Página 37**

**GRÁFICO 11** - Famílias de Capão da Canoa, por tipo de composição familiar - Censo Demográfico 2022 - **Página 38**

**GRÁFICO 12** - Evolução do PIB per capita de Capão da Canoa, de 2010 a 2023- **Página 39**

**GRÁFICO 13** - Evolução das receitas orçamentárias brutas realizadas, de 2013 a 2024- **Página 40**

**GRÁFICO 14** - Evolução das receitas orçamentárias brutas realizadas de impostos, taxas e contribuições de melhoria, de 2013 a 2024- **Página 40**

**GRÁFICO 15** - Porcentagem de pessoas de 10 anos ou mais de idade ocupadas, segundo a categoria do emprego no trabalho principal - Censo Demográfico 2022- **Página 41**

**GRÁFICO 16** - Número médio de anos de estudo de pessoas de 11 anos ou mais de idade, por sexo - Censo Demográfico 2022- **Página 43**

**GRÁFICO 17** - Taxa de alfabetização de pessoas de 15 anos ou mais, por sexo e cor ou raça - Censo Demográfico 2022- **Página 43**

**GRÁFICO 18** - Número médio de anos de estudo de pessoas de 11 anos ou mais de idade, por cor ou raça - Censo Demográfico 2022- **Página 44**

**GRÁFICO 19** - Taxa bruta de frequência escolar, por grupo de idade - Censo Demográfico 2022- **Página 44**

**GRÁFICO 20** - Pessoas com nível superior completo, por área de formação - Censo Demográfico 2022- **Página 44**

**GRÁFICO 21** - Evolução da taxa de mortalidade infantil, de 2006 a 2023- **Página 45**

**GRÁFICO 22** - Evolução de nascidos vivos, de 2020 a 2025- **Página 46**



**GRÁFICO 23** - Evolução de óbitos de pessoas com idade menor que um ano, de 2006 a 2023- **Página 46**

**GRÁFICO 24** - Evolução do total de óbitos, de 2006 a 2022 - **Página 47**

**GRÁFICO 25** - Usuários(as) do SCFV, por faixa etária e sexo- **Página 63**

**GRÁFICO 26** - Usuários(as) do SCFV para crianças e adolescentes, por situação, conforme a região de abrangência dos CRAS- **Página 64**

**GRÁFICO 27** - Usuários(as) do SCFV para pessoas de 18 a 59 anos de idade, por situação, conforme a região de abrangência dos CRAS- **Página 64**

**GRÁFICO 28** - Usuários(as) do SCFV para pessoas idosas, por situação, conforme a região de abrangência dos CRAS- **Página 65**

**GRÁFICO 29** - Situações de vulnerabilidade ou risco vivenciadas pelos(as) usuários(as) do SCFV em situação prioritária, por tipo- **Página 66**

**GRÁFICO 30** - Perfil de pessoas abordadas pelo Serviço de Abordagem Social, por sexo e faixa etária, de 2021 até junho de 2025- **Página 72**

**GRÁFICO 31** - Usuários(as) do Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de MSE de LA e de PSC, por idade, nos anos de 2023 e 2025- **Página 73**

**GRÁFICO 32** - Ato infracional cometido por usuários(as) do Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de MSE de LA e de PSC, por tipo, nos anos de 2023 e 2025- **Página 74**

**GRÁFICO 33** - Estimativa do volume total de novos acolhimentos e desacolhimentos de crianças e adolescentes, por ano, de 2017 a 2024- **Página 77**

**GRÁFICO 34** - Comparativo entre o volume de benefícios eventuais alimentação concedidos e o volume de famílias beneficiárias do benefício eventual alimentação, por ano, de 2019 a 2025- **Página 84**

**GRÁFICO 35** - Risco Quantitativo de benefícios eventuais alimentação concedidos em 2024, conforme o bairro de moradia da família beneficiária e seu respectivo CRAS de referência - **Página 85**

**GRÁFICO 36** - Quantitativo de famílias que acessaram três ou mais benefícios eventuais alimentação em 2023 e 2024, por CRAS de referência - **Página 86**

**GRÁFICO 37** - Famílias inseridas no PAA, por CRAS, em 2023 - **Página 88**

**GRÁFICO 38** - Famílias inseridas no PAA, por CRAS, em 2024 - **Página 88**

**GRÁFICO 39** - Bairro de residência das famílias inseridas no PAA, em 2023 - **Página 89**

**GRÁFICO 40** - Bairro de residência das famílias inseridas no PAA, em 2024 - **Página 90**

**GRÁFICO 41** - Situações prioritárias identificadas entre as famílias inseridas no PAA, em 2023, por CRAS - **Página 90**

**GRÁFICO 42** - Situações prioritárias identificadas entre as famílias inseridas no PAA, em 2024, por CRAS - **Página 91**

**GRÁFICO 43** - Outras situações prioritárias identificadas entre as famílias inseridas no PAA, em 2023, por CRAS - **Página 91**

**GRÁFICO 44** - Outras situações prioritárias identificadas entre as famílias inseridas no PAA, em 2024, por CRAS- **Página 91**

**GRÁFICO 45** - Risco de insegurança alimentar das famílias inseridas no PAA, em 2023 - **Página 93**



**GRÁFICO 46** - Risco de insegurança alimentar das famílias inseridas no PAA, em 2024 -  
**Página 93**

**GRÁFICO 47** - Faixa etária das vítimas das notificações de violência registradas no SINAN,  
em 2024 - **Página 95**

**GRÁFICO 48** - Bairro da ocorrência das notificações de violência registradas no SINAN, em  
2024- **Página 96**

**GRÁFICO 49** - Tipos de violência identificados entre as notificações de violência registradas  
no SINAN, em 2024- **Página 96**

**GRÁFICO 50** - Evolução das notificações de violência contra crianças e adolescentes  
registradas no SINAN, por ano, de 2013 a 2022- **Página 97**

**GRÁFICO 51** - Evolução das notificações de violência contra PCDs registradas no SINAN,  
por ano, de 2015 a 2022- **Página 97**

**GRÁFICO 52** - Evolução das notificações de violência contra pessoas idosas registradas no  
SINAN, por ano, de 2015 a 2022- **Página 97**

**GRÁFICO 53** - Notificações de violência contra pessoas idosas registradas no SINAN, por  
tipo de violência, em 2022- **Página 98**

**GRÁFICO 54** - Evolução das notificações de violência contra pessoas em situação de rua  
registradas no SINAN, por ano, de 2015 a 2024- **Página 98**

**GRÁFICO 55** - Evolução das notificações de violência contra pessoas LGBTQIA+  
registradas no SINAN, por ano, de 2015 a 2022- **Página 99**

**GRÁFICO 56** - Notificações de violência contra pessoas LGBTQIA+ registradas no SINAN,  
por tipo de violência, em 2022- **Página 99**

**GRÁFICO 57** - Registros de ocorrências policiais que tiveram como vítimas crianças e  
adolescentes, por tipo de local do fato, de 2023 a 2025- **Página 103**

**GRÁFICO 58** - Registros de ocorrências policiais que tiveram como vítimas crianças e  
adolescentes, por bairro, de 2023 a 2025- **Página 104**

**GRÁFICO 59** - Registros de ocorrências policiais que tiveram como vítimas pessoas idosas,  
por tipo de local do fato, de 2023 a 2025 - **Página 109**

**GRÁFICO 60** - Registros de ocorrências policiais que tiveram como vítimas pessoas idosas,  
por bairro, de 2023 a 2025- **Página 110**

**GRÁFICO 61** - Total de denúncias e situações atendidas pelo Conselho Tutelar de Capão da  
Canoa, por tipo, em 2023, 2024 e no primeiro semestre de 2025 - **Página 113**

**GRÁFICO 62** - Quantitativo de atendimentos do Conselho Tutelar de Capão da Canoa, em  
2024 e no primeiro semestre de 2025, por bairro- **Página 114**

**GRÁFICO 63** - Famílias inscritas no Cadastro Único, conforme o número de meses após a  
última atualização cadastral, por região de abrangência dos CRAS - **Página 119**

**GRÁFICO 64** - Famílias inscritas no Cadastro Único, conforme situação cadastral, por  
região de abrangência dos CRAS- **Página 119**

**GRÁFICO 65** - Famílias inscritas no Cadastro Único, por número de integrantes- **Página  
120**

**GRÁFICO 66** - Famílias cadastradas no Cadastro Único, conforme bairro de residência-  
**Página 121**

**GRÁFICO 67** - Famílias inscritas no Cadastro Único aproximadamente, por região de  
abrangência dos CRAS- **Página 123**



**GRÁFICO 68** - Estimativa de famílias e pessoas inscritas no Cadastro Único, por região de abrangência dos CRAS- **Página 123**

**GRÁFICO 69** - Comparativo do IVCAD de Capão da Canoa e do território de abrangência dos CRAS- **Página 126**

**GRÁFICO 70** - Comparativo dos Índices de cada dimensão que compõem o IVCAD de Capão da Canoa e do território de abrangência dos CRAS - **Página 127**

**GRÁFICO 71** - Percentual de famílias inscritas no Cadastro Único, por faixa de renda familiar per capita mensal- **Página 128**

**GRÁFICO 72** - Percentual de pessoas inscritas no Cadastro Único, por faixa de renda familiar per capita mensal - **Página 129**

**GRÁFICO 73** - Comparativo entre a população estimada para 2025 (IBGE) e as pessoas inscritas no Cadastro Único e com renda per capita de até meio salário mínimo- **Página 129**

**GRÁFICO 74** - Percentual de famílias inscritas no Cadastro Único e com renda per capita até meio salário mínimo, segundo região de abrangência dos CRAS - **Página 130**

**GRÁFICO 75** - Famílias inscritas no Cadastro Único, por faixa da renda familiar per capita mensal, conforme região de abrangência dos CRAS- **Página 131**

**GRÁFICO 76** - Total de famílias com possíveis situações de vulnerabilidade relacionadas à baixa disponibilidade de recursos financeiros, conforme cada indicador que compõe a dimensão Disponibilidade de Recursos do IVCAD, por território de abrangência dos CRAS- **Página 132**

**GRÁFICO 77** - Comparativo da porcentagem de famílias com possíveis situações de vulnerabilidade relacionadas à baixa disponibilidade de recursos financeiros em relação ao total de famílias, conforme cada indicador que compõe a dimensão Disponibilidade de Recursos do IVCAD, em Capão da Canoa e no território de abrangência dos CRAS- **Página 133**

**GRÁFICO 78** - Pessoas inscritas no Cadastro Único, por faixa etária - **Página 134**

**GRÁFICO 79** - Pessoas inscritas no Cadastro Único, por sexo e faixa etária- **Página 134**

**GRÁFICO 80** - Estimativa das pessoas inscritas no Cadastro Único, por faixa etária, conforme região de abrangência dos CRAS- **Página 136**

**GRÁFICO 81** - Pessoas com deficiência inscritas no Cadastro Único, por tipo de deficiência- **Página 141**

**GRÁFICO 82** - Pessoas idosas inscritas no Cadastro Único que vivem com deficiência, por tipo de deficiência- **Página 141**

**GRÁFICO 83** - Total de famílias com possíveis situações de vulnerabilidade relacionadas a famílias com crianças com idade entre zero e seis anos, conforme cada indicador que compõe a dimensão Desenvolvimento na Primeira Infância do IVCAD, por território de abrangência dos CRAS - **Página 142**

**GRÁFICO 84** - Comparativo da porcentagem de famílias com possíveis situações de vulnerabilidade relacionadas a famílias com crianças com idade entre zero e seis anos, em relação ao total de famílias, conforme cada indicador que compõe a dimensão Desenvolvimento na Primeira Infância do IVCAD, no território de abrangência dos CRAS- **Página 143**

**GRÁFICO 85** - Total de famílias com possíveis situações de vulnerabilidade para crianças e adolescentes com idade entre sete e 17 anos, conforme cada indicador que compõe a



dimensão Desenvolvimento de Crianças e Adolescentes do IVCAD, por território de abrangência dos CRAS- **Página 143**

**GRÁFICO 86** - Comparativo da porcentagem de famílias com possíveis situações de vulnerabilidade para crianças e adolescentes com idade entre sete e 17 anos, em relação ao total de famílias, conforme cada indicador que compõe a dimensão Desenvolvimento de Crianças e Adolescentes do IVCAD, no território de abrangência dos CRAS - **Página 144**

**GRÁFICO 87** - Total de famílias com possível demanda de trabalho de cuidados, conforme cada indicador que compõe a dimensão Necessidade de Cuidados do IVCAD, por território de abrangência dos CRAS- **Página 146**

**GRÁFICO 88** - Comparativo da porcentagem de famílias com possível demanda de trabalho de cuidados, em relação ao total de famílias, conforme cada indicador que compõe a dimensão Necessidade de Cuidados do IVCAD, no território de abrangência dos CRAS - **Página 146**

**GRÁFICO 89** - Pessoas com deficiência inscritas no Cadastro Único que recebem cuidados permanentes de terceiros, por tipo de cuidador - **Página 147**

**GRÁFICO 90** - Pessoas idosas inscritas no Cadastro Único que vivem com deficiência e recebem cuidados permanentes de terceiros, por tipo de cuidador- **Página 148**

**GRÁFICO 91** - Evolução das famílias em situação de rua inscritas no Cadastro Único, em Capão da Canoa, de 2012 até 2025- **Página 151**

**GRÁFICO 92** - Pessoas com 18 anos ou mais de idade inscritas no Cadastro Único, por escolaridade, conforme a região de abrangência dos CRAS - **Página 155**

**GRÁFICO 93** - Famílias inscritas no Cadastro Único, por tipo de material predominante no piso do domicílio, conforme região de abrangência dos CRAS - **Página 157**

**GRÁFICO 94** - Famílias inscritas no Cadastro Único, por tipo de material predominante nas paredes externas do domicílio, conforme região de abrangência dos CRAS- **Página 157**

**GRÁFICO 95** - Famílias inscritas no Cadastro Único, por existência de água canalizada no domicílio, conforme região de abrangência dos CRAS - **Página 158**

**GRÁFICO 96** - Famílias inscritas no Cadastro Único, por forma de abastecimento de água no domicílio, conforme região de abrangência dos CRAS- **Página 159**

**GRÁFICO 97** - Famílias inscritas no Cadastro Único, por existência de banheiro no domicílio, conforme região de abrangência dos CRAS- **Página 160**

**GRÁFICO 98** - Famílias inscritas no Cadastro Único, por forma de escoamento sanitário no domicílio, conforme região de abrangência dos CRAS- **Página 161**

**GRÁFICO 99** - Famílias inscritas no Cadastro Único, por existência de calçamento em frente ao domicílio, conforme região de abrangência dos CRAS - **Página 162**

**GRÁFICO 100** - Total de famílias com possíveis situações de vulnerabilidade em diferentes aspectos da moradia, conforme cada indicador que compõe a dimensão Condições Habitacionais do IVCAD, por território de abrangência dos CRAS - **Página 163**

**GRÁFICO 101** - Comparativo da porcentagem de famílias com possíveis situações de vulnerabilidade em diferentes aspectos da moradia em relação ao total de famílias, conforme cada indicador que compõe a dimensão Condições Habitacionais do IVCAD, no território de abrangência dos CRAS - **Página 164**



**GRÁFICO 102** - Pessoas com 18 anos ou mais de idade inscritas no Cadastro Único e que informaram o tipo de trabalho principal, conforme a região de abrangência dos CRAS - **Página 165**

**GRÁFICO 103** - Total de famílias com possíveis situações de vulnerabilidade em relação à qualificação e à inserção no mundo do trabalho de adultos de 18 a 59 anos de idade, conforme cada indicador que compõe a dimensão Trabalho e Qualificação de Adultos, por território de abrangência dos CRAS - **Página 167**

**GRÁFICO 104** - Comparativo da porcentagem de famílias com possíveis situações de vulnerabilidade em relação à qualificação e à inserção no mundo do trabalho de adultos de 18 a 59 anos de idade em relação ao total de famílias, conforme cada indicador que compõe a dimensão Trabalho e Qualificação de Adultos do IVCAD, no território de abrangência dos CRAS - **Página 168**

**GRÁFICO 105** - Famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, conforme região de abrangência dos CRAS - **Página 171**

**GRÁFICO 106** - Pessoas Famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, conforme bairro de residência- **Página 172**

**GRÁFICO 107** - Famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, residentes na região de abrangência do CRAS Arco-Íris, por bairro - **Página 173**

**GRÁFICO 108** - Pessoas Famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, residentes na região de abrangência do CRAS Santa Luzia, por bairro - **Página 173**

**GRÁFICO 109** - Famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, residentes na região de abrangência do CRAS Zona Norte, por bairro - **Página 174**

**GRÁFICO 110** - Pessoas beneficiárias do Programa Bolsa Família, por sexo e raça/cor - **Página 175**

**GRÁFICO 111** - Pessoas idosas beneficiárias do Programa Bolsa Família, por região de abrangência dos CRAS - **Página 177**

**GRÁFICO 112** - Estimativa do total de pessoas com deficiência e pessoas idosas beneficiárias do BPC, inscritas no Cadastro Único, por região de abrangência dos CRAS- **Página 186**

**GRÁFICO 113** - Pessoas idosas beneficiárias do BPC, por raça/cor e sexo- **Página 188**

**GRÁFICO 114** - Pessoas com deficiência beneficiárias do BPC, por raça/cor e sexo - **Página 188**

**GRÁFICO 115** - Total de trabalhadores(as) da SAIS, por tipo de vínculo - **Página 193**



## LISTA DE QUADROS

**QUADRO 1** - Bairros que compõem a abrangência de cada CRAS- **Página 20**

**QUADRO 2** - Comparativo entre população estimada para 2024 versus famílias em situação de rua, nos dez municípios gaúchos e nos quatro municípios do litoral norte gaúcho com maior quantitativo de famílias em situação de rua inscritas no Cadastro Único- **Página 152**

**QUADRO 3** - Unidades ou serviços de proteção social básica que compõem a rede socioassistencial - **Página 191**

**QUADRO 4** - Unidades ou serviços de proteção social especial de média complexidade que compõem a rede socioassistencial - **Página 192**

**QUADRO 5** - Parâmetros para composição da equipe de referência do CRAS- **Página 207**

**QUADRO 6** - Parâmetros para composição da equipe de referência do CREAS- **Página 208**

**QUADRO 7** - Unidades de saúde, por região de abrangência dos CRAS - **Página 211**

**QUADRO 8** - Escolas municipais e comunitária de Educação Infantil e Ensino Fundamental, escolas estaduais de Ensino Fundamental, Ensino Médio, Educação Profissional e Educação de Jovens e Adultos e unidades públicas de apoio à Secretaria de Educação, por bairro em que estão localizadas e região de abrangência dos CRAS- **Página 216**

**QUADRO 9** - Escolas privadas de Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio, Educação Profissional e Educação de Jovens e Adultos, por bairro em que estão localizadas e região de abrangência dos CRAS- **Página 217**

**QUADRO 10** - Associações e grupos comunitários, por bairro em que estão localizados e região de abrangência dos CRAS - **Página 220**

**QUADRO 11** - Cozinhas comunitárias, por bairro em que estão localizadas e região de abrangência dos CRAS - **Página 221**



## LISTA DE TABELAS

- TABELA 1** - Estimativa da distribuição da população, por região de abrangência dos CRAS - malha preliminar do Censo Demográfico 2022- **Página 30**
- TABELA 2** - População, por grupo de idade e sexo - Censo Demográfico 2022- **Página 31**
- TABELA 3** - Estimativa da população de Capão da Canoa, por faixa etária, conforme região de abrangência dos CRAS - Censo Demográfico 2022- **Página 32**
- TABELA 4** - População de Capão da Canoa, por cor ou raça - Censo Demográfico 2022 - **Página 33**
- TABELA 5** - Estimativa da população de Capão da Canoa, por cor ou raça, conforme região de abrangência dos CRAS - malha preliminar do Censo Demográfico 2022 - **Página 33**
- TABELA 6** - Estimativa da população de Capão da Canoa, por sexo da pessoa responsável pelo domicílio, conforme região de abrangência dos CRAS - malha preliminar do Censo Demográfico 2022 - **Página 38**
- TABELA 7** - Características educacionais - Censo Demográfico 2022 - **Página 42**
- TABELA 8** - Total de óbitos, ao ano, de 2012 a 2022, por sexo- **Página 47**
- TABELA 9** - Total de óbitos, ao ano, de 2012 a 2022, por grupo de idade- **Página 47**
- TABELA 10** - Total de óbitos, ao ano, de 2012 a 2022, conforme a causa - **Página 48**
- TABELA 11** - Síntese das características dos domicílios - Censo Demográfico 2022 - **Página 51**
- TABELA 12** - Total Comparativo das principais características do entorno dos domicílios entre todo Município e fora e dentro de favelas e comunidades urbanas - Censo Demográfico 2022 - **Página 53**
- TABELA 13** - Registro de ocorrências policiais de crimes consumados, por tipo, de 2015 a 2025- **Página 54**
- TABELA 14** - Estimativa do volume de famílias atendidas anualmente pelo PAIF, em cada CRAS, de 2022 a 2024 - **Página 61**
- TABELA 15** - Média de famílias acompanhadas ao mês pelo PAIF, em cada CRAS, de 2022 a 2024 - **Página 62**
- TABELA 16** Crianças, adolescentes e pessoas idosas participantes do SCFV e beneficiários(as) do BPC no momento em que foram inseridos(as) no Serviço, por CRAS de referência- **Página 66**
- TABELA 17** - Porcentagem do perfil das pessoas vítimas de violência ou violações de direitos que ingressaram no acompanhamento do PAEFI, de 2022 a 2024, por sexo e faixa etária - **Página 68**
- TABELA 18** - Porcentagem das situações de violência ou violações de direitos identificadas entre as pessoas que ingressaram no PAEFI, de 2022 a 2024- **Página 68**
- TABELA 19** - Comparativo do número de acolhimentos institucionais no dia e no ano e as respectivas taxas por 100 mil habitantes entre Capão da Canoa e outros municípios do RS, segundo o Censo SUAS 2021 - **Página 76**
- TABELA 20** - Volume total de crianças/adolescentes acolhidos(as), por tempo de acolhimento, de 2018 a 2023, no momento do preenchimento do Censo SUAS - **Página 80**
- TABELA 21** - Volume de situações de violência identificadas entre as mulheres acompanhadas pelo CRM, conforme a forma de violência, por ano, de 2022 a 2024 - **Página 82**
- TABELA 22** - Comparativo do total de famílias que acessaram três ou mais benefícios eventuais alimentação em 2023 e 2024, por CRAS de referência - **Página 86**
- TABELA 23** - Ofertas relacionadas à alimentação concedidas para a população em situação de rua, por ano, de 2020 até o primeiro semestre de 2025, por tipo - **Página 87**

**TABELA 24** - Total de notificações de violência registradas no SINAN, por período- **Página 94**

**TABELA 25** - Indicadores da violência contra as mulheres, conforme registros de ocorrências policiais, por tipo de enquadramento, de 2018 a 2025- **Página 100**

**TABELA 26** - Registros de ocorrências policiais que tiveram como vítimas crianças e adolescentes, por tipo de enquadramento, ao ano, de 2023 a 2025- **Página 101**

**TABELA 27** - Registros de ocorrências policiais que tiveram como vítimas crianças e adolescentes, por bairros de abrangência de CRAS, ao ano, de 2023 a 2025 - **Página 104**

**TABELA 28** - Registros de ocorrências policiais que tiveram como vítimas pessoas idosas, por tipo de enquadramento, anoano, de 2023 a 2025- **Página 106**

**TABELA 29** - Registros de ocorrências policiais que tiveram como vítimas pessoas idosas, por bairros de abrangência de CRAS, ao ano, de 2023 a 2025- **Página 110**

**TABELA 30** - Denúncias e situações atendidas pelo Conselho Tutelar de Capão da Canoa, por tipo, em 2023, 2024 e no primeiro semestre de 2025- **Página 112**

**TABELA 31** - Comparativo da Taxa de Distorção Idade-Série entre escolas municipais, Município de Capão da Canoa e Estado do Rio Grande do Sul, considerando os Níveis de Ensino Fundamental e Médio - 2024 - **Página 115**

**TABELA 32** - Comparativo da estimativa da distribuição da população, por região de abrangência dos CRAS, na malha preliminar do Censo Demográfico 2022 e no Cadastro Único- **Página 124**

**TABELA 33** - Famílias inscritas no Cadastro Único, por faixa de renda familiar per capita mensal- **Página 127**

**TABELA 34** - Pessoas inscritas no Cadastro Único, por faixa de renda familiar per capita mensal - **Página 128**

**TABELA 35** - Renda média familiar mensal total das famílias com cadastro atualizado no Cadastro Único, segundo região de abrangência dos CRAS- **Página 131**

**TABELA 36** - Estimativa das pessoas inscritas no Cadastro Único, por faixa etária, conforme região de abrangência dos CRAS - **Página 135**

**TABELA 37** - Estimativa da porcentagem de pessoas inscritas no Cadastro Único, por faixa etária, na região de abrangência dos CRAS - **Página 136**

**TABELA 38** - Estimativa de pessoas inscritas no Cadastro Único, por raça ou cor, conforme região de abrangência dos CRAS - **Página 137**

**TABELA 39** - Pessoas com deficiência inscritas no Cadastro Único, por bairro de residência e conforme a região de abrangência dos CRAS - **Página 138**

**TABELA 40** - Pessoas com deficiência inscritas no Cadastro Único, por faixa etária e faixa de renda familiar per capita - **Página 140**

**TABELA 41** - Famílias inscritas no Cadastro Único pertencentes a grupos populacionais tradicionais e específicos, por grupos familiares - **Página 150**

**TABELA 42** - Porcentagem de pessoas com 18 anos ou mais de idade inscritas no Cadastro Único, por escolaridade, na região de abrangência dos CRAS- **Página 156**

**TABELA 43** - Porcentagem de pessoas com 18 anos ou mais de idade inscritas no Cadastro Único e que informaram o tipo de trabalho principal, na região de abrangência dos CRAS- **Página 166**

**TABELA 44** - Ofertas Comparativo da estimativa da distribuição das famílias unipessoais, por região de abrangência dos CRAS, na malha preliminar do Censo Demográfico 2022 e no Cadastro Único - **Página 169**

**TABELA 45** - Famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, por número de integrantes- **Página 174**



**TABELA 46** - Pessoas beneficiárias do Programa Bolsa Família, por sexo e faixa etária -  
**Página 176**

**TABELA 47** - Total de famílias inscritas no Cadastro Único, pertencentes a grupos populacionais tradicionais e específicos e beneficiárias do Programa Bolsa Família, conforme região de abrangência dos CRAS- **Página 178**

**TABELA 48** - Valor total repassado de benefícios do Programa Bolsa Família, por tipo, no mês de março de 2025- **Página 180**

**TABELA 49** - Estimativa das escolas estaduais, municipais e privadas com maior volume de crianças e adolescentes beneficiários(as) do PBF- **Página 180**

**TABELA 50** - Taxas de acompanhamento (cobertura) e de cumprimento das condicionalidades da educação do Programa Bolsa Família, por faixa etária, em Capão da Canoa e no Brasil (setembro/2025)- **Página 182**

**TABELA 51** - Taxas de acompanhamento (cobertura) e de cumprimento das condicionalidades da saúde do Programa Bolsa Família, em relação a crianças menores de sete anos e mulheres, em Capão da Canoa e no Brasil (setembro/2025)- **Página 183**

**TABELA 52** - Estimativa da porcentagem de pessoas com deficiência e pessoas idosas beneficiárias do BPC, inscritas no Cadastro Único, por região de abrangência dos CRAS- **Página 186**

**TABELA 53** - Crianças e adolescentes beneficiários(as) do BPC, por região de abrangência dos CRAS- **Página 187**

**TABELA 54** - Composição da equipe do gabinete da gestão, de outros setores da gestão (administrativo, almoxarifado, comunicação, coordenação proteção social especial de alta complexidade/crianças e adolescentes, coordenação técnica, recursos humanos, vigilância socioassistencial) e outros setores que atendem toda a SAIS (coordenação motoristas, obras/manutenção e padaria), por cargo e tipo de vínculo- **Página 194**

**TABELA 55** - Composição da equipe da secretaria executiva do Conselho Municipal de Assistência Social, por cargo e tipo de vínculo- **Página 195**

**TABELA 56** - Composição da equipe da Casa do Cadastro Único, por cargo e tipo de vínculo- **Página 196**

**TABELA 57** - Composição da equipe do CRAS Arco-Íris, por cargo e tipo de vínculo- **Página 196**

**TABELA 58** - Composição da equipe do CRAS Santa Luzia, por cargo e tipo de vínculo- **Página 197**

**TABELA 59** - Composição da equipe do CRAS Zona Norte, por cargo e tipo de vínculo- **Página 198**

**TABELA 60** - Composição da equipe do SCFV para pessoas idosas, por cargo e tipo de vínculo- **Página 199**

**TABELA 61** - Composição da equipe do CREAS Travessia, por cargo e tipo de vínculo- **Página 200**

**TABELA 62** - Composição da equipe do CRM Sílvia Rosane, por cargo e tipo de vínculo- **Página 201**

**TABELA 63** - Composição da equipe do SCFV, Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio e Centro-Dia para PCDs intelectual ou múltipla, por cargo e tipo de vínculo- **Página 202**

**TABELA 64** - Composição da equipe do Serviço de Acolhimento Institucional/casas lares para crianças e adolescentes, por cargo e tipo de vínculo- **Página 203**

**TABELA 65** - Indicador de Desenvolvimento dos CRAS municipais, por dimensão, segundo o Censo SUAS 2024- **Página 205**

**TABELA 66** - Indicador de Desenvolvimento do CREAS municipal, por dimensão, segundo o Censo SUAS 2024- **Página 206**



## SUMÁRIO

<b>1 APRESENTAÇÃO.....</b>	<b>17</b>
<b>2 PANORAMA TERRITORIAL.....</b>	<b>22</b>
<b>2.1 DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO MUNICÍPIO.....</b>	<b>23</b>
<b>2.2 ASPECTOS DEMOGRÁFICOS.....</b>	<b>24</b>
2.2.1 Crescimento populacional e perfil demográfico.....	24
2.2.2 Características etárias, de sexo, étnico-raciais, de nacionalidade e religiosas da população e pessoas com deficiência.....	30
2.2.3 Famílias e composição familiar.....	36
<b>2.3 ECONOMIA E MERCADO DE TRABALHO.....</b>	<b>39</b>
<b>2.4 EDUCAÇÃO.....</b>	<b>42</b>
<b>2.5 SAÚDE.....</b>	<b>45</b>
<b>2.6 HABITAÇÃO, CONDIÇÕES DE MORADIA E INFRAESTRUTURA URBANA..</b>	<b>51</b>
<b>2.7 SEGURANÇA PÚBLICA.....</b>	<b>54</b>
<b>2.8 ESPAÇOS PÚBLICOS ABERTOS PARA A CONVIVÊNCIA SOCIAL E COMUNITÁRIA.....</b>	<b>56</b>
<b>3 ESTIMATIVA DAS DEMANDAS SOCIOASSISTENCIAIS E DIMENSIONAMENTO DO PÚBLICO ATENDIDO.....</b>	<b>57</b>
<b>3.1 VULNERABILIDADE SOCIAL, RISCO PESSOAL E SOCIAL, VIOLAÇÃO DE DIREITOS E VIOLÊNCIA.....</b>	<b>59</b>
3.1.1 Perfil e dimensionamento do público atendido pelos serviços socioassistenciais e pelo Centro de Referência da Mulher.....	60
3.1.1.1 Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família.....	61
3.1.1.2 Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.....	62
3.1.1.3 Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos...67	
3.1.1.4 Serviço Especializado em Abordagem Social.....	71
3.1.1.5 Medida Socioeducativa de LA e de PSC.....	72
3.1.1.6 Serviço de Acolhimento Institucional para crianças e adolescentes.....	74
3.1.1.7 Centro de Referência da Mulher.....	81
3.1.2 Insegurança alimentar e nutricional.....	83
3.1.2.1 Concessão do benefício eventual alimentação.....	84
3.1.2.2 Ofertas relacionadas à alimentação para a população em situação de rua...87	
3.1.2.3 Perfil do público beneficiário do Programa de Aquisição de Alimentos.....87	
3.1.3 Volume de notificações de violência interpessoal e autoprovocada e públicos vitimados.....	94
3.1.3.1 Volume e perfil do público vitimado.....	94
3.1.3.2 Crianças e adolescentes.....	97
3.1.3.3 Pessoas com deficiência.....	97
3.1.3.4 Pessoas idosas.....	97
3.1.3.5 Pessoas em situação de rua.....	98
3.1.3.6 Pessoas lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros, queer, intersexuais, assexuais e outras orientações sexuais e identidades de gênero.....	99
3.1.4 Indicadores da segurança pública.....	100
3.1.4.1 Mulheres em situação de violência.....	100
3.1.4.2 Crianças e adolescentes.....	101
3.1.4.3 Pessoas idosas.....	105
3.1.5 Outros indicadores sobre crianças, adolescentes, jovens e suas famílias.....	111
3.1.5.1 atendimentos do Conselho Tutelar.....	111
3.1.5.2 Defasagem escolar.....	114



3.1.5.3 Demanda de apoio para o desenvolvimento integral na primeira infância.....	116
<b>3.2 PERFIL DO PÚBLICO DO CADASTRO ÚNICO PARA OS PROGRAMAS SOCIAIS.....</b>	<b>118</b>
3.2.1 Volume de famílias, composição familiar e distribuição territorial.....	118
3.2.2 Índice de Vulnerabilidade das Famílias do Cadastro Único.....	124
3.2.3 Renda.....	127
3.2.4 Características etárias, de sexo, étnico-raciais e de nacionalidade.....	133
3.2.5 Vivência com deficiência.....	138
3.2.6 Desenvolvimento da infância e da adolescência.....	142
3.2.7 Necessidade de cuidados.....	144
3.2.8 Pertencimento a Grupos Populacionais Tradicionais e Específicos e perfil da população em situação de rua.....	148
3.2.9 Escolaridade.....	155
3.2.10 Habitação e condições de moradia.....	156
3.2.11 Inserção no mundo do trabalho.....	164
3.2.12 Famílias unipessoais.....	168
<b>3.3 PERFIL DAS FAMÍLIAS BENEFICIÁRIAS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E SITUAÇÃO DO ACOMPANHAMENTO DAS CONDICIONALIDADES.....</b>	<b>170</b>
3.3.1 Volume de famílias, composição familiar e distribuição territorial.....	171
3.3.2 Características etárias, de sexo e étnico-raciais.....	174
3.3.3 Pertencimento a Grupos Populacionais Tradicionais e Específicos.....	177
3.3.4 Benefícios do Programa recebidos.....	178
3.3.5 Acompanhamento das condicionalidades de educação e saúde.....	180
<b>3.4 PERFIL DO PÚBLICO BENEFICIÁRIO DO BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA.....</b>	<b>184</b>
3.4.1 Volume de beneficiários(as), distribuição por território de CRAS e forma de concessão.....	185
3.4.2 Características de sexo e étnico-raciais.....	187
3.4.3 Acesso de crianças e adolescentes beneficiários(as) à saúde.....	189
<b>4 MAPEAMENTO DA REDE SOCIOASSISTENCIAL E INTERSETORIAL.....</b>	<b>190</b>
<b>4.1 REDE SOCIOASSISTENCIAL.....</b>	<b>191</b>
4.1.1 Unidades e serviços.....	191
4.1.2 Composição das equipes da rede socioassistencial.....	193
4.1.3 CRAS e CREAS: Indicadores de Desenvolvimento e parâmetros para a composição das suas equipes.....	205
<b>4.2 REDE INTERSETORIAL.....</b>	<b>209</b>
4.2.1 Saúde.....	209
4.2.2 Educação.....	212
4.2.3 Habitação e regularização fundiária.....	218
4.2.4 Associações, cozinhas comunitárias, entidades privadas e grupos comunitários.....	219
ANEXO A - Recomendações para o Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente de Capão da Canoa.....	236
ANEXO B - Indicadores que compõem as dimensões do IVCAD.....	242
ANEXO C - OSCs ativas em Capão da Canoa, na área de atuação desenvolvimento e defesa de direitos.....	243
ANEXO D - OSCs ativas em Capão da Canoa, na área de atuação cultura e recreação.....	248
ANEXO E - OSCs ativas em Capão da Canoa, na área de atuação atividades associativas.....	253
ANEXO F - OSCs ativas em Capão da Canoa, na área de atuação religião.....	256



## 1 APRESENTAÇÃO

Este diagnóstico socioterritorial propõe-se a sistematizar informações territorializadas de Capão da Canoa relacionadas às situações de vulnerabilidade e risco que incidem sobre famílias e indivíduos e dos eventos de violação de direitos, no que concerne à Assistência Social, bem como informações territorializadas relacionadas ao tipo, volume e padrões de qualidade dos serviços ofertados pela rede socioassistencial, além de mapear a rede de proteção social intersetorial, por meio dos principais equipamentos, serviços e organizações ou espaços da sociedade civil. Assim, ao possibilitar a ampliação do conhecimento das particularidades e dos recursos do território e das famílias que demandam ou são potenciais demandantes da Assistência Social e suas necessidades, objetiva fornecer subsídios para a formulação de estratégias com vistas à proteção social e melhoria da qualidade de vida da população.

Foi produzido pelo setor de Vigilância Socioassistencial, da Secretaria de Assistência e Inclusão Social (SAIS), que tem como uma de suas responsabilidades a elaboração periódica de diagnósticos socioterritoriais. A vigilância socioassistencial é uma das funções da Política de Assistência Social, juntamente com a proteção social (hierarquizada entre proteção básica e especial) e a defesa dos direitos socioassistenciais, essencialmente dedicada à gestão da informação, comprometida com:

- I - o apoio efetivo às atividades de planejamento, gestão, monitoramento, avaliação e execução dos serviços socioassistenciais, imprimindo caráter técnico à tomada de decisão; e
- II - a produção e disseminação de informações, possibilitando conhecimentos que contribuam para a efetivação do caráter preventivo e proativo da política de assistência social, assim como para a redução dos agravos, fortalecendo a função de proteção social do SUAS (BRASIL, 2012a, p.41.).

Além disso, este diagnóstico fundamenta-se nos seguintes pressupostos:

- O trabalho social parte do conhecimento das famílias referenciadas no território;
- O território é uma premissa para o planejamento e a implementação de políticas públicas, potencializando ações protetivas e integradas intersetorialmente;
- O planejamento do trabalho social exige o mapeamento de informações da rede de proteção existente, da rede comunitária, dos movimentos sociais, das situações de vulnerabilidade, risco e desproteção, e das potencialidades das famílias e dos territórios;

→ O diagnóstico situacional é dinâmico, vivo, deve nortear o plano de ação do município, sendo atualizado periodicamente nos encontros de monitoramento e avaliação (UNICEF, 2023, p.15).

É importante explicitar que se entende o território como objeto de intervenção ou atuação da Política de Assistência Social, para além das ações desenvolvidas com as famílias e indivíduos.

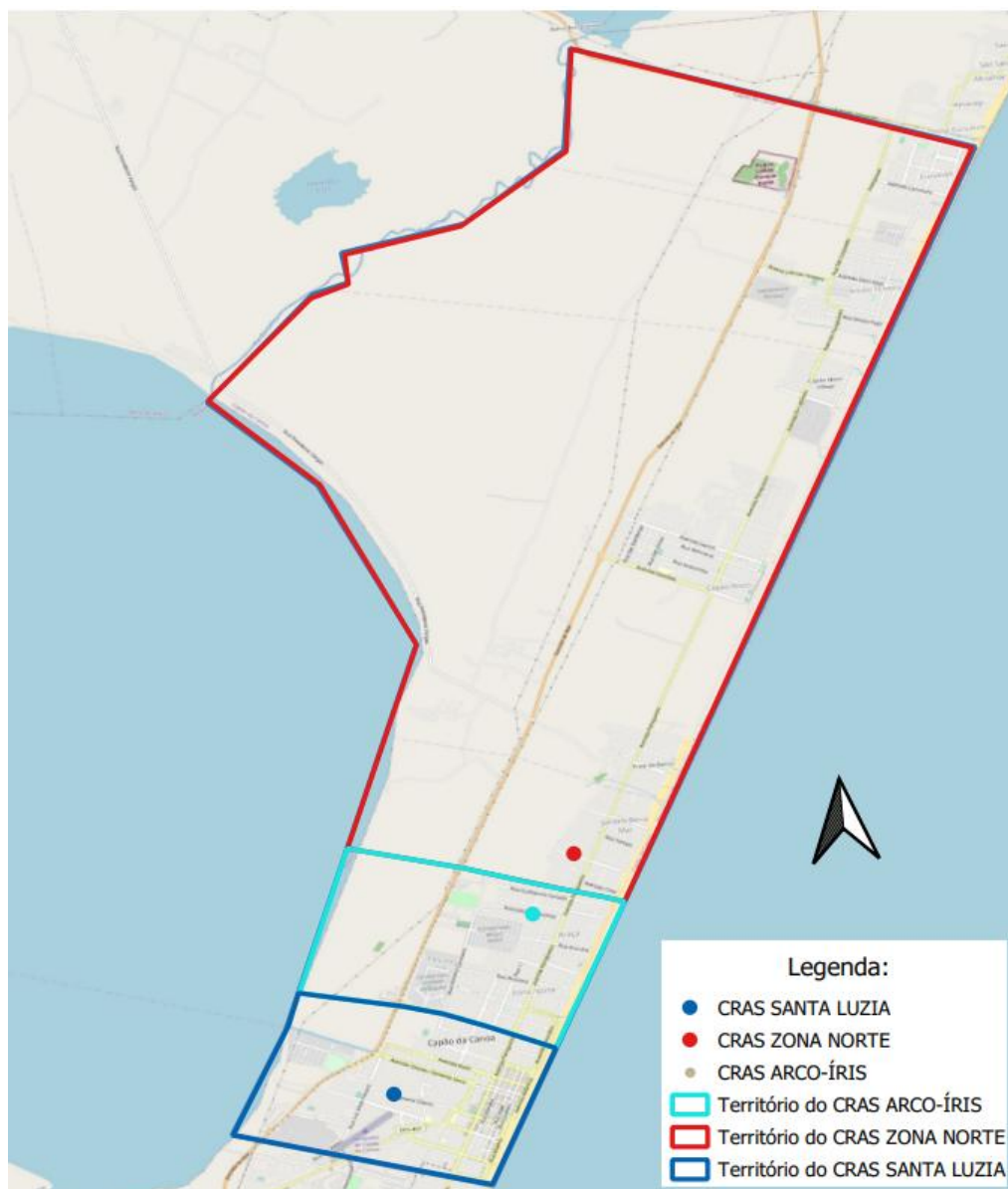
O território é muito mais do que a paisagem física ou o perímetro que delimita uma comunidade, bairro ou cidade. O território é o espaço recheado pelas relações sociais passadas e presentes, a forma específica de apropriação e interação com o ambiente físico, as ofertas e as ausências de políticas públicas, as relações políticas e econômicas que o perpassam, os conflitos e os laços de solidariedade nele existentes. Isto significa dizer que, em grande medida, as potencialidades ou vulnerabilidades de uma família ou indivíduo são determinadas pelo território no qual ela está inserida [...]

[...] A atuação sobre o território significa a atuação no plano coletivo, que passa, por um lado, pelo compromisso do poder público com estruturação da oferta de serviços socioassistenciais compatíveis com as necessidades do território, e por outro lado, pelo estabelecimento de vínculos reais entre as equipes de referência dos serviços e os territórios, de forma a desenvolver intervenções que possibilitem a promover na população a “coletivização” na reflexão sobre os problemas, assim como construção das estratégias igualmente coletivas para o enfrentamento ou superação dos mesmos (BRASIL, 2013a, p.12).

Sob essa ótica, neste trabalho, busca-se, sempre que possível e no limite do que os dados quantitativos permitem evidenciar, identificar as particularidades dos territórios dentro de Capão da Canoa. Também se compreende que o conhecimento do território e do público atendido não se esgota neste diagnóstico, devendo ser constante, uma vez que são dinâmicos, complexos e em constante transformação. Ainda, considera-se que esse conhecimento também advém da população e das equipes que vivem e intervêm nesses territórios, para o que se aponta a importância da realização de metodologias que propiciem diagnósticos participativos feitos por esses atores.

Para isso, toma-se como referência a delimitação dos bairros e a região de abrangência de cada CRAS. Abaixo, está o mapa municipal, identificando a localização e a abrangência aproximada de cada um dos três CRAS. Em seguida, o quadro dispõe os bairros que compõem a abrangência de cada unidade.

Figura 1 – Mapa de Capão da Canoa, com a identificação da localização de cada CRAS e sua respectiva região de abrangência



Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, a partir do Google Maps, 2021.

Quadro 1 - Bairros que compõem a abrangência de cada CRAS

<b>CRAS</b>	<b>Bairros que compõem a abrangência</b>
<b>Arco-Íris</b>	Araçá
	Arco-Íris
	Guarani
	Novo Horizonte
	Vale Verde
	Zona Nova (a partir da Avenida Central em direção ao Cemitério Municipal)
<b>Santa Luzia</b>	Centro
	Dom Luiz Guanella
	Girassol
	Morada do Sol
	Novo Louro
	Navegantes
	Parque Antártica
	Quero-Quero
	Santa Luzia
	Santo Antônio
	São Jorge
	São Manoel
	Zona Nova (até a Avenida Central)
	<b>Zona Norte</b>
Capão Novo	
Curumim	
Jardim Beira-Mar	
Praia do Barco	
Zona Norte	

Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, 2025.

A estrutura do diagnóstico pauta-se no que é sugerido em Brasil (2013) e Silveira (2025), com adaptações, e está organizada da seguinte forma:

- a) Panorama territorial, com a apresentação das principais características demográficas, sociais, econômicas e urbanísticas do Município;
- b) Estimativa das demandas socioassistenciais e dimensionamento do público atendido, a partir de informações que evidenciam vulnerabilidades sociais, riscos pessoais e sociais, violações de direitos e violências do público atendido e oriundos de outros indicadores, bem como dos perfis municipais do público do Cadastro Único para os Programas Sociais (CadÚnico), das famílias beneficiária do Programa Bolsa Família (PBF) e do público do Benefício de Prestação Continuada (BPC);
- c) Mapeamento da rede socioassistencial, com informações sobre unidades, serviços, composição das equipes e indicadores de desenvolvimento, e da rede intersetorial, informando a presença e a localização de unidades, espaços ou a oferta de saúde, educação, habitação, regularização fundiária e associações, cozinhas comunitárias, entidades privadas e grupos comunitários.

Para tanto, as fontes utilizadas são oriundas: da sistematização dos registros realizados pelas equipes das unidades da SAIS; de diagnósticos e estudos realizados pela Vigilância Socioassistencial e relatórios consolidados pelo setor; sistemas de informações do SUAS, sendo os principais Registro de Mensal de Atendimentos (RMA), Censo SUAS, Cadastro Nacional do Sistema Único de Assistência Social (CadSUAS), Consulta, Seleção e Extração de Informações do CadÚnico (CECAD), Mapa Social<sup>1</sup>, Observatório do Cadastro Único e Sistema de Informações de Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SISC); outras fontes de dados oficiais, cujo fundamental é o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); informações compartilhadas por outras secretarias municipais.

Por fim, direcionam-se agradecimentos à gestão municipal, por garantir condições para a elaboração deste diagnóstico, bem como para o trabalho de vigilância socioassistencial de maneira geral; às equipes da rede socioassistencial, pelo compartilhamento de informações e saberes e pelas articulações e parcerias que permitem materializar a vigilância socioassistencial no cotidiano; aos(às) colegas que trabalharam no Setor de Vigilância Socioassistencial e auxiliaram a técnica responsável do mesmo em algum aspecto deste relatório<sup>2</sup>; aos(às) usuários(as) e ao controle social do SUAS, que o impulsionam e são vigilantes para que alcance, cada vez mais e com qualidade, a quem dele necessitar.

---

<sup>1</sup> É importante sinalizar que o Mapa Social fornece uma estimativa dos dados consultados relativos às famílias inscritas no Cadastro Único, uma vez que as mesmas são identificadas por meio do endereço que está em seu cadastro, e pode ocorrer de não serem identificadas porque o endereço não foi reconhecido.

<sup>2</sup> Em especial, cita-se Ana Karolina Barros Cabrera, agente administrativa que fez parte da equipe do setor, e Kadmyel Lopes da Rosa, que contribuiu para a formatação dos elementos pré-textuais.



## **2 PANORAMA TERRITORIAL**

O panorama territorial contempla as principais características demográficas, sociais, econômicas e urbanísticas do Município.

## 2.1 DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO MUNICÍPIO<sup>3</sup>

- Município: Capão da Canoa
- Código do Município: 4304630
- Fundação: 12 de abril de 1982
- Gentílico: caponense
- Microrregião [2022]: Osório
- Mesorregião [2022]: Metropolitana de Porto Alegre
- Associação: Associação dos Municípios do Litoral Norte (AMLINORTE)
- Área da unidade territorial [2024]: 98,383 km<sup>2</sup>
- Distritos: Capão da Canoa, Capão Novo, Arroio Teixeira e Curumim
- População no último censo [2022]: 63.594
- População estimada [2025]: 66.234
- Densidade demográfica [2022]: 646,39
- Porte Município: Médio
- Escolarização (seis a 14 anos) [2022]: 96,65%
- Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) [2010]: 0,743
- Mortalidade infantil [2023]: 5,88 óbitos por mil nascidos vivos
- Total de receitas brutas realizadas [2024]: R\$ 558.951.448,46
- Total de despesas brutas empenhadas [2024]: R\$ 486.250.848,27
- Produto Interno Bruto (PIB) per capita [2023]: R\$ 40.698,19
- Total de eleitores [2022]: 42.362
- Total de eleitores masculinos [2022]: 19.510
- Total de eleitores femininos [2022]: 22.282

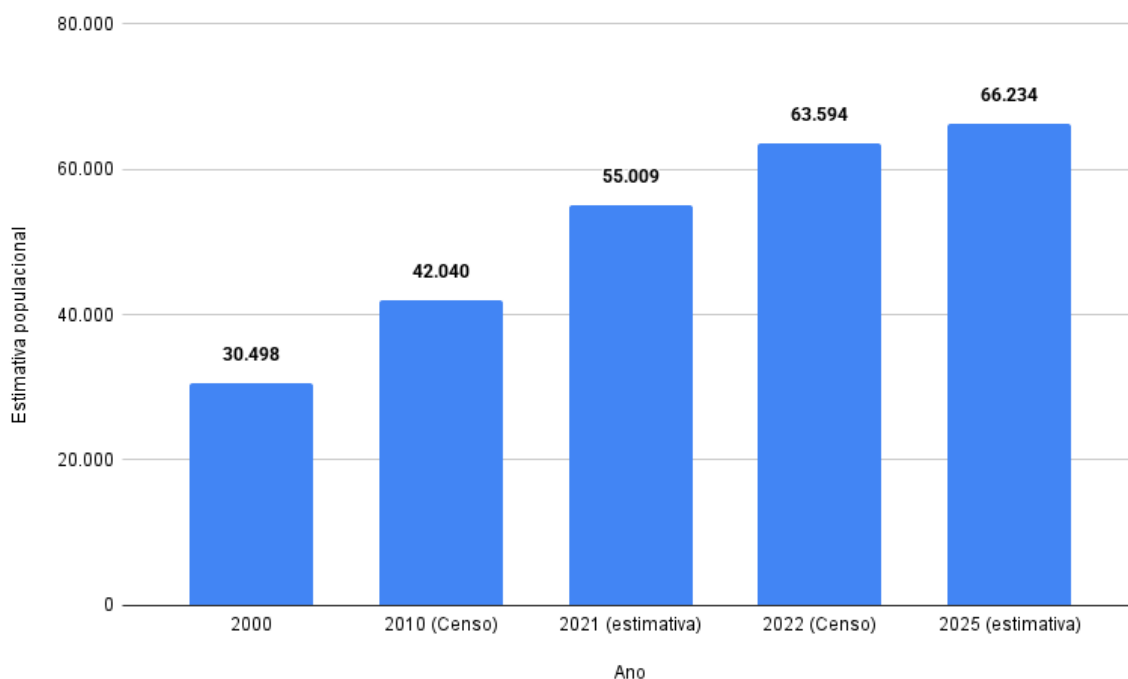
---

<sup>3</sup> Fonte: IBGE [2025] e Capão da Canoa [2025].

## 2.2 ASPECTOS DEMOGRÁFICOS

### 2.2.1 Crescimento populacional e perfil demográfico

Gráfico 1 - Evolução do crescimento da população de Capão da Canoa, nos anos 2000, 2010, 2021, 2022 e 2025

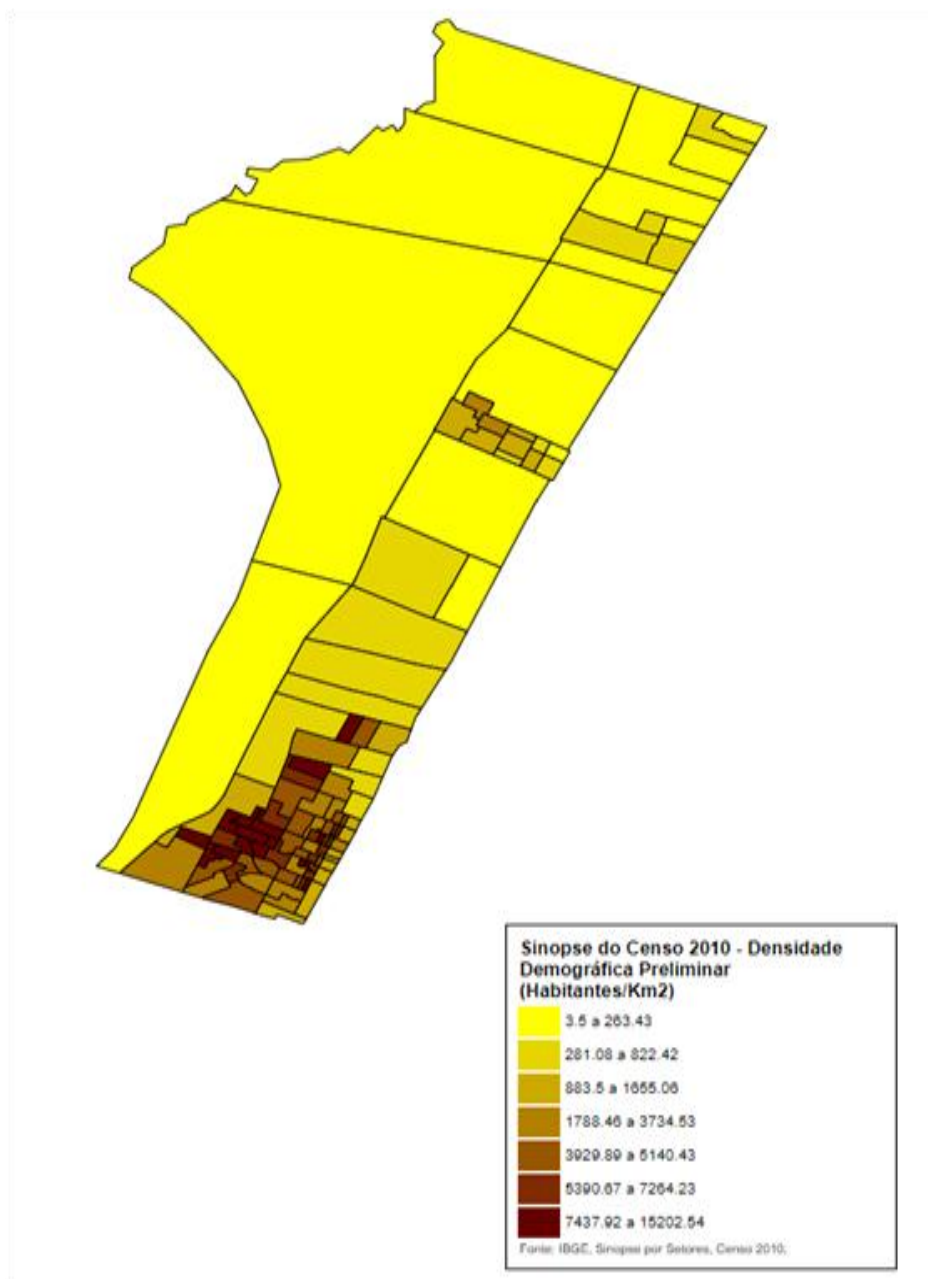


Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base em Censos Demográficos e estimativas do IBGE, 2025.

Se em 2010 houve um aumento populacional de 37,84% em relação ao Censo de 2000, em 2022, o crescimento foi de 51,27% em comparação com o Censo de 2010. Capão da Canoa foi o segundo Município em que a população mais cresceu no Litoral Norte do Rio Grande do Sul desde o Censo de 2010, ficando atrás apenas de Imbé, que ampliou 51,83%. Igualmente, possui a segunda maior taxa de crescimento anual da população do Litoral Norte, 3,51% (IBGE, 2022). Capão da Canoa está na 34ª colocação no estado, na 88ª colocação na região Sul e na 513ª colocação no Brasil em termos populacionais (G1 RS, 2023). Além disso, 98,85% da população do Município é urbana.

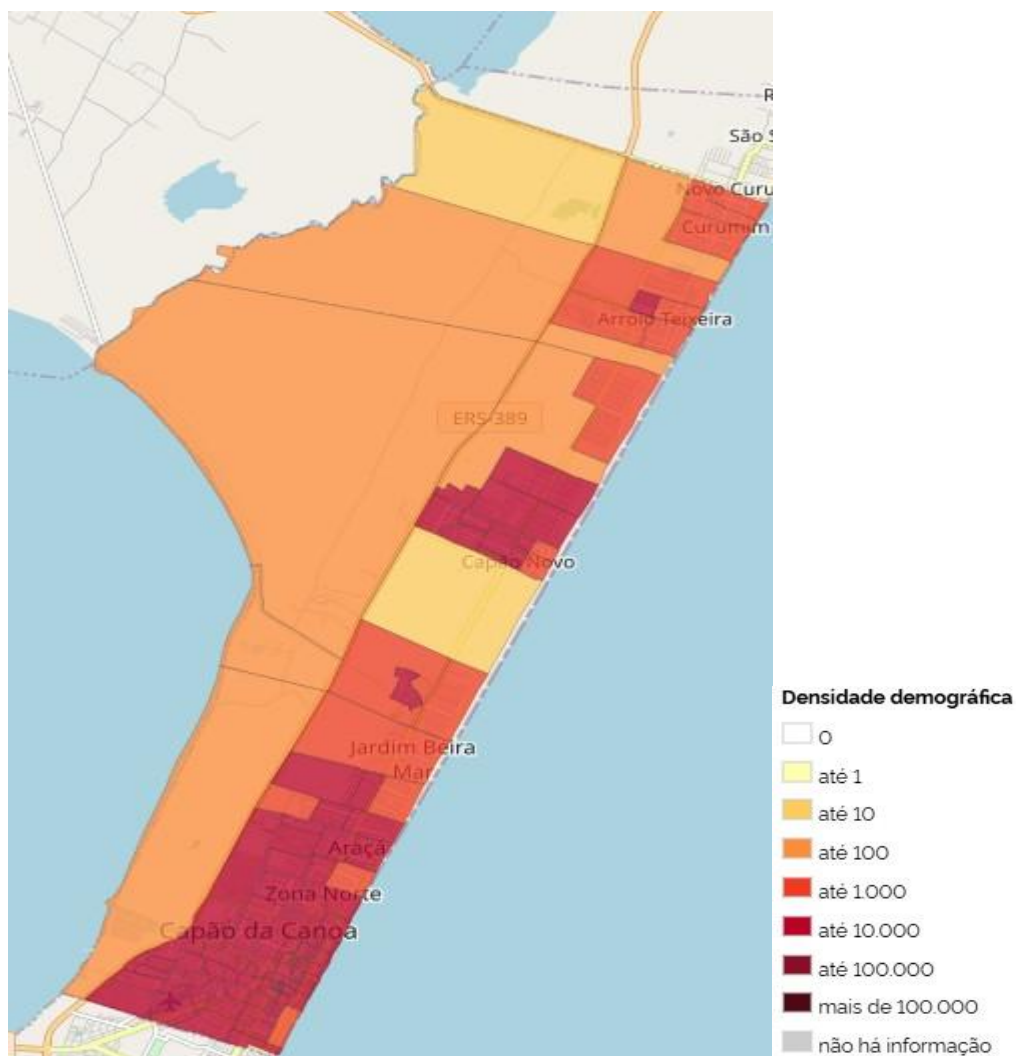
É importante destacar que, enquanto o Estado ampliou o número de habitantes em 1,77% entre o Censo de 2010 e o de 2022, o Litoral Norte teve um salto 14,6 vezes maior, aumentando sua população em 25,87%, sendo que, das 21 cidades da região, apenas três perderam residentes (STOBBE, 2025).

Figura 2 – Mapa de Capão da Canoa, conforme sua Densidade Demográfica Preliminar (Habitantes/Km<sup>2</sup>), em 2010



Fonte: Censo 2010, Sinopse por setores, IBGE, 2021.

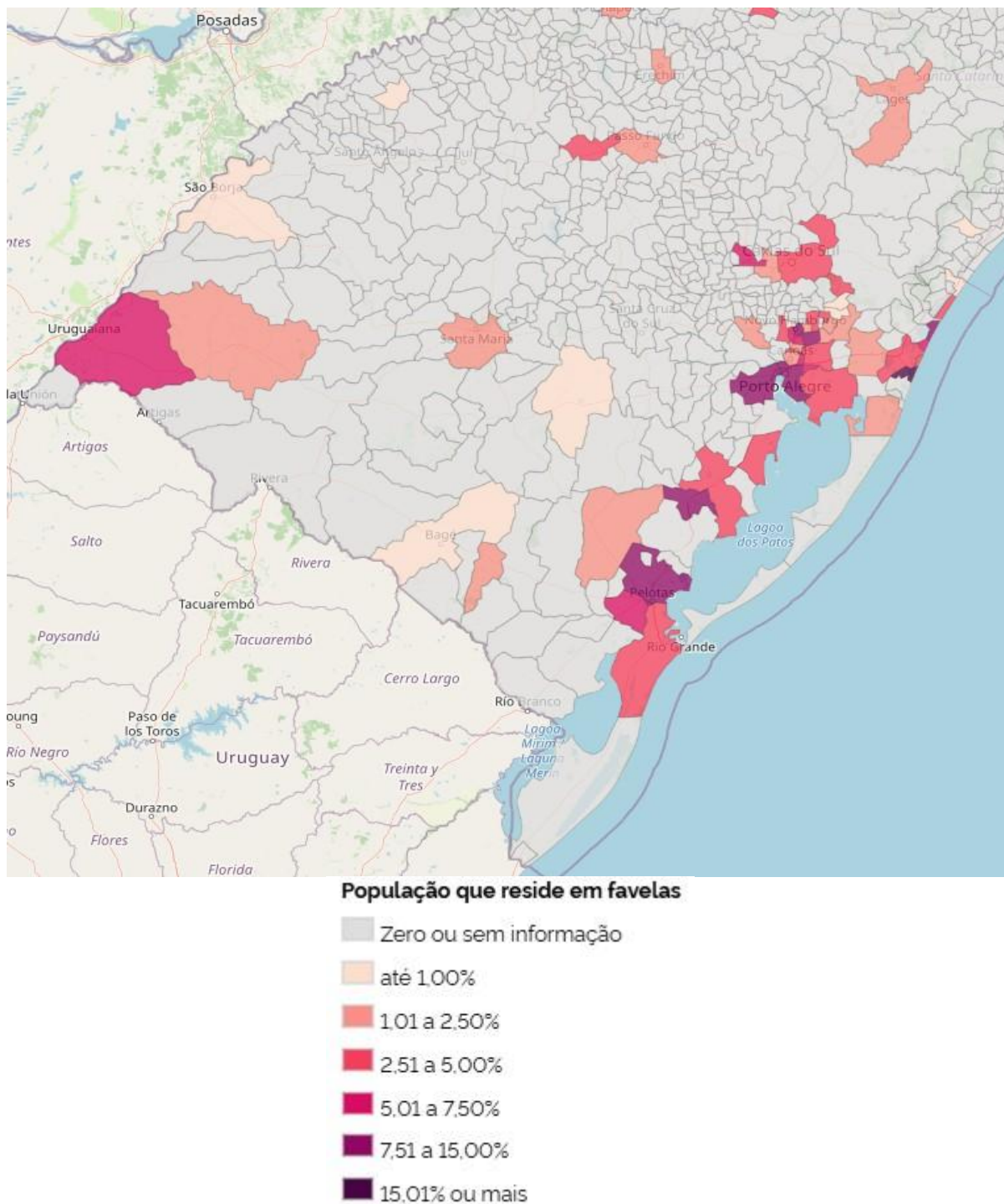
Figura 3 – Mapa de Capão da Canoa, conforme sua Densidade Demográfica - Censo Demográfico 2022



Fonte: IBGE (2022).

As duas imagens acima evidenciam que a densidade demográfica municipal vem se tornando mais uniforme ao longo do território, bem como que os distritos, sobretudo o de Capão Novo, ampliaram bastante a população em sua área.

Figura 4 - Mapa do Rio Grande do Sul, conforme a porcentagem da população que reside em favelas - Censo Demográfico 2022



Fonte: IBGE (2022).

Sendo o Censo Demográfico 2022 (IBGE, 2022), Capão da Canoa é o quarto Município do RS com maior quantitativo da população residente em favelas e comunidades urbanas, com 8.163 pessoas, representando 12,84%. À frente de Capão da Canoa estão Tramandaí, Guaíba e Porto Alegre, com 15,32%, 14,87% e 13,17% da população,

respectivamente, residente em favelas. Estadualmente, 3,83% da população foi identificada como residente.

As Favelas e Comunidades Urbanas são territórios populares originados das diversas estratégias utilizadas pela população para atender, geralmente de forma autônoma e coletiva, às suas necessidades de moradia e usos associados (comércio, serviços, lazer, cultura, entre outros), diante da insuficiência e inadequação das políticas públicas e investimentos privados dirigidos à garantia do direito à cidade.

Em muitos casos, devido à sua origem compartilhada, relações de vizinhança, engajamento comunitário e intenso uso de espaços comuns, constituem identidade e representação comunitária.

No Brasil, esses espaços se manifestam em diferentes formas e nomenclaturas, como favelas, ocupações, comunidades, quebradas, grotas, baixadas, alagados, vilas, ressacas, mocambos, palafitas, loteamentos informais, vilas de malocas, entre outros, expressando diferenças geográficas, históricas e culturais na sua formação.

Favelas e Comunidades Urbanas expressam a desigualdade socioespacial da urbanização brasileira. Retratam a incompletude - no limite, a precariedade - das políticas governamentais e investimentos privados de dotação de infraestrutura urbana, serviços públicos, equipamentos coletivos e proteção ambiental aos sítios onde se localizam, reproduzindo condições de vulnerabilidade. Estas se tornam agravadas com a insegurança jurídica da posse, que também compromete a garantia do direito à moradia e a proteção legal contra despejos forçados e remoções (IBGE, 2024, p.52-53).

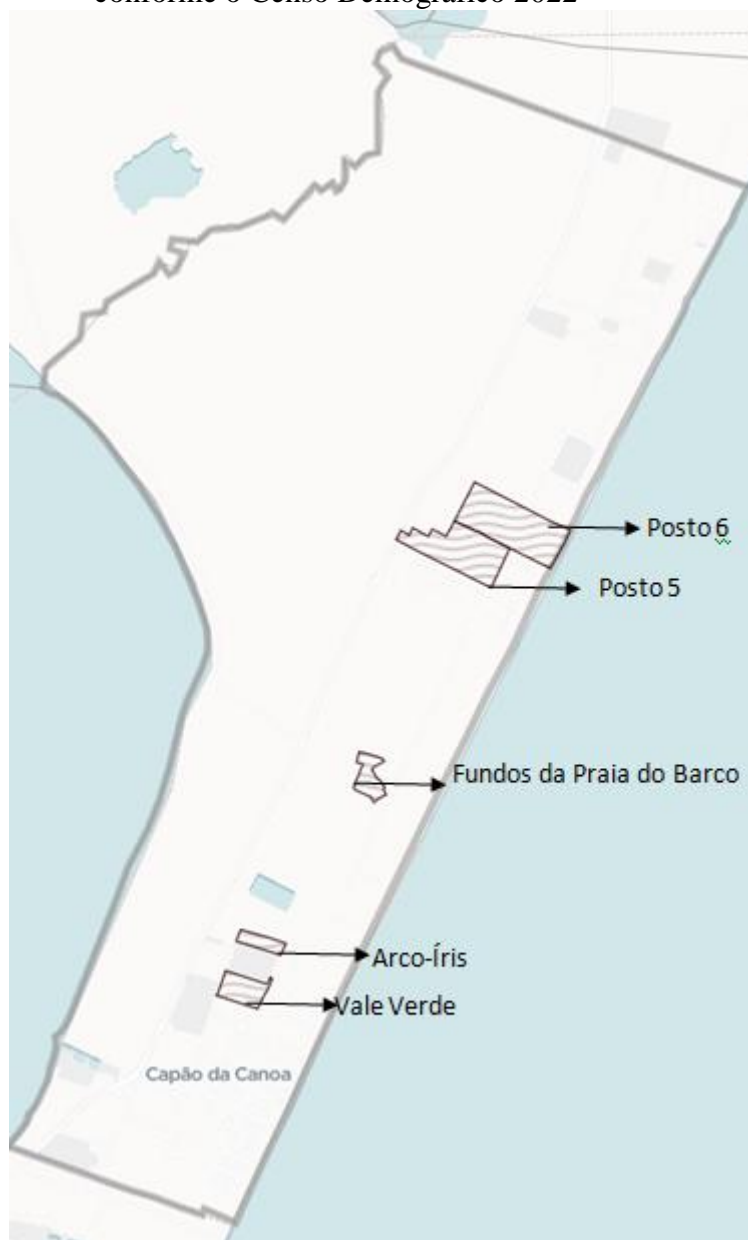
Para identificação das Favelas e Comunidades Urbanas o IBGE (2024) utiliza os seguintes critérios:

- Predominância de domicílios com graus diferenciados de insegurança jurídica da posse; e, pelo menos, um dos demais critérios abaixo:
- Ausência ou oferta incompleta e/ou precária de serviços públicos (iluminação elétrica pública e domiciliar, abastecimento de água, esgotamento sanitário, sistemas de drenagem e coleta de lixo regular) por parte das instituições competentes; e/ou
- Predomínio de edificações, arruamento e infraestrutura que usualmente são autoproduzidos e/ou se orientam por parâmetros urbanísticos e construtivos distintos dos definidos pelos órgãos públicos; e/ou
- Localização em áreas com restrição à ocupação definidas pela legislação ambiental ou urbanística, tais como faixas de domínio de rodovias e ferrovias, linhas de transmissão de energia e áreas protegidas, entre outras; ou em sítios urbanos caracterizados como áreas de risco ambiental (geológico, geomorfológico, climático, hidrológico e de contaminação).

As favelas e comunidades urbanas em Capão da Canoa são Arco-Íris, Fundos da Praia do Barco, Posto 5, Posto 6 e Vale Verde, em que residem, respectivamente, 1.113, 785, 2.900, 1.368 e 1.997 pessoas (IBGE, 2022). Dessa forma, os CRAS Arco-Íris e Zona Norte possuem em sua abrangência favelas e comunidades urbanas, uma vez que Arco-Íris e Vale

Verde, totalizando 3.110 pessoas, situam-se no primeiro e Fundos da Praia do Barco, Posto 5 e Posto 6, com 5.054 pessoas, no segundo.

Figura 5 - Mapa de Capão da Canoa, com a identificação das favelas e comunidades urbanas, conforme o Censo Demográfico 2022



Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, a partir de REDUS [s.d.].

Segundo o Censo Demográfico 2022, a população estava distribuída, conforme a região de abrangência dos CRAS, da seguinte maneira:

Tabela 1 - Estimativa da distribuição da população, por região de abrangência dos CRAS - malha preliminar do Censo Demográfico 2022

CRAS	Total de pessoas	Percentual
CRAS Arco-Íris	21.076	29,52%
CRAS Santa Luzia	31.387	43,97%
CRAS Zona Norte	18.918	26,50%

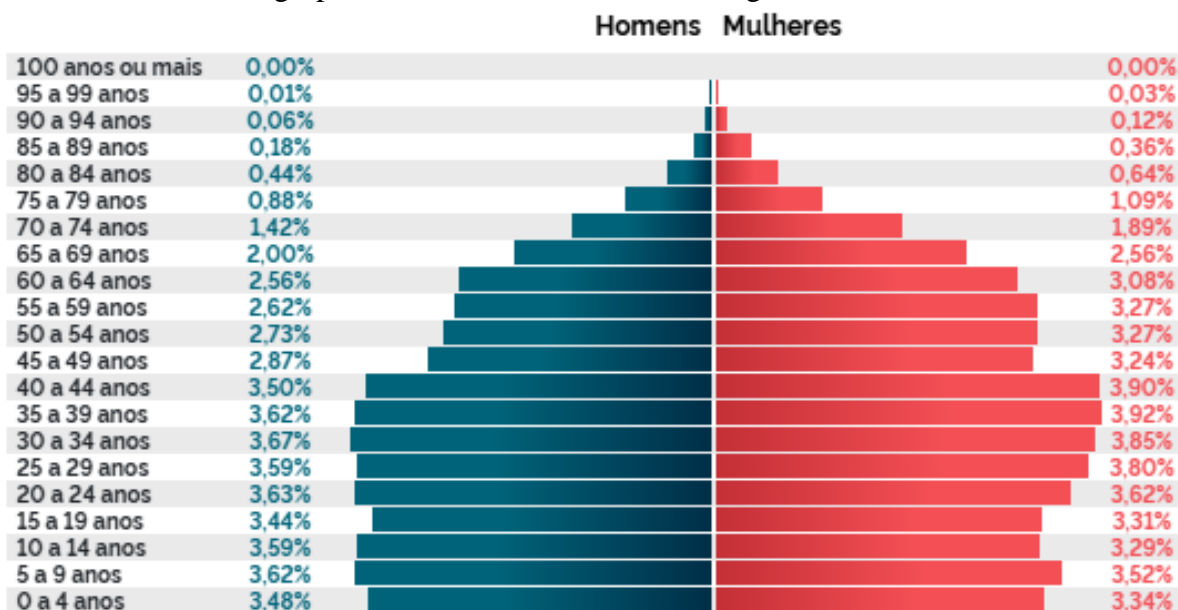
Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base em Mapa Social (BRASIL, 2025).

Destaca-se que, da região de abrangência do CRAS Zona Norte, 12.902 das 18.918 pessoas são residentes nos Distritos de Capão Novo, Arroio Teixeira e Curumim (BRASIL, 2025).

### 2.2.2 Características etárias, de sexo, étnico-raciais, de nacionalidade e religiosas da população e pessoas com deficiência

Neste item, há informações sobre faixa etária, sexo, cor ou raça, nacionalidade, pessoas com deficiência e religião. Sempre que possível, buscou-se identificar em termos de território de abrangência dos CRAS e territórios de favelas ou comunidades urbanas.

Gráfico 2 - Pirâmide etária da população de Capão da Canoa, considerando a população por grupo de idade e sexo - Censo Demográfico 2022



Fonte: IBGE, 2022.

Tabela 2 - População, por grupo de idade e sexo - Censo Demográfico 2022

Grupo de idade	População feminina	População masculina	Total
100 anos ou mais	1	0	1
95 a 99 anos	21	5	26
90 a 94 anos	78	38	116
85 a 89 anos	226	117	343
80 a 84 anos	407	278	685
75 a 79 anos	692	560	1252
70 a 74 anos	1202	901	2103
65 a 69 anos	1630	1271	2901
60 a 64 anos	1959	1629	3588
55 a 59 anos	2077	1668	3745
50 a 54 anos	2080	1735	3815
45 a 49 anos	2061	1823	3884
40 a 44 anos	2479	2226	4705
35 a 39 anos	2496	2301	4797
30 a 34 anos	2447	2333	4780
25 a 29 anos	2414	2283	4697
20 a 24 anos	2299	2307	4606
15 a 19 anos	2104	2189	4293
10 a 14 anos	2095	2285	4380
5 a 9 anos	2238	2303	4541
0 a 4 anos	2123	2213	4336
Total	33129	30465	63594

Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base em IBGE (2022).

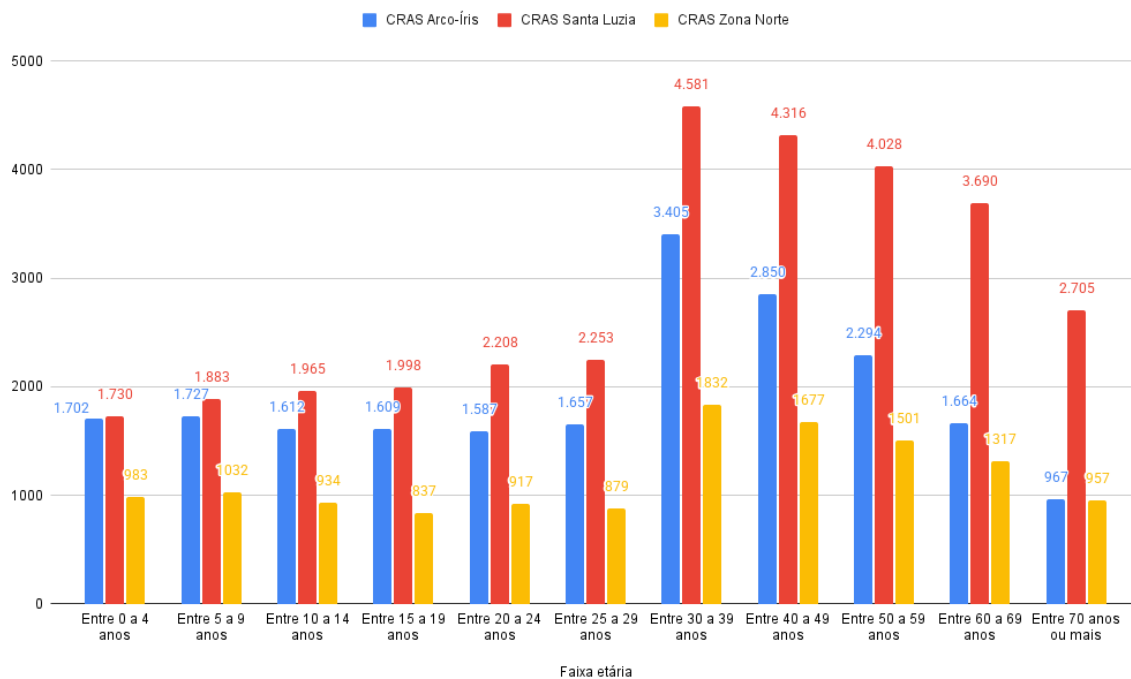
De acordo com os dados acima, crianças e adolescentes representam 24,9% da população e pessoas idosas, 17,3%.

Tabela 3 - Estimativa da população de Capão da Canoa, por faixa etária, conforme região de abrangência dos CRAS - Censo Demográfico 2022

Faixa etária	CRAS Arco-Íris	CRAS Santa Luzia	CRAS Zona Norte	Total
Entre 0 a 4 anos	1.702	1.730	983	4.415
Entre 5 a 9 anos	1.727	1.883	1032	4.642
Entre 10 a 14 anos	1.612	1.965	934	4.511
Entre 15 a 19 anos	1.609	1.998	837	4.444
Entre 20 a 24 anos	1.587	2.208	917	4.712
Entre 25 a 29 anos	1.657	2.253	879	4.789
Entre 30 a 39 anos	3.405	4.581	1.832	9.818
Entre 40 a 49 anos	2.850	4.316	1.677	8.843
Entre 50 a 59 anos	2.294	4.028	1.501	7.823
Entre 60 a 69 anos	1.664	3.690	1.317	6.671
Entre 70 anos ou mais	967	2.705	957	4.629

Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base em Mapa Social (BRASIL, 2025).

Gráfico 3 - Estimativa da população de Capão da Canoa, por faixa etária, conforme região de abrangência dos CRAS - Censo Demográfico 2022



Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base em Mapa Social (BRASIL, 2025).

No que tange à cor ou raça, de acordo com a tabela abaixo, 81,84% da população é branca e 18,16% é não branca (pretas, pardas, indígenas ou amarelas). Contudo, se verificada a cor ou raça apenas da população residente em favelas ou comunidades urbanas, 72,99% é branca e 27,01%, não branca, sendo 18,72% parda, 8,12% preta, 0,15% indígena e 0,02% amarela. O Censo não identificou pessoas quilombolas.

Tabela 4 - População de Capão da Canoa, por cor ou raça - Censo Demográfico 2022

Cor ou raça	Pessoas	Porcentagem
Branca	52.051	81,84%
Preta	3.870	6,08%
Amarela	46	0,07%
Parda	7.572	11,90%
Indígena	55	0,08%

Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base em IBGE (2022).

Tabela 5 - Estimativa da população de Capão da Canoa, por cor ou raça, conforme região de abrangência dos CRAS - malha preliminar do Censo Demográfico 2022

Raça/cor	CRAS Arco-Íris	CRAS Santa Luzia	CRAS Zona Norte	Total
Branca	16.868	26.266	15.292	58.426
Preta	1.273	1.896	1.102	4.271
Amarela	de 1 a 20	de 1 a 20	de 1 a 20	-
Parda	2.905	3.158	2.457	8.520
Indígena	de 1 a 20	de 1 a 20	32	-

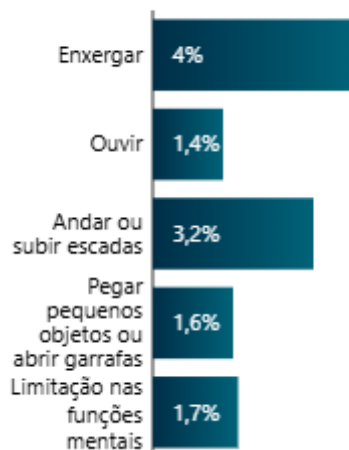
Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base em Mapa Social (BRASIL, 2025).

Em relação à nacionalidade, 99,52% são brasileiros(as) natos(as), 0,04% naturalizados(as) brasileiros(as) e 0,44% estrangeiros.

Os principais países de residência anterior das pessoas que não residiam no Brasil cinco antes da data de referência do Censo era, por ordem decrescente, conforme o quantitativo de pessoas, são: Venezuela (86), Argentina (49), Cuba (31), Portugal (21), México (9) e Uruguai (1).

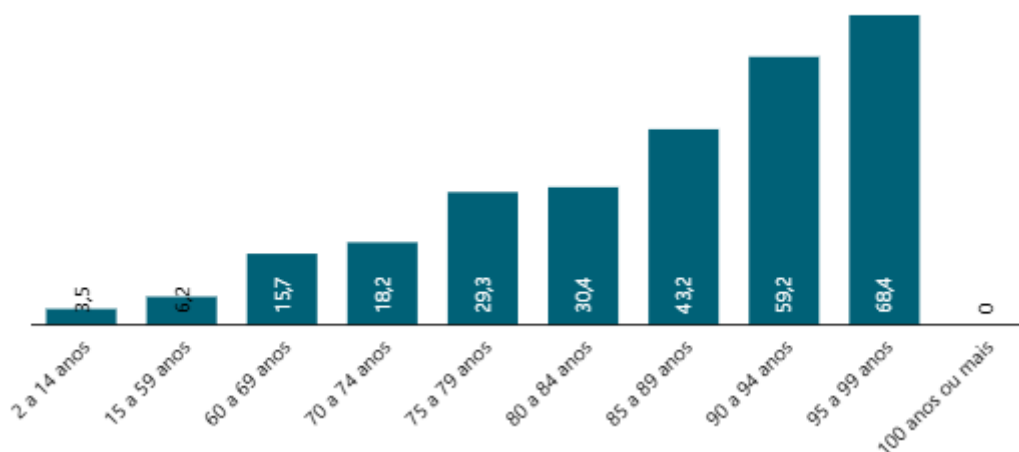
O Censo identificou que 8,2% da população, cerca de 5.215 pessoas, é pessoa com deficiência (PCD) e 1,2%, em torno de 763 pessoas, são diagnosticadas com autismo. O gráfico a seguir apresenta a deficiência, por tipo de dificuldade:

Gráfico 4 - Porcentagem de pessoas com deficiência de dois anos ou mais de idade, por tipo de dificuldade permanente - Censo Demográfico 2022



Fonte: IBGE (2022).

Gráfico 5 - Porcentagem de pessoas com deficiência, por grupo de idade - Censo Demográfico 2022

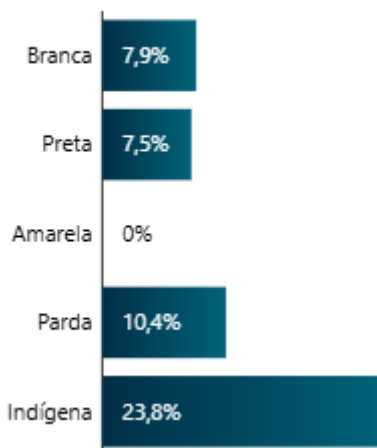


Fonte: IBGE (2022).

O gráfico acima evidencia que o grupo de idade que possui mais pessoas com deficiência é o de pessoas idosas.

Já o gráfico abaixo, aponta que as PCDs são, majoritariamente, pessoas não brancas.

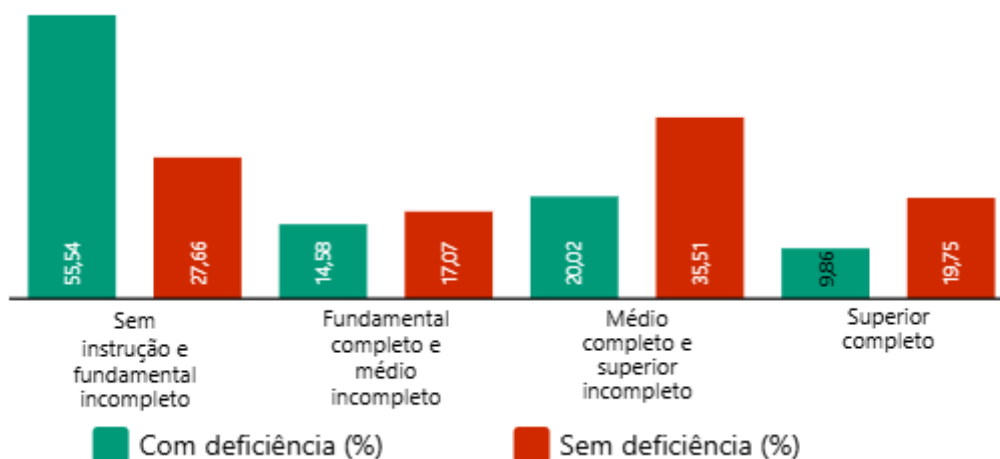
Gráfico 6 - Pessoas com deficiência, por cor ou raça - Censo Demográfico 2022



Fonte: IBGE (2022).

No que tange ao nível de instrução, disposto no gráfico abaixo, verifica-se que há o dobro de PCDs sem instrução e nível fundamental incompleto em relação às pessoas sem deficiência. A porcentagem de PCDs e pessoas sem deficiência fica mais próximo apenas em relação ao nível fundamental completo e médio incompleto, 14,58% e 17,07% respectivamente. Com nível médio em diante, há muito mais pessoas sem deficiência que com deficiência.

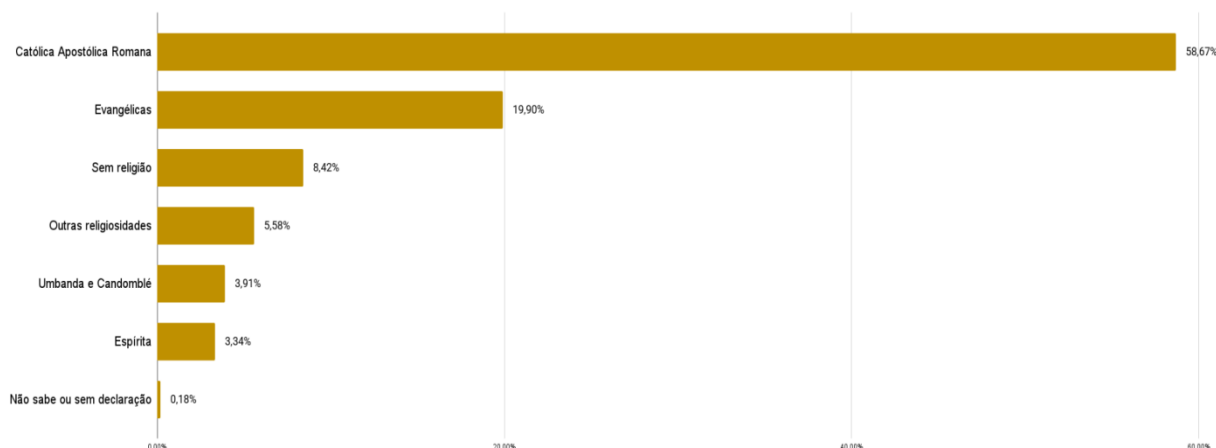
Gráfico 7 - Comparativo da porcentagem do nível de escolaridade entre pessoas com deficiência e sem deficiência de 25 anos ou mais de idade - Censo Demográfico 2022



Fonte: IBGE (2022).

O gráfico a seguir evidencia os grandes grupos de religião:

Gráfico 8 - Porcentagem de pessoas, por grandes grupos de religião - Censo Demográfico 2022

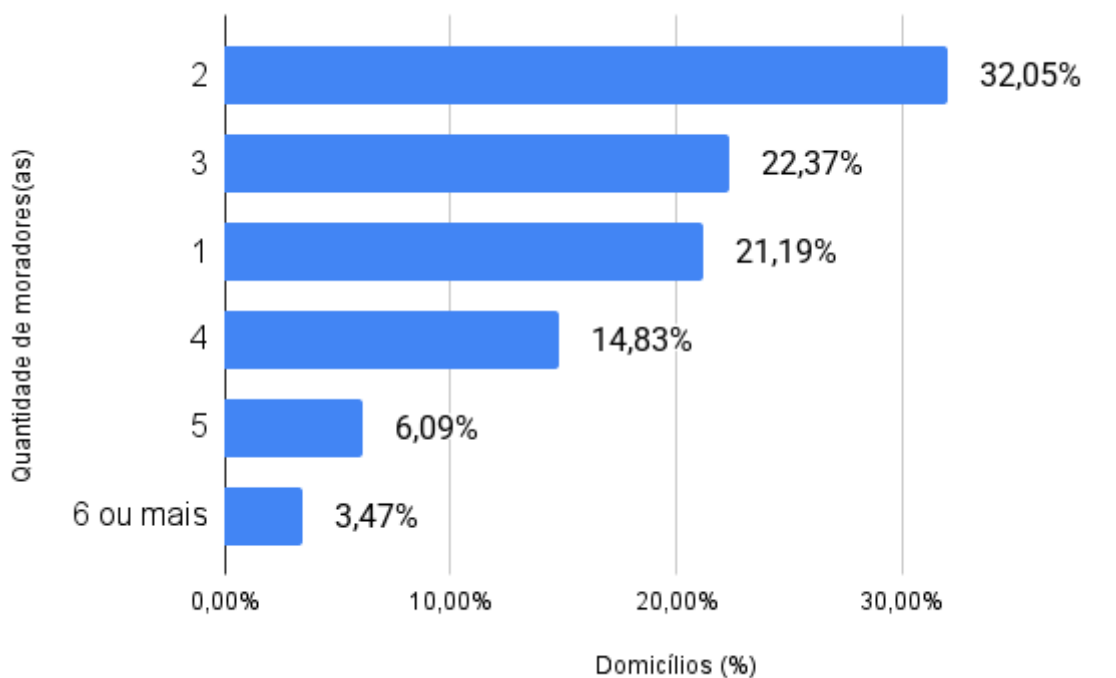


Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base em IBGE (2022).

### 2.2.3 Famílias e composição familiar

A média de moradores(as) por domicílio é 2,65. O gráfico a seguir demonstra a porcentagem de moradores(as) por domicílio:

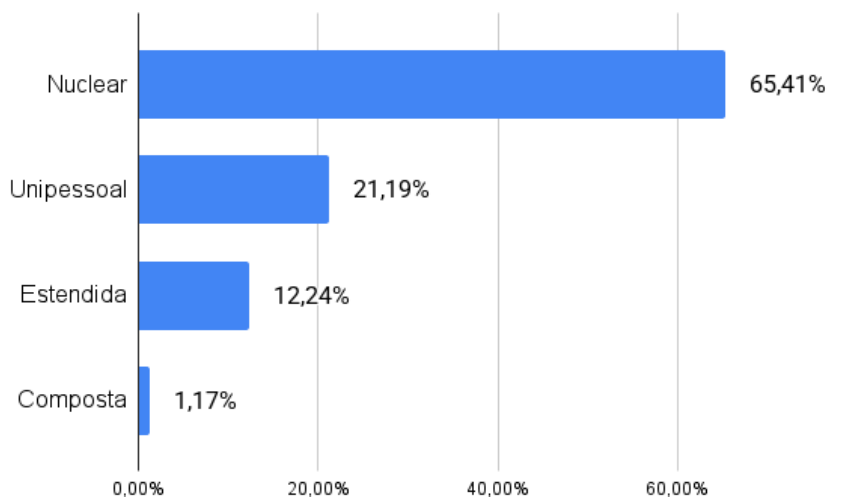
Gráfico 9 - Porcentagem dos domicílios, por número de moradores(as) - Censo Demográfico 2022



Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base em IBGE (2022).

O próximo gráfico apresenta as espécies de unidade doméstica. As espécies de unidade doméstica podem ser: unipessoais, que são aquelas com apenas um morador; nucleares, sendo as que possuem somente um casal, ou somente um casal com filho(s), ou somente uma pessoa com filho(s), sem a presença de nenhum outro membro; estendidas, onde existe a presença de algum outro parente (ex: neto(a), avô ou avó, genro ou nora); compostas, que são aquelas onde existe a presença de algum não parente (ex: agregado, convivente, pensionista).

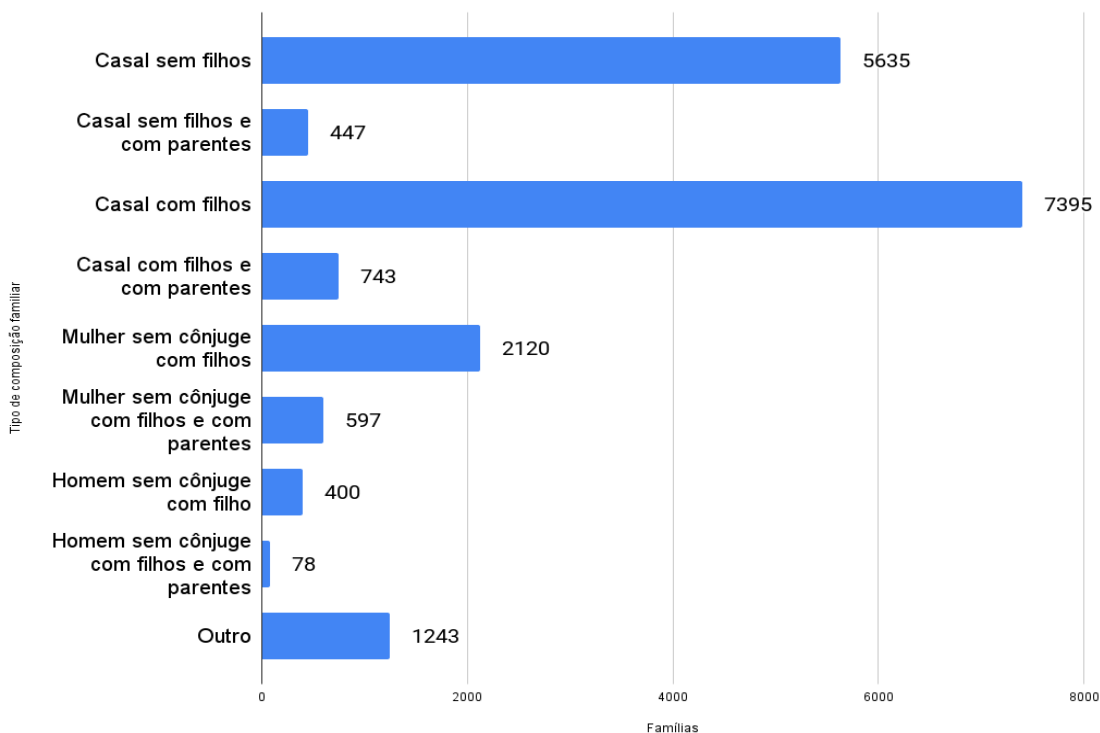
Gráfico 10 - Espécies de unidade doméstica - Censo Demográfico 2022



Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base em IBGE (2022).

Especificamente em relação às famílias unipessoais no território de abrangência de cada CRAS, a estimativa é que haja 1.229, 3.071 e 1.242 nos CRAS Arco-Íris, Santa Luzia e Zona Norte, respectivamente (BRASIL, 2025).

Gráfico11 - Famílias de Capão da Canoa, por tipo de composição familiar - Censo Demográfico 2022



Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base em IBGE (2022).

Em relação ao gráfico acima, destaca-se que 14,56% das famílias são compostas por mulheres sem cônjuges com filhos(as). Os domicílios com cônjuges sem filhos(as) representam 24,38%. Cônjuges do mesmo sexo perfazem 0,64%.

Tabela 6 - Estimativa da população de Capão da Canoa, por sexo da pessoa responsável pelo domicílio, conforme região de abrangência dos CRAS - malha preliminar do Censo Demográfico 2022

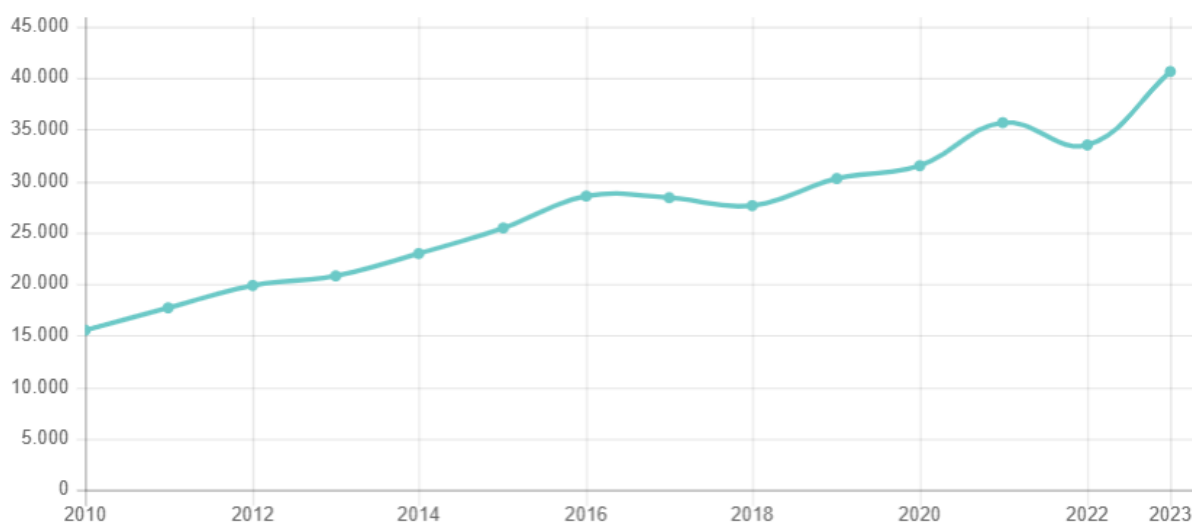
	CRAS Arco-Íris	CRAS Santa Luzia	CRAS Zona Norte	Total	Porcentagem
Pessoa responsável pelo domicílio do sexo masculino	3.514	5.709	3.488	12.711	47,55%
Pessoa responsável pelo domicílio do sexo feminino	3.861	6.800	3.355	14.016	52,44%

Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base em Mapa Social (BRASIL, 2025).

## 2.3 ECONOMIA E MERCADO DE TRABALHO

Na série histórica apresentada no gráfico abaixo, verifica-se que, de forma geral, o Produto Interno Bruto (PIB) per capita municipal vem crescendo, totalizando R\$40.698,19 em 2023, o que deixou Capão da Canoa na posição 328 de 497 entre os municípios do estado (IBGE [2025]).

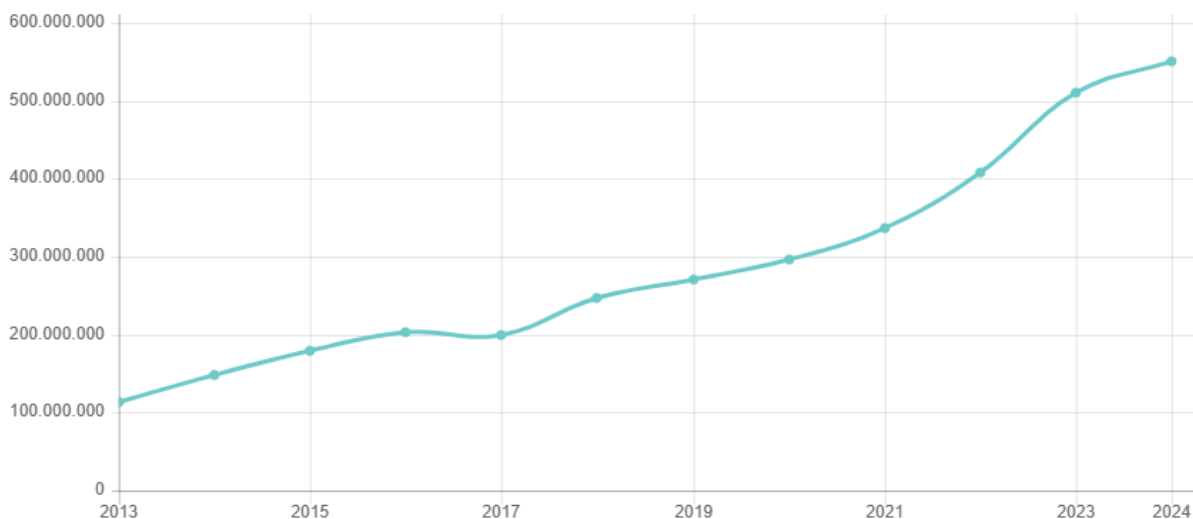
Gráfico 12 - Evolução do PIB per capita de Capão da Canoa, de 2010 a 2023



Fonte: IBGE [2025].

O próximo gráfico apresenta a evolução das receitas orçamentárias brutas realizadas. Em 2024, o total de receitas realizadas foi de R\$ 558.951.488,46 (x1000) e o total de despesas empenhadas foi de R\$ 486.250.848,27 (x1000) (IBGE [2025]), fazendo com que, entre os municípios do estado, o Município fosse o 23º com maiores receitas brutas e o 25º com maiores despesas orçamentárias pagas.

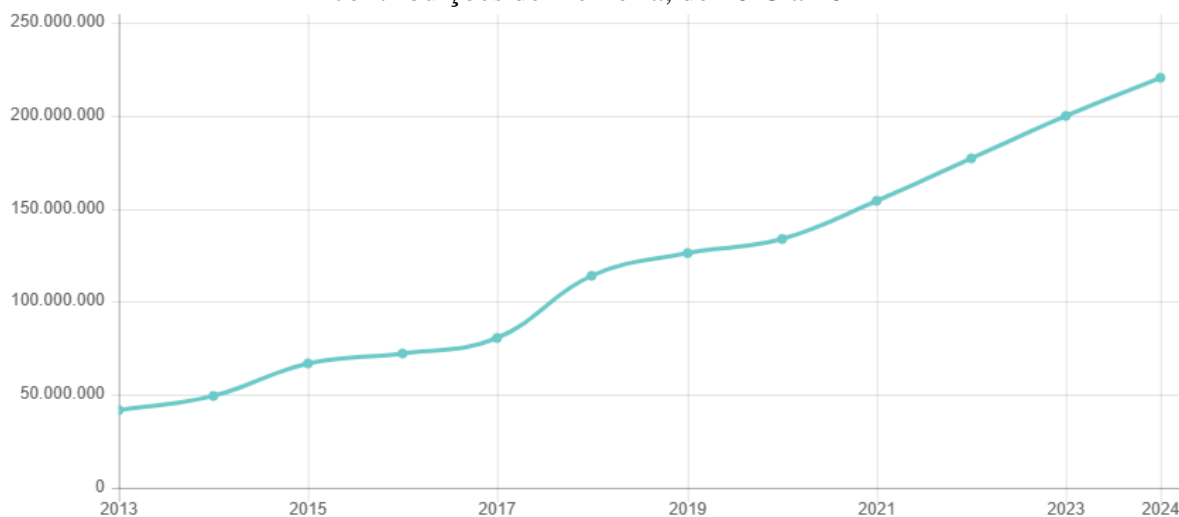
Gráfico 13 - Evolução das receitas orçamentárias brutas realizadas, de 2013 a 2024



Fonte: IBGE [2025].

Especificamente sobre a receita orçamentária de impostos, taxas e contribuições de melhoria, o gráfico abaixo evidencia o crescimento de 2013 a 2024. Em 2024, essa receita foi de R\$220.387,485,89, colocando Capão da Canoa na 11ª colocação entre os municípios gaúchos (IBGE [2025]).

Gráfico 14 - Evolução das receitas orçamentárias brutas realizadas de impostos, taxas e contribuições de melhoria, de 2013 a 2024

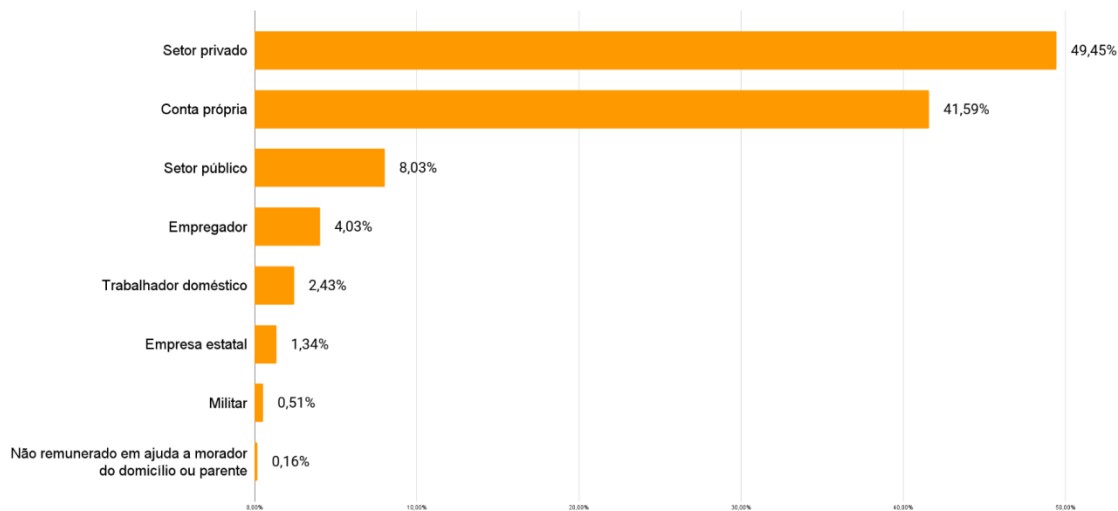


Fonte: IBGE [2025].

O rendimento médio domiciliar mensal per capita é de R\$1.932,27 (IBGE, 2022). Dados de 2023 do IBGE Cidades e Estados indicam que havia 20.146 pessoas ocupadas em postos de trabalho formais, as quais recebiam salário médio mensal de 2,2 salários mínimos.

O gráfico a seguir mostra a população ocupada, conforme a categoria do emprego no trabalho principal:

Gráfico 15 - Porcentagem de pessoas de 10 anos ou mais de idade ocupadas, segundo a categoria do emprego no trabalho principal - Censo Demográfico 2022



Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base em IBGE (2022).

## 2.4 EDUCAÇÃO

Tabela 7 - Características educacionais - Censo Demográfico 2022

Característica	Total ou porcentagem
Taxa de alfabetização de pessoas de 15 anos ou mais, considerando a população total	97,74%
Taxa de alfabetização de pessoas de 15 anos ou mais, considerando a população residente em favelas ou comunidades urbanas	95,94%
Número médio de anos de estudo	10,1 anos
Taxa bruta de frequência escolar	96,65%
Pessoas de 18 anos ou mais de idade sem instrução ou com nível fundamental incompleto	13.575 (28,42%)
Pessoas de 18 anos ou mais de idade com nível fundamental completo e nível médio incompleto	8.991 (18,82%)
Pessoas de 18 anos ou mais de idade com nível médio completo e nível superior incompleto	16.994 (35,58%)
Pessoas de 18 anos ou mais de idade com nível superior completo	8.203 (17,17%)

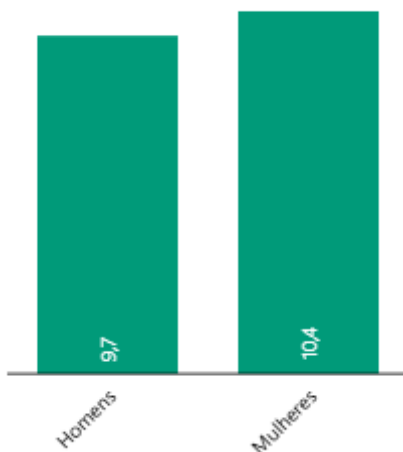
Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base em IBGE (2022).

Em 2022, a taxa de escolarização de seis a 14 anos de idade era de 96,65%, enquanto que, em 2010, era 95,20. A taxa de escolarização diz respeito ao total das matrículas em uma etapa específica, em comparação com o total da população na faixa etária oficial correspondente. Na comparação com outros municípios do estado, Capão da Canoa ficou na posição 466 de 497. Já na comparação com municípios de todo o país, ficou na posição 5238 de 5570.

Em relação ao Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), no ano de 2023, o IDEB para os anos iniciais do ensino fundamental na rede pública era 5,3 e para os anos finais, de 4,2. Na comparação com outros municípios do estado, ficava nas posições 408 e 420 de 497. Já na comparação com municípios de todo o país, ficava nas posições 3751 e 4071 de 5570.

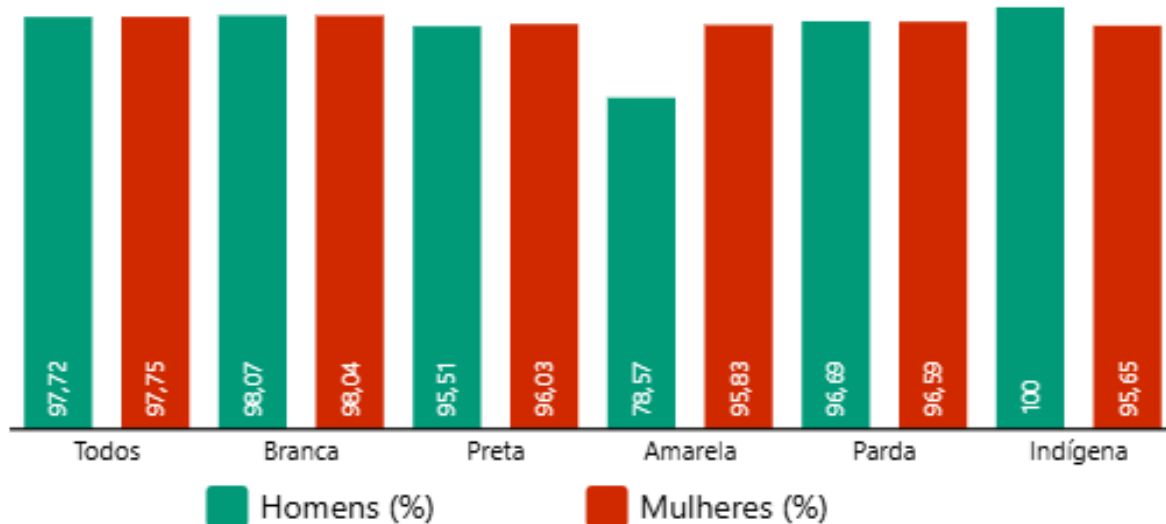
Em 2024, foram 9.789 matrículas no ensino fundamental e 2.251 matrículas no ensino médio.

Gráfico 16 - Número médio de anos de estudo de pessoas de 11 anos ou mais de idade, por sexo - Censo Demográfico 2022



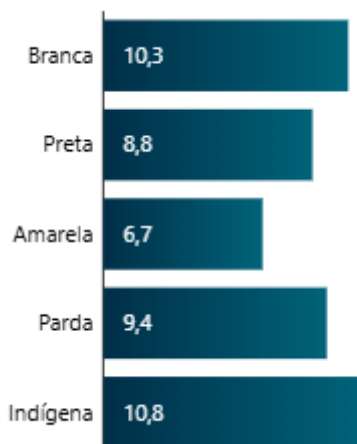
Fonte: IBGE (2022).

Gráfico 17 - Taxa de alfabetização de pessoas de 15 anos ou mais, por sexo e cor ou raça - Censo Demográfico 2022



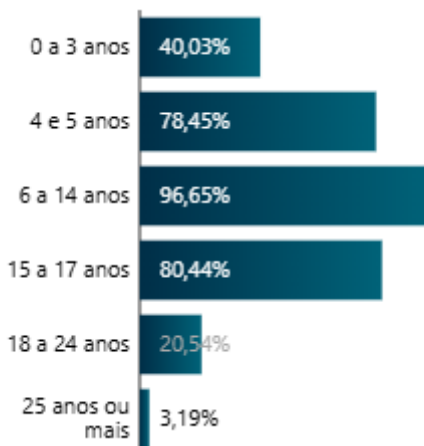
Fonte: IBGE (2022).

Gráfico 18 - Número médio de anos de estudo de pessoas de 11 anos ou mais de idade, por cor ou raça - Censo Demográfico 2022



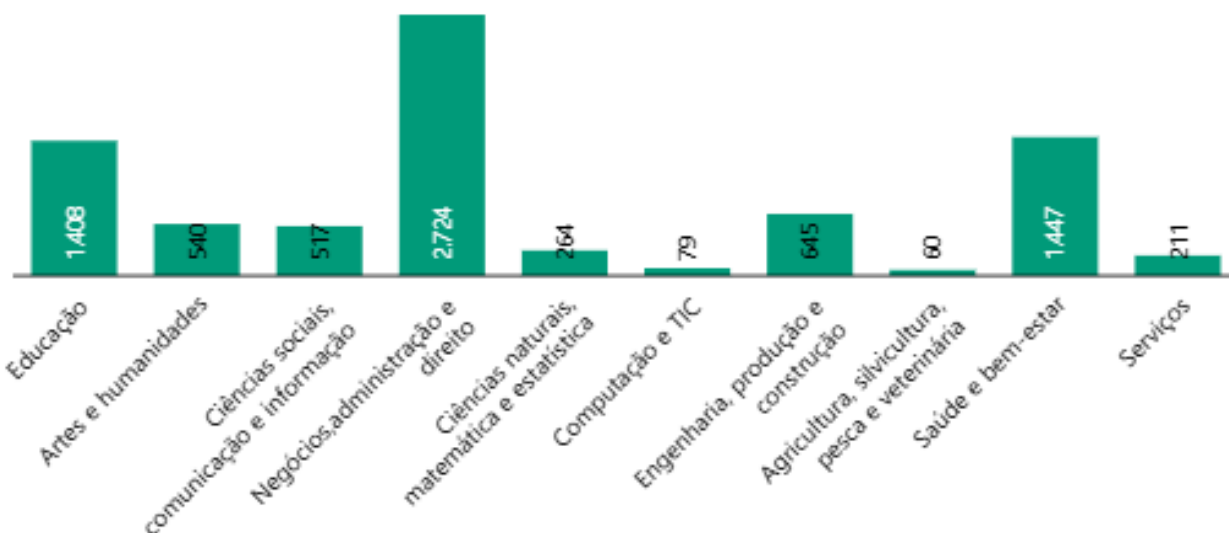
Fonte: IBGE (2022).

Gráfico 19 - Taxa bruta de frequência escolar, por grupo de idade - Censo Demográfico 2022



Fonte: IBGE (2022).

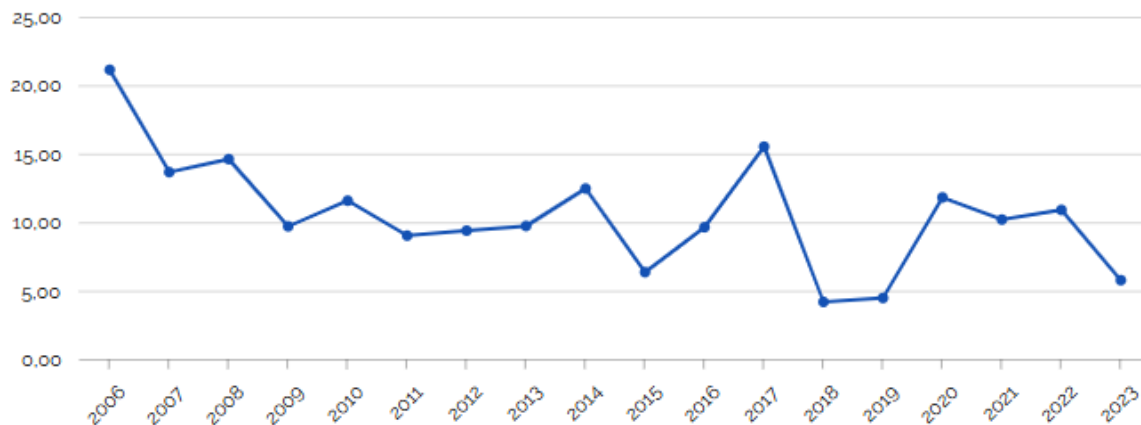
Gráfico 20 - Pessoas com nível superior completo, por área de formação - Censo Demográfico 2022



Fonte: IBGE (2022).

## 2.5 SAÚDE<sup>4</sup>

Gráfico 21 - Evolução da taxa de mortalidade infantil, de 2006 a 2023



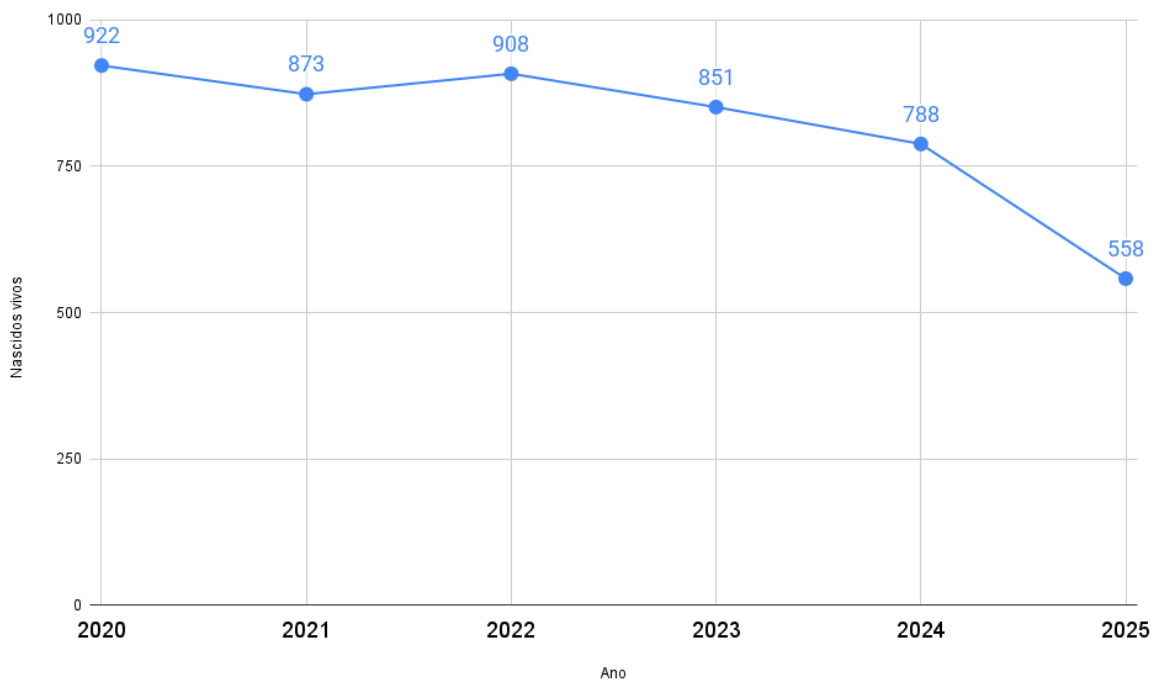
Fonte: IBGE [2025].

No período disposto no gráfico acima, o ano em que a taxa de mortalidade foi mais alta, 21,25 por mil nascidos vivos, foi em 2006 e o ano em que foi mais baixa, 4,3, foi em 2018. No último ano disponível, 2023, a taxa foi de 5,88.

Já o gráfico a seguir evidencia a evolução de nascidos vivos. No ano de 2023, Capão da Canoa foi o 29º Município com mais nascidos vivos do estado (IBGE [2025]).

<sup>4</sup> No item 3.1.3 Notificação de violência interpessoal e autoprovocada, há dados que são oriundos da saúde. Contudo, por evidenciarem uma demanda que também é da assistência social, são apresentados no capítulo 3.

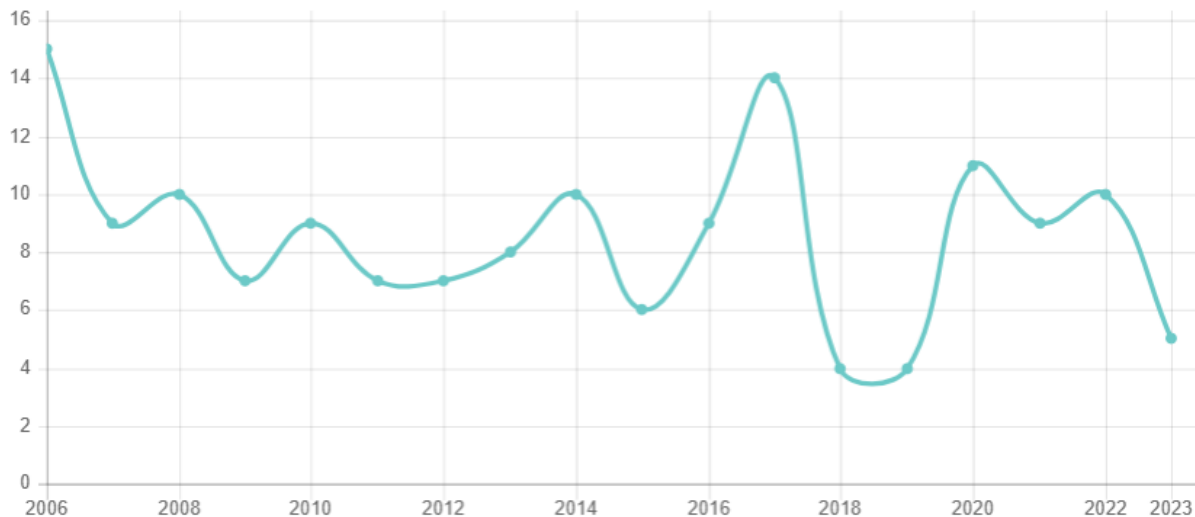
Gráfico 22 - Evolução de nascidos vivos, de 2020 a 2025



Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base em BRASIL (2025a).

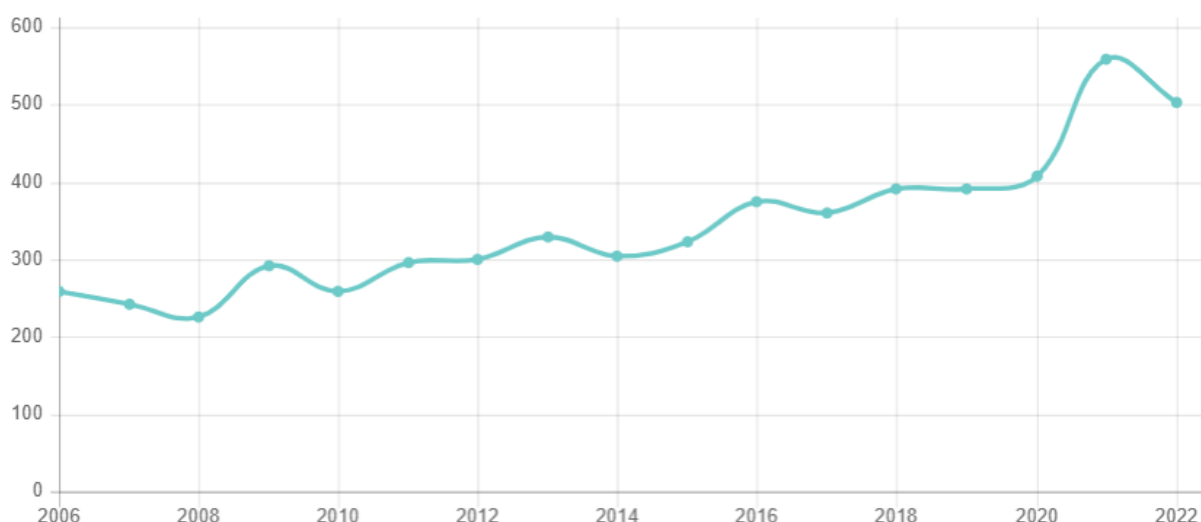
Já os dois gráficos a seguir evidenciam os óbitos.

Gráfico 23 - Evolução de óbitos de pessoas com idade menor que um ano, de 2006 a 2023



Fonte: IBGE [2025].

Gráfico 24 - Evolução do total de óbitos, de 2006 a 2022



Fonte: IBGE [2025].

Os óbitos de pessoas com menos de um ano de idade varia ao longo da série histórica, sendo que o último ano disponível, 2023, foi um dos que menos houve óbitos, 5. Em relação ao total de óbitos, percebe-se uma crescente, tendo fechado o ano de 2022 com 502, o que fez com que Capão da Canoa ficasse em 45º entre os municípios gaúchos (IBGE [2025]).

Tabela 8 - Total de óbitos, ao ano, de 2012 a 2022, por sexo

Sexo / ano	2022	2021	2020	2019	2018	2017	2016	2015	2014	2013	2012	Total
Óbitos	502	559	408	391	392	359	375	322	305	329	300	4242
Masculino	295	314	216	226	218	202	228	184	168	175	185	2411
Feminino	207	244	192	165	174	157	147	138	137	154	115	1830
Ignorado	0	1	0	0	0	0	0	sem informação	sem informação	0	0	1

Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base em IBGE [2025].

Tabela 9 - Total de óbitos, ao ano, de 2012 a 2022, por grupo de idade

Grupo de idade/ Ano	2022	2021	2020	2019	2018	2017	2016	2015	2014	2013	2012	Total
Menos de 1 ano de idade	10	9	11	4	4	14	9	6	10	8	7	92
1 a 4 anos de idade	1	2	0	2	1	1	4	1	sem informação	2	0	14

5 a 9 anos	2	1	0	0	0	0	0	1	sem informação	0	1	5
10 a 14 anos de idade	0	1	0	2	0	1	1	2	2	1	1	11
15 a 19 anos	4	5	2	5	6	6	7	4	1	1	6	47
20 a 29 anos de idade	13	18	13	12	13	14	16	8	17	14	17	155
30 a 39 anos de idade	15	25	16	23	13	11	23	15	20	13	17	191
40 a 49 anos de idade	25	28	28	29	26	22	30	33	23	38	20	302
50 a 59 anos de idade	52	78	54	41	58	42	55	39	45	55	46	565
60 a 69 anos de idade	111	130	86	92	85	76	66	69	58	57	65	895
70 a 79 anos de idade	130	140	81	87	94	89	85	71	53	60	60	950
80 anos ou mais de idade	138	122	115	94	92	83	79	73	75	80	60	1011
Idade ignorada	1	0	2	0	0	0	0	0	sem informação	1	0	4

Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base em IBGE [2025].

Tabela 10 - Total de óbitos, ao ano, de 2012 a 2022, conforme a causa

Causa/ Ano	2022	2021	2020	2019	2018	2017	2016	2015	2014	2013	2012	Total
Algumas doenças infecciosas e parasitárias	64	161	76	24	14	10	23	23	20	13	20	448
Neoplasmas (Tumores)	87	73	83	90	72	66	57	63	35	51	47	724
Doenças do sangue e dos órgãos hematopoéticos e alguns transtornos imunitários	1	1	0	5	2	1	2	sem informação	4	1	3	20

Doenças endócrinas, nutricionais e metabólicas	32	39	25	25	22	30	19	15	15	24	14	260
Transtornos mentais e comportamentais	2	5	3	2	3	0	1	sem informação	1	2	4	23
Doenças do sistema nervoso	19	19	8	18	14	7	9	7	15	11	7	134
Doenças do olho e anexos	0	0	0	0	0	0	0	sem informação	sem informação	0	0	0
Doenças do ouvido e da apófise mastóide	0	1	0	0	0	0	0	sem informação	sem informação	0	0	1
Doenças do aparelho circulatório	106	113	82	81	87	93	84	108	88	93	76	1011
Doenças do aparelho respiratório	60	25	23	39	37	41	49	26	36	51	42	429
Doenças do aparelho digestivo	21	18	13	21	23	16	11	20	16	8	14	181
Doenças da pele e do tecido subcutâneo	2	3	2	1	2	0	0	1	1	2	1	15
Doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo	1	1	1	0	0	1	2	sem informação	sem informação	0	0	6
Doenças do aparelho geniturinário	15	21	16	12	15	12	11	10	7	13	13	145
Gravidez, parto e puerpério	1	2	0	0	0	1	1	sem informação	sem informação	1	1	7

Algumas afecções originadas no período perinatal	5	6	7	2	2	8	6	3	5	2	5	51
Malformações congênitas, deformidades e anomalias cromossômicas	6	2	1	1	3	2	4	4	4	5	1	33
Sintomas, sinais e achados anormais em exames clínicos e de laboratório, não classificados em outra parte	41	34	30	27	55	32	45	15	18	13	7	317
Lesões, envenenamentos e algumas outras consequências de causas externas	0	0	0	0	0	0	0	sem informação	sem informação	0	0	0
Causas externas de morbidade e mortalidade	39	35	38	43	41	39	51	27	40	39	45	437
Fatores que influenciam o estado de saúde e o contato com serviços de saúde	0	0	0	0	0	0	0	sem informação	sem informação	0	0	0

Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base em IBGE [2025].

## 2.6 HABITAÇÃO, CONDIÇÕES DE MORADIA E INFRAESTRUTURA URBANA

Tabela 11 - Síntese das características dos domicílios - Censo Demográfico 2022

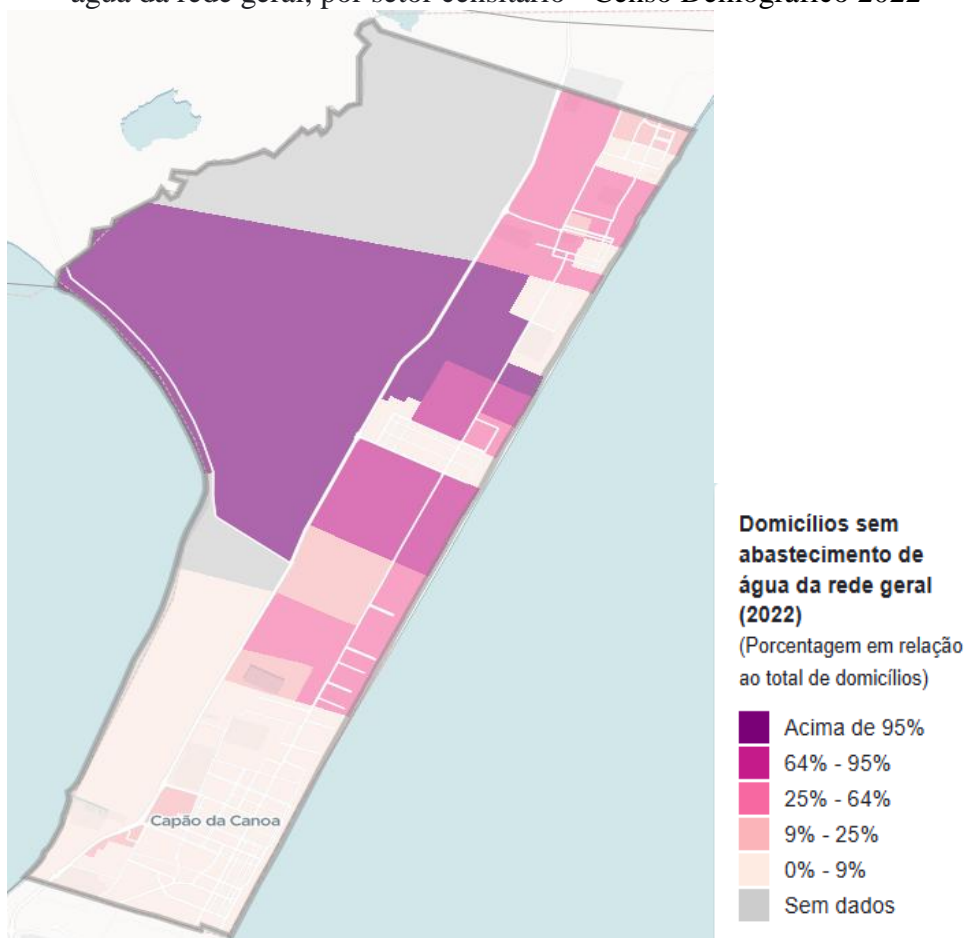
Característica	Total ou porcentagem
Quantidade de domicílios	59.251
Quantidade de domicílios em favelas e comunidades urbanas	3.642 (6,15%)
Domicílios particulares permanentes ocupados	23.879 (40,37%)
Domicílios particulares permanentes não-ocupados de uso ocasional	31.495 (53,24%)
Domicílios particulares permanentes não-ocupados vagos	3.780 (6,39%)
Paredes externas de alvenaria ou taipa com revestimento	18.374 (76,96%)
Paredes externas de madeira para construção	3.254 (13,63%)
Paredes externas de alvenaria sem revestimento	1.557 (6,52%)
Paredes externas de taipa sem revestimento	417 (1,75%)
Paredes externas de madeira reaproveitada	203 (0,85%)
Casas	18.015 (75,44%)
Apartamentos	5.337 (22,35%)
Média de moradores(as) por domicílio	2,65
Conexão à rede de esgoto	30,76%
Abastecimento de água pela rede geral	90,64%
Banheiro de uso exclusivo	99,55%
Domicílios sem banheiro	107 (0,45%)
Coleta de lixo	99,37%
Domicílios próprios pagos	57,58%
Domicílios alugados	24,43%
Domicílios próprios, sendo pagos	10,19%
Domicílios cedidos ou emprestados	7,38%
Presença de máquina de lavar roupas	88,75%

Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base em IBGE (2022).

A tabela acima apresenta o panorama geral municipal. Mas, se verificadas especificamente as condições dos domicílios situados em favelas ou comunidades urbanas, a conexão à rede de esgoto é de 1,55% e o abastecimento de água pela rede geral é de 65,53%.

A figura abaixo demonstra a localização de domicílios sem abastecimento de água da rede geral, por setor censitário:

Figura6 - Mapa de Capão da Canoa, com a identificação de domicílios sem abastecimento de água da rede geral, por setor censitário - Censo Demográfico 2022



Fonte: REDUS [s.d.].

O território de abrangência dos CRAS Santa Luzia e Arco-Íris tem, de forma geral, baixa porcentagem de domicílios sem abastecimento de água da rede geral, sendo predominante de 0% a 9% de domicílios que não têm. Contudo, na maior parte do território do CRAS Zona Norte há setores em que, no mínimo, de 25% a 64% dos domicílios não têm abastecimento de água da rede geral.

Em relação ao entorno dos domicílios, a tabela abaixo apresenta as principais características:

Tabela 12 - Comparativo das principais características do entorno dos domicílios entre todo Município e fora e dentro de favelas e comunidades urbanas - Censo Demográfico 2022

Característica	Total	Fora de favelas/comunidades urbanas	Em favelas/comunidades urbanas
Arborização	64,84%	66,93%	48,66%
Via pavimentada	90,64%	97,11%	39,45%
Bueiro ou boca de lobo	9,93%	10,94%	1,89%
Iluminação pública	93,99%	98,85%	55,53%
Ponto de ônibus ou van	2,05%	2,2%	0,87%
Via sinalizada para bicicletas	0,71%	0,8%	0%
Rampa para pessoas que fazem uso de cadeira de rodas	34,35%	38,57%	0,98%
Obstáculo na calçada	59,25%	60,34%	50,59%

Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base em IBGE (2022).

## 2.7 SEGURANÇA PÚBLICA

A tabela abaixo apresenta o registro de ocorrências policiais relacionadas a crimes consumados<sup>5</sup> em Capão da Canoa, de 2015 a 2025.

Tabela 13 - Registro de ocorrências policiais de crimes consumados, por tipo, de 2015 a 2025<sup>6</sup>

Ano	Homicídio Doloso	Total de vítimas de Homicídio Doloso	Latrocínio	Furtos	Abigeato*	Furto de Veículo	Roubos	Roubo de Veículo	Estelionato	Delitos Relacionados a Armas e Munições	Entorpecentes - Posse	Entorpecentes - Tráfico	Vítimas de Latrocínio	Vítimas de Lesão Corp. Seg. Morte	Total de Vítimas de CVLI**
2025	4	5	0	1039	4	62	80	12	689	26	70	202	0	0	9
2024	20	21	0	1066	10	62	126	13	719	22	59	114	0	0	21
2023	14	15	0	1086	3	51	155	16	796	30	87	143	0	0	17
2022	10	11	0	1012	10	81	167	15	835	33	94	157	0	0	12
2021	5	6	0	1026	11	70	128	20	712	23	77	113	0	1	12
2020	3	3	0	923	6	80	203	19	488	17	59	98	0	0	4
2019	11	11	0	1205	6	88	233	19	272	36	64	125	0	0	11
2018	19	20	0	1227	14	119	254	29	254	30	58	109	0	0	20
2017	22	25	0	1199	21	101	422	38	221	27	77	97	0	0	
2016	25	26	2	1279	31	148	297	20	188	37	92	87	2	1	
2015	9	9	1	1548	18	124	253	18	167	23	139	98	1	0	

Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base em PROCERGS/OESP, GESEG (RIO GRANDE DO SUL [2026b]), 2026.

<sup>5</sup> É preciso levar em conta o seguinte sobre os dados: a) Vítimas de Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI) contém os registros das vítimas de homicídio doloso de trânsito, aborto, induzimento/auxílio ao suicídio, infanticídio, homicídio decorrente de oposição à intervenção policial, lesão corporal seguida de morte, feminicídio, homicídio doloso e latrocínio; b) As ocorrências de abigeato também estão contidas no somatório das ocorrências de furto; c) Os dados representam um recorte temporal, retratando os fatos registrados na data da extração da base de dados, sujeitos ainda a alterações provenientes da revisão de ocorrências duplicadas, apuração de informações oriundas de investigações, diligências, perícias ou correção do fato no final da investigação policial (ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL [2026]).

<sup>6</sup> As informações sobre as vítimas de CVLI não foram encontradas nos anos de 2017, 2016 e 2015.



Em 2025, em relação às ocorrências relacionadas ao tráfico, chama a atenção que praticamente duplicaram em relação ao ano de 2024, bem como é o ano com mais registros desde 2015. Ainda em 2025, Capão da Canoa foi o 23º Município do Rio Grande do Sul com mais ocorrência de tráfico, sendo que, no Litoral Norte, ficou atrás de Tramandaí e Osório, que tiveram 213 e 212 ocorrências, respectivamente.

No próximo capítulo, serão apresentados mais dados da segurança pública acerca de ocorrências relacionadas aos segmentos sociais de forma mais específica.



## 2.8 ESPAÇOS PÚBLICOS ABERTOS PARA A CONVIVÊNCIA SOCIAL E COMUNITÁRIA

Além da praia e da lagoa (em relação à última, cita-se especialmente o Parque Náutico, às margens da Lagoa dos Quadros), que são locais públicos abertos, fez-se um breve levantamento dos bairros em que se situam as praças municipais, para dimensionar as possibilidades de espaços públicos abertos para a convivência social e comunitária.

O Departamento de Desporto, da Secretaria de Cultura, Desporto e Lazer, informou o mapeamento da existência de praças em pelo menos 12 bairros, aos quais acrescentou-se mais dois, totalizando 14, quais sejam: Araçá, Arroio Teixeira, Capão Novo, Centro, Curumim, Guarani, Jardim Beira-Mar, Santa Luzia, Santo Antônio, Parque Antártica, Praia do Barco, Santo Antônio, Zona Norte e Zona Nova.

### 3 ESTIMATIVA DAS DEMANDAS SOCIOASSISTENCIAIS E DIMENSIONAMENTO DO PÚBLICO ATENDIDO

Este capítulo apresenta as demandas e as vulnerabilidades do território, identificando o tamanho e o perfil dos públicos mais afetados por desproteções sociais e o dimensionamento do público atendido.

A escolha dos tipos de dados apresentados relacionados à estimativa das demandas socioassistenciais, além da disponibilidade de acessá-los, têm como referência principal o público usuário do PAIF<sup>7</sup> e do PAEFI<sup>8</sup>, serviços fundamentais do CRAS e do CREAS,

<sup>7</sup> “Constituem usuários do PAIF as famílias territorialmente referenciadas ao CRAS, assim descritas na Tipificação [Nacional de Serviços Socioassistenciais]: Famílias em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, do precário ou nulo acesso aos serviços públicos, da fragilização de vínculos de pertencimento e sociabilidade e/ou qualquer outra situação de vulnerabilidade e risco social [...]

A partir dessa conceituação do público-alvo do PAIF, que reconhece a vulnerabilidade como fenômeno multifacetado, podem-se enumerar alguns dos perfis de famílias que o Serviço possivelmente encontrará, a depender das características que o território apresente e que demandarão sua proteção proativa:

- Famílias vivendo em territórios com nulo ou frágil acesso à saúde, à educação e aos demais direitos, em especial famílias monoparentais chefiadas por mulheres, com filhos ou dependentes;
- Famílias provenientes de outras regiões, sem núcleo familiar e comunitário local, com restrita rede social e sem acesso a serviços e benefícios socioassistenciais;
- Famílias recém-retiradas de seu território de origem, em função da implementação de empreendimentos com impactos ambientais e sociais;
- Famílias com moradia precária (sem instalações elétricas ou rede de esgoto, com espaço muito reduzido, em áreas com risco de deslizamento, vivenciando situações declaradas de calamidade pública, dentre outras);
- Famílias vivendo em territórios com conflitos fundiários (indígenas, quilombolas, extrativistas, dentre outros);
- Famílias pertencentes aos povos e comunidades tradicionais (indígenas, quilombolas, ciganos e outros);
- Famílias ou indivíduos com vivência de discriminação (étnico-raciais e culturais, etárias, de gênero, por orientação sexual, por deficiência e outras);
- Famílias vivendo em contextos de extrema violência (áreas com forte presença do crime organizado, tráfico de drogas, dentre outros);
- Famílias que enfrentam o desemprego, sem renda ou renda precária com dificuldades para prover o sustento dos seus membros;
- Famílias com criança(s) e/ou adolescente(s) que fica(m) sozinho(s) em casa, ou sob o cuidado de outras crianças, ou passa(m) muito tempo na rua, na casa de vizinhos, devido à ausência de serviços socioassistenciais, de educação, cultura, lazer e de apoio à família;
- Família que entregou criança/adolescente em adoção;
- Família com integrante que apresenta problemas de saúde que demandam do grupo familiar proteção e/ou apoios e/ou cuidados especiais (transtornos mentais, doenças crônicas etc)” (BRASIL, 2012b, p.29-30).

<sup>8</sup> Público usuário do PAEFI: “Famílias e indivíduos que vivenciam violações de direitos por ocorrência de:

- Violência física, psicológica e negligência;
- Violência sexual: abuso e/ou exploração sexual;
- Afastamento do convívio familiar devido à aplicação de medida socioeducativa ou medida de proteção;
- Tráfico de pessoas;
- Situação de rua e mendicância;
- Abandono;
- Vivência de trabalho infantil;
- Discriminação em decorrência da orientação sexual e/ou raça/etnia;
- Outras formas de violação de direitos decorrentes de discriminações/submissões a situações que provocam danos e agravos a sua condição de vida e os impedem de usufruir autonomia e bem estar;
- Descumprimento de condicionalidades do PBF e do PETI em decorrência de violação de direitos” (BRASIL, 2013b, p.29).



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPÃO DA CANOA**



respectivamente, que referenciam os demais serviços de proteção social básica (PSB) e proteção social especial (PSE) de média complexidade.

### 3.1 VULNERABILIDADE SOCIAL, RISCO PESSOAL E SOCIAL, VIOLAÇÃO DE DIREITOS E VIOLÊNCIA

O público usuário do SUAS configura-se em:

Cidadãos e grupos que se encontram em situações de vulnerabilidade e riscos, tais como: famílias e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade; ciclos de vida; identidades estigmatizadas em termos étnico, cultural e sexual; desvantagem pessoal resultante de deficiências; exclusão pela pobreza e, ou, no acesso às demais políticas públicas; uso de substâncias psicoativas; diferentes formas de violência advindas do núcleo familiar, grupos e indivíduos; inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho formal e informal; estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social (BRASIL, 2004, p.31).

Assim, neste item serão apresentados indicadores e informações de vulnerabilidade social, risco pessoal e social e violação, para mensurar as demandas socioassistenciais, bem como para caracterizar aquela que já vem sendo atendida pelos serviços socioassistenciais. Para tanto, aborda-se a compreensão do que são vulnerabilidades, riscos e violação de direitos.

- Vulnerabilidade e risco

Assis, Fonseca e Ferro (2018), a partir de BRASIL (2012b), sintetizam a compreensão de vulnerabilidade social adotada pela Política Nacional de Assistência Social (PNAS):

- ▶ A vulnerabilidade não é um estado, uma condição dada, mas uma zona instável que as famílias podem atravessar, nela recair ou nela permanecer ao longo de suas histórias;
- ▶ A vulnerabilidade é um fenômeno complexo e multifacetado, não se manifestando da mesma forma, o que exige uma análise especializada para a sua apreensão e respostas intersetoriais para o seu enfrentamento;
- ▶ A vulnerabilidade, se não compreendida e enfrentada, tende a gerar ciclos intergeracionais de reprodução das situações de vulnerabilidade vivenciadas;
- ▶ As situações de vulnerabilidade social não prevenidas ou enfrentadas tendem a se tornar uma situação de risco (ASSIS; FONSECA; FERRO, 2018, p.20).

Risco é “[...] a probabilidade ou a iminência de um evento acontecer e, conseqüentemente, está articulado com a disposição ou capacidade de antecipar-se para preveni-lo, ou de organizar-se para minorar seus efeitos, quando não é possível evitar sua ocorrência” (BRASIL, 2013, p.11).

No âmbito de atuação da Assistência Social, constituem situações de riscos a incidência, ou a probabilidade de ocorrência, dos seguintes eventos que devem ser prevenidos ou enfrentados:

- situações de violência intrafamiliar; negligência; maus tratos; violência, abuso ou exploração sexual; trabalho infantil; discriminação por gênero, etnia ou qualquer outra condição ou identidade;
- situações que denotam a fragilização ou rompimento de vínculos familiares ou comunitários, tais como: vivência em situação de rua; afastamento de crianças e adolescentes do convívio familiar em decorrência de medidas protetivas; atos infracionais de adolescentes com consequente aplicação de medidas socioeducativas; privação do convívio familiar ou comunitário de idosos, crianças ou pessoas com deficiência em instituições de acolhimento; qualquer outra privação do convívio comunitário vivenciada por pessoas dependentes (crianças, idosos, pessoas com deficiência), ainda que residindo com a própria família (BRASIL, 2013, p.11).

Mas há diferenças entre vulnerabilidade e risco:

Vulnerabilidade e risco são conceitos distintos: a ocorrência da vulnerabilidade está associada à possibilidade de ocorrência de risco, se não enfrentada a tempo e de forma precisa. Uma situação de vulnerabilidade não conduz, necessariamente, à vivência de uma situação de risco, pois a presença de fatores e condições de proteção social pode atenuar tal condição. Por sua vez, a vivência das situações de risco pode propiciar novas vulnerabilidades, em um processo que fragiliza ainda mais os indivíduos e/ou as famílias (ASSIS; FONSECA; FERRO, 2018, p.21).

- Violação de direitos

A violação de direitos constitui-se como a transgressão dos direitos fundamentais, compostos pelo direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, garantidos pela Constituição, em seu art. 5º. Para Dirienzo (2012), a violação de direito consiste em infringir a liberdade de crença, a ORIENTAÇÃO SEXUAL, a IDENTIDADE DE GÊNERO, a condição etária ou socioeconômica, bem como em discriminar em virtude de raça/cor ou deficiência (ASSIS; FONSECA; FERRO, 2018, p.23).

É importante destacar que:

[...] Todas as formas de violência constituem uma violação de direitos. A recíproca não é, em princípio, verdadeira, isto é, nem toda violação de direitos corresponde a uma violência; por exemplo, uma criança sem documentação após a família ter a sua casa e bens destruídos em uma enchente não configura um caso de violência (ASSIS; FONSECA; FERRO, 2018, p.27).

### 3.1.1 Perfil e dimensionamento do público atendido pelos serviços socioassistenciais e pelo Centro de Referência da Mulher<sup>9</sup>

<sup>9</sup>Em relação à insegurança alimentar e nutricional identificada entre o público atendido pelos serviços socioassistenciais, ver item 3.1.2.

São apresentadas informações sobre o perfil e o volume: das famílias acompanhadas por PAIF e PAEFI; participantes do SCFV; públicos atendidos pelos Serviço Especializado em Abordagem Social, Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa (MSE) de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC), Serviço de Acolhimento Institucional para crianças e adolescentes e CRM.

### 3.1.1.1 Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família

De 2022 a 2024, com base em dados do sistema informatizado utilizado pelas equipes, a estimativa é que tenham sido cadastradas 3.771 novas famílias nos CRAS. Referente a esse mesmo período, a tabela abaixo evidencia que cada CRAS atendeu<sup>10</sup>, por meio do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), mais de 1.000 famílias por ano.

Tabela 14 - Estimativa do volume de famílias atendidas anualmente pelo PAIF, em cada CRAS, de 2022 a 2024

	Famílias atendidas / 2022	Famílias atendidas/ 2023	Famílias atendidas/ 2024
CRAS Arco-Íris	1.314	1.138	1.190
CRAS Santa Luzia	1.051	1.073	1.025
CRAS Zona Norte	1.118	1.223	1.425

Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base em Sistema Pitfall, 2025.

Nos anos de 2022, 2023 e 2024, a média de famílias acompanhadas ao mês pelo PAIF, em cada CRAS, segue apresentada na tabela abaixo:

<sup>10</sup> Este dado compreende todas as famílias atendidas por cada CRAS, independente de estarem inseridas em acompanhamento, considerando atendimentos de recepções e de técnicos (as) de nível médio e superior (particularizados e coletivos).

Tabela 15 - Média de famílias acompanhadas ao mês pelo PAIF, em cada CRAS, de 2022 a 2024

	2022	2023	2024
CRAS Arco-Íris	69	29	9
CRAS Santa Luzia	98	95	41
CRAS Zona Norte	4	2	22

Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base em Sistema de RMA, 2025.

De 2022 a 2024, conforme dados sistematizados pela Vigilância Socioassistencial a partir do Sistema de RMA, dentre as 142 novas famílias inseridas em acompanhamento pelo Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) pelos CRAS:

- 63% estavam em situação de extrema pobreza;
- 52% eram beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF)/ Programa Auxílio Brasil (PAB)<sup>11</sup>;
- 7% tinham membros(as) beneficiários(as) do BPC;
- 0,7% tinham crianças ou adolescentes em situação de trabalho infantil;
- Nenhuma era beneficiária do PBF/ PAB em descumprimento de condicionalidades;
- Nenhuma tinha crianças ou adolescentes em Serviço de Acolhimento.

De acordo com levantamento realizado por meio do sistema informatizado utilizado pelas equipes da Assistência Social, de novembro de 2024 até novembro de 2025, foram identificados(as) pelo menos 18 beneficiários(as) do BPC que são crianças e adolescentes e 41 beneficiários(as) do BPC que são pessoas idosas, cujas famílias foram atendidas pelos CRAS.

### 3.1.1.2 Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos

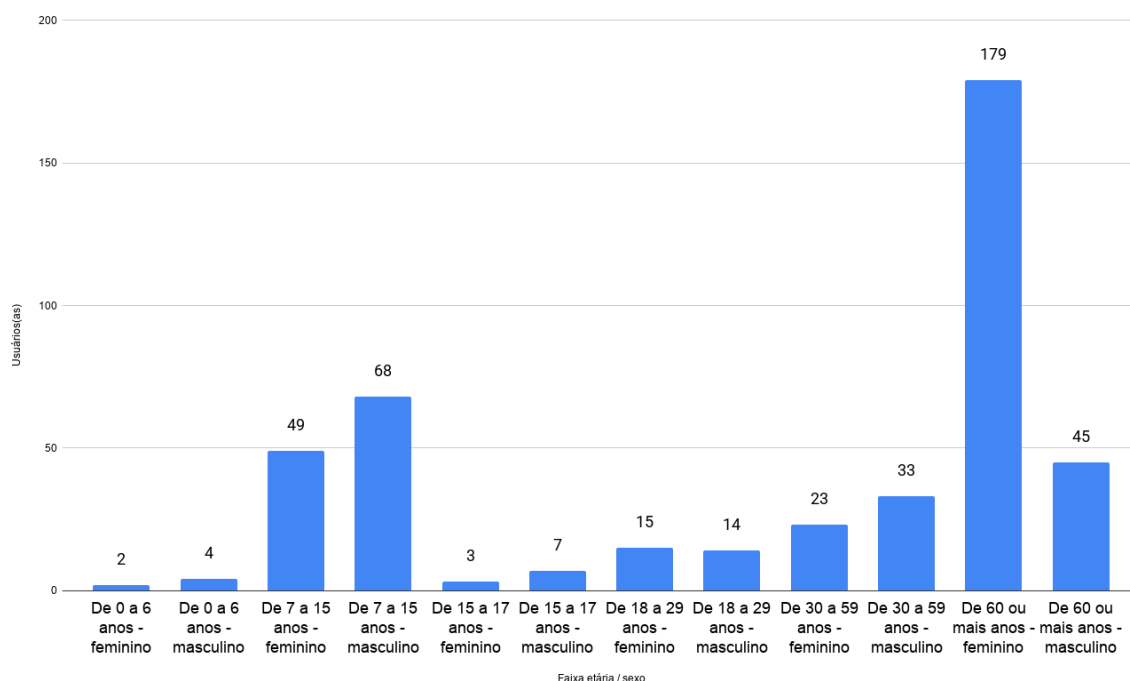
Os dados são relativos ao SCFV ofertado diretamente pelo Município para crianças, adolescentes e pessoas idosas e ofertado indiretamente, por meio de parceria com OSC, para pessoas com deficiência intelectual ou múltipla a partir de 18 anos de idade<sup>12</sup>.

<sup>11</sup> O PAB substituiu o PBF de novembro de 2021 até janeiro de 2023, quando houve a retomada do PBF.

<sup>12</sup> Para mais informações sobre a oferta direta e indireta do SCFV, ver seção 4.1

O gráfico abaixo apresenta os(as) usuários(as) do SCFV, no mês de outubro de 2025, conforme sua faixa etária e sexo. De 442 usuários(as), 224 eram pessoas idosas (de 60 anos ou mais de idade), 133 eram crianças e adolescentes (de zero a 17 anos) e 85 eram pessoas de 18 a 59 anos. De forma geral, 61% era do sexo masculino e 39%, do feminino. Especificamente por faixa etária, 80% das pessoas idosas eram do sexo feminino, 59% das crianças e adolescentes, do sexo masculino e 55% das pessoas de 18 a 59 anos eram do sexo masculino.

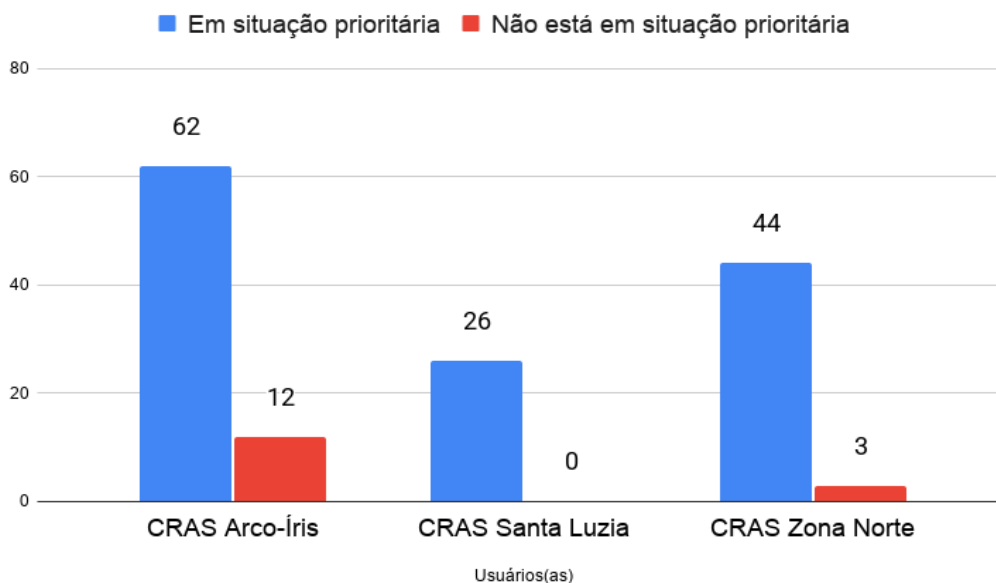
Gráfico 25 - Usuários(as) do SCFV, por faixa etária e sexo



Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base em SISC, Vis Data, outubro de 2025.

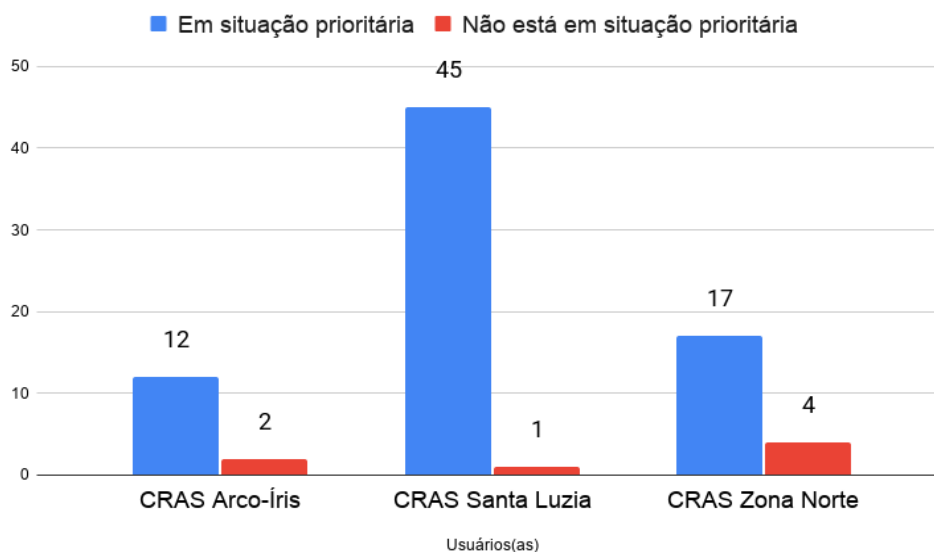
Em março de 2026, estavam em situação prioritária 90% das(as) crianças e adolescentes, 91% das pessoas de 18 a 59 anos e 31% das pessoas idosas. Os gráficos a seguir permitem identificar a situação por região de abrangência dos CRAS, conforme o ciclo de vida:

Gráfico 26 - Usuários(as) do SCFV para crianças e adolescentes, por situação, conforme a região de abrangência dos CRAS



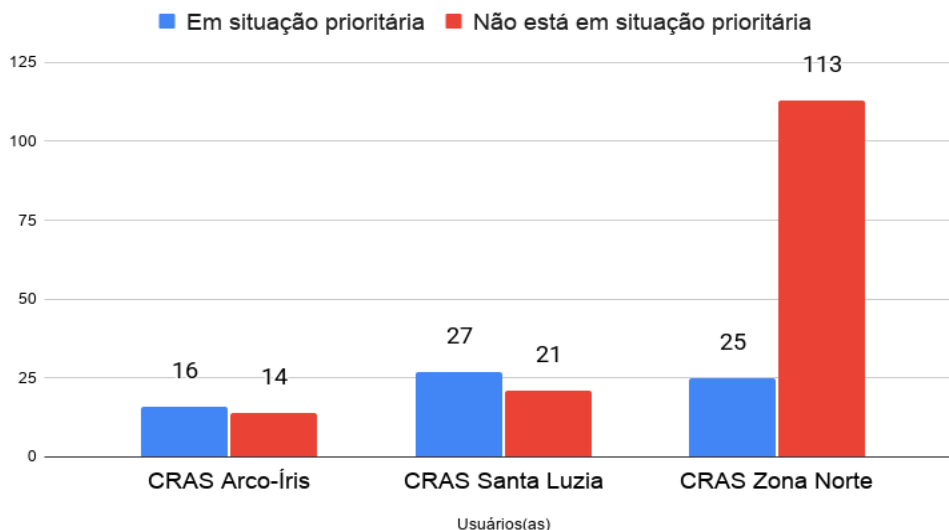
Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base em SISC, março de 2026.

Gráfico 27 - Usuários(as) do SCFV para pessoas de 18 a 59 anos de idade, por situação, conforme a região de abrangência dos CRAS



Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base em SISC, março de 2026.

Gráfico 28 - Usuários(as) do SCFV para pessoas idosas, por situação, conforme a região de abrangência dos CRAS

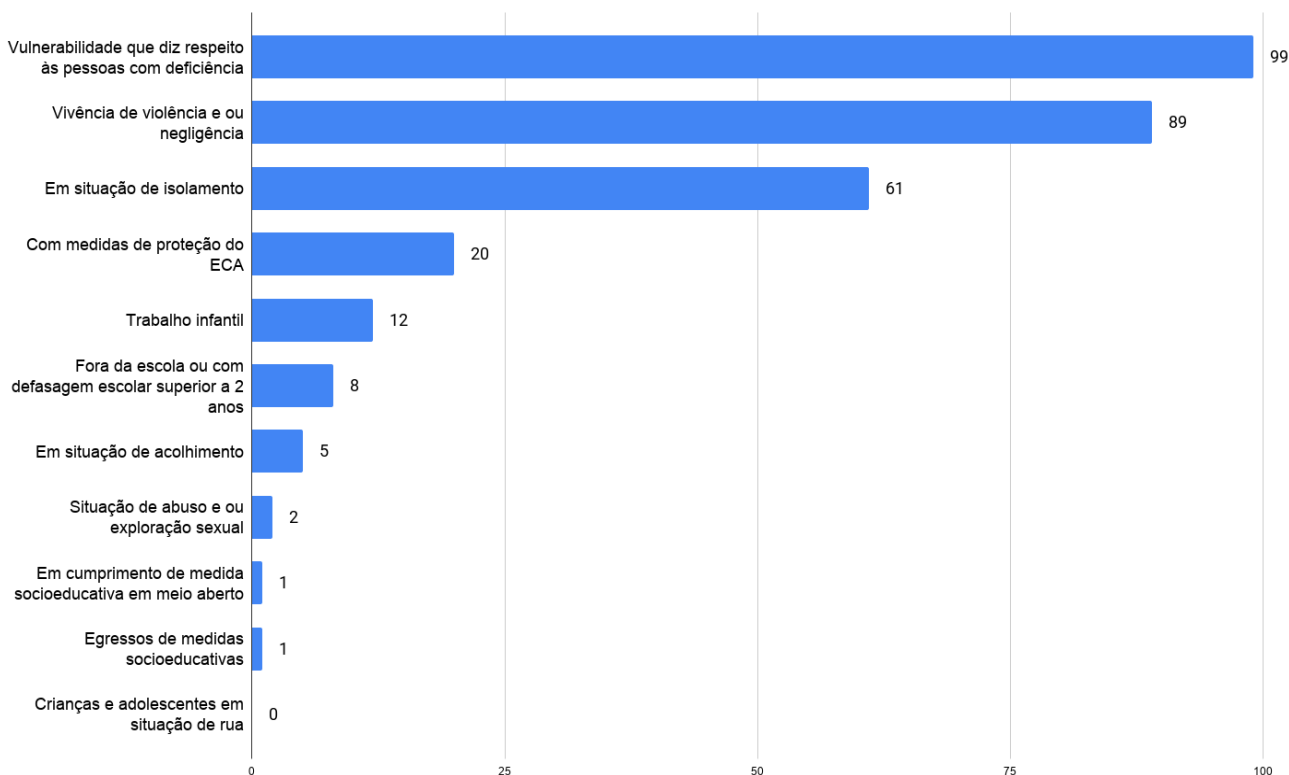


Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base em SISC, março de 2026.

Em relação ao público prioritário, que representa 62%, as situações de vulnerabilidade ou risco vivenciadas pelo mesmo seguem no gráfico abaixo, sendo que apenas situação de isolamento, vivência de violência e ou negligência e vulnerabilidade que diz respeito às PCDs são comuns a todos os ciclos de vida. As demais têm expressão apenas para crianças e adolescentes. As situações que são comuns possuem maior incidência para um ou outro ciclo de vida, conforme segue:

- 74% das situações de isolamento são vivenciadas por pessoas idosas;
- 95% das situações de vivência de violência e ou negligência são vivenciadas por crianças e adolescentes;
- 68% das situações de vulnerabilidade que dizem respeito às PCDs são vivenciadas por pessoas de 18 a 59 anos de idade.

Gráfico 29 - Situações de vulnerabilidade ou risco vivenciadas pelos(as) usuários(as) do SCFV em situação prioritária, por tipo



Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base em SISC, março de 2026.

A tabela abaixo apresenta o público total inserido em dezembro de 2025 no SCFV para crianças, adolescentes e pessoas idosas, ofertado diretamente pelo Município, e quantos desses(as) são beneficiários(as) do BPC, de acordo com informações do sistema informatizado utilizado pelas equipes da Assistência Social, com base no perfil identificado quando essas pessoas foram inseridas no Serviço:

Tabela 16 - Crianças, adolescentes e pessoas idosas participantes do SCFV e beneficiários(as) do BPC no momento em que foram inseridos(as) no Serviço, por CRAS de referência

	Crianças e adolescentes		Pessoas idosas	
	Total de pessoas inseridas	Total de pessoas inseridas beneficiárias do BPC	Total de pessoas inseridas	Total de pessoas inseridas beneficiárias do BPC

CRAS Arco-Íris	66	0	33	5
CRAS Santa Luzia	76	2	48	4
CRAS Zona Norte <sup>13</sup>	-	-	142	2

Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base em Sistema Pitfall, dezembro de 2025.

Já em janeiro de 2026, a equipe técnica do SCFV repassou que há seis beneficiários(as) do CRAS Arco-Íris e oito do CRAS Santa Luzia participando do Serviço para pessoas idosas.

No mês de setembro de 2025, das 115 pessoas a partir de 18 anos de idade com deficiência intelectual ou múltipla que foram atendidas pelo SCFV ofertado por Organização da Sociedade Civil (OSC) em parceria com a administração municipal, 54 eram beneficiários(as) do BPC, segundo o sistema informatizado utilizado pelas equipes da Assistência Social.

### *3.1.1.3 Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos*

Nos anos de 2022, 2023 e 2024, a média de famílias acompanhadas ao mês pelo Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI), ofertado pelo CREAS, foi 110, 83 e 71, respectivamente.

De 2022 a 2024, segundo dados sistematizados pela Vigilância Socioassistencial a partir do Sistema de RMA, dentre as 393 novas famílias inseridas em acompanhadas pelo CREAS:

- 17,55% eram beneficiárias do PBF/PAB;
- 7,88% tinham a situação de violência/ violação associada ao uso abusivo de substâncias psicoativas;
- 3,32% tinham crianças ou adolescentes em situação de trabalho infantil;
- 1,52% tinham crianças ou adolescentes em serviços de acolhimento;

<sup>13</sup> Os(as) usuários(as) do CRAS Zona Norte e participantes do SCFV para crianças e adolescentes participam do Serviço no CRAS Santa Luzia. Dessa forma, são contabilizados para o CRAS em que o SCFV ocorre, não para o seu CRAS de referência.

- 1,27% tinham membros(as) beneficiários(as) do BPC;
- 1,27% tinham adolescente em cumprimento de Medidas Socioeducativas em meio aberto.

De acordo com levantamento realizado por meio do sistema informatizado utilizado pelas equipes da Assistência Social, de novembro de 2024 até novembro de 2025, foram identificados(as) pelo menos cinco beneficiários(as) do BPC que são crianças e adolescentes e três beneficiários(as) que são pessoas idosas, cujas famílias foram atendidas pelo CREAS.

No que diz respeito aos(às) 419 membros(as) vítimas de violência ou violações de direitos das famílias inseridas em acompanhamento de 2022 a 2024, segue seu perfil de sexo e faixa etária e, posteriormente, as 444 situações de violência ou violações direitos identificadas entre os(as) mesmos(as):

Tabela 17 - Porcentagem do perfil das pessoas vítimas de violência ou violações de direitos que ingressaram no acompanhamento do PAEFI, de 2022 a 2024, por sexo e faixa etária

Sexo / faixa etária	0 a 12 anos	13 a 17 anos	18 a 59 anos	60 anos ou mais	Total
Masculino	14,55%	7,39%	15,03%	4,77%	41,74%
Feminino	23,62%	16,46%	11,69%	5,72%	57,49%
Total	38,17%	23,85%	26,72%	10,49%	99,23%

Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base em Sistema de RMA.

Tabela 18 - Porcentagem das situações de violência ou violações de direitos identificadas entre as pessoas que ingressaram no PAEFI, de 2022 a 2024

Situação	Porcentagem
Crianças ou adolescentes vítimas de violência intrafamiliar (física ou psicológica)	28,15%
Crianças ou adolescentes vítimas de abuso sexual	13,06%
Crianças ou adolescentes vítimas de exploração sexual	0,22%
Crianças ou adolescentes vítimas de negligência ou abandono	22,74%
Crianças ou adolescentes em situação de trabalho infantil (até 15 anos)	4,05%
Pessoas idosas vítimas de violência intrafamiliar (física, psicológica ou sexual)	2,72%



Pessoas idosas vítimas de negligência ou abandono	6,53%
Pessoas com deficiência vítimas de violência intrafamiliar (física, psicológica ou sexual)	0,22%
Pessoas com deficiência vítimas de negligência ou abandono	0,90%
Mulheres adultas (18 a 59 anos) vítimas de violência intrafamiliar (física, psicológica ou sexual)	5,40%
Pessoas vítimas de tráfico de seres humanos	0%
Pessoas vítimas de discriminação por orientação sexual	0%
Pessoas em situação de rua	15,99%

Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base em Sistema de RMA.

O quadro a seguir, elaborado pela técnica de referência para o atendimento de pessoas idosas (PI) no CREAS, apresenta os perfis das pessoas idosas em situação de violência ou violação de direitos que foram atendidas/acompanhadas pelo PAEFI, tendo como referência o ano de 2025:

Quadro - Perfis de pessoas idosas em situação de violência ou violação de direitos que foram atendidas/acompanhadas pelo PAEFI, no ano de 2025

<p>- PI que reside só, lúcida, com capacidade de gerir a própria vida mas que, a partir de certa idade, geralmente entre 70/75 anos, passa a sofrer algum tipo de interferência/ingerência de familiares que entendem serem <i>responsáveis</i> pela PI ( pais, irmãos, tios, filhos, enteados, netos, sobrinhos..) e que passam a considerar o fator idade como impedimento para livre usufruto da vida. Esse fator relacionado à idade acontece também nos serviços de saúde que exigem a presença de familiar junto para consultas e outros atendimentos, mesmo daquelas pessoas idosas lúcidas que acessam outros espaços de forma independente (Etarismo*);</p>
<p>- PI que reside só, lúcida, mas sem condições físicas para execução de atividades da vida diária com independência plena, o que leva familiares ao entendimento que são <i>responsáveis</i> pela PI e que está sob sua “autoridade” passando assim a tomar decisões por elas sem seu conhecimento e/ou autorização;</p>
<p>- PI que vive só, sem capacidade mental para gerir alguns aspectos da vida (pagar contas, ministrar medicamentos, sujeita em possíveis riscos), a exemplo de pessoas com Alzheimer, demências, alguma limitação física, mas que, embora goze de boa saúde física, tendo independência para atividades diárias, os familiares, por não saberem lidar com o comportamento da PI, ou por não terem recursos financeiros para arcar com acompanhante, querem restringir o direito de ir e vir da PI, mantendo-a em casa ou buscando por ILPI;</p>
<p>- PI que reside só ou com algum familiar, incapacitada física e/ou mentalmente, que sofrem abandono, abuso financeiro, negligências, violação de direitos por seus familiares e/ou terceiros, o que se dá de forma intencional ou não, que é quando familiares precisam deixar a pessoa idosa em casa sozinha por necessidade de compromissos pessoais e profissionais;</p>
<p>- Duas pessoas idosas convivendo na mesma casa, apresentando diferentes condições físicas e/ou mentais (exemplo: casal hetero ou homoafetivo, mãe e filha/o, pai/filho/a, irmãos), tendo a responsabilidade do cuidado sobre o outro;</p>
<p>- PI relativamente saudável, produtiva, autodeterminada, que sofre algum evento de saúde inesperado (AVC, mutilação/amputação ou restrição de movimento de membros, doença grave...), trazendo, assim, um novo contexto que vem a demandar novos serviços, gastos, readaptações, mudanças internas e externas tanto individual quanto familiar;</p>
<p>- PI solteira, sem filhos, sem familiares ou que rompeu completamente os vínculos e/ou desconhece o paradeiro de parentes consanguíneos;</p>
<p>- PI em situação de rua, sem vínculos familiares ou que romperam completamente os vínculos e desconhecem paradeiro de parentes, vivenciam diferentes situações de vulnerabilidades, como fragilidade da saúde física/mental, falta de moradia, insuficiência de renda para arcar com custos de vida, etc.</p>

Fonte: FAMER [2026].

Com base no acompanhamento de famílias com PI pelo PAEFI, a técnica de referência também sistematizou os principais fatores identificados como geradores de violência e violações contra esse público, que segue no quadro abaixo:

Quadro - Principais fatores geradores de situações de violência ou violação de direitos contra pessoas idosas, tendo como referência o acompanhamento familiar desse público pelo PAEFI, no ano de 2025

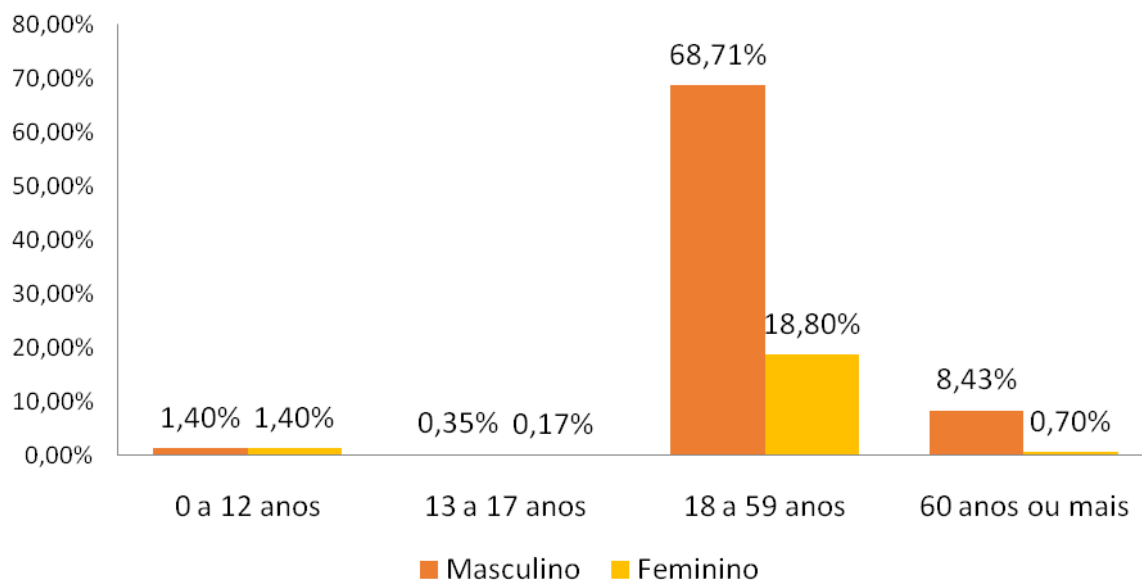
- Incidência das doenças crônico-degenerativas evolutiva que vão ocasionado gradativamente a incapacidade e dependência funcional para a realização de atividades básicas da vida diária como locomoção, alimentação e higiene;
- Por ser PI e PCD, já era PCD ou que se torna a partir de uma doença, acidente, etc., passa a ser duplamente vulnerável a diversas situações de violências e ou violação de direitos;
- Recursos financeiros inexistentes ou insuficientes causando dependência financeira em relação a cônjuges e/ou parentes para suprir necessidades básicas da vida diária como locomoção, alimentação, gastos com saúde, higiene. A hipossuficiência financeira da pessoa idosa se constitui em um dos primeiros fatores para a ocorrência de maus tratos e/ou negligência;
- Perda ou limitação da capacidade laboral/produziva (produzir renda ou de realizar sua autogestão passando a depender economicamente de familiares ou terceiros);
- Insuficiência financeira para arcar com seus próprios custos e ainda auxiliar a família;
- Sobrecarga e esgotamento físico e psicológico do principal cuidador;
- Vínculos familiares fragilizados ou rompidos;
- Etarismo que segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), “é o conjunto de estereótipos, preconceitos e discriminações dirigidas a pessoas com base na idade que se dá intra familiar ou outros espaços que limitem ou cerceiam direitos, possibilidades, oportunidades”;
- Falta de moradia própria, moram de aluguel seja só ou com familiar, o que compromete ainda mais o orçamento, bem como agrava conflitos intrafamiliares;
- Autonegligência ou Autoabandono, conduta de uma pessoa idosa que ameaça a sua própria saúde ou segurança, com recusa de prover a si própria o cuidado adequado. • Abandono ou recusa de tratamento de doenças crônicas ou agudas; • Desconsidera as orientações sobre dieta, higiene, hábitos de vida e uso adequado de medicamentos; • Recusa a imunização contra as doenças mais prevalentes entre os idosos; • Recusa um cuidador mesmo em situação de dependência;
- Ausência e ou insuficiência de serviços públicos direcionados à PI, nas suas diferentes condições biopsicossociais.

Fonte: FAMER [2026].

#### 3.1.1.4 Serviço Especializado em Abordagem Social

No que tange ao Serviço de Abordagem Social, executado pelo CREAS, o gráfico a seguir demonstra as pessoas abordadas, por sexo e faixa etária, de 2021 até junho de 2025:

Gráfico 30 - Perfil de pessoas abordadas pelo Serviço de Abordagem Social, por sexo e faixa etária, de 2021 até junho de 2025



Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base em Sistema de RMA (CAPÃO DA CANOA, 2025e).

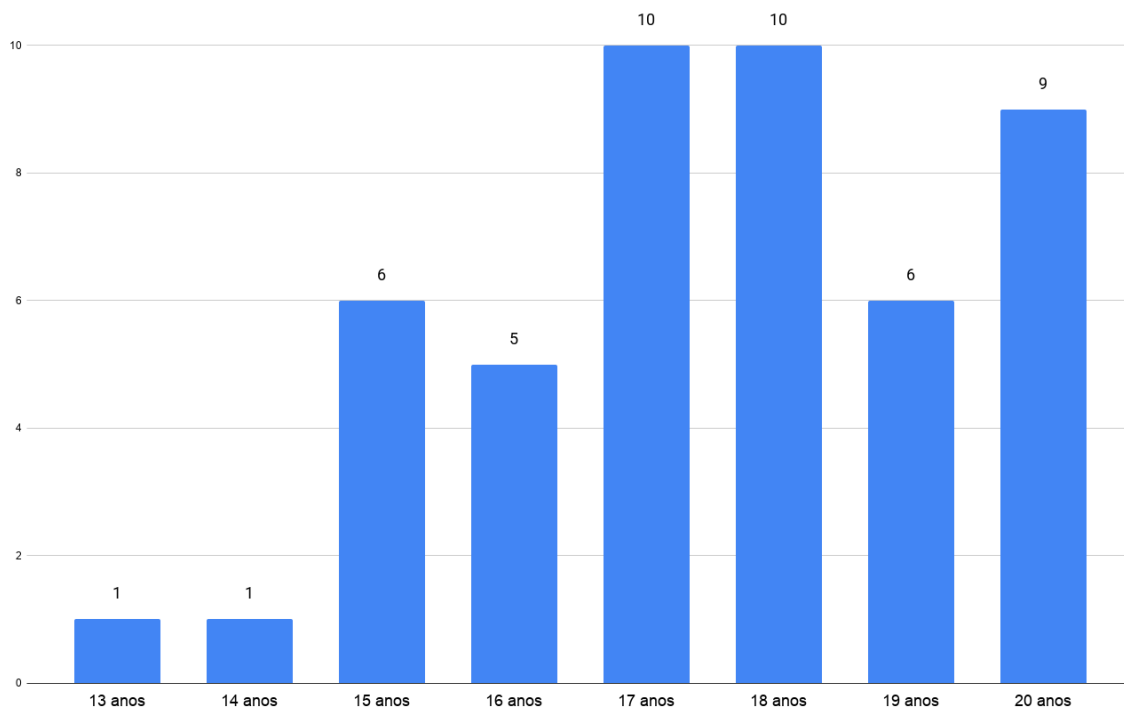
Em relação ao público abordado de 2021 até 2025, 13% foram identificadas como pessoas adultas usuárias de crack ou outras drogas ilícitas e 2,46% como crianças ou adolescentes (até 15 anos de idade) em situação de trabalho infantil.

### 3.1.1.5 Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de MSE de LA e de PSC

Seguem informações relacionadas ao Serviço e ao público que o acessou, nos anos de 2023 e 2025, que totalizaram 49 pessoas, tendo como fonte a sistematização realizada pelo técnico de referência do Serviço (SILVA, [2023]; CAPÃO DA CANOA, 2025g):

- Sexo: 82% masculino;
- Idade:

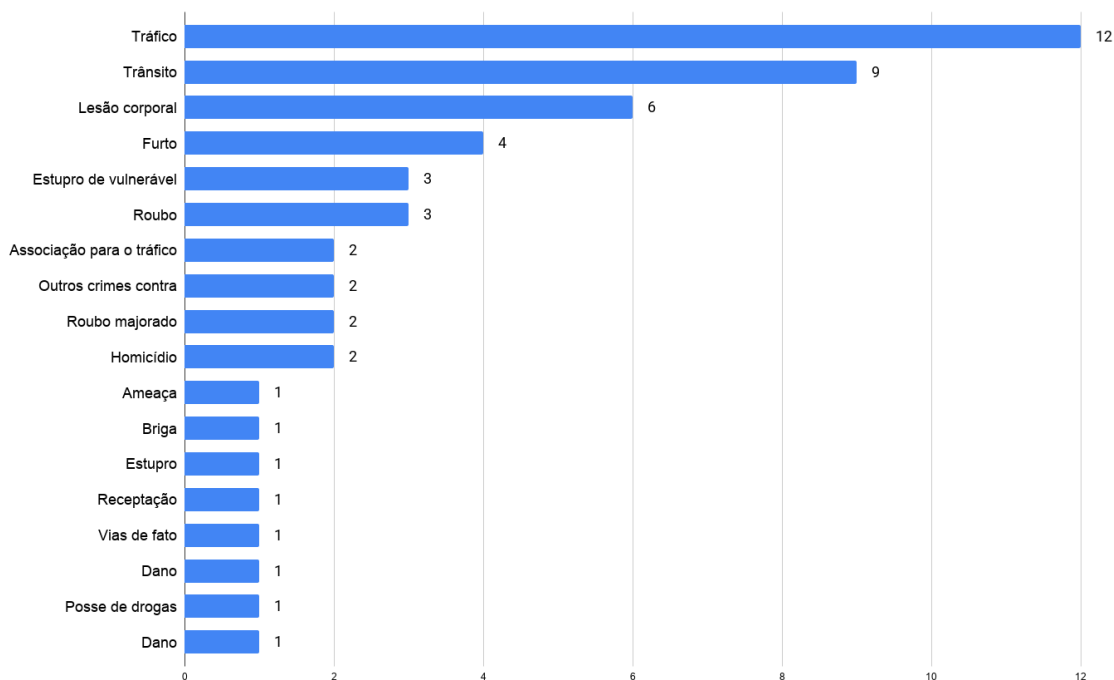
Gráfico 31 - Usuários(as) do Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de MSE de LA e de PSC, por idade, nos anos de 2023 e 2025



Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, a partir de SILVA [2023] e CAPÃO DA CANOA, 2026f.

- Raça/cor (referente apenas a 2023): 77% branco;
- CRAS de referência, conforme bairro de residência: 49% CRAS Arco-Íris, 27% CRAS Santa Luzia, 20% CRAS Zona Norte;
- Tipo da MSE: 53% eram PSC, 24,48%, LA e 22,44%, PSC e LA;
- Situação do cumprimento da MSE pelo(a) adolescente: 53% cumpriu integralmente, 22,44% não cumpriram/evadiram, 10% estavam cumprindo no momento da sistematização das informações, 8% completaram 21 anos e para 4% foi solicitada remissão;
- Ato infracional cometido:

Gráfico 32 - Ato infracional cometido por usuários(as) do Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de MSE de LA e de PSC, por tipo, nos anos de 2023 e 2025



Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, a partir de SILVA [2023] e CAPÃO DA CANOA, 2026f.

Conforme o Censo SUAS 2024 e 2025, os locais em que os(as) adolescentes prestavam serviço à comunidade eram, respectivamente, CREAS e CRAS e CREAS.

### 3.1.1.6 Serviço de Acolhimento Institucional para crianças e adolescentes

As informações apresentadas têm como principais fontes a Devolutiva de informações sobre o Serviço de Acolhimento Institucional para crianças e adolescentes de Capão da Canoa, elaborada pela Vigilância Socioassistencial (CAPÃO DA CANOA, 2024b) e a pesquisa denominada “Diagnóstico municipal do atendimento aos direitos de crianças e adolescentes em serviços de cuidados alternativos de Capão da Canoa” (VIDAL, 2023)<sup>14</sup>. Seguem as questões fundamentais destacadas:

<sup>14</sup> Essa pesquisa objetivou investigar a situação de acesso aos direitos de crianças e adolescentes em serviços de cuidados alternativos em Capão da Canoa (VIDAL, 2023). Foi realizada pela OSC Aldeias Infantis SOS, por intermédio do Instituto Bem Cuidar, como parte do Plano de Trabalho do Projeto Núcleo SOS de Apoio às

- a) O contexto de Capão da Canoa em relação ao RS: Ao comparar, na tabela a seguir, o número de acolhidos(as) no dia e no ano e as respectivas taxas por 100 mil habitantes entre Capão da Canoa, outros municípios do RS com porte populacional similar, algumas das cidades mais populosas do litoral do Rio Grande do Sul e os dois municípios com mais habitantes, a capital do estado, Porto Alegre, e Caxias do Sul, Vidal (2023) concluiu que:
- Capão da Canoa possui a maior taxa de acolhidos por 100 mil habitantes, tanto no dado do dia, quanto no total anual, entre as cidades pesquisadas, uma vez que a média da taxa de acolhimentos realizados durante o ano nas cidades pesquisadas no RS ficou em 62,4 acolhidos por 100 mil habitantes e o Município teve a taxa de 96,3 acolhidos por 100 mil habitantes, para o mesmo período, ou seja, 54% maior;
  - As que mais se aproximam são Porto Alegre e Torres, com a taxa anual de 71,2 e 71,1, respectivamente, de acolhimentos por 100 mil habitantes, mas, ainda assim, Capão da Canoa tem uma taxa anual 35% mais alta;
  - No início de 2022, o município de Capão da Canoa chegou a possuir o número de 40 acolhimentos, preenchendo as 40 vagas. Esse dado gera uma taxa de acolhimentos por 100 mil habitantes no dia de impressionantes 72,7, mais do que o dobro da média das cidades pesquisadas no ano de 2021, que é de 37,8 acolhimentos por 100 mil habitantes (VIDAL, 2023).

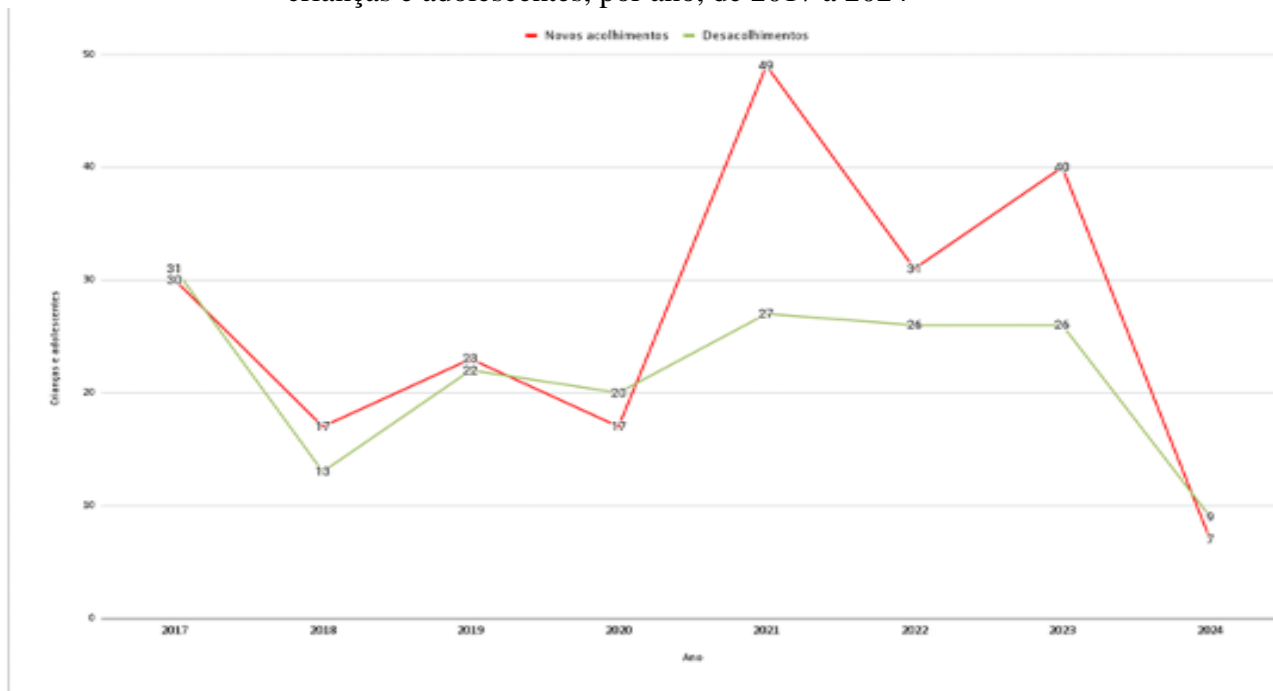
Tabela 19 - Comparativo do número de acolhimentos institucionais no dia e no ano e as respectivas taxas por 100 mil habitantes entre Capão da Canoa e outros municípios do RS, segundo o Censo SUAS 2021

Municípios	População total do município	Vagas	Acolhidos/dia	Acolhidos/ano	Taxa por 100 mil DIA	Taxa por 100 mil ANO
São Borja	59.768	20	17	26	28,3	43,3
Cruz Alta	59.561	46	19	28	31,9	47,0
Parobé	59.419	12	14	16	23,3	26,9
Canguçu	56.370	20	18	28	31,9	49,6
<b>Capão da Canoa</b>	<b>55.009</b>	<b>30</b>	<b>30</b>	<b>53</b>	<b>54,5</b>	<b>96,3</b>
Tramandaí	53.507	20	5	18	9,3	33,6
Estância Velha	51.292	12	1	3	1,9	5,8
Santiago	49.298	20	12	25	24,3	50,7
Osório	46.815	20	12	19	25,6	40,5
Torres	39.381	20	18	28	45,7	71,1
Caxias do Sul	523.716	180	192	283	36,6	54,0
Porto Alegre	1.492.530	857	627	1.064	42,0	71,2
<b>TOTAL</b>	<b>2.546.666</b>	<b>1.257</b>	<b>965</b>	<b>1.591</b>	<b>37,8</b>	<b>62,4</b>

Fonte: Vidal (2023).

- b) Volume de acolhimentos e desacolhimentos: o levantamento da estimativa do volume total de novos acolhimentos e desacolhimentos, de 2017 a fevereiro de 2024, exposta no gráfico abaixo, trouxe a ocorrência de 174 desacolhimentos e 214 novos acolhimentos. Até 2020, o volume anual de ambos era similar, mas, posteriormente, os novos acolhimentos ficaram sempre acima, sendo que, entre 2020 e 2023, ocorreram 79 desacolhimentos, enquanto 120 novos(as) crianças e adolescentes foram acolhidos(as).

Gráfico 33 - Estimativa do volume total de novos acolhimentos e desacolhimentos de crianças e adolescentes, por ano, de 2017 a 2024\*



Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social (CAPÃO DA CANOA, 2024b).

\*De janeiro a abril de 2018 e de março a abril de 2023, não foram encontradas informações.

Em relação aos motivos para a aplicação da medida de acolhimento institucional, em 2017, de 2018 a junho de 2020, de 2020 a julho de 2022 e fevereiro de 2024 (este último relacionado a quem estava acolhido(a) neste mês), verificou-se que:

- Em praticamente todos os períodos analisados, a negligência é a situação que mais se sobressai, seguida por dependência química dos pais ou responsáveis e por diferentes tipos de violência;
- Suspeita de abuso sexual e situação de rua também aparecem nos três momentos;
- Chama a atenção que inexistiu o motivo negligência em 2017, mas abandono é bastante expressivo;
- Conflitos familiares aparecem em 2018 e 2024, sendo que, neste último, empata, como o segundo motivo mais expressivo, com o uso abusivo de substâncias psicoativas por pais ou responsáveis.

Diferentes atores do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente (SGDCA) municipal, entrevistados durante pesquisa apresentada por Vidal (2023), destacaram as situações de negligência, omissão, violência e abuso sexual como motivações para o acolhimento institucional de crianças e adolescentes (VIDAL, 2023). Uma das

situações de violações de direitos que mais é evidenciada tanto nas falas dos atores quanto nos dados quantitativos é a negligência. Indo ao encontro do que expõe a referida pesquisa, entende-se que “[...] o termo ‘negligência’ pode abarcar diversos fatores e apresentado isoladamente padece de certo vazio conceitual” (VIDAL, 2023, p.54). Os principais elementos que o SGDCA municipal associa à negligência, no contexto do acolhimento institucional, são: evasão escolar, trabalho infantil, violências, baixa renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, criança ou adolescente fora da escola, vacinação, saúde básica, dependência química, insegurança alimentar e nutricional, fragilização de vínculos afetivos, histórico de violação de direitos.

Os motivos que têm levado ao acolhimento institucional em Capão da Canoa - que também dizem respeito às situações de violências e violações de direitos enfrentadas por crianças, adolescentes e, muitas vezes, também por suas famílias - evidenciam o grande desafio de estabelecer o afastamento do convívio familiar como medida excepcional, aplicada apenas nas situações de grave risco à integridade física e/ou psíquica. “[...] Como este afastamento traz profundas implicações, tanto para a criança e o adolescente, quanto para a família, deve-se recorrer a esta medida apenas quando representar o melhor interesse da criança ou do adolescente e o menor prejuízo ao seu processo de desenvolvimento” (BRASIL, 2009b, p.23).

- c) Forma de acesso ao serviço: dados de fevereiro de 2024 indicam que é majoritariamente (79%) por meio de requisição do Conselho Tutelar<sup>15</sup>. Essa configuração da forma de acesso vem se moldando desde a abertura do Serviço no Município, conforme trecho do Plano de Acolhimento, elaborado em 2016 pela SAIS: “[...] neste período de inauguração [2006] até o presente momento [2016] [...], em muitos casos, [o acolhimento institucional] era a primeira medida protetiva a ser tomada pelo Conselho Tutelar” (CAPÃO DA CANOA, 2016, p.6 apud CAPÃO DA CANOA, 2024b).

A pesquisa de Vidal (2023) evidenciou que os atores do SGDCA municipal apontaram que, “[...] em geral, as famílias que acabam sofrendo a ruptura nos laços e o afastamento dos filhos para os serviços de acolhimento não estavam sendo acompanhadas por nenhum serviço da rede socioassistencial[...]” (VIDAL, 2023, p.51). A fala do(a) representante do CREAS traz esta preocupação: “[...] ocorrem muitos acolhimentos emergenciais, de famílias que não estavam em nenhum serviço de acompanhamento e elas

---

<sup>15</sup>O item 3.1.5.1 traz dados acerca da requisição de acolhimento institucional pelo Conselho Tutelar.

passam a ter algum tipo de acompanhamento depois do acolhimento. O que deveria ser a última estratégia a ser adotada acaba sendo a primeira (Representante do CREAS, setembro de 2022)” (VIDAL, 2023, p.51). A mesma pesquisa ainda observa que, no que tange à prevenção do rompimento dos vínculos familiares, considerando o período em que a realizou (meados de outubro de 2022), “[...] nenhuma das famílias de crianças e adolescentes em serviço de acolhimento estava sendo acompanhada antes de crianças e adolescentes serem encaminhadas/os ao serviço de acolhimento” (VIDAL, 2023, p.80).

A partir do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (BRASIL, 1990), o encaminhamento para serviço de acolhimento passou a ser concebido como medida protetiva, de caráter excepcional e provisório (art.101). Em conformidade com as disposições do referido Estatuto,

[...] deve-se recorrer ao encaminhamento da criança e do adolescente a serviços de acolhimento apenas quando esgotados todos os recursos para sua manutenção na família de origem, extensa ou comunidade [...]

[...] Para que este princípio possa ser aplicado, é importante que se promova o fortalecimento, a emancipação e a inclusão social das famílias, por meio do acesso às políticas públicas e às ações comunitárias. Dessa forma, antes de se considerar a hipótese do afastamento, é necessário assegurar à família o acesso à rede de serviços públicos que possam potencializar as condições de oferecer à criança ou ao adolescente um ambiente seguro de convivência [...]

[...] De modo a viabilizar o acesso aos serviços das diversas políticas públicas, orienta-se que sejam formalizados, entre os órgãos responsáveis por tais políticas, protocolos de ação que assegurem a prioridade de acesso e o encaminhamento imediato das famílias nessa situação a tais serviços, programas, projetos, benefícios e ações (BRASIL, 2009c, p.23-24).

A medida de afastamento da criança ou do(a) adolescente do convívio familiar, com exceção das situações de caráter emergencial e/ou de urgência, deve ser aplicada por autoridade competente com base em uma recomendação técnica, fundamentada em diagnóstico, realizado por equipe interprofissional do órgão aplicador da medida ou por equipe formalmente designada para este fim (BRASIL, 2009c).

d) Duração do acolhimento

Tabela 20 - Volume total de crianças/adolescentes acolhidos(as), por tempo de acolhimento, de 2018 a 2023, no momento do preenchimento do Censo SUAS\*

Tempo de acolhimento de crianças/adolescentes	2018	2019	2020	2021	2022	2023	Total
Menos de 1 mês	4	7	0	8	1	0	20
De 1 a 3 meses	1	0	4	3	3	18	29
De 4 a 6 meses	2	0	1	6	8	3	20
De 7 a 12 meses	4	8	5	3	9	4	33
De 13 a 24 meses	1	2	Questão Inexistente	Questão Inexistente	Questão Inexistente	Questão Inexistente	3
De 13 a 18 meses	Questão Inexistente	Questão Inexistente	2	3	4	6	15
De 19 a 24 meses	Questão Inexistente	Questão Inexistente	1	0	6	8	15
De 25 a 48 meses	0	0	4	7	0	7	18
De 49 a 72 meses	0	0	0	0	0	1	1
Mais de 72 meses (6 anos)	0	0	0	0	0	0	0
<b>Total de pessoas acolhidas</b>	<b>12</b>	<b>17</b>	<b>17</b>	<b>30</b>	<b>31</b>	<b>47</b>	<b>154</b>

Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base em Censo SUAS (CAPÃO DA CANOA, 2024b).

\*Em alguns anos, não havia a questão correspondente no Censo SUAS, o que foi identificado na tabela.

Em 2023, 38% dos(as) crianças e adolescentes estavam acolhidos(as) até 3 meses, 30% de 13 a 24 meses, 17% há mais de 24 meses e 15% de 4 a 12 meses.

Em relação ao período sistematizado, de 2018 a 2023, observa-se que estavam acolhidos(as) um e dois usuários(as) a partir de 13 meses em 2018 e 2019 respectivamente, realidade que se alterou significativamente desde 2020, quando passaram a ser sete acolhidos(as) nesse ano, dez em 2021, dez em 2022 e 22 em 2023. Proporcionalmente em relação ao total de pessoas acolhidas, quem estava acolhido(a) a partir de 13 meses representava 41% em 2020, 33% em 2021, 32% em 2022 e 47% em 2023. Logo, nessa série histórica, 2023 foi o ano em que mais pessoas estavam acolhidas a partir de 13 meses, o que

também representava a maior proporção em relação ao total de acolhidos(as), o que poderia também ser considerado como o ano em que se atingiu o extremo de uma situação que veio se manifestando de forma expressiva desde 2020.

e) Perfil do público atendido (CAPÃO DA CANOA, 2024b):

- De 2018 a 2023, as crianças (de zero até 12 anos de idade incompletos) representaram a maioria (70%) dos(as) acolhidos(as), enquanto que os(as) adolescentes (entre 12 e 18 anos de idade) perfizeram 30%. Os(as) acolhidos(as) do sexo masculino se sobressaíram de forma geral, representando 61%, e também eram, majoritariamente, as crianças acolhidas, perfazendo 67%. A faixa etária mais expressiva de acolhidos(as) no geral (39%) e por sexo (26% masculino e 12% feminino) foi a de seis a 11 anos de idade;
- De 2018 a junho de 2020, a maioria dos(as) acolhidos(as) era 66% branca (66%) e 34% eram negras.

f) A pesquisa de Vidal (2023) realizou, com base em diagnóstico das fragilidades, recomendações para o SGDCA de Capão da Canoa (as quais estão no ANEXO A) no que tange aos seguintes aspectos, órgãos, áreas ou políticas públicas: fortalecimento de vínculos das mães, Ministério Público, escola, Poder Judiciário, discussão e gestão das políticas de proteção municipais, salubridade, prevenção à ruptura de vínculos familiares e comunitários, educação em saúde, vacinação e saúde básica, provisoriedade do afastamento do convívio familiar, segurança alimentar, Conselho Tutelar, CREAS, trabalho, saúde mental, monitoramento e avaliação.

É importante que haja apropriação de tais recomendações e diálogo em torno das mesmas, inclusive para aprimorá-las e ou encontrar outras alternativas, o que deve se dar de forma intersetorial, uma vez que as violências e violações identificadas são de naturezas distintas, que implicam diferentes atores do SGDCA em sua origem e reprodução e, logo, também devem mobilizá-los em busca de caminhos possíveis. Esse processo poderia ser parte da elaboração do Plano Municipal de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária.

### *3.1.1.7 Centro de Referência da Mulher*

Conforme dados sistematizados pela Vigilância Socioassistencial relativos aos casos acompanhados pelo Centro de Referência da Mulher (CRM), de 2022 a 2024, a partir dos registros realizados pela equipe da unidade:

- A média de casos acompanhados ao mês em 2022, 2023 e 2024, respectivamente, foi de 53, 67 e 52;
- Em todo o período, 420 mulheres foram inseridas em acompanhamento, o que perfaz uma média de 140 novas mulheres inseridas em acompanhamento por ano. De 2018 a 2020, 99 mulheres adultas (de 18 a 59 anos) em situação de violência intrafamiliar (física, psicológica ou sexual) ingressaram no PAEFI, ofertado pelo CREAS, o que compõe uma média de 33 novas mulheres ao ano. Ou seja, o volume de mulheres acompanhadas no último triênio, por meio do CRM, ampliou 324% em relação ao triênio anterior, quando o atendimento ocorria exclusivamente no CREAS;
- Formas de violência:

Tabela 21 - Volume de situações de violência identificadas entre as mulheres acompanhadas pelo CRM, conforme a forma de violência, por ano, de 2022 a 2024

Ano	2022	2023	2024
<b>Formas de violência</b>	<b>Total</b>	<b>Total</b>	<b>Total</b>
Violência Psicológica	117	120	112
Ameaças	97	112	85
Violência Física	71	71	78
Violência Patrimonial	35	36	33
Ameaça de Morte	27	42	30
Violência Moral	18	61	50
Cárcere Privado	4	1	0
Tentativa de Femicídio	2	0	4
Violência Sexual	2	5	11
Virtual	0	0	0

Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base em Sistema Pitfall, 2025.

- 39% vivenciavam a situação de violência há pelo menos um ano, sendo que, para 15% destas ocorria há cinco anos no mínimo; 27% estavam nessa situação até um ano; 19% vivenciavam até um mês ou foi um fato isolado;
- Tempo de relacionamento entre mulher e agressor: os períodos com mais incidência foram mais de dez anos (37%), de cinco a dez anos (15%), até um ano (12%) e de um a dois anos (8%);
- É significativo que 52% se relacionavam há cinco anos no mínimo, mas a duração da violência seja, majoritariamente, de até cinco anos, representando 71%, sendo que 46% destas vivenciavam a situação por até um ano. Ou seja, de forma geral, a violência vivenciada é recente se comparada ao tempo de relacionamento entre mulher e agressor;
- A faixa etária das mulheres predominante é a de 30 a 59 anos (71,6%), seguida por 18 a 29 (17,6%) e 60 anos ou mais (10,7%);
- 87% das mulheres inseridas em acompanhamento tinham filhos(as);
- Em termos de rede de apoio, as que mais se sobressaíram foram filhos(as) (35%), instituição religiosa (23%) e amigos(as) (15%);
- A maioria (58%) dos(as) agressores(as) eram ex-companheiros, ex-cônjuges ou ex-namorados das mulheres acompanhadas. Há registros de repetição das violências com o(a) mesmo(a) agressor(a) para 62% dos novos casos.

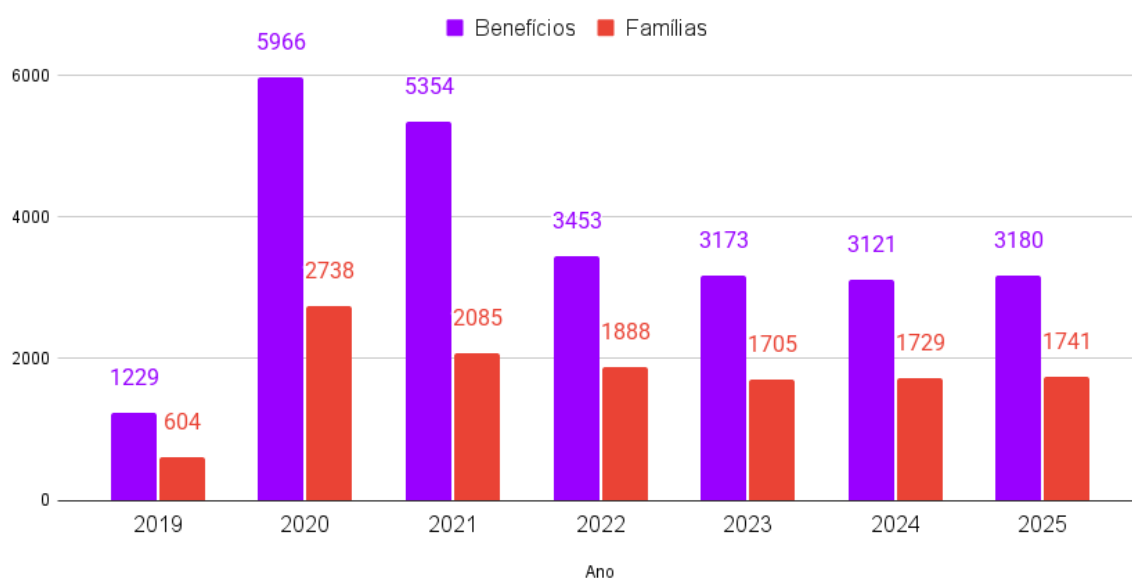
### 3.1.2 Insegurança alimentar e nutricional

Para dimensionar a demanda relacionada à insegurança alimentar e nutricional que aporta na Assistência Social, são apresentados dados acerca da oferta do benefício eventual alimentação (BEA) e das famílias que o acessaram, assim como do público beneficiário do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e da oferta de alimentação pela população em situação de rua.

### 3.1.2.1 Concessão do benefício eventual alimentação

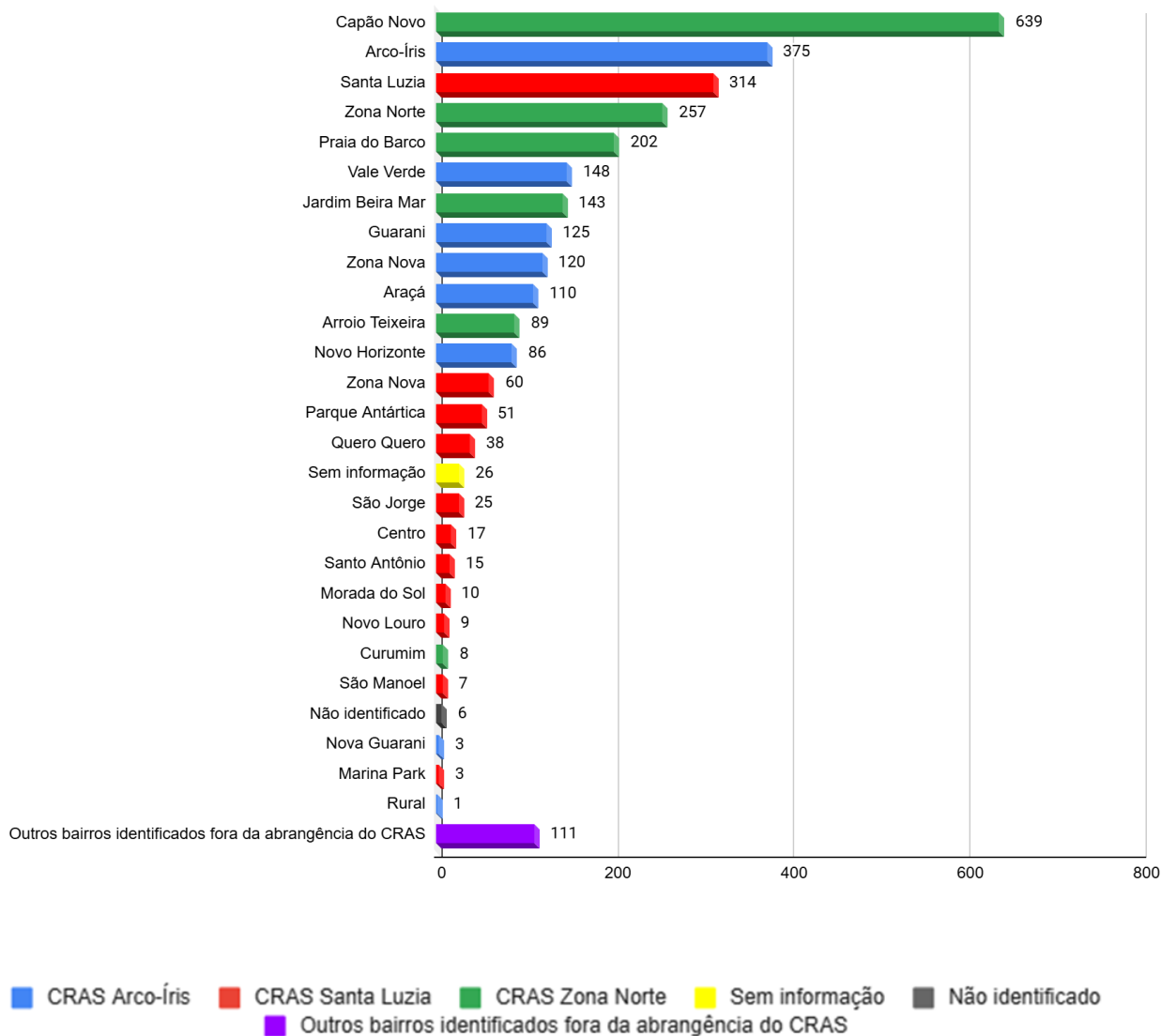
O gráfico a seguir evidencia que o volume de BEA e de famílias beneficiárias do mesmo ampliou significativamente a partir do período pandêmico, sendo o pico em 2020 e 2021, com indicativo de estabilização nos anos seguintes. Contudo, o volume dos últimos anos é cerca do triplo do que era antes da pandemia.

Gráfico 34 - Comparativo entre o volume de benefícios eventuais alimentação concedidos e o volume de famílias beneficiárias do benefício eventual alimentação, por ano, de 2019 a 2025



Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base em Sistema Pitfall, 2026.

Gráfico 35 – Quantitativo de benefícios eventuais alimentação concedidos em 2024, conforme o bairro de moradia da família beneficiária e seu respectivo CRAS de referência<sup>16</sup>



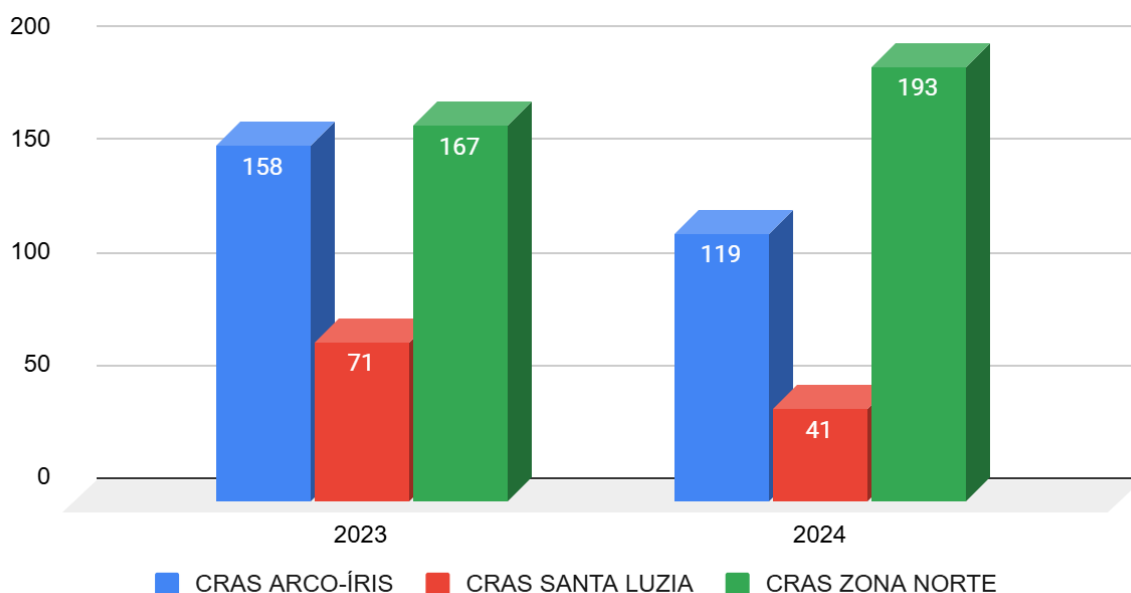
Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social (CAPÃO DA CANOA, 2025b), com base em Sistema Pitfall, 2025.

<sup>16</sup>A informação sobre o bairro de moradia das famílias beneficiárias não é do momento em que acessaram o BEA, mas do momento em que a sistematização dos dados foi elaborada, em abril de 2025. Então pode ser que o bairro identificado não seja o mesmo que residiam quando acessaram o benefício. Então algumas residem hoje em bairro fora da abrangência do CRAS que havia lhe concedido o BEA. Nesses casos, o bairro não será contabilizado no gráfico, mas no campo “outros bairros identificados fora da abrangência do CRAS”. Além disso, o campo “sem informação” é quando não foi registrado o bairro no prontuário familiar e “não identificado” quando o bairro registrado não perfaz nenhum bairro municipal.

O gráfico acima demonstra que a maior demanda do BEA ocorre no território dos CRAS Arco-Íris e Zona Norte. Em termos de bairros, Capão Novo se destaca em relação aos demais, sendo seguido por Arco-Íris, Santa Luzia e Zona Norte.

As famílias que acessaram três ou mais benefícios nos anos de 2023 e 2024 também são da abrangência dos CRAS Arco-Íris e Zona Norte, conforme os próximos gráfico e quadro, o que pode evidenciar maior insegurança alimentar nesses territórios.

Gráfico 36 - Quantitativo de famílias que acessaram três ou mais benefícios eventuais alimentação em 2023 e 2024, por CRAS de referência



Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base em parecer preenchido por técnico(a) de CRAS, quando da inserção de família no PAA (CAPÃO DA CANOA, 2025b).

Tabela 22 - Comparativo do total de famílias que acessaram três ou mais benefícios eventuais alimentação em 2023 e 2024, por CRAS de referência

	2023	Porcentagem	2024	Porcentagem
CRAS Arco-Íris	158	39,90%	119	33,71%
CRAS Santa Luzia	71	17,93%	41	11,61%
CRAS Zona Norte	167	42,17%	193	54,67%
<b>Total</b>	<b>396</b>	<b>100%</b>	<b>353</b>	<b>100%</b>

Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base em parecer preenchido por técnico(a) de CRAS, quando da inserção de família no PAA (CAPÃO DA CANOA, 2025b).

### 3.1.2.2 Ofertas relacionadas à alimentação para a população em situação de rua

Os dados sobre ofertas de alimentação à população em situação de rua (PSR) são relativos ao contexto do trabalho social desenvolvido pelo CREAS, sendo que, eventualmente, contemplou também o alojamento provisório para esse público.

Tabela 23 - Ofertas relacionadas à alimentação concedidas para a população em situação de rua, por ano, de 2020 até o primeiro semestre de 2025, por tipo

Ano	Quantitativo concedido	Ofertas <sup>17</sup>
2020	5.119	almoços e jantas, incluindo alojamento provisório a partir de julho
2021	14.637	cafés, almoços e jantas, incluindo alojamento provisório até junho
2022	7.505	cafés e almoços
2023	10.344	cafés e almoços
2024	6.155	cafés e almoços
1º semestre de 2025	1.285	cafés, almoços e jantas, incluindo alojamento provisório desde 24/06)

Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base em Sistema Pitfall, 2025.

### 3.1.2.3 Perfil do público beneficiário do Programa de Aquisição de Alimentos

O PAA<sup>18</sup> foi executado nos anos de 2023 e 2024 pela SAIS, por meio da destinação de cestas com frutas, legumes e verduras às famílias em situação de insegurança alimentar e

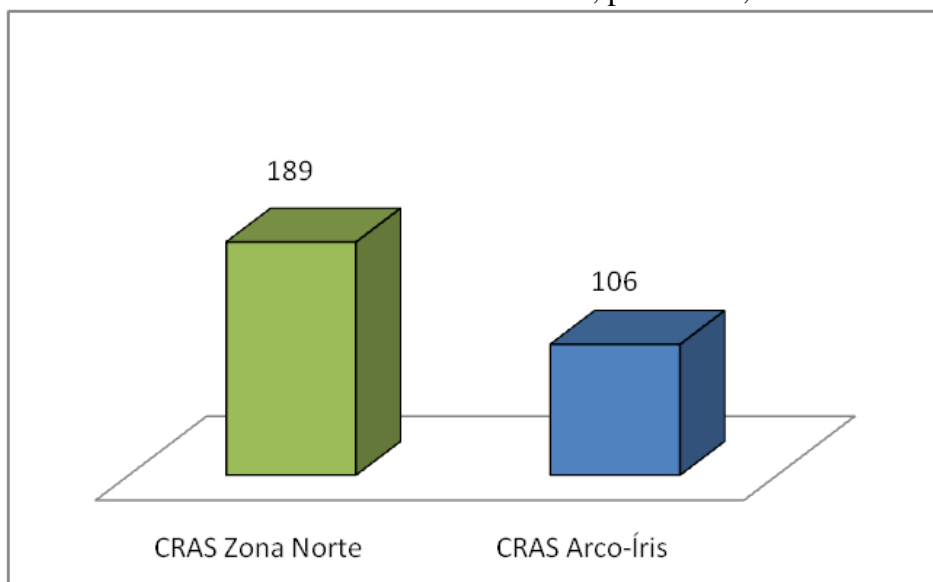
<sup>17</sup> Em alguns períodos, essas ofertas ocorreram também em alojamento provisório para a população em situação de rua, informação que foi sinalizada na tabela.

<sup>18</sup> Gerenciado pelo Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, o PAA “Realiza a compra direta de alimentos de agricultores familiares, sem necessidade de licitação e os destina a pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, bem como à rede socioassistencial, equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional e à rede pública e filantrópica de ensino. O PAA tem como objetivo fortalecer a agricultura familiar, gerando emprego, renda e desenvolvendo a economia local, e de promover o acesso aos alimentos, contribuindo para reduzir a insegurança alimentar e nutricional”.

nutricional atendidas pelos CRAS. Em 2024, foram entregues 6.886 cestas com frutas, legumes e verduras para 1.235 famílias.

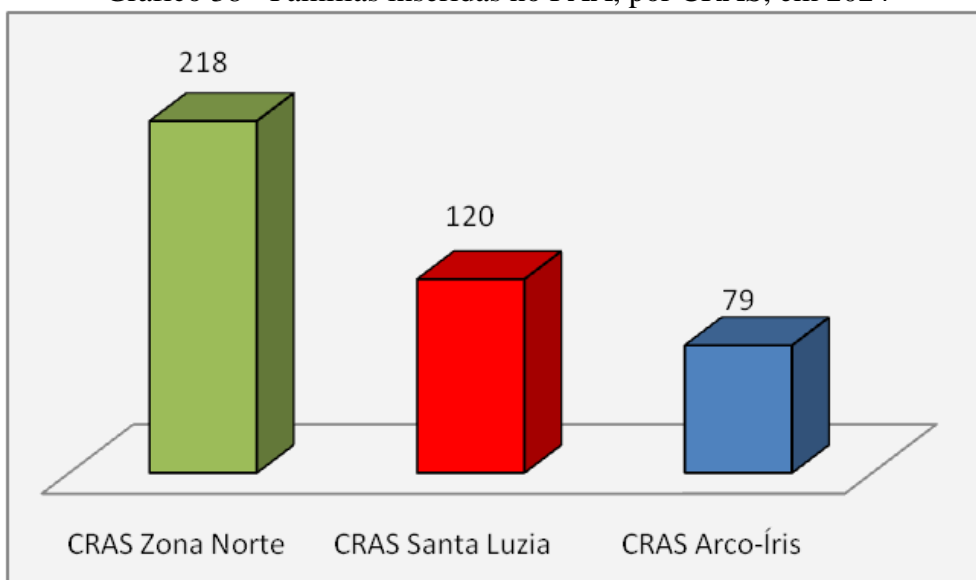
Em 2023 e 2024, há registros de inserções de 712 novas famílias no Programa, sendo 295 em 2023, considerando os CRAS Arco-Íris e Zona Norte<sup>19</sup>, e 417 em 2024, contemplando todos os CRAS. Os gráficos a seguir demonstram o quantitativo de novas famílias inseridas no PAA:

Gráfico 37 - Famílias inseridas no PAA, por CRAS, em 2023



Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base em parecer preenchido por técnico(a) de CRAS, quando da inserção de família no PAA (CAPÃO DA CANOA, 2025d).

Gráfico 38 - Famílias inseridas no PAA, por CRAS, em 2024

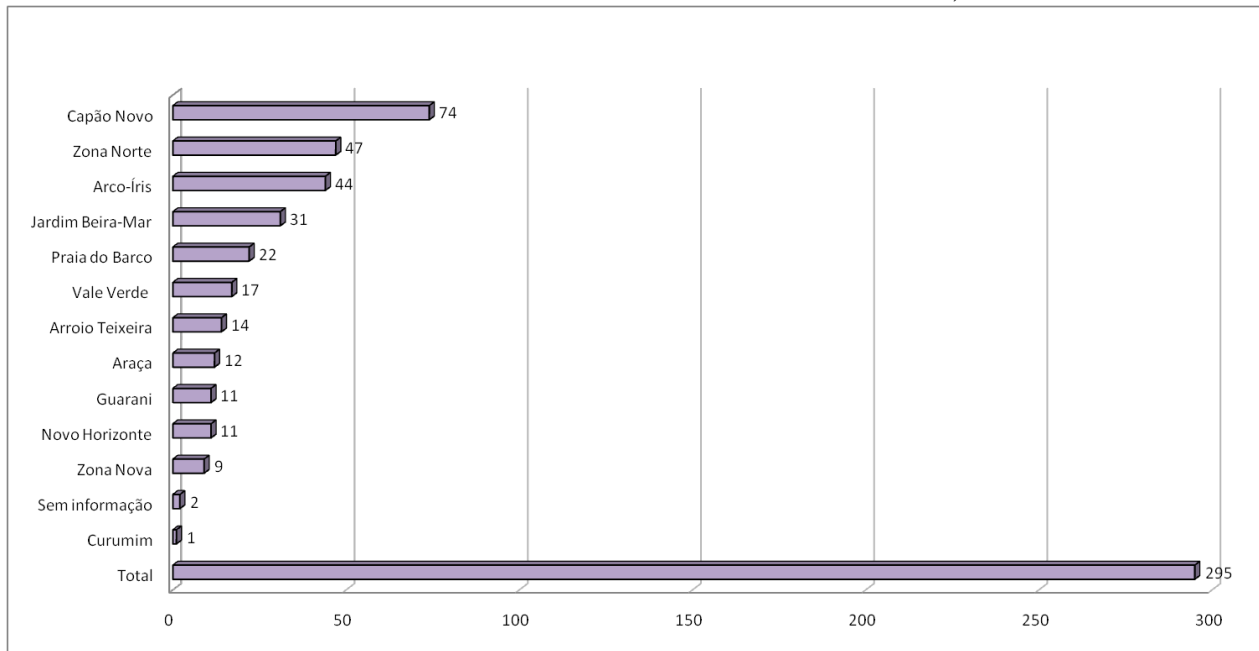


<sup>19</sup> Não há informações disponíveis sobre o CRAS Santa Luzia em 2023.

Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base em parecer preenchido por técnico(a) de CRAS, quando da inserção de família no PAA (CAPÃO DA CANOA, 2025d).

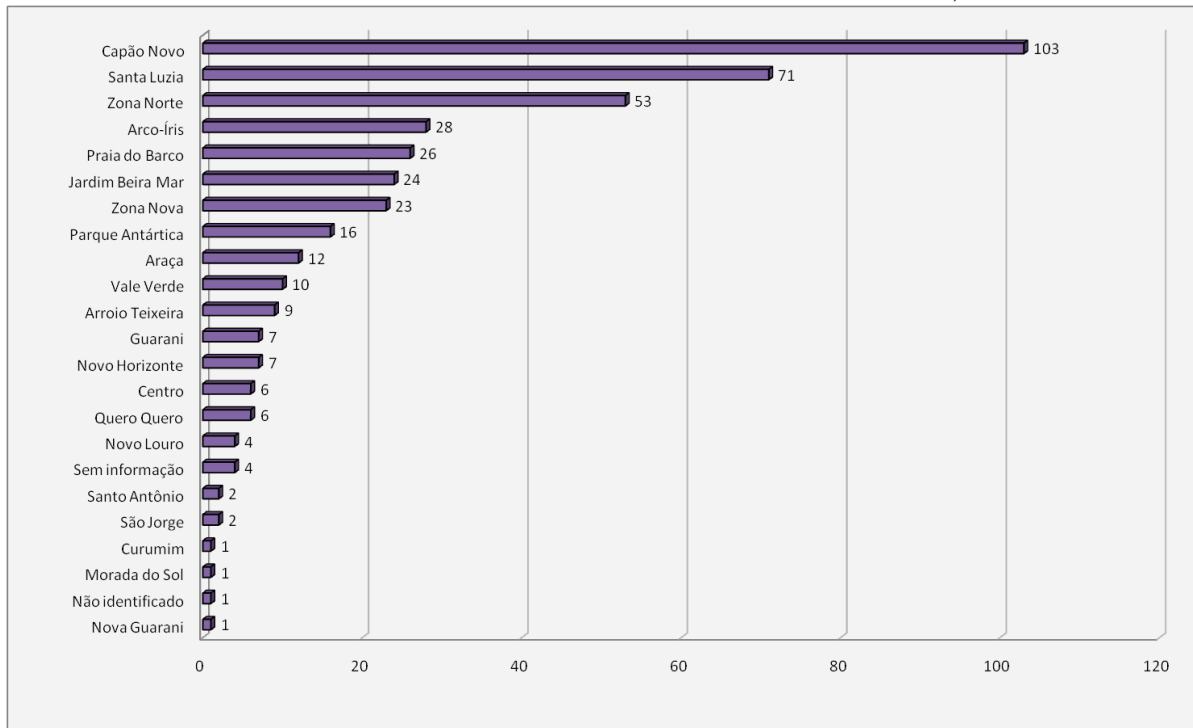
Os próximos gráficos trarão os bairros de residência das famílias inseridas no Programa, que evidenciam que a maior incidência é dos bairros Capão Novo (25%), Zona Norte (14%), Arco-Íris (10%), Jardim Beira-Mar (8%) e Praia do Barco (7%).

Gráfico 39 - Bairro de residência das famílias inseridas no PAA, em 2023



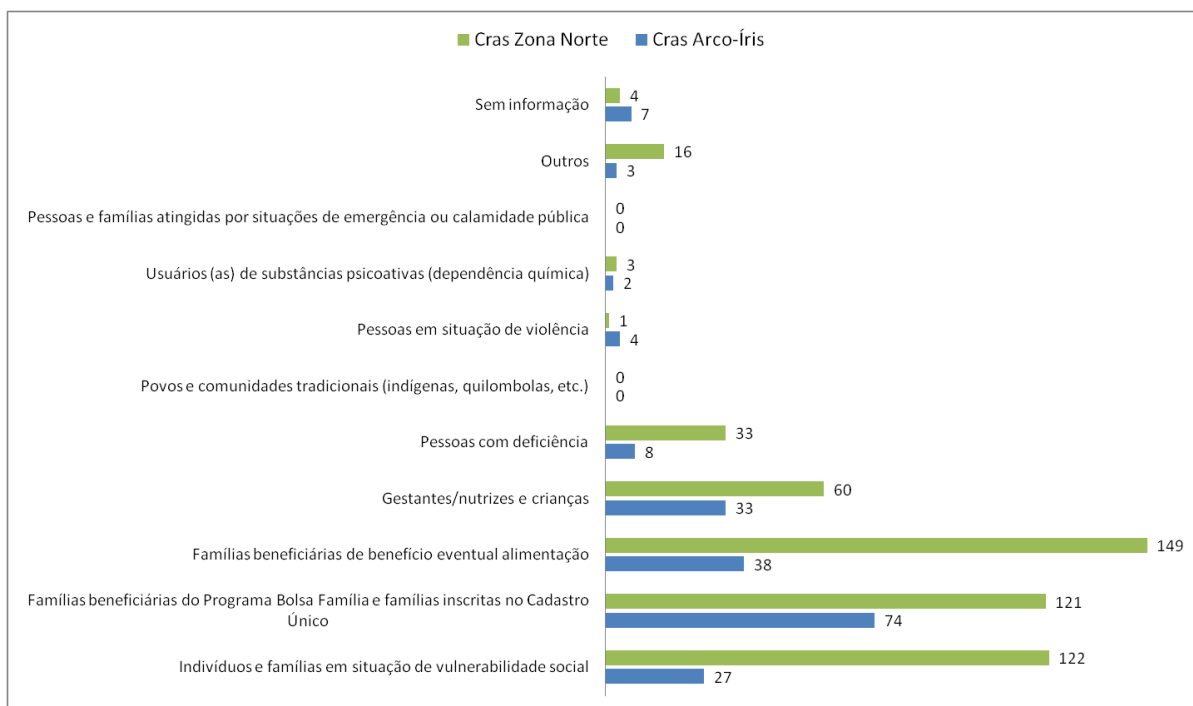
Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base em parecer preenchido por técnico(a) de CRAS, quando da inserção de família no PAA (CAPÃO DA CANOA, 2025d).

Gráfico 40 - Bairro de residência das famílias inseridas no PAA, em 2024



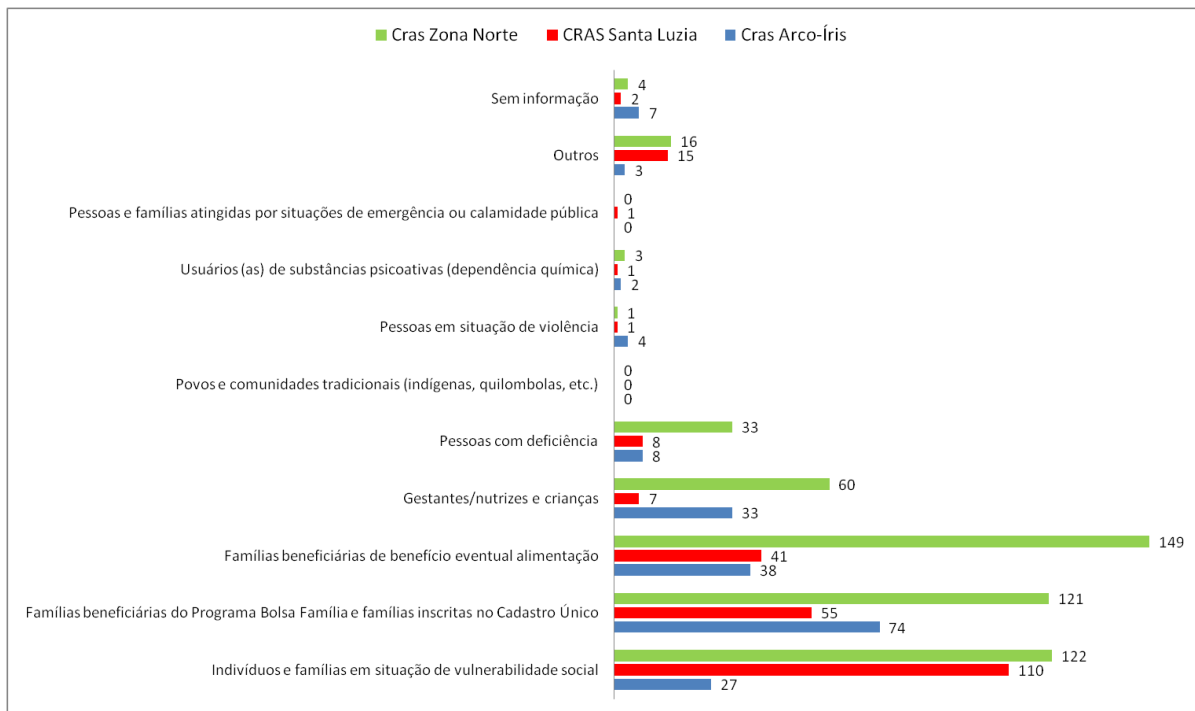
Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base em parecer preenchido por técnico(a) de CRAS, quando da inserção de família no PAA (CAPÃO DA CANOA, 2025d).

Gráfico 41 - Situações prioritárias identificadas entre as famílias inseridas no PAA, em 2023, por CRAS



Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base em parecer preenchido por técnico(a) de CRAS, quando da inserção de família no PAA (CAPÃO DA CANOA, 2025d).

Gráfico 42 - Situações prioritárias identificadas entre as famílias inseridas no PAA, em 2024, por CRAS



Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base em parecer preenchido por técnico(a) de CRAS, quando da inserção de família no PAA (CAPÃO DA CANOA, 2025d).

Gráfico 43 - Outras situações prioritárias identificadas entre as famílias inseridas no PAA, em 2023, por CRAS

	CRAS Arco-Íris	CRAS Zona Norte	Total
Pessoa idosa	2	12	14
Beneficiário(a) de BPC	1	8	9
<b>Total</b>	<b>3</b>	<b>20</b>	<b>23</b>

Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base em parecer preenchido por técnico(a) de CRAS, quando da inserção de família no PAA (CAPÃO DA CANOA, 2025d).

Gráfico 44 - Outras situações prioritárias identificadas entre as famílias inseridas no PAA, em 2024, por CRAS

	CRAS Arco-Íris	CRAS Santa Luzia	CRAS Zona Norte	Total
Pessoa idosa	1	2	6	9
Beneficiário(a) de BPC	0	8	3	11

Acolhimento institucional	0	1	0	1
Auxílio-doença	0	1	0	1
Sem renda	0	3	0	3
Família em PAEFI	0	0	2	2
Vulnerabilidade socioeconômica	0	0	8	8
Família estrangeira	0	0	3	3
Criança/adolescente	4	0	0	4
Total	5	15	22	42

Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base em parecer preenchido por técnico(a) de CRAS, quando da inserção de família no PAA (CAPÃO DA CANOA, 2025d).

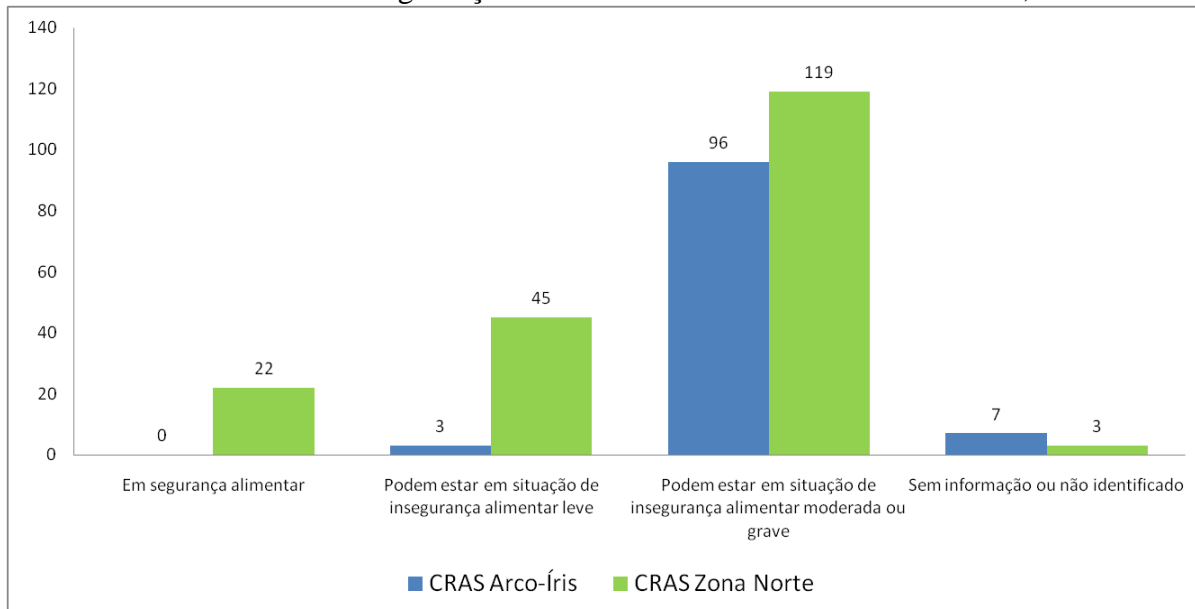
A Triagem para Risco de Insegurança Alimentar (TRIA) foi aplicada pelas equipes técnicas dos CRAS quando da inserção de novas famílias no PAA, nos anos de 2023 e 2024<sup>20</sup>. A TRIA é um instrumento recomendado pelo Ministério da Saúde que possibilita a rápida identificação de famílias em risco de Insegurança Alimentar (IA) e monitoramento da situação de IA no território (BRASIL, 2021b)<sup>21</sup>.

Considerando os anos de 2023 e 2024, a TRIA indicou que 36% das famílias inseridas no PAA poderiam estar em situação de insegurança alimentar leve e 76% poderiam estar em situação de insegurança alimentar moderada ou grave. Em relação ao contexto em cada ano e por CRAS, seguem os gráficos abaixo:

<sup>20</sup> Todos os CRAS aplicaram em 2024, mas, em 2023, apenas os CRAS Arco-Íris e Zona Norte o fizeram.

<sup>21</sup> O instrumento é composto por duas questões, que foram perguntadas às famílias, com a possibilidade de resposta sim ou não. São as questões: 1) Nos últimos três meses, os alimentos acabaram antes que você tivesse dinheiro para comprar a comida? 2) Nos últimos três meses, você comeu apenas alguns poucos tipos de alimentos que ainda tinha, porque o dinheiro acabou? Ao responder não para as duas questões da TRIA, considera-se que o indivíduo e todos os(as) moradores(as) do seu domicílio estão em situação de segurança alimentar. Quando o indivíduo responder sim para uma questão na TRIA, o indivíduo e todos os(as) moradores(as) do seu domicílio podem estar em situação de insegurança alimentar leve, ou seja, quando os moradores do domicílio demonstram preocupação ou incerteza quanto ao acesso aos alimentos no futuro e/ou quando existe comprometimento da qualidade da alimentação no domicílio. Ao afirmar duas questões na TRIA, o indivíduo e todos os(as) moradores(as) do seu domicílio podem estar em situação de insegurança alimentar moderada ou grave, possivelmente indicando que existe comprometimento da qualidade e da quantidade da alimentação no domicílio não só entre os adultos, mas também entre as crianças.

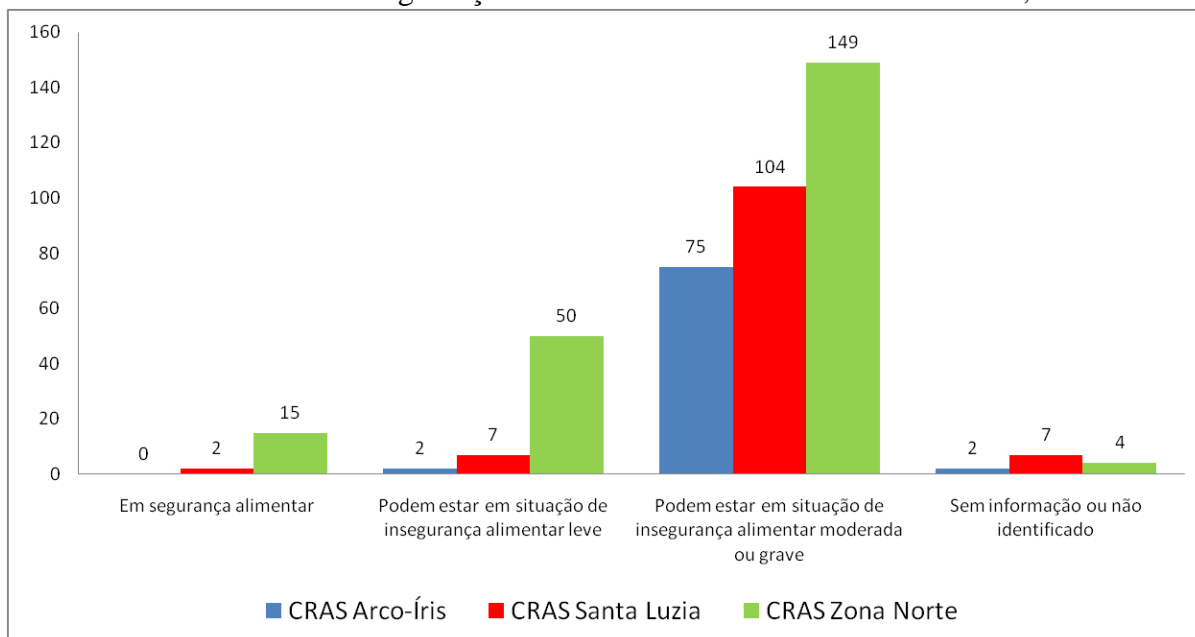
Gráfico 45 - Risco de insegurança alimentar das famílias inseridas no PAA, em 2023



Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base em parecer preenchido por técnico(a) de CRAS, quando da inserção de família no PAA (CAPÃO DA CANOA, 2025d).

Das 295 famílias inseridas no PAA em 2023, a maioria (73%) poderia estar em situação de insegurança alimentar moderada ou grave. Em relação a cada CRAS, 91% das famílias inseridas no PAA pelo CRAS Arco-Íris e 63% pelo CRAS Zona Norte estavam nessa situação.

Gráfico 46 - Risco de insegurança alimentar das famílias inseridas no PAA, em 2024



Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base em parecer preenchido por técnico(a) de CRAS, quando da inserção de família no PAA (CAPÃO DA CANOA, 2025d).

Das 417 famílias inseridas no PAA em 2024, a maioria (79%) poderia estar em situação de insegurança alimentar moderada ou grave. Em relação a cada CRAS, estavam nessa situação 95% das famílias inseridas no PAA pelo CRAS Arco-Íris, 87% pelo CRAS Santa Luzia e 68% pelo CRAS Zona Norte.

### 3.1.3 Volume de notificações de violência interpessoal e autoprovoçada e públicos vitimados

#### 3.1.3.1 Volume e perfil do público vitimado

Em relação ao preenchimento por profissionais da Ficha de Notificação Individual de Violência Interpessoal/Autoprovoçada, informada no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN)<sup>22</sup>, são apresentados dados gerais, repassados pela Vigilância Epidemiológica de Capão da Canoa e, posteriormente, dados específicos sobre crianças, adolescentes, PCDs, PIs, PSRs e pessoas lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros, queer, intersexuais, assexuais e outras orientações sexuais e identidades de gênero (LGBTQIA+).

A tabela abaixo demonstra o total de notificações, no período identificado:

Tabela 24 - Total de notificações de violência registradas no SINAN, por período<sup>23</sup>

Período	Total de notificações
2021	114
1º semestre 2022	209
2023	320
2024	266 <sup>24</sup>

<sup>22</sup> “[...] A notificação dos casos suspeitos e confirmados de violência é obrigatória/compulsória a todos os profissionais de saúde de instituições públicas ou privadas. Profissionais de outros setores, como educação, assistência social, saúde indígena, conselhos tutelares, centros especializados de atendimento à mulher, entre outros, também podem realizar a notificação.

[...] Para fins de notificação, deve-se notificar: Caso suspeito ou confirmado de violência doméstica/intrafamiliar, sexual, autoprovoçada, tráfico de pessoas, trabalho escravo, trabalho infantil, tortura, intervenção legal e violências homofóbicas contra mulheres e homens em todas as idades. No caso de violência extrafamiliar/comunitária, somente serão objetos de notificação as violências contra crianças, adolescentes, mulheres, pessoas idosas, pessoas com deficiência, indígenas e população LGBT, independentemente do tipo e da natureza/forma de violência” (RIO GRANDE DO SUL, [2024?]).

<sup>23</sup> Não se teve acesso à informação anual dos anos de 2022 e 2025.

<sup>24</sup> Houve divergência em relação às informações de notificações em 2024, pois, no primeiro material a qual se teve acesso, eram 220 notificações e, posteriormente, constaram 266. Contudo, optou-se por utilizar o dado mais recente.

1º trimestre 2025

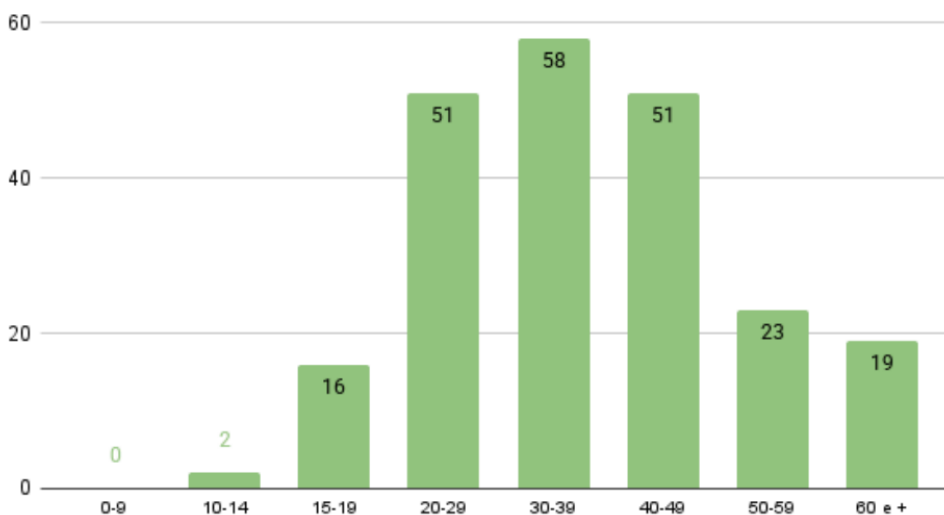
96

Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base em informações disponibilizadas pela Vigilância Epidemiológica de Capão da Canoa, 2026.

É importante destacar que parte expressiva das notificações municipais tem sido feita pelo CRM, representando em cada um dos períodos apresentados na tabela acima, respectivamente, 40%, 63%, 47%, 53% e 60% das notificações realizadas.

Em relação ao ano de 2024, com base em dados disponibilizados pela Vigilância Epidemiológica, chegou-se ao seguinte perfil dos casos notificados<sup>25</sup>: 88% pessoas do sexo feminino; 86% brancas; 56% solteiras e 21% casadas ou em união estável; 85% heterossexuais; 10% tinham ensino fundamental incompleto, 26%, o ensino fundamental completo, 12%, o ensino médio incompleto e 50%, o ensino médio completo ou mais. A faixa etária e ao bairro da ocorrência seguem apresentados nos próximos dois gráficos, respectivamente:

Gráfico 47 - Faixa etária das vítimas das notificações de violência registradas no SINAN, em 2024

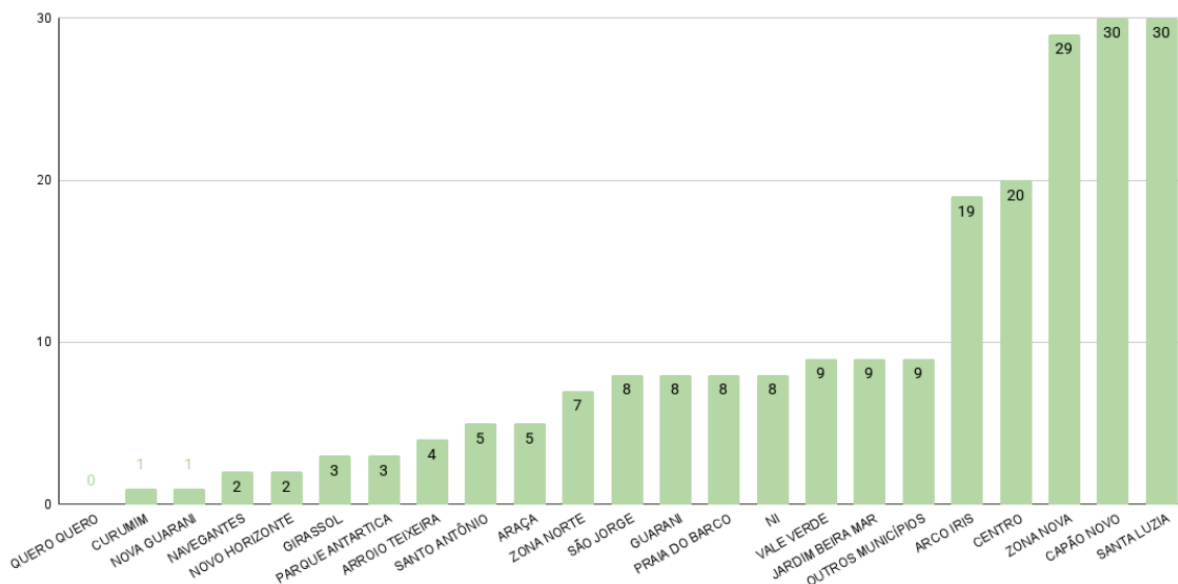


Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base em informações disponibilizadas pela Vigilância Epidemiológica de Capão da Canoa, 2025.

A maioria dos casos notificados são de pessoas adultas. Chama a atenção a baixa notificação de casos que envolvem crianças, adolescentes e pessoas idosas.

<sup>25</sup> Os dados acerca do perfil advêm do primeiro material a qual se teve acesso, logo, referem-se a 220 notificações.

Gráfico 48 - Bairro da ocorrência das notificações de violência registradas no SINAN, em 2024\*

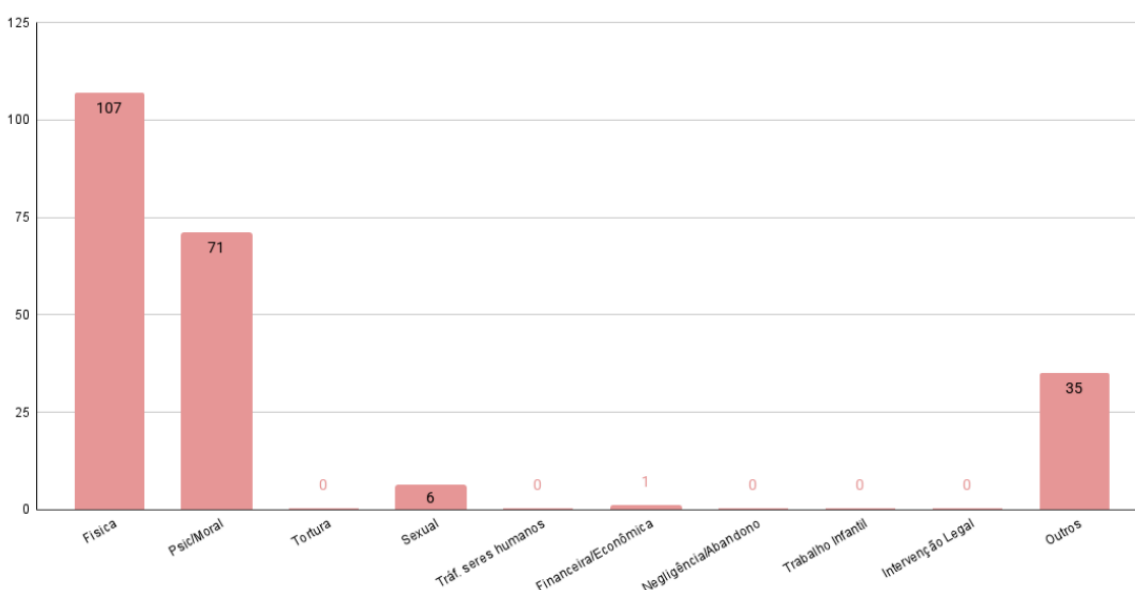


Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base em informações disponibilizadas pela Vigilância Epidemiológica de Capão da Canoa, 2025.

\* NI significa não informado.

Dentre os tipos de violência identificados entre os casos notificados, destacam-se a violência física, (49%) e a violência psicológica ou moral (32%). Negligência ou abandono e trabalho infantil não foram identificados.

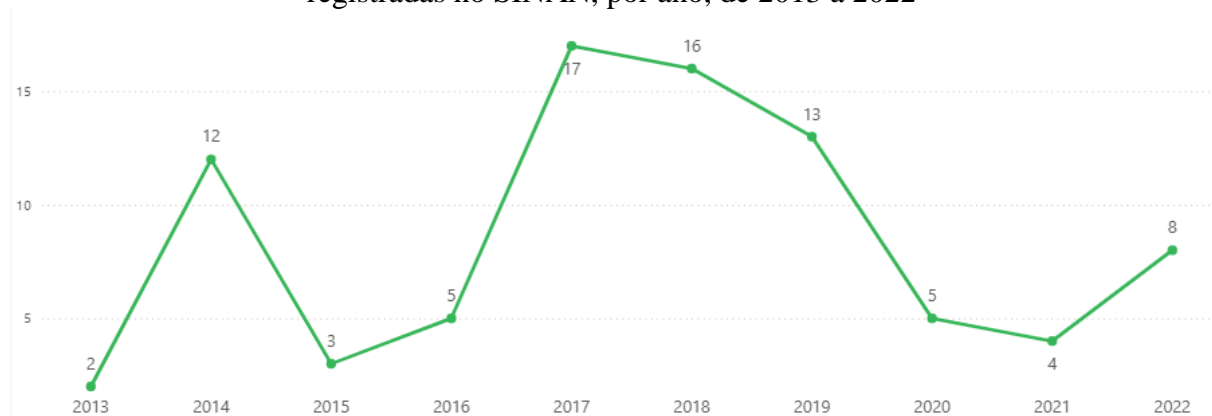
Gráfico 49 - Tipos de violência identificados entre as notificações de violência registradas no SINAN, em 2024



Fonte: Informações disponibilizadas pela Vigilância Epidemiológica de Capão da Canoa, 2025.

### 3.1.3.2 Crianças e adolescentes

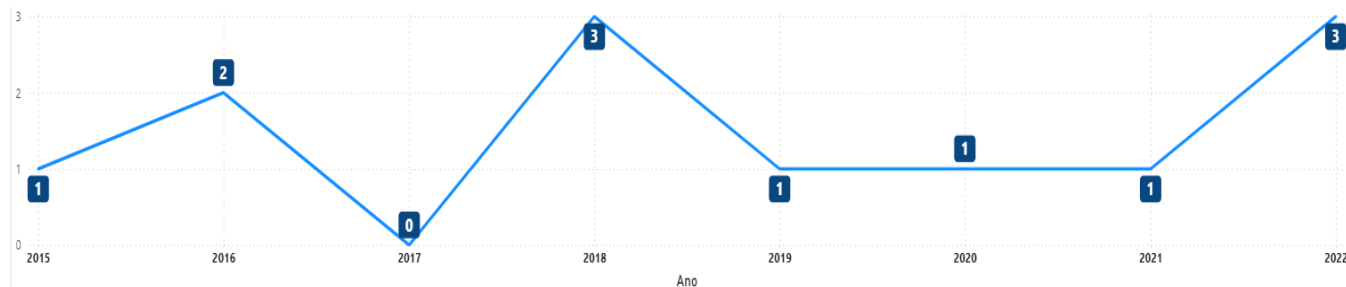
Gráfico 50 – Evolução das notificações de violência contra crianças e adolescentes registradas no SINAN, por ano, de 2013 a 2022



Fonte: ObservaDH [2026].

### 3.1.3.3 Pessoas com deficiência

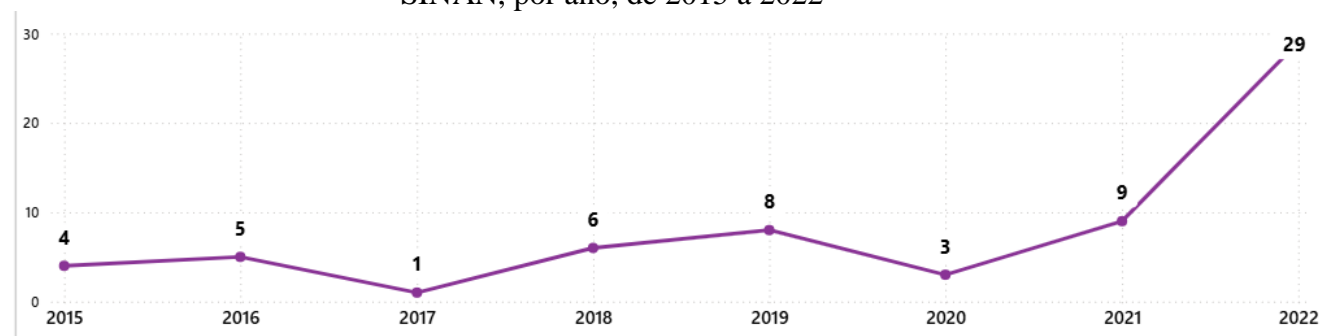
Gráfico 51 - Evolução das notificações de violência contra PCDs registradas no SINAN, por ano, de 2015 a 2022



Fonte: ObservaDH [2026].

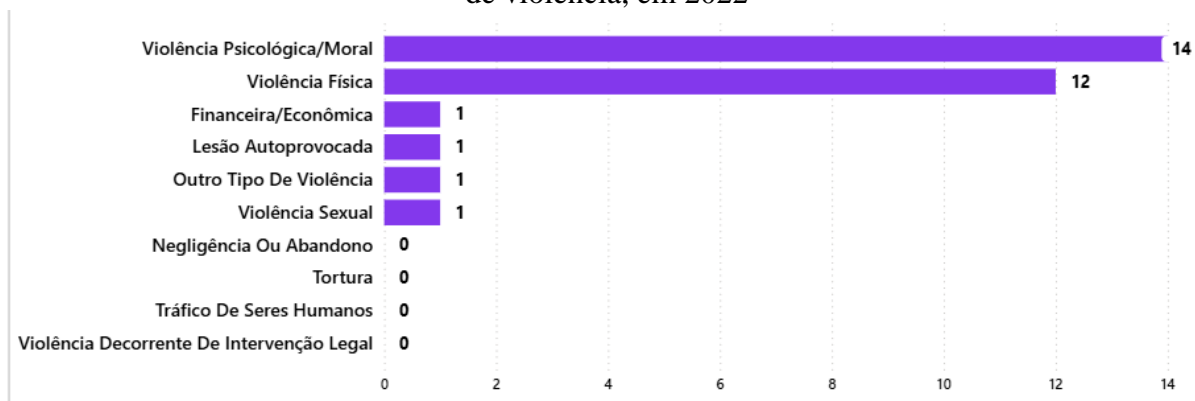
### 3.1.3.4 Pessoas idosas

Gráfico 52 - Evolução das notificações de violência contra pessoas idosas registradas no SINAN, por ano, de 2015 a 2022



Fonte: ObservaDH [2026].

Gráfico 53 - Notificações de violência contra pessoas idosas registradas no SINAN, por tipo de violência, em 2022



Fonte: ObservaDH [2026].

### 3.1.3.5 Pessoas em situação de rua

De 2015 a 2024, houve 26 notificações de violência interpessoal ou autoprovocada contra a população em situação de rua no SINAN (ObservaDH [2025]). Destas, 21 se tratavam de violência interpessoal, duas de violência autoprovocada e a origem da violência não foi informada para três. O gráfico abaixo demonstra a evolução nas notificações:

Gráfico 54 – Evolução das notificações de violência contra pessoas em situação de rua registradas no SINAN, por ano, de 2015 a 2024

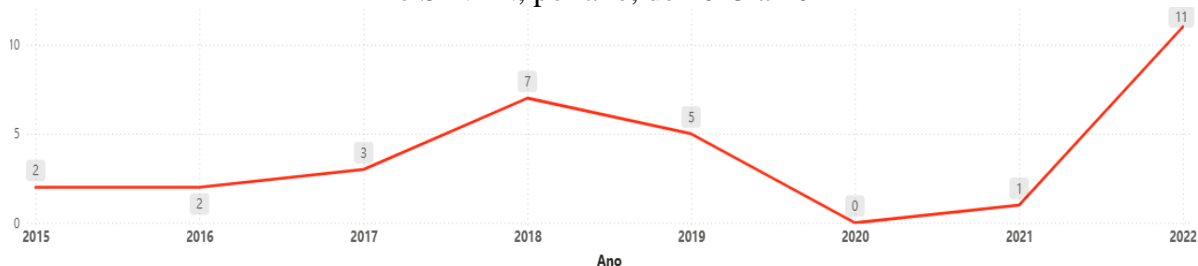


Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base em ObservaDH [2025] (CAPÃO DA CANOA, 2025e).

Desde 2020, há uma crescente ampliação das notificações. Em relação às seis notificações realizadas em 2024: cinco se tratavam de pessoas do sexo masculino (83%); três eram brancos(as) e três, negros(as); três tinham de 40 a 49 anos de idade, um de 12 a 19 anos, um de 30 a 39 anos e um de 70 a 79 anos; todas tiveram como tipo de violência a física, tendo ocorrido em via pública, sem identificação do tipo de vínculo com o provável agressor (ObservaDH [2025]).

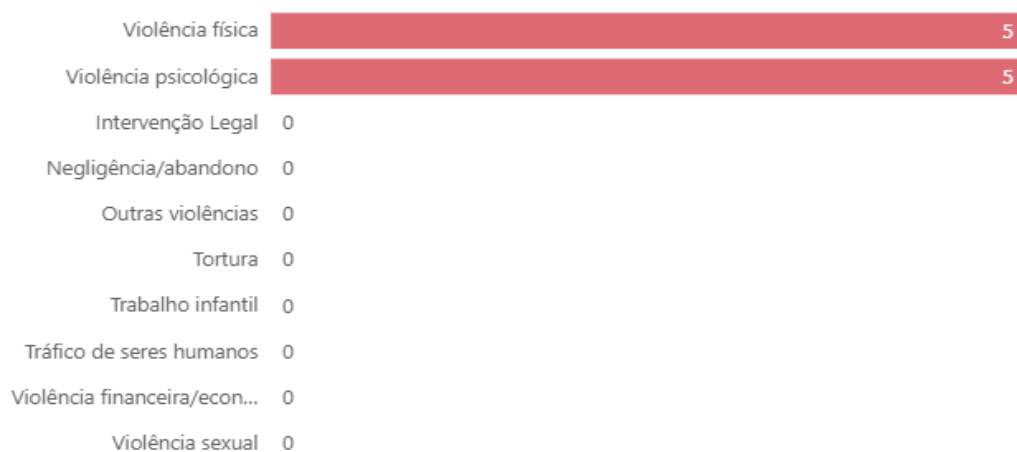
### 3.1.3.6 Pessoas lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros, queer, intersexuais, assexuais e outras orientações sexuais e identidades de gênero

Gráfico 55 - Evolução das notificações de violência contra pessoas LGBTQIA+ registradas no SINAN, por ano, de 2015 a 2022



Fonte: ObservaDH [2026].

Gráfico 56 - Notificações de violência contra pessoas LGBTQIA+ registradas no SINAN, por tipo de violência, em 2022



Fonte: ObservaDH [2026].

### 3.1.4 Indicadores da segurança pública que têm como vítimas mulheres em situação de violência, crianças, adolescentes e pessoas idosas<sup>26</sup>

Os dados apresentados advém do registro de ocorrências policiais cujas vítimas eram mulheres em situação de violência, crianças, adolescentes e pessoas idosas, conforme o enquadramento<sup>27</sup>, e contemplam períodos diferentes, que são sempre identificados.

#### 3.1.4.1 Mulheres em situação de violência

Tabela 25 - Indicadores da violência contra as mulheres, conforme registros de ocorrências policiais, por tipo de enquadramento, de 2018 a 2025

	<b>Feminicídio consumado</b>	<b>Feminicídio tentado</b>	<b>Ameaça</b>	<b>Estupro</b>	<b>Lesão corporal</b>
<b>2025</b>	1	1	277	24	184
<b>2024</b>	0	0	247	20	180
<b>2023</b>	1	0	335	22	186
<b>2022</b>	0	0	245	30	193
<b>2021</b>	0	0	250	20	163
<b>2020</b>	0	0	254	20	146
<b>2019</b>	1	2	268	7	143
<b>2018</b>	0	3	280	9	168

Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base em SIP/PROCERGS (RIO GRANDE DO SUL [2026c]), 2026.

<sup>26</sup>Em relação aos dados deste item, é importante levar em consideração o seguinte: a) os dados representam um recorte temporal e retratam os fatos registrados na data da atualização da base de dados. Estão sujeitos, portanto, a alterações provenientes da revisão de ocorrências duplicadas, apuração de informações oriundas de investigações, diligências, perícias e correção do fato no final da investigação policial, entre outros; para os dados de estupro consideram-se os dados referentes a Estupro e Estupro de Vulnerável (RIO GRANDE DO SUL [2026b]).

<sup>27</sup>Nome do fato criminal, descrição do fato, qualifica o fato ocorrido.

### 3.1.4.2 Crianças e adolescentes

Nos anos de 2023, 2024 e 2025, foram registradas, respectivamente, 242, 260 e 237 ocorrências policiais que tiveram como vítimas 269, 287 e 259 crianças e adolescentes. Essas ocorrências perfizeram 3,59% do total de ocorrências em Capão da Canoa no período, que totalizaram 20.573.

De acordo com a tabela abaixo, os tipos de enquadramento que mais se sobressaíram em todo o período foram lesão corporal (150)<sup>28</sup>, ameaça (88), estupro de vulnerável (79), outros crimes contra a criança/adolescente (63), maus tratos (60) e vias de fato (45). Destaca-se que o registro de estupro vem se ampliando a cada ano, escalando de um em 2023 para oito em 2025. Ainda, no último ano, houve um registro de feminicídio.

Tabela 26 - Registros de ocorrências policiais que tiveram como vítimas crianças e adolescentes, por tipo de enquadramento, ao ano, de 2023 a 2025

Enquadramento	2023	2024	2025	Total
Abandono de incapaz	3	4	10	17
Abandono material	2	2	2	6
Ameaça	32	29	27	88
Ameaça a estabelecimento de ensino	1	0	0	1
Apropriação indébita	0	0	1	1
Ato obsceno	0	1	0	1
Calúnia	1	1	1	3
Coação no curso do processo	0	1	0	1
Constrangimento ilegal	0	0	1	1
Crimes de tortura lei 9455 de 1997	0	1	0	1
Dano	0	0	1	1
Dano qualificado	1	0	0	1
Descumprimento de medida protetiva de urgência	1	4	2	7
Desobediência	0	1	0	1
Difamação	1	2	0	3
Discriminação a pessoa com deficiência	0	0	1	1
Divulgação de cena de estupro de sexo ou de pornografia	0	0	3	3
Entorpecentes - tráfico	0	0	2	2
Estelionato	0	1	2	3
Estelionato fraude com a utilização de ativos virtuais valores mobiliários ou ativos financeiros	0	1	0	1
Estelionato fraude eletrônica	0	1	0	1

<sup>28</sup> Este dado contempla a soma de todos os tipos de lesão corporal.

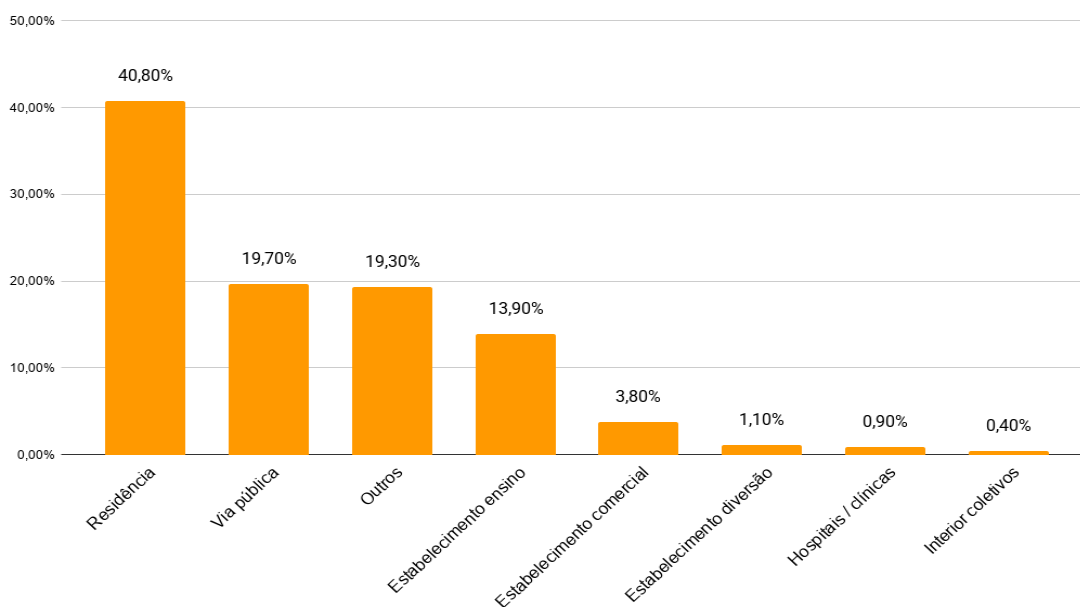
Estupro	1	4	8	13
Estupro de vulnerável	27	25	27	79
Exploração sexual infanto-juvenil	0	1	0	1
Falsificação de documentos particulares	0	1	0	1
Feminicídio	0	0	1	1
Fuga de local de acidente - art. 305	0	0	4	4
Furto de celular	6	11	6	23
Furto de documento	1	2	0	3
Furto em veículo	0	2	0	2
Furto qualificado	3	2	2	7
Furto simples	8	4	1	13
Homicídio culposo direção veic automotor	2	0	0	2
Homofobia/transfobia	0	1	0	1
Importunação sexual	10	10	5	25
Incêndio culposo	0	1	0	1
Induzimento instigação auxílio ao suicídio ou a automutilação	0	0	1	1
Injúria	3	7	5	15
Injúria discriminatória	2	0	3	5
Intimidação bullying	0	4	0	4
Lesão corporal	37	31	29	97
Lesão corporal culposa	3	2	3	8
Lesão corporal culposa direção veic automotor	13	16	13	42
Lesão corporal grave	1	1	0	2
Lesão corporal leve	1	0	0	1
Maus tratos	21	22	17	60
Omissão de cautela na guarda ou condução de animais	3	1	1	5
Outras fraudes	1	1	1	3
Outros crimes	10	12	8	30
Outros crimes contra a criança/adolescente	23	19	21	63
Outros crimes contra relação de consumo e ou economia popular	0	1	0	1
Outros crimes que geram termos circunstanciados	0	1	0	1
Outros furtos	0	0	1	1
Perigo a vida/saúde de outrem	0	2	0	2
Perseguição	2	0	4	6
Perturbação do trabalho ou do sossego alheios	0	2	0	2
Preconceito deficiência	1	0	0	1
Preconceito raça cor	1	1	0	2
Receptação culposa	1	0	0	1
Receptação qualificada	1	0	0	1
Roubo a pedestre	5	3	2	10
Roubo a pedestre com lesões	0	1	0	1
Roubo de telefone celular	1	0	0	1
Satisfação de lascívia mediante presença de criança ou adolescente	0	0	1	1
Sequestro e cárcere privado	1	0	0	1

Servir bebida alcoólica a vulneráveis	1	0	0	1
Subtração de incapaz	0	1	3	4
Vias de fato	10	18	17	45
Violência psicológica contra mulher art 147b	0	1	0	1

Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base em RIO GRANDE DO SUL (2026b).

O gráfico abaixo evidencia que 40,8% das ocorrências tiveram como local do fato a residência.

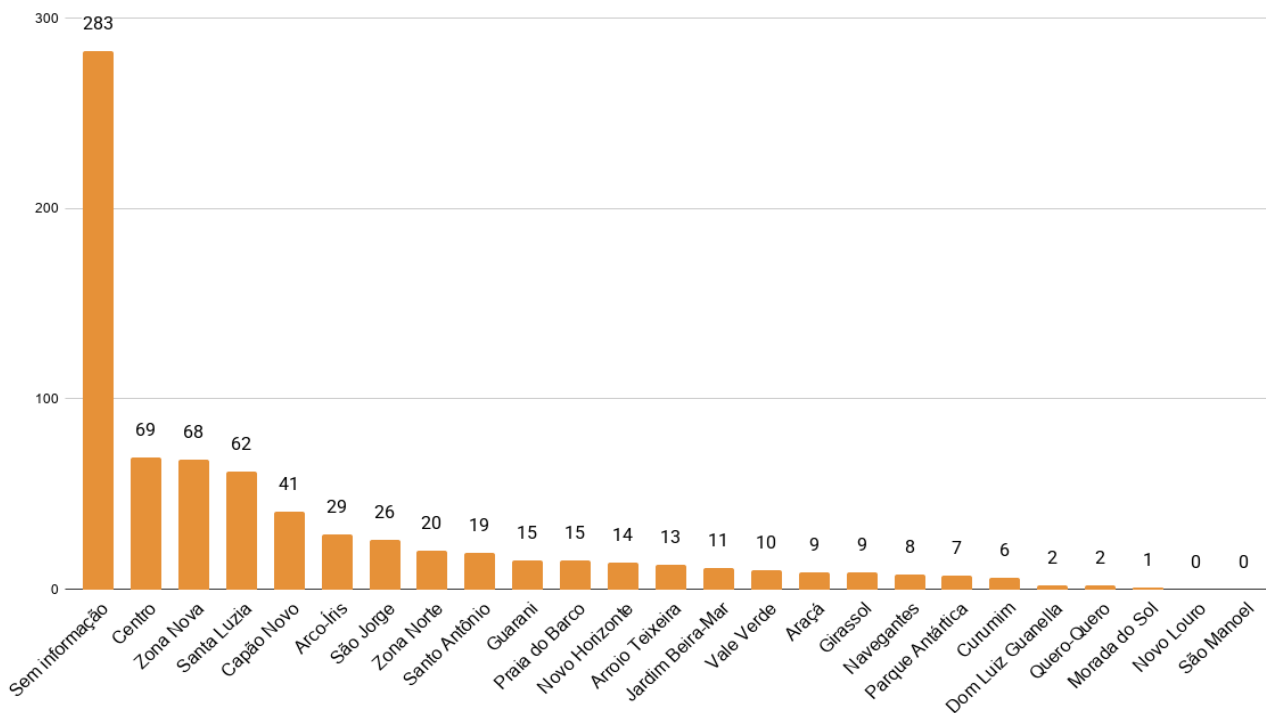
Gráfico 57 - Registros de ocorrências policiais que tiveram como vítimas crianças e adolescentes, por tipo de local do fato, de 2023 a 2025



Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base em RIO GRANDE DO SUL (2026b).

Em relação às ocorrências que tinham a informação sobre o bairro, que representaram 61,7% do total em todo o período, os próximos gráfico e tabela demonstram o quantitativo em cada um. Destacaram-se os bairros Centro, Zona Nova, Santa Luzia, Capão Novo, Arco-Íris, São Jorge e Zona Norte, com pelo menos 20 ocorrências no período. Por região de abrangência dos CRAS, a que mais teve incidência registrada foi a do Santa Luzia (44,95%), seguida por Arco-Íris (31,79%) e Zona Norte (23,24%).

Gráfico 58 - Registros de ocorrências policiais que tiveram como vítimas crianças e adolescentes, por bairro, de 2023 a 2025



Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base em RIO GRANDE DO SUL (2026b).

Tabela 27 - Registros de ocorrências policiais que tiveram como vítimas crianças e adolescentes, por bairros de abrangência de CRAS, ao ano, de 2023 a 2025<sup>29</sup>

Ano	2023	2024	2025	Total
<b>CRAS Arco-Íris</b>				
Araçá	1	4	4	9
Arco-Íris	12	10	7	29
Guarani	7	4	4	15
Novo Horizonte	6	5	3	14
Vale Verde	0	5	5	10
Zona Nova	23	28	17	68
<b>Total</b>	<b>49</b>	<b>56</b>	<b>40</b>	<b>145</b>
<b>CRAS Santa Luzia</b>				

<sup>29</sup>Para o levantamento dessa informação, o bairro Zona Nova foi considerado em sua totalidade para a abrangência do CRAS Arco-Íris.

Centro	26	23	20	69
Dom Luiz Guanella	0	0	2	2
Girassol	1	3	5	9
Morada do Sol	1	0	0	1
Novo Louro	0	0	0	0
Quero-Quero	0	1	1	2
Navegantes	3	1	4	8
Parque Antártica	3	2	2	7
Santa Luzia	27	23	12	62
Santo Antônio	4	6	9	19
São Jorge	7	12	7	26
São Manoel	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>72</b>	<b>71</b>	<b>62</b>	<b>205</b>
<b>CRAS Zona Norte</b>				
Arroio Teixeira	3	5	5	13
Capão Novo	12	15	14	41
Curumim	1	3	2	6
Jardim Beira-Mar	6	1	4	11
Praia do Barco	4	6	5	15
Zona Norte	8	6	6	20
<b>Total</b>	<b>34</b>	<b>36</b>	<b>36</b>	<b>106</b>
<b>Sem informação</b>	<b>87</b>	<b>97</b>	<b>99</b>	<b>283</b>

Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base em RIO GRANDE DO SUL (2026b).

### 3.1.4.3 Pessoas idosas

Nos anos de 2023, 2024 e 2025, foram registradas, respectivamente, 834, 961 e 1.072 ocorrências policiais que tiveram como vítimas 904, 1.045 e 1.201 pessoas idosas. Essas

ocorrências perfizeram 13,93% do total de ocorrências em Capão da Canoa no período, que totalizaram 20.573.

De acordo com a tabela abaixo, os tipos de enquadramento que mais se sobressaíram em todo o período foram furto (576)<sup>30</sup>, estelionato (537), ameaça (355), outros crimes (156), outras fraudes (149) e lesão corporal (104)<sup>31</sup>. Embora não tão expressivos quanto os demais, também é importante destacar a incidência de: vias de fato (54), outros crimes contra o idoso (34), maus tratos (29)<sup>32</sup>, violência psicológica contra mulher art 147b (13), abandono (12), estupro (4)<sup>33</sup>.

Tabela 28 - Registros de ocorrências policiais que tiveram como vítimas pessoas idosas, por tipo de enquadramento, anoano, de 2023 a 2025

Enquadramento	2023	2024	2025	Total
Abandono de idoso	4	4	4	12
Adulteração de sinal identificador de veículo automotor	0	0	1	1
Ameaça	104	117	134	355
Apropriação coisa havida por erro caso fortuito ou força da natureza	0	1	0	1
Apropriação indébita	15	12	21	48
Apropriação indébita de bem de idoso	1	4	1	6
Calúnia	14	17	7	38
Comunicação falsa de crime ou contravenção	1	0	0	1
Constrangimento ilegal	0	0	2	2
Constrangimento ilegal de criança e adolescente	0	0	1	1
Crime de poluição e outros crimes ambientais	0	0	1	1
Crime eleitoral	0	1	0	1
Crimes contra a flora	0	1	0	1
Crueldade contra animais	0	0	1	1
Dano	19	9	24	52
Dano qualificado	0	2	1	3
Denúncia caluniosa	0	3	3	6
Desacato	1	0	1	2
Descumprimento de medida protetiva de urgência	6	12	5	23
Desobediência	0	2	0	2
Difamação	8	9	10	27
Dirigir sem habilitação gerando perigo de dano art. 309	1	0	1	2
Embriaguez - art. 306	0	1	0	1

<sup>30</sup>Este dado contempla a soma de todos os tipos de furto.

<sup>31</sup>Este dado contempla a soma de lesão corporal, lesão corporal culposa e lesão corporal leve.

<sup>32</sup>Este dado contempla a soma de maus tratos e maus tratos contra o idoso.

<sup>33</sup>Este dado contempla a soma de estupro e estupro de vulnerável.

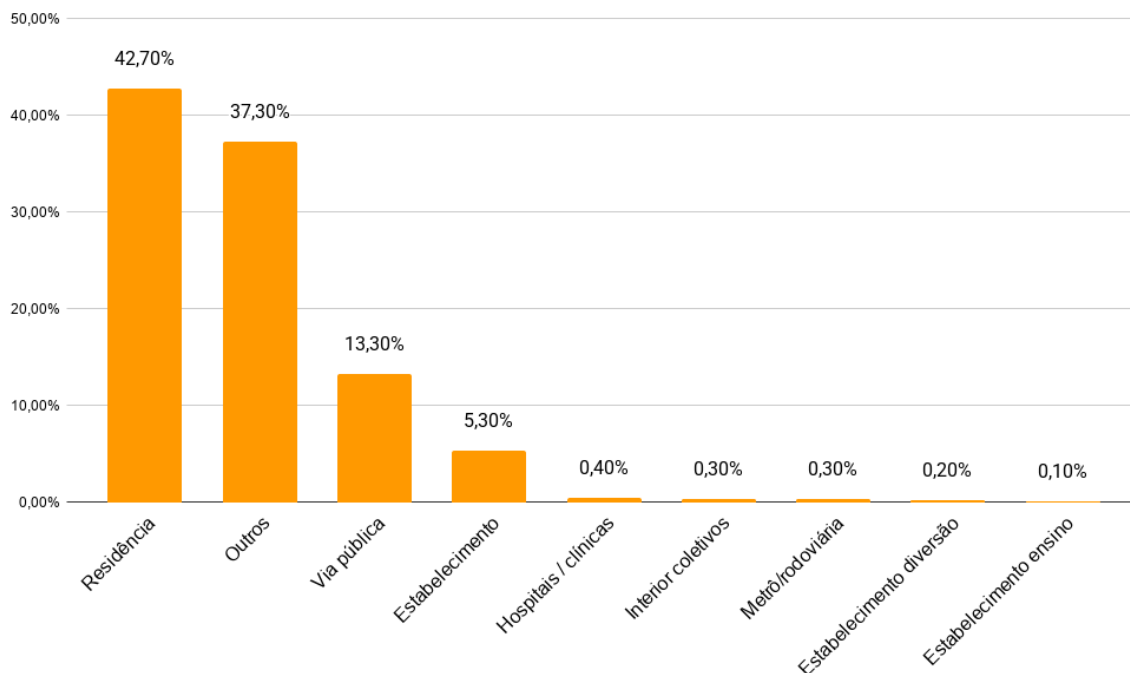
Entorpecentes - tráfico	1	0	0	1
Esbulho possessório	2	2	13	17
Estelionato	185	152	200	537
Estelionato fraude com a utilização de ativos virtuais valores mobiliários ou ativos financeiros	0	4	1	5
Estelionato fraude eletrônica	20	42	67	129
Estupro	1	2	0	3
Estupro de vulnerável	0	1	0	1
Exercício arbitrário ou abuso de poder	0	0	1	1
Exercício arbitrário próprias razões	0	2	2	4
Extorsão	3	4	2	9
Falsa identidade	0	0	1	1
Falsidade ideológica	2	1	2	5
Falsificação de documentos particulares	0	1	1	2
Fraude no comércio	1	0	0	1
Fuga de local de acidente - art. 305	9	11	9	29
Furto abigeato	2	2	2	6
Furto de arma	2	2	2	6
Furto de documento	12	15	12	39
Furto de fios e cabos	1	7	5	13
Furto de celular	16	28	22	66
Furto de veículo	5	6	13	24
Furto em veículo	12	5	7	24
Furto qualificado	32	41	37	110
Furto simples	34	43	44	121
Furto simples em residência	13	25	21	59
Furto/arrombamento	3	3	3	9
Furto/arrombamento de residência	24	35	33	92
Furto/arrombamento estabelecimento comercial	2	4	1	7
Homicídio culposo direção veic automotor	2	2	4	8
Homicídio doloso	0	2	1	3
Incêndio culposo	1	3	3	7
Incêndio doloso	0	1	0	1
Injúria	22	34	35	91
Injúria discriminatória	0	0	1	1
Invasão de dispositivo informático	1	5	2	8
Lesão corporal	25	40	24	89
Lesão corporal culposa	3	5	2	10
Lesão corporal culposa direção veic automotor	22	28	21	71
Lesão corporal leve	2	1	2	5
Maus tratos	2	0	0	2
Maus tratos contra o idoso	10	12	5	27
Morte decorrente de oposição a intervenção policial	0	0	1	1

Negar informações ao consumidor	0	0	1	1
Omissão de cautela na guarda ou condução de animais	3	4	6	13
Outras fraudes	35	43	71	149
Outros crimes	53	45	58	156
Outros crimes contra o idoso	10	15	9	34
Outros crimes contra o patrimônio	0	1	0	1
Outros crimes contra relação de consumo e ou economia popular	1	1	4	6
Outros crimes que geram termos circunstanciados	2	1	0	3
Outros furtos	6	9	30	45
Outros roubos	1	0	0	1
Perigo a vida/saúde de outrem	1	0	1	2
Perseguição	4	3	3	10
Perturbação do trabalho ou do sossego alheios	27	27	27	81
Preconceito religião	0	0	1	1
Receptação	0	0	1	1
Receptação culposa	0	0	1	1
Roubo a estabelecimento comercial	1	0	0	1
Roubo a motorista de táxi	2	0	0	2
Roubo a pedestre	5	8	5	18
Roubo a pedestre com lesões	1	1	0	2
Roubo a residência	2	2	0	4
Roubo a residência com lesões	2	0	0	2
Roubo com lesões	2	1	0	3
Roubo de telefone celular	0	3	2	5
Roubo de veículo	2	1	0	3
Sequestro relâmpago	1	1	0	2
Vias de fato	18	20	16	54
Vilipêndio a cadáver	0	1	0	1
Violação de domicílio	4	5	11	20
Violência psicológica contra mulher art 147b	5	3	5	13

Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base em RIO GRANDE DO SUL (2026b).

O gráfico abaixo evidencia que 42,7% das ocorrências tiveram como local do fato a residência.

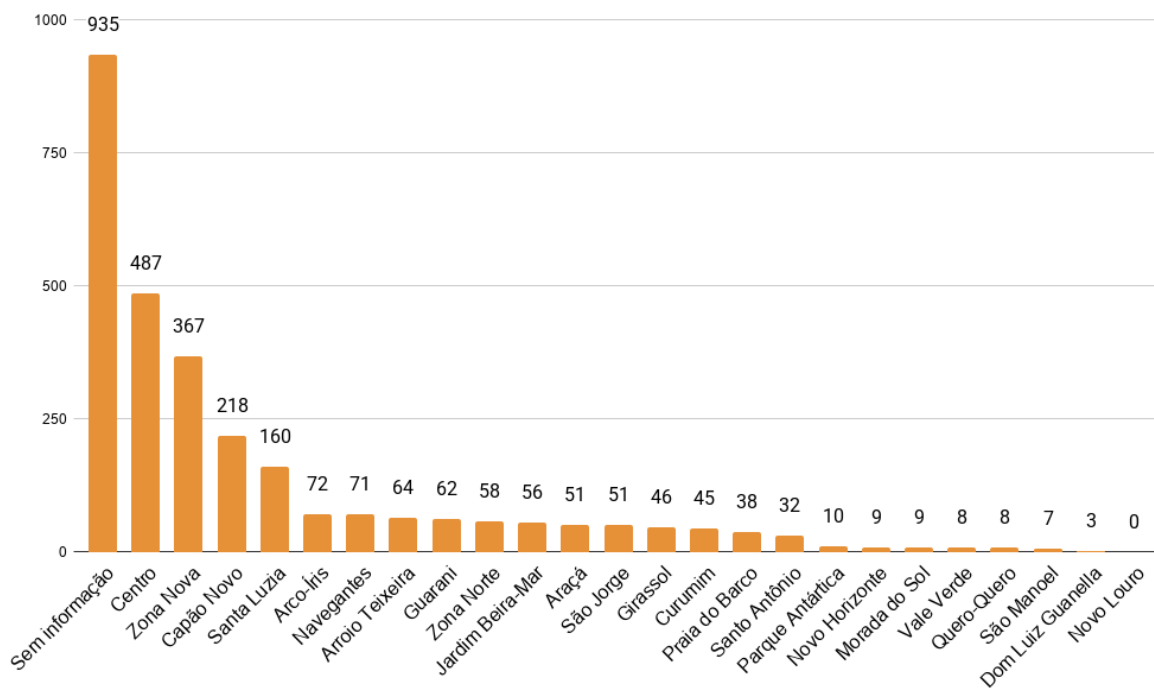
Gráfico 59 - Registros de ocorrências policiais que tiveram como vítimas pessoas idosas, por tipo de local do fato, de 2023 a 2025



Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base em RIO GRANDE DO SUL (2026b).

Em relação às ocorrências que tinham a informação sobre o bairro, que representaram 67,38% do total em todo o período, os próximos gráfico e tabela demonstram o quantitativo em cada um. Muitos bairros tiveram quantitativos expressivos de ocorrências. Destacaram-se, com pelo menos 100 ocorrências no período, os bairros Centro, Zona Nova, Santa Luzia e Capão Novo. Por região de abrangência dos CRAS, a que mais teve incidência registrada foi a do Santa Luzia (45,75%), seguida por Arco-Íris (29,45%) e Zona Norte (24,79%).

Gráfico 60 - Registros de ocorrências policiais que tiveram como vítimas pessoas idosas, por bairro, de 2023 a 2025



Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base em RIO GRANDE DO SUL (2026b).

Tabela 29 - Registros de ocorrências policiais que tiveram como vítimas pessoas idosas, por bairros de abrangência de CRAS, ao ano, de 2023 a 2025<sup>34</sup>

Bairros de abrangência	2023	2024	2025	Total
<b>CRAS Arco-Íris</b>				
Araçá	18	18	15	51
Arco-Íris	24	21	27	72
Guarani	19	24	19	62
Novo Horizonte	3	2	4	9
Vale Verde	2	3	3	8
Zona Nova	100	129	138	367
<b>Total</b>	<b>166</b>	<b>197</b>	<b>206</b>	<b>569</b>
<b>CRAS Santa Luzia</b>				
Centro	142	167	178	487
Dom Luiz Guanella	1	1	1	3
Girassol	15	13	18	46

<sup>34</sup>Para o levantamento dessa informação, o bairro Zona Nova foi considerado em sua totalidade para a abrangência do CRAS Arco-Íris.

Morada do Sol	3	3	3	9
Novo Louro	0	0	0	0
Quero-Quero	0	3	5	8
Navegantes	21	20	30	71
Parque Antártica	2	5	3	10
Santa Luzia	45	54	61	160
Santo Antônio	3	13	16	32
São Jorge	9	24	18	51
São Manoel	5	1	1	7
<b>Total</b>	<b>246</b>	<b>304</b>	<b>334</b>	<b>884</b>
<b>CRAS Zona Norte</b>				
Arroio Teixeira	20	28	16	64
Capão Novo	67	63	88	218
Curumim	14	11	20	45
Jardim Beira-Mar	21	16	19	56
Praia do Barco	11	14	13	38
Zona Norte	12	25	21	58
<b>Total</b>	<b>145</b>	<b>157</b>	<b>177</b>	<b>479</b>
<b>Sem informação</b>	<b>277</b>	<b>303</b>	<b>355</b>	<b>935</b>

Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base em RIO GRANDE DO SUL (2026b).

### 3.1.5 Outros indicadores sobre crianças, adolescentes, jovens e suas famílias

Este item abarca indicadores específicos sobre crianças, adolescentes, jovens e suas famílias que não foram abordados anteriormente, quais sejam: atendimentos do Conselho Tutelar; defasagem escolar; demanda de apoio para o desenvolvimento integral na primeira infância.

#### 3.1.5.1 Atendimentos do Conselho Tutelar<sup>35</sup>

<sup>35</sup> As categorias apresentadas neste item estão conforme constam nos relatórios do órgão.

Dentre os dados apresentados a seguir de denúncias e situações atendidas pelo Conselho Tutelar em 2023, 2024 e no primeiro semestre de 2025, as que são demanda diretamente e explicitamente da Assistência Social são negligência, violência física, violência psicológica, violência sexual, trabalho infantil e requisição de acolhimento institucional. As demais - especialmente fuga de adolescente, problemas com adolescentes e medida de afastamento - podem estar relacionadas com violências e violações de direitos contra crianças e adolescentes, bem como podem evidenciar fragilidade de vínculos familiares.

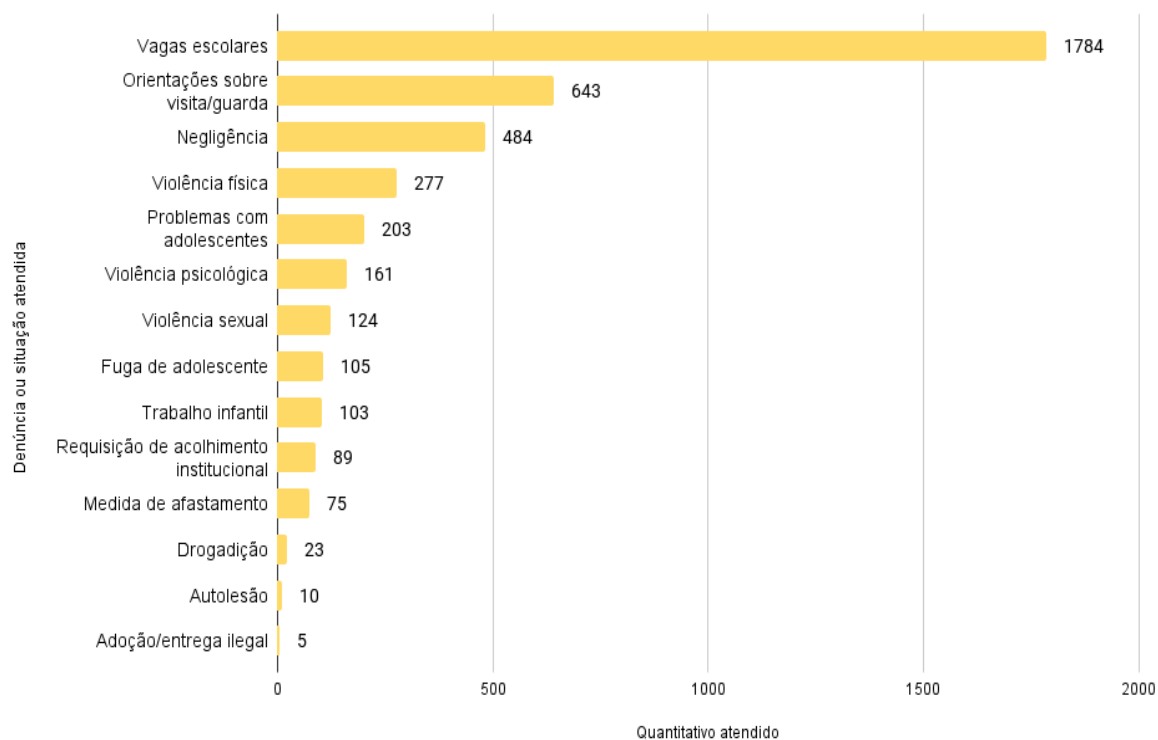
Tabela 30 - Denúncias e situações atendidas pelo Conselho Tutelar de Capão da Canoa, por tipo, em 2023, 2024 e no primeiro semestre de 2025<sup>36</sup>

Denúncia ou situação atendida	2023	2024	1º sem. 2025
Negligência	160	242	82
Violência física	121	99	57
Violência psicológica	74	54	33
Violência sexual	57	45	22
Adoção/entrega ilegal	2	3	0
Fuga de adolescente	31	54	20
Trabalho infantil	50	47	6
Autolesão	-	8	2
Orientações sobre visita/guarda	-	427	216
Problemas com adolescentes	68	87	48
Drogadição	-	11	12
Vagas escolares	746	540	498
Requisição de acolhimento institucional	34	45	10
Medida de afastamento	23	30	22

Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base em CAPÃO DA CANOA (2024, 2025a), 2026.

<sup>36</sup> Não foram encontradas informações para algumas denúncias ou situações atendidas no ano de 2023.

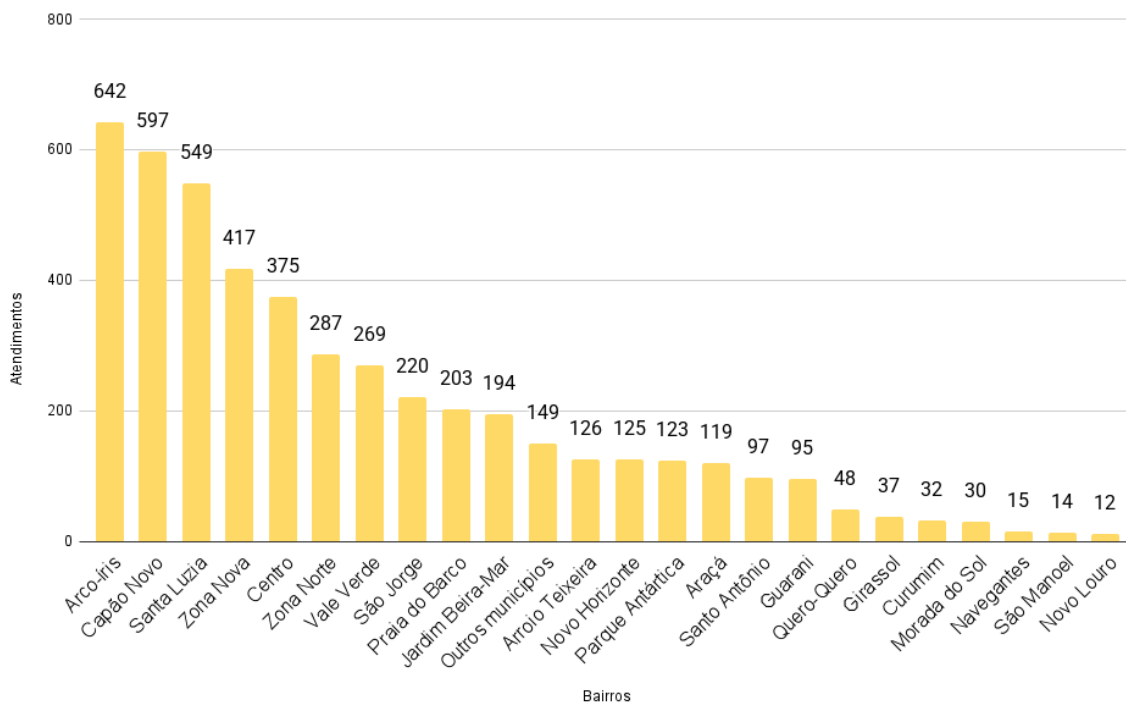
Gráfico 61 - Total de denúncias e situações atendidas pelo Conselho Tutelar de Capão da Canoa, por tipo, em 2023, 2024 e no primeiro semestre de 2025



Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base em CAPÃO DA CANOA (2024, 2025a), 2026.

Em dois anos e meio, de acordo com o gráfico acima, foram requisitados 89 acolhimentos institucionais de crianças e adolescentes pelo Conselho Tutelar.

Gráfico 62 - Quantitativo de atendimentos do Conselho Tutelar de Capão da Canoa, em 2024 e no primeiro semestre de 2025, por bairro



Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, a partir de CAPÃO DA CANOA (2025a).

Conforme o gráfico acima, a incidência de atendimentos do Conselho Tutelar, em 2024 e no primeiro semestre de 2025, em termos de região de abrangência dos CRAS, é a seguinte: 36% no CRAS Arco-Íris, 32,9% no CRAS Santa Luzia e 31,1% no CRAS Zona Norte<sup>37</sup>.

### 3.1.5.2 Defasagem escolar

A tabela abaixo apresenta o comparativo da Taxa de Distorção Idade-Série entre escolas municipais, Município de Capão da Canoa e Estado do Rio Grande do Sul, considerando os Níveis de Ensino Fundamental e Médio. A distorção idade-série é um indicador que mede a proporção de alunos com dois ou mais anos de atraso escolar em relação à idade esperada para sua série. Essa informação dialoga com a Assistência Social, entre outros motivos, devido a um dos públicos prioritários para o SCFV ser de crianças e adolescentes fora da escola ou com defasagem escolar superior a dois anos.

<sup>37</sup>Para o levantamento dessa informação, o bairro Zona Nova foi considerado em sua totalidade para a abrangência do CRAS Arco-Íris.



Tabela 31 - Comparativo da Taxa de Distorção Idade-Série entre escolas municipais, Município de Capão da Canoa e Estado do Rio Grande do Sul, considerando os Níveis de Ensino Fundamental e Médio - 2024

Nome da Escola / Município / Estado	Dependência Administrativa	Ensino Fundamental												Ensino Médio			
		Total	Anos Iniciais	Anos Finais	1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	5º Ano	6º Ano	7º Ano	8º Ano	9º Ano	Total	1ª Série	2ª Série	3ª Série
EMEF PROFESSOR MOACYR DE ARAUJO PIRES	Municipal	24,3	13,4	35,5	5,4	9,5	24	19,2	14,8	40,5	31,1	35,7	34,8	--	--	--	--
EMEF LEOPOLDINA VERAS DA SILVEIRA	Municipal	23,6	13,2	37,1	2,3	0	9,4	23,6	25,4	22,4	33,3	51,8	38,6	--	--	--	--
EMEF PRUDENTE DE MORAIS	Municipal	13,2	8,1	19,4	0	0	7,7	16,3	21,7	17,8	20,5	16	24	--	--	--	--
EMEF PREFEITO JORGE DARIVA	Municipal	19,2	10	30,5	2,3	4,3	12,8	14,1	17,6	32,4	25,3	36,5	27,8	--	--	--	--
EMEF CICERO DA SILVA BROGNI	Municipal	28,6	17,8	46,1	4,8	5,1	17,3	23,8	34	38,6	41,2	63,2	42,2	--	--	--	--
EMEF PROFESSORA IRACEMA VIZZOTTO	Municipal	6,5	2,5	11,9	0	0	5,4	2,9	3,9	9,4	11,1	16,9	8,2	--	--	--	--
EMEF MARIO CURTINOVE	Municipal	24,9	14,9	37,6	5	7,7	18,5	21,4	23,8	45,7	27,5	56,5	21,2	--	--	--	--
EMEF IGLESIAS MINOSSO RIBEIRO	Municipal	29,2	18,5	42,3	7,5	2,4	12,9	34,3	27,7	40,7	41,5	44,8	41,7	--	--	--	--
EMEF LUIZ CLAUDIO MAGNANTE	Municipal	23,3	17,3	32,3	2,4	2,6	17,5	22,3	27,1	19,2	37,2	42,1	26,7	--	--	--	--
EMEF PROFESSORA ZILPA MATTIVI DE OLIVEIRA	Municipal	24,2	20,6	28,7	28,8	6,7	15,7	19,5	27,3	23,4	32,4	25,7	35,7	--	--	--	--
EMEF MANOEL MEDEIROS FERNANDES	Municipal	28,4	18,8	42,9	7	8,3	23,6	26,3	27,3	26,7	52,5	38,7	50,5	--	--	--	--
ESC EST ENS FUN EMILIO TARRAGO ASSUMPCAO	Estadual	11,9	5,6	21	0	0	6,7	0	17,2	21,7	20,7	18,5	23,8	--	--	--	--
ESC EST ENS MED LUIZ MOSCHETTI	Estadual	2,9	0,8	4,7	5	0	0	0	0	0	0	13,3	4,9	12,1	17,5	13,3	6,5
INST ESTADUAL RIACHUELO	Estadual	23,5	32,4	22,3	--	--	--	25	34,6	31,3	31,3	18,1	17,9	30,8	35,3	29,8	23,7
ESC EST ENS MED CAPAO NOVO	Estadual	14,2	8,7	24,8	2,1	4,8	9,8	14,7	16,9	17,9	27,3	27,5	30	34,6	33,3	40,2	26,7
CENTRO DE ENSINO MEDIO PASTOR DOHMS	Privada	1,8	1	3	0	0	1	1,5	2,6	6,2	2,6	3,1	0	5	7,7	5,4	0
INSTITUTO DIVINA PROVIDENCIA	Privada	2,9	1,3	5,1	0,6	1,3	1,4	3	0,8	5,1	3,8	4,2	7,5	5,1	4,2	7,1	4,3
CAPÃO DA CANOA	<b>Total</b>	17,3	10,9	25,8	4,7	3,5	11,7	16,4	18,2	22,6	26,9	29,1	24	20,8	24,1	22,6	13,1
RIO GRANDE DO SUL	<b>Total</b>	11,5	6,7	17,9	1,1	1,6	7,9	10,8	11,5	16,1	18,3	19,5	17,8	21,2	25,8	20,3	14,7

Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, a partir de Censo da Educação Básica 2024/INEP (BRASIL [2025a]), 2025.

De acordo com a tabela, a Taxa total de Distorção Idade-Série para o Ensino Fundamental de Capão da Canoa, de 17,3, é maior que a do Rio Grande do Sul, que é 11,5.

Em relação à Taxa total de Distorção Idade-Série das 11 escolas municipais, duas possuem Taxas mais baixas que as demais (6,5 e 13,2), seis possuem similares (sendo 19,2 a menor e 24,3 a maior) e três se destacam com as taxas mais altas (28,4, 28,6 e 29,2). As duas com mais baixas taxas, a EMEF Professora Iracema Vizzotto e a EMEF Prudente de Moraes, estão localizadas respectivamente na região de abrangência dos CRAS Santa Luzia e Zona Norte. Já as três mais altas (EMEF Iglesias Minosso Ribeiro, EMEF Cícero da Silva Brogni e EMEF Manoel Medeiros Fernandes), cuja Taxa dos anos finais também se destaca em relação às demais escolas (42,3, 46,1 e 42,9 respectivamente), estão no território do CRAS Santa Luzia. Com relação às últimas duas referidas anteriormente, são também as duas com maior volume de beneficiários(as) do PBF, conforme a tabela apresentada na seção 2, acerca da estimativa das demandas socioassistenciais.

Dentre as escolas estaduais, no que tange ao Ensino Fundamental, de forma geral, as maiores Taxas são relativas aos anos finais. As Taxas totais de Distorção Idade-Série relativa ao Ensino Médio da Escola Estadual de Ensino Médio Capão Novo e do Instituto Estadual Riachuelo, 34,6 e 30,8, são bem mais altas que a do RS, que é 21,2. Essas escolas, a primeira situada na área de abrangência do CRAS Zona Norte e a segunda no do CRAS Santa Luzia, são a terceira e a quinta com maior volume de beneficiários(as) do PBF.

Outras informações que dialogam com esta são as relacionadas com infrequência escolar, evasão escolar e não acesso à escola, que poderão ser monitoradas por meio dos dados do Sistema Ficha de Comunicação de Aluno Infrequente (FICAI) 4.0<sup>38</sup>

### 3.1.5.3 Demanda de apoio para o desenvolvimento integral na primeira infância

Em relação às famílias atendidas pelo Programa Primeira Infância Melhor (PIM)<sup>39</sup>, a sua coordenação repassou que, no mês de novembro de 2025, das 164 famílias atendidas, 97

---

<sup>38</sup> O Sistema FICAI 4.0 é plataforma destinada ao registro, encaminhamento e sistematização de dados de estudantes que não estão na escola por infrequência, evasão ou não acesso, a fim de concentrar esforços para garantir a frequência do(a) aluno(a) e possibilitar ao Poder Público a construção de políticas públicas em prol da garantia do direito à educação. Trata-se de um instrumento existente desde 1997, que sofreu alterações e aprimoramentos ao longo do tempo, chegando à sua versão 4.0. É acessado pelas escolas, Conselho Tutelar e Ministério Público e demais atores da rede intersetorial.

<sup>39</sup> “O Primeira Infância Melhor (PIM) é uma política pública intersetorial de promoção do desenvolvimento integral na primeira infância. Seu objetivo é apoiar as famílias, a partir de sua cultura e experiências, para que promovam o desenvolvimento integral de suas crianças, desde a gestação até os seis anos de idade.



(59%) eram residentes no Bairro Capão Novo, 53 (32%), no Arco-Íris e as quatorze restantes moravam nos bairros Araçá, Arroio Teixeira, Guarani, Jardim Beira-Mar, Praia do Barco, Santa Luzia, São Jorge, Zona Norte e Zona Nova.

---

Suas ações buscam fortalecer as competências familiares nas funções de cuidado, proteção e educação da criança, fomentar o acesso à atenção básica em saúde, à proteção social básica e à educação; e promover o desenvolvimento integral na primeira infância.

O PIM contribui para a efetivação do direito ao desenvolvimento humano sustentável, incluindo a redução da morbimortalidade materno-infantil e da evasão escolar, a melhoria da prontidão escolar e a ruptura dos ciclos de pobreza e violências.

O público-alvo para atendimento do PIM é famílias com gestantes e/ou crianças menores de 6 anos, prioritariamente àquelas em situação de vulnerabilidade, famílias com gestantes e crianças menores de 3 anos.

Em 2021, passou a compor o Programa Estadual de Incentivos a Atenção Primária em Saúde (PIAPS) [...]

[...] Os atendimentos do PIM ocorrem, prioritariamente, por meio de visitas domiciliares e atividades coletivas. Em alguns casos, o atendimento às famílias pode ser feito de forma híbrida, associando visitas presenciais e visitas remotas (chamadas de vídeo e/ou ligações telefônicas). Os atendimentos são realizados semanalmente, planejados com base nas singularidades de cada família, utilizando a ludicidade como tecnologia de intervenção” (RIO GRANDE DO SUL [2026a]).

### 3.2 PERFIL DO PÚBLICO DO CADASTRO ÚNICO PARA OS PROGRAMAS SOCIAIS

O Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico) identifica e caracteriza as famílias de baixa renda residentes em todo território nacional. Ele permite que o governo conheça melhor a realidade dessa população ao registrar informações como: endereço, características do domicílio, quem faz parte da família, identificação de cada pessoa, escolaridade, situação de trabalho e renda, deficiência, entre outras. É o principal instrumento do Estado brasileiro para a seleção e a inclusão de famílias de baixa renda em programas federais, como o PBF. Além disso, ele também serve como critério para a seleção de beneficiários de programas oferecidos pelos governos estaduais e municipais.

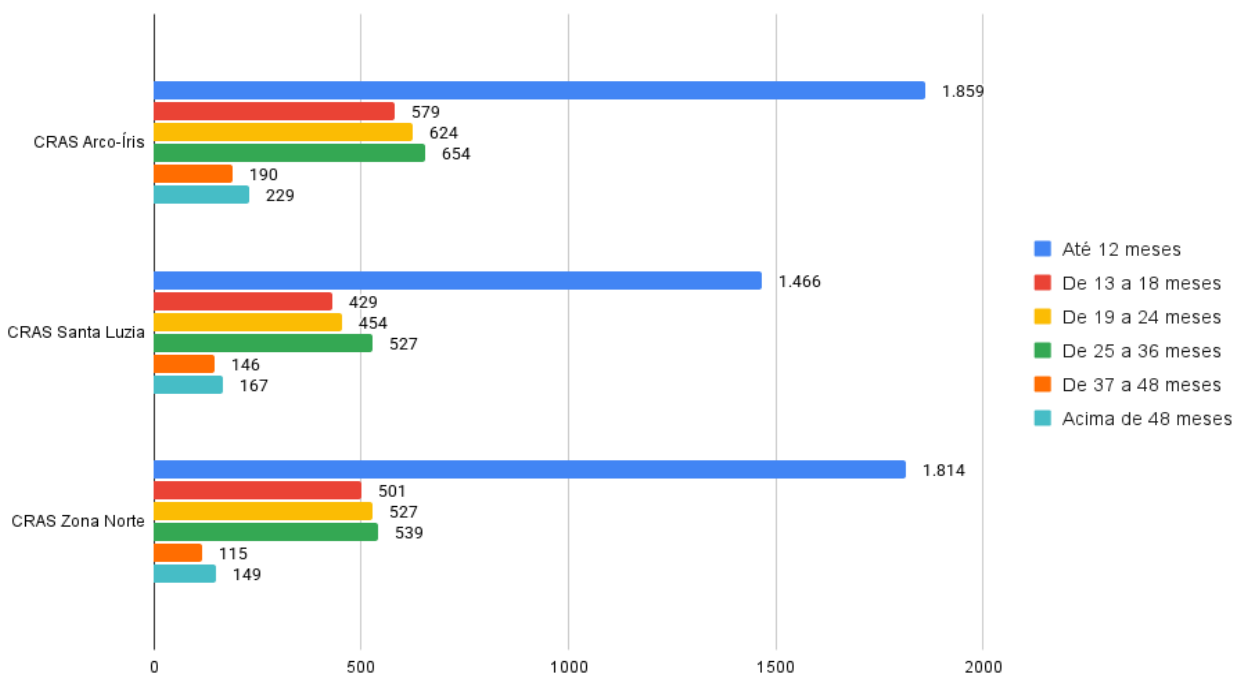
Dessa forma, as famílias que se inscrevem no CadÚnico devem ser aquelas que vivem com renda mensal de até meio salário-mínimo por pessoa ao mês. As que têm renda acima desse valor podem ser cadastradas para participar de programas ou serviços específicos.

#### 3.2.1 Volume de famílias, composição familiar e distribuição territorial

Em março de 2025, no Município, havia 10.969 famílias e 26.073 pessoas inscritas no CadÚnico. De março de 2021 até março de 2025, um período de quatro anos, houve um crescimento de 157% das famílias e 138% das pessoas inscritas.

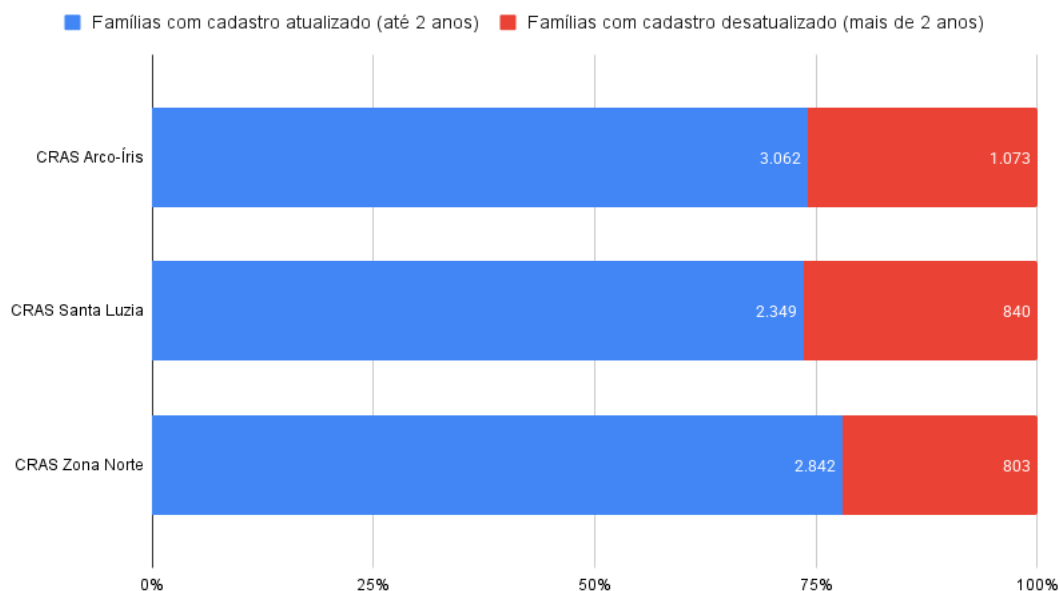
Cerca de 75% das famílias estavam com o cadastro atualizado em março de 2025, isto é, que faz até dois anos desde a data de sua inclusão ou última atualização cadastral. Se consideradas as famílias com renda per capita até meio salário mínimo mensal, a taxa de atualização sobe para 81%. Especificamente, por região de abrangência dos CRAS, 74% das famílias do Arco-Íris e do Santa Luzia estavam com o cadastro atualizado, enquanto que 78% das famílias do Zona Norte estavam nessa situação.

Gráfico 63 - Famílias inscritas no Cadastro Único, conforme o número de meses após a última atualização cadastral, por região de abrangência dos CRAS<sup>40</sup>



Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base em Cadastro Único para Programas Sociais, CECAD (BRASIL, 2025), março de 2025.

Gráfico 64 - Famílias inscritas no Cadastro Único, conforme situação cadastral, por região de abrangência dos CRAS<sup>41</sup>



Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base em Cadastro Único para Programas Sociais, CECAD (BRASIL, 2025), março de 2025.

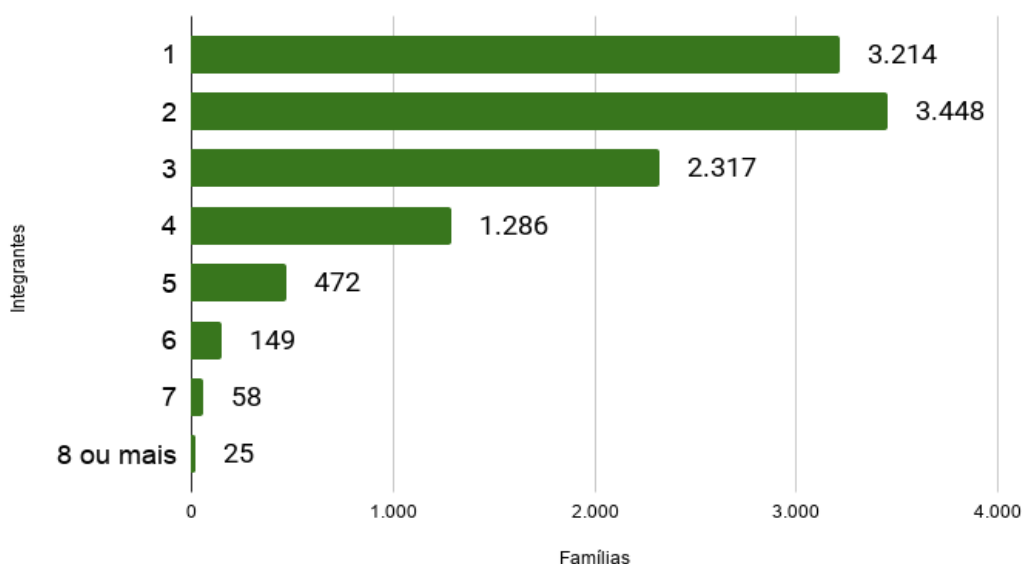
<sup>40</sup>Para o levantamento dessa informação, o bairro Zona Nova foi considerado em sua totalidade para a abrangência do CRAS Arco-Íris.

<sup>41</sup>Para o levantamento dessa informação, o bairro Zona Nova foi considerado em sua totalidade para a abrangência do CRAS Arco-Íris.

No mês de outubro de 2025, a porcentagem das famílias no CadÚnico cujo cadastro foi feito ou atualizado em domicílio era de 3%<sup>42</sup>.

Já em relação à composição familiar, o gráfico abaixo demonstra que 31,43% das famílias são compostas por duas pessoas, 29,3%, por uma pessoa, 21,12%, por três pessoas, 11,76%, por quatro pessoas e 6,41%, por cinco ou mais pessoas.

Gráfico 65- Famílias inscritas no Cadastro Único, por número de integrantes

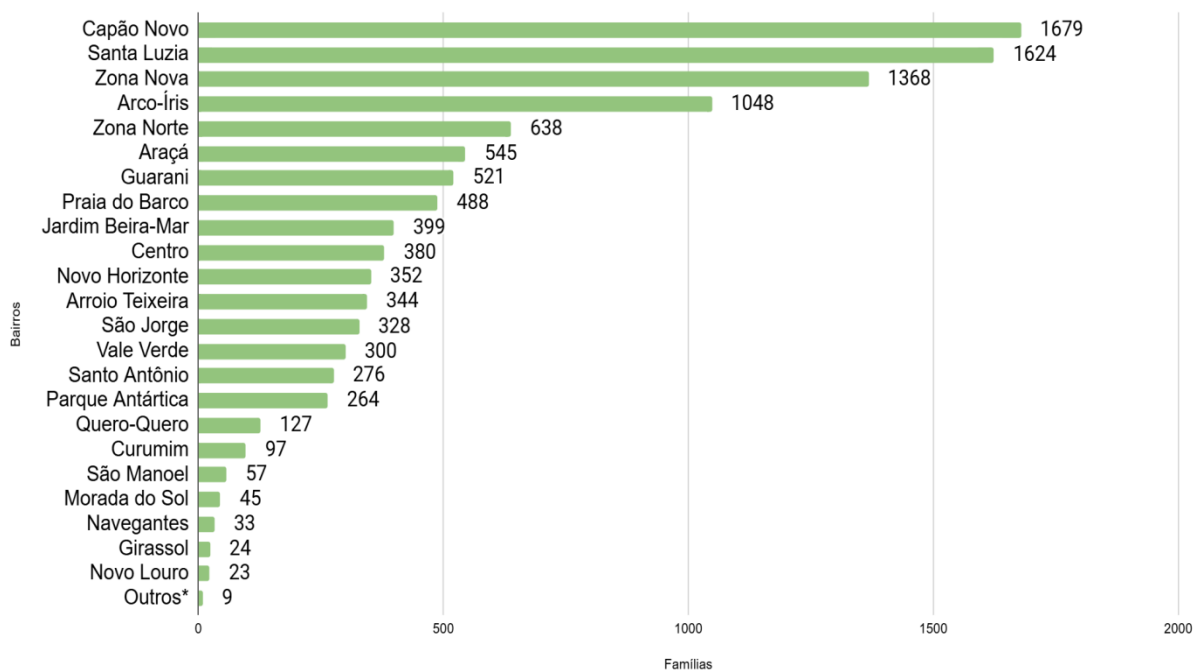


Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base em Cadastro Único para Programas Sociais, março de 2025.

A distribuição das famílias inscritas, conforme seu bairro de moradia, pode ser visualizada no gráfico abaixo e pela figura subsequente, que as identifica no território do Município e localiza onde fica situado cada CRAS:

<sup>42</sup> Informação retirada do Observatório do Cadastro Único (BRASIL, [2025?]).

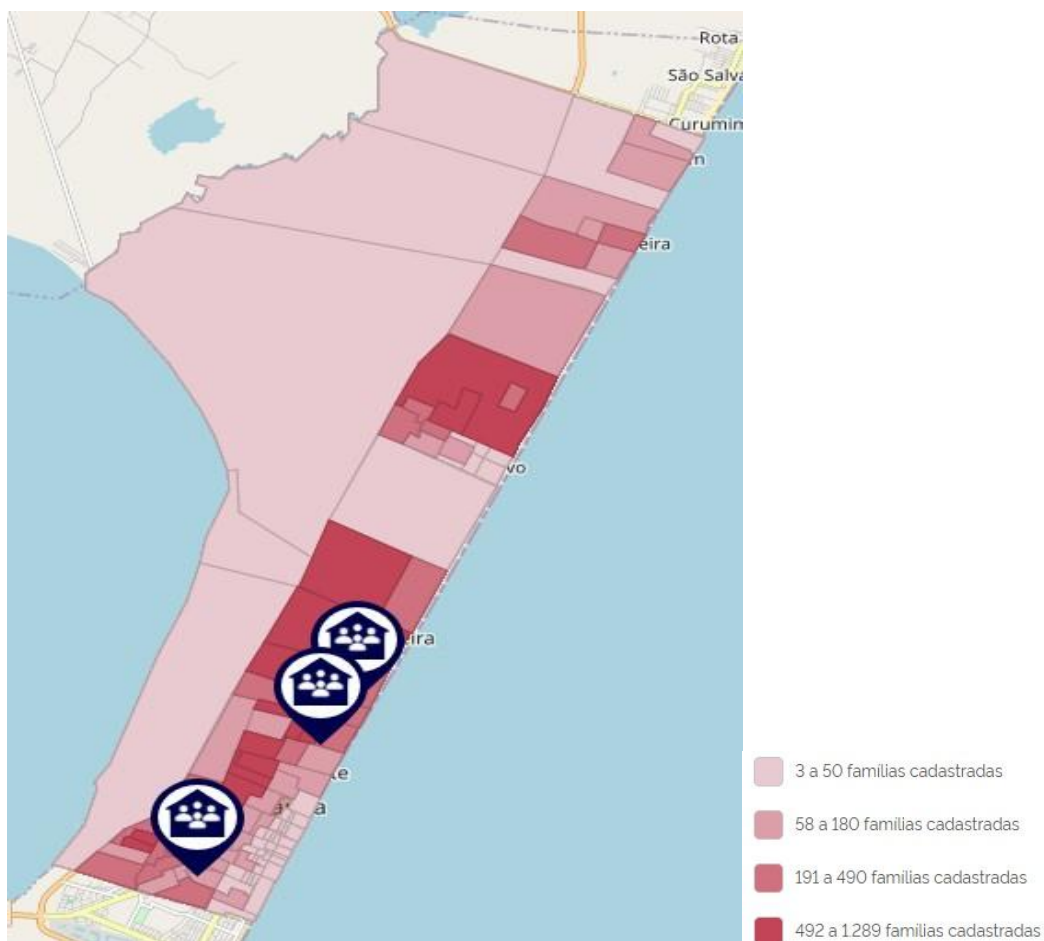
Gráfico 66 – Famílias cadastradas no Cadastro Único, conforme bairro de residência



Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base em Cadastro Único para Programas Sociais, CECAD (BRASIL, 2025), março de 2025.

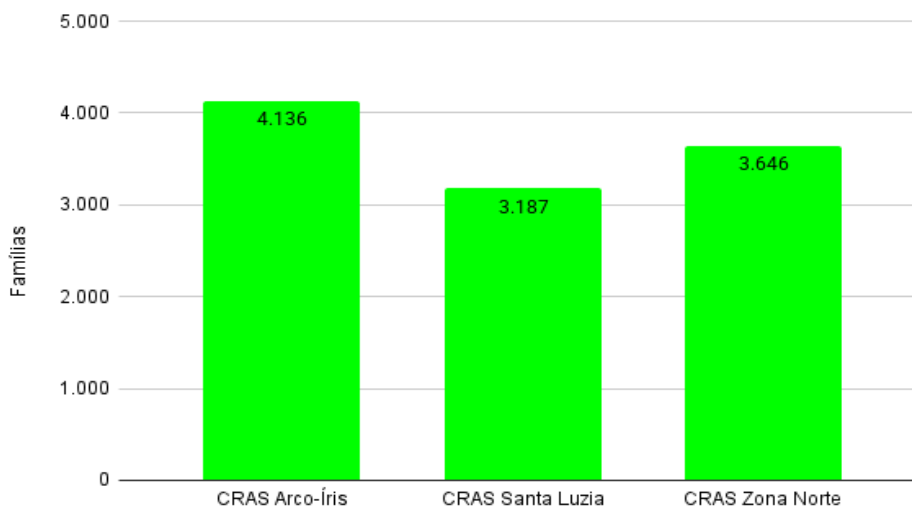
\* Se o bairro ou localidade tem menos de 20 famílias, não foi nomeado, de forma a não identificar as famílias.

Figura 7 - Mapa de Capão da Canoa, conforme o total de famílias cadastradas no Cadastro Único e a localização dos CRAS municipais, em 2025



Fonte: Mapa Social (BRASIL [março de 2025]).

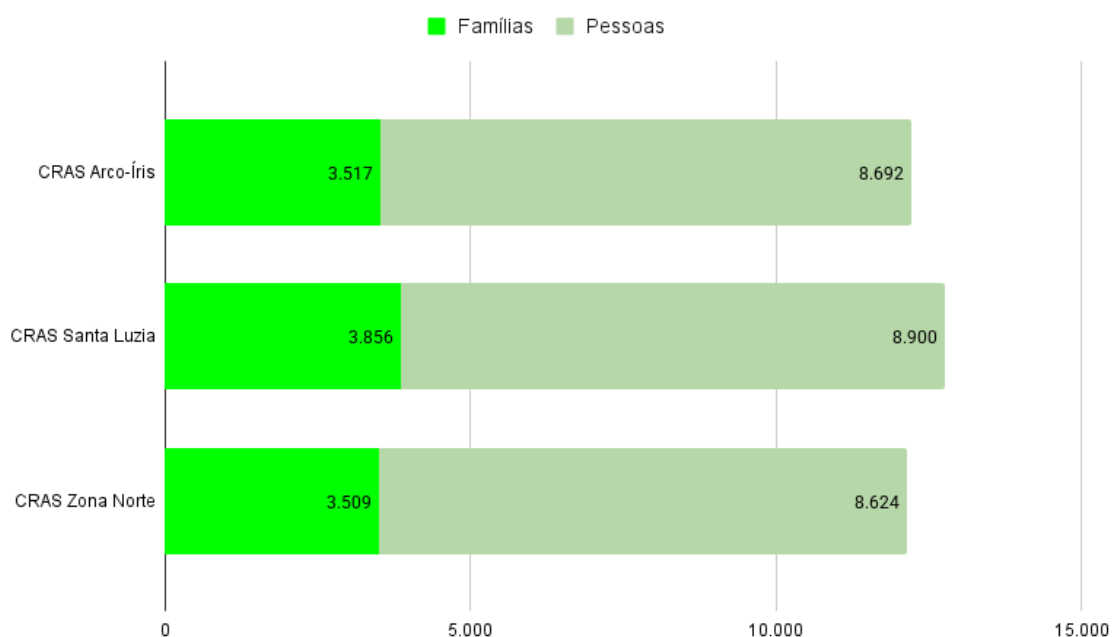
Gráfico 67 - Famílias inscritas no Cadastro Único aproximadamente, por região de abrangência dos CRAS<sup>43</sup>



Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base em Cadastro Único para Programas Sociais, CECAD (BRASIL, 2025), março de 2025.

Conforme levantamento por meio de outra base de informações, as famílias inscritas no CadÚnico, de acordo com a região de abrangência de CRAS, é a seguinte:

Gráfico 68 - Estimativa de famílias e pessoas inscritas no Cadastro Único, por região de abrangência dos CRAS



Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base em Mapa Social (BRASIL, 2025), março de 2025.

<sup>43</sup> Para o levantamento dessa informação, o bairro Zona Nova foi considerado em sua totalidade para a abrangência do CRAS Arco-Íris.

Com base na mesma fonte do gráfico acima, em relação à região de abrangência do CRAS Zona Norte, do total de famílias e pessoas cadastradas, 2.348 famílias e 5.758 pessoas são residentes nos distritos de Capão Novo, Arroio Teixeira e Curumim.

Se comparadas a estimativa da população residente, conforme o Censo Demográfico (2022), e a estimativa da população inscrita no CadÚnico, tem-se a seguinte distribuição:

Tabela 32 - Comparativo da estimativa da distribuição da população, por região de abrangência dos CRAS, na malha preliminar do Censo Demográfico 2022 e no Cadastro Único

CRAS	Total de pessoas	Percentual de pessoas	Total de pessoas inscritas no CadÚnico	Percentual de pessoas inscritas no CadÚnico em relação ao total de pessoas no território
CRAS Arco-Íris	21.076	29,52%	8.692	41,24%
CRAS Santa Luzia	31.387	43,97%	8.900	28,35%
CRAS Zona Norte	18.918	26,50%	8.624	45,58%

Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base em Mapa Social (BRASIL, 2025), março de 2025.

Ainda que os CRAS possuam quantitativo similar de pessoas inscritas no CadÚnico, o gráfico acima evidencia que, se houver comparação com o total de pessoas na região, há distribuição distinta entre os territórios. O CRAS Santa Luzia, com maior estimativa de pessoas no território, não é o que possui, proporcionalmente, mais pessoas inscritas no CadÚnico. Já os CRAS Arco-Íris e Zona Norte têm, respectivamente, 41,24% e 45,58% da população do seu território inscrita no CadÚnico.

### 3.2.2 Índice de Vulnerabilidade das Famílias do Cadastro Único

O Índice de Vulnerabilidade das Famílias do Cadastro Único (IVCAD) é um indicador proposto para medir vulnerabilidades das famílias inscritas no Cadastro Único. O IVCAD é calculado considerando famílias beneficiárias do PBF e, não sendo beneficiárias do Programa, com cadastro atualizado em até dois anos e renda familiar per capita de até meio

salário mínimo. O Índice varia entre zero e um: quanto maior a situação de vulnerabilidade social, mais próximo de um será seu resultado.

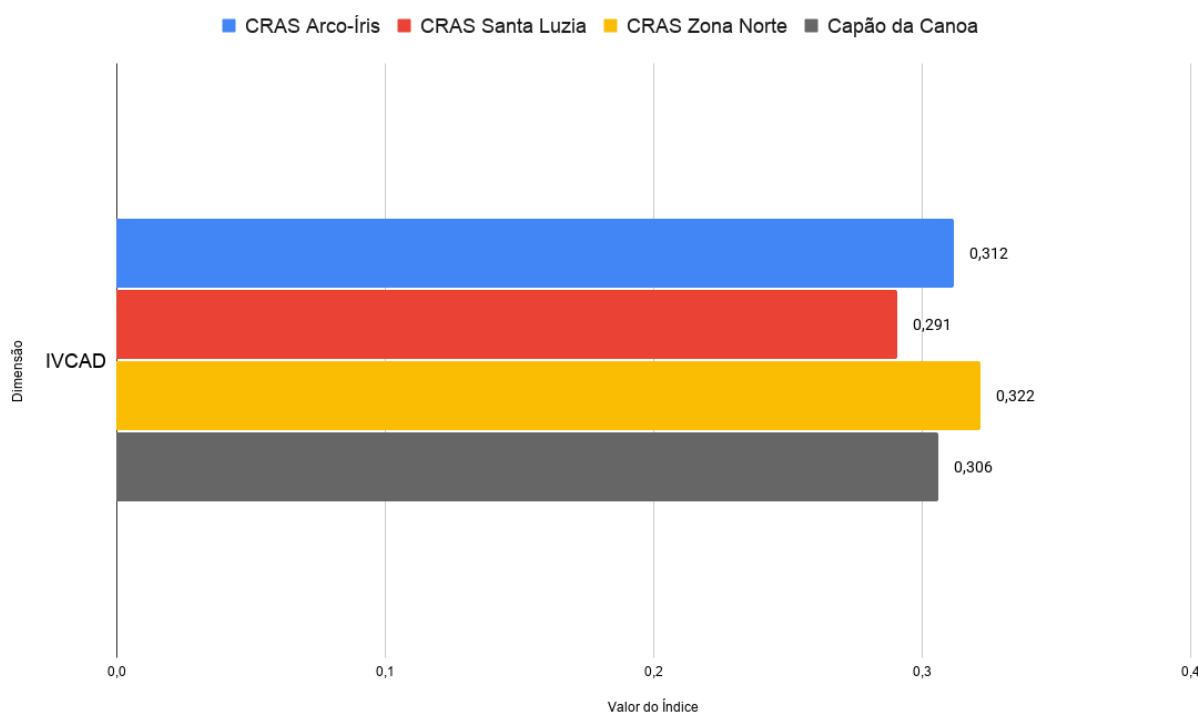
A partir de 40 indicadores, que estão elencados no ANEXO B, o IVCAD sintetiza seis dimensões em que uma família pode estar de vulnerabilidade social, quais sejam:

- Disponibilidade de Recursos (DR): identifica possíveis situações de vulnerabilidade relacionadas à baixa disponibilidade de recursos financeiros. São sinalizadas situações em que a renda familiar mensal por pessoa fica abaixo de R\$ 218,00;
- Condições Habitacionais (CH): identifica possíveis situações de vulnerabilidade em diferentes aspectos da moradia. São sinalizadas situações de déficit habitacional, de baixa qualidade em termos de abrigabilidade e de baixo acesso a serviços;
- Trabalho e Qualificação de Adultos (TQA): identifica possíveis situações de vulnerabilidade em relação à qualificação e à inserção no mundo do trabalho de adultos de 18 a 59 anos de idade. São sinalizadas situações de baixa escolaridade e de inserção no setor informal ou em ocupações de baixa remuneração;
- Necessidade de Cuidados (NC): identifica situações que possivelmente caracterizam as famílias como demandantes de trabalho de cuidados. São identificadas a presença de crianças, de pessoas com deficiência e de idosos, contrapondo à capacidade da família de cuidar dessas pessoas ao identificar a proporção de adultos que potencialmente poderiam realizar o trabalho de cuidado;
- Desenvolvimento na Primeira Infância (DPI): identifica possíveis situações de vulnerabilidade para famílias com crianças com idade entre zero e seis anos. São sinalizados contextos em que essas crianças não frequentam creche ou pré-escola, assim como os casos em que essas crianças não são filhos ou enteados do responsável familiar;
- Desenvolvimento de Crianças e Adolescentes (DCA): identifica possíveis situações de vulnerabilidade para crianças e adolescentes com idade entre sete e 17 anos. São sinalizadas situações de trabalho infantil de sete a 15 anos de idade, além de contextos em que a criança/adolescente encontra-se fora da escola ou com atraso escolar.

Neste item, é apresentado o valor geral do Índice e por dimensão do Município e de cada território de CRAS, tendo como referência o mês de janeiro de 2026, quando havia 10.867 famílias e 25.472 pessoas inscritas no CadÚnico. Cada dimensão, conforme o índice de cada indicador que a compõe, é apresentada especificamente nos seguintes itens: DR, em 3.2.3; CH, 3.2.10; TQA, 3.2.11; NC, em necessidade de cuidados; DPI e DCA, em 3.2.6.

O gráfico abaixo evidencia que o IVCAD de Capão da Canoa é 0,306, estando acima dos Índices do RS, da região sul e do país, que são, respectivamente, 0,284, 0,284 e 0,283 (BRASIL, 2026f). Ao verificar especificamente o Índice das famílias do território de cada CRAS, constata-se que todos também estão acima dos citados anteriormente, com destaque para o dos CRAS Zona Norte (0,322) e Arco-Íris (0,312).

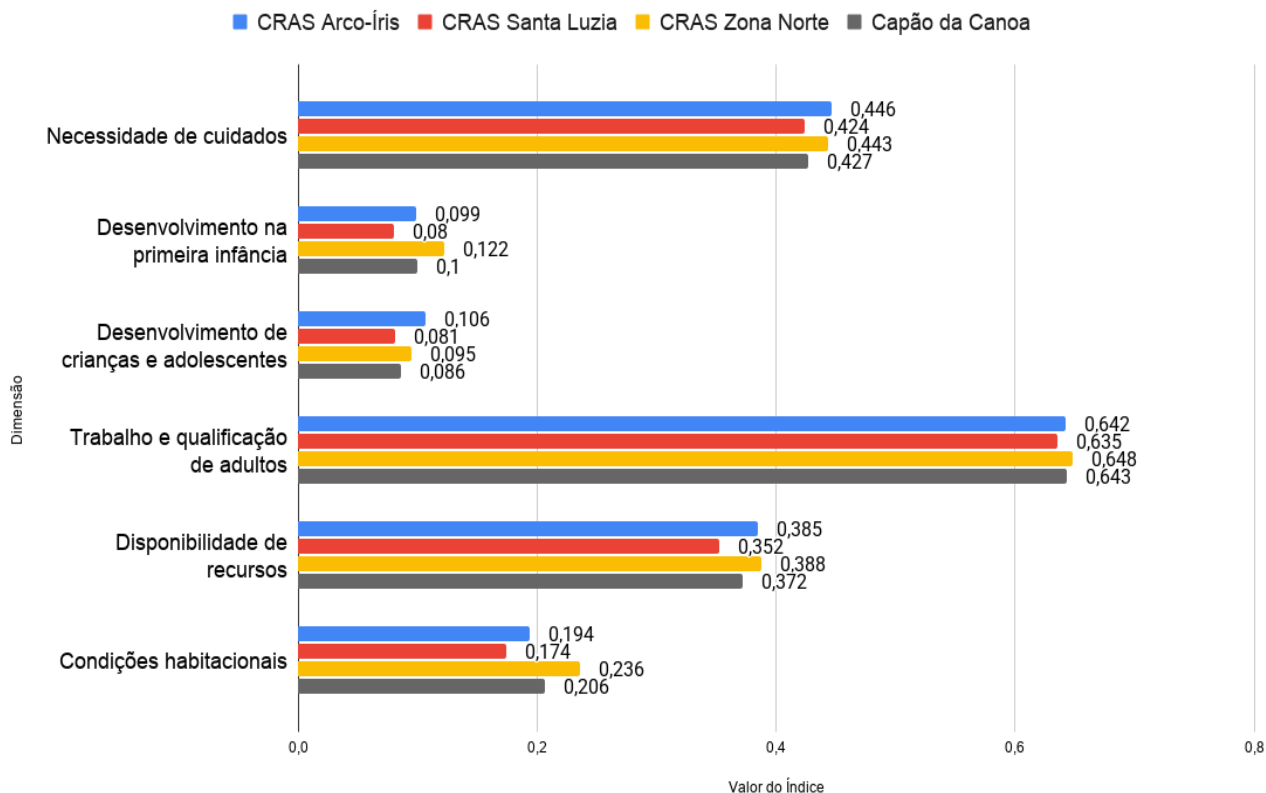
Gráfico 69 - Comparativo do IVCAD de Capão da Canoa e do território de abrangência dos CRAS



Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base em BRASIL [2026f], janeiro de 2026.

Já o gráfico abaixo demonstra os Índices de cada dimensão que compõem o IVCAD. Os maiores Índices municipais são relativos às dimensões TQA, NC e DR. Os Índices do território do CRAS Zona Norte são maiores que o municipal em todas as dimensões, constituindo os maiores entre os territórios de CRAS em quatro das seis dimensões (DPI, TQA, DR e CH), com expressiva evidência para CH. Em contrapartida, os do CRAS Santa Luzia são menores que o municipal em todas as dimensões. Os do CRAS Arco-Íris são maiores que o municipal nas dimensões NC e DCA, cujos Índices são os maiores entre os territórios de CRAS.

Gráfico 70 - Comparativo dos Índices de cada dimensão que compõem o IVCAD de Capão da Canoa e do território de abrangência dos CRAS



Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base em BRASIL [2026f], janeiro de 2026.

### 3.2.3 Renda

As tabelas e gráficos a seguir evidenciam a faixa da renda familiar per capita das famílias e respectivas pessoas inscritas no CadÚnico, em Capão da Canoa:

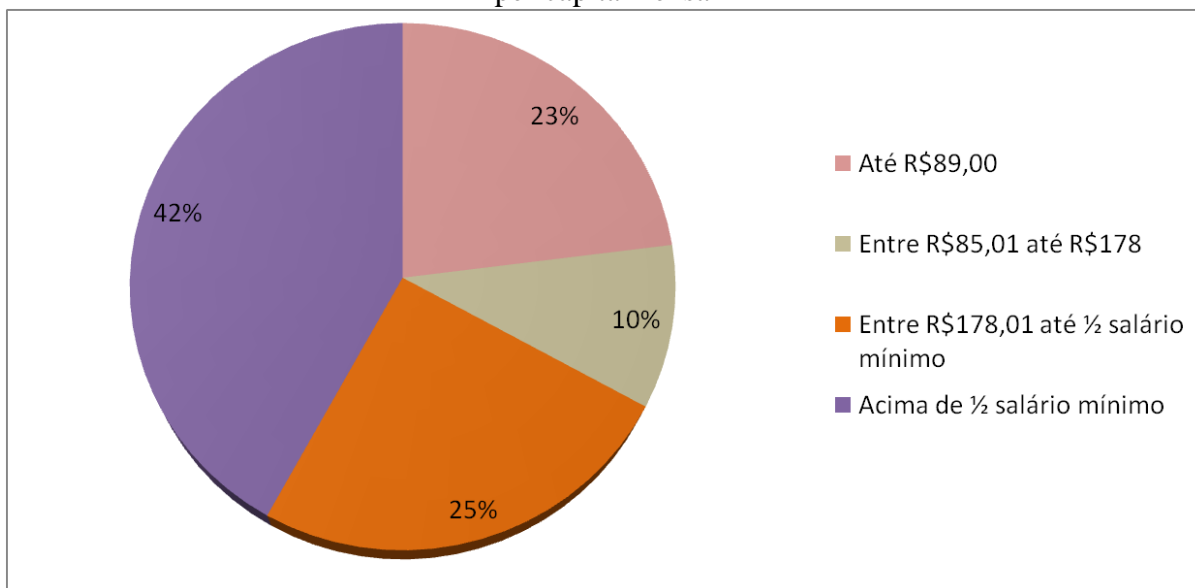
Tabela 33 - Famílias inscritas no Cadastro Único, por faixa de renda familiar per capita mensal

Faixa de renda mensal per capita	Quantitativo de famílias
Até R\$89,00	2.493
Entre R\$85,01 até R\$178	1.136
Entre R\$178,01 até ½ salário mínimo	2.779
Acima de ½ salário mínimo	4.561

Total	10.969
-------	--------

Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base em Cadastro Único para Programas Sociais, CECAD (BRASIL, 2025), março de 2025.

Gráfico 71 - Percentual de famílias inscritas no Cadastro Único, por faixa de renda familiar per capita mensal



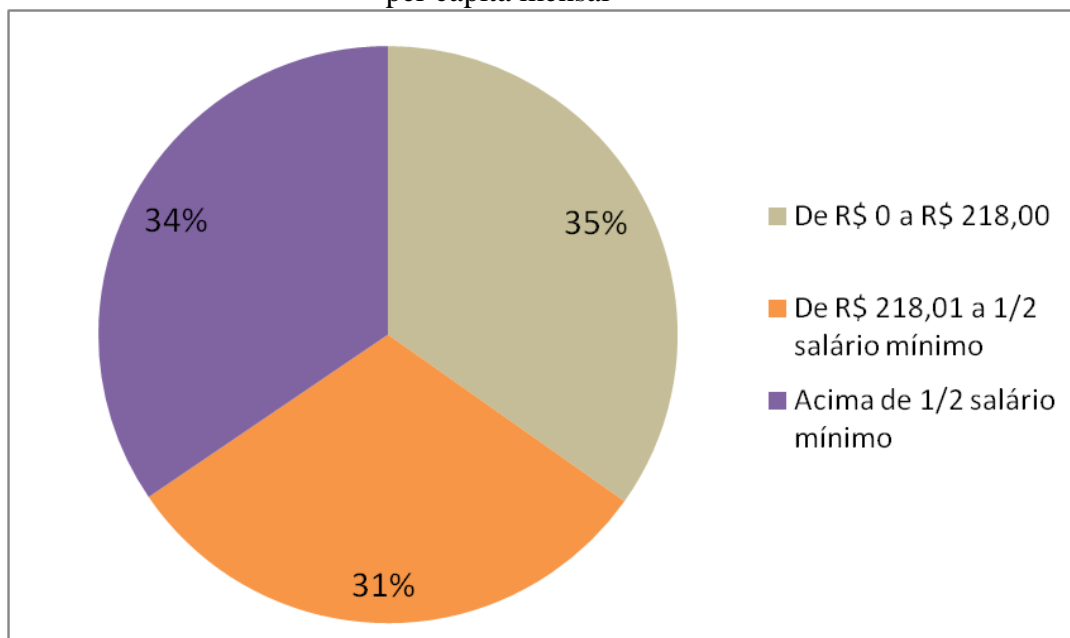
Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base em Cadastro Único para Programas Sociais, CECAD (BRASIL, 2025), março de 2025.

Tabela 34 - Pessoas inscritas no Cadastro Único, por faixa de renda familiar per capita mensal

Faixa de renda mensal per capita	Quantitativo de famílias
De R\$ 0 a R\$ 218,00	9.069
De R\$ 218,01 a 1/2 salário mínimo	8.010
Acima de 1/2 salário mínimo	8.994
<b>Total</b>	<b>26.073</b>

Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base em Cadastro Único para Programas Sociais, CECAD (BRASIL, 2025), março de 2025.

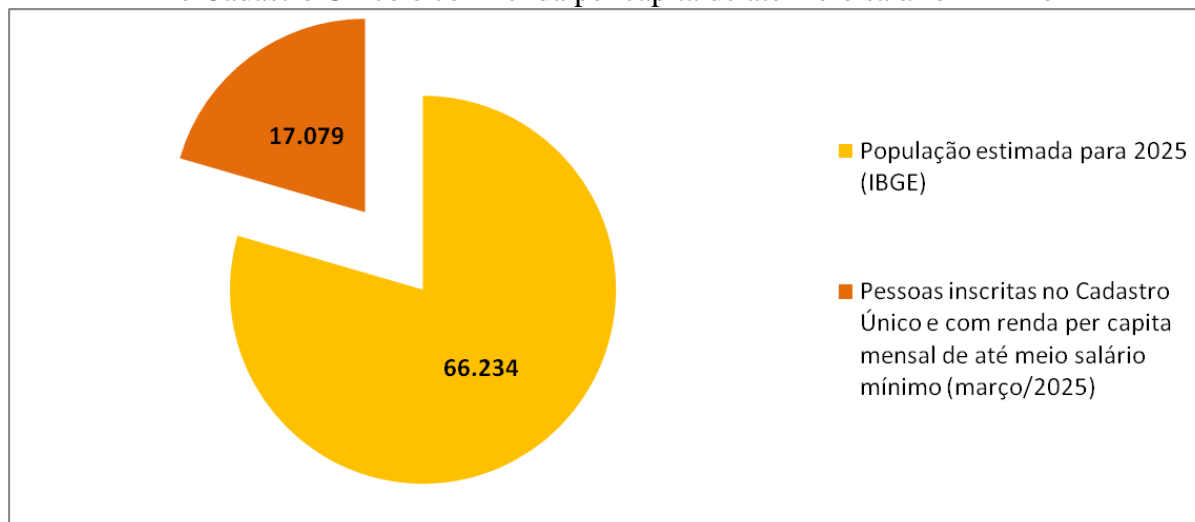
Gráfico 72 - Percentual de pessoas inscritas no Cadastro Único, por faixa de renda familiar per capita mensal



Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base em Cadastro Único para Programas Sociais, CECAD (BRASIL, 2025), março de 2025.

A tabela e o gráfico anterior evidenciam que 17.079 vivem com até meio salário mínimo per capita, o que representa 66% das pessoas inscritas no CadÚnico. Se se considerar que a população municipal estimada pelo IBGE para 2025 é de 66.234 pessoas, então 26%, ou um quarto, está em situação de pobreza ou baixa renda, ou seja, vivem com até meio salário mínimo por pessoa ao mês.

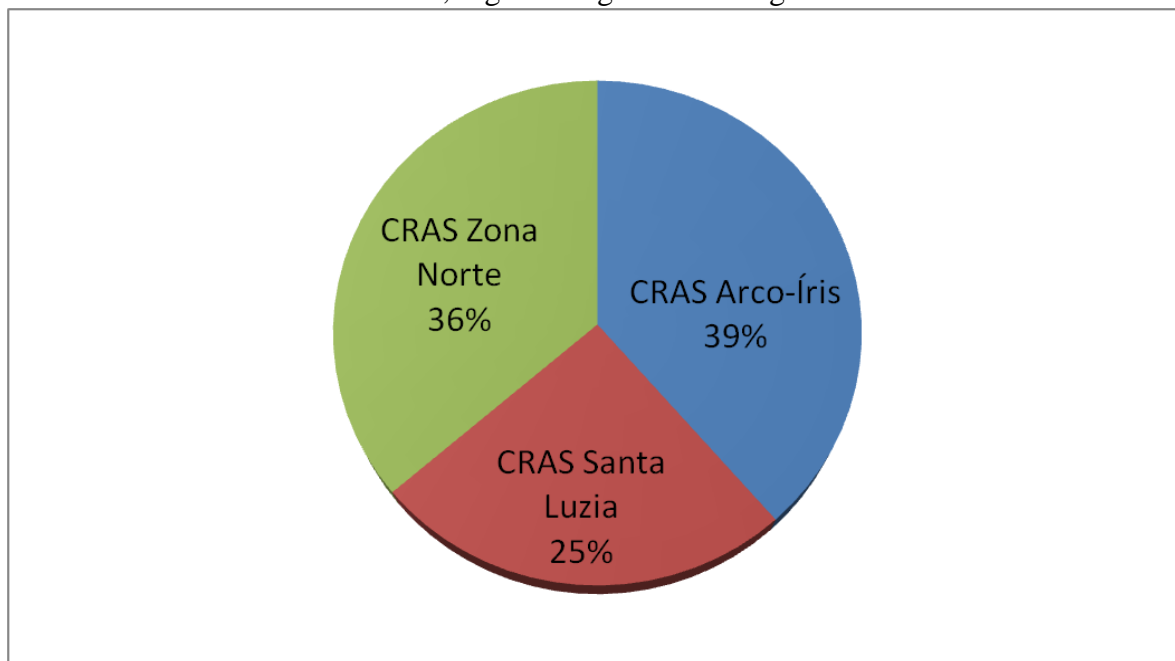
Gráfico 73 - Comparativo entre a população estimada para 2025 (IBGE) e as pessoas inscritas no Cadastro Único e com renda per capita de até meio salário mínimo



Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base em IBGE Cidades e Estados (2025) e Cadastro Único para Programas Sociais (BRASIL, 2025), março de 2025.

No mês de março de 2025, das famílias que vivem até meio salário mínimo de renda per capita ao mês, 2.473 são da área de abrangência do CRAS Arco-Íris, 2.325 do CRAS Zona Norte e 1.610 do CRAS Santa Luiza.

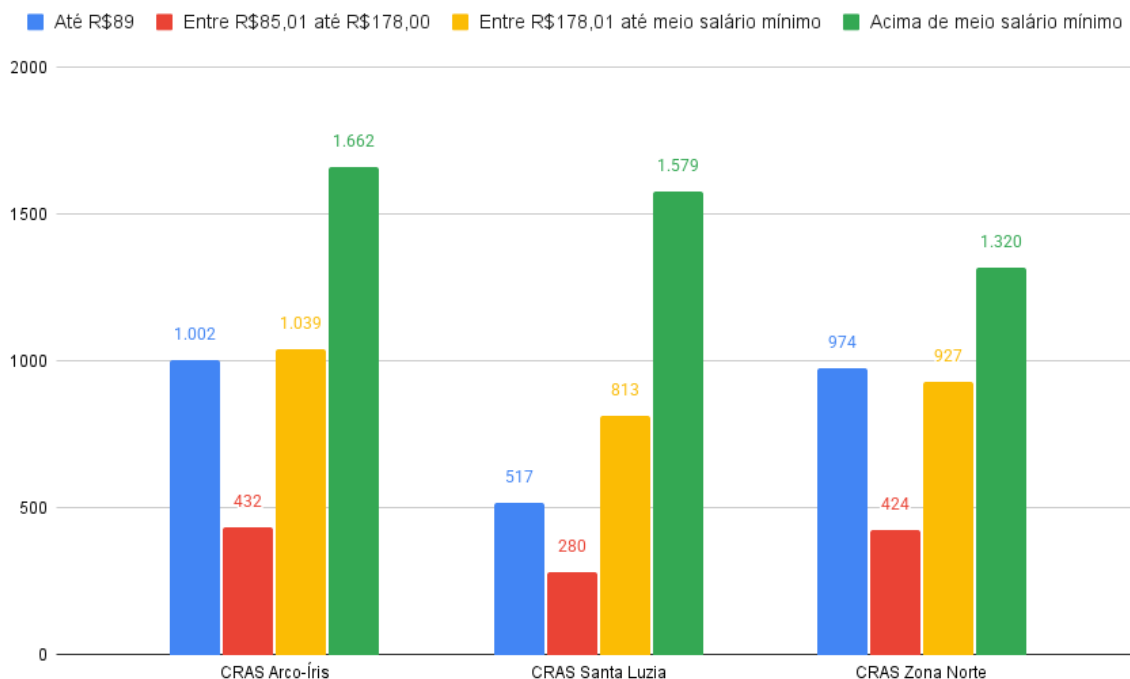
Gráfico 74 - Percentual de famílias inscritas no Cadastro Único e com renda per capita até meio salário mínimo, segundo região de abrangência dos CRAS<sup>44</sup>



Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base em Cadastro Único para Programas Sociais, CECAD (BRASIL, 2025), março de 2025.

<sup>44</sup>Para o levantamento dessa informação, o bairro Zona Nova foi considerado em sua totalidade para a abrangência do CRAS Arco-Íris.

Gráfico 75 - Famílias inscritas no Cadastro Único, por faixa da renda familiar per capita mensal, conforme região de abrangência dos CRAS<sup>45</sup>



Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base em Cadastro Único para Programas Sociais, CECAD (BRASIL, 2025), março de 2025.

Tabela 35 - Renda média familiar mensal total das famílias com cadastro atualizado no Cadastro Único, segundo região de abrangência dos CRAS<sup>46</sup>

CRAS	Valor médio
CRAS Arco-Íris	R\$ 1.496,86
CRAS Santa Luzia	R\$ 1.707,59
CRAS Zona Norte	R\$ 1.439,34

Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base em Cadastro Único para Programas Sociais, CECAD (BRASIL, 2025), março de 2025.

Em relação ao IVCAD<sup>47</sup> relativo à Disponibilidade de Recursos (DR), que identifica possíveis situações de vulnerabilidade relacionadas à baixa disponibilidade de recursos financeiros, os gráficos abaixo apresentam o quantitativo de famílias com característica de

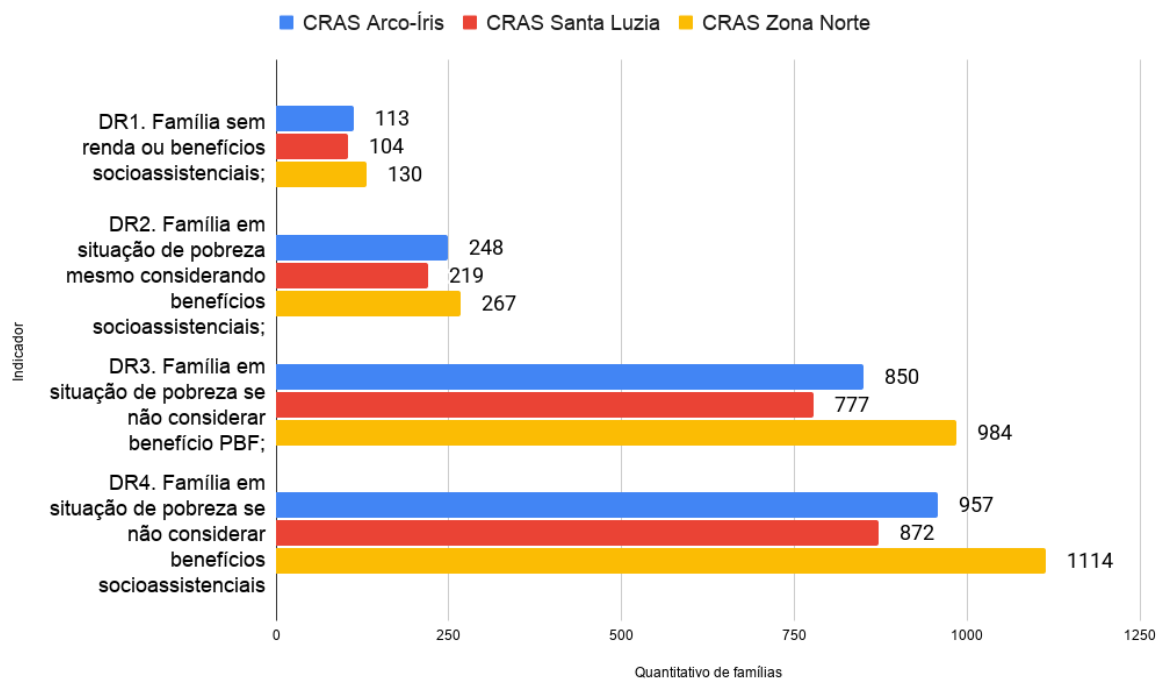
<sup>45</sup>Para o levantamento dessa informação, o bairro Zona Nova foi considerado em sua totalidade para a abrangência do CRAS Arco-Íris.

<sup>46</sup>Para o levantamento dessa informação, o bairro Zona Nova foi considerado em sua totalidade para a abrangência do CRAS Arco-Íris.

<sup>47</sup>O IVCAD é calculado considerando famílias beneficiárias do PBF e, não sendo beneficiárias do Programa, com cadastro atualizado em até dois anos e renda familiar per capita de até meio salário mínimo. Para saber mais sobre o que é e quais dimensões e indicadores compõem o IVCAD, ver item 3.2.2.

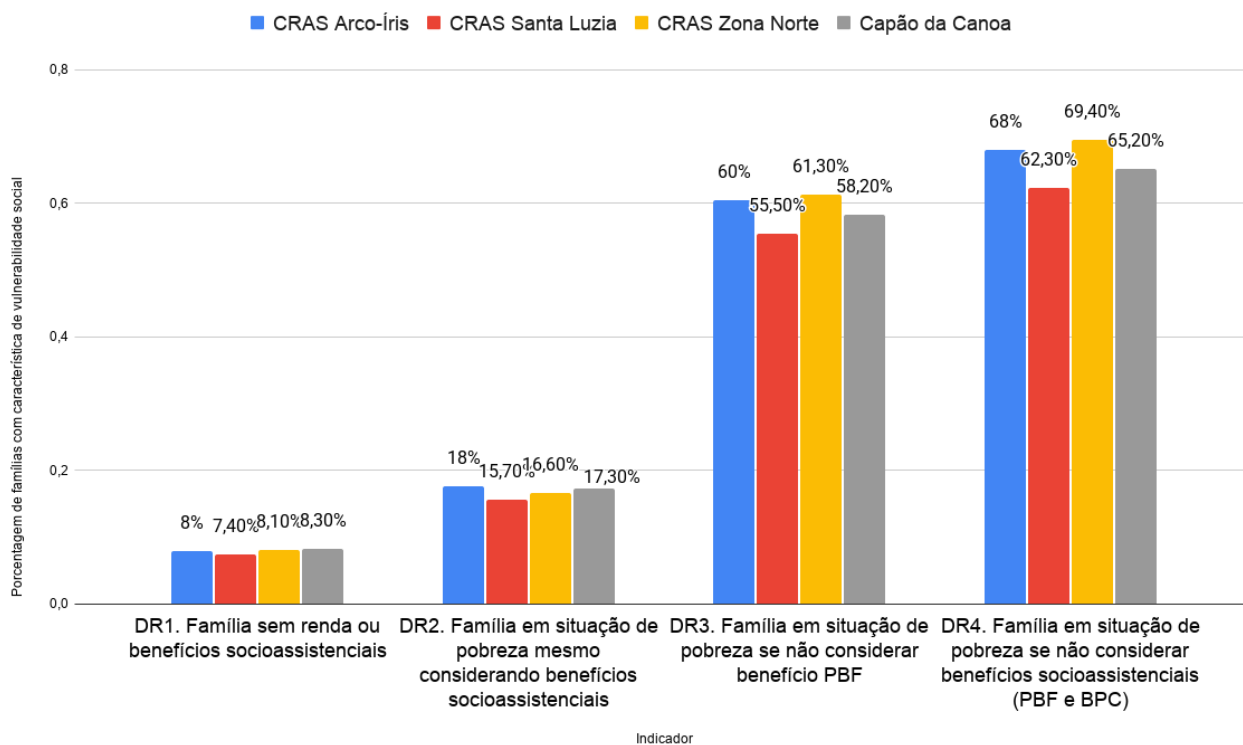
vulnerabilidade social em cada indicador dessa dimensão. Essa dimensão sinaliza situações em que a renda familiar mensal por pessoa fica abaixo de R\$ 218,00. Os dois primeiros indicadores (DR1 e DR2) consideram na renda familiar os benefícios BPC e PBF, enquanto os dois últimos (DR3 e DR4) computam uma renda familiar excluindo tais benefícios sociais.

Gráfico 76 - Total de famílias com possíveis situações de vulnerabilidade relacionadas à baixa disponibilidade de recursos financeiros, conforme cada indicador que compõe a dimensão Disponibilidade de Recursos do IVCAD, por território de abrangência dos CRAS



Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base em BRASIL [2026f], janeiro de 2026.

Gráfico 77 - Comparativo da porcentagem de famílias com possíveis situações de vulnerabilidade relacionadas à baixa disponibilidade de recursos financeiros em relação ao total de famílias, conforme cada indicador que compõe a dimensão Disponibilidade de Recursos do IVCAD, em Capão da Canoa e no território de abrangência dos CRAS

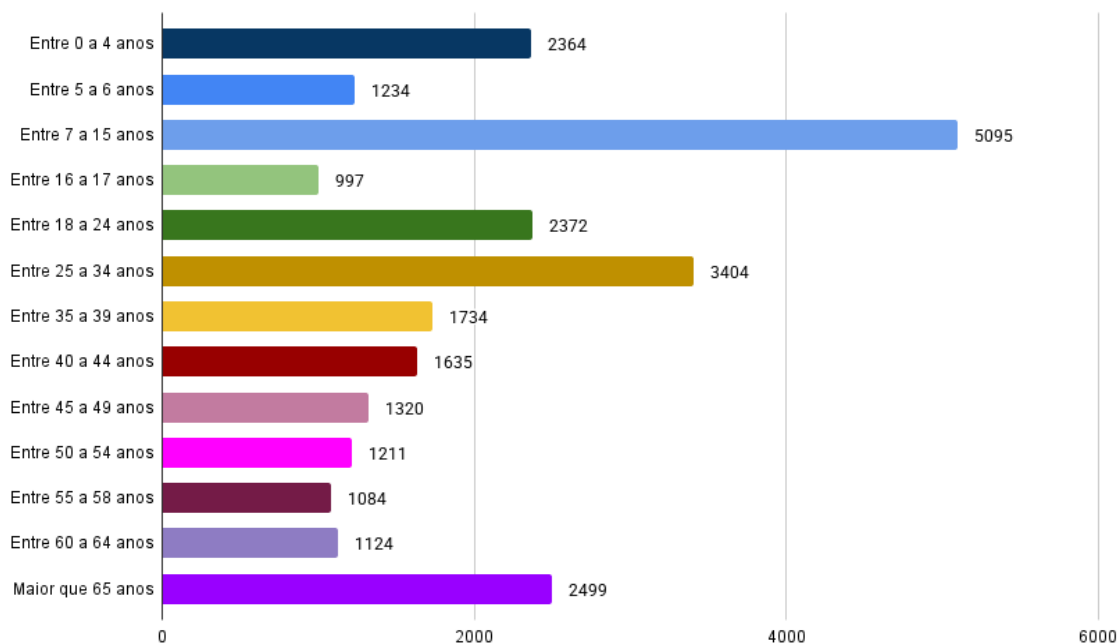


Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base em BRASIL [2026f], janeiro de 2026.

### 3.2.4 Características etárias, de sexo, étnico-raciais e de nacionalidade

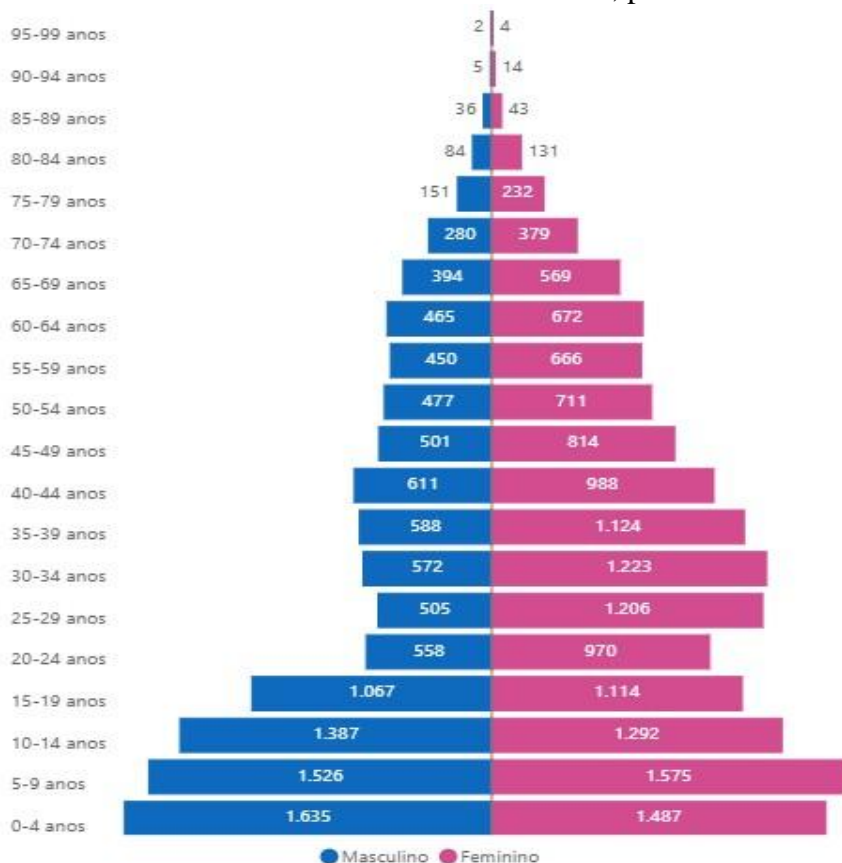
- Faixa etária e sexo

Gráfico 78 - Pessoas inscritas no Cadastro Único, por faixa etária



Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base em Cadastro Único para Programas Sociais, CECAD (BRASIL, 2025), março de 2025.

Gráfico 79 – Pessoas inscritas no Cadastro Único, por sexo e faixa etária



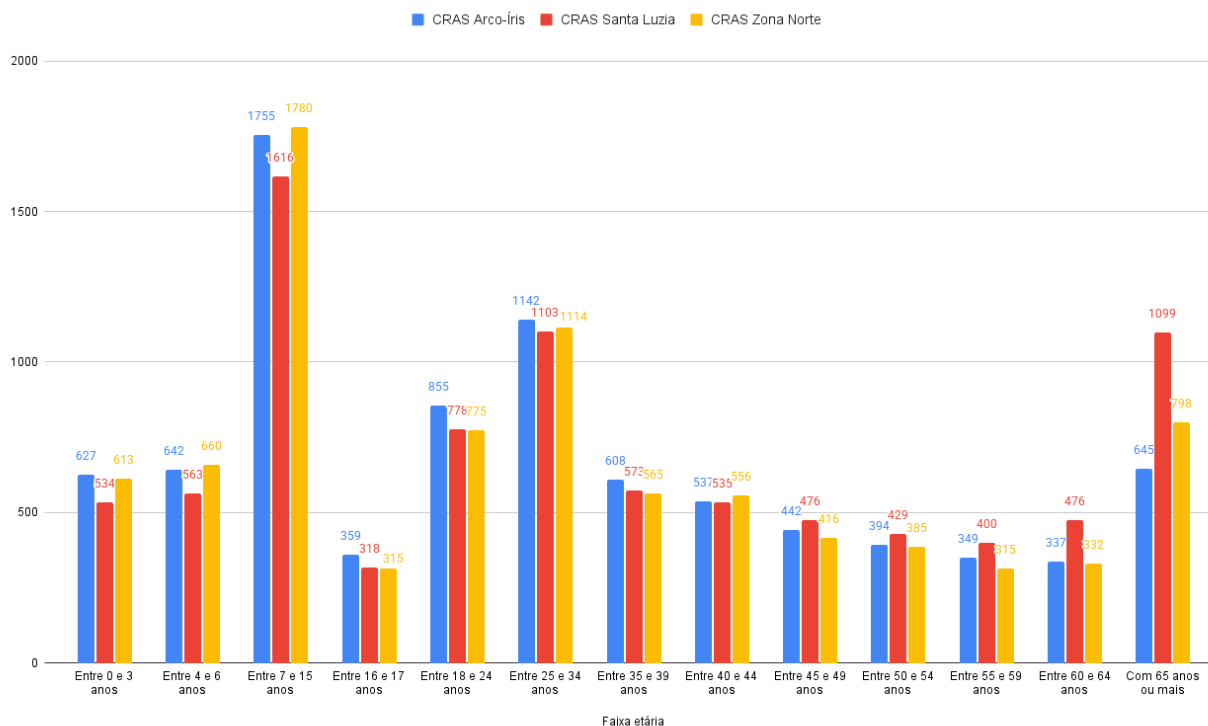
Fonte: Cadastro Único para Programas Sociais, Painel do Cadastro Único (RIO GRANDE DO SUL), julho de 2025.

Tabela 36 - Estimativa das pessoas inscritas no Cadastro Único, por faixa etária, conforme região de abrangência dos CRAS

Faixa etária	CRAS Arco-Íris	CRAS Santa Luzia	CRAS Zona Norte	Total
Entre 0 e 3 anos	627	534	613	1774
Entre 4 e 6 anos	642	563	660	1865
Entre 7 e 15 anos	1755	1616	1780	5151
Entre 16 e 17 anos	359	318	315	992
Entre 18 e 24 anos	855	778	775	2408
Entre 25 e 34 anos	1142	1103	1114	3359
Entre 35 e 39 anos	608	573	565	1746
Entre 40 e 44 anos	537	535	556	1628
Entre 45 e 49 anos	442	476	416	1334
Entre 50 e 54 anos	394	429	385	1208
Entre 55 e 59 anos	349	400	315	1064
Entre 60 e 64 anos	337	476	332	1145
Com 65 anos ou mais	645	1099	798	2542
Total	8692	8900	8624	26216

Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base em Mapa Social (BRASIL, 2025), março de 2025.

Gráfico 80 - Estimativa das pessoas inscritas no Cadastro Único, por faixa etária, conforme região de abrangência dos CRAS



Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base em Mapa Social (BRASIL, 2025), março de 2025.

Abaixo, a tabela apresenta a porcentagem que cada faixa etária representa na região de abrangência de cada CRAS:

Tabela 37 - Estimativa da porcentagem de pessoas inscritas no Cadastro Único, por faixa etária, na região de abrangência dos CRAS

Faixa etária	CRAS Arco-Íris	CRAS Santa Luzia	CRAS Zona Norte
Entre 0 e 3 anos	7,20%	6%	7,10%
Entre 4 e 6 anos	7,40%	6,30%	7,70%
Entre 7 e 15 anos	20,20%	18,20%	20,60%
Entre 16 e 17 anos	4,10%	3,60%	3,70%
Entre 18 e 24 anos	9,80%	8,70%	9%
Entre 25 e 34 anos	13,10%	12,40%	12,90%
Entre 35 e 39 anos	7%	6,40%	6,60%
Entre 40 e 44 anos	6,20%	6%	6,40%
Entre 45 e 49 anos	5,10%	5,30%	4,80%

Entre 50 e 54 anos	4,50%	4,80%	4,50%
Entre 55 e 59 anos	4%	4,50%	3,70%
Entre 60 e 64 anos	3,90%	5,30%	3,80%
Com 65 anos ou mais	7,40%	12,30%	9,30%

Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base em Mapa Social (BRASIL, 2025), março de 2025.

- Raça ou cor

Em relação à raça ou cor, é possível afirmar que 84,89% são brancas e 15,11% são não brancas (pretas, pardas, indígenas ou amarelas). Abaixo, a tabela identifica as pessoas por raça/cor, segundo seu CRAS de abrangência:

Tabela 38 - Estimativa de pessoas inscritas no Cadastro Único, por raça ou cor, conforme região de abrangência dos CRAS<sup>48</sup>

Raça/cor	CRAS Arco-Íris	CRAS Santa Luzia	CRAS Zona Norte	Total
Branca	7.308	7.577	7.368	22.253
Preta	594	717	506	1.817
Amarela	de 1 a 20	de 1 a 20	de 1 a 20	-
Parda	767	595	718	2.080
Indígena	de 1 a 20	de 1 a 20	de 1 a 20	-

Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base em Mapa Social (BRASIL, 2025), março de 2025.

- Nacionalidade

No que tange à nacionalidade, dados de maio de 2025 indicam que 25.763 pessoas (98,82%) são brasileiras e 310 (1,18%) são estrangeiras. Dessa forma, há mais estrangeiros(as) no CadÚnico em 2025 do que o que foi identificado pelo Censo Demográfico 2022 (IBGE, 2022), conforme o item 2.2.2, uma vez que seriam cerca de 280 pessoas, o que pode indicar que vem ampliando o quantitativo de pessoas estrangeiras e que estas estão em vulnerabilidade social.

Em relação ao país de nascimento das pessoas imigrantes no CadÚnico, os que mais se destacam são Venezuela (35,16%), Cuba (32,9%), Argentina (13,22%) e Uruguai (8,06%). Venezuela, Cuba e Argentina também foram os principais países de residência anterior das

<sup>48</sup> Se houver menos de 20 pessoas autodeclaradas de determinada raça/cor, não será identificado o quantitativo, de forma a possibilitar a não identificação das mesmas.

pessoas que não residiam no Brasil cinco antes do Censo (IBGE, 2022). Além destas, há pessoas que nasceram em mais outros 14 países, dos continentes americano, africano, europeu e asiático.

### 3.2.5 Vivência com deficiência<sup>49</sup>

Conforme dados de outubro de 2025, havia 3.230 PCDs no CadÚnico, o que representava cerca de 13% das pessoas inscritas no CAD, que eram de 25.246<sup>50</sup>. Considerando que o Censo Demográfico 2022 estimou que havia 5.215 PCDs no Município, conforme apresentado no item 2.2.2, pode-se afirmar que 62% destes(as) estão no CadÚnico.

- Em relação ao território de abrangência dos CRAS, cerca de 35% residiam no do Arco-Íris, 32%, no do Santa Luzia e 32%, no do Zona Norte<sup>51</sup>.

Tabela 39 - Pessoas com deficiência inscritas no Cadastro Único, por bairro de residência e conforme a região de abrangência dos CRAS<sup>52</sup>

CRAS / bairro	Pessoas
<b>CRAS Arco-Íris</b>	
Araçá	138
Arco-Íris	278
Guarani	152
Novo Horizonte	100
Vale Verde	68
Zona Nova	407
Total	1143
<b>CRAS Santa Luzia</b>	
Centro	113
Dom Luiz Guanella	Menos de 20
Girassol	Menos de 20
Morada do Sol	Menos de 20

<sup>49</sup> No item 3.2.7 Necessidade de cuidados, há informações sobre PCDs que informaram receber cuidados permanentes de terceiros em razão da deficiência.

<sup>50</sup> Informações extraídas do CECAD (BRASIL, 2025).

<sup>51</sup> Para o levantamento dessa informação, o bairro Zona Nova foi considerado em sua totalidade para a abrangência do CRAS Arco-Íris.

<sup>52</sup> Para o levantamento dessa informação, o bairro Zona Nova foi considerado em sua totalidade para a abrangência do CRAS Arco-Íris.

Novo Louro	Menos de 20
Quero-Quero	49
Navegantes	Menos de 20
Parque Antártica	92
Santa Luzia	517
Santo Antônio	98
São Jorge	101
São Manoel	Menos de 20
Total	1036
<b>CRAS Zona Norte</b>	
Arroio Teixeira	112
Capão Novo	475
Curumim	27
Jardim Beira-Mar	114
Praia do Barco	137
Zona Norte	179
Total	1044
Sem informação	7

Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base em Cadastro Único para Programas Sociais, CECAD (BRASIL [2025b]), outubro de 2025.

- Faixa etária e faixa de renda familiar per capita: 46% eram pessoas de 18 a 59 anos, 31% eram pessoas idosas e 23%, crianças e adolescentes; 1.682 pessoas (52%) tinham como renda familiar per capita mais que um salário mínimo ao mês e 1.548 (48%), até meio salário mínimo.

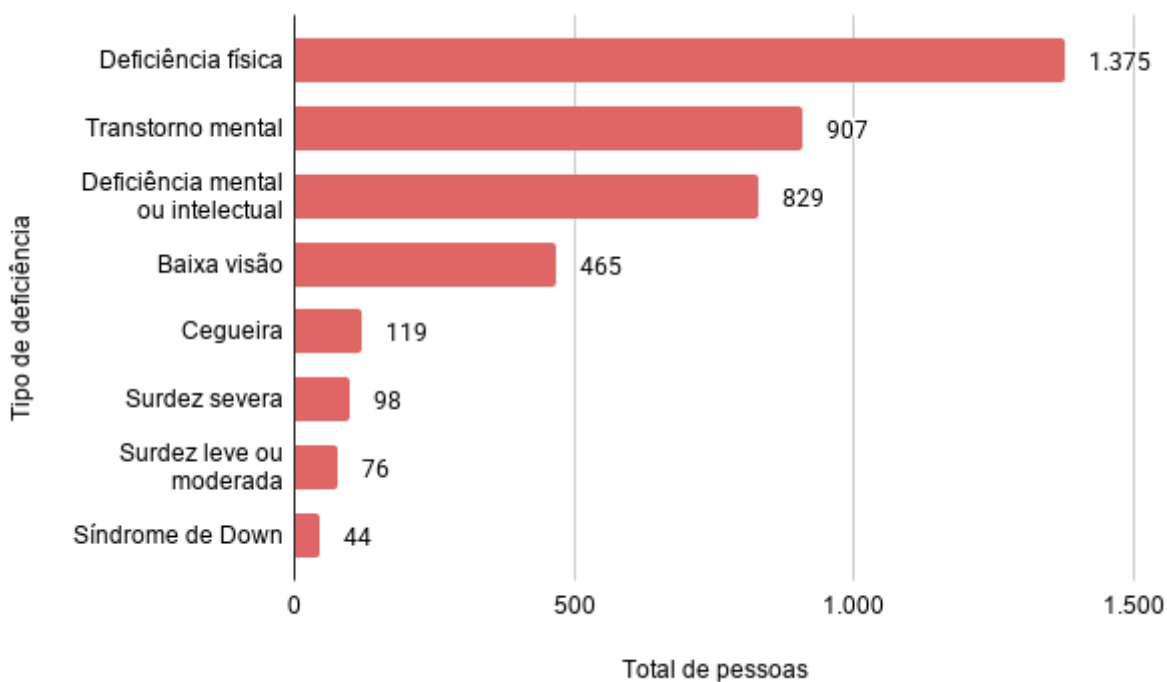
Tabela 40 - Pessoas com deficiência inscritas no Cadastro Único, por faixa etária e faixa de renda familiar per capita

Faixa da renda familiar per capita	Faixa etária													Total
	Entre 0 e 4	Entre 5 a 6	Entre 7 a 15	Entre 16 a 17	Entre 18 a 24	Entre 25 a 34	Entre 35 a 39	Entre 40 a 44	Entre 45 a 49	Entre 50 a 54	Entre 55 a 59	Entre 60 a 64	Mais que 65	
Pobreza 1 (até R\$ 109)	31	11	70	9	31	54	27	24	37	44	74	51	24	487
Pobreza 2 (de R\$ 109 a R\$ 218)	13	6	33	6	8	22	7	9	15	16	18	12	2	167
Baixa Renda	45	64	226	34	69	103	38	38	65	39	42	59	72	894
Acima de 1/2 S.M.	24	37	123	26	75	124	74	103	94	116	123	184	579	1.682
<b>Total</b>	<b>113</b>	<b>118</b>	<b>452</b>	<b>75</b>	<b>183</b>	<b>303</b>	<b>146</b>	<b>174</b>	<b>211</b>	<b>215</b>	<b>257</b>	<b>306</b>	<b>677</b>	<b>3.230</b>

Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base em Cadastro Único para Programas Sociais, CECAD (BRASIL [2025b]), outubro de 2025.

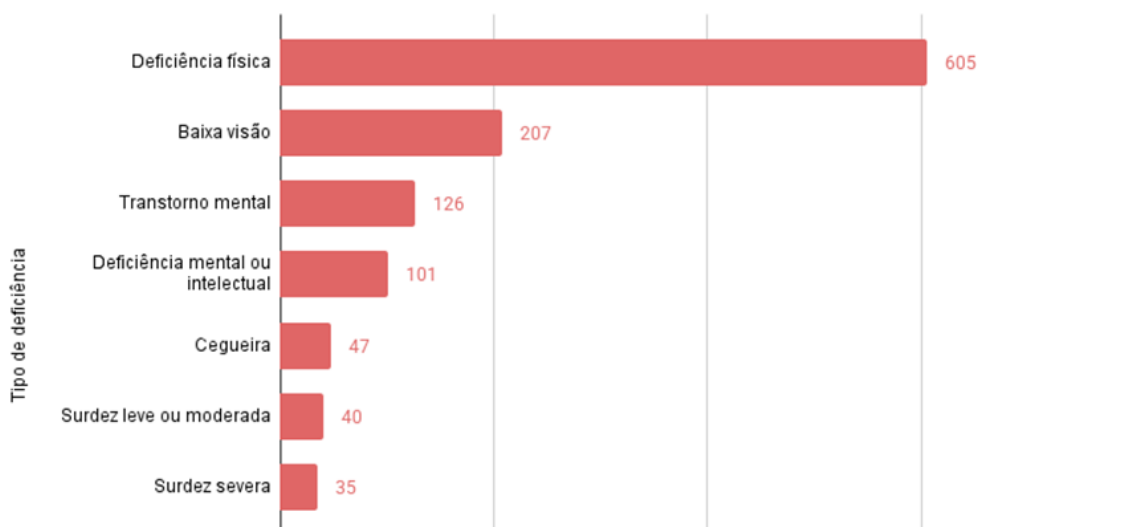
- Tipo de deficiência

Gráfico 81 - Pessoas com deficiência inscritas no Cadastro Único, por tipo de deficiência



Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base em Cadastro Único para Programas Sociais, CECAD (BRASIL [2025b]), outubro de 2025.

Gráfico 82 - Pessoas idosas inscritas no Cadastro Único que vivem com deficiência, por tipo de deficiência<sup>53</sup>



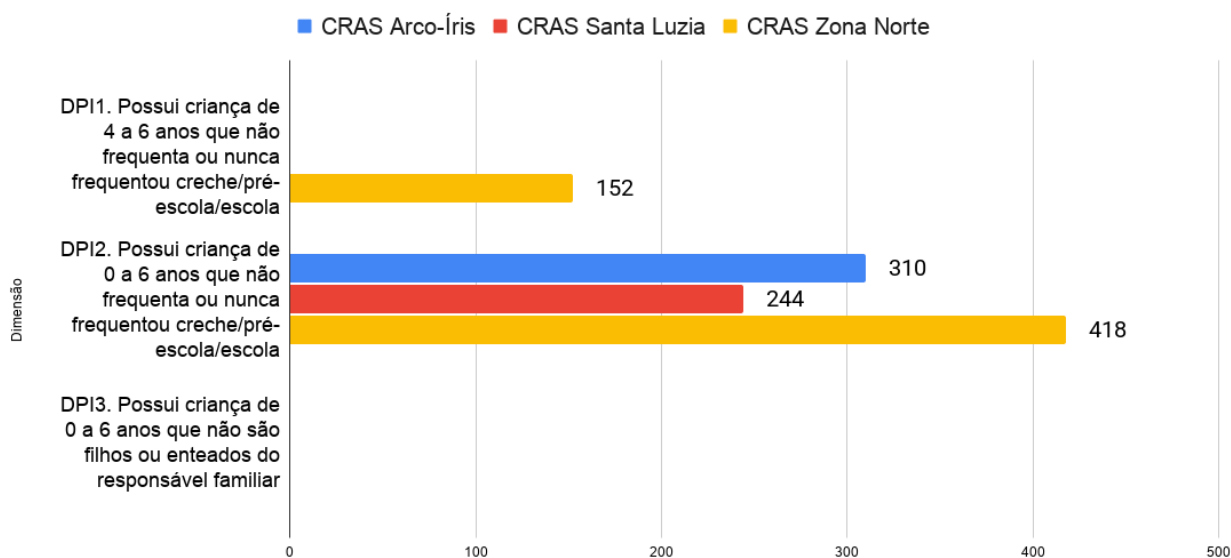
Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base em Cadastro Único para Programas Sociais, CECAD (BRASIL [2025b]), outubro de 2025.

<sup>53</sup> Há pessoas idosas que vivem com Síndrome de Down inscritas no CadÚnico, mas, como totalizam menos de 20, o quantitativo não é informado para não possibilitar a sua identificação.

### 3.2.6 Desenvolvimento da infância e da adolescência

Este item advém integralmente das dimensões Desenvolvimento na Primeira Infância (DPI) e Desenvolvimento de Crianças e Adolescentes (DCA)<sup>54</sup> e do IVCAD<sup>55</sup>. A primeira identifica possíveis situações de vulnerabilidade para famílias com crianças com idade entre zero e seis anos. São sinalizados contextos em que essas crianças não frequentam creche ou pré-escola, assim como os casos em que essas crianças não são filhos ou enteados do responsável familiar. A segunda identifica possíveis situações de vulnerabilidade para crianças e adolescentes com idade entre sete e 17 anos. São sinalizadas situações de trabalho infantil de sete a 15 anos de idade, além de contextos em que a criança/adolescente encontra-se fora da escola ou com atraso escolar.

Gráfico 83 - Total de famílias com possíveis situações de vulnerabilidade relacionadas a famílias com crianças com idade entre zero e seis anos, conforme cada indicador que compõe a dimensão Desenvolvimento na Primeira Infância do IVCAD, por território de abrangência dos CRAS<sup>56</sup>



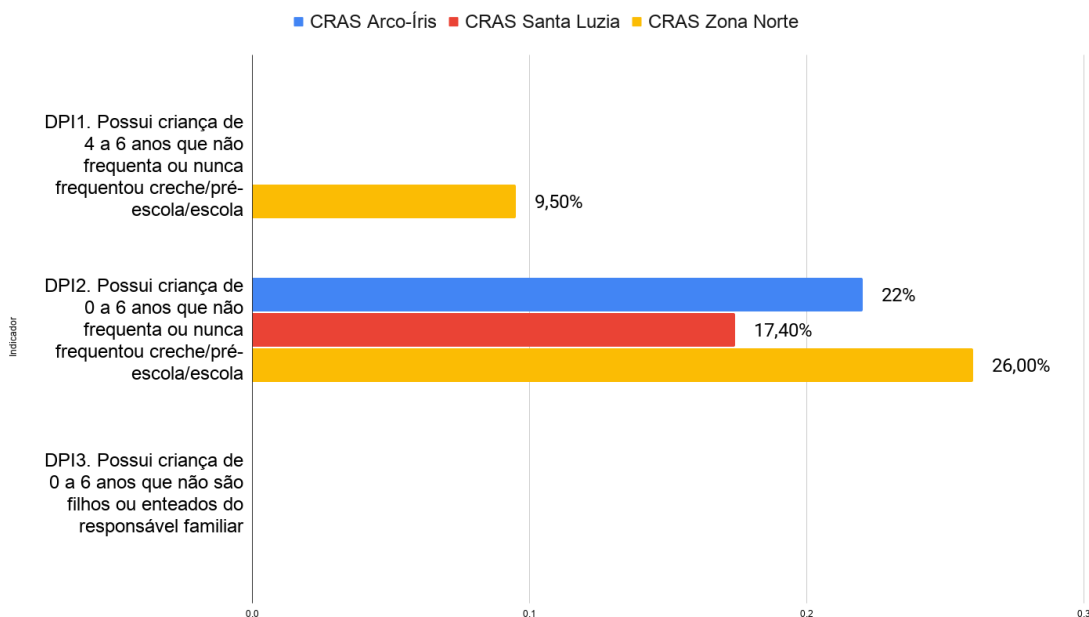
Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base em BRASIL [2026f], janeiro de 2026.

<sup>54</sup>É importante explicar a composição do indicador “DCA1. Possui criança ou adolescente de 7 a 15 anos trabalhando”, que compõe essa dimensão: “É considerado trabalhando, neste caso, a criança ou adolescente de 7 a 15 com marcação de trabalho infantil no Cadastro Único, ou que esteja entre 10 e 15 anos e tenha respondido que trabalhou na semana anterior ou que não trabalhou, mas estava afastado do trabalho. No caso de adolescentes de 14 e 15 anos, estágio e aprendiz não são considerados trabalhos infantis” (BRASIL [2026e]).

<sup>55</sup>O IVCAD é calculado considerando famílias beneficiárias do PBF e, não sendo beneficiárias do Programa, com cadastro atualizado em até dois anos e renda familiar per capita de até meio salário mínimo. Para saber mais sobre o que é e quais dimensões e indicadores compõem o IVCAD, ver item 3.2.2.

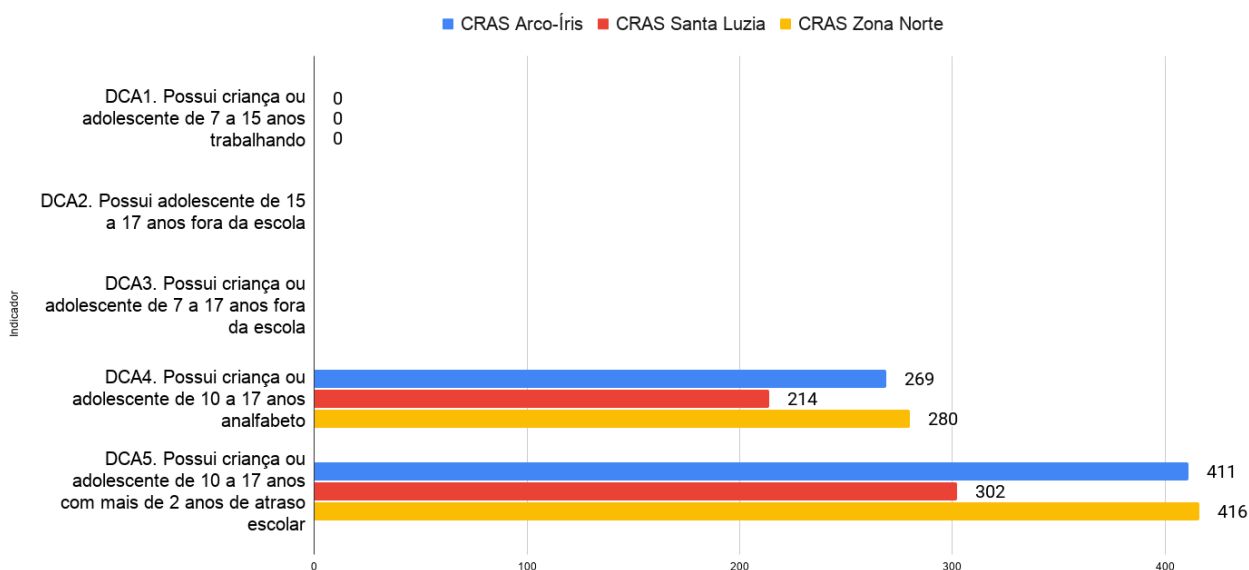
<sup>56</sup>Há indicadores que não tiveram valores correspondentes disponibilizados.

Gráfico 84 - Comparativo da porcentagem de famílias com possíveis situações de vulnerabilidade relacionadas a famílias com crianças com idade entre zero e seis anos, em relação ao total de famílias, conforme cada indicador que compõe a dimensão Desenvolvimento na Primeira Infância do IVCAD, no território de abrangência dos CRAS<sup>57</sup>



Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base em BRASIL [2026f], janeiro de 2026.

Gráfico 85 - Total de famílias com possíveis situações de vulnerabilidade para crianças e adolescentes com idade entre sete e 17 anos, conforme cada indicador que compõe a dimensão Desenvolvimento de Crianças e Adolescentes do IVCAD, por território de abrangência dos CRAS<sup>58</sup>

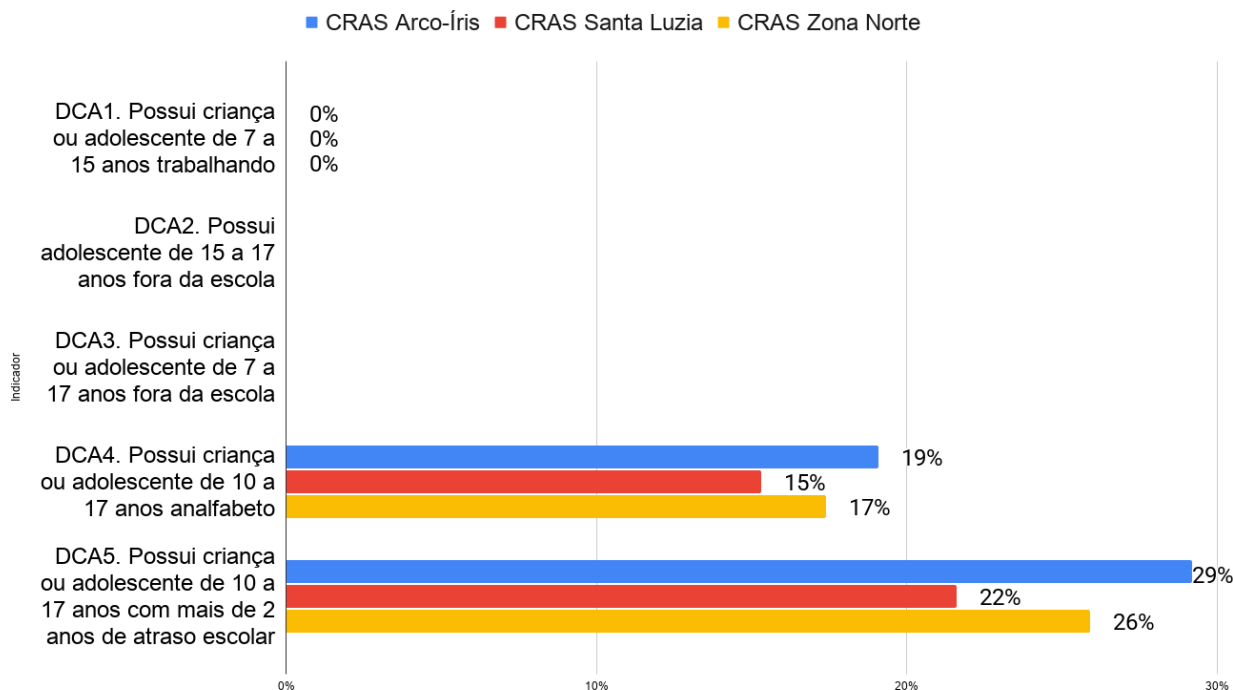


<sup>57</sup> Há indicadores que não tiveram valores correspondentes disponibilizados.

<sup>58</sup> Há indicadores que não tiveram valores correspondentes disponibilizados.

Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base em BRASIL [2026f], janeiro de 2026.

Gráfico 86 - Comparativo da porcentagem de famílias com possíveis situações de vulnerabilidade para crianças e adolescentes com idade entre sete e 17 anos, em relação ao total de famílias, conforme cada indicador que compõe a dimensão Desenvolvimento de Crianças e Adolescentes do IVCAD, no território de abrangência dos CRAS<sup>59</sup>



Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base em BRASIL [2026f], janeiro de 2026.

### 3.2.7 Necessidade de cuidados

Conforme a Política e o Plano Nacional de Cuidados,

[...] O cuidado é definido como um trabalho cotidiano de produção de bens e serviços necessários à sustentação e à reprodução da vida humana, da força de trabalho, das sociedades e da economia e à garantia do bem-estar de todas as pessoas. Abrange a preparação de alimentos, limpeza, gestão e organização da casa, além de atividades de cuidado e apoio a pessoas – como bebês e crianças pequenas, pessoas idosas ou pessoas com deficiência – que dependem de terceiros para realizar atividades básicas (como tomar banho, vestir-se, alimentar-se) e/ou instrumentais da vida diária — como gerenciar recursos, fazer compras e sair de casa.

O cuidado é também definido como uma necessidade e um direito de todas as pessoas. É, portanto, central para a sustentabilidade da vida humana, assim como para o funcionamento da economia, das instituições e da vida em sociedade. Todas as pessoas necessitam de cuidados ao longo de suas vidas, ainda que em alguns momentos e situações essas necessidades sejam mais intensas e complexas.

<sup>59</sup>Há indicadores que não tiveram valores correspondentes disponibilizados.

O cuidado deve ainda ser entendido a partir de sua função social. Nesse sentido, ele é um bem público, ou seja, a provisão de cuidados adequados e de qualidade não interessa apenas àquela pessoa que os recebe ou à sua família, já que, sem essa provisão, a sociedade, as instituições, as empresas e a economia simplesmente não funcionam.

A forma como o trabalho de cuidados se concretiza na vida diária é variada. Ele pode ser remunerado, compreendendo atividades destinadas à produção de bens e/ou serviços de cuidados realizadas para terceiros em troca de remuneração, a exemplo do trabalho realizado por profissionais como trabalhadoras domésticas remuneradas em suas diferentes funções, cuidadoras/es de pessoas idosas e com deficiência em instituições, profissionais da educação infantil e da saúde, dentre outras. Ele pode também ser exercido de maneira não remunerada, no âmbito familiar ou comunitário (fora de relações laborais do mercado de trabalho), abarcando tarefas como produção de alimentos, manutenção dos domicílios e cuidado das pessoas do próprio núcleo doméstico e/ou familiar, sem contrapartida financeira (BRASIL, 2025b,p.15)

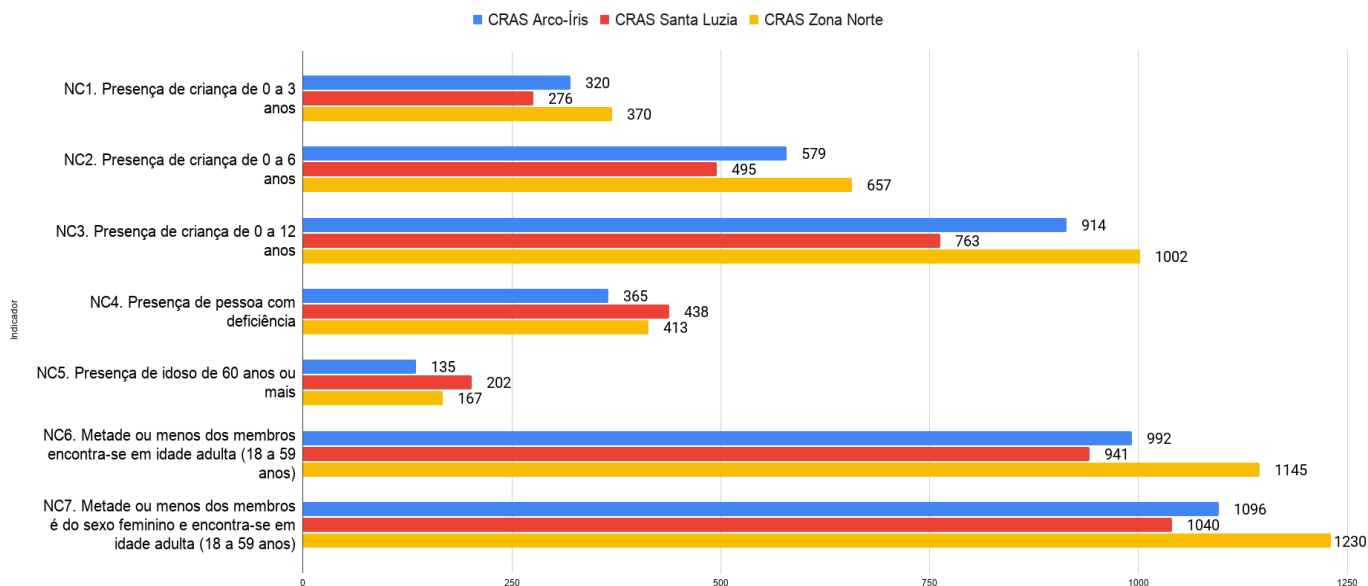
Dessa forma, são apresentadas informações que podem evidenciar a necessidade do trabalho de cuidados nas famílias (principalmente pela presença de crianças, adolescentes, pessoas idosas e PCDs) e sua capacidade de provê-lo.

A dimensão Necessidade de Cuidados (NC) do IVCAD<sup>60</sup> identifica situações que possivelmente caracterizam as famílias como demandantes de trabalho de cuidados. São identificadas a presença de crianças, de pessoas com deficiência e de pessoas idosas, contrapondo à capacidade da família de cuidar dessas pessoas ao identificar a proporção de adultos que potencialmente poderiam realizar o trabalho de cuidado.

---

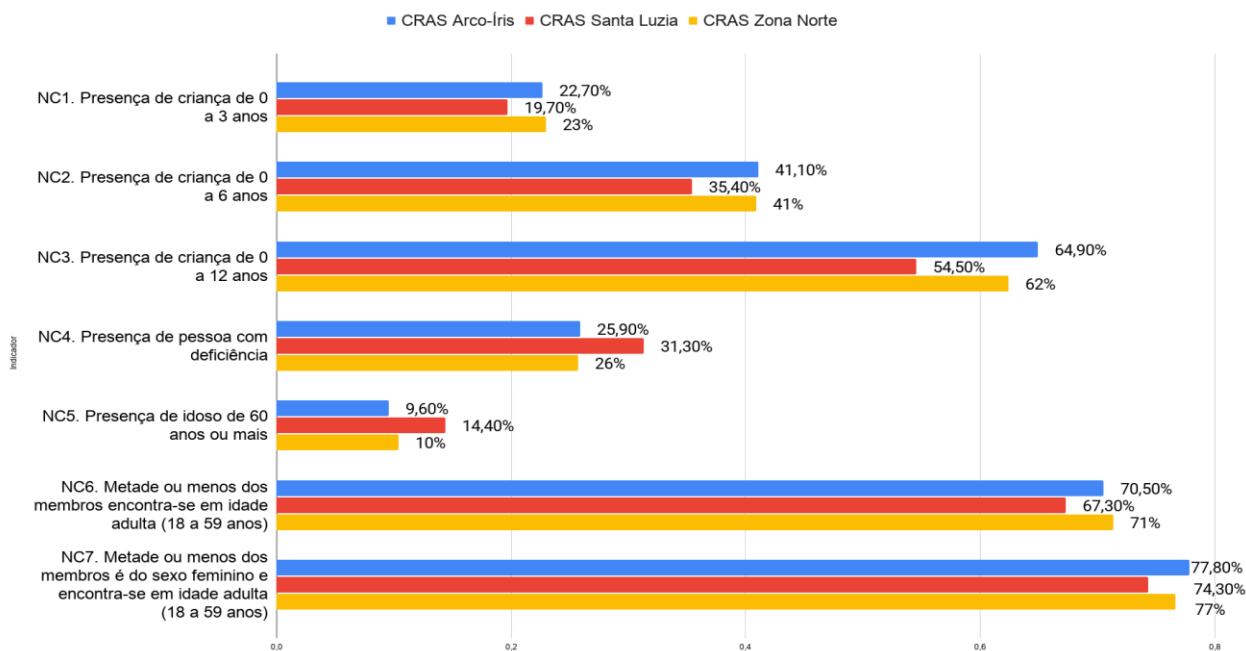
<sup>60</sup>O IVCAD é calculado considerando famílias beneficiárias do PBF e, não sendo beneficiárias do Programa, com cadastro atualizado em até dois anos e renda familiar per capita de até meio salário mínimo. Para saber mais sobre o que é e quais dimensões e indicadores compõem o IVCAD, ver item 3.2.2.

Gráfico 87 - Total de famílias com possível demanda de trabalho de cuidados, conforme cada indicador que compõe a dimensão Necessidade de Cuidados do IVCAD, por território de abrangência dos CRAS



Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base em BRASIL [2026f], janeiro de 2026.

Gráfico 88 - Comparativo da porcentagem de famílias com possível demanda de trabalho de cuidados, em relação ao total de famílias, conforme cada indicador que compõe a dimensão Necessidade de Cuidados do IVCAD, no território de abrangência dos CRAS

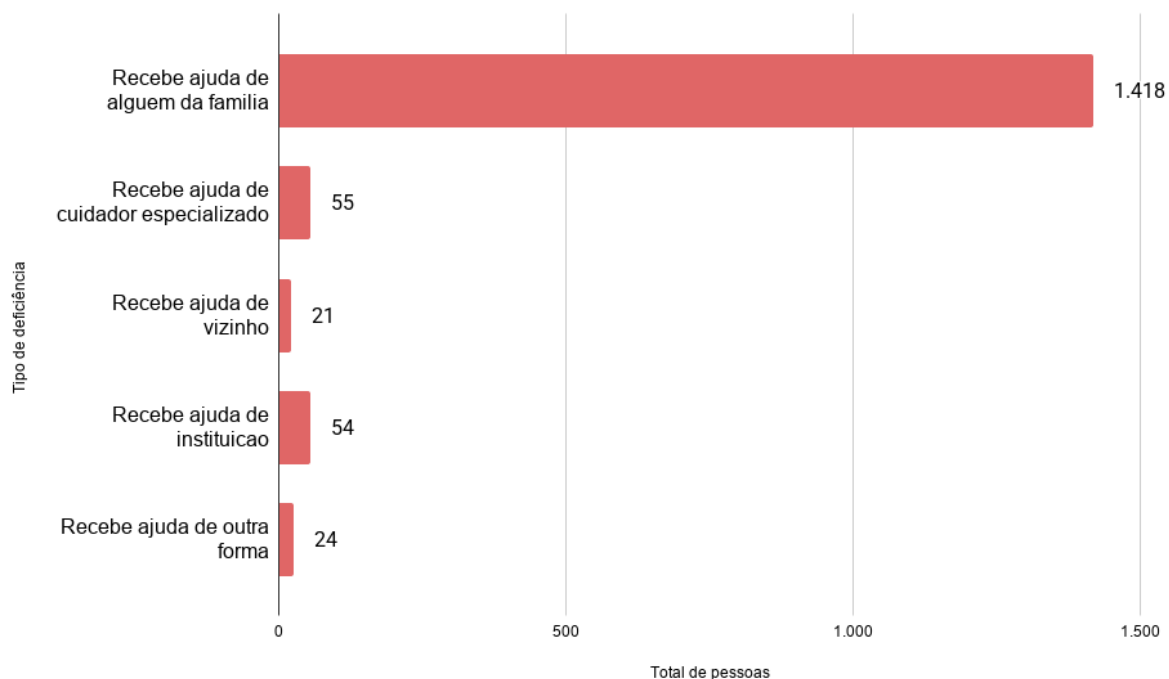


Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base em BRASIL [2026f], janeiro de 2026.

Em relação às crianças na primeira infância (entre zero e seis anos de idade), dados de julho de 2025 indicam que, das 3.465 famílias com crianças nessa faixa, 2.827 são monoparentais (RIO GRANDE DO SUL, 2025), isto é, o(a) responsável vive com um ou mais filhos, sem a presença de cônjuge ou companheiro(a) - o que poderia evidenciar sobrecarga em relação ao trabalho de cuidados.

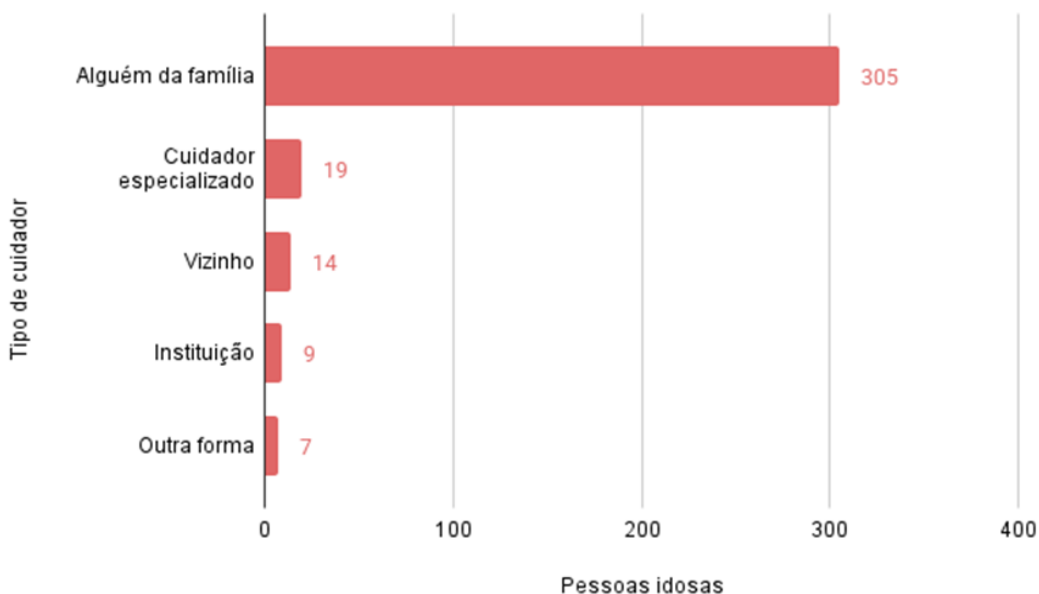
Em razão da deficiência, 1.418 pessoas recebiam cuidados permanentes de alguém da família, o que representava cerca de 44% das PCDs inscritas no CadÚnico em outubro de 2025, sendo que 34%, 33% e 32% residiam, respectivamente, no território de abrangência dos CRAS Arco-Íris, Santa Luzia e Zona Norte. Os dois gráficos seguintes evidenciam, respectivamente, o total de PCDs que recebem cuidados permanentes de terceiros e o total de PCDs que são também pessoas idosas, por tipo de cuidador.

Gráfico 89 - Pessoas com deficiência inscritas no Cadastro Único que recebem cuidados permanentes de terceiros, por tipo de cuidador



Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base em Cadastro Único para Programas Sociais, CECAD (BRASIL [2025b]), outubro de 2025.

Gráfico 90 - Pessoas idosas inscritas no Cadastro Único que vivem com deficiência e recebem cuidados permanentes de terceiros, por tipo de cuidador



Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base em Cadastro Único para Programas Sociais, CECAD (BRASIL [2025b]), outubro de 2025.

Em outubro de 2025, havia 231 crianças de zero a seis anos de idade que viviam com deficiência. Em razão da deficiência, a maioria recebia cuidados permanentes de terceiros, sendo que 182 eram cuidadas por alguém da família, seis por cuidador especializado, três de outra forma e duas por instituição (BRASIL [2025b]).

### 3.2.8 Pertencimento a Grupos Populacionais Tradicionais e Específicos e perfil da população em situação de rua

Os grupos populacionais tradicionais e específicos (GPTE) são grupos, organizados ou não, identificados pelas características socioculturais, econômicas ou conjunturais particulares e que demandam estratégias diferenciadas de cadastramento no CadÚnico (BRASIL, 2023b).

Para efeitos analíticos, os GPTE são agregados em categorias, com o objetivo de permitir entender de maneira esquemática as similaridades que apresentam, conforme exposto abaixo:

» Origem étnica

- 1) famílias indígenas
- 2) famílias quilombolas
- 3) famílias ciganas
- 4) famílias pertencentes a comunidades de terreiro

Os grupos de origem étnica dizem respeito ao conjunto de famílias com autodeterminação de pertencimento a um grupo social dotado de organização territorial, política, linguística, sociocultural, econômica e/ou histórica própria. São definidos, em grande medida, pelos costumes, tradições e modos de viver comunitários singulares que possuem e que são transmitidos de geração em geração, o que os difere dos demais grupos. Dessa forma, são grupos que compartilham valores e práticas culturais herdados de povos com estratégias e modos próprios de sobrevivência e reprodução ancestrais.

» Relação com o meio ambiente

- 5) famílias extrativistas
- 6) famílias de pescadores artesanais
- 7) famílias ribeirinhas

Os grupos que possuem relações estreitas com o meio ambiente são os que integram a comunidades tradicionais cuja subsistência é baseada nos recursos oferecidos pela natureza, sejam florestas, rios, manguezais, mar ou outros ambientes similares. Essa população também pode praticar agricultura de subsistência e criação de animais de pequeno porte, em regime de economia familiar. Devido às suas características comuns, os grupos de relação com o meio ambiente podem se sobrepor. Assim, cabe à família escolher em qual categoria deseja ser identificada.

» Relação com o meio rural

- 8) famílias assentadas da Reforma Agrária
- 9) famílias acampadas rurais
- 10) famílias de agricultores familiares
- 11) famílias de beneficiários do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF)

Os grupos ligados ao meio rural são os que pleiteiam o acesso, a permanência e o uso sustentável da terra, assim como o acesso a políticas públicas específicas, como a de crédito fundiário. Podem ou não estar organizadas em movimentos sociais. Há aqueles que já obtiveram a regularização fundiária através do processo de reforma agrária. Muitos exploram a terra para a criação de animais, produção de artigos agrícolas para consumo da unidade familiar e comercialização em pequena escala.

» Situações conjunturais

- 12) famílias atingidas por empreendimentos de infraestrutura
- 13) famílias de presos do sistema carcerário
- 14) famílias de catadores de material reciclável
- 15) famílias de pessoas em situação de rua

Os grupos em situações conjunturais são compostos por famílias que, devido a múltiplos fatores, que variam de grupo a grupo, encontram-se em uma situação de vulnerabilidade acentuada compartilhada. Em alguns casos esses grupos podem inclusive formar identidades ou organizações sociais, tal como ocorre com as pessoas em situação de rua, com os catadores de materiais recicláveis e com os atingidos por empreendimentos de infraestrutura. Acreditava-se anteriormente que a transitoriedade, ou seja, a manutenção de determinada situação por período limitado, era característica comum aos grupos que compõem esse agregado, mas o monitoramento dos dados indica a permanência dessas situações (BRASIL, 2023b, p.8-9).

Em Capão da Canoa, no mês de março de 2025, foram identificadas 597 famílias e 1.176 pessoas pertencentes a GPTEs, que representavam 5,44% do total de famílias e 4,51% do total de pessoas inscritas no CadÚnico. A tabela abaixo apresenta o quantitativo de famílias pertencentes a GPTEs:

Tabela 41 - Famílias inscritas no Cadastro Único pertencentes a grupos populacionais tradicionais e específicos, por grupos familiares

Grupos Familiares	Famílias Cadastradas
Indígenas	1
Ciganos	1
Quilombolas	13
Ribeirinhos	3
Pescadores artesanais	31
Agricultores familiares	7
Assentados da Reforma Agrária	2
Acampados	1
Pessoas em situação de rua	169
Atingidos por empreendimentos de infraestrutura	1
Coletores de material reciclável	371
Famílias de presos do sistema carcerário	18
Famílias pertencentes a comunidades de terreiro	2

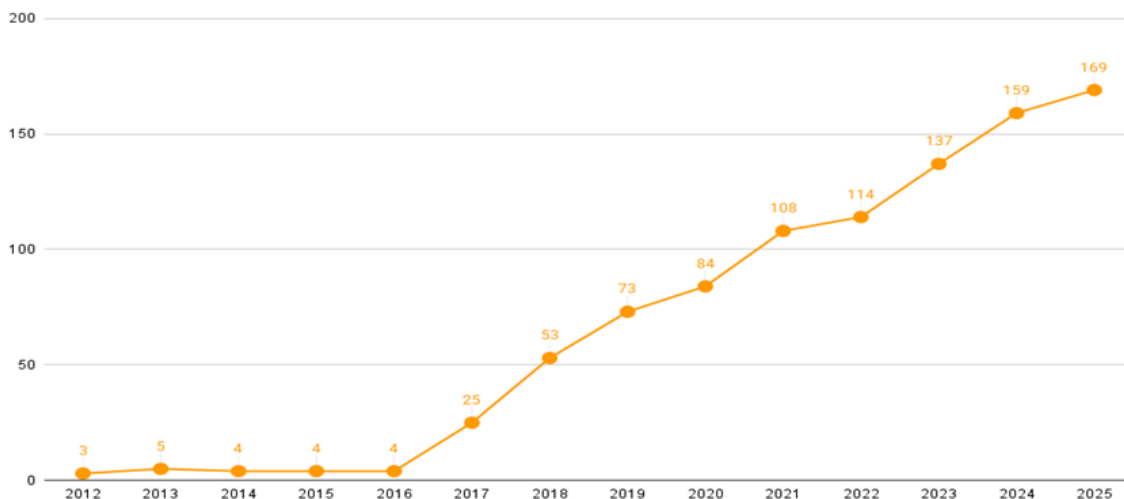
Fonte: BRASIL [2025b], março de 2025..

Por ter mais de 20 famílias inscritas no CadÚnico de coletores de material reciclável na região de abrangência de cada CRAS, este é o único GTPE possível de identificar as famílias pertencentes, por território de CRAS: são 165 no CRAS Arco-Íris, 136 no CRAS Zona Norte e 70 no CRAS Santa Luzia.

- População em situação de rua

Especificamente sobre a população em situação de rua (PSR), o gráfico abaixo demonstra a evolução das famílias em situação de rua inscritas no Cadastro Único, de 2012 até maio de 2025, quando havia 171:

Gráfico 91 – Evolução das famílias em situação de rua inscritas no Cadastro Único, em Capão da Canoa, de 2012 até 2025\*



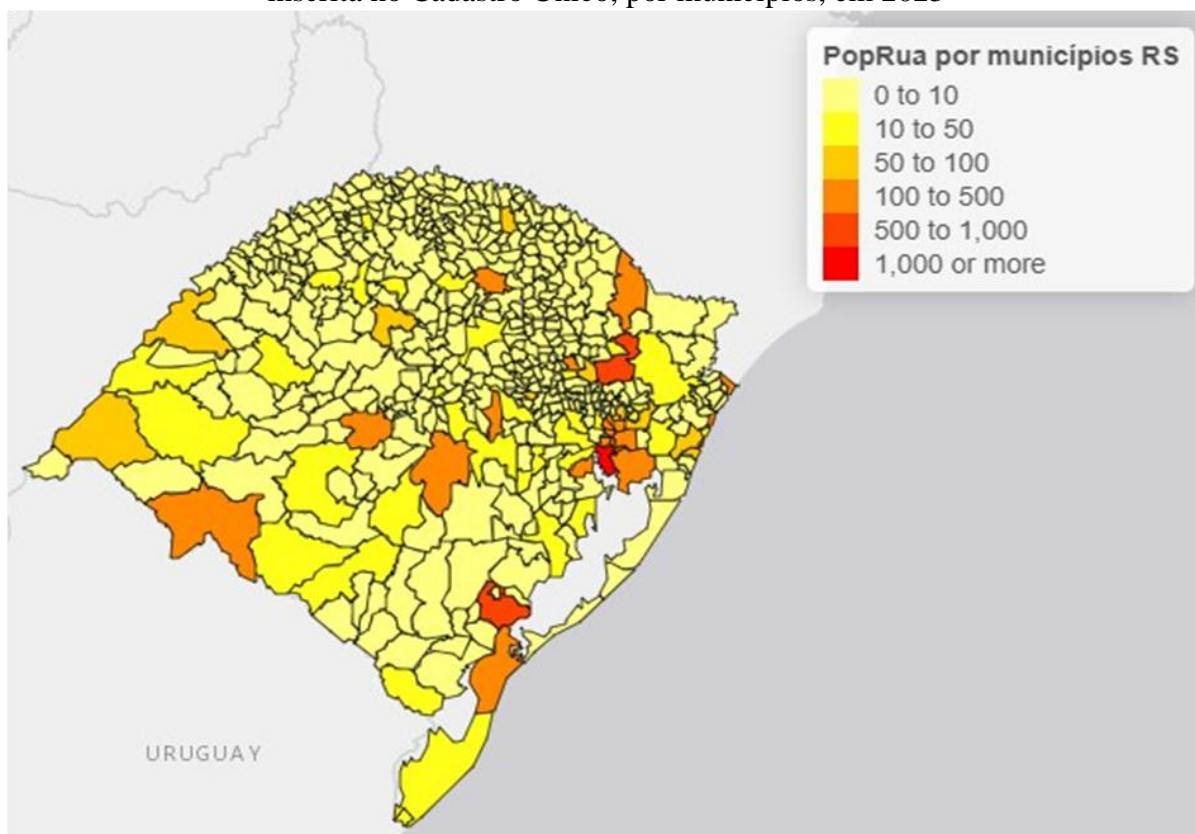
Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base em Cadastro Único para Programas Sociais, Vis Data (CAPÃO DA CANOA, 2025e).

\* Famílias inscritas no último dia do ano, com exceção de 2025, que compreende até o mês de maio.

O gráfico evidencia um crescimento em 101% das famílias em situação de rua inscritas de 2020 até maio de 2025, praticamente quatro anos e meio. No mesmo período, o aumento geral de famílias no CadÚnico municipal foi de 93%.

O mapa abaixo evidencia a população em situação de rua inscrita no CadÚnico, por municípios, no Rio Grande do Sul, sendo que Capão da Canoa é um dos que consta em cor laranja por ter entre 100 e 500 pessoas. No momento da coleta dos dados que gerou o mapa, o Município tinha 139 pessoas.

Figura 8 – Mapa do Rio Grande do Sul, com o mapeamento da população em situação de rua inscrita no Cadastro Único, por municípios, em 2023



Fonte: CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO (2023).

O quadro abaixo traz os dez municípios gaúchos e os quatro municípios do litoral norte gaúcho com maior quantitativo de famílias em situação de rua no Cadastro Único, em julho de 2025, de forma a comparar com a população estimada pelo IBGE para 2024:

Quadro 2 – Comparativo entre população estimada para 2024 versus famílias em situação de rua, nos dez municípios gaúchos e nos quatro municípios do litoral norte gaúcho com maior quantitativo de famílias em situação de rua inscritas no Cadastro Único

Município	População estimada para 2024 (IBGE)	Famílias em situação de rua no Cadastro Único (julho/2025)	Proporção de famílias em situação de rua em relação à população estimada
Porto Alegre	1.389.322	6.027	0,43%
Caxias do Sul	478.256	1.047	0,21%
Pelotas	336.131	880	0,26%
Santa Maria	282.244	538	0,19%
São Leopoldo	225.669	421	0,18%
Novo Hamburgo	235.879	410	0,17%
Rio Grande	198.958	345	0,17%
Alvorada	194.116	319	0,16%
Gravataí	275.294	291	0,10%

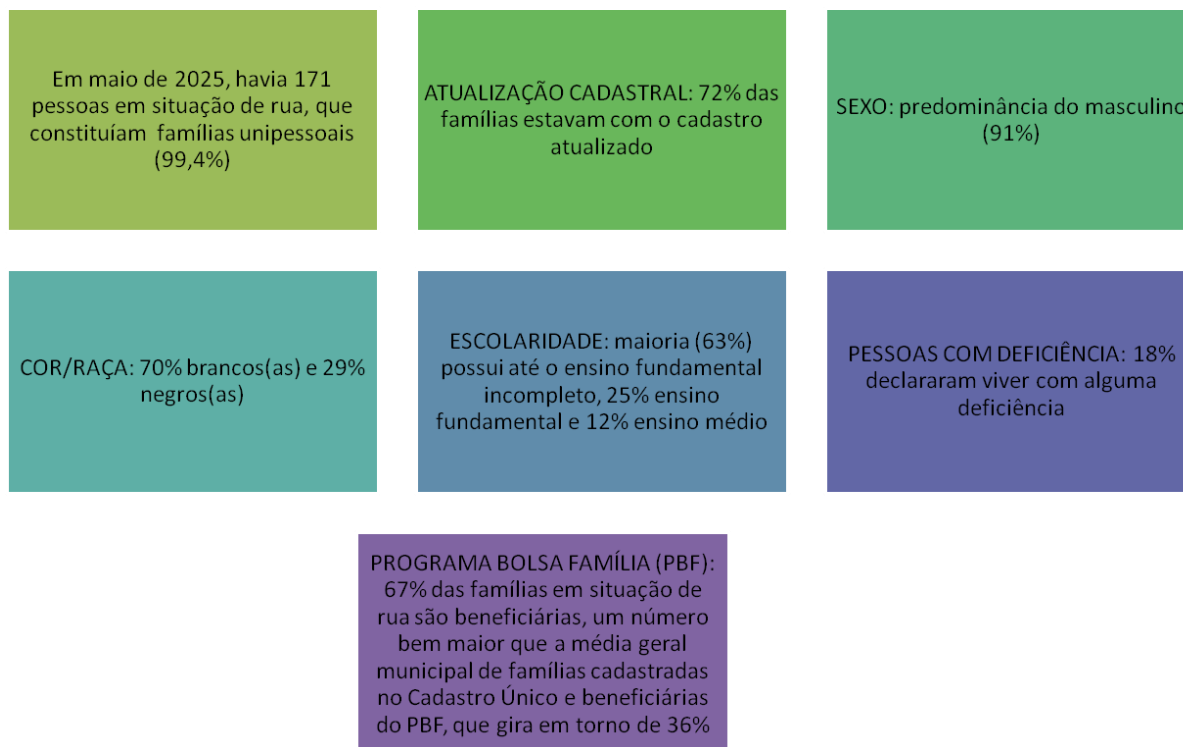
Santa Cruz do Sul	138.104	276	0,19%
Torres	43.268	210	0,48%
Capão da Canoa	66.012	171	0,25%
Osório	48.929	124	0,25%
Tramandaí	56.296	92	0,16%

Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base em Vis Data e IBGE Cidades (CAPÃO DA CANOA, 2025e).

Conforme o quadro acima, Capão da Canoa está entre os cinco municípios gaúchos com maior porcentagem de famílias em situação de rua em relação à população total municipal estimada.

No que diz respeito ao perfil das pessoas em situação de rua no Município, seguem, na figura e no texto que vem em seguida, as principais informações sistematizadas pela Vigilância Socioassistencial (CAPÃO DA CANOA, 2025e), referentes ao mês de maio de 2025:

Figura 9 - Alguns indicadores sobre o perfil da população em situação de rua inscrita no Cadastro Único



Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base em Cadastro Único para Programas Sociais, CECAD (CAPÃO DA CANOA, 2025e).

Outros dados:

- Naturalidade: 9% nasceram em Capão da Canoa e 76% em 49 outros municípios gaúchos, sendo que 50% nasceram em municípios da Região Metropolitana de Porto Alegre;
- Faixa etária: 48% têm entre 35 a 49 anos, 35%, entre 18 a 34 anos e 17%, com 50 ou mais anos;
- Frequência com que têm contato com parente fora da situação de rua: 52% não têm contato nunca ou quase nunca com parentes, o que pode indicar fragilização ou rompimento dos vínculos familiares;
- Tempo em que vivem na rua: a maioria (69%) vive até dois anos;
- Tempo em que moram em Capão da Canoa: 68% moram em Capão da Canoa até dois anos, com destaque para quem está até seis meses (51%). Se comparadas as informações do tempo em que moram em Capão da Canoa e do tempo em que vivem na rua, em torno de 26% estão há pelo menos dois anos em situação de rua neste Município. Esses dados abrem o questionamento sobre o estereótipo que ronda essa população relacionado à transitoriedade ou à migração constante entre cidades;
- Renda familiar per capita mensal: 79% vivem com até R\$218;
- Inserção no mundo do trabalho: 78% já trabalhou com carteira assinada; 31% informaram o seu trabalho principal, sendo que o predominante é bico/autônomo (60,37%), seguido por empregado(a) com carteira de trabalho assinada (12,69%) e empregado(a) sem carteira de trabalho assinada (0,58%). Chama a atenção a característica da informalidade do trabalho. Apenas uma minoria (18%) pede dinheiro nos espaços públicos como forma de sobrevivência. Assim, não se trata de uma população de “mendigos” ou “pedintes”, mas de trabalhadores(as) que têm alguma profissão, ainda que se encontrem na informalidade. Ainda, o fato de um bom quantitativo trabalhar como catador de materiais recicláveis (39%) sinaliza para o poder público municipal a possibilidade de alternativas nesta área para esse público em termos de emprego e renda;
- Motivações para a situação de rua: os motivos mais expressivos são problemas com familiares/companheiro(a) (41%), desemprego (38%), perda de moradia (30%) e alcoolismo/uso de drogas<sup>61</sup> (26%). Os motivos são diversos para a situação de rua, o que confirma que essa questão deve ser compreendida em suas múltiplas

---

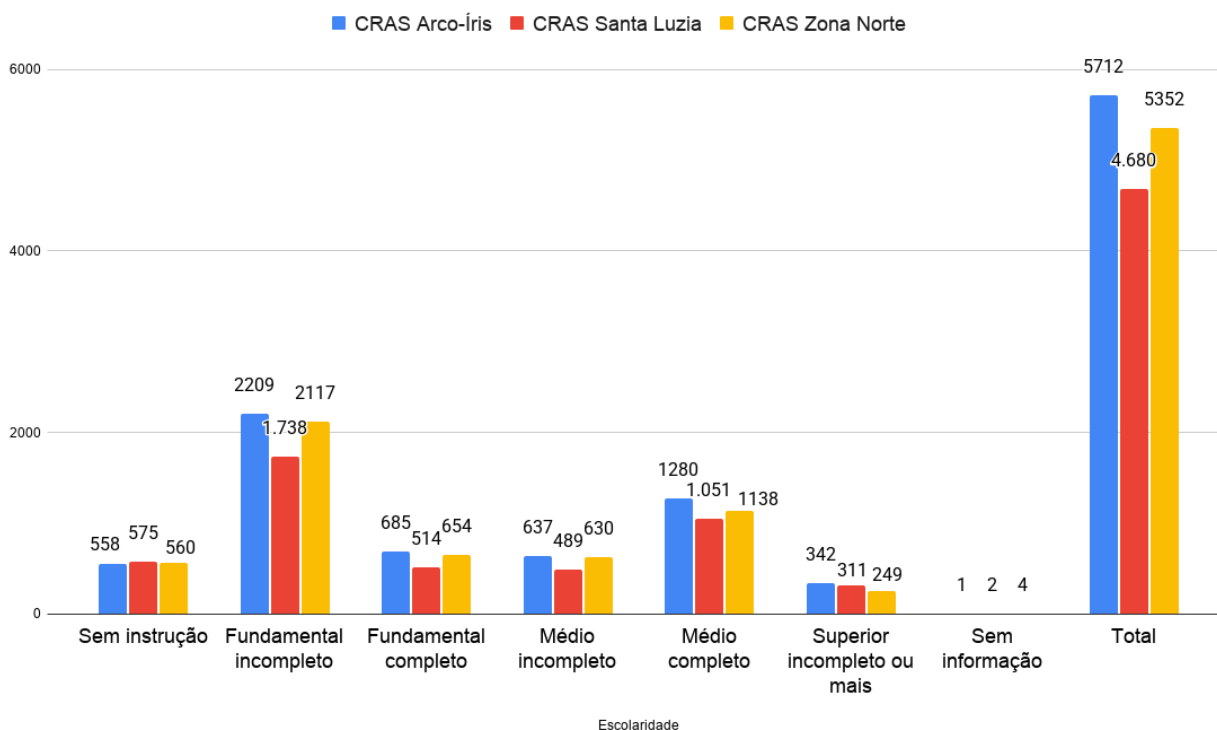
<sup>61</sup> Alcoolismo/uso de drogas são categorias utilizadas pelo CadÚnico.

determinações, ou em sua multiplicidade de fatores, que vão desde os estruturais (como ausência de moradia e inexistência de trabalho e renda) até os relacionados à ruptura ou fragilização de vínculos familiares e comunitários (BRASIL, 2011). Dentre as motivações, convém destacar o uso abusivo de substâncias psicoativas, o que também é bastante visibilizado pela equipe do CREAS e demanda a Política de Saúde.

### 3.2.9 Escolaridade<sup>62</sup>

A seguir, são apresentadas informações sobre a escolaridade de pessoas com 18 anos de idade ou mais, por região de abrangência dos CRAS, que totalizavam 15.744 pessoas no mês de outubro de 2025. É expressivo que, em média, considerando a abrangência dos três CRAS, 38,5% desse público não tenha concluído o ensino fundamental, 11% não tenham instrução e 26% tenham ensino médio completo ou mais.

Gráfico 92 - Pessoas com 18 anos ou mais de idade inscritas no Cadastro Único, por escolaridade, conforme a região de abrangência dos CRAS<sup>63</sup>



Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base em Cadastro Único para Programas Sociais, CECAD (BRASIL, 2025), outubro de 2025.

<sup>62</sup> No item 3.2.11, há dados, a partir do IVCAD, que relacionam situações de baixa escolaridade e de inserção no setor informal ou em ocupações de baixa remuneração por adultos de 18 a 59 anos.

<sup>63</sup> Para o levantamento dessa informação, o bairro Zona Nova foi considerado em sua totalidade para a abrangência do CRAS Arco-Íris.

Tabela 42 - Porcentagem de pessoas com 18 anos ou mais de idade inscritas no Cadastro Único, por escolaridade, na região de abrangência dos CRAS<sup>64</sup>

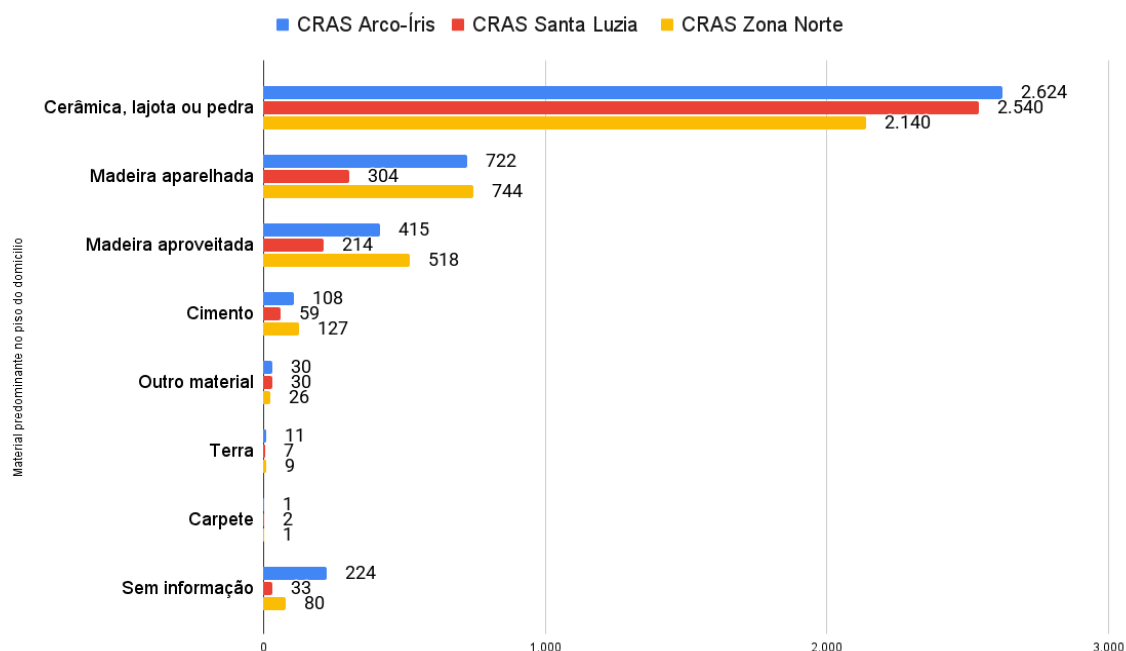
Escolaridade	CRAS Arco-Íris	CRAS Santa Luzia	CRAS Zona Norte
Sem instrução	9,80%	12,30%	10,50%
Fundamental incompleto	38,70%	37,20%	39,60%
Fundamental completo	12%	11%	12,20%
Médio incompleto	11,20%	10,50%	11,80%
Médio completo	22,40%	22,50%	21,30%
Superior incompleto ou mais	6%	6,60%	4,70%

Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base em Mapa Social (BRASIL, 2025), outubro de 2025.

### 3.2.10 Habitação e condições de moradia

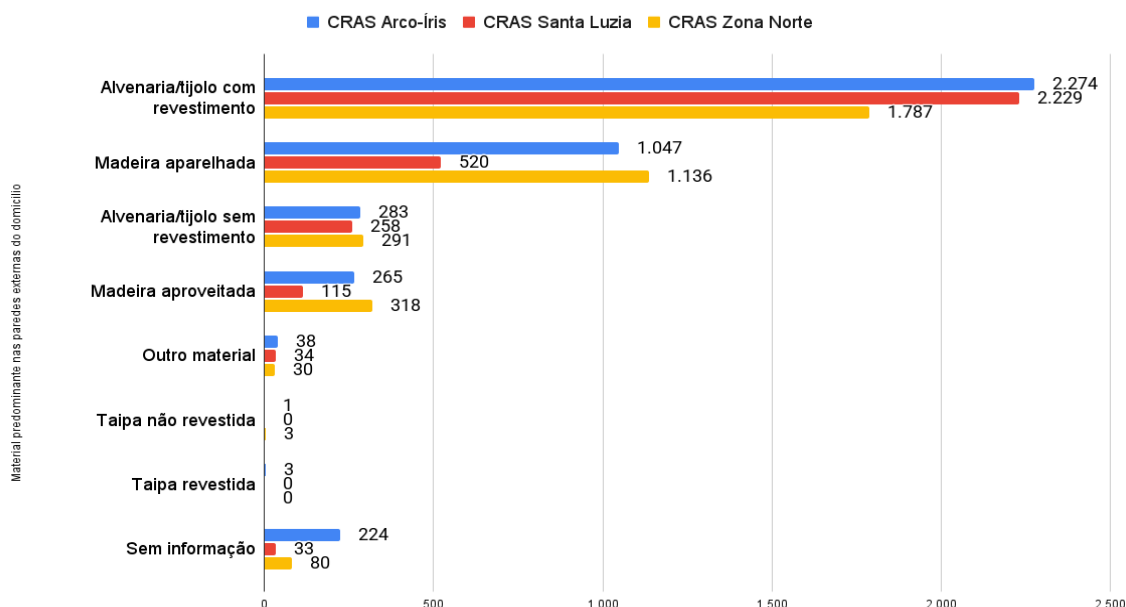
<sup>64</sup>Para o levantamento dessa informação, o bairro Zona Nova foi considerado em sua totalidade para a abrangência do CRAS Arco-Íris.

Gráfico 93 - Famílias inscritas no Cadastro Único, por tipo de material predominante no piso do domicílio, conforme região de abrangência dos CRAS<sup>65</sup>



Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base em Cadastro Único para Programas Sociais, CECAD (BRASIL, 2025), março de 2025.

Gráfico 94 - Famílias inscritas no Cadastro Único, por tipo de material predominante nas paredes externas do domicílio, conforme região de abrangência dos CRAS<sup>66</sup>



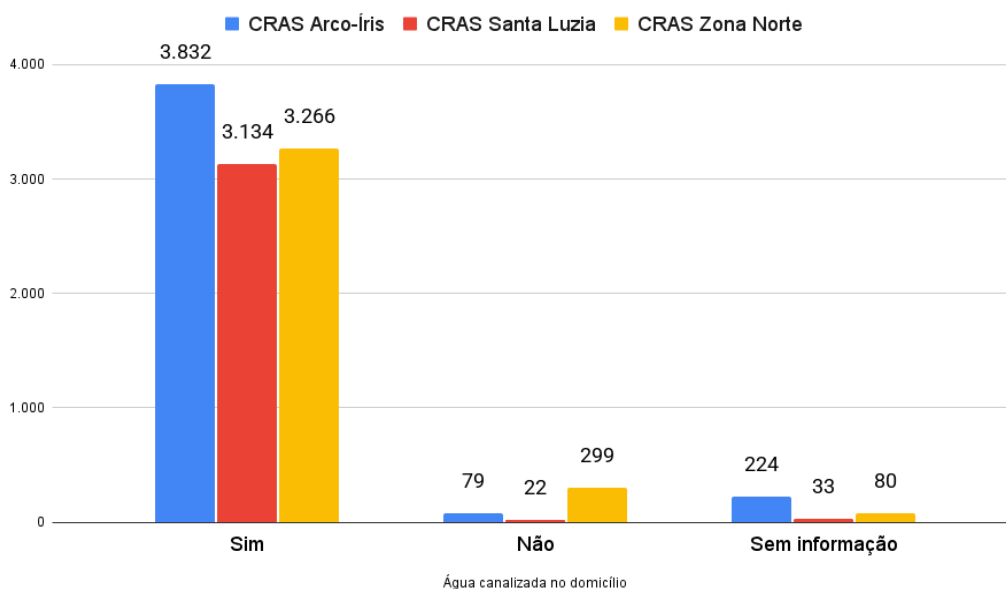
Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base em Cadastro Único para Programas Sociais, CECAD (BRASIL, 2025), março de 2025.

<sup>65</sup> Para o levantamento dessa informação, o bairro Zona Nova foi considerado em sua totalidade para a abrangência do CRAS Arco-Íris.

<sup>66</sup> Para o levantamento dessa informação, o bairro Zona Nova foi considerado em sua totalidade para a abrangência do CRAS Arco-Íris.

O gráfico anterior evidencia que cerca de 57% das casas da população inscrita no CadÚnico têm como material predominante nas paredes externas alvenaria ou taipa revestidas, 25% são de madeira aparelhada, 8% são de alvenaria sem revestimento e 6% são de madeira aproveitada. Especificamente no que tange à região de abrangência dos CRAS Arco-Íris, Santa Luzia e Zona Norte, respectivamente, as casas de alvenaria ou taipa revestidas representam 55%, 70% e 49%, enquanto que as casas de madeira aparelhada e aproveitada perfazem 32%, 20% e 40%. Assim, nota-se uma diferença expressiva do material da moradia da população da região de abrangência dos CRAS Arco-Íris e Zona Norte que está CadÚnico em relação ao material predominante nas paredes externas dos domicílios da população municipal em geral, uma vez que, desta, alvenaria ou taipa com revestimento representam 76,96%, de acordo com o Censo Demográfico 2022 (IBGE, 2022), apresentado na seção 1 deste trabalho, no item sobre habitação e condições de moradia.

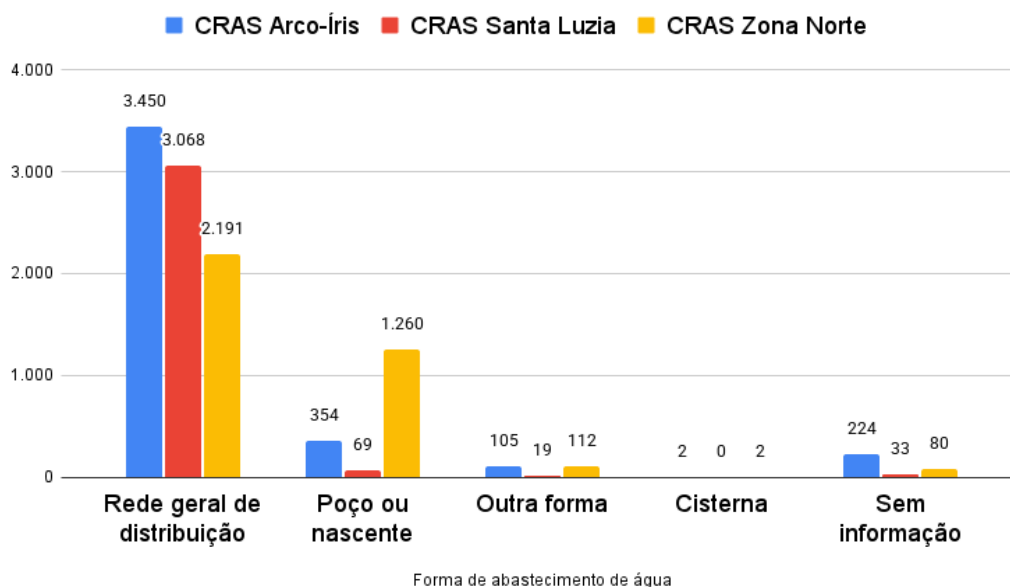
Gráfico 95 - Famílias inscritas no Cadastro Único, por existência de água canalizada no domicílio, conforme região de abrangência dos CRAS<sup>67</sup>



Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base em Cadastro Único para Programas Sociais, CECAD (BRASIL, 2025), março de 2025.

<sup>67</sup> Para o levantamento dessa informação, o bairro Zona Nova foi considerado em sua totalidade para a abrangência do CRAS Arco-Íris.

Gráfico 96 - Famílias inscritas no Cadastro Único, por forma de abastecimento de água no domicílio, conforme região de abrangência dos CRAS<sup>68</sup>

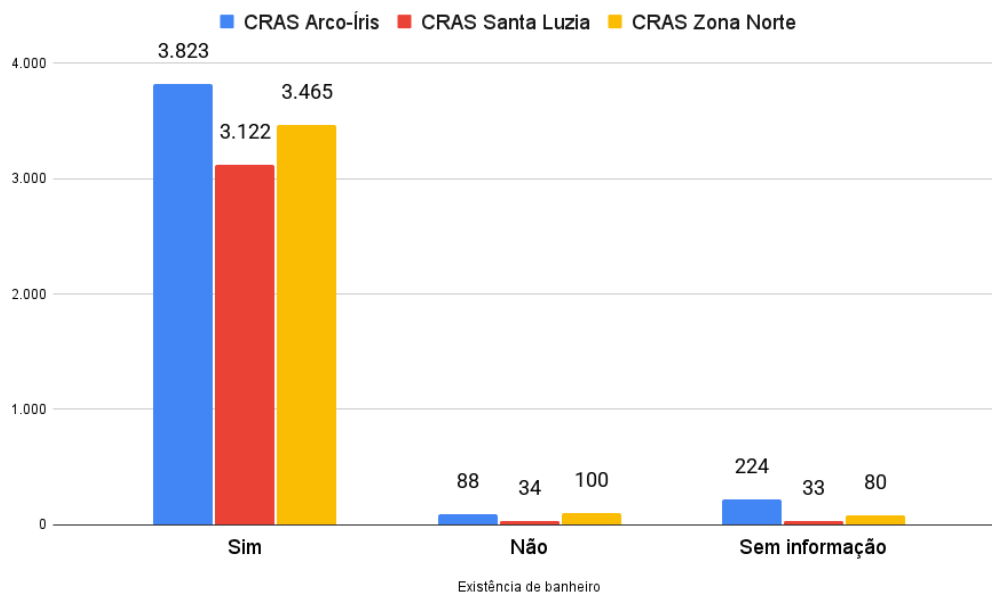


Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base em Cadastro Único para Programas Sociais, CECAD (BRASIL, 2025), março de 2025.

O gráfico acima demonstra que a região com menor quantitativo da população inscrita no CadÚnico com abastecimento de água pela rede geral de distribuição é a do CRAS Zona Norte, o que vai ao encontro com a seção 1 deste trabalho, no item sobre habitação e condições de moradia, quando apresenta que, segundo Censo Demográfico 2022 (IBGE, 2022), o maior percentual dos domicílios sem abastecimento pela rede geral está situado na abrangência do referido CRAS.

<sup>68</sup> Para o levantamento dessa informação, o bairro Zona Nova foi considerado em sua totalidade para a abrangência do CRAS Arco-Íris.

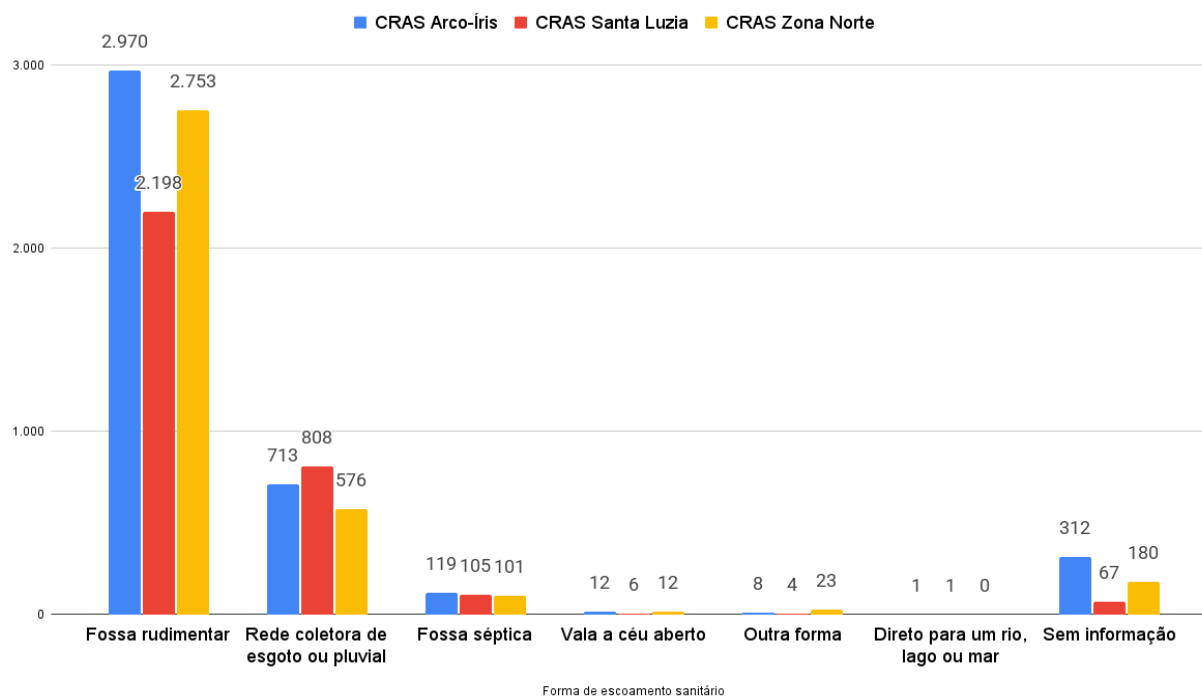
Gráfico 97 - Famílias inscritas no Cadastro Único, por existência de banheiro no domicílio, conforme região de abrangência dos CRAS<sup>69</sup>



Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base em Cadastro Único para Programas Sociais, CECAD (BRASIL, 2025), março de 2025.

<sup>69</sup> Para o levantamento dessa informação, o bairro Zona Nova foi considerado em sua totalidade para a abrangência do CRAS Arco-Íris.

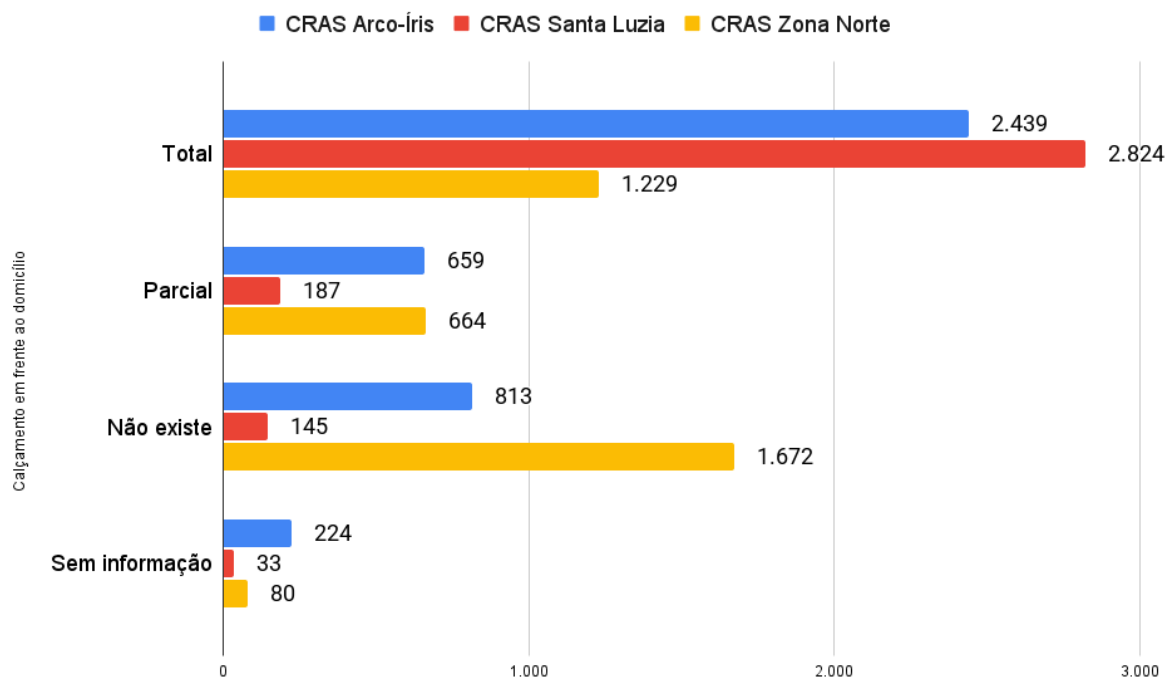
Gráfico 98 - Famílias inscritas no Cadastro Único, por forma de escoamento sanitário no domicílio, conforme região de abrangência dos CRAS<sup>70</sup>



Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base em Cadastro Único para Programas Sociais, CECAD (BRASIL, 2025), março de 2025.

<sup>70</sup> Para o levantamento dessa informação, o bairro Zona Nova foi considerado em sua totalidade para a abrangência do CRAS Arco-Íris.

Gráfico 99 - Famílias inscritas no Cadastro Único, por existência de calçamento em frente ao domicílio, conforme região de abrangência dos CRAS<sup>71</sup>



Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base em Cadastro Único para Programas Sociais, CECAD (BRASIL, 2025), março de 2025.

É bastante significativo que 46% da população inscrita no CadÚnico da região de abrangência do CRAS Zona Norte não tenha calçamento em frente ao seu domicílio. Cabe pontuar que a porcentagem da população municipal em geral que tem a via pavimentada em torno do seu domicílio é de 90,64% e a da população que reside em favelas e comunidades urbanas é de 39,45% (IBGE, 2022).

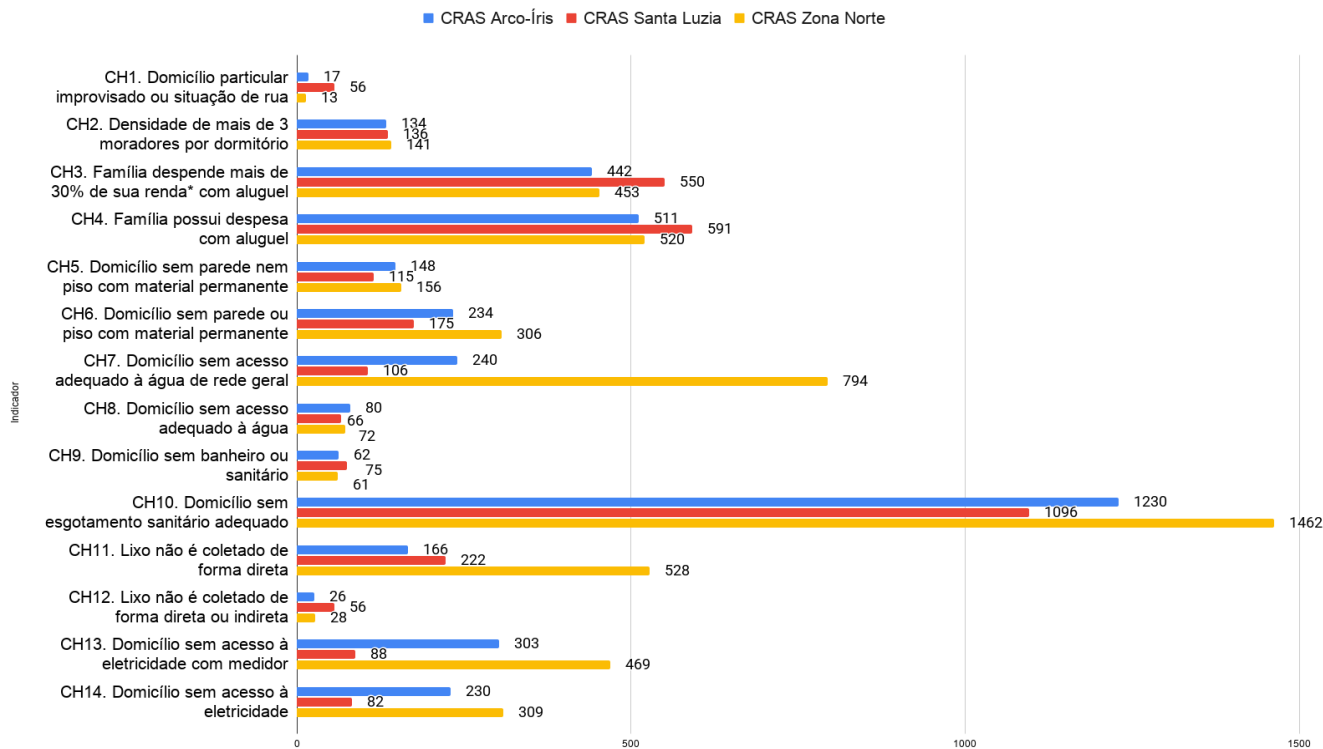
Em relação ao IVCAD<sup>72</sup> relativo às Condições Habitacionais (CH)<sup>73</sup>, que identifica possíveis situações de vulnerabilidade em diferentes aspectos da moradia. São sinalizadas situações de déficit habitacional, de baixa qualidade em termos de abrigabilidade e de baixo acesso a serviços.

<sup>71</sup> Para o levantamento dessa informação, o bairro Zona Nova foi considerado em sua totalidade para a abrangência do CRAS Arco-Íris.

<sup>72</sup> O IVCAD é calculado considerando famílias beneficiárias do PBF e, não sendo beneficiárias do Programa, com cadastro atualizado em até dois anos e renda familiar per capita de até meio salário mínimo. Para saber mais sobre o que é e quais dimensões e indicadores compõem o IVCAD, ver item 3.2.2.

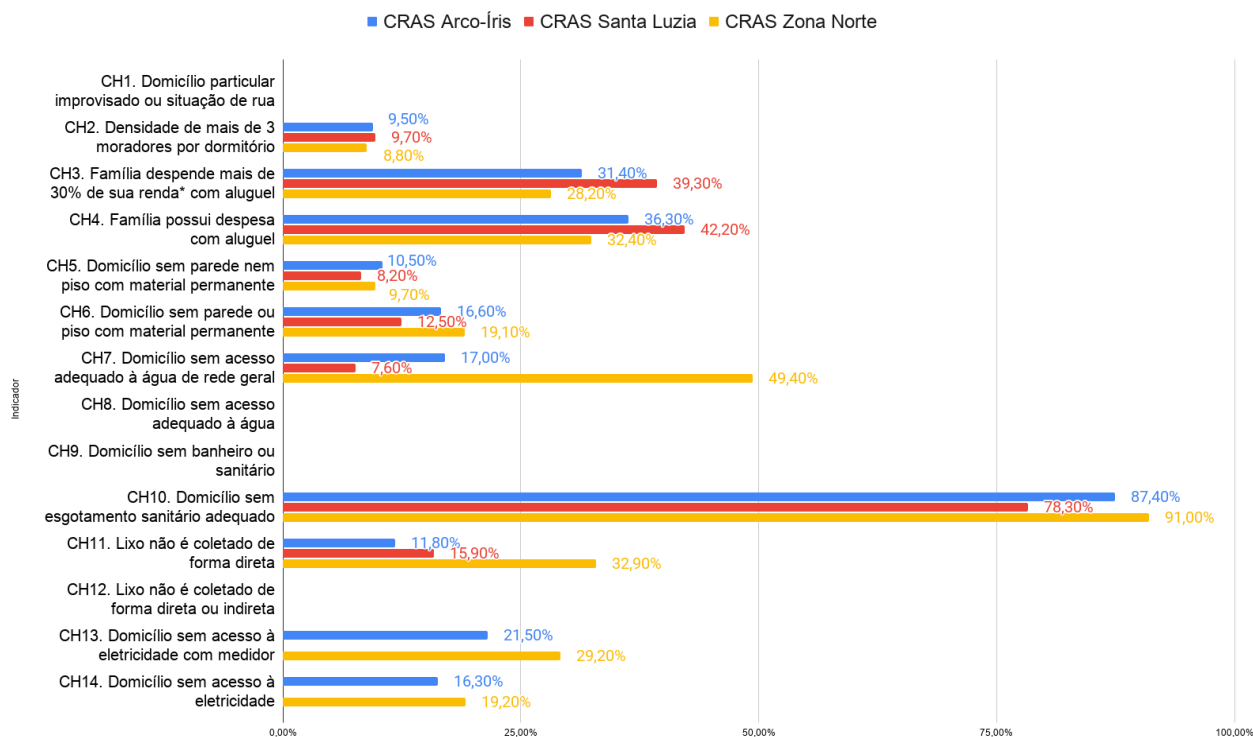
<sup>73</sup> É importante explicar a composição de dois indicadores da dimensão CH: 1) “CH9. Domicílio sem banheiro ou sanitário” considera família em situação de rua; se o domicílio é particular permanente, particular improvisado ou coletivo; se há banheiro ou sanitário; “CH10. Domicílio sem esgotamento sanitário adequado” considera família em situação de rua; se o domicílio é particular permanente, particular improvisado ou coletivo; se há banheiro ou sanitário; a forma de escoamento sanitário (BRASIL [2026b; 2026c]).

Gráfico 100 - Total de famílias com possíveis situações de vulnerabilidade em diferentes aspectos da moradia, conforme cada indicador que compõe a dimensão Condições Habitacionais do IVCAD, por território de abrangência dos CRAS



Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base em BRASIL [2026f], janeiro de 2026.

Gráfico 101 - Comparativo da porcentagem de famílias com possíveis situações de vulnerabilidade em diferentes aspectos da moradia em relação ao total de famílias, conforme cada indicador que compõe a dimensão Condições Habitacionais do IVCAD, no território de abrangência dos CRAS<sup>74</sup>



Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base em BRASIL [2026f], janeiro de 2026.

### 3.2.11 Inserção no mundo do trabalho

Inicialmente, cabe explicitar que mundo do trabalho

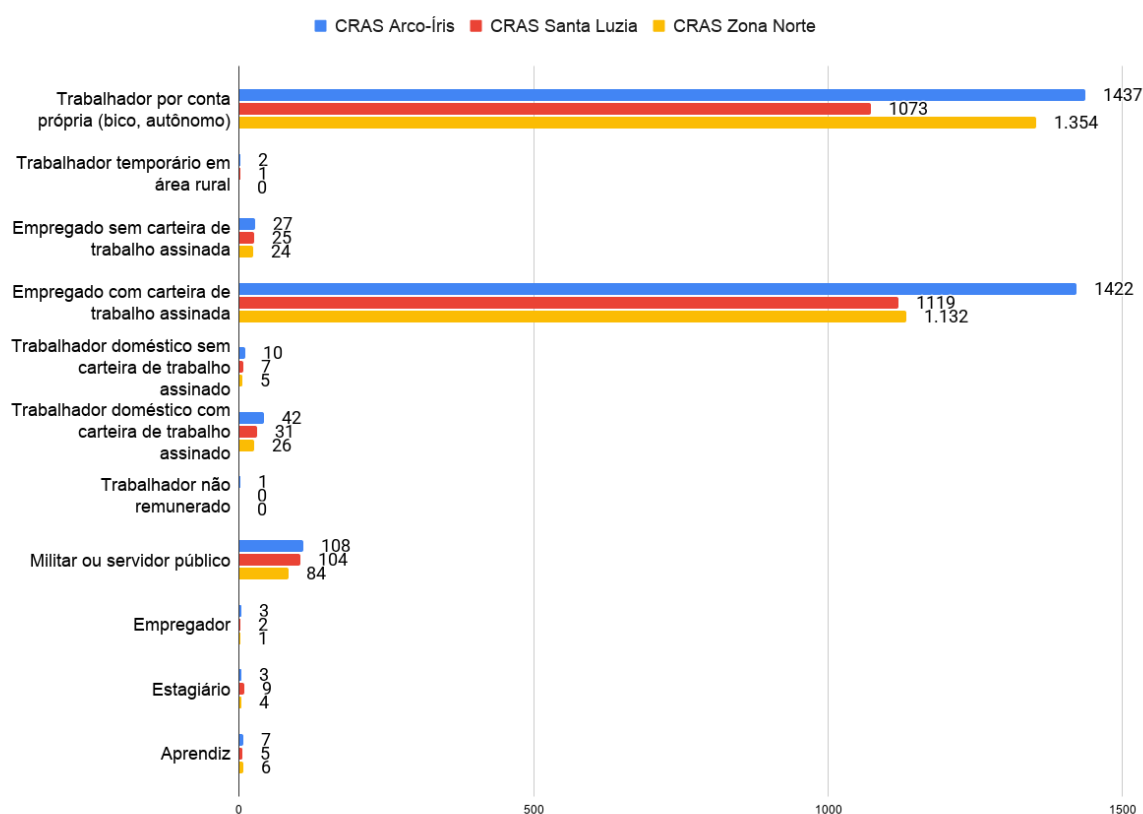
compreende o espaço onde as atividades produtivas são realizadas, os significados que lhe são conferidos, o ambiente da educação, do emprego formal ou informal, das habilidades dos indivíduos, como estas impactam no desenvolvimento da identidade de cada um, entre outros fatores. Dessa forma compreendemos mundo do trabalho como um conjunto composto por vários elementos, como: escolaridade, qualificação profissional, garantia de direitos, acesso a políticas públicas, aptidões, interesses, habilidades, desenvolvimento do protagonismo e possibilidades de participação social (BRASIL, 2021a, p.24).

Assim, os dados apresentados neste item não se restringem ao trabalho e ao emprego em si, mas também a dimensões que os impactam e conformam, como escolaridade, característica formal ou informal do trabalho e remuneração.

<sup>74</sup> Há indicadores que não tiveram valores correspondentes disponibilizados.

Em relação aos tipos de trabalho principal exercido, em outubro de 2025, há informações de 3.062, 2.376 e 2.636 pessoas com 18 anos ou mais do território de abrangência dos CRAS Arco-Íris, Santa Luzia e Zona Norte, respectivamente, que representam 54%, 51% e 49% do total desse público em cada um dos mesmos. Os tipos de trabalho dessas pessoas são apresentados no gráfico e na tabela abaixo:

Gráfico 102 - Pessoas com 18 anos ou mais de idade inscritas no Cadastro Único e que informaram o tipo de trabalho principal, conforme a região de abrangência dos CRAS<sup>75</sup>



Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base em Cadastro Único para Programas Sociais, CECAD (BRASIL, 2025), outubro de 2025.

<sup>75</sup>Para o levantamento dessa informação, o bairro Zona Nova foi considerado em sua totalidade para a abrangência do CRAS Arco-Íris.

Tabela 43 - Porcentagem de pessoas com 18 anos ou mais de idade inscritas no Cadastro Único e que informaram o tipo de trabalho principal, na região de abrangência dos CRAS<sup>76</sup>

Tipo de trabalho principal	CRAS Arco-Íris	CRAS Santa Luzia	CRAS Zona Norte
Trabalhador por conta própria (bico, autônomo)	46,90%	45,20%	51,40%
Trabalhador temporário em área rural	0,10%	0,04%	0%
Empregado sem carteira de trabalho assinada	0,90%	1,10%	0,90%
Empregado com carteira de trabalho assinada	46,40%	47,10%	42,90%
Trabalhador doméstico sem carteira de trabalho assinado	0,30%	0,30%	0%
Trabalhador doméstico com carteira de trabalho assinado	1,40%	1,30%	1%
Trabalhador não remunerado	0,03%	0%	0%
Militar ou servidor público	3,50%	4,40%	3,20%
Empregador	0,10%	0,10%	0,03%
Estagiário	0,10%	0,40%	0,20%
Aprendiz	0,20%	0,20%	0,20%

Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base em Cadastro Único para Programas Sociais, CECAD (BRASIL, 2025), outubro de 2025.

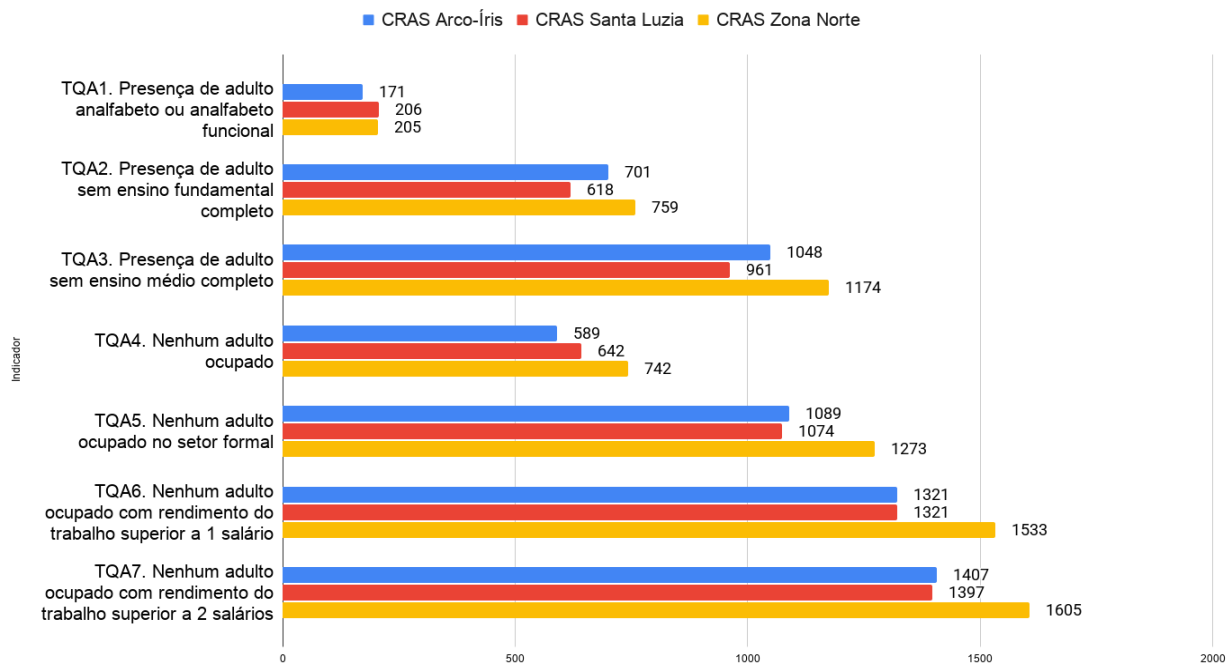
Em relação ao IVCAD<sup>77</sup>, a sua dimensão Trabalho e Qualificação de Adultos (TQA)<sup>78</sup> identifica possíveis situações de vulnerabilidade em relação à qualificação e à inserção no mundo do trabalho de adultos de 18 a 59 anos de idade. São sinalizadas situações de baixa escolaridade e de inserção no setor informal ou em ocupações de baixa remuneração.

<sup>76</sup>Para o levantamento dessa informação, o bairro Zona Nova foi considerado em sua totalidade para a abrangência do CRAS Arco-Íris.

<sup>77</sup>O IVCAD é calculado considerando famílias beneficiárias do PBF e, não sendo beneficiárias do Programa, com cadastro atualizado em até dois anos e renda familiar per capita de até meio salário mínimo. Para saber mais sobre o que é e quais dimensões e indicadores compõem o IVCAD, ver item 3.2.2.

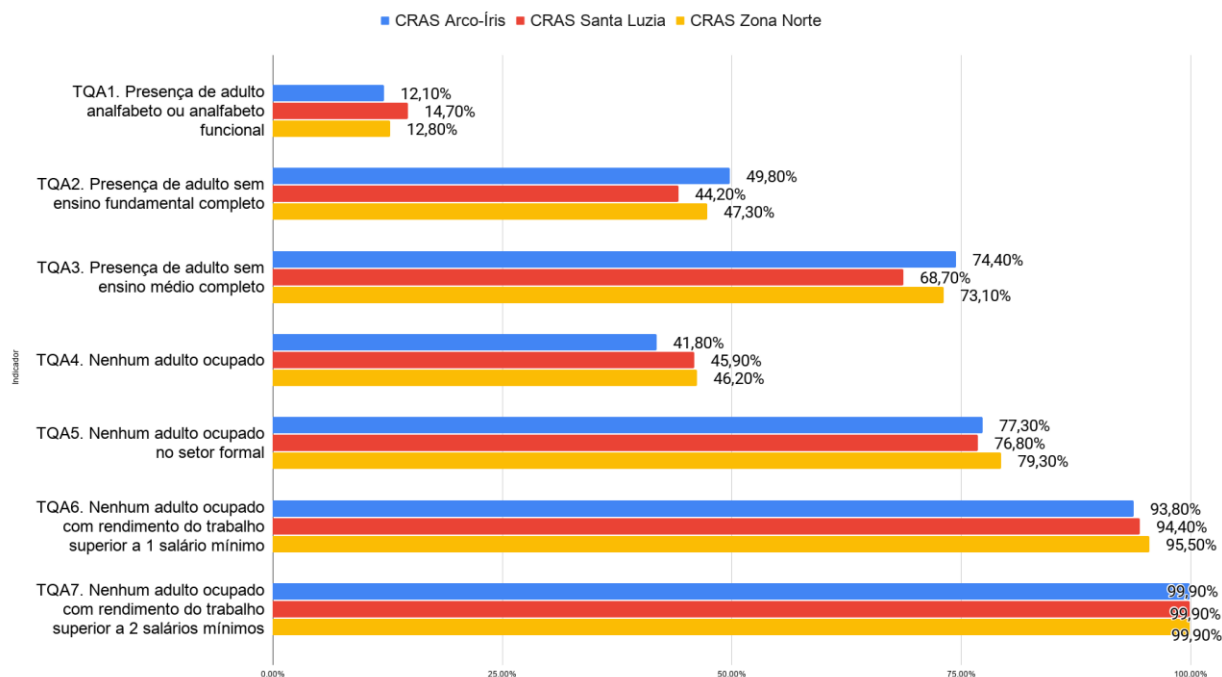
<sup>78</sup>É importante explicar a composição do indicador “TQA4. Nenhum adulto ocupado”, que compõe essa dimensão: “considera-se ocupada a pessoa que tenha trabalhado na semana anterior à entrevista ou que não tenha trabalhado por estar afastado por motivo de doença, falta voluntária, licença, férias ou por outro motivo” (BRASIL [2026d]).

Gráfico 103 - Total de famílias com possíveis situações de vulnerabilidade em relação à qualificação e à inserção no mundo do trabalho de adultos de 18 a 59 anos de idade, conforme cada indicador que compõe a dimensão Trabalho e Qualificação de Adultos, por território de abrangência dos CRAS



Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base em BRASIL [2026f], janeiro de 2026.

Gráfico 104 - Comparativo da porcentagem de famílias com possíveis situações de vulnerabilidade em relação à qualificação e à inserção no mundo do trabalho de adultos de 18 a 59 anos de idade em relação ao total de famílias, conforme cada indicador que compõe a dimensão Trabalho e Qualificação de Adultos do IVCAD, no território de abrangência dos CRAS<sup>79</sup>



Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base em BRASIL [2026f], janeiro de 2026.

### 3.2.12 Famílias unipessoais

Conforme apresentado no item 2.2.3, as famílias unipessoais representam 21,19% da composição das famílias no Município, segundo o Censo Demográfico 2022. Já no CadÚnico representavam, no mês de março de 2025, 29,3%, totalizando 3.214. A tabela a seguir demonstra o comparativo entre o total de famílias unipessoais identificadas pelo Censo Demográfico 2022 e o total de famílias unipessoais no CadÚnico, por região de abrangência dos CRAS.

<sup>79</sup> Há indicadores que não tiveram valores correspondentes disponibilizados.

Tabela 44 - Comparativo da estimativa da distribuição das famílias unipessoais, por região de abrangência dos CRAS, na malha preliminar do Censo Demográfico 2022 e no Cadastro Único

CRAS	Total de famílias unipessoais no Censo	Total de famílias unipessoais inscritas no CadÚnico	Percentual de famílias unipessoais inscritas no CadÚnico em relação ao total identificado pelo Censo
CRAS Arco-Íris	1.229	922	75%
CRAS Santa Luzia	3.071	1.163	38%
CRAS Zona Norte	1.242	945	76%

Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base em Mapa Social (BRASIL, 2025), março de 2025.

### 3.3 PERFIL DAS FAMÍLIAS BENEFICIÁRIAS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E SITUAÇÃO DO ACOMPANHAMENTO DAS CONDICIONALIDADES DO PROGRAMA<sup>80</sup>

O PBF, segundo a Lei nº 14.601/2023 (BRASIL, 2023a), destinado à transferência direta e condicionada de renda, tem como objetivos:

- Combater a fome, por meio da transferência direta de renda às famílias beneficiárias;
- Contribuir para a interrupção do ciclo de reprodução da pobreza entre as gerações; e
- Promover o desenvolvimento e a proteção social das famílias, especialmente das crianças, dos adolescentes e dos jovens em situação de pobreza.

Seus objetivos serão obtidos por meio de:

- Articulação entre o Programa e as ações de saúde, de educação, de assistência social e de outras áreas que atendam o público beneficiário, executadas pelos governos federal, estaduais, municipais e distrital;
- Vinculação ao SUAS, permitida a utilização de sua rede de serviços socioassistenciais;
- Coordenação e compartilhamento da gestão e da execução com os entes federativos;
- Participação social;
- Utilização do CadÚnico e sua promoção como plataforma de integração do Programa a ações executadas pelos governos federal, estaduais, municipais e distrital;
- Respeito à privacidade das famílias beneficiárias, na forma estabelecida nas Leis nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, e 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais).

Para ter direito ao PBF, a principal regra é que a renda de cada pessoa da família seja de, no máximo, R\$ 218 por mês.

Segundo Brasil (2010), serão priorizadas para o acompanhamento familiar, além das famílias que vivenciam situações de risco social, as famílias do PBF em situação de

---

<sup>80</sup> O dimensionamento de beneficiários(as) do PBF que acessam os serviços socioassistenciais é abordado ao longo do item 3.1.1, conforme os serviços são apresentados.

descumprimento de condicionalidades, em especial, aquelas que estão com o benefício suspenso, a fim de garantir a segurança de renda das famílias.

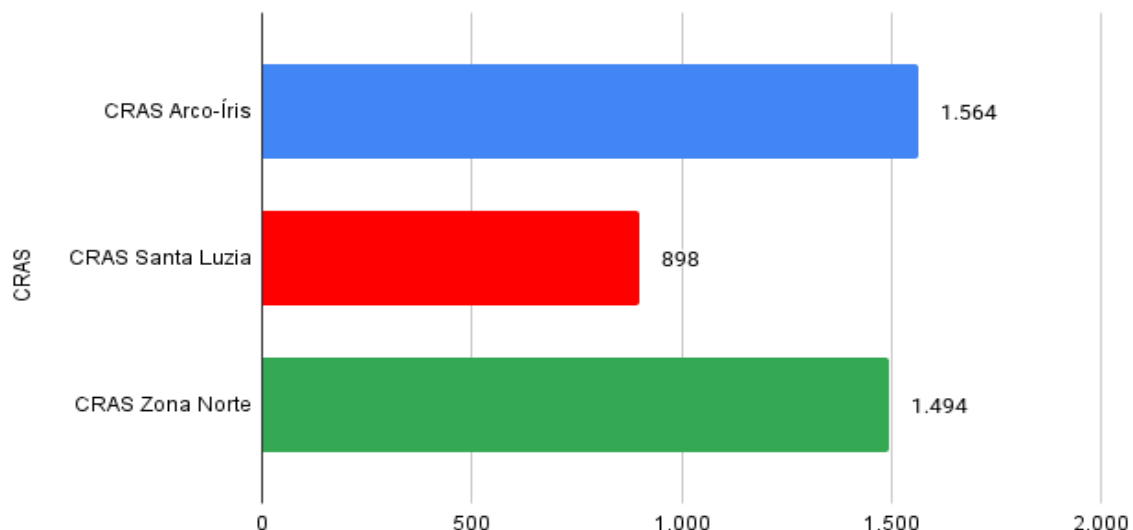
Esta seção trará as seguintes informações sobre as famílias beneficiárias: volume, composição familiar e distribuição territorial; benefícios recebidos; características etárias, de sexo e étnico-raciais; pertencimento a GPTEs.

### 3.3.1 Volume de famílias, composição familiar e distribuição territorial

- Volume de famílias e distribuição territorial

Em março de 2025, havia 3.956 famílias e 11.014 pessoas beneficiárias do PBF, sendo que 39,53% das famílias eram da abrangência do CRAS Arco-Íris, 37,76%, do CRAS Zona Norte e 22,69%, do CRAS Santa Luzia. Nos gráficos a seguir, são apresentados o volume de famílias por CRAS e, por CRAS, conforme seu bairro<sup>81</sup>:

Gráfico 105 – Famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, conforme região de abrangência dos CRAS<sup>82</sup>

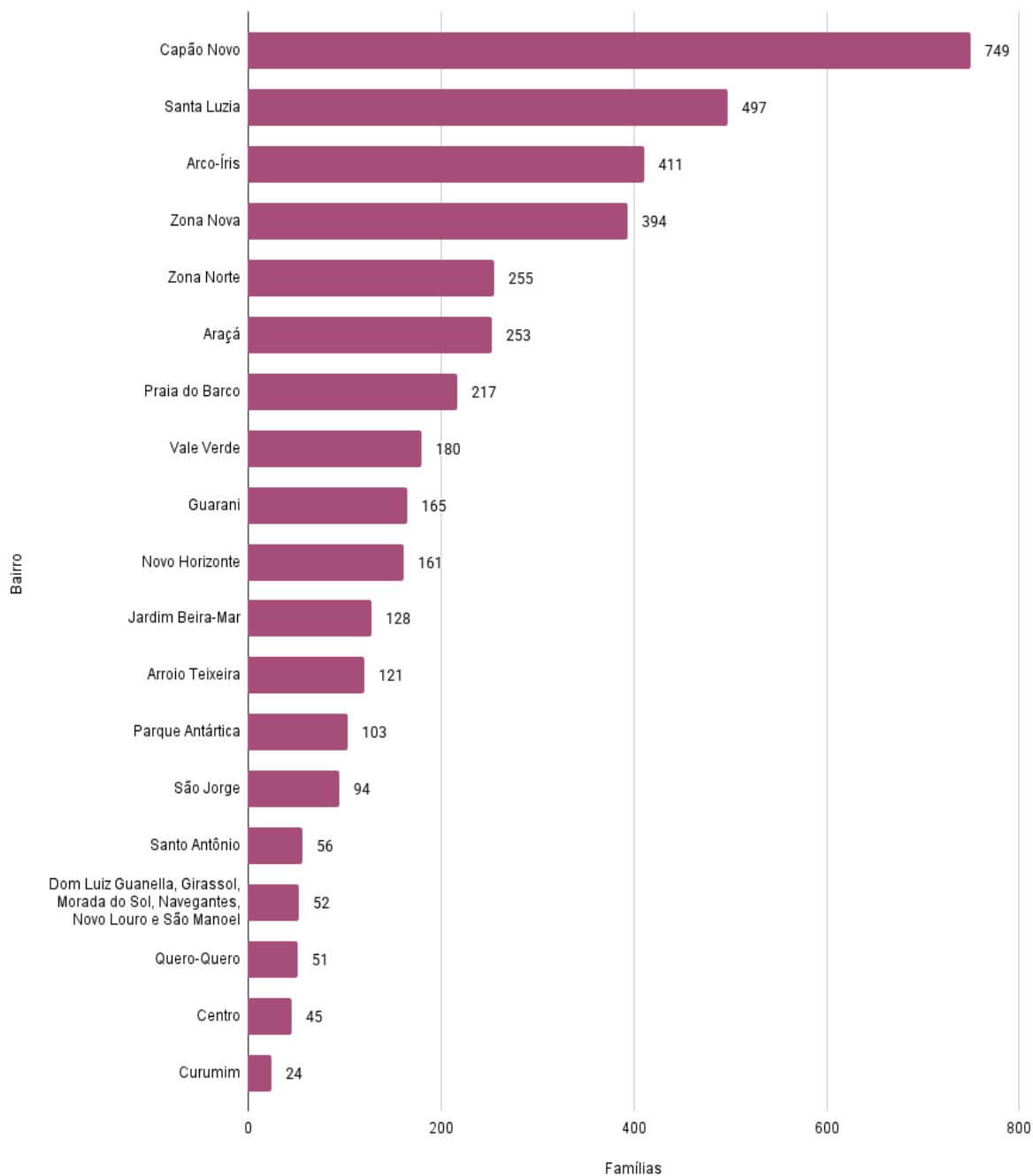


Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base em Cadastro Único para Programas Sociais, CECAD (BRASIL, 2025), março de 2025.

<sup>81</sup> Nos gráficos que apresentam os bairros das famílias beneficiárias, quando um bairro contava com menos de 20 famílias, não foi informado, ou foi agrupado com outros bairros na mesma situação, para não identificar as famílias.

<sup>82</sup> Para o levantamento dessa informação, o bairro Zona Nova foi considerado em sua totalidade para a abrangência do CRAS Arco-Íris.

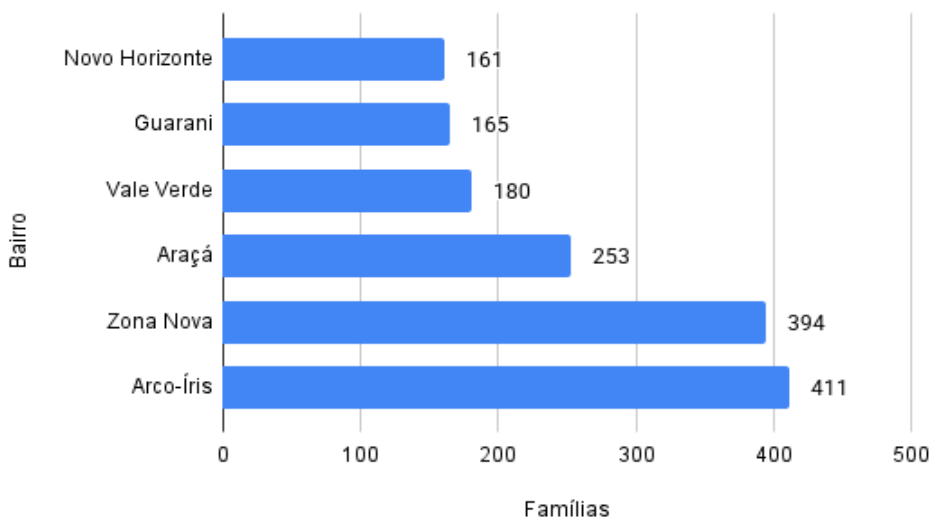
Gráfico 106 – Famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, conforme bairro de residência<sup>83</sup>



Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base em Cadastro Único para Programas Sociais, CECAD (BRASIL, 2025), março de 2025.

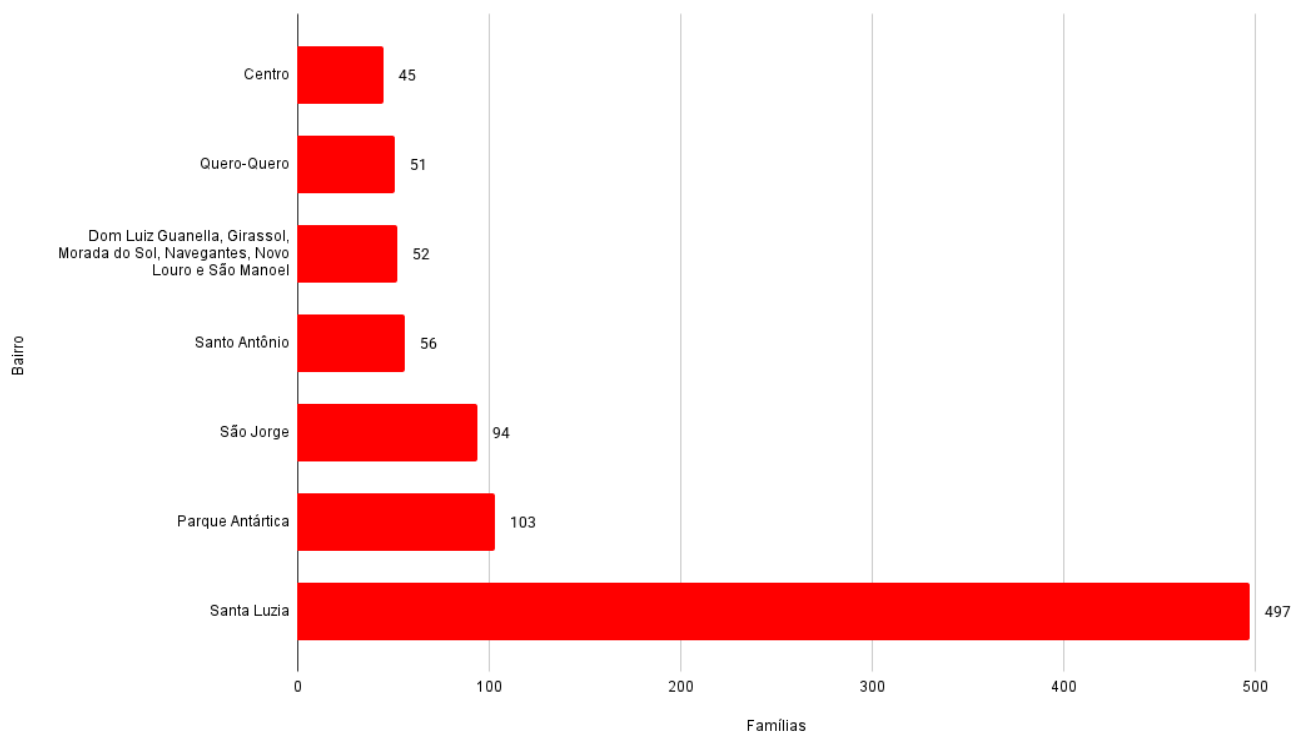
<sup>83</sup> Para o levantamento dessa informação, o bairro Zona Nova foi considerado em sua totalidade para a abrangência do CRAS Arco-Íris.

Gráfico 107 – Famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, residentes na região de abrangência do CRAS Arco-Íris, por bairro<sup>84</sup>



Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base em Cadastro Único para Programas Sociais, CECAD (BRASIL, 2025), março de 2025.

Gráfico 108 – Famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, residentes na região de abrangência do CRAS Santa Luzia, por bairro<sup>85</sup>

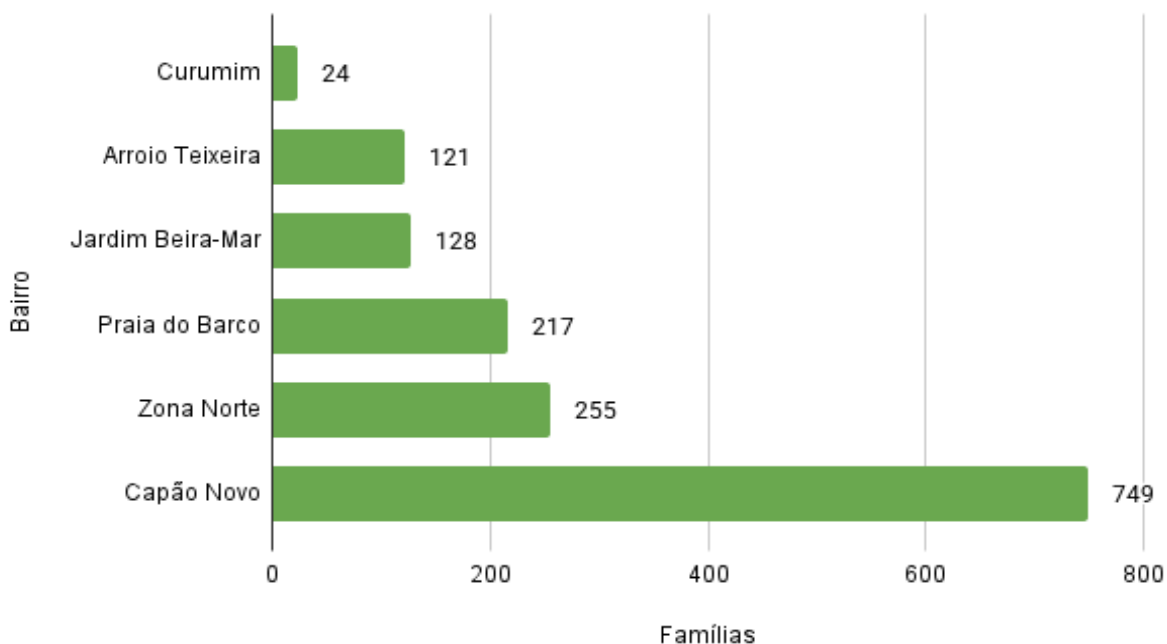


Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base em Cadastro Único para Programas Sociais, CECAD (BRASIL, 2025), março de 2025.

<sup>84</sup> Para o levantamento dessa informação, o bairro Zona Nova foi considerado em sua totalidade para a abrangência do CRAS Arco-Íris.

<sup>85</sup> Se houver menos de 20 famílias em um bairro, o mesmo não será identificado separadamente, mas em conjunto com outros na mesma condição, de forma a possibilitar a não identificação das famílias.

Gráfico 109 – Famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, residentes na região de abrangência do CRAS Zona Norte, por bairro



Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base em Cadastro Único para Programas Sociais, CECAD (BRASIL, 2025), março de 2025.

- Composição familiar

Tabela 45 - Famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, por número de integrantes

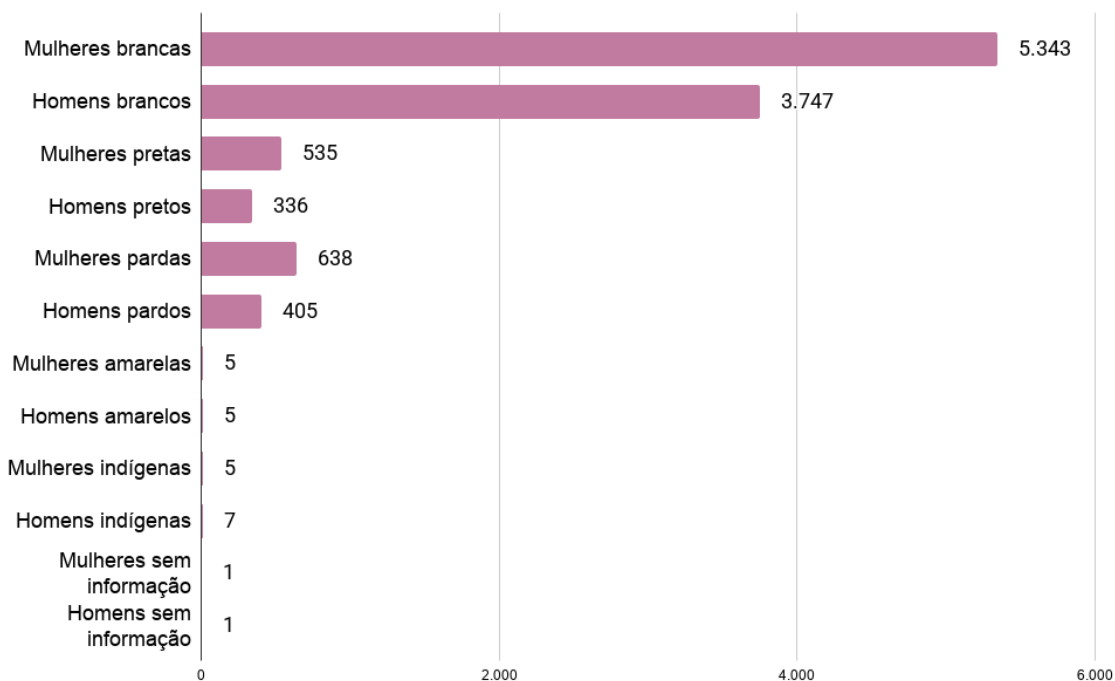
Integrantes	Famílias	Porcentagem
1	767	19,40%
2	1.108	28%
3	1.026	25,90%
4	601	15,20%
5	285	7,20%
6	108	2,70%
7	44	1,10%
8 ou mais	22	0,60%

Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base em Cadastro Único para Programas Sociais, Vis Data, março de 2025.

### 3.3.2 Características etárias, de sexo e étnico-raciais

Em março de 2025, 59% dos(as) beneficiários(as) eram do sexo feminino e 41%, masculino. 82% eram pessoas brancas e 17,35%, negras. O gráfico abaixo apresenta os(as) beneficiários(as), por sexo e raça/cor.

Gráfico 110 - Pessoas beneficiárias do Programa Bolsa Família, por sexo e raça/cor



Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base em Cadastro Único para Programas Sociais, Vis Data, março de 2025.

A tabela a seguir traz os(as) beneficiários(as) por sexo e faixa etária. 52% são crianças e adolescentes, sendo que 21% estão na primeira infância (têm até seis anos de idade). Na faixa etária de 18 a 59 anos, as mulheres totalizam 3.525 pessoas, enquanto os homens, 1.478, ou seja, há 58% mais mulheres que homens com essa idade. A faixa etária em que mais há diferenças entre mulheres e homens beneficiários(as) é entre 25 e 34 anos, com 70% mais mulheres. Sendo assim, a maioria dos(as) beneficiários(as) são crianças e adolescentes (52%) e mulheres adultas (34%).

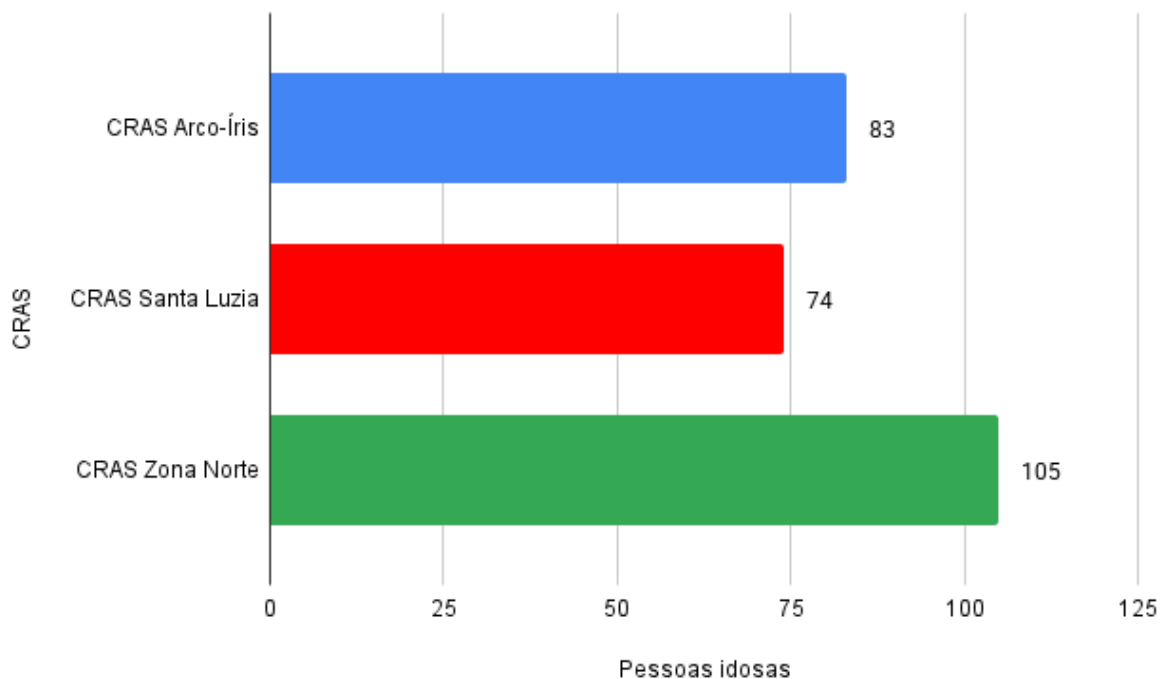
Tabela 46 - Pessoas beneficiárias do Programa Bolsa Família, por sexo e faixa etária

Faixa etária	Pessoas do sexo feminino	Pessoas do sexo masculino	Total	Porcentagem faixa etária
Entre 0 e 4 anos	772	808	1580	14,40%
Entre 5 e 6 anos	350	375	725	6,60%
Entre 7 e 15 anos	1.461	1.446	2.907	26,40%
Entre 16 e 17 anos	245	233	478	4,30%
Entre 18 e 24 anos	659	368	1027	9,30%
Entre 25 e 34 anos	1.211	366	1.577	14,30%
Entre 35 e 39 anos	528	170	698	6,30%
Entre 40 e 44 anos	401	173	574	5,20%
Entre 45 e 49 anos	294	149	443	4%
Entre 50 e 54 anos	235	133	368	3,30%
Entre 55 e 59 anos	197	119	316	2,90%
Entre 60 e 64 anos	146	110	256	2,30%
Acima de 64 anos	28	32	60	0,50%

Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base em Cadastro Único para Programas Sociais, Vis Data, março de 2025.

Em outubro de 2025, havia 262 pessoas idosas beneficiárias do PBF, as quais seguem apresentadas no gráfico abaixo, conforme região de abrangência do seu CRAS de referência. Destas, 53 pessoas tinham acima de 64 anos, constituindo-se público potencial para o BPC. Isso evidencia a importância dos CRAS realizarem busca ativa, visando a garantia do acesso a esse e outros direitos.

Gráfico 111 - Pessoas idosas beneficiárias do Programa Bolsa Família, por região de abrangência dos CRAS<sup>86</sup>



Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base em Cadastro Único para Programas Sociais, CECAD (BRASIL, 2025), outubro de 2025.

### 3.3.3 Pertencimento a Grupos Populacionais Tradicionais e Específicos

No mês de março de 2025, das 447 famílias cadastradas no CadÚnico, pertencentes a grupos populacionais tradicionais e específicos e que foram identificadas por região de abrangência dos CRAS, 269 eram beneficiárias do PBF (60%). No item desta seção sobre o perfil do público inscrito no CadÚnico, constam os tipos de grupos familiares existentes no Município. O próximo gráfico traz o quantitativo de famílias pertencentes a GTPEs e beneficiárias do PBF, por região de abrangência de CRAS:

<sup>86</sup>Para o levantamento dessa informação, o bairro Zona Nova foi considerado em sua totalidade para a abrangência do CRAS Arco-Íris.

Tabela 47 - Total de famílias inscritas no Cadastro Único, pertencentes a grupos populacionais tradicionais e específicos e beneficiárias do Programa Bolsa Família, conforme região de abrangência dos CRAS<sup>87</sup>

	CRAS Arco-Íris	CRAS Santa Luzia	CRAS Zona Norte
Total de famílias GTPE	192	84	171
Total de famílias GTPE e beneficiárias do PBF	130	42	97
Porcentagem	68%	50%	57%

Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base em Cadastro Único para Programas Sociais, CECAD (BRASIL, 2025), março de 2025.

### 3.3.4 Benefícios do Programa recebidos

Segundo a Lei nº 14.601/2023 (BRASIL, 2023a), a transferência de renda do PBF é composta pelos seguintes benefícios financeiros disponibilizados às famílias:

- Benefício de Renda de Cidadania (BRC), no valor de R\$ 142,00 por integrante, destinado a todas as famílias beneficiárias;
- Benefício Complementar (BCO), destinado às famílias beneficiárias do Programa cuja soma dos valores relativos aos benefícios financeiros seja inferior a R\$ 600,00, calculado pela diferença entre este valor e a referida soma;
- Benefício Primeira Infância (BPI), no valor de R\$ 150,00 por criança, destinado às famílias beneficiárias que possuem, em sua composição, crianças com idade entre zero e sete anos incompletos;
- Benefício Variável Familiar (BVF), no valor de R\$ 50,00 destinado às famílias beneficiárias que possuem, em sua composição:
  - a) gestantes - Benefício Variável Familiar Gestante (BVG);
  - b) nutrízes - Benefício Variável Familiar (BVN);
  - c) crianças com idade entre sete anos e 12 anos incompletos - Benefício Variável Familiar Criança (BV); ou

<sup>87</sup> Para o levantamento dessa informação, o bairro Zona Nova foi considerado em sua totalidade para a abrangência do CRAS Arco-Íris.

d) adolescentes, com idade entre 12 anos e 18 anos incompletos - Benefício Variável Familiar Adolescente (BVA);

- Benefício Extraordinário de Transição (BET), destinado exclusivamente às famílias que eram beneficiárias do Programa Auxílio Brasil, em junho de 2023, e que é calculado pela diferença entre o valor recebido pela família em maio de 2023 e o que vier a receber em junho de 2023.

Os tipos de benefícios pagos às famílias em Capão da Canoa, no mês de março de 2025, são apresentados na figura abaixo:

Figura 10 - Quantidade de benefícios do Programa Bolsa Família recebidos pelas famílias beneficiárias, por tipo, no mês de março de 2025



\*O total de recursos transferidos e o benefício médio desconsideram as famílias que se encontram em situação de suspensão na Folha de Pagamentos do PBF.

\*\*O total de Benefícios Bolsa Família considera a soma de BCO + BRC + BPI + BET + BFV.

\*\*\*Os benefícios Variáveis Familiares consideram a soma de BVG + BVN + BV + BVA.

Fonte: Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, SENARC, Demonstrativo Físico/Financeiro do Programa Bolsa Família.

Fonte: BRASIL [2025], março de 2025.

Em março de 2025, o benefício médio mensal recebido por cada família em Capão da Canoa foi de R\$662,50, tendo sido repassado o total de R\$2.624.177 para as famílias beneficiárias no referido mês. A tabela a seguir demonstra o valor total repassado por tipo de benefício:

Tabela 48 - Valor total repassado de benefícios do Programa Bolsa Família, por tipo, no mês de março de 2025

Tipo de benefício	Valor repassado
BRC	R\$1.351.130,00
BCO	R\$818.388,00
BPI	R\$298.575,00
BVG	R\$6.350,00
BVN	R\$1.800
BV	R\$124.725,00
BVA	R\$21.950,00
BVF	R\$154.825,00
BET	R\$1.259,00

Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base em Vis Data, março de 2025.

### 3.3.5 Acompanhamento das condicionalidades de educação e saúde

A condicionalidade da educação do PBF exige frequência escolar mínima de 60% para beneficiários(as) de quatro a seis anos incompletos, bem como a frequência mínima de 75% para beneficiários(as) de seis a dezoito anos incompletos que ainda não concluíram a educação básica.

Das 3.674 crianças e adolescentes matriculados(as) em escolas estaduais e municipais e beneficiários(as) do PBF, em agosto e setembro de 2025, apresenta-se na tabela abaixo 3.586, que são estudantes de escola com pelo menos vinte alunos(as) beneficiários(as):

Tabela 49 - Estimativa das escolas estaduais, municipais e privadas com maior volume de crianças e adolescentes beneficiários(as) do PBF

Escola	Tipo escola	Total de matrículas	Total de beneficiários (as)	Porcentagem
EMEF MANOEL MEDEIROS FERNANDES	Municipal	1.031	404	39%
EMEF CICERO DA SILVA BROGNI	Municipal	1.037	307	30%
ESC EST ENS MED CAPÃO NOVO	Estadual	982	259	27%



EMEF LUIZ CLAUDIO MAGNANTE	Municipal	651	241	37%
INST ESTADUAL RIACHUELO	Estadual	1.348	224	17%
EMEF IGLESIAS MINOSSO RIBEIRO	Municipal	578	200	35%
EMEI MARIETA FERREIRA LESSA	Municipal	347	189	55%
EMEF PROFESSORA ZILPA MATTIVI DE OLIVEIRA	Municipal	571	173	30%
EMEF PREFEITO JORGE DARIVA	Municipal	710	164	23%
EMEI PINGO DE GENTE	Municipal	389	158	41%
EMEF PROFESSOR MOACYR DE ARAÚJO PIRES	Municipal	300	147	49%
EMEF PRUDENTE DE MORAIS	Municipal	310	132	43%
EMEF MARIO CURTINOVE	Municipal	436	131	30%
EMEF LEOPOLDINA VERAS DA SILVEIRA	Municipal	435	127	29%
EMEI CARROSSEL	Municipal	305	97	32%
EMEI MUNDO NOVO	Municipal	222	96	43%
EMEI PROFESSORA EDIANE SILVEIRA MENOTI	Municipal	115	78	68%
EMEI JARDELINO VALDEMIRO NOVASKI	Municipal	235	72	31%
ESC EST ENS MED LUIZ MOSCHETTI	Estadual	900	72	8%
EMEF PROFESSORA IRACEMA VIZZOTTO	Municipal	791	69	9%
ESC EST ENS FUN EMILIO TARRAGO ASSUMPCAO	Estadual	250	68	27%
EMEI PROFESSORA ADELAIDE FERNANDES DE SOUZA	Municipal	132	53	40%
E EI BOLHA DE SABÃO	Privada	221	39	18%
ASSOCIACAO EDUCACIONAL SACI PERERÊ	Privada	83	34	41%
INSTITUTO DIVINA PROVIDÊNCIA	Privada	1.757	32	2%
ASSOCIACAO EDUCACIONAL PEQUENO PRÍNCIPE	Privada	93	20	21%

Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base em informações repassadas pela Secretaria Municipal de Educação (CAPÃO DA CANOA, 2025h)<sup>88</sup>, agosto e setembro de 2025.

<sup>88</sup> O total de matrículas foi enviado em CAPÃO DA CANOA [2025g].

Em setembro de 2025, 130 beneficiários(as) de quatro a 18 anos incompletos de idade tinham perfil para acompanhamento das condicionalidades de educação. Capão da Canoa conseguiu acompanhar 117 beneficiários(as) entre quatro e 18 anos incompletos de idade, o que corresponde a uma cobertura de acompanhamento de 90,0% na educação. O resultado nacional de acompanhamento foi de 87,7%. Especificamente no que tange às crianças de quatro a cinco anos de idade, cuja taxa foi a menor dentre as faixas etárias da condicionalidade da educação, perfazendo 41,2%, chama a atenção que a taxa bruta de frequência escolar municipal de crianças com essa mesma idade, apresentada na seção 1 deste trabalho (item educação), é de 78,48%.

Tabela 50 - Taxas de acompanhamento (cobertura) e de cumprimento das condicionalidades da educação do Programa Bolsa Família, por faixa etária, em Capão da Canoa e no Brasil (setembro/2025)

<b>EDUCAÇÃO</b>	<b>Crianças (4 a 5 anos)</b>	<b>Crianças e adolescentes (6 a 15 anos)</b>	<b>Adolescentes e jovens (16 a 17 anos)</b>
Público para acompanhamento	17	92	21
Pessoas acompanhadas	7	90	20
Taxa de acompanhamento em CAPÃO DA CANOA/RS	41,2%	97,8%	95,2%
Taxa de acompanhamento no BRASIL	82,7%	89,9%	83,0%
Pessoas que cumpriram a condicionalidade (com frequência acima da exigida)	7	86	16
Taxa de cumprimento em CAPÃO DA CANOA/RS	100,0%	95,6%	80,0%
Taxa de cumprimento no BRASIL	95,6%	95,8%	90,0%

Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base em BRASIL [2025a?], 2025.

Já a condicionalidade da saúde do PBF compreende a oferta de serviços para a realização do pré-natal pelas gestantes, o cumprimento do calendário vacinal e o acompanhamento do estado nutricional das crianças. Dessa forma, as famílias beneficiárias do Bolsa Família com mulheres com idade entre 14 e 44 anos e crianças menores de sete anos de idade deverão ser assistidas por uma equipe de saúde da família, por agentes comunitários

de saúde ou por unidades básicas de saúde, que proverão os serviços necessários ao cumprimento das ações de responsabilidade da família.

Em junho de 2025, 6.950 beneficiários(as) tinham perfil para acompanhamento das condicionalidades de saúde. Capão da Canoa conseguiu acompanhar 4.125 beneficiários(as), o que corresponde a uma cobertura de acompanhamento de 59,4% na saúde. O resultado nacional de acompanhamento foi de 81,4%. A menor taxa municipal de acompanhamento foi em relação às crianças, 28,3%.

Tabela 51 - Taxas de acompanhamento (cobertura) e de cumprimento das condicionalidades da saúde do Programa Bolsa Família, em relação a crianças menores de sete anos e mulheres, em Capão da Canoa e no Brasil (setembro/2025)

SAÚDE	Crianças (menores de 7 anos)	Mulheres
Público para acompanhamento	2.320	4.630
Pessoas acompanhadas	656	3.469
Taxa de acompanhamento em CAPÃO DA CANOA/RS	28,3%	74,9%
Taxa de acompanhamento no BRASIL	61,1%	88,9%
Pessoas que cumpriram a condicionalidade	656	-
Taxa de cumprimento em CAPÃO DA CANOA/RS	100,0%	-
Taxa de cumprimento no BRASIL	98,0%	-

Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base em BRASIL [2025a?], 2025.



### 3.4 PERFIL DO PÚBLICO BENEFICIÁRIO DO BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA

O Benefício de Prestação Continuada (BPC) é um benefício assistencial que garante um salário mínimo por mês à pessoa idosa com idade igual ou superior a 65 anos e à PCD de qualquer idade que comprove, em ambos os casos, ser de família de baixa renda. Para receber o BPC, é preciso:

- Possuir renda familiar per capita de até  $\frac{1}{4}$  do salário mínimo;
- Ter idade igual ou superior a 65 anos ou deficiência verificada por meio de avaliação biopsicossocial;
- Ter inscrição atualizada do grupo familiar no CadÚnico, com CPF de todos os membros;
- Possuir registro biométrico na Carteira de Identidade Nacional (CIN) ou, transitoriamente, no Título de Eleitor ou na Base da Polícia Federal; e
- Residir no Brasil.

De acordo com BRASIL (2010), são prioritárias para o atendimento nos serviços socioassistenciais as famílias com beneficiários(as) do BPC que se encontrem em situação de maior vulnerabilidade, dentre elas:

- a. idosos ou pessoas com deficiência vivendo em serviços de acolhimento;
- b. idosos ou pessoas com deficiência representados legalmente para fins de recebimento das parcelas referentes ao BPC;
- c. idosos ou pessoas com deficiência que se encontram em situação de dependência e/ou sob cuidados de terceiros;
- d. idosos ou pessoas com deficiência vivendo em situação de rua;
- e. criança de 0 a 6 anos, com deficiência que não frequenta atividades educativas ou de reabilitação;
- f. criança e/ou adolescente com deficiência que está fora da escola e de atividades socioeducativas (BRASIL, 2010, p.25).

Sendo assim, esta seção aborda as seguintes informações sobre o perfil do público beneficiário do BPC: volume, distribuição por território de CRAS e forma de concessão; características de sexo e étnico-raciais.

### 3.4.1 Volume de beneficiários(as), distribuição por território de CRAS e forma de concessão

- Volume de beneficiários(as)

Em setembro de 2025, havia 757 pessoas idosas e 1.226 PCDs beneficiários(as) do BPC<sup>89</sup>.

Em dez anos, de setembro de 2015 a setembro de 2025, houve uma ampliação em 78% das pessoas idosas beneficiárias do BPC, em Capão da Canoa, passando de 417 para 744, enquanto que, no Rio Grande do Sul, cresceu 34%<sup>90</sup>. Esse quadro pode evidenciar o envelhecimento populacional no Município, assim como poderia sugerir a precarização do trabalho, uma vez que se trata de pessoas que chegaram à velhice sem contribuições previdenciárias necessárias para a aposentadoria.

Nesse mesmo período de dez anos, as PCDs beneficiárias do BPC cresceram 152% no Município, passando de 446 para 1.125, e 33% no RS<sup>91</sup>. Em outubro de 2025, dentre as PCDs beneficiárias, 428 eram crianças e adolescentes.

- Distribuição por território de CRAS

Em março de 2025, data do gráfico abaixo, a estimativa é que havia o seguinte quantitativo de beneficiários(as) do BPC, inscritos(as) no CadÚnico, por região de abrangência dos CRAS: 598 no Arco-Íris, 794 no Santa Luzia e 610 no Zona Norte.<sup>92</sup>

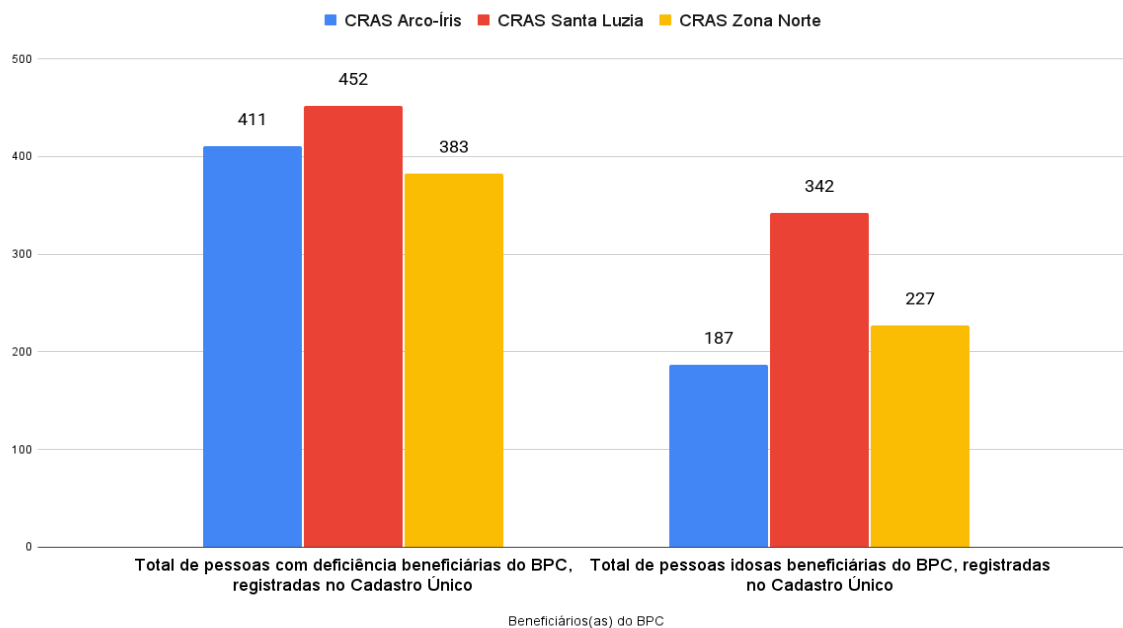
<sup>89</sup> Informação verificada em Vis Data. Pontua-se que há divergência sobre o quantitativo de beneficiários(as) nas fontes consultadas.

<sup>90</sup> Informação verificada em Vis Data.

<sup>91</sup> Informação verificada em Vis Data.

<sup>92</sup> Embora seja o dado encontrado na fonte buscada, verificou-se que a soma de todos os CRAS totaliza mais de 1.835 beneficiários(as). Ainda assim, permite ter um panorama estimado.

Gráfico 112 - Estimativa do total de pessoas com deficiência e pessoas idosas beneficiárias do BPC, inscritas no Cadastro Único, por região de abrangência dos CRAS



Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base em Mapa Social (BRASIL, 2025), março de 2025.

Tabela 52 - Estimativa da porcentagem de pessoas com deficiência e pessoas idosas beneficiárias do BPC, inscritas no Cadastro Único, por região de abrangência dos CRAS

	CRAS Arco-Íris	CRAS Santa Luzia	CRAS Zona Norte
Pessoas com deficiência beneficiárias do BPC, registradas no Cadastro Único	33%	36%	31%
Pessoas idosas beneficiárias do BPC, registradas no Cadastro Único	25%	45%	30%

Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base em Mapa Social (BRASIL, 2025), março de 2025.

Em outubro de 2025, as crianças e adolescentes beneficiárias(as), por território de CRAS, constam na próxima tabela:

Tabela 53 - Crianças e adolescentes beneficiários(as) do BPC, por região de abrangência dos CRAS<sup>93</sup>

	CRAS Arco-Íris	CRAS Santa Luzia	CRAS Zona Norte	Não identificado ou sem informação
Total de crianças e adolescentes	116	121	123	68
Porcentagem	27%	28%	29%	16%

Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base em Sistema de RMA, outubro de 2025.

- Forma de concessão

Em setembro de 2025, os(as) beneficiários(as) oriundos(as) da forma de concessão administrativa eram majoritários(as) (78%), em contraponto à judicial<sup>94</sup> (22%), sendo que 92% das pessoas idosas beneficiárias e 69% das PCDs beneficiárias eram oriundas da concessão administrativa<sup>95</sup>.

### 3.4.2 Características de sexo e étnico-raciais

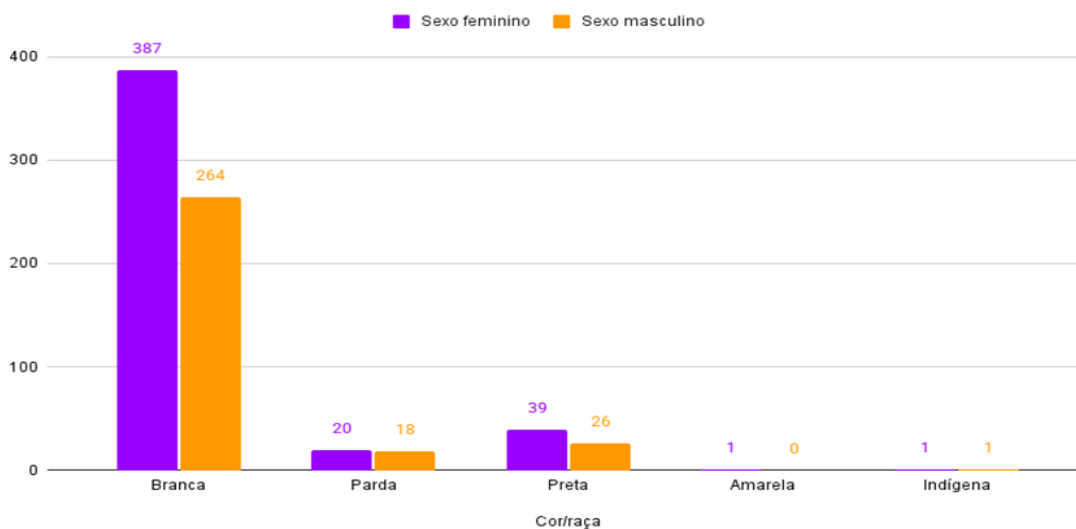
Em setembro de 2025, havia 757 pessoas idosas beneficiárias do BPC, sendo que 86% eram pessoas brancas e 59%, do sexo feminino.

<sup>93</sup> Para o levantamento dessa informação, o bairro Zona Nova foi considerado em sua totalidade para a abrangência do CRAS Arco-Íris.

<sup>94</sup> A concessão judicial é decorrente de determinação judicial.

<sup>95</sup> Informação verificada em Vis Data.

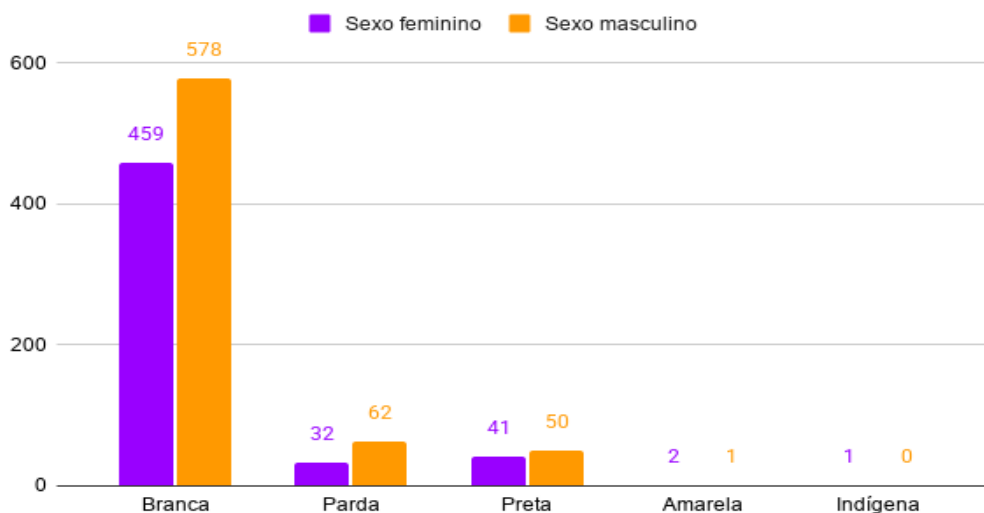
Gráfico 113 – Pessoas idosas beneficiárias do BPC, por raça/cor e sexo



Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base em Vis Data, setembro de 2025.

Em setembro de 2025, das 1.226 PCDs beneficiárias de BPC, 85% eram pessoas brancas e 56%, do sexo masculino.

Gráfico 114 – Pessoas com deficiência beneficiárias do BPC, por raça/cor e sexo



Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base em Vis Data, setembro de 2025.



### 3.4.3 Acesso de crianças e adolescentes beneficiários(as) à saúde<sup>96</sup>

Dados de novembro de 2025 indicavam que 428 beneficiários(as) do BPC eram crianças e adolescentes. Conforme informação repassada pela Secretaria da Saúde, 41 destes(as) não tinham registro de atendimentos de saúde, sendo 16 da região de abrangência do CRAS Zona Norte, 12, do CRAS Arco-Íris e 7, do CRAS Santa Luzia (CAPÃO DA CANOA, 2025f). Além disso, 380 estavam em idade escolar, mas não foi possível obter informações sobre quantos(as) estavam matriculados(as).

---

<sup>96</sup> O dimensionamento de beneficiários(as) do BPC que acessam os serviços socioassistenciais é abordado ao longo do item 3.1.1, conforme os serviços são apresentados.



#### **4 MAPEAMENTO DA REDE SOCIOASSISTENCIAL E INTERSETORIAL**

Este capítulo traz o mapeamento da rede socioassistencial, em termos de suas unidades e serviços, composição de equipes e indicadores de desenvolvimento, bem como apresenta o mapeamento de unidades, espaços ou a oferta de saúde, educação, habitação, regularização fundiária e associações, cozinhas comunitárias, entidades privadas e grupos comunitários.

Como “[..] o SUAS reconhece que não é de sua responsabilidade enfrentar todas as situações de vulnerabilidades de uma família, mas coloca sobre os profissionais de suas unidades o encargo de encaminhar seus usuários para a rede de políticas públicas a fim de minimizá-la” (BRASIL, 2013, p.28), é importante que haja conhecimento da rede de proteção social intersetorial, para que a mesma possa ser articulada e acionada quando necessário.

#### 4.1 REDE SOCIOASSISTENCIAL

##### 4.1.1 Unidades e serviços

Em relação à rede socioassistencial, as unidades e os serviços são apresentados nos quadros a seguir, conforme o nível de proteção e executor.

Quadro 3 - Unidades ou serviços de proteção social básica que compõem a rede socioassistencial

<b>Unidade ou serviço</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Executor</b>	<b>Serviços prestados</b>
Unidades estatais de referência	03	CRAS Arco-Íris	PAIF SCFV para pessoas idosas SCFV para crianças e adolescentes
		CRAS Santa Luzia	PAIF SCFV para pessoas idosas SCFV para crianças e adolescentes
		CRAS Zona Norte	PAIF SCFV para pessoas idosas OBS: o SCFV para crianças e adolescentes usuários deste CRAS ocorre no CRAS Santa Luzia
Unidade estatal Cadastro Único para Programas Sociais	01	Casa do Cadastro Único	Cadastro Único

Serviços não estatais parceiros	01	Parceria SAIS e Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE	Para pessoas com deficiência intelectual ou múltipla a partir de 18 anos de idade:  SCFV  Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência
---------------------------------	----	---	---

Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, 2025.

Todas as unidades que ofertam serviços complementares ao PAIF (unidade estatal Cadastro Único para Programas Sociais e serviços não estatais parceiros) estão situadas no território do CRAS Santa Luzia.

Quadro 4 - Unidades ou serviços de proteção social especial de média complexidade que compõem a rede socioassistencial

<b>Unidade ou serviço</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Executor</b>	<b>Serviços prestados</b>
Unidade estatal de referência	01	CREAS Travessia	PAEFI  Serviço de Proteção Social a Adolescentes em MSE de LA e PSC  Serviço Especializado em Abordagem Social
Serviço não estatal parceiro	01	Parceria SAIS e Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE	Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência (intelectual ou múltipla) e suas Famílias - Centro-Dia

Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, 2025.

Há também o Centro de Referência da Mulher Sílvia Rosane, uma unidade estatal que atende mulheres em situação de violência doméstica e familiar, que, embora não seja um equipamento do SUAS, está sob a gestão da SAIS.

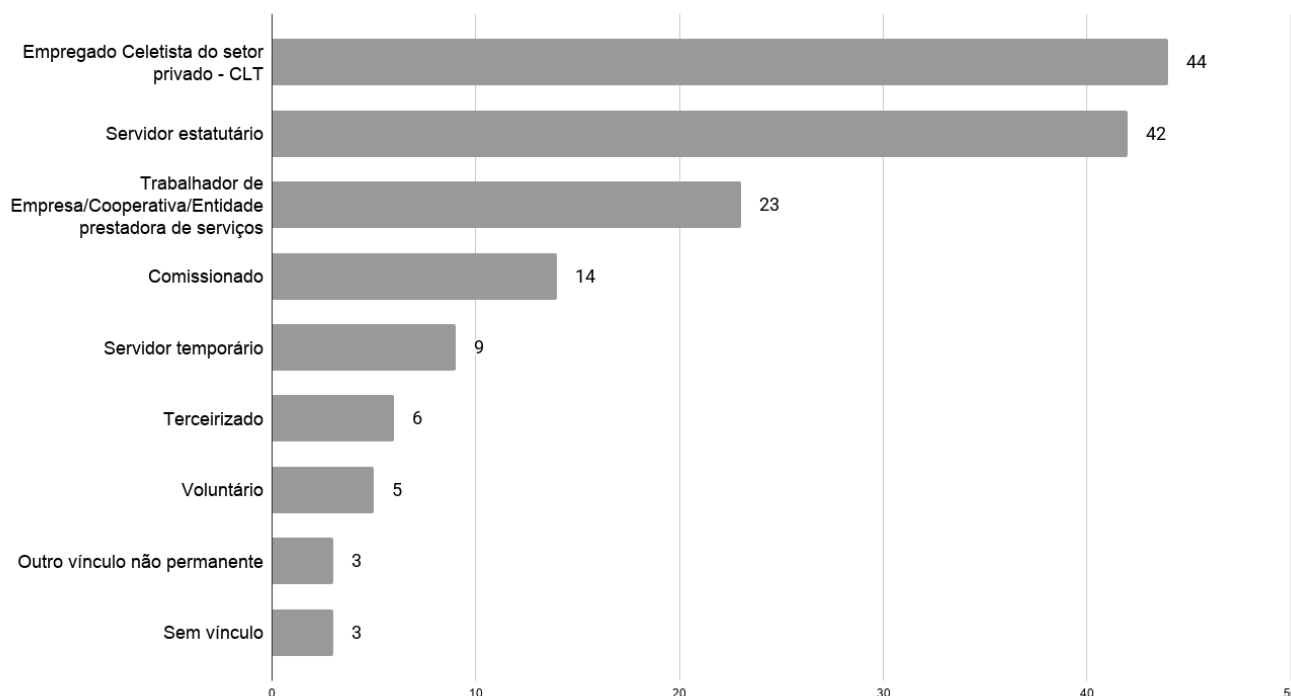
Há uma oferta de proteção social especial de alta complexidade: o Serviço de Acolhimento Institucional para crianças e adolescentes, executado pela SAIS em parceria

com a Associação Beneficente Projeto Restaurar, por meio de cinco casas lares atualmente (com capacidade para acolher até 50 usuários(as) simultaneamente).

#### 4.1.2 Composição das equipes da rede socioassistencial

Este item apresenta a composição das equipes da rede socioassistencial, considerando trabalhadores da gestão e da execução direta e indireta. O próximo gráfico traz todos(as) os(as) trabalhadores(as), por tipo de vínculo, e as tabelas seguintes, o quantitativo, conforme o cargo e o tipo de vínculo, por unidade ou setor, tendo como referência o mês de março de 2026.

Gráfico 115 - Total de trabalhadores(as) da SAIS, por tipo de vínculo<sup>97</sup>



Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base em CadSUAS, março de 2026.

<sup>97</sup> Mesmo que apenas um serviço tenha voluntários(as) e que estes(as) não tenham nem o vínculo nem as responsabilidades que possuem a equipe de referência, optou-se por mantê-los(as).

- Gabinete da gestão, outros setores da gestão (administrativo, almoxarifado, comunicação, coordenação proteção social especial de alta complexidade/crianças e adolescentes, coordenação técnica, recursos humanos, vigilância socioassistencial) e outros setores que atendem toda a SAIS

Tabela 54 - Composição da equipe do gabinete da gestão, de outros setores da gestão (administrativo, almoxarifado, comunicação, coordenação proteção social especial de alta complexidade/crianças e adolescentes, coordenação técnica, recursos humanos, vigilância socioassistencial) e outros setores que atendem toda a SAIS (coordenação motoristas, obras/manutenção e padaria), por cargo e tipo de vínculo\*

Cargo	Quantidade / vínculo	Comissionado	Empregado Celetista do setor privado - CLT	Outro vínculo não permanente	Sem vínculo	Servidor estatutário	Servidor temporário	Terceirizado	Trabalhador de Empresa/ Cooperativa/ Entidade prestadora de serviços	Voluntário
Apoio administrativo	4					3	1			
Agente de obras e manutenção	1					1				
Coordenador(a) /dirigente	5	3				2				
Estagiário(a)	2			2						
Motorista	1					1				
Outros	2	1							1	
Padeiro(a)	3					3				
Secretária	1	1								
Serviços gerais	1								1	

Técnico(a) de nível superior - contador	1					1				
Técnico(a) de nível superior - assistente social	2					2				

Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base em CadSUAS, março de 2026.

\*Motorista e uma assistente social têm sua carga horária dividida com outro equipamento ou setor.

- Secretaria executiva do CMAS

Tabela 55 - Composição da equipe da secretaria executiva do Conselho Municipal de Assistência Social, por cargo e tipo de vínculo\*

Cargo	Quantidade / vínculo	Comissionado	Empregado Celetista do setor privado - CLT	Outro vínculo não permanente	Sem vínculo	Servidor estatutário	Servidor temporário	Terceirizado	Trabalhador de Empresa/ Cooperativa/ Entidade prestadora de serviços	Voluntário
Técnico(a) de nível superior - assistente social	1					1				

Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base em CadSUAS, março de 2026.

\*A profissional têm sua carga horária dividida com outro equipamento ou setor.

- Casa do Cadastro Único

Tabela 56 - Composição da equipe da Casa do Cadastro Único, por cargo e tipo de vínculo\*

Cargo	Quantidade / vínculo	Comissionado	Empregado Celetista do setor privado - CLT	Outro vínculo não permanente	Sem vínculo	Servidor estatutário	Servidor temporário	Terceirizado	Trabalhador de Empresa/ Cooperativa/ Entidade prestadora de serviços	Voluntário
Cadastrador(a)/ entrevistador social	1								1	
Coordenador(a)	1	1								
Estagiário(a)	1			1						
Vigilante	1								1	
Motorista	1					1				

Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base em CadSUAS, março de 2026.

\*A motorista têm sua carga horária dividida com outro equipamento ou setor.

- CRAS

Tabela 57 - Composição da equipe do CRAS Arco-Íris, por cargo e tipo de vínculo

Cargo	Quantidade / vínculo	Comissionado	Empregado Celetista do setor privado - CLT	Outro vínculo não permanente	Sem vínculo	Servidor estatutário	Servidor temporário	Terceirizado	Trabalhador de Empresa/ Cooperativa/ Entidade prestadora de serviços	Voluntário
Apoio administrativo	0									
Cadastrador(a)/ entrevistador social	1								1	

Coordenação	1	1								
Educador(a) social	3					1	2			
Estagiário(a)	1				1					
Motorista	1					1				
Recepcionista	1								1	
Serviços gerais	1								1	
Vigilante	1								1	
Outros	0									
Técnico(a) de nível superior - assistente social	2					2				
Técnico(a) de nível superior - psicólogo(a)	1					1				

Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base em CadSUAS, março de 2026.

Tabela 58 - Composição da equipe do CRAS Santa Luzia, por cargo e tipo de vínculo\*

Cargo	Quantidade / vínculo	Comissionado	Empregado Celetista do setor privado - CLT	Outro vínculo não permanente	Sem vínculo	Servidor estatutário	Servidor temporário	Terceirizado	Trabalhador de Empresa/ Cooperativa/ Entidade prestadora de serviços	Voluntário
Apoio administrativo	0									

Cadastrador(a)/entrevistador social	1								1	
Coordenação	1					1				
Educador(a) social	5					1	4			
Estagiário(a)	1				1					
Motorista	2					2				
Recepcionista	1								1	
Serviços gerais	2					1			1	
Vigilante	1								1	
Outros	1	1								
Técnico(a) de nível superior - assistente social	2					2				
Técnico(a) de nível superior - psicólogo(a)	1					1				

Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base em CadSUAS, março de 2026.

\* A coordenadora também exerce o cargo de técnico(a) de nível superior - assistente social, então contabiliza em ambos.

Tabela 59 - Composição da equipe do CRAS Zona Norte, por cargo e tipo de vínculo

Cargo	Quantidade / vínculo	Comissionado	Empregado Celetista do setor privado - CLT	Outro vínculo não permanente	Sem vínculo	Servidor estatutário	Servidor temporário	Terceirizado	Trabalhador de Empresa/ Cooperativa/ Entidade prestadora de serviços	Voluntário
-------	----------------------	--------------	--	------------------------------	-------------	----------------------	---------------------	--------------	--	------------



Apoio administrativo	1								1	
Cadastrador(a)/entrevistador social	1	1								
Coordenação	1	1								
Educador(a) social	0									
Motorista	1					1				
Recepcionista	1								1	
Serviços gerais	1								1	
Vigilante	1								1	
Técnico(a) de nível superior - assistente social	2					2				
Técnico(a) de nível superior - psicólogo(a)	0									

Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base em CadSUAS, março de 2026.

Tabela 60 - Composição da equipe do SCFV para pessoas idosas, por cargo e tipo de vínculo\*

Cargo	Quantidade / vínculo	Comissionado	Empregado Celetista do setor privado - CLT	Outro vínculo não permanente	Sem vínculo	Servidor estatutário	Servidor temporário	Terceirizado	Trabalhador de Empresa/ Cooperativa/ Entidade prestadora de serviços	Voluntário
Coordenação	1	1								



Educador(a) social	2					2				
Outros	1	1								
Professor(a) de Educação Física	1					1				
Técnico(a) de nível superior - psicólogo(a)	1					1				

Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base em CadSUAS, março de 2026.

\*Essa equipe é considerada complementar à equipe de todos os CRAS, com a carga horária repartida, pois atende usuários(as) de todas as unidades em seu respectivo território. Contudo, está apresentada separadamente apenas para fins de melhor visualização.

- CREAS Travessia

Tabela 61 - Composição da equipe do CREAS Travessia, por cargo e tipo de vínculo

Cargo	Quantidade / vínculo	Comissionado	Empregado Celetista do setor privado - CLT	Outro vínculo não permanente	Sem vínculo	Servidor estatutário	Servidor temporário	Terceirizado	Trabalhador de Empresa/ Cooperativa/ Entidade prestadora de serviços	Voluntário
Apoio administrativo	0									
Coordenação	1	1								
Educador(a) social	2						2			
Estagiário(a)	1				1					
Motorista	1								1	

Recepcionista	1								1	
Serviços gerais	2					1			1	
Vigilante	1								1	
Outros	1	1								
Técnico(a) de nível superior - assistente social	3					3				
Técnico(a) de nível superior - psicólogo(a)	2					2				

Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base em CadSUAS, março de 2026.

- Centro de Referência da Mulher Sílvia Rosane

Tabela 62 - Composição da equipe do CRM Sílvia Rosane, por cargo e tipo de vínculo

Cargo	Quantidade / vínculo	Comissionado	Empregado Celetista do setor privado - CLT	Outro vínculo não permanente	Sem vínculo	Servidor estatutário	Servidor temporário	Terceirizado	Trabalhador de Empresa/ Cooperativa/ Entidade prestadora de serviços	Voluntário
Coordenador(a)	1					1				
Educador(a) social	1					1				
Recepcionista	1								1	
Serviços gerais	1								1	

Vigilante	1								1	
Técnico(a) de nível superior - assistente social	1					1				
Técnico(a) de nível superior - psicólogo(a)	1					1				

Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, março de 2026.

- SCFV/ Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio / Centro-Dia para PCDs intelectual ou múltipla

Tabela 63 - Composição da equipe do SCFV, Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio e Centro-Dia para PCDs intelectual ou múltipla, por cargo e tipo de vínculo\*

Cargo	Quantidade / vínculo	Comissionado	Empregado Celetista do setor privado - CLT	Outro vínculo não permanente	Sem vínculo	Servidor estatutário	Servidor temporário	Terceirizado	Trabalhador de Empresa/ Cooperativa/ Entidade prestadora de serviços	Voluntário
Apoio administrativo	1		1							
Auxiliar de cozinha	2		2							
Coordenador(a)	1		1							
Cozinheiro(a)	1		1							
Educador(a) social	8		8							
Outros	6		1							5
Serviços gerais	1		1							

Técnico(a) de nível superior - assistente social	1		1							
Técnico(a) de nível superior - psicólogo(a)	1		1							

Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, março de 2026.

\* A equipe se divide na oferta de todos os serviços referidos, executados por mesma entidade socioassistencial, por isso está apresentada conjuntamente.

- Serviço de Acolhimento Institucional/casas lares para crianças e adolescentes

Tabela 64 - Composição da equipe do Serviço de Acolhimento Institucional/casas lares para crianças e adolescentes, por cargo e tipo de vínculo\*

Cargo	Quantidade / vínculo	Comissionado	Empregado Celetista do setor privado - CLT	Outro vínculo não permanente	Sem vínculo	Servidor estatutário	Servidor temporário	Terceirizado	Trabalhador de Empresa/ Cooperativa/ Entidade prestadora de serviços	Voluntário
Apoio administrativo	1		1							
Auxiliar de cuidador(a)	3		3							
Coordenador(a)/ dirigente	2		2							
Cuidador(a)	19		19							
Motorista	1		1							
Outros	1		1							



Técnico(a) de nível superior - assistente social	3							3		
Técnico(a) de nível superior - psicólogo(a)	3							3		

Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, março de 2026.

\*Equipe técnica de nível superior, coordenação, apoio administrativo e motorista dividem sua carga horária em todas as casas lares ou atendem demandas relativas a todas.

#### 4.1.3 CRAS e CREAS: Indicadores de Desenvolvimento e parâmetros para a composição das suas equipes

O Indicador de Desenvolvimento do CRAS (IDCRAS) e o Indicador de Desenvolvimento do CREAS (IDCREAS) buscam capturar, de forma aproximada e comparativa, a qualidade dos serviços prestados à população por meio dos CRAS e CREAS, a partir das dimensões estrutura física, recursos humanos e serviços (BRASIL, 2015). O indicador é obtido por meio de média aritmética simples, isto é, somando os níveis atingidos em cada uma das dimensões, dividindo o resultado por 3 - número de dimensões que compõem o IDCRAS ou IDCREAS, sendo que 1 representa as situações mais distantes do padrão almejado e 5 representa as situações que mais se aproximam dos padrões de qualidade desejáveis (BRASIL, 2015).

As tabelas apresentam os IDCRAS e IDCREAS, conforme o Censo SUAS 2024. A média nacional do IDCRAS é 3,55 e a do RS, 3,41. Já a média do estado do IDCREAS é 3,03.

Tabela 65 - Indicador de Desenvolvimento dos CRAS municipais, por dimensão, segundo o Censo SUAS 2024

CRAS	Estrutura física <sup>98</sup>	Recursos humanos <sup>99</sup>	Serviços e benefícios <sup>100</sup>	IDCRAS
Arco-Íris	2,00	5,00	2,00	3,00
Zona Norte	3,00	5,00	3,00	3,67

<sup>98</sup>“A dimensão Estrutura Física avalia a estrutura do equipamento CRAS, considerando diversos aspectos, tais como a existência de salas de atendimento individualizado e coletivo, condições de acessibilidade, recepção e banheiros, e ainda, a existência na unidade de um determinado conjunto de equipamentos (computadores, veículo exclusivo ou compartilhado, entre outros)” (BRASIL, 2015, p.4).

<sup>99</sup>“A dimensão Recursos humanos pretende aferir se o quantitativo da equipe de referência é adequado ao porte da unidade, tendo como parâmetro a Norma Operacional Básica – Recursos Humanos (NOBRH). Esta dimensão, no seu nível 5, leva em conta o quantitativo de profissionais de nível superior, o qual varia conforme existência ou não de uma equipe volante, referenciada à unidade, recebendo cofinanciamento federal. São considerados também o número de profissionais com formação de Serviço Social e Psicologia, se a unidade possui, no mínimo, um profissional de nível superior com vínculo estatutário ou empregado público celetista, e ainda, a existência de um coordenador de nível superior” (BRASIL, 2015, p.5).

<sup>100</sup>“O indicador dimensional relativo a Serviços & Benefícios avalia quais as atividades que, no âmbito do PAIF, são desenvolvidas na unidade CRAS, a oferta de Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos e para quantos ciclos de vida, e se a unidade realiza cadastramento/ atualização no Cadastro Único, sem lançar mão dos profissionais de nível superior do PAIF. É também avaliada a articulação que o CRAS possui com outros serviços prestados por outras políticas públicas, como a Educação e Saúde e com o CREAS” (BRASIL, 2015, p.6).

Santa Luzia	5,00	2,00	2,00	3,00
-------------	------	------	------	------

Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base em BRASIL [2024?].

Tabela 66 - Indicador de Desenvolvimento do CREAS municipal, por dimensão, segundo o Censo SUAS 2024

Estrutura física <sup>101</sup>	Recursos humanos <sup>102</sup>	Serviços <sup>103</sup>	IDCREAS
4,00	5,00	5,00	4,67

Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base em BRASIL [2024?].

Verifica-se que, em 2024, apenas o CRAS Zona Norte superou as médias nacional e estadual e que a dimensão que os CRAS menos pontuaram, de forma geral, foi serviços e benefícios. A média do CREAS estava acima da nacional, sendo que a única dimensão que não recebeu nota máxima foi estrutura física.

A composição da equipe dos CRAS depende do número de famílias referenciadas, conforme o quadro abaixo:

<sup>101</sup> “Esta dimensão pretende mensurar as condições de infraestrutura das unidades CREAS, a partir do número de salas para atendimento, número de banheiros, condições de acessibilidade, entre outros. Nesta dimensão, em seu nível 5, é também considerado um conjunto de equipamentos (telefone, impressora, computadores com acesso à internet, veículo próprio ou compartilhado) tido como importantes para o desenvolvimento de serviços com qualidade” (BRASIL, 2015, p.9).

<sup>102</sup> “A dimensão de Recursos Humanos objetiva aferir sobre o dimensionamento das equipes de referência, tendo em conta, o porte do município e o tipo de CREAS (municipal ou regional). Conforme estabelecido na NOB-RH, as unidades devem possuir um quantitativo mínimo de trabalhadores, parte dos quais de nível superior, nomeadamente aqueles com formações acadêmicas em Serviço Social, Psicologia e Direito. No nível 5, o tipo de vínculo é também considerado” (BRASIL, 2015, p.10).

<sup>103</sup> “A dimensão Serviços avalia a oferta de serviços socioassistenciais nas unidades CREAS, nomeadamente as atividades desenvolvidas no âmbito do PAEFI, serviço de acompanhamento de Medidas socioeducativas (MSE), se oferta diretamente ou referencia o serviço de abordagem social, e se mantém articulação com outros equipamentos que compõem a rede de proteção social, tais como CRAS, unidades de Acolhimento e Conselhos Tutelares. Esta dimensão relaciona também dados referentes ao volume de acompanhamentos do PAEFI com o número de profissionais (assistentes sociais e psicólogos) da unidade” (BRASIL, 2015, p.11).

Quadro 5 – Parâmetros para composição da equipe de referência do CRAS

Famílias referenciadas	Capacidade de atendimento anual	Equipe de referência	
Até 2.500	500 famílias	Dois técnicos com nível médio e dois técnicos com nível superior, sendo um assistente social e outro preferencialmente psicólogo.	As equipes de referência do CRAS devem contar sempre com um coordenador com nível superior, concursado, com experiência em trabalhos comunitários e gestão de programas, projetos, serviços e/ou benefícios socioassistenciais.
3.500	750 famílias	Três técnicos com nível médio e três técnicos com nível superior, sendo dois assistentes sociais e preferencialmente um psicólogo.	
5.000	1.000 famílias	Quatro técnicos com nível médio e quatro técnicos com nível superior, sendo dois assistentes sociais, um psicólogo e um profissional que compõe o SUAS*.	

Fonte: BRASIL, 2009a, p.61.

Considerando os itens 3.2.1 e 3.1.1.1, que apresentam que cada CRAS tem em sua abrangência mais de 3.000 famílias inscritas no CadÚnico, que também podem ser consideradas famílias referenciadas, e que cada unidade atendeu, de 2022 a 2024, pelo menos 1.000 famílias ao ano, a equipe de referência de cada unidade deveria ter três técnicos(as) de nível superior e três técnicos(as) de nível médio.

Conforme o quadro abaixo, o CREAS teria capacidade para acompanhar/atender até 50 casos mensais. Mas, considerando que o Município é de porte médio, mas a média de casos acompanhados, de 2022 a 2024, de acordo com o item 3.1.1.3, vem sendo acima ou próxima do recomendado para municípios de grande porte, a unidade deveria ter, pelo menos, a equipe de referência para o PAEFI sugerida para municípios de grande porte.

Quadro 6 – Parâmetros para composição da equipe de referência do CREAS

Municípios		Capacidade de Atendimento/ Acompanhamento	Equipe de Referência
Porte	Nível de gestão		
Pequeno Porte I e II e Médio Porte	Gestão inicial, básica ou plena	50 casos (famílias/ indivíduos)	1 Coordenador 1 Assistente Social 1 Psicólogo 1 Advogado 2 Profissionais de nível superior ou médio (abordagem dos usuários) 1 Auxiliar administrativo
Grande Porte, Metrópole e DF	Gestão inicial, básica ou plena	80 casos (famílias/ indivíduos)	1 Coordenador 2 Assistentes Sociais 2 Psicólogos 1 Advogado 4 Profissionais de nível superior ou médio (abordagem dos usuários) 2 Auxiliares Administrativos

Fonte: BRASIL, 2009b, p.94.

A publicação “Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializado de Assistência Social” (2009b) orienta que os parâmetros dispostos também precisam ser confrontados com os serviços ofertados pelo CREAS, a demanda por acompanhamento especializado e a capacidade de atendimento das equipes. Todos estes elementos podem implicar em ampliação da equipe de referência sugerida nos parâmetros se a realidade do município evidenciar a necessidade (BRASIL, 2009b).

Ainda é importante considerar o que o Protocolo de Gestão e Fluxo de Atendimento no CREAS de Capão da Canoa orienta sobre o número de famílias a serem acompanhadas no PAEFI, conforme a carga horária do(a) técnico(a) de referência: se a carga horária semanal for de 20 horas, poderá acompanhar até nove famílias; se a carga horária for de 30 horas, poderá acompanhar até 14 famílias.



## 4.2 REDE INTERSETORIAL

Serão apresentadas informações sobre saúde, educação, habitação e regularização fundiária e associações, cozinhas comunitárias, entidades privadas e grupos comunitários. Essas foram as áreas ou políticas priorizadas, mas se compreende que a rede intersectorial abarca também outras, que podem ser mapeadas em trabalhos futuros.

### 4.2.1 Saúde

A figura e o quadro a seguir apresentam as unidades de saúde na área de abrangência de cada CRAS:

Figura 11 - Mapa de Capão da Canoa, identificando a localização das unidades de saúde e dos CRAS<sup>104</sup>



Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, a partir do Google My Maps, 2025.

<sup>104</sup> Os ícones verdes são de unidades de assistência primária à saúde e assistência farmacêutica, os vermelhos são das unidades de atenção secundária à saúde e emergência e os amarelos são os CRAS. Este mapa teve a sua elaboração iniciada por Suzana Carvalho dos Santos, estagiária de Serviço Social.

Quadro 7 - Unidades de saúde, por região de abrangência dos CRAS

<b>CRAS Arco-Íris</b>	<b>CRAS Santa Luzia</b>	<b>CRAS Zona Norte</b>
ESF Arco Iris	Academia da Saúde	Centro de Saúde do Capão Novo (Academia de Saúde, Fisioterapia e sede do Primeira Infância Melhor - PIM)
ESF Novo Horizonte	Ambulatório de Saúde Mental - AMENT Nise da Silveira	ESF Arroio Teixeira
CAPS Centro de Atenção Psicossocial	Centro de Atendimento em Saúde - CAS/ Centro Regional de Atendimento do Transtorno de Espectro Autista - CCR TEAcolhe Capão da Canoa	ESF Capão Novo
	Centro de Controle de Zoonoses	ESF Curumim
	Centro de Fisioterapia Municipal	ESF Praia do Barco
	Centro de Vigilâncias	Farmácia Municipal - Capão Novo
	Centro Odontológico	Pronto Atendimento Capão Novo
	ESF Parque Antártica	
	ESF Santa Luzia	
	ESF Santo Antônio	
	ESF São Jorge	
	Farmácia Municipal	
	Hospital Santa Luzia	
	Policlínica Capão	
	Programa Melhor em Casa	
	SAMU	
	SAMU 192 USB	
	Saúde da Mulher e Unidade Materno Infantil	
	Serviço de Atenção Especializada em IST/Aids - SAE	



UPA - Unidade de Pronto  
Atendimento

Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, 2025.

#### 4.2.2 Educação

A figura abaixo apresenta as escolas públicas e privadas na área de abrangência de cada CRAS:

Figura 12 - Mapa de Capão da Canoa, identificando a localização das escolas públicas e privadas e dos CRAS<sup>105</sup>



Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base no Catálogo de Escolas do INEP (BRASIL, 2024)<sup>106</sup> e por meio do Google My Maps, 2025.

<sup>105</sup> Os ícones azuis são as escolas e os amarelos são os CRAS. Este mapa teve a sua elaboração iniciada por Suzana Carvalho dos Santos, estagiária de Serviço Social.

<sup>106</sup> Este Catálogo, atualizado em 2024, não incluiu a Escola Municipal de Ensino Fundamental Professora Mara Bassani, já que foi inaugurada em 2025, contudo, a mesma foi inserida neste diagnóstico.



Em Capão da Canoa, há 22 escolas municipais, quatro escolas estaduais, uma escola comunitária e 23 escolas privadas (BRASIL, 2024). Em relação ao Ensino Superior, possui polos de faculdades, centros universitários e universidades privados, bem como polo e uma unidade de universidades comunitárias.

Das municipais: nove possuem a etapa de ensino creche; nove, a pré-escola; 13, o Ensino Fundamental; uma, a Educação de Jovens e Adultos (EJA) de nível Fundamental (BRASIL, 2024). Em relação às escolas de Educação Infantil, as que possuem as etapas de ensino creche e pré-escola são: EMEI Pingo de Gente, EMEI Professora Adelaide Fernandes de Souza, EMEI Jardelino Valdemiro Novaski, EMEI Mundo Novo, EMEI Professora Ediane Silveira Menoti, EMEI Carrossel, EMEI Regina Rosane Witt Marques, EMEI Marieta Ferreira Lessa. A EMEI Recanto dos Baixinhos possui apenas creche e a EMEF Professora Iracema Vizzotto apenas pré-escola. As escolas de Ensino Fundamental são: EMEF Professor Moacyr de Araújo Pires, EMEF Leopoldina Veras da Silveira, EMEF Prudente de Moraes, EMEF Prefeito Jorge Dariva, EMEF Cícero da Silva Brogni, EMEF Professora Iracema Vizzotto, EMEF Professora Mara Bassani, EMEF Mário Curtinove, EMEF Iglesias Minosso Ribeiro, EMEF Luiz Cláudio Magnante, EMEF Professora Zilpa Mattivi de Oliveira, EMEF Manoel Medeiros Fernandes, EMEF Especial Ana Maria Bauer Felício. A última atende exclusivamente alunos(as) com deficiência. A escola de EJA é a EMEF Cícero da Silva Brogni. Dentre as escolas municipais que constavam no Catálogo de Escolas do INEP (BRASIL, 2024), apenas duas não possuem Atendimento Educacional Especializado (AEE): EMEI Recanto dos Baixinhos e a EMEI Regina Rosane Witt Marques.

Dentre as escolas municipais, possuem Educação em Tempo Integral a EMEI Professora Ediane Silveira Menoti e as turmas de primeiro, segundo e terceiro ano da EMEF Cícero da Silva Brogni. De acordo com o Decreto Municipal nº 163, de 2024, que instituiu legalmente a política de Educação Integral em Tempo Integral, pretende-se expandir o tempo integral em todas as escolas do Município (CAPÃO DA CANOA, 2024). A Escola Comunitária de Educação Infantil Cantinho da Esperança Pessi, localizada dentro do Aterro Sanitário Municipal, possui Educação em Tempo Integral<sup>107</sup>.

---

<sup>107</sup> Bernardes, Gazzotti e Forell (2024), por meio de estudo, trazem contribuições acerca da configuração desta Escola: “Ao construir os movimentos das lutas das trabalhadoras, para a existência e a (re)existência da Escola Comunitária, as memórias revisitadas apontam que esse processo teve seu início a partir da demanda de mães que precisavam trabalhar no lixão, porém encontravam dificuldades em relação à proteção e aos cuidados de seus(as) filhos(as). Suas lutas reverberaram em relações, como a do empresário do ramo imobiliário, representante da iniciativa privada, que doou um espaço para o atendimento das crianças que circulavam pelo

Além disso, como unidades públicas de apoio à Secretaria Municipal de Educação, há o Centro de Apoio Transdisciplinar - CAT<sup>108</sup> e o Espaço Fênix Brinquedoteca Municipal de Capão da Canoa.

As quatro escolas estaduais possuem etapas distintas, por isso, seguem descritas a seguir conforme as etapas de ensino, sendo que apenas as duas últimas possuem AEE:

- Escola Estadual de Ensino Fundamental Emílio Tarragô Assumpção: Ensino Fundamental;
- Escola Estadual de Ensino Médio Luiz Moschetti: Ensino Fundamental, Ensino Médio, EJA de nível Médio;
- Instituto Estadual Riachuelo: Ensino Fundamental, Ensino Médio, Curso Profissional Técnico, Curso Profissional Técnico Integrado ao Ensino Médio e AEE;
- Escola Estadual de Ensino Médio Capão Novo: Ensino Fundamental, Ensino Médio e AEE.

Em relação às escolas privadas, há 21 de Educação Infantil, duas de Ensino Fundamental e que são as mesmas duas de Ensino Médio e uma de Educação Profissional e Educação de Jovens e Adultos de nível médio (BRASIL, 2024).

Seguem identificadas, nos quadros a seguir, conforme o bairro em que estão localizadas e a região de abrangência dos CRAS: 1) as escolas municipais e comunitária de Educação Infantil e Ensino Fundamental, escolas estaduais de Ensino Fundamental, Ensino Médio, Educação Profissional e Educação de Jovens e Adultos e as unidades públicas de

---

lixão ou que ainda se encontravam cuidando de seus irmãos menores nesse mesmo espaço. Nessa rede de relações interdependentes, uniu-se o Poder Público Municipal. A rede de interdependência formada pela configuração das trabalhadoras culminou no início, efetivo e formalizado, das atividades da Escola Comunitária no ano de 2008. De certo modo, essa iniciativa surgia como uma proposta de contemplação das especialidades do território e das necessidades das mães catadoras.

Nessa figuração, observamos que as relações estabelecidas foram pautadas em uma constante inter-relação e na coesão entre os grupos, refletindo o equilíbrio do poder - o que, de certo modo, auxiliou na dinâmica e na organização do território, já tão estigmatizado, desigual e excludente. Foi possível compreender, por meio da análise das memórias das trabalhadoras, que a Escola Comunitária de Educação Infantil, em todas as suas especificidades, para além de um espaço constituído para o cuidado de crianças em situação de vulnerabilidade, é entendida, pelas trabalhadoras, como um espaço produzido pelas redes que são formadas e que, em certa medida, se unem para apoiar a luta das trabalhadoras e assegurar os direitos de seus(as) filhos(as): Proteção, Educação e Cidadania - e os seus direitos fundamentais como cidadãos e cidadãs”.

<sup>108</sup> “Tem como atribuição oferecer suporte técnico e especializado às escolas da rede municipal, atuando de forma integrada nas áreas pedagógica, psicológica e social. Seu trabalho visa garantir a inclusão educacional, promover o desenvolvimento integral dos estudantes, orientar as equipes escolares, apoiar as famílias e articular encaminhamentos intersetoriais sempre que necessário, contribuindo para a melhoria da qualidade do ensino e para o bem-estar da comunidade escolar” (CAPÃO DA CANOA [2025]).

apoio à Secretaria Municipal de Educação; 2) as escolas privadas de Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio, Educação Profissional e Educação de Jovens e Adultos.

Quadro 8 - Escolas municipais e comunitária de Educação Infantil e Ensino Fundamental, escolas estaduais de Ensino Fundamental, Ensino Médio, Educação Profissional e Educação de Jovens e Adultos e unidades públicas de apoio à Secretaria de Educação, por bairro em que estão localizadas e região de abrangência dos CRAS

CRAS Arco-Íris	CRAS Santa Luzia	CRAS Zona Norte
Escola Municipal de Ensino Fundamental Leopoldina Veras da Silveira - Zona Nova	Instituto Estadual Riachuelo - Santa Luzia	Escola Municipal de Ensino Fundamental Professor Moacyr de Araújo Pires - Jardim Beira-Mar
Escola Municipal de Ensino Fundamental Luiz Claudio Magnante - Arco-Íris	Escola Municipal de Educação Infantil Professora Ediane Silveira Menoti - Santa Luzia	Escola Municipal de Educação Infantil Regina Rosane Witt Marques - Jardim Beira-Mar
Escola Municipal de Educação Infantil Marieta Ferreira Lessa - Arco-Íris	Escola Municipal de Educação Infantil Recanto dos Baixinhos - Santa Luzia	Escola Municipal de Ensino Fundamental Mario Curtinove Municipal - Praia do Barco
	Escola Municipal de Ensino Fundamental Cícero da Silva Brogni - Santa Luzia	Espaço Fênix Brinquedoteca Municipal de Capão da Canoa - Praia do Barco
	Escola Municipal de Ensino Fundamental Professora Zilpa Mattivi de Oliveira - Santa Luzia	Escola Municipal de Educação Infantil Mundo Novo - Capão Novo
	Escola Municipal de Ensino Fundamental Iglesias Minosso Ribeiro - Parque Antártica	Escola Estadual de Ensino Médio Capão Novo - Capão Novo
	Escola Municipal de Educação Infantil Jardelino Valdemiro Novaski - Parque Antártica	Escola Municipal de Ensino Fundamental Professora Mara Bassani - Capão Novo
	Escola Municipal de Educação Infantil Pingo de Gente - São Jorge	Escola Estadual de Ensino Fundamental Emílio Tarragô Assumpção - Arroio Teixeira
	Escola Municipal de Ensino Fundamental Manoel Medeiros Fernandes - São Jorge	Escola Municipal de Educação Infantil Professora Adelaide Fernandes de Souza - Arroio Teixeira

	Escola Municipal de Ensino Fundamental Prefeito Jorge Dariva - São Jorge	Escola Comunitária de Educação Infantil Cantinho da Esperança Pessi - Arroio Teixeira
	Escola Municipal de Educação Infantil Carrossel - São Jorge	Escola Municipal de Ensino Fundamental Prudente de Moraes - Curumim
	Escola Municipal de Ensino Fundamental Especial Ana Maria Bauer Felício - São Jorge	
	Centro de Apoio Transdisciplinar (CAT) - São Jorge	
	Escola Municipal de Ensino Fundamental Professora Iracema Vizzotto - Santo Antônio	
	Escola Estadual de Ensino Médio Luiz Moschetti - Zona Nova	

Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base no Catálogo de Escolas do INEP (BRASIL, 2024)<sup>109</sup>, 2025.

Quadro 9 - Escolas privadas de Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio, Educação Profissional e Educação de Jovens e Adultos, por bairro em que estão localizadas e região de abrangência dos CRAS

CRAS Arco-Íris	CRAS Santa Luzia	CRAS Zona Norte
Associação Escola de Educação Infantil Trenzinho Encantado - Zona Nova	Associação Educacional Pintando O Sete - Centro	Eei Bolha de Sabão - Zona Norte
	Associação Pequenos Passos - Centro	Associação Educacional Pequeno Gênio - Capão Novo
	Colégio Padre César Vegezzi - Centro	
	EEI Arca de Noé - Centro	
	EEI Balão Mágico - Centro	
	EEI Irmã Lúcia - Centro	
	Escola de Educação Infantil Geração Kids - Centro	
	Escola Particular de Educação Infantil Céu de Letras - Centro	

<sup>109</sup> Este Catálogo, atualizado em 2024, não incluiu a Escola Municipal de Ensino Fundamental Professora Mara Bassani, já que foi inaugurada em 2025, contudo, a mesma foi inserida neste diagnóstico.

	Escola de Educação Infantil Aquarela - Centro	
	Instituto Divina Providência - Centro	
	Associação Educacional Pequeno Príncipe - Santa Luzia	
	EEI Alecrim - Zona Nova	
	Associação Educacional Saci Pererê - Zona Nova	
	Escola Particular de Educação Infantil Girassol - Zona Nova	
	EEI Bem Me Quer - Girassol	
	EEI Construindo e Aprendendo - Girassol	
	EEI Crescer - Girassol	
	Instituto Educacional Ursinho Pimpão - Santo Antônio	
	Colégio Pastor Dohms - Santo Antônio	
	Casa Escola Estrelinha do Mar - Santo Antônio	

Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base no Catálogo de Escolas do INEP (BRASIL, 2024), 2025.

#### 4.2.3 Habitação e regularização fundiária

Em relação à habitação e à regularização fundiária, o Setor de Regularização Fundiária de Capão da Canoa (CAPÃO DA CANOA, 2026a) compartilhou as seguintes informações no mês de janeiro de 2026:

- Em levantamento recente, identificaram 40 núcleos urbanos irregulares;
- No que tange à Regularização Fundiária Urbana (REURB), o único bairro que concluiu o procedimento no Município foi o Bairro São Manoel, mas há estudos em andamento em outros bairros. Há um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) em andamento referente ao Bairro Vale Verde, cujo projeto encontra-se em fase de execução por meio de atuação conjunta entre o Setor e a empresa responsável;

- Encontram-se em tramitação no Setor aproximadamente 270 processos de usucapião;
- Está em andamento o Projeto Terra: Você é o dono do seu imóvel?, na fase de cadastramento das famílias e realização de estudos técnicos, sob responsabilidade do Poder Judiciário. O Projeto, que é uma iniciativa do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (TJRS) lançada em 2024, tem por objetivo promover a regularização fundiária de núcleos urbanos informais. Em Capão da Canoa, está sendo executado nas áreas conhecidas como Posto 5 e Posto 6, no Balneário de Capão Novo, abrangendo aproximadamente 4.220 lotes (CAPÃO DA CANOA [2026]) - que também são áreas reconhecidas pelo IBGE como favelas e comunidades urbanas;
- A única estrutura/programa habitacional existente no Município voltado ao atendimento direto de demandas sociais é o Residencial Caminito, do Programa Minha Casa, Minha Vida, localizado no território de abrangência do CRAS Arco-Íris.

#### 4.2.4 Associações, cozinhas comunitárias, entidades privadas e grupos comunitários

Fez-se um breve levantamento de associações e grupos comunitários, para evidenciar os espaços para a convivência social e comunitária. Para tanto, foram utilizadas informações repassadas pela equipe municipal da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio Grande do Sul e Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural (Emater/RS-Ascar) e pelo Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (COMUSAN) de Capão da Canoa, bem como informações do Mapa das Organizações da Sociedade Civil (MOSC) (IPEA [2026a])<sup>110</sup> e de conhecimento do território.

---

<sup>110</sup> A concepção de OSC neste caso é mais ampliada que o conceito compreendido pelo SUAS. “O Mapa das OSCs baseia seus critérios em estudos nacionais e internacionais [...] Assim, são consideradas OSCs apenas entidades que se enquadram, simultaneamente, nos seguintes critérios:

- privadas, não integrantes, portanto, da estrutura estatal;
- sem fins lucrativos, isto é, organizações que não distribuem eventuais excedentes entre os proprietários ou diretores e que não possuem como razão primeira de existência a geração de lucros – podendo até gerá-los, desde que aplicados nas atividades fins;
- institucionalizadas, isto é, legalmente constituídas;
- autoadministradas ou capazes de gerenciar suas próprias atividades; e
- voluntárias, na medida em que podem ser constituídas livremente por qualquer grupo de pessoas, isto é, a atividade de associação ou de fundação da entidade é livremente decidida pelos sócios ou fundadores.

Bases de dados

A identificação de OSCs no Mapa utiliza o universo de CNPJs (Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica) ativos no país e que são disponibilizados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (SRFB). A extração de informações

O quadro abaixo apresenta associações e grupos comunitários mapeados e o quadro posterior, cozinhas comunitárias, mas que podem não abranger a totalidade de espaços existentes, para o que é importante a realização de mapeamento de forma permanente:

Quadro 10 - Associações e grupos comunitários, por bairro em que estão localizados e região de abrangência dos CRAS<sup>111</sup>

CRAS Arco-Íris	CRAS Santa Luzia	CRAS Zona Norte
Projeto Akindu - Vale Verde	Associação das Artesãs dos Clubes de Mães – Ginásio Municipal Otto Birlem/ Centro	Associação dos Artesãos da Praia do Barco – Praia do Barco
		Clube de Mães Gera Ações – Praia do Barco
		Grupo da Horta Comunitária Praia do Barco
		Quadrado do Amor – Praia do Barco
		Clube de Mães Grão de Areia – Jardim Beira Mar

para atualização do Mapa é realizada a cada dois anos e, na versão 3.0 (implantada em junho de 2021), trata da base de CNPJ, mês de referência novembro de 2020.

Essas informações só passaram a ser publicamente disponibilizadas a partir de 2017 – antes disso, essa identificação só era possível com base em dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS). Atualmente, a base com o universo dos CNPJs, da SRFB, passou a ser utilizada como fonte principal de identificação das OSCs do país e a RAIS passou a ser utilizada como fonte secundária, para identificar os vínculos de trabalho formais associados ao conjunto de CNPJs então definidos, a cada ano.

Além dessas duas bases (principal e secundária), bases de dados auxiliares são utilizadas, periodicamente, para completar informações, como a quantificação e as características dos vínculos de trabalho formais, as certificações recebidas por OSCs, os projetos executados e as informações sobre recursos repassados. Alguns exemplos são: Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS), Certificação de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI) etc.

Adicionalmente, o Mapa permite a autodeclaração de informações, como: volume do voluntariado, captação de recursos por doações, atuação em projetos sociais e aderência de ações aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), dados de identificação (nome fantasia etc.) e descrição, áreas de atuação, títulos e certificações, estrutura de governança, atuação em conselhos de políticas públicas e demais instâncias de participação social” (IPEA [2026b]).

<sup>111</sup> Quase a totalidade de informações deste item foram disponibilizadas pela equipe municipal da Emater/RS-Ascar.

		Associação Comunitária Jardim Beira-Mar
		Clube de Mães Unidas Renascer – Capão Novo
		Associação de Apicultores e Pescadores – Arroio Teixeira

Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, 2025.

Quadro 11 - Cozinhas comunitárias, por bairro em que estão localizadas e região de abrangência dos CRAS










CRAS Arco-Íris	CRAS Santa Luzia	CRAS Zona Norte
	Cozinha Comunitária Temperos Mãe África - Bairro Santo Antônio	Associação de Moradores e Proprietários de Capão Novo - Capão Novo (Posto 6)
		Centro Afro Espiritual Casa das Almas - Capão Novo
		Cozinha do Coração - Arroio Teixeira
		Cozinha Comunitária Mãe Iemanjá e Bará Agelú - Capão Novo (Posto 6)
		Reino de Oxum e Oxalá Cozinha da Jacira - Capão Novo (Posto 6)

Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria de Assistência e Inclusão Social, com base em informações disponibilizadas pelo COMUSAN, 2026.

Conforme é possível observar nos quadros acima, a maioria das associações, dos grupos comunitários e das cozinhas comunitárias está situada no território do CRAS Zona Norte.

Por meio do Mapa das OSCs, foram mapeadas nove OSCs em situação ativa, cujas áreas de atuação são assistência social ou desenvolvimento e defesa de direitos - subárea saúde, assistência social e educação, que seguem na figura abaixo:

Figura 13 - Organizações da sociedade civil ativas nas áreas de atuação assistência social ou desenvolvimento e defesa de direitos - subárea saúde, assistência social e educação

Nome da OSC	CNPJ	N. Jurídica	Endereço
 Centro De Apoio A Crianca E Ao Adolescente	03.821.754/0001-09 Matriz	Associação Privada	Rua Da Apae, 71, Sao Jorge, Capão Da Canoa, 95555000
 Associação De Pais E Amigos Dos Excepcionais De Capao Da Canoa	90.257.007/0001-86 Matriz	Associação Privada	Rua Apae, 51, Sao Jorge, Capão Da Canoa, 95555000
 Comunidade Terapeutica Desafio Jovem Gideoes	02.457.215/0012-14 Filial	Associação Privada	Estrada Da Laguna, 6930, Capao Da Caboa, Capão Da Canoa, 95555000
 Centro De Atividades Para Crianças E Adolescentes Anjos Da Caridade	05.265.315/0001-84 Matriz	Associação Privada	Rua Honorio Germano, 814, Sao Jorge, Capão Da Canoa, 95555000
 Fundo Assistencial Caponense	01.781.974/0001-12 Matriz	Associação Privada	Avenida Paraguassu, 1132, Zona Nova, Capão Da Canoa, 95555000
 Associação Das Artes Dos Clubes De Maes De Capao Da Canoa	10.235.609/0001-01 Matriz	Associação Privada	Rua 26, 116, Santo Antonio, Capão Da Canoa, 95555000
 Associação Beneficiente Projeto Restaurar	74.874.579/0002-39 Filial	Associação Privada	Rua Ceci, 2121, Andar Terreo, Centro, Capão Da Canoa, 95555000
 Associação Comunidade Terapeutica Reserva Da Laguna	28.110.507/0001-17 Matriz	Associação Privada	Estrada Reserva Da Laguna, 9837, Tapera Dos Quadros, Capão Da Canoa, 95555000
 Aldeias Infantis Sos Brasil	35.797.364/0036-59 Filial	Associação Privada	Avenida Ruda, 908, Setor 363 Quadra2d Ou 178 Lote 14, Centro, Capão Da Canoa, 95555000

Fonte: IPEA [2026a].

Das OSCs na figura, possuem inscrição em 2026 no Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) como entidades ou organizações da sociedade civil de assistência social, nos termos da Resolução nº 14/2014 do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS)<sup>112</sup> (BRASIL, 2014), enquanto entidades de atendimento<sup>113</sup>, a APAE, a Associação Beneficiente Projeto Restaurar e o Centro de Apoio à Criança e ao Adolescente (CEACRIA). Além destas, também a Emater/RS-Ascar possui inscrição como entidade de

<sup>112</sup> Define os parâmetros nacionais para a inscrição das entidades ou organizações de Assistência Social, bem como dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais nos Conselhos de Assistência Social.

<sup>113</sup> São entidades ou organizações de Assistência Social de atendimento aquelas que, de forma continuada, permanente e planejada, prestam serviços, executam programas ou projetos e concedem benefícios de proteção social básica ou especial, dirigidos às famílias e indivíduos em situações de vulnerabilidades ou risco social e pessoal, nos termos das normas vigentes (BRASIL, 2014).

assessoramento<sup>114</sup> e defesa e garantia de direitos<sup>115</sup>. Todas têm sua sede localizada no território de abrangência do CRAS Santa Luzia.

Também foram levantadas, por meio do Mapa das OSCs, as organizações ativas das áreas de atuação desenvolvimento e defesa de direitos<sup>116</sup>, cultura e recreação, outras atividades associativas e religião, que seguem apresentadas a seguir, conforme o seu quantitativo e localização no território municipal, assim como são apresentadas em anexo a este diagnóstico, de acordo com a sua área de atuação e endereço<sup>117</sup>:

- 51 organizações na área de desenvolvimento e defesa de direitos (ANEXO C);

---

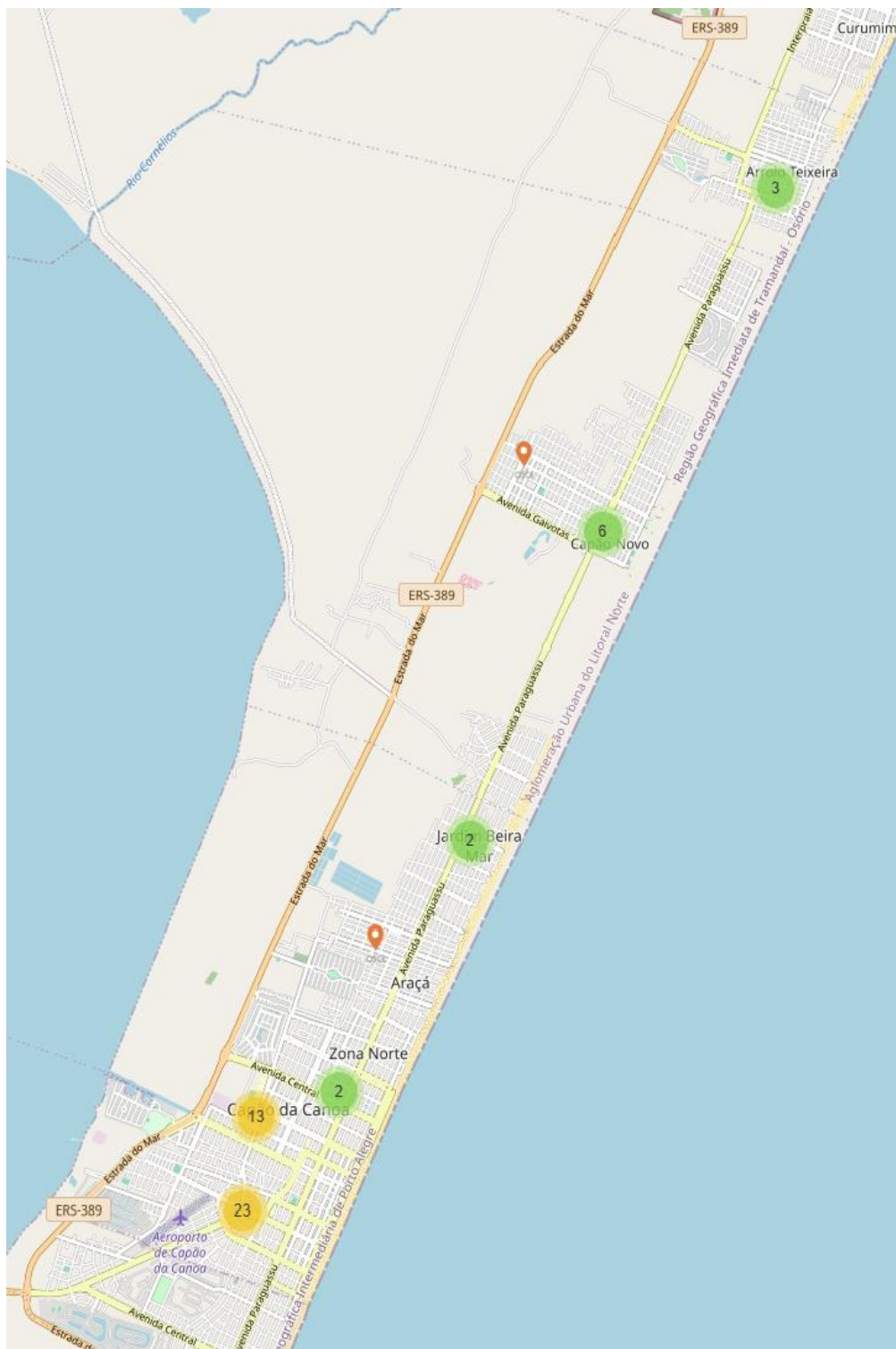
<sup>114</sup> São entidades ou organizações de Assistência Social de assessoramento aquelas que, de forma continuada, permanente e planejada, prestam serviços e executam programas ou projetos voltados prioritariamente para o fortalecimento dos movimentos sociais e das organizações de usuários, formação e capacitação de lideranças, dirigidos ao público da política de assistência social, nos termos das normas vigentes (BRASIL, 2014).

<sup>115</sup> São entidades ou organizações de Assistência Social de defesa e garantia de direitos aquelas que, de forma continuada, permanente e planejada, prestam serviços e executam programas ou projetos voltados prioritariamente para a defesa e efetivação dos direitos socioassistenciais, construção de novos direitos, promoção da cidadania, enfrentamento das desigualdades sociais e articulação com órgãos públicos de defesa de direitos, dirigidos ao público da política de assistência social, nos termos das normas vigentes. (BRASIL, 2014).

<sup>116</sup> Subáreas: defesa de direitos de grupos e minorias; outros; centros e associações comunitárias; associações de moradores; defesa de direitos e interesses - múltiplas áreas; outras formas de desenvolvimento e defesa de direitos e interesses.

<sup>117</sup> É possível que uma mesma OSC apareça em mais de uma área de atuação.

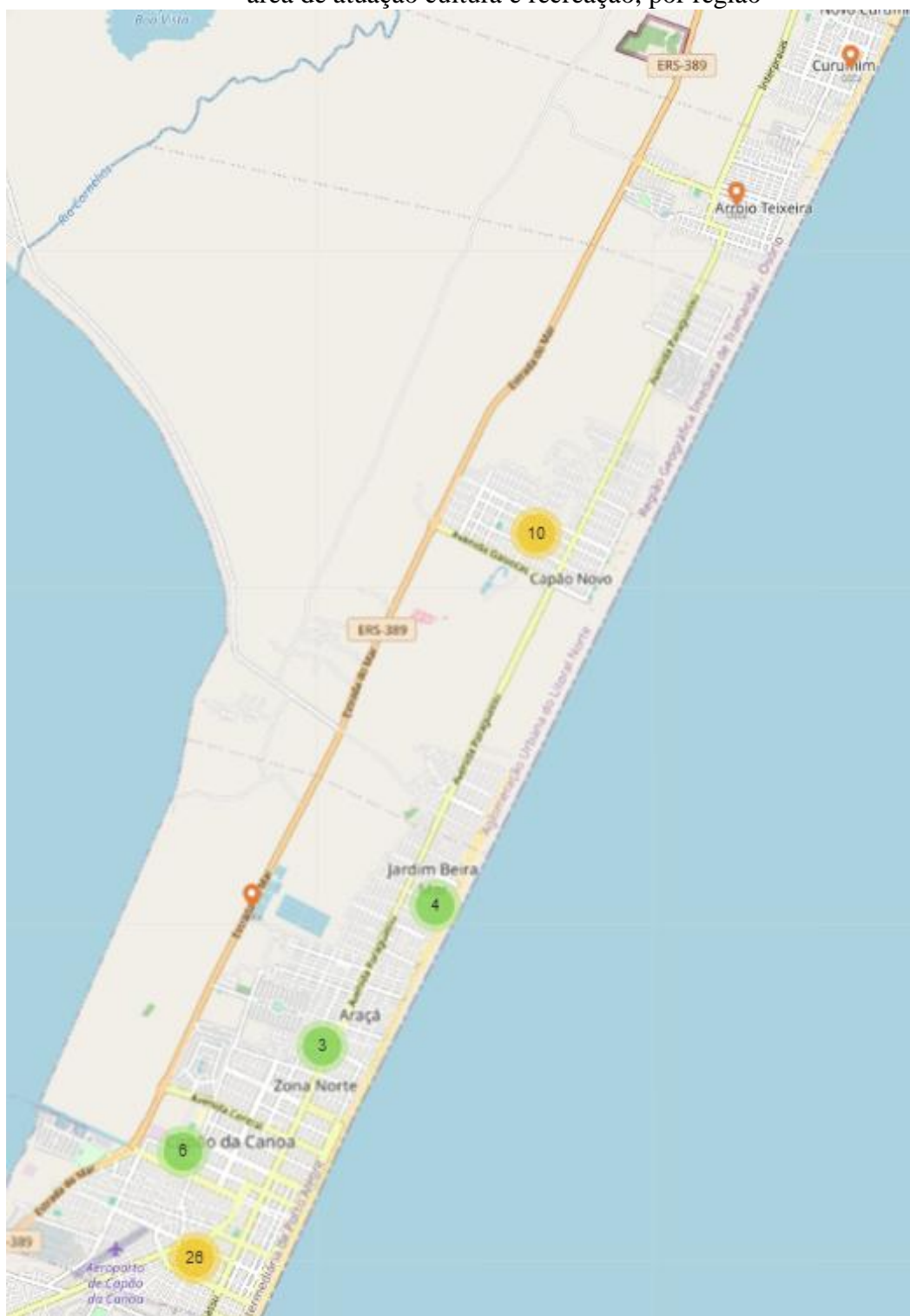
Figura 14 - Mapa de Capão da Canoa, com a identificação da quantidade de OSCs na área de atuação desenvolvimento e defesa de direitos, por região



Fonte: IPEA [2026a].

- 52 organizações na área de cultura e recreação (ANEXO D);

Figura 15 - Mapa de Capão da Canoa, com a identificação da quantidade de OSCs na área de atuação cultura e recreação, por região

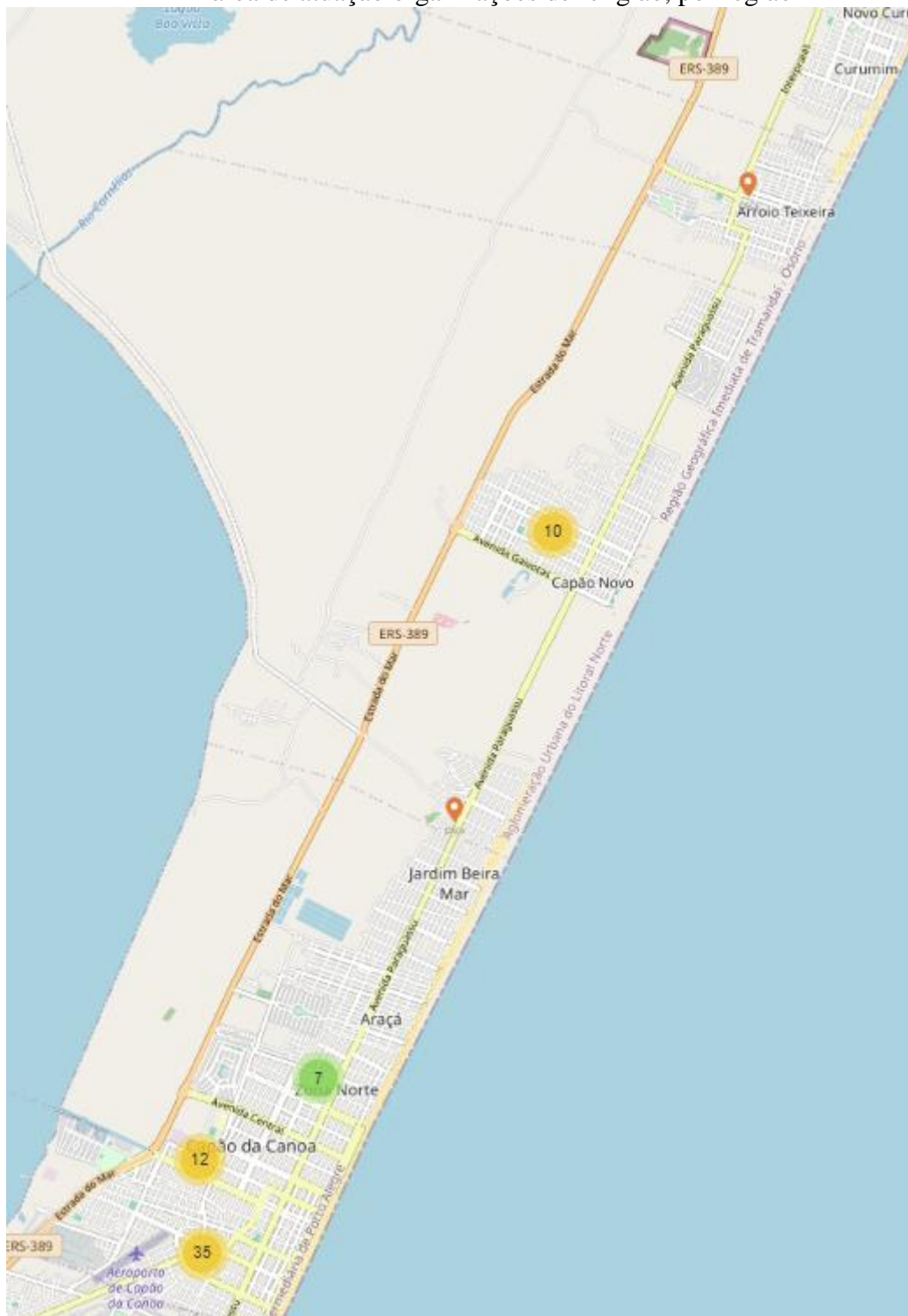


Fonte: IPEA [2026a].



- 66 organizações de religião (ANEXO F).

Figura 17 - Mapa de Capão da Canoa, com a identificação da quantidade de OSCs na área de atuação organizações de religião, por região



Fonte: IPEA [2026a].



## REFERÊNCIAS

ASSIS, Simone Gonçalves de; FONSECA, Tatiana Maria Araújo da; FERRO, Viviane de Souza (org.). **Proteção social no SUAS a indivíduos e famílias em situação de violência e outras violações de direitos**: fortalecimento da rede socioassistencial. Brasília: Fundação Oswaldo Cruz; Ministério do Desenvolvimento Social, 2018. Disponível em: [https://blog.mds.gov.br/redesuas/wp-content/uploads/2019/03/2.-Caderno\\_Curso-de-Protecao-social-no-SUAS-a-individuos-e-familias-em-situacao-de-violencia-e-outras-violacoes-de-direitos.pdf](https://blog.mds.gov.br/redesuas/wp-content/uploads/2019/03/2.-Caderno_Curso-de-Protecao-social-no-SUAS-a-individuos-e-familias-em-situacao-de-violencia-e-outras-violacoes-de-direitos.pdf). Acesso em: 09 mar. 2026.

BERNARDES, Vanessa Silva; GAZZOTTI, Fabiana Mayboroda; FORELL, Leandro. “Elas não entendem que aqui a realidade é diferente”: os movimentos de (re)existência da Escola Comunitária de Educação Infantil do lixão. **Rev. Diálogo Educ.** vol. 24 no. 81 Curitiba abr./jun2024 Epub 21-Out-2024. Disponível em: [http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1981-416x2024000200623](http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-416x2024000200623). Acesso em: 19 de. 2025.

BRASIL. **Lei nº 8069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 16 jul. 1990 e retificado em 27 set. 1990. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/18069.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm). Acesso em: 04 abr. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 11.016, de 29 de março de 2022**. Regulamenta o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal. Brasília, DF: Presidência da República, 2022. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2022/decreto/d11016.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2022/decreto/d11016.htm). Acesso em: 20 mar. 2026.

BRASIL. **Lei nº 14.601, de 19 de junho de 2023**. Institui o Programa Bolsa Família; altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, a Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003, e a Lei nº 10.779, de 25 de novembro de 2003; e revoga dispositivos das Leis nºs 14.284, de 29 de dezembro de 2021, e 14.342, de 18 de maio de 2022, e a Medida Provisória nº 1.155, de 1º de janeiro de 2023. Brasília, DF: Presidência da República, 2023a. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2023-2026/2023/lei/114601.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/114601.htm). Acesso em: 28 jan. 2026.

BRASIL. Conselho Nacional de Assistência Social. **Resolução nº 14, de 15 de maio de 2014**. Define os parâmetros para inscrição de entidades ou organizações de assistência social, bem como dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais nos Conselhos de Assistência Social. Brasília, DF: CNAS, 2014. Disponível em: <http://blog.mds.gov.br/redesuas/resolucao-no-14-de-15-maio-de-2014/>. Acesso em: 20 mar. 2026.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Catálogo de Escolas**. [S.l.], [2024]. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/acesso-a-informacao/dados-abertos/inep-data/catalogo-de-escolas>. Acesso em: 18 dez. 2025.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Taxa de Distorção Idade-série - Censo da Educação Básica 2024**. [S. l.],



[2025a]. Disponível em: <<https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/indicadores-educacionais/taxas-de-distorca-o-idade-serie>>. Acesso em: 18 dez. 2025.

BRASIL. Ministério da Cidadania. **Caderno de orientações técnicas do Programa Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho (Acessuas Trabalho)** [livro eletrônico]. Brasília, DF: Ed. dos Autores, 2021a. Disponível em: <[https://www.gov.br/mds/pt-br/noticias-e-conteudos/publicacoes/desenvolvimento-social/Caderno\\_Orientacoes\\_Tecnicas\\_Acessuas\\_Trabalho\\_2022.pdf](https://www.gov.br/mds/pt-br/noticias-e-conteudos/publicacoes/desenvolvimento-social/Caderno_Orientacoes_Tecnicas_Acessuas_Trabalho_2022.pdf)>. Acesso em: 18 dez. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Insegurança Alimentar na Atenção Primária à Saúde: Manual de Identificação dos domicílios e Organização da Rede**. Brasília: Ministério da Saúde, 2021b. Disponível em: <<https://www.saude.rj.gov.br/comum/code/MostrarArquivo.php?C=NDY4OTA%2C>>. Acesso em: 06 jan. 2026.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Análise em Saúde e Vigilância de Doenças Não Transmissíveis. **Painel de monitoramento de nascidos vivos**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2025a. Disponível em: <<https://svs.aids.gov.br/daent/centrais-de-conteudos/paineis-de-monitoramento/natalidade/nascidos-vivos/>>. Acesso em: 28 jan. 2026.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Assistência Social, Família e Combate à Fome. **CECAD – Consulta, Seleção e Extração de Informações do Cadastro Único**. Brasília [2025b]. Disponível em: <<https://cecad.cidadania.gov.br/>>. Acesso em: 4 nov. 2025.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Assistência Social, Família e Combate à Fome. **Diversidade no Cadastro Único: Identificação e perfil socioeconômico de Grupos Populacionais Tradicionais e Específicos – 2021**. Brasília, DF: MDS; Secretaria de Avaliação, Gestão da Informação e Cadastro Único, 2023b. Disponível em: <[https://ead.mds.gov.br/system/file/get/1529zlyqtclvg700gh3z/diversidade\\_cadastro\\_unico.pdf](https://ead.mds.gov.br/system/file/get/1529zlyqtclvg700gh3z/diversidade_cadastro_unico.pdf)>. Acesso em 28 jan. 2026.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. **Indicadores**. Brasília, DF: MDS, [2024?]. Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/snas/vigilancia/indicadores#>. Acesso em: 16 jan. 2026.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Nota Técnica N.º /2015/ DGSUAS/SNAS/MDS. **Metodologia de cálculo relativa aos novos indicadores de desenvolvimento das unidades CRAS e CREAS – IDCRAS e IDCREAS referentes ao ano de 2014**. Brasília: MDS, 2015. Disponível em: [https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/dicivip\\_datain/ckfinder/userfiles/files/Vigil%20C3%A2ncia%20Socioassistencial/NT%20IDCRAS%20e%20IDCREAS\\_final.pdf](https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/dicivip_datain/ckfinder/userfiles/files/Vigil%20C3%A2ncia%20Socioassistencial/NT%20IDCRAS%20e%20IDCREAS_final.pdf). Acesso em: 16 jan. 2026.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua – Centro Pop**. Brasília: MDS, 2011. Disponível em: <[https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/cadernos/orientacoes\\_centro\\_pop.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/cadernos/orientacoes_centro_pop.pdf)>. Acesso em: 16 jan. 2026.



BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações Técnicas da Vigilância Socioassistencial**. Brasília: MDS, 2013. Disponível em: <[http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/Cadernos/Orientacoes\\_Vigilancia.pdf](http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/Orientacoes_Vigilancia.pdf)>. Acesso em: 20 mar. 2026.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes**. Brasília, DF: MDS, 2009. Disponível em: <[https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/Cadernos/orientacoes-technicas-servicos-de-alcolhimento.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/orientacoes-technicas-servicos-de-alcolhimento.pdf)>. Acesso em: 12 mar. 2024.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004; Norma Operacional Básica – NOB/SUAS**. Brasília, DF: MDS, 2005. Disponível em: <[https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/normativas/pnas2004.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/normativas/pnas2004.pdf)>. Acesso em: 06 jan. 2026.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Assistência Social, Família e Combate à Fome. **Mapa Social** [S. 1.], [2025?]. Disponível em: <<https://mapa-social.mds.gov.br/#>>. Acesso em: 24 out. 2025.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. **IN084 - Índice de Vulnerabilidade das Famílias do Cadastro Único (IVCAD), número**. Documenta Wiki, [2026a]. Disponível em: <<https://wiki-sagi.mds.gov.br/home/DS/Cad/I/IN084>>. Acesso em: 16 jan. 2026.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. **VD035- IVCAD – CH9. Domicílio sem banheiro ou sanitário**. Documenta Wiki, [2026b]. Disponível em: <<https://wiki-sagi.mds.gov.br/home/DS/Cad/VD/VD035>>. Acesso em: 16 jan. 2026.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. **VD036- IVCAD – CH10. Domicílio sem esgotamento sanitário adequado**. Documenta Wiki, [2026c]. Disponível em: <<https://wiki-sagi.mds.gov.br/home/DS/Cad/VD/VD036>>. Acesso em: 16 jan. 2026.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. **VD019 - IVCAD – TQA4. Nenhum adulto ocupado**. Documenta Wiki, [2026d]. Disponível em: <<https://wiki-sagi.mds.gov.br/home/DS/Cad/VD/VD019>>. Acesso em: 16 jan. 2026.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. **VD011 - IVCAD - DCA1. Possui criança ou adolescente de 7 a 15 anos trabalhando**. Documenta Wiki, [2026e]. Disponível em: <<https://wiki-sagi.mds.gov.br/home/DS/Cad/VD/VD011>>. Acesso em: 16 jan. 2026.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (NOB-SUAS)**. Brasília: MDS, 2012a.



Disponível em: <[https://www.mds.gov.br/webarquivos/public/NOBSUAS\\_2012.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/public/NOBSUAS_2012.pdf)>.  
Acesso em: 20 mar. 2026.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. **Observatório do Cadastro Único.** [2026f]. Disponível em: <<https://painéis.mds.gov.br/public/extensions/observatorio-do-cadastro-unico/index.html>>.  
Acesso em: 24 out. 2025.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações Técnicas da Vigilância Socioassistencial.** Brasília: MDS, 2013a. Disponível em: <[https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/Cadernos/Orientacoes\\_Vigilancia.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/Orientacoes_Vigilancia.pdf)>. Acesso em: 26 jan. 2026.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações Técnicas:** Centro de Referência de Assistência Social – CRAS. 1 ed. Brasília: MDS, 2009a. Disponível em: <[https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/Cadernos/orientacoes\\_Cras.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/orientacoes_Cras.pdf)>. Acesso em: 29 mai. 2025.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações Técnicas:** Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS. Brasília: MDS, 2009b. Disponível em: <<https://aplicacoes.mds.gov.br/snas/documentos/04-caderno-creas-final-dez..pdf>>. Acesso em 11 abr. 2025.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações Técnicas:** Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes. Brasília, DF: MDS, 2009c. Disponível em: <[https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/Protocolo%20de%20gestao/protocolo-de-gestao-integrada-de-servicos-beneficios-e-transferencias-de-renda-no-ambito-do-suas.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Protocolo%20de%20gestao/protocolo-de-gestao-integrada-de-servicos-beneficios-e-transferencias-de-renda-no-ambito-do-suas.pdf)>. Acesso em: 12 mar. 2024.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações Técnicas sobre o PAIF.** O Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF, segundo a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Vol. 1, 1ª edição. Brasília: MDS, 2012b. Disponível em: <[https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/cadernos/orientacoes\\_paif\\_1.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/cadernos/orientacoes_paif_1.pdf)>. Acesso em: 26 jan. 2026.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Protocolo de Gestão Integrada de Serviços, Benefícios e Transferências de Renda no âmbito do Sistema Único de Assistência Social - SUAS.** Brasília, DF: MDS, 2010. Disponível em: <[https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/Protocolo%20de%20gestao/protocolo-de-gestao-integrada-de-servicos-beneficios-e-transferencias-de-renda-no-ambito-do-suas.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Protocolo%20de%20gestao/protocolo-de-gestao-integrada-de-servicos-beneficios-e-transferencias-de-renda-no-ambito-do-suas.pdf)>. Acesso em: 6 jan. 2026.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais.** Reimpressão 2014. Brasília: MDS, 2013b. Disponível em: . Acesso em: <[https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/Normativas/tipificacao.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/tipificacao.pdf)>. Acesso em: 26 jan. 2026.



BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. **Relatório completo do Bolsa Família e Cadastro Único no seu município**. Brasília: MDS, [2025a?]. Disponível em: <https://aplicacoes.cidadania.gov.br/ri/pbfcad/relatorio-completo.html>. Acesso em: 04 nov. 2025.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. Ministério das Mulheres. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. **Plano Nacional de Cuidados**. Brasília: MDHC, MDS, MMulheres, 2025b. Disponível em: <[https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/brasil-que-cuida/plano/Plano\\_Nacional\\_de\\_Cuidados.pdf](https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/brasil-que-cuida/plano/Plano_Nacional_de_Cuidados.pdf)>. Acesso em: 16 jan. 2026.

CAPÃO DA CANOA. Decreto nº 163, de 2024. Dispõe sobre a Implantação da Política de Educação Integral em Tempo Integral na Rede Municipal de Ensino de Capão da Canoa/RS. **Leis Municipais**, 2024. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/rs/c/capao-da-canoa/decreto/2024/17/163/decreto-n-163-2024-dispoe-sobre-a-implantacao-da-politica-de-educacao-integral-em-tempo-integral-na-rede-municipal-de-ensino-de-capao-da-canoa-rs?q=educa%C3%A7%C3%A3o+superior>>. Acesso em: 19 dez. 2025.

CAPÃO DA CANOA. Conselho Tutelar de Capão da Canoa. **Circular nº 661/2024**. Assunto: INFORMAÇÃO. Capão da Canoa: Prefeitura Municipal, 20 jan. 2024. Comunicação interna via Plataforma 1Doc.

CAPÃO DA CANOA. Conselho Tutelar de Capão da Canoa. **Memorando nº 15.311/2025a**. Assunto: Solicitação de dados de atendimentos. Capão da Canoa: Prefeitura Municipal, 13 jan. 2026. Comunicação interna via Plataforma 1Doc.

CAPÃO DA CANOA. Secretaria de Assistência e Inclusão Social (SAIS). Vigilância Socioassistencial. **Devolutiva de Dados do Registro Mensal de Atendimentos 2024 - Centros de Referência de Assistência Social Arco-Íris, Santa Luzia e Zona Norte**. Capão da Canoa: SAIS, 2025b.

CAPÃO DA CANOA. Secretaria de Assistência e Inclusão Social (SAIS). Vigilância Socioassistencial. **Devolutiva de Dados do Registro Mensal de Atendimentos 2024 - Centro de Referência Especializado de Assistência Social Travessia**. Capão da Canoa: SAIS, 2025c.

CAPÃO DA CANOA. Secretaria de Assistência e Inclusão Social (SAIS). Vigilância Socioassistencial. **Devolutiva de Informações sobre o Público Beneficiário do Programa de Aquisição de Alimentos em Capão da Canoa, nos anos de 2023 e 2024**. Capão da Canoa: SAIS, 2025d.

CAPÃO DA CANOA. Secretaria de Assistência e Inclusão Social (SAIS). Vigilância Socioassistencial. **Devolutiva de Informações sobre o Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes de Capão da Canoa, de 2017 a 2024**. Capão da Canoa: SAIS, 2024b.

CAPÃO DA CANOA. Secretaria de Assistência e Inclusão Social (SAIS). Vigilância Socioassistencial. **Diagnóstico da oferta da Política de Assistência Social voltada para a**



**população em situação de rua em Capão da Canoa e da demanda desse grupo populacional por proteção social:** subsídios para o aprimoramento da oferta. Capão da Canoa: SAIS, 2025e.

CAPÃO DA CANOA. Prefeitura Municipal. Secretaria da Saúde. **Memorando nº 26.763/2025f.** Assunto: Solicitação de informações para o Plano Municipal de Assistência Social. Capão da Canoa: Prefeitura Municipal, 17 dez. 2025. Comunicação interna via Plataforma 1Doc.

CAPÃO DA CANOA. Prefeitura Municipal. Secretaria de Assistência e Inclusão Social. **Memorando nº 1.944/2025g.** Assunto: Registro Mensal de Atendimentos (RMA) do CREAS - 2025. Capão da Canoa: Prefeitura Municipal, 13 jan. 2026. Comunicação interna via Plataforma 1Doc.

CAPÃO DA CANOA. Prefeitura Municipal. Secretaria de Cidadania, Trabalho e Ação Comunitária. **Memorando nº 28.493/2026.** Assunto: Solicitação de informações para o Plano Municipal de Assistência Social. Capão da Canoa: Prefeitura Municipal, 13 jan. 2026. Comunicação interna via Plataforma 1Doc.

CAPÃO DA CANOA. Prefeitura Municipal. Secretaria de Educação. **Memorando nº 26.182/2025h.** Assunto: Solicitação de informações para o Plano Municipal de Assistência Social. Capão da Canoa: Prefeitura Municipal, 05 fev. 2026. Comunicação interna via Plataforma 1Doc.

CAPÃO DA CANOA. Prefeitura Municipal. **Dados do Município.** Capão da Canoa: Prefeitura Municipal, [2025?]. Disponível em: <https://www.capaodacanoa.rs.gov.br/pagina/view/2>. Acesso em: 19 jan. 2026.

CAPÃO DA CANOA. Prefeitura Municipal. **Centro de Apoio Transdisciplinar.** Capão da Canoa: Prefeitura Municipal, [2025] Disponível em: <<https://www.capaodacanoa.rs.gov.br/departamento/view/55/centro-de-apoio-transdisciplinar-cat>>. Acesso em: 08 dez. 2025.

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO. **Informe Técnico:** Perfil da População em situação de rua no estado do Rio Grande do Sul. Disponível em: <<https://cnmp.mp.br/portal/informes/informe-tecnico-rio-grande-do-sul.html>>. Acesso em: 30 jul. 2025.

FAMER, Maria Elena. **Propostas idosos** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <[tecnicos.creas@capaodacanoa.rs.gov.br](mailto:tecnicos.creas@capaodacanoa.rs.gov.br)> em 16 dez. 2025

G1 RS. População de Capão da Canoa (RS) é de 63.594 pessoas, aponta o Censo do IBGE. **G1**, 28 jun. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2023/06/28/populacao-de-capao-da-canoa-rs-e-de-63-594-pessoas-aponta-o-censo-do-ibge.ghtml>. Acesso em: 12 jan. 2026.

IBGE. **Censo Demográfico 2022:** Panorama. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <<https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/>>. Acesso em: 27 out. 2025.



IBGE. **Cidades e Estados.** [Brasília] [2025]. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/capao-da-canoa/panorama>>. Acesso em: 04 nov. 2025.

IBGE. **Nota metodológica sobre a mudança de aglomerados subnormais para favelas e comunidades urbanas.** Rio de Janeiro: IBGE, 2024. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2102062>>. Acesso em 27 out. 2025.

IBGE. **Censo 2010. Sinopse por setores.** Disponível em: <<https://censo2010.ibge.gov.br/sinopseporsetores/?nivel=st>>. Acesso em: 10 mai. 2021.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Mapa das OSCs:** Mapa [Capão da Canoa/RS] [2026a]. Disponível em: <<https://mapaosc.ipea.gov.br/mapa>>. Acesso em: 28 jan. 2026.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Mapa das OSCs:** Metodologia [2026b]. Disponível em: <<https://mapaosc.ipea.gov.br/mapa-busca-avancada>>. Acesso em: 28 jan. 2026.

OBSERVATÓRIO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS - ObservaDH [2026]. Disponível em: <<https://observadh.mdh.gov.br/>>. Acesso em: 26 jan. 2026.

OBSERVATÓRIO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS - ObservaDH [2025]. **Violência:** SINAN e ONDH. Dados preliminares de 2024, extraídos em 08/05/2025. Disponível em: <<https://observadh.mdh.gov.br/>>. Acesso em: 24 set. 2025.

REDUS - REDE DE DADOS URBANOS. **GeoReDUS:** Rede de Dados Urbanos. Brasília: ReDUS, [s.d.]. Disponível em: <https://www.redus.org.br/georedus?v=v0>. Acesso em: 12 jan. 2026.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Desenvolvimento Social. **Painel do Cadastro Único, Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: SEDES-RS, [2025]. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiZmVkNmVmMGltMTc1NS00MzViLWIwNGYtMTFhNjI2NTZkMDc5IiwidCI6IjE1ZGNkOTA5LTlkYzAtNDhBIOS1hMWU1LWNIY2IwNTNjZGQxYSJ9>. Acesso em 19 jan. 2026.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Saúde. Centro Estadual de Vigilância em Saúde. **Informações Básicas.** Porto Alegre: CEVS-RS, [2024?]. Disponível em: <https://www.cevs.rs.gov.br/informacoes-basicas>. Acesso em: 24 set. 2025.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Saúde. **Primeira Infância.** Porto Alegre: SES-RS, [2026a]. Disponível em: <https://atencaoprimaria.rs.gov.br/primeira-infancia-melhor>. Acesso em: 19 jan. 2026.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Segurança Pública. **Indicadores Criminais.** Porto Alegre: SSP-RS, [2026b]. Disponível em: <https://www.ssp.rs.gov.br/indicadores-criminais>. Acesso em: 19 jan. 2026.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Segurança Pública. **Indicadores da Violência Contra a Mulher - Lei Maria da Penha.** Porto Alegre: SSP-RS, [2026c]. Disponível em:



<<https://www.ssp.rs.gov.br/indicadores-da-violencia-contra-a-mulhers>>. Acesso em: 19 jan. 2026.

SILVA, Leonardo Douglas Silva da. CREAS - Medidas socioeducativas 2023 final [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <[mse.creascc@capaodacanoa.rs.gov.br](mailto:mse.creascc@capaodacanoa.rs.gov.br)> em 29 dez. 2023.

SILVEIRA, Jucimeri Isolda (org.). **Plano Municipal de Assistência Social**: passo a passo para o planejamento local. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome; UNICEF Brasil, 2025. Disponível em: <https://blog.mds.gov.br/redesuas/wp-content/uploads/2025/11/Plano-Municipal-de-AS-Digital.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2025

STOBBE, Ana. **Litoral Norte é líder em crescimento populacional no Rio Grande do Sul**. Jornal do Comércio, Porto Alegre, 5 nov. 2025. Disponível em: <https://www.jornaldocomercio.com/mapa-economico/regiao-metropolitana/2025/11/1224567-litoral-norte-e-lider-em-crescimento-populacional-no-rio-grande-do-sul.html>. Acesso em: 12 jan. 2026.

UNICEF. **Proteção Integral e Intersetorialidade via CRAS**: guia técnico para orientar a implementação do resultado sistêmico 1. Brasília, DF: UNICEF, 2023. Disponível em: <https://selounicef.org.br/sites/default/files/2023-06/Prote%C3%A7%C3%A3o%20Integral%20e%20Intersetorialidade%20via%20CRAS.pdf>. Acesso em: 6 mar. 2026.

VIDAL, Alex da Silva. **Diagnóstico municipal do atendimento aos direitos de crianças e adolescentes em serviços de cuidados alternativos de Capão da Canoa/RS 2022**. 1. ed. Poá, SP: Instituto Bem Cuidar, 2023. Disponível em: <<https://institutobemcuidar.org.br/wp-content/uploads/2023/04/Relatorio-Diagnostico-de-Capao-da-Canoa-2022-23-2-1.pdf>>. Acesso em: 01 abr. 2024.

ANEXO A - Recomendações para o Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente de Capão da Canoa<sup>118</sup>

Aspecto do SGDCA	Fragilidade identificada	Recomendações	Fortalecimento esperado
<b>Fortalecimento de vínculos das mães</b>	A maioria das famílias são monoparentais sob a responsabilidade de mulheres com trajetória de violação dos próprios direitos e vítimas de violências.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Construção de projeto de escuta coletiva de mulheres, responsáveis por famílias com filhos, para fortalecimento, troca de experiências e acompanhamento. O projeto poderia ser executado pelo CRM ou CREAS, com auxílio do NAF SOS e CAPS.</li> </ul>	Fortalecimento das mães e das famílias, aumento da autoestima, empoderamento, maior diálogo e identificação de possíveis programas, serviços ou atividades para as mães serem encaminhadas. Atuar na prevenção da ruptura de vínculos familiares.
<b>Ministério Público</b>	Não existe um promotor específico para a Vara da Infância e Juventude.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Constituir uma promotoria com atuação específica e exclusiva na Vara da Infância e Juventude.</li> </ul>	Qualificar e ampliar a atuação da Promotoria da Infância e Juventude.
<b>Escola</b>	A falta de vagas nas escolas do Ensino Fundamental nas regiões próximas do território de moradia dos estudantes foi uma das fragilidades mais apontadas por diferentes atores do SGDCA.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Qualificar o planejamento no início de ano de acordo com a demanda de estudantes de cada território;</li> <li>• Desburocratizar o acesso a vagas nas escolas;</li> <li>• Aumentar a oferta de vagas nos respectivos territórios, de acordo com o art. 54, V, do ECA;</li> <li>• Qualificar a busca ativa pelos alunos infrequentes.</li> </ul>	Com maior capacidade para absorver a demanda e agilidade em realizar a matrícula, é fortalecido um dos direitos mais essenciais de crianças e adolescentes, a educação. Buscar, acolher e manter crianças e adolescentes na escola é importante tanto para o aprendizado quanto para potencializar sua proteção. Uma ação mais eficaz da escola também poderá diminuir a infrequência na escola como um dos aspectos da negligência.
<b>Poder Judiciário</b>	Não existe equipe interprofissional (prevista nos artigos 150 e 151 do ECA) para dar suporte ao trabalho da Vara da Infância e Juventude na Comarca. Observou-se a não participação de crianças e adolescentes nas audiências.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Recomenda-se a contratação de equipe interprofissional, ao menos formada por dupla técnica social (educação, serviço social ou psicologia) para dar suporte ao trabalho da Vara da Infância e Juventude.</li> </ul>	Qualificar e ampliar a atuação do judiciário, com autonomia e dedicação exclusiva para avaliação das demandas.

<sup>118</sup> Fonte: Vidal (2023).

		<ul style="list-style-type: none"> <li>● Estimular-se maior participação direta de crianças e adolescentes, para que possam ser escutados nas audiências sobre suas vontades e experiências, dando cumprimento ao art. 100, XII do ECA.</li> </ul>	
<b>Discussão e gestão das políticas de proteção municipais</b>	Fragilidade na discussão e articulação entre gestão municipal, Poder Judiciário, Ministério Público e conselhos de direitos.	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Construção de um Comitê Municipal da Política de Proteção, com atores como o Poder Judiciário, órgão gestor da Assistência Social, os Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente e da Assistência Social, Ministério Público, Defensoria Pública e Conselho Tutelar, para discutir e pensar a implementação de ações na área. A criação deste Comitê está prevista no ECA (1990, art. 101, § 11 e 12).</li> </ul>	A construção do Comitê Municipal da Política de Proteção, pode fortalecer a definição de estratégias nas políticas de proteção, assim como a identificação de problemáticas e desafios de forma célere, a articulação intersetorial e a atuação do SGDCA como um todo.
<b>Salubridade</b>	Os descuidos com higiene e saúde de crianças e adolescentes são muito preocupantes e constituem um dos principais fatores mencionados pelos atores do SGDCA como conceituação da negligência, que é um dos motivos mais frequentes de acolhimento no município.	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Atualização do Plano Municipal de Saneamento Básico;</li> <li>● Possibilitar abastecimento de água potável às residências do município;</li> <li>● Realização de um mapeamento das residências em situação de insalubridade;</li> <li>● Aumento da equipe de agentes comunitários de saúde nas ESF e a construção de um planejamento para que esses profissionais estejam nos territórios de maior vulnerabilidade social e com falta de saneamento básico, para realizar a orientação e suporte à saúde das famílias.</li> </ul>	Melhorar as condições de vida da população do município. Diminuir acolhimentos por problemas que poderiam ser solucionados com água potável ou condições de salubridade básica.

<p><b>Prevenção à ruptura de vínculos familiares e comunitários</b></p>	<p>Fragilidade na rede quanto à prevenção do afastamento de crianças e adolescentes do contexto familiar. Principalmente pela falta de articulação, de discussões de caso antes de se realizar a colocação de crianças ou adolescentes em serviço de cuidados alternativos e de um esforço conjunto de suporte à família.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Recomendamos que a rede socioassistencial (CREAS e CRAS), juntamente ao Conselho Tutelar, NAF SOS, serviço de cuidado alternativo (acolhimento institucional em casas-lares) e Ministério Público discutam, desenvolvam e estabeleçam um fluxo a ser seguido até a possibilidade de acolhimento institucional, destacando o papel de cada serviço e instituição, indo ao encontro do parágrafo 12 do art. 101 do ECA.</li> <li>• Recomendamos também que, antes da colocação de criança/adolescente em serviço de cuidados alternativos, conforme determinado pelas Orientações Técnicas (Conanda/CNAS, 2009), seja realizado um diagnóstico da família, com avaliação dos riscos a que estão submetidos a criança ou o adolescente, assim como as condições da família para superação das violações de direitos observadas e o provimento de proteção e cuidados, que pode ser realizado pelo NAF SOS, o CREAS ou CRAS, com contribuição do Conselho Tutelar. No diagnóstico, seria importante apontar metas ou elementos a serem trabalhados com as famílias para evitar o acolhimento.</li> </ul>	<p>Fortalecimento da rede e ações de prevenção ao afastamento de crianças e adolescentes do contexto familiar a partir de reuniões específicas e continuadas, na forma das microrredes já existentes.</p> <p>Maior articulação entre os representantes do CT, MP, DEP e PJ e serviços, com a diminuição de afastamento de crianças e adolescentes do contexto familiar.</p>
<p><b>Educação em saúde</b></p>	<p>Os descuidos com higiene e saúde de crianças e adolescentes são muito preocupantes, inclusive são um dos principais fatores que compõem a possibilidade de acolhimento institucional.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Recomenda-se que as escolas infantis, de Ensino Fundamental e Médio realizem rodas de conversa, palestras e outras atividades com mães, pais e outras pessoas responsáveis sobre a importância da higiene do corpo, cuidados rotineiros de saúde na família, importância da</li> </ul>	<p>Melhorar as condições de vida da população do município.</p> <p>Diminuir acolhimentos por problemas que poderiam ser solucionados com acesso a informações e orientações.</p>

		vacinação, entre outros temas. As atividades podem ser articuladas em conjunto pela Secretaria de Educação, Coordenadoria Regional de Educação e Estratégia de Saúde da Família (ESF).	
<b>Vacinação e saúde básica</b>	Atraso nas vacinações de crianças e adolescentes acolhidos ou em risco de acolhimento.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Realização de campanhas permanentes no município informando a importância da vacinação, principalmente de crianças e adolescentes.</li> <li>• Criação de um ambulatório itinerante para a aplicação de vacinas e orientações gerais de saúde, que percorra os diferentes territórios da cidade. Essa ação pode facilitar o acesso de famílias com maiores dificuldades para a aplicação da estratégia vacinal e outros acessos.</li> </ul>	Melhorar as condições de vida da população do município. Diminuir acolhimentos por problemas que poderiam ser solucionados com a correta vacinação.
<b>Provisoriamente do afastamento do convívio familiar</b>	Baixa articulação, pouco acompanhamento e suporte nos casos de famílias com crianças e adolescentes em cuidados alternativos, o que pode elevar o tempo do afastamento do convívio familiar.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Após o acolhimento, a partir do diagnóstico realizado anteriormente, o CREAS, com escuta acurada das famílias, em conjunto com o serviço de cuidados alternativos, construa junto com a família um Plano de Retorno Familiar, com metas e ações necessárias para o retorno das crianças e adolescentes a suas famílias.</li> <li>• As famílias que tiverem crianças e adolescentes em acolhimento devem ser prioridade de atendimento no CREAS, CRM, ESF e CAPS.</li> </ul>	Retorno mais célere de crianças e adolescentes a suas famílias, além de aumentar a possibilidade de superar as questões que motivaram a colocação em cuidados alternativos.
<b>Segurança alimentar</b>	Aumento da vulnerabilidade social das pessoas do município, o que pode se	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Recomenda-se a criação de um programa específico para atuar no combate à fome no</li> </ul>	Melhorar as condições de vida da população do município.



	traduzir em insegurança alimentar.	município. Dessa forma, serviços do CRAS e CREAS poderiam direcionar seu olhar com maior energia também para outras de suas atribuições.	Diminuir acolhimentos por problemas que poderiam ser solucionados com acesso à alimentação.
<b>Conselho Tutelar</b>	Falta de recursos no CT do município para a demanda. Recursos humanos e materiais são limitados.	<ul style="list-style-type: none"><li>• Recomenda-se a contratação de mais um auxiliar administrativo em tempo integral para atuar no Conselho Tutelar. Além disso, é preciso equipar o Conselho Tutelar com melhor estrutura física e equipamentos de melhor qualidade.</li></ul>	Fortalecer os direitos de crianças e adolescentes do município.
<b>CREAS</b>	A equipe de serviço do CREAS é insuficiente para a demanda de atendimentos do município.	<ul style="list-style-type: none"><li>• Recomenda-se a contratação de um advogado em tempo integral para o CREAS para compor a equipe mínima do serviço, além de mais outro técnico social e educador social (como suporte à demanda nos territórios).</li><li>• Construção de diagnóstico sobre a carga horária da equipe (em todas as funções desenvolvidas) nos vários serviços que compõem o CREAS, com destaque para o PAEFI.</li></ul>	Fortalecer o enfrentamento à violência, ao abuso e à exploração sexual contra crianças e adolescentes. Fortalecer o suporte a mulheres vítimas de violência, especialmente mães. Ajudar na orientação e no apoio especializado a crianças, adolescentes e famílias em situação de risco ou de violação de direitos.
<b>Trabalho</b>	Falta de oportunidades para jovens em serviços de cuidado alternativo.	<ul style="list-style-type: none"><li>• Priorizar os jovens em acolhimento ou egressos para a obtenção de estágios, cursos profissionalizantes ou vaga no programa Jovem Aprendiz, a partir da sensibilização para cumprimento da legislação, incentivos fiscais e outras ações pertinentes para empresas estabelecidas no município.</li></ul>	Favorecer a possibilidade de autonomia financeira e autossuficiência de adolescentes e jovens.



<b>Saúde mental</b>	Falta de vagas e atendimentos para crianças e adolescentes em cuidados alternativos, mas também para a população em geral de crianças e adolescentes do município.	<ul style="list-style-type: none"><li>• Aumentar a capacidade do CAPS e de setor especializado para atendimento de crianças e adolescentes.</li><li>• Construir a possibilidade de abertura de CAPSi no município ou de abrangência regional, com sede em Capão da Canoa.</li><li>• Como medida urgente, viabilizar, enquanto não se amplia o CAPS ou se abre um CAPSi, a contratação de profissionais de saúde mental para atendimento individualizado a todas as crianças e adolescentes em acolhimento e suas referências responsáveis nas famílias.</li></ul>	Melhorar as condições de vida da população do município. Diminuir acolhimentos por problemas que poderiam ser solucionados com acesso a serviços de saúde. Ajudar na superação de possíveis traumas e/ou violências sofridas pelas pessoas acolhidas. Contribuir para a redução do tempo de acolhimento e eventual regresso aos cuidados alternativos.
<b>Monitoramento e avaliação</b>	Realização de relatório geral da vigilância socioassistencial, com base especialmente nos números da assistência social e da plataforma PitFall.	<ul style="list-style-type: none"><li>• Realização de avaliação externa da política de acolhimento a cada três anos, como forma de manter monitoramento, atualização e constante qualificação, acompanhando os Planos Municipais da Assistência Social, que são trienais.</li><li>• Construção de banco de dados com registro dos acolhimentos realizados e informações básicas (entrada, saída, tempo de acolhimento, sexo, idade, escolaridade, composição familiar, motivo do acolhimento, entre outros). A construção desse banco de dados está prevista no ECA (1990, art. 101, § 11 e 12).</li></ul>	Qualificar a política de atendimento e mitigar problemas que podem ocasionar a fragilidade na rede de proteção.

ANEXO B - Indicadores que compõem as dimensões do IVCAD

IVCAD - Indicadores e suas dimensões	
Necessidade de Cuidados	NC1 Presença de criança de 0 a 3 anos
	NC2 Presença de criança de 0 a 6 anos
	NC3 Presença de criança de 0 a 12 anos
	NC4 Presença de pessoa com alguma deficiência
	NC5 Presença de idoso de 60 anos ou mais
	NC6 Metade ou menos dos membros está em idade adulta (18 a 59 anos)
	NC7 Metade ou menos dos membros é do sexo feminino e está em idade adulta (18 a 59 anos) e que possuam membros com idade até 12 anos, ou com 60 anos ou mais ou que tenha pessoa com deficiência
Desenvolvimento na Primeira Infância	DPI1 Possui criança de 4 a 6 anos que não frequenta ou nunca frequentou creche/pré-escola/escola
	DPI2 Possui criança de 0 a 6 anos que não frequenta ou nunca frequentou creche/pré-escola/escola
	DPI3 Possui criança de 0 a 6 anos que não seja filho ou enteado do responsável familiar
Desenvolvimento de Crianças e Adolescentes	DCA1 Possui criança ou adolescente de 7 a 15 anos trabalhando
	DCA2 Possui adolescente de 15 a 17 anos fora da escola
	DCA3 Possui criança ou adolescente de 7 a 17 anos fora da escola
	DCA4 Possui criança ou adolescente de 10 a 17 anos analfabeto
	DCA5 Possui criança ou adolescente de 10 a 17 anos com mais de 2 anos de atraso escolar
Trabalho e Qualificação de Adultos	TQA1 Presença de adulto analfabeto ou analfabeto funcional
	TQA2 Presença de adulto sem ensino fundamental completo
	TQA3 Presença de adulto sem ensino médio completo
	TQA4 Nenhum adulto ocupado
	TQA5 Nenhum adulto ocupado no setor formal
	TQA6 Nenhum adulto ocupado com rendimento do trabalho superior a 1 salário mínimo
	TQA7 Nenhum adulto ocupado com rendimento do trabalho superior a 2 salários mínimos
Disponibilidade de Recursos	DR1 Família sem renda ou benefícios socioassistenciais
	DR2 Família em situação de pobreza mesmo considerando benefícios socioassistenciais
	DR3 Família em situação de pobreza se não considerar benefício PBF
	DR4 Família em situação de pobreza se não considerar benefícios socioassistenciais (PBF e BPC)
Condições Habitacionais	CH1 Domicílio particular improvisado ou situação de rua
	CH2 Densidade de mais de 3 moradores por dormitório
	CH3 Família despense mais de 30% de sua renda* com aluguel (*Renda pré-PBF)
	CH4 Família possui despesa com aluguel
	CH5 Domicílio sem parede nem piso com material permanente
	CH6 Domicílio sem parede ou piso com material permanente
	CH7 Domicílio sem acesso adequado à água de rede geral de distribuição
	CH8 Domicílio sem acesso adequado à água
	CH9 Domicílio sem banheiro ou sanitário
	CH10 Domicílio sem esgotamento sanitário adequado
	CH11 Lixo não é coletado de forma direta
	CH12 Lixo não é coletado de forma direta ou indireta
	CH13 Domicílio sem acesso à eletricidade com medidor
	CH14 Domicílio sem acesso à eletricidade

Fonte: BRASIL [2026a].

ANEXO C - OSCs ativas em Capão da Canoa, na área de atuação desenvolvimento e defesa de direitos<sup>119</sup>

Nome da OSC	CNPJ	N. Jurídica	Endereço
 Centro De Tradicoes Gauchas Joao Sobrinho	88.266.911/0001-06 Matriz	Associação Privada	Rua Tapera, 100, Tapera Dos Quadros, Capão Da Canoa, 95555000
 Assoc Dos Const E Incorp Da Const Civil C Canoa	90.255.696/0001-90 Matriz	Associação Privada	Avenida Ruda, 910, Apt - 201, Ccentro, Capão Da Canoa, 95555000
 Associacao Dos Servidores Publicos De Capao Da Canoa	90.937.871/0001-29 Matriz	Associação Privada	Rua Tupinamba, 749, Sala 05 Ginasio Otto Birlem, Centro, Capão Da Canoa, 95555000
 Associacao Educacional Barao Do Rio Branco	91.340.463/0011-20 Filial	Associação Privada	Avenida Poty, 1550, Centro, Capão Da Canoa, 95555000
 Sociedade Dos Amigos Do Capao Da Canoa	91.883.355/0001-21 Matriz	Associação Privada	Avenida Paraguassu, 2265, Centro, Capão Da Canoa, 95555000
 Associacao Centro De Recuperacao Nossa Senhora Aparecida	11.045.589/0001-60 Matriz	Associação Privada	Rua Peixe Rei, 968, Jardim Beira Mar, Capão Da Canoa, 95555000
 Clube De Handebol De Capao Da Canoa	07.473.196/0001-80 Matriz	Associação Privada	Avenida Flavio Boianowski, 1225, Zona Nova, Capão Da Canoa, 95555000
 Associacao Caponense De Aposentados, Pensionistas E Idosos	07.764.032/0001-02 Matriz	Associação Privada	Avenida Paraguassu, 2205, Sala 2074 74-A, Centro, Capão Da Canoa, 95555000
 Associacao De Pais E Amigos Dos Excepcionais De Capao Da Canoa	90.257.007/0001-86 Matriz	Associação Privada	Rua Apae, 51, Sao Jorge, Capão Da Canoa, 95555000
 Adcc-Associacao Dos Diabeticos De Capao Da Canoa	02.438.357/0001-81 Matriz	Associação Privada	Rua General Osorio, 835, Santa Luzia, Capão Da Canoa, 95555000

<sup>119</sup>Subáreas: defesa de direitos de grupos e minorias; outros; centros e associações comunitárias; associações de moradores; defesa de direitos e interesses - múltiplas áreas; outras formas de desenvolvimento e defesa de direitos e interesses. Fonte: IPEA [2026a].

Nome da OSC	CNPJ	N. Jurídica	Endereço
 Associação Dos Artesaos De Capao Da Canoa	90.257.122/0001-50 Matriz	Associação Privada	Rua Santa Marta, 169, Santa Luzia, Capão Da Canoa, 95555000
 Sociedade Dos Amigos Da Zona Nova De Capao Da Canoa	97.264.287/0001-07 Matriz	Associação Privada	Rua Ceci, 511, Zona Nova, Capão Da Canoa, 95555000
 Sociedade Avicola Caponense	01.386.896/0001-51 Matriz	Associação Privada	Rua Vinte E Seis, 315, Zona Nova, Capão Da Canoa, 95555000
 Casa Do Artista Caponense	01.708.582/0001-28 Matriz	Associação Privada	Avenida Flavio Boianowski, 879, Sala 10, Zona Nova, Capão Da Canoa, 95555000
 Lions Clube De Capao Da Canoa	01.796.821/0001-49 Matriz	Associação Privada	Rua Tupinanba, S/N, Sala 45, Centro, Capão Da Canoa, 95555000
 Associação Comunitaria De Radiodifusao Mares Do Sul Fm	05.845.316/0001-06 Matriz	Associação Privada	Rua Gardenias, 4225, Capao Novo, Capão Da Canoa, 95555000
 Associação Dos Academicos Do Litoral Norte - Aaln	08.176.297/0001-52 Matriz	Associação Privada	Estrada Rs 407, 1331, Santa Luzia, Capão Da Canoa, 95555000
 Associação Dos Comerciantes De Materiais De Construcao Do Litoral Norte Do Rio Grande Do Sul	03.602.108/0001-42 Matriz	Associação Privada	Rua Peri, 3927, Centro, Capão Da Canoa, 95555000
 Associação Comunitaria Amigos Da Praca Andira - Apa	06.932.531/0001-07 Matriz	Associação Privada	Avenida Venancio Aires, 1310, Zona Nova, Capão Da Canoa, 95555000
 Associação Idade De Ouro	07.617.914/0001-45 Matriz	Associação Privada	Rua Nossa Senhora Aparecida, 1930, Santa Luzia, Capão Da Canoa, 95555000

Nome da OSC	CNPJ	N. Jurídica	Endereço
 Grupo Escoteiro Capao Da Canoa	05.327.220/0001-48 <b>Matriz</b>	Associação Privada	Rua Dos Escoteiros, 111, Sao Jorge, Capão Da Canoa, 95555000
 Clube De Tiro Capao Novo	05.309.709/0001-97 <b>Matriz</b>	Associação Privada	Rua Atum, 173, Jardim Beira Mar, Capão Da Canoa, 95555000
 Associacao Dos Pais E Amigos Dos Grupos De Danca Do Ctg Joao Sobrinho	05.653.018/0001-06 <b>Matriz</b>	Associação Privada	Na Tapera Dos Quadros, S/N, Tapera Dos Quadros, Capão Da Canoa, 95555000
 Associacao Comunitaria Da Praia Jardim Beira Mar	02.051.393/0001-98 <b>Matriz</b>	Associação Privada	Rua Viola, 710, Jardim Beira Mar, Capão Da Canoa, 95555000
 Sociedade De Bochas De Capao Novo	04.080.926/0001-95 <b>Matriz</b>	Associação Privada	Parque Beira Mar, 4031, Capao Novo, Capão Da Canoa, 95555000
 Associacao Comunitaria Do Bairro Santo Antonio De Capao Da Canoa	07.292.701/0001-90 <b>Matriz</b>	Associação Privada	Rua Vinte E Oito, 76, Santo Antonio, Capão Da Canoa, 95555000
 Associacao Dos Portadores De Deficiencia De Capao Da Canoa-Apodecc	05.939.842/0001-27 <b>Matriz</b>	Associação Privada	Rua Thomas J. Espindola, 135, Zona Nova, Capão Da Canoa, 95555000
 Village Praia Clube	01.066.370/0001-94 <b>Matriz</b>	Associação Privada	Rua Amor Perfeito, S/N, Posto 09, Capao Novo, Capão Da Canoa, 95555000
 Sociedade De Bochas Uniao De Arroio Teixeira	03.809.283/0001-05 <b>Matriz</b>	Associação Privada	Praca Pery Feijo, Sn, Casa, Arroio Teixeira, Capão Da Canoa, 95555000
 Grupo De Apoio As Forcas De Seguranca Publica De Capao Da Canoa	07.371.465/0001-06 <b>Matriz</b>	Associação Privada	Rodovia Rs-407, 1455, Santa Luzia, Capão Da Canoa, 94691044

Nome da OSC	CNPJ	N. Jurídica	Endereço
 Associação Beneficente Projeto Restaurar	74.874.579/0002-39 Filial	Associação Privada	Rua Ceci, 2121, Andar Terreo, Centro, Capão Da Canoa, 95555000
 Associação Dos Amigos Da Praça Do Parque Flavio Boianowski	03.635.907/0001-15 Matriz	Associação Privada	Na Dr Flavio Boianowski, 155, Apt 101, Centro, Capão Da Canoa, 95555000
 Associação Do Camelodromo De Capao Da Canoa	04.664.941/0001-80 Matriz	Associação Privada	Rua Arroio Do Meio, 1112, Apt 403, Zona Nova, Capão Da Canoa, 95555000
 Associação Comunitaria Da Praia Do Barco	74.877.341/0001-86 Matriz	Associação Privada	Rua Osorio, 38, Praia Do Barco, Capão Da Canoa, 95555000
 Ong De Acolhimento Bom Samaritano	26.913.547/0001-71 Matriz	Associação Privada	Rua Taquara, 195, Sao Jorge, Capão Da Canoa, 95555000
 Elohim	29.994.587/0001-83 Matriz	Organização Social	Rua Dos Cravos, 2590, Capao Novo, Capão Da Canoa, 95555000
 Associação Comunitaria Dos Moradores Do Bairro Sao Jorge	90.257.593/0001-69 Matriz	Associação Privada	Rua O, 57, Sao Jorge, Capão Da Canoa, 95555000
 Escola Est 1 Grau Incompleto Emilio Tarrago Assumpcao	90.836.602/0001-76 Matriz	Associação Privada	Avenida Darci Feijo, S/N, Arroio Teixeira, Capão Da Canoa, 95555000
 Associação Adottare Grupo De Apoio A Adocao	32.634.703/0001-68 Matriz	Associação Privada	Rua Ceci, 2252, Centro, Capão Da Canoa, 95555000
 Associação De Moradores Do Condominio Viviane	34.192.794/0001-54 Matriz	Associação Privada	Avenida Ruda, 447, Centro, Capão Da Canoa, 95555000

Nome da OSC	CNPJ	N. Jurídica	Endereço
 Aldeias Infantis Sos Brasil	35.797.364/0036-59 Filial	Associação Privada	Avenida Ruda, 908, Setor 363 Quadra2d Ou 178 Lote 14, Centro, Capão Da Canoa, 95555000
 Associação Comunitaria Dos Moradores Do Balneario Araca	38.227.980/0001-32 Matriz	Associação Privada	Rua Eucaliptos, 549, Vale Verde, Araca, Capão Da Canoa, 95555000
 Associação Dos Amigos Da Praca Inclusiva	40.352.359/0001-42 Matriz	Associação Privada	Rua Leopoldo Menge, 77, Praia Do Barco, Capão Da Canoa, 95555000
 Associação De Pais E Amigos Do Autista Ama Capao Da Canoa	40.119.089/0001-24 Matriz	Associação Privada	Avenida Ubatuba De Farias, 960, Zona Nova, Capão Da Canoa, 95555000
 Organizacao Nao Governamental Voz	41.188.399/0001-63 Matriz	Associação Privada	Rua Dos Lirios, 2990, Sala 02, Capao Novo, Capão Da Canoa, 95555000
 Luz Alem Das Paredes	42.642.135/0001-09 Matriz	Associação Privada	Rua Moacir, 2252, Loja 03, Centro, Capão Da Canoa, 95555000
 Integrar/Rs-Associacao De Integracao Empresa Escola	05.449.614/0003-30 Filial	Associação Privada	Rua Rodrigo Bitencourt De Farias, 1184, Sala 304, Zona Nova, Capão Da Canoa, 95555000
 Associação Assistencial Dignidade	46.386.577/0001-84 Matriz	Associação Privada	Rua Venancio Aires, 1200, Zona Nova, Capão Da Canoa, 95555000
 Associação Cultural E Esportiva Amigos Da Praia Do Barco	47.727.654/0001-85 Matriz	Associação Privada	Avenida Paraguassu, 500, Praia Do Barco, Capão Da Canoa, 95555000
 Banco De Alimentos De Capao Da Canoa	48.242.710/0001-54 Matriz	Associação Privada	Rua Guaraci, 2579, Apt 501, Centro, Capão Da Canoa, 95555000
 Associação De Moradores Do Bairro Guarani	56.615.861/0001-39 Matriz	Associação Privada	Avenida C, 66, Guarani, Capão Da Canoa, 95555000

ANEXO D - OSCs ativas em Capão da Canoa, na área de atuação cultura e recreação<sup>120</sup>


Nome da OSC	CNPJ	N. Jurídica	Endereço
 Capao Da Canoa Futebol Clube	90.256.348/0001-37 Matriz	Associação Privada	Avenida Paraguassu, 2361, Centro, Capão Da Canoa, 95555000
 Candeias Esporte Lazer E Recreacao	43.446.434/0086-11 Filial	Associação Privada	Rua Avenida Paraguassu, 62, Jardim Beira Mar, Capão Da Canoa, 95555000
 Piquete De Laco Ouro Verde	17.494.266/0001-30 Matriz	Associação Privada	Estrada Da Laguna, 2240, Arroio Teixeira, Capão Da Canoa, 95555000
 Fundacao Pro Musica Capao Da Canoa	90.256.850/0001-48 Matriz	Fundação Privada	Rua Rua Marab, 1693, Sala 904, Centro, Capão Da Canoa, 95555000
 Sociedade Amigos Noiva Do Mar	90.257.445/0001-44 Matriz	Associação Privada	Avenida Central A, Sn, Noiva Do Mar, Capão Da Canoa, 95555000
 Academia Dos Escritores Do Litoral Norte Gaucho	97.526.817/0001-30 Matriz	Associação Privada	Avenida Beira Mar, 802, Zona Nova, Capão Da Canoa, 95555000
 Associacao Do Clube De Futebol Dos Veteranos De Capao Novo	97.526.837/0001-00 Matriz	Associação Privada	Rua Das Zineas, 3943, Capao Novo, Capão Da Canoa, 95555000
 Associacao Sport Club Serramar	18.675.448/0001-70 Matriz	Associação Privada	Estrada Laguna, 1000, S/B, Capão Da Canoa, 95555000
 Associacao Dos Proprietarios Do Loteamento Nova Guarani	18.840.018/0001-67 Matriz	Associação Privada	Rua 07, 1000, Praia Guarani, Capão Da Canoa, 95555000
 Liga Sport Center De Taekwondo Capao Novo	13.749.864/0001-52 Matriz	Associação Privada	Rua Das Zineas, 3418, Capao Novo, Capão Da Canoa, 95555000

<sup>120</sup>Fonte: IPEA [2026a].

Nome da OSC	CNPJ	N. Jurídica	Endereço
 Sociedade Esportiva Caponense Futebol Clube - C. F. C.	11.012.142/0001-95 Matriz	Associação Privada	Estrada Do Mar, S/N, Sede, Capão Da Canoa, 95555000
 Piquete Lacadores Rancho Dos Xucros	10.286.497/0001-00 Matriz	Associação Privada	Rua Zineas, 3454, Posto 5, Capao Novo, Sao Jose, Capão Da Canoa, 95555000
 Grupo Escoteiro Capao Da Canoa	05.327.220/0001-48 Matriz	Associação Privada	Rua Dos Escoteiros, 111, Sao Jorge, Capão Da Canoa, 95555000
 Clube De Futebol Dos Veteranos De Arroio Teixeira	09.452.258/0001-01 Matriz	Associação Privada	Rua Maneca Quadros, 1489, Arroio Teixeira, Capão Da Canoa, 95555000
 Associacao Uniao Futebol Clube	19.896.120/0001-47 Matriz	Associação Privada	Rua Nova Prata, 758, Zona Nova, Capão Da Canoa, 95555000
 Sociedade Amigos Do Balneario Araca	90.937.665/0001-19 Matriz	Associação Privada	Avenida Principal, S/N, Esquina Rua Seis, Araca, Capão Da Canoa, 95555000
 Associacao De Motociclista Moto Clube Moto's Friends	24.257.929/0001-69 Matriz	Associação Privada	Rua 10, 22, Zona Nova, Capão Da Canoa, 95555000
 Sociedade Esportiva E Recreativa Monte Castelo	92.861.822/0001-85 Matriz	Associação Privada	Rua Monte Castelo, S N, Praia De Curumim, Curumim, Capão Da Canoa, 95555000
 Assoc. Pais E Amigos Peq.Contores C.Canoa E Coral Juvenil Pro-Musica	03.453.794/0001-37 Matriz	Associação Privada	Rua Maraba, 1693, Sala 904, Centro, Capão Da Canoa, 95555000
 Acc - Associacao Comunitaria De Curumim	05.634.111/0001-73 Matriz	Associação Privada	Rua Diacui, 627, Praia Curumim, Capão Da Canoa, 95555000

Nome da OSC	CNPJ	N. Jurídica	Endereço
 Capao Da Canoa Esportistas E Veranistas Associados - Cceva	12.954.257/0001-61 Matriz	Associação Privada	Avenida Paraguassu, 2361, Loja 06, Centro, Capão Da Canoa, 95555000
 Associacao Esportiva Avenida Futebol Clube	14.537.409/0001-56 Matriz	Associação Privada	Rua Santo Amaro, 1053, Sao Jorge, Capão Da Canoa, 95555000
 Associacao Banrisul Capao Da Canoa	94.437.431/0001-63 Matriz	Associação Privada	Rua Iracema, 116, Girassol, Capão Da Canoa, 95555000
 Clube Esportivo E Recreativo Veterano	17.845.021/0001-00 Matriz	Associação Privada	Rua Amor Perfeito, 01, Lote 01 Quadra01 Setor 334, Capao Novo, Capão Da Canoa, 95555000
 Piquete De Lacadores Presilha Do Laco	23.102.471/0001-06 Matriz	Associação Privada	Rua Portugal, 612, Zona Norte, Capão Da Canoa, 95555000
 Atlantida Futebol Clube	90.255.670/0001-41 Matriz	Associação Privada	Avenida Waldomiro C Dos Reis, Sn, Casa, Santa Luzia, Capão Da Canoa, 95555000
 Associacao Recreativa Lagomar Arlm	90.937.988/0001-02 Matriz	Associação Privada	Praca Largo 3, 112, Zona Nova, Capão Da Canoa, 95555000
 Federacao Gaucha De Badminton	02.101.703/0002-12 Filial	Associação Privada	Avenida Paraguassu, 1953, Sala A, Centro, Capão Da Canoa, 95555000
 Atletico Veteranos Capao Novo	25.465.491/0001-77 Matriz	Associação Privada	Rua Zineas, 4151, Capao Novo, Capão Da Canoa, 95555000
 Associacao Clube Veteranos De Curumim	24.412.676/0001-50 Matriz	Associação Privada	Rua Urucutus, 165, Curumim, Capão Da Canoa, 95555000

Nome da OSC	CNPJ	N. Jurídica	Endereço
 Clube De Tiro Viptatical	29.980.401/0001-37 Matriz	Associação Privada	Rua Zineas, 4113, Lote 21 Quadra107, Capao Novo, Capão Da Canoa, 95555000
 Associacao Uniao Estudantil De Handebol De Capao Da Canoa	30.296.725/0001-30 Matriz	Associação Privada	Rua Divisoria, 987, Zona Nova, Capão Da Canoa, 95555000
 Esporte Clube Santa Luzia	31.882.893/0001-70 Matriz	Associação Privada	Rua Brigada Militar, 912, Zona Nova, Capão Da Canoa, 95555000
 Associacao Dos Artesaos Da Praia Do Barco	35.237.873/0001-05 Matriz	Associação Privada	Rua Leopoldo Menger, 26, Praia Do Barco, Capão Da Canoa, 95555000
 Associacao Cambio Praca Flavio Boianovski	35.669.771/0001-50 Matriz	Associação Privada	Rua Bolivia, 702, Zona Norte, Capão Da Canoa, 95555000
 Clube De Futebol Amador Novo Horizonte	36.724.440/0001-39 Matriz	Associação Privada	Rua Trinta, 59, Novo Horizonte, Capão Da Canoa, 95555000
 Associacao Zona Nova Futebol Clube	38.543.545/0001-17 Matriz	Associação Privada	Rua Cuba, 491, Zona Norte, Capão Da Canoa, 95555000
 Associacao Bandas E Fanfarras Capao Da Canoa	39.431.824/0001-51 Matriz	Associação Privada	Rua Venancio Aires, 1475, Zona Nova, Capão Da Canoa, 95555000
 Associacao Cancha De Bocha Amigos Da Beira Mar De Capao Da Canoa	39.729.469/0001-00 Matriz	Associação Privada	Avenida Beira Mar, 1618, Centro, Capão Da Canoa, 95555000
 Laguna Futebol Clube - Lfc	48.213.670/0001-12 Matriz	Associação Privada	Rua Jacob Galimbert, 128, Arroio Teixeira, Capão Da Canoa, 95555000














Nome da OSC	CNPJ	N. Jurídica	Endereço
 Associação Jgb Patinacao Artística - Ajgbpa	52.111.413/0001-47 Matriz	Associação Privada	Rua Maraba, 1940, Apt 701, Centro, Capão Da Canoa, 95555000
 Af Da Praia	58.426.812/0001-83 Matriz	Associação Privada	Rua General Osorio, 399, Santa Luzia, Capão Da Canoa, 95555000
 Associação De Surf De Capao Novo	57.840.210/0001-05 Matriz	Associação Privada	Rua Boca De Leao, 4151, Capao Novo, Capão Da Canoa, 95555000
 Instituto Legends	59.595.071/0001-27 Matriz	Associação Privada	Rua Guaraci, 3108, Conj 1102, Navegantes, Capão Da Canoa, 95555000
 Associação Esportiva E Recreativa Pe Na Areia	59.706.971/0001-02 Matriz	Associação Privada	Rua Sepe, 1746, Apt 404, Centro, Capão Da Canoa, 95555000
 Associação De Basquetebol Caponense	59.892.162/0001-24 Matriz	Associação Privada	Avenida Paraguassu, 1836, Apt 302, Centro, Capão Da Canoa, 95555000
 Associação Cultural E Social Re Tri Circo	60.013.514/0001-03 Matriz	Associação Privada	Rua Orion, 694, Arrio Teixeira, Capão Da Canoa, 95555000
 Associação Amigos Da Praca Luiz Bassani	60.865.374/0001-00 Matriz	Associação Privada	Avenida Ararigboia, 25, Centro, Capão Da Canoa, 95555000
 Associação Comunitaria Do Grupo De Idosos De Danca Texas	61.359.948/0001-22 Matriz	Associação Privada	Rua Darci Feijo, 890, Arroio Teixeira, Capão Da Canoa, 95555000
 Associação Real Capao Projeto De Voleibol	61.534.514/0001-11 Matriz	Associação Privada	Rua Faustino Joao Pereira, 101, Apt 201, Santa Luzia, Capão Da Canoa, 95555000
 Associação De Carros Antigos Reliquias Do Asfalto Litoral Norte Rs	61.808.414/0001-36 Matriz	Associação Privada	Rua Jose Serafim De Souza, 966, Santo Antonio, Capão Da Canoa, 95555000
 Associação Dos Amigos De Capao Da Canoa Futebol Clube	62.009.398/0001-84 Matriz	Associação Privada	Rua Maranguab, 515, Centro, Capão Da Canoa, 95555000

ANEXO E - OSCs ativas em Capão da Canoa, na área de atuação outras atividades associativas<sup>121</sup>

Nome da OSC	CNPJ	N. Jurídica	Endereço
 Associação Pro-Ensino Em Santa Cruz Do Sul - Apesc	95.438.412/0007-00 Filial	Associação Privada	Rua Da Garoupa, S/N, Posto 2, Capao Novo, Capão Da Canoa, 95555000
 Associação Primieri De Benefícios, Cultura E Lazer	10.198.470/0001-65 Matriz	Associação Privada	Avenida Paraguassu, 2525, Conj 407 Setor 365 Quadra0025 Lote 007, Centro, Capão Da Canoa, 95555000
 Clube De Maes Bem Querer	17.820.860/0001-74 Matriz	Associação Privada	Avenida Pindorama, 1049, Zona Nova, Capão Da Canoa, 95555000
 Assoc.Dos Agentes Economicos Ecologicos De Capao Da Canoa	04.424.777/0001-34 Matriz	Associação Privada	Estrada Da Laguna, S/Nro., Km. 5, Estrada Da Laguna, Capão Da Canoa, 95555000
 Associação De Apicultores De Capao Da Canoa	09.191.737/0001-03 Matriz	Associação Privada	Rua Dos Narcisos, 3786, Capao Novo, Capão Da Canoa, 95555000
 Associação Dos Criadores De Passaros Do Litoral Norte Do Rs - Acpl	18.840.433/0001-10 Matriz	Associação Privada	Rua Cinquenta E Dois, 61, Santa Luzia, Capão Da Canoa, 95555000
 Esporte Clube Diamante Negro	21.756.731/0001-31 Matriz	Associação Privada	Rua General Osorio, 1018, Santa Luzia, Capão Da Canoa, 95555000
 Clube De Maes Grao De Areia	14.419.645/0001-78 Matriz	Associação Privada	Rua Anchova, 534, Jardim Beira Mar, Capão Da Canoa, 95555000
 Associação De Motociclista Moto Clube Moto's Friends	24.257.929/0001-69 Matriz	Associação Privada	Rua 10, 22, Zona Nova, Capão Da Canoa, 95555000
 Associação Das Artesas Dos Clubes De Maes De Capao Da Canoa	10.235.609/0001-01 Matriz	Associação Privada	Rua 26, 116, Santo Antonio, Capão Da Canoa, 95555000

<sup>121</sup>Fonte: IPEA [2026a].

Nome da OSC	CNPJ	N. Jurídica	Endereço
 Associação Dos Proprietários Do Edifício Antares	21.338.211/0001-09 Matriz	Associação Privada	Avenida Neuza Goulart Brizola/ Rua Jose Milton Lopes, Q30b, Lote: 15 E 16,, Zona Nova, Capão Da Canoa, 95555000
 Associação Banrisul Capao Da Canoa	94.437.431/0001-63 Matriz	Associação Privada	Rua Iracema, 116, Girassol, Capão Da Canoa, 95555000
 Organização Nao Governamental Alcateia Esportiva E Acoes Sociais	15.525.771/0001-70 Matriz	Associação Privada	Avenida Paraguassu, 1614, Sala 8, Zona Nova, Capão Da Canoa, 95555000
 Associação Veranistas E Moradores De Capao Da Canoa - Avmcc	09.548.278/0001-72 Matriz	Associação Privada	Avenida Ararigboia, 272, Apt 603, Centro, Capão Da Canoa, 95555000
 Associação Revitaliza Capao Novo	28.210.716/0001-32 Matriz	Associação Privada	Avenida Das Gardenias, 3651, Capao Novo, Capão Da Canoa, 95555000
 Associação Dos Feirantes Da Agricultura Familiar Produto Caseiro E Artesanato Do Litoral Norte /Rs-Afaf	28.819.045/0001-01 Matriz	Associação Privada	Rua Guaraci, 1446, Centro, Capão Da Canoa, 95555000
 Associação Alameda Do Condado	29.207.153/0001-96 Matriz	Associação Privada	Avenida Flavio Boianowski, 597, Sala 01, Centro, Capão Da Canoa, 95555000
 Associação Dos Proprietários Do Edifício Jaguarao	31.699.682/0001-04 Matriz	Associação Privada	Avenida Central, 1880, Zona Nova, Capão Da Canoa, 95555000
 Associação De Benefícios Mutuos Do Rio Grande Do Sul Rs Clube	32.150.885/0001-00 Matriz	Associação Privada	Avenida Central, 1880, Loja 06, Zona Nova, Capão Da Canoa, 95555000
 Associação Pontinhos Do Bem	33.401.215/0001-73 Matriz	Associação Privada	Rua Ubirajara, 526, Apt 1203, Centro, Capão Da Canoa, 95555000

Nome da OSC	CNPJ	N. Jurídica	Endereço
 Grupo Escoteiro Sentinela Do Litoral 370 Rs	36.664.343/0001-06 Matriz	Associação Privada	Rua Dos Geranios, 3626, Setor 334 Lote 16 Quadra80 Lote 17, Capao Novo, Capão Da Canoa, 95555000
 Associação De Moradores E Proprietarios De Capao Novo	44.699.450/0001-90 Matriz	Associação Privada	Rua Sempre Vivas, 3813, Setor 334, Capao Novo, Capão Da Canoa, 95555000
 Associação Dos Proprietarios Adquirentes Do Edifício Residencial El - Shaday 1	49.818.903/0001-73 Matriz	Associação Privada	Rua Jose Milton Lopes, 1034, Zona Nova, Capão Da Canoa, 95555000
 Associação De Protetores De Animais Lambeijos Capao Da Canoa	50.414.268/0001-48 Matriz	Associação Privada	Rua Joao Cristiano Scheffer Filho, 1324, Zona Nova, Capão Da Canoa, 95555000
 Associação Trilheiros Embarrados	51.775.888/0001-75 Matriz	Associação Privada	Rua Do Narciso, 4133, Capao Novo, Capão Da Canoa, 95555000
 Clube De Maes Renascer	53.350.684/0001-18 Matriz	Associação Privada	Rua Das Sempre Vivas, 3968, Capao Novo, Capão Da Canoa, 95555000
 Associação Do Grupo 3 Idade Sempre Unidos	53.855.609/0001-09 Matriz	Associação Privada	Rua Honduras, 406, Zona Norte, Capão Da Canoa, 95555000
 Instituto Educacional Talmidim Kids	57.063.388/0001-97 Matriz	Associação Privada	Avenida Central, 624, Zona Nova, Capão Da Canoa, 95555000
 Associação Dos Comerciantes Texas	59.590.165/0001-03 Matriz	Associação Privada	Rua Sao Leopoldo, 509, Arroio Teixeira, Capão Da Canoa, 95555000
 Associação Reserva Da Tapera	60.914.650/0001-74 Matriz	Associação Privada	Rodovia Ers 389 Rod Nelson Goncalves, Sn, Km 42, Capao Novo, Capão Da Canoa, 95555000
 Associação De Moradores Verde Mar	63.502.522/0001-01 Matriz	Associação Privada	Estrada Estrada Do Mar, 100, Praia Do Barco, Capão Da Canoa, 95555000
 Associação Allegro Family Resort	63.532.354/0001-05 Matriz	Associação Privada	Avenida Beira Mar, Sn, Lote 01 Quadra29 Setor 315, Praia Arroio Teixeira, Capão Da Canoa, 95555000
 Associação Dos Condomínios Horizontais Do Município De Capao Da Canoa	63.552.348/0001-01 Matriz	Associação Privada	Estrada Ers 407, 1455, Santo Antonio, Capão Da Canoa, 95555000

ANEXO F - OSCs ativas em Capão da Canoa, na área de atuação religião<sup>122</sup>

Nome da OSC	CNPJ	N. Jurídica	Endereço
 Igreja Batista Filadelfia De Capao Da Canoa	18.237.989/0001-17 Matriz	Organização Religiosa	Avenida Ulisses Guimaraes, 1549, Santo Antonio, Capão Da Canoa, 95555000
 Igreja Evangelica Asseb De Deus De Capao Da Canoa	90.257.478/0001-94 Matriz	Associação Privada	Na Valdomiro Candido Dos Reis, 247, Santa Luzia, Capão Da Canoa, 95555000
 Mitra Diocesana De Osorio	03.649.281/0004-49 Filial	Organização Religiosa	Praca Padre Cezar Cassol, 420, Centro, Capão Da Canoa, 95555000
 Paroquia Evangelica Martin Luther - Litoral Norte	04.884.964/0001-09 Matriz	Associação Privada	Praça Tiaraju, 278, Navegantes, Capão Da Canoa, 95555000
 Igreja Mundial Do Poder De Deus	02.415.583/0909-79 Filial	Organização Religiosa	Avenida Ruda, 448, Centro, Capão Da Canoa, 95555000
 Comunidade Evangelica De Confissao Luterana Em Capao Da Canoa	02.984.462/0001-16 Matriz	Associação Privada	Rua Tiaraju, 278, Centro, Capão Da Canoa, 95555000
 Associacao Biblica E Cultural De Tramandai	89.811.913/0003-63 Filial	Organização Religiosa	Rua Getulio Vargas, 820, Sao Jorge, Capão Da Canoa, 95555000
 Igreja Evangelica Batista Betel	90.255.894/0001-53 Matriz	Associação Privada	Avenida General Osorio, 596, Santa Luzia, Capão Da Canoa, 95555000
 Sociedade Espirita Novo Horizonte	90.256.496/0001-51 Matriz	Associação Privada	Rua Rua Da Violeta, Sn, Sao Jose, Capão Da Canoa, 95555000
 Sociedade Espirita Pery Feijo	90.937.749/0001-52 Matriz	Associação Privada	Avenida Darcy Feijo, 400, Arroio Teixeira, Capão Da Canoa, 95555000

<sup>122</sup>Fonte: IPEA [2026a].

Nome da OSC	CNPJ	N. Jurídica	Endereço
 Mitra Da Arquidiocese De Porto Alegre	92.858.000/0182-73 Filial	Associação Privada	Na Pr Padre Cezar Cassol, 420, Não Informado, Capão Da Canoa, 95555000
 Congregacao Evangelica Luterana Emanuel De Capao Da Canoa	93.593.747/0001-81 Matriz	Organização Religiosa	Rua Nova Bassano, 890, Sao Jorge, Capão Da Canoa, 95555000
 Igreja Videira De Capao Da Canoa	16.630.796/0001-04 Matriz	Organização Religiosa	Rua Luiz Ferreira Da Silva, 1144, Loja Av. Paraguassu, Zona Nova, Capão Da Canoa, 95555000
 Loja Maconica Afonso Emilio Massot	01.590.308/0001-05 Matriz	Associação Privada	Rua Violetas, 3787, Esq R Bem Te Vi, Capao Novo, Capão Da Canoa, 95555000
 Igreja Internacional Da Graca De Deus	30.902.803/1912-83 Filial	Organização Religiosa	Rodovia Ulisses Guimaraes, 938, Avenida Rs - 407, Santa Luzia, Capão Da Canoa, 95555000
 Igreja Internacional Da Graca De Deus	30.902.803/1325-11 Filial	Organização Religiosa	Rua Pindorama, 503, Frente E Fundos, Centro, Capão Da Canoa, 95555000
 Igreja Universal Do Reino De Deus	29.744.778/1979-85 Filial	Organização Religiosa	Rua Riachuelo, 136, E Rodovia Ulisses Guimaraes ( Rs 407 ), Santa Luzia, Capão Da Canoa, 95555000
 Loja Maconica De Estudos E Pesquisas Acacia Do Litoral N. 234	13.742.227/0001-54 Matriz	Associação Privada	Rua Das Violetas, 3787, Capao Novo, Capão Da Canoa, 95555000
 Igreja Evangelica Pentecostal O Brasil Para Cristo	03.658.613/0001-09 Matriz	Associação Privada	Rua Otavio Rocha, 176, Santa Luzia, Capão Da Canoa, 95555000
 Centro Evangelico O Brasil Para Cristo	04.040.823/0001-00 Matriz	Associação Privada	Avenida Valdomiro Candido Dos Reis, 58, Santa Luzia, Capão Da Canoa, 95555000

Nome da OSC	CNPJ	N. Jurídica	Endereço
 Associação Brasileira D'a Igreja De Jesus Cristo Dos Santos Dos Ultimos Dias	61.012.019/1131-84 Filial	Organização Religiosa	Rua Ceci, 2513, Centro, Capão Da Canoa, 95555000
 Igreja Do Evangelho Quadrangular	62.955.505/3605-38 Filial	Organização Religiosa	Rua 39, 62, Sta Luzia, Capão Da Canoa, 95555000
 Sociedade Espirita Andre Luiz	09.236.979/0001-76 Matriz	Associação Privada	Rua Sempre Vivas, 3756, Capao Novo, Capão Da Canoa, 95555000
 Jocuv - Jovens Com Uma Visao	09.661.559/0001-37 Matriz	Associação Privada	Rua Da Pescaria, 999, Santa Luzia, Capão Da Canoa, 95555000
 Igreja Batista Brasa De Capao Da Canoa	18.946.839/0001-82 Matriz	Organização Religiosa	Avenida Osmani Veras Da Silveira, 148, Santa Luzia, Capão Da Canoa, 95555000
 Sociedade Espirita Allan Kardec	03.455.934/0001-06 Matriz	Associação Privada	Avenida D ( Porto Alegre), 655, Zona Nova, Capão Da Canoa, 95555000
 Centro De Umbanda Yemanja E Ogum Beira Mar	10.618.498/0001-04 Matriz	Associação Privada	Rua Roraima, 83, Quero-Quero, Capão Da Canoa, 95555000
 Igreja Evangelica Assembleia De Deus Ministerio De Madureira De Capao Da Canoa - Rs	20.683.273/0001-95 Matriz	Organização Religiosa	Rua Ceci, 2246, Centro, Capão Da Canoa, 95555000
 Aug Resp Loja Simb Mario Behring N 95	01.276.877/0001-72 Matriz	Associação Privada	Rua Violetas, 3787, Esq R Bem Te Vi, Capao Novo, Capão Da Canoa, 95555000
 Associao De Religioes Afrocaponense	19.843.281/0001-72 Matriz	Organização Religiosa	Rua Valdomiro Candido Dos Reis, 204, Santa Luzia, Capão Da Canoa, 95555000

Nome da OSC	CNPJ	N. Jurídica	Endereço
 Movimento Eclesial Da Renovacao Carismatica Catolica Da Diocese De Osorio Rs	20.209.550/0001-22 Matriz	Organização Religiosa	Avenida Paraguassu, 2525, Sala 501, Centro, Capão Da Canoa, 95555000
 Evred-Evangelho Do Reino De Deus	89.731.715/0005-51 Filial	Associação Privada	Rua Santo Antonio, 279, Santa Luzia, Capão Da Canoa, 95555000
 Igreja Evangelica Bola De Neve	04.239.797/0066-80 Filial	Organização Religiosa	Avenida Paraguassu, S/N, Zona Nova, Capão Da Canoa, 95555000
 Igreja Evangelica Casa De Oracao O Senhor E Meu Pastor	22.101.823/0001-46 Matriz	Organização Religiosa	Rua 31, 92, Novo Horizonte, Capão Da Canoa, 95555000
 Igreja Batista Nacional De Capao Novo	18.888.250/0001-75 Matriz	Organização Religiosa	Avenida Gardenias, 4273, Capao Novo, Capão Da Canoa, 95555000
 Igreja Evangelica Assembleia De Deus - Ministerio De Pelotas	91.555.755/0002-99 Filial	Associação Privada	Rua Santa Elizabethi, 1322, Bairro Dom Luis Guanella, Capão Da Canoa, 95555000
 Igreja Mundial Do Poder De Deus	02.415.583/2391-07 Filial	Organização Religiosa	Rua Faustino Joao Pereira, 131, Santa Luzia, Capão Da Canoa, 95555000
 Centro Cultural E Assistencial Espiritualista Cantinho Sagrado Legado De Emmanuel	09.290.496/0001-50 Matriz	Associação Privada	Largo 3, 868, Zona Nova, Capão Da Canoa, 95555000
 Igreja Centro Mundial Da Presenca De Deus	28.503.256/0001-30 Matriz	Organização Religiosa	Rua Dom Luiz Guanella, 2258, Centro, Capão Da Canoa, 95555000
 Instituto Consciencia	31.509.405/0001-83 Matriz	Organização Religiosa	Rua Maraba, 2474, Apt 306, Centro, Capão Da Canoa, 95555000

Nome da OSC	CNPJ	N. Jurídica	Endereço
 Fraternidade Espiritualista Cavaleiros De Sao Jorge	92.969.070/0002-51 Filial	Associação Privada	Rua Paulina Valim Doriva, 775, Santa Isabel, Capão Da Canoa, 95555000
 Igreja Evangelica Assembleia De Deus Diante Do Trono	37.507.532/0001-20 Matriz	Organização Religiosa	Avenida Ruda, 1580, Sao Jorge, Capão Da Canoa, 95555000
 Igreja Evangelica Da Palavra De Deus	40.031.191/0001-73 Matriz	Organização Religiosa	Rua Avenida Arco Iris Esquina Com A Alfa Da Cruz, 1470, Arco Iris, Capão Da Canoa, 95555000
 Casa De Oracao Crista	40.482.305/0001-00 Matriz	Associação Privada	Rua 40 (Helio Rech), 1288, Santa Luzia, Capão Da Canoa, 95555000
 Igreja Evangelica Plano Da Salvacao	46.775.007/0001-86 Matriz	Organização Religiosa	Rua Divisoria, 1344, Novo Horizonte, Capão Da Canoa, 95555000
 Igreja Evangelica Voz Do Que Clama	41.190.145/0001-80 Matriz	Organização Religiosa	Rua Dos Lirios, 2990, Posto 06, Capao Novo, Capão Da Canoa, 95555000
 Igreja Evangelica Encontros De Fe - Capao Da Conoa/Rs	42.024.897/0001-33 Matriz	Organização Religiosa	Rua Dom Luiz Guanella, 2258, Centro, Capão Da Canoa, 95555000
 Igreja Tabernaculo	44.057.652/0001-38 Matriz	Organização Religiosa	Avenida Waldomiro Candido Dos Reis, 565, Quadra10 Setor 615 Lote 2, Santa Luzia, Capão Da Canoa, 95555000
 Primeira Igreja Batista Em Capao Da Canoa	44.702.227/0001-54 Matriz	Organização Religiosa	Rua Honduras, 22, Zona Norte, Capão Da Canoa, 95555000
 Igreja Evangelica Assembleia De Deus Vale Verde	46.563.637/0001-97 Matriz	Organização Religiosa	Rua Arco Iris, 861, Arco Iris, Capão Da Canoa, 95555000

Nome da OSC	CNPJ	N. Jurídica	Endereço
 Igreja Casa Do Pai	47.411.465/0001-07 Matriz	Organização Religiosa	Rua Brasilia, 1754, Sao Manoel, Capão Da Canoa, 95555000
 Igreja Assembleia De Deus - Monte Das Oliveiras	47.981.159/0001-06 Matriz	Organização Religiosa	Rua Nova Bassano, 1170, Zona Nova, Capão Da Canoa, 95555000
 Igreja Pentecostal Cem Por Cento Jesus - Ministerio Luz Divina Conservadora	49.053.053/0001-60 Matriz	Organização Religiosa	Rua Luiz Alves Pereira, 1184, Santa Luzia, Capão Da Canoa, 95555000
 Igreja Evangelica Assembleia De Deus Missao Viva	49.639.927/0001-65 Matriz	Organização Religiosa	Rua Sao Pedro, 1670, Santa Luzia, Capão Da Canoa, 95555000
 Igreja Pentecostal Avivando As Nacoes Campo De Capao Da Canoa	51.678.486/0001-52 Matriz	Organização Religiosa	Rua Boca De Leao, 3346, Capao Novo, Capão Da Canoa, 95555000
 Igreja Assembleia Vidas Em Cristo	56.038.493/0001-03 Matriz	Organização Religiosa	Rua Mane Leandro, 1500, Zona Nova, Capão Da Canoa, 95555000
 Raiz Comunidade Crista	57.274.016/0001-00 Matriz	Organização Religiosa	Avenida Paraguassu, 401, Zona Nova, Capão Da Canoa, 95555000
 Igreja Assembleia De Deus - O Brasil Para Cristo	54.906.133/0001-50 Matriz	Organização Religiosa	Rua Ubatuba De Farias, 1193, Zona Nova, Capão Da Canoa, 95555000
 Igreja Do Reino	59.549.310/0001-02 Matriz	Organização Religiosa	Avenida Flavio Boianovski, 872, Zona Nova, Capão Da Canoa, 95555000
 Igreja Pentecostal Catedral Koinonya	59.938.051/0001-01 Matriz	Organização Religiosa	Avenida Ubatuba De Farias, 1193, Quadraf3 Lote 22, Zona Nova, Capão Da Canoa, 95555000

Nome da OSC	CNPJ	N. Juridica	Endereço
 Uniao Brasileira Das Religioes Afro - Ubrafa	60.205.963/0001-53 <b>Matriz</b>	Associação Privada	Avenida Ruda, 1322, Loja 02, Sao Jorge, Capão Da Canoa, 95555000
 Distrito Litoral Norte Gaucho - Dilinorte	60.552.570/0001-16 <b>Matriz</b>	Organização Religiosa	Rua Nova Bassano, 890, Zona Nova, Capão Da Canoa, 95555000
 Associacao Biblica E Cultural De Tramandai	89.811.913/0008-78 <b>Filial</b>	Organização Religiosa	Rua Zinias, 4049, Capao Novo, Capão Da Canoa, 95555000
 Instituto Xamanico Luz Espiral	61.639.200/0001-83 <b>Matriz</b>	Associação Privada	Rua Ubatuba, 730, Girassol, Capão Da Canoa, 95555000
 Conselho De Pastores E Ministros De Capao Da Canoa	62.460.824/0001-00 <b>Matriz</b>	Associação Privada	Rua Ceci, 2246, Centro, Capão Da Canoa, 95555000
 Igreja Evangelica Batista Betel De Porto Alegre	87.034.138/0020-52 <b>Filial</b>	Organização Religiosa	Avenida Paraguassu, 830, Lote 6 Quadra51, Zona Nova, Capão Da Canoa, 95555000